

Luiza Ferreira Lima



Trânsitos em texto:

uma análise comparada de biografias  
e autobiografias de pessoas trans no  
Brasil e nos Estados Unidos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LUIZA FERREIRA LIMA

**Trânsitos em texto:  
uma análise comparada de biografias e autobiografias de pessoas trans  
no Brasil e nos Estados Unidos**

VERSÃO CORRIGIDA

v.1  
São Paulo  
2022

LUIZA FERREIRA LIMA

**Trânsitos em texto:**  
**uma análise comparada de biografias e autobiografias de pessoas trans**  
**no Brasil e nos Estados Unidos**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutore em Antropologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana de Souza Nascimento

VERSÃO CORRIGIDA

v.1  
São Paulo  
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L732t      Lima, Luiza Ferreira  
Trânsitos em texto: uma análise comparada de biografias e autobiografias de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos / Luiza Ferreira Lima; orientadora Silvana de Souza Nascimento - São Paulo, 2022.  
399 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Antropologia. Área de concentração: Antropologia Social.

1. Antropologia. 2. Trans. 3. Biografias. 4. Gênero. 5. Subjetividade. I. Nascimento, Silvana de Souza, orient. II. Título.

**ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA  
DISSERTAÇÃO/TESE**

**Termo de Anuência do (a) orientador (a)**


**Nome do (a) aluno (a): LUIZA FERREIRA LIMA**

**Data da defesa: 20/06/2022**

**Nome do Prof. (a) orientador (a): SILVANA DE SOUZA NASCIMENTO**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 22/07/2022



---

*(Assinatura do (a) orientador (a))*

Para es que encontram, na costura de vidas e mundos em papel, o caminho para si mesmas.

Para Fernanda, que partilhou histórias, confiou na tradução, instigou outros arranjos.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento desta pesquisa através da concessão de duas bolsas: a referente ao processo de investigação conduzido no país (Processo Nº 2016/23516-0); e a referente a estágio de pesquisa no exterior, na Universidade da Pensilvânia (Processo Nº 2018/25589-0). Também agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa por alguns dos primeiros meses de 2017. Em um contexto de extrema precarização do ensino e da pesquisa no país, de desmantelamento de condições mínimas de produção de conhecimento, e de deslegitimação de estudos de gênero e sexualidade – projetos encampados pelo governo federal –, sem tal financiamento essa tese não teria sido possível.

Tenho uma gratidão gigantesca à minha orientadora, Silvana de Souza Nascimento. Sil trouxe brilho, corpo e afeto para meu modo de fazer antropologia, ensinou-me que pesquisa a gente conduz com abertura, experimentação e parceria. No processo de orientação, mas não só, Sil fez questão de trazer junto para projetos de conhecer implicados, politicamente engajados, fundados em tecer saberes de outro modo: mais colorido, mais honesto, mais repleto de gente. Na supervisão dessa pesquisa, agradeço por confiar na sua potência antes mesmo de eu conseguir fazê-lo, agradeço por me desafiar e me instigar, agradeço pela liberdade que me deu em seguir os passos que faziam mais sentido para mim. Na parceria da escrita da biografia de Fernanda Benvenutty, bem como na condução da disciplina de introdução de estudos trans em 2021 e 2022, em que me permitiu acompanhar como estagiária, agradeço por ser um exemplo de docência e etnografia sensíveis. Na costura do nosso vínculo que vai muito antes e além da relação formal de orientação, agradeço por ter aberto espaço e afeto para meus sonhos de pensar e existir.

Devo muito ao Departamento de Antropologia da USP. Desde a graduação, passando pelo mestrado e depois pelo doutorado, tenho sido beneficiado por ensinamentos do corpo docente acerca de uma rigorosa e comprometida antropologia. Em especial, agradeço a professoras cujas disciplinas marcaram os anos dessa pesquisa de doutorado e participaram na condução de caminhos de pensamento: Ana Claudia Marques; Fernanda Arêas Peixoto; e João Felipe Gonçalves. Também agradeço pelos ensinamentos de Heloísa Buarque de Almeida e João Felipe Gonçalves na oportunidade de acompanhá-les como estagiária em docência nas disciplinas que ofertaram à graduação. Agradeço a Daniela Feriani, que durante o pós-doutorado na USP ministrou a disciplina “Processos criativos e artefatos de pensamentos”, que pude acompanhar de ouvinte, e cuja sensibilidade e inventividade me marcaram. Por fim, a funcionárias do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social gostaria de manifestar meu

muito obrigade! Sua assistência e seus esclarecimentos acerca das burocracias da universidade foram essenciais na navegação da vida acadêmica.

Agradeço profundamente a Amara Moira e Fernanda Arêas Peixoto, que compuseram a banca de meu exame de qualificação. Em um momento tão crucial dessa pesquisa, e em que a profusão de dados e leituras se mostrava angustiante, Amara e Fernanda questionaram respostas fáceis, apontaram chaves de investigação possíveis, sugeriram referenciais e caminhos. Suas críticas e sugestões saturam a escrita desta tese.

Também agradeço a Amara Moira, Bernardo Fonseca Machado e Lilia Schwarcz pelo aceite para compor a banca examinadora titular da defesa desta tese, bem como a Carolina Cantarino Rodrigues, Heloísa Buarque de Almeida e Pedro Lopes pelo aceite para a suplência. Nutro profunda admiração por esses pesquisadôries e aguardo ansiosamente por suas leituras.

Guardo com muito afeto as relações surgidas a partir dos grupos de estudos que tive o privilégio de integrar: o Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença; (NUMAS); O Coletivo de Estudos (In)Disciplinares do Corpo e do Território (COCCIX); e o Fecundações Cruzadas.

No NUMAS, como membro da comissão organizadora por muitos anos, pude aprender o aspecto cotidiano, em parceria, de pensar sobre diferença e participar do desmantelamento de desigualdades. Em especial, projetos como o NUMAS na Escola e seu compromisso com uma educação mais igualitária me afetaram intensamente. Agradeço a colegas membros, mas deixo especial gratidão a Bernardo Fonseca Machado, Lauren Zeytounlian, Letizia Patriarca, Paula Alegria, Shisleni de Oliveira-Macedo, Renata Harumi e Thais Tiriba. Foi também a partir do NUMAS que estabelecemos uma parceria com o Grupo de Estudos de Gênero e Política (GEPÔ/DCP/USP) e com o Núcleo de Sociologia, Gênero e Sexualidade (PPGS/USP). Essa parceria, fundada em um desejo de criar pontes entre estudos de interseccionalidade realizados nas três áreas das ciências sociais, foi feita com comprometimento concreto, conjunto, em estimular e disseminar debates entre jovens pesquisadôries. Agradeço a Alexandre Martins, Beatriz Sanchez, Iuri Cardoso, Jéssica Melo Rivetti, João Filipe Cruz, Letizia Patriarca e Thais Tiriba por uma das melhores experiências coletivas na universidade.

No Cócix, grupo coordenado por Sil, tive a oportunidade de testemunhar e participar de trocas generosas e sensíveis, de aprender sobre tantas perspectivas de análise e campos de atenção. Agradeço efusivamente a todos os meus colegas, em especial a Adriana Paixão, Amanda Amparo, Ana Azevedo, Flávia Melo, Floreny Fregone, Gabriel Moraes, Julio Ferreira, Letizia Patriarca, Lucas Miquelon, Matheus Cordulino, Marcelo Brito, Morgan Caetano, Sabrina Damasceno, Simone Santos, Thiago Oliveira e Yann Santos.



No Fecundações Cruzadas, fui instigada e desafiada, em nossos debates centrados em diálogos entre pensamento ameríndio e epistemologias transfeministas, a reconfigurar meus empreendimentos de análise, a fazer outras perguntas, contar outras histórias. Os textos e reflexões que meus colegas me apresentaram me transformaram de um jeito que até agora não compreendo – mas pelo qual sou grata. Obrigade ao coletivo de modo geral, especialmente a Antonio Calibán, Bru Pereira, Clara Barzagui, Isaura de Aguiar e Lucas Maciel.

Durante os primeiros anos do doutorado, compus a comissão organizadora da Sexta do Mês, ciclo de eventos mensais de discentes do PPGAS. A mão na massa coletiva, a abertura e troca de ideias em relação a campos variados de interesse, o engajamento em difundir debates acadêmicos diversos e politicamente críticos à comunidade da FFLCH levaram não só a uma experiência de trabalho fluida, mas também à formação de amizades muito especiais. Registro minha gratidão a meus colegas de comissão: Arthur Caipora, Lucas Mestrinelli, Marisol Marini e Tatiane Klein.

A turma de doutorado em antropologia de 2017, que componho, tem um lugar especial no meu coração. Conheci gente comprometida em fazer uma universidade mais diversa e implicada, gente que não tinha medo de compartilhar vulnerabilidade, gente generosa que sugeria ideias, doava abraços, chorava e celebrava junto. Obrigade, querides Augusto Ventura, Florbela Ribeiro, Isabel Wittman, Karina Coelho, Lais Miwa Higa, Letizia Patriarca, Lucas Mestrinelli, Marcos Vinicius Malheiros, Marcus Vinicius Barreto, Marina Guirotto, Miguel Muhale, Milena Mateuzi, Paola Gibram, Tatiane Klein e Thiago Oliveira.

Muitas pessoas que circularam pelo PPGAS me presentearam com boas conversas, encontros e debates. Deixo meu agradecimento a Ana Fiori, Ana Sertã, André Bailão, Camila de Paula, Carol Bonfim, Carol Parreiras, Denise Pimenta, Diogo Maciel, Hélio Menezes, Isabela Venturoza, Izabela Nalio, Marcella Betti, Mariane Pisani, Mauricio Rodrigues, Natalia Lago, Pedro Lopes, Rafael Noleto, Renata Mourão, Talita Lazarin, Tulio Bucchioni e Yara Alves.

Durante meu primeiro ano de doutorado, tive o privilégio de conviver com Jamille Pinheiro Dias. Agradeço muito pelo seu carinho, pela partilha de tanto, por me apresentar uma imensidão de coisas instigantes, pelas conversas intermináveis e por dividir o amor por aleatoriedades.

Registro gratidão à turma de karatê do Centro de Práticas Esportivas da USP (CEPE-USP) por me admitir entre elus, me permitir participar da construção de uma arte marcial mais equitativa e encontrar respiro da vida acadêmica na disciplina e na escuta do corpo. Gratidão e afeto especiais a Danielle Russo, Elaine Golubics, Luana, Mayara Bichir, Raquel Turolla e Sara Ladeira – bem como ao Sensei Haroldo. Homem gentil e habilidoso, seu falecimento é uma perda à USP e ao karatê brasileiro.

Ao longo de dois anos durante o doutorado, também compus a comissão organizadora do ciclo de eventos Mesa Estudos e Debates do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Com colegas comprometidos e queridos, pude ressignificar minha relação tensa com o direito, e encontrar um sentido ativista na produção de conhecimento nos estudos jurídicos. Agradeço a Beatriz Corrêa Camargo, Laís Vieira, Gustavo Marin, Manoel Alves Junior e Renato Watanabe de Moraes pela parceria.

Durante meu estágio em pesquisa na Universidade da Pensilvânia, apenas pude enfrentar a frieza e a saudade e conduzir a pesquisa com o suporte de muita gente. Agradeço à minha supervisora, Deborah Thomas, pela acolhida e pela disponibilidade pra orientar diante do afastamento súbito de Heather Love. Agradeço também por ter me incluído nas reuniões mensais de seu Centro Etnografia Experimental; aprendi muito com os colegas e a eles também sou muito grato. Agradeço também a Ana Almeyda-Cohen, Byron Nuñez, Felix Gallion, Kimberly Cardenas, Marco Avilés e Thomas Connors, membros do Latinx Studies, pela calorosa recepção e troca. A Ava Kim gostaria de dedicar um agradecimento em particular pelos cafés, conversas e livros que partilhamos – tudo em uma língua que parecia tão familiar.

Em especial, nos Estados Unidos, duas pessoas foram uma espécie de casa fora de casa. Fernanda Rosa, com doçura, generosidade, comida quentinha e cerveja gelada me ensinou muito sobre pensamento crítico, mas também sobre como nossos afetos nos amparam. Fernanda, não há ninguém no mundo como você. Shayla Reid e sua família (thank you, mrs. Reid!) mais uma vez despertaram risadas, forneceram abrigo, me impulsionaram a arriscar quando eu mais precisava. Eu não tenho como mensurar a gratidão que sinto por seu colo.

Algumas amigas ao longo desses anos têm sido tão fundamentais à minha existência que não sei se estaria de pé se não fosse por eles. Em especial durante os anos tão desesperadores de governo bolsonarista e, depois, com a eclosão da pandemia de coronavírus, foram pessoas que me cederam escuta, abraço (ainda que virtual, por muito tempo), e diálogo quase cotidianos. Esses vínculos costuraram a trama que me sustenta.

Gratidão a Aline Murillo, misto de gentileza e tenacidade que sempre ensina, aninha, proporciona um senso de pertencimento que é raro. Me encanto com a pessoa que você é.

Gratidão a Barbara Pires, cuja produção intelectual admiro imensamente, mas não só. Quando mais precisei, e sem sequer pedir, Barbara estendeu a mão para sugerir livros que poderiam confortar, memes para fazer rir, palavras tão sábias e acolhedoras para diminuir a angústia com a escrita e o futuro. O cuidado e a atenção empregados em cada um desses muitos gestos ao longo dos anos me surpreende até hoje.

Gratidão a Fabiana Andrade, um quieto brilhantismo que sempre me inspira.

Gratidão a Fernanda Kalianny Martins, por olhar nos olhos e abrir os braços, pelo aprendizado constante, pelos convites para dividir angústias, celebrações, ideias e trabalhos. Por conjugar sensibilidade e espírito crítico de um jeito tão bonito.

Gratidão a Florbela Ribeiro, pela serenidade, pela disposição a receber e ajudar, pela calma sensatez que sempre me centra, por pequenos e constantes gestos tão significativos que tornam a vida tão melhor.

Gratidão a Jacqueline Moraes Teixeira, uma pessoa impressionante por tantos motivos diferentes: sua produção intelectual, seu fazer político cotidiano, sua imensa generosidade. Essa dedicação incansável é uma inspiração, e agradeço por viver no mesmo tempo e espaço que ela, poder testemunhar a beleza de seu modo de conduzir a vida.

Gratidão a Karina Pütz, minha amiga já de tempos ancestrais, pela confortável familiaridade, pelo modo como nos entendemos e nos apoiamos de um modo só nosso – ciente dos limites uma de outra, do que podemos dar; mas também ciente do tanto de afeto que satura nosso vínculo.

Gratidão a Letizia Patriarca, Z, por quase 10 anos de parceria que se refaz assim como nós nos refazemos. Admiro seu pé na porta, carrego comigo o carinho por tudo o que vivemos juntas, e mal posso esperar pelo que ainda há de vir!

Gratidão a João Filipe Cruz, pelas risadas e rolês e desenhos animados, mas principalmente pela partilha e acolhimento de vulnerabilidades, por pensar junto o que há de mais doído e confuso na vida, por abraçar minhas inseguranças enquanto eu abraço as suas.

Gratidão a Marisol Marini, por quem nutro tanta admiração. Gratidão por sua voz que inaugura os dias, pelos tantos livros já divididos, pelas nossas trocas verborrágicas, pelo tanto que me instiga a pensar sobre mim, a literatura e o mundo.

Gratidão a Thais Waldman, pela doçura, pela empatia, pelo sorriso contagiante, por ser um refúgio em tempos tão cinzentos.

Gratidão a Thiago Oliveira, que tem um coração muito maior do que seu estoicismo demonstra. Gratidão pelo tanto que pude aprender com esse fazer antropologia tão rigoroso, mas principalmente tão humano. Gratidão pela nutrição dos dias com a matéria da vida. Gratidão pelos abraços apertados, dos quais não dá vontade de sair e pelo modo sutil com que você está sempre pronto para tornar a vida de outres mais fácil, mais gostosa, mais vivível. É uma habilidade única.

Nesses últimos anos de doutorado, Leticia Simões Gomes tem sido um presente que tive a sorte de receber. Seu afeto e seu cuidado tão palpáveis, tão constantes me encantam diariamente. Com ela tenho aprendido outro trabalho do tempo, outra condução do vínculo, outra rotina. Tenho gratidão pelos alimentos que me nutriram, pelo colo, pelas revisões e comentários a partes desta

tese, pela escuta e estímulo, e sobretudo pelo modo como me convida a reconfigurar o que entendo como vida, como estar juntas, como futuro.


Agradeço de coração à minha família, por ter me trazido até aqui e por se manter presente apesar de tudo. Minhas avós Leia e Maria do Carmo, pela resiliência inspiradora e amor tão palpáveis. Meus tios Bené, Carmem, Fábio, João e Joana pelo cuidado quando mais precisei, pela interlocução e pela indignação diante da violência e da desigualdade. Pelas tardes de música, comida e bebida boas de que sinto tanta falta, por fazerem de suas casas um pouco minhas. Meu primo Lourenço por acreditar nas mesmas coisas e odiar as mesmas coisas com humor e fofoca – e, agora, por dividirmos também essa experiência acadêmica, algo ainda tão raro em uma família chefiada por uma ex-empregada doméstica.

Não tenho palavras para expressar minha gratidão à minha mãe Lucia e meu irmão Vitor. Sua confiança, seu suporte e sua compreensão são um afago. A certeza de seu acolhimento e de seu ninho foi o que me permitiu seguir o passo dos dias nos momentos mais difíceis da minha vida; sua risada e amor foram o que me permitiu ver beleza no mundo de novo.

Também não há palavras que expressem não só a gratidão, mas também a saudade por meu pai Reynaldo. Ele não está mais aqui fisicamente; mas o sinto a cada gesto que realizo, a cada palavra que escrevo, a cada coisa bela que encontro no mundo. Sua alegria, seu orgulho e sua presença para o que quer que fosse necessário me ensinaram a dar leveza à vida. Me ensinaram que poderia continuar tentando construir o meu caminho, porque nunca estaria só.

Por fim, deixo um agradecimento aos pensadores que tornaram essa tese possível. Es autores dos livros aqui analisados: Amanda Guimarães, Anderson Herzer, Chaz Bono, Christine Jorgensen, Fernanda Farias de Albuquerque, Jamison Green, Janet Mock, João W. Nery, Kate Bornstein, Lorys Ádreon, Luísa Marilac, Mario Martino, Renée Richards, Roberta Close, Ruddy Pinho, Sarah McBride, Thammy Miranda, e Thomas Page McBee – bem como muitos outros cujas obras não pude analisar por falta de tempo e espaço. Suas ideias transformaram meu entendimento do mundo, transformaram quem sou.

E uma imensa gratidão a Fernanda Benvenutti. Ter tido o privilégio de escutar sua vida, de vê-la confiada às minhas palavras, foi um presente. Sua grandiosidade, sua força e fragilidade, sua generosidade e comprometimento com justiça não cabem em livro algum. Não consegui honrar seu desejo a tempo, e esse é um dos grandes arrependimentos da minha vida; continuo, no entanto, lutando para que sua história seja conhecida, sua memória celebrada. Sinto muito, Fernanda. Você faz muita falta.



Às vezes você não sabe que existe até que perceba que alguém como você existiu antes.

George M. Johnson – All boys aren't blue

(...) eu construí uma você em mim, ou você construiu. Fico pensando o que há de mim em você. (...) Palavras podem ferir – mas elas também são pontes. (...)

Embora talvez uma ponte possa também ser uma ferida? Para parafrasear um profeta: cartas são estruturas, não eventos. As suas me dão um lugar onde viver.

Amal El-Mohtar e Max Gladstone – É assim que se perde a guerra do tempo

LIMA, Luiza Ferreira. **Trânsitos em texto: uma análise comparada de biografias e autobiografias de pessoas trans no Brasil e nos Estados Unidos**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022.

## **RESUMO**

Esta tese tem por objetivo mapear, em uma perspectiva comparada, a trajetória de imaginários e saberes inscritos em e produzidos por biografias e autobiografias elaboradas ou planejadas por pessoas trans e publicadas no Brasil e nos Estados Unidos. Ao longo de décadas marcadas pela patologização da transexualidade e da travestilidade, pela emergência e consolidação do movimento trans, pelo aumento da visibilidade e ocupação por pessoas trans de espaços historicamente a elas negados, pelo acirramento de projetos políticos de destituição de direitos e humanidade a tal comunidade, e pela profusão de produções artísticas e acadêmicas por elas idealizadas, o enquadramento de sentido das categorias transexualidade, travestilidade e transgeneridade mudou consideravelmente; subjacente a tal processo, se deu, ademais, uma constante reestruturação dos regimes de produção de conhecimento e de produção literária. Considerando o desenrolar de tais dinâmicas de modos e em ritmos distintos, atravessados diferencialmente por marcadores sociais da diferença no Brasil e nos Estados Unidos, fiz a indagação: qual o papel que escritas auto/biográficas trans têm nessa configuração contínua? Pretendi respondê-la através da utilização de referenciais da teoria antropológica e dos estudos queer e trans, bem como da realização de pesquisa documental tendo como recorte tanto autobiografias e biografias publicadas em ambos os países entre 1967 e 2019 quanto arquivos de imprensa e veículos de mídia de acesso digital livre. Paralelamente, também submeti o processo de escrita da biografia da militante travesti Fernanda Benvenutty, realizado por ela, por mim e por minha orientadora Silvana Nascimento de 2016 a 2022, a um olhar autoetnográfico. O argumento que sustento, ao longo da tese, é: ao longo de três gerações de escrita auto/biográfica no Brasil e nos Estados Unidos, o empreendimento de tornar a si e à própria trajetória socialmente inteligíveis se deu em reação a enquadramentos hegemônicos de transexualidade, travestilidade e transgeneridade no debate público. Ao fazê-lo, autôries negociam, expõem, rearranjam e desafiam tais enquadramentos, fornecendo não só contra-discursos acerca de subjetividades trans mas também outros modos de imaginar estruturas do tempo, narrativas de processos de subjetivação, e articulações entre fantasia e realidade, identidade individual e coletiva, produzir e representar, verdade e mentira, masculinidades e feminilidades, entre outros. Nesse aspecto, os exercícios inventivos do gênero auto/biográfico se constituem, ao longo do tempo, em redes de saber subjuntivo, consideradas aqui berço dos estudos trans institucionalizados. Seu desenvolvimento se dá em paralelo ao reconhecimento acadêmico deste campo de trabalho científico.

**Palavras-chave:** Antropologia; Trans; Biografias; Gênero; Subjetividade.

LIMA, Luiza Ferreira. **Transits in text: a comparative analysis of biographies and autobiographies of trans people in Brazil and in the United States.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2022.

## **ABSTRACT**

This thesis has as its goal to map, on a comparative perspective, the trajectory of imaginaries and knowledges inscribed in and created by biographies and autobiographies elaborated or planned by trans people and published in Brazil and in the United States. Through decades marked by the pathologization of transsexuality and travestilidade, by the emergence and consolidation of the trans movement, by the increase of visibility in and occupation of spaces historically denied to trans people, by the escalation of political projects aiming to destitute them of their rights and humanity, and by the profusion of artistic and academic productions idealized by them, the frame of meaning of the categories transsexuality, travestilidade and transgender has considerably changed; underlining such process, a constant restructuration of the knowledge production and the literary production regimes took place. Considering the unfolding of such dynamics occurring in distinct ways and rhythms, differentially crossed by social markers of difference in Brazil and In the United States, I posed the question: what is the role of trans auto/biographical writings in such continuous configuration? I intended to answer such question through the mobilization of references from anthropological theory as well as from queer and trans studies, and through the carrying out of documentary research, having as focus of investigation autobiographies and biographies published in both countries between 1967 and 2019 as well as press archives and media outlets with free digital access. Simultaneously, I also submitted the process of writing the travesti activist Fernanda Benvenutty's biography, carried out by her, me, and my supervisor Silvana Nascimento, to an autoethnographic lens. The argument that I sustain, throughout this thesis, is the following: along three generations of trans auto/biographical writing in Brazil and in the United States, the endeavor of rendering oneself and one's trajectory socially intelligible occurred in reaction to hegemonic frameworks of transsexuality, travestilidade and transgender prevailing in public debate. By doing so, authors negotiate, expose, rearrange and defy such frameworks, providing not only counter-discourses regarding trans subjectivities but also other ways of imagining the structuration of time, subjectivation processes' narratives, and articulations between fantasy and reality, individual and collective identities, creating and representing, truth and false, masculinities and femininities, among others. In this respect, the inventive exercises of the trans auto/biographical genre take form into networks of subjunctive knowledge, understood here as the birthplace of institutionalized trans studies. Its development occurs in parallel to the academic acknowledgement of this scientific body of work.

**Keywords:** Anthropology; Transness; Biographies; Gender; Subjectivity.



## **Lista de abreviaturas e siglas**

- AM** – “Amateur: A true story about what makes a man”, por Thomas Page McBee (2018)
- AP** – “A Princesa: Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas”, por Fernanda Farias de Albuquerque e Maurizio Jannelli (1995)
- BV** – “Becoming a visible man”, por Jamison Green (2004)
- CJ** – “Christine Jorgensen: A personal autobiography”, por Christine Jorgensen (1967)
- EM** – “Emergence: A transsexual autobiography”, por Mario Martino (1977)
- EP** – “Erro de pessoa: Joana ou João?”, por João W. Nery (1984)
- EU** – “Eu, travesti: Memórias de Luísa Marilac”, por Luísa Marilac e Nana Queiroz (2019)
- GO** – “Gender outlaw: On men, women and the rest of us”, por Kate Bornstein (1994)
- LP** – “Liberdade ainda que profana”, por Ruddy Pinho (1998)
- MA** – “Man alive: A true story of violence, forgiveness and becoming a man”, por Thomas Page McBee (2014)
- MC** – “Meu corpo, minha prisão: Autobiografia de um transexual”, por Lorys Ádreon (1985)
- MN** – “Meu nome é Amanda”, por Amanda Guimarães (2016)
- MP** – “Muito prazer, Roberta Close”, por Roberta Close e Lucia Rito (1998)
- NC** – “Thammy: Nadando contra a corrente”, por Thammy Miranda e Marcia Zanelatto (2015)
- QA** – “A queda para o alto”, por Anderson Herzer (1982)
- RR** – “Redefining realness: My path to womanhood, identity, love & so much more”, por Janet Mock (2014)
- SC** – “Surpassing certainty: What my twenties taught me”, por Janet Mock (2017)
- SS** – “Second serve: A Renée Richards Story”, por Renée Richards (1983)
- TR** – “Transition: The story of how I became a man”, por Chaz Bono e Billie Fitzpatrick (2011)
- TW** – “Tomorrow will be different: Love, loss and the fight for trans equality”, por Sarah McBride (2018)
- VS** – “Viagem solitária: Memórias de um transexual trinta anos depois”, por João W. Nery (2011)

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>Introdução: das primeiras palavras à cartografia .....</b>                                 | <b>1</b>   |
| Chegar à questão e desenhar a perspectiva.....  | 4          |
| Os métodos .....  | 16         |
| Pesquisa documental: os livros.....   | 16         |
| Pesquisa documental: acervos de imprensa .....  | 20         |
| A escrita autoetnográfica de uma biografia .....  | 24         |
| Alguns pontos de partida .....  | 25         |
| A estrutura da tese .....   | 34         |
| <b>1. Fantasia, saberes encarnados, desejo: as primeiras autobiografias .....</b>             | <b>39</b>  |
| Os contextos de advento .....   | 44         |
| Christine Jorgensen e João W. Nery: (sentidos de) sexo e (passagens de) <i>fantasia</i> ..... | 53         |
| Sentir como, sentir-se como .....   | 57         |
| De barreiras a membranas porosas: sonho e real, sexo masculino e sexo feminino .....          | 65         |
| A futuridade do que se realiza .....  | 75         |
| Mario Martino, Renée Richards e Lorys Ádreon: amor e desejo conduzindo o devir .....          | 80         |
| A vida entre: emoções, escalas de aprisionamento, etapas de mudança.....                      | 82         |
| Emoções fazem coisas .....  | 92         |
| E Anderson Herzer?.....   | 97         |
| Fora do enquadramento médico: a liberdade em ignorá-los .....                                 | 104        |
| Os limites da imaginação: o que jornais tem a dizer sobre escritas trans? .....               | 105        |
| <b>2. Projetos e superações de comunidade, políticas do presente.....</b>                     | <b>112</b> |
| Tempos de turbulência.....  | 114        |
| Gerir o presente: perspectivas queer .....  | 126        |
| Movimento brasileiro: fugir, entrar, circular e sair.....                                     | 129        |
| “Amizades que vem y que vão” .....  | 132        |
| “Por isso fugimos de nós” .....   | 151        |
| Movimento estadunidense: ampliar, diversificar o de dentro .....                              | 154        |
| Aberturas, fechamentos, derivas .....   | 172        |
| <b>3. Retratos fiéis, adensamentos, molduras quebradas:</b>                                   |            |
| <b>regimes políticos de representação em 3 modelos de visível .....</b>                       | <b>179</b> |
| Fundamentos da posição.....   | 184        |
| Uma linha feita de pontos críticos.....   | 190        |

|  |            |
|--|------------|
| Retratos que cingem .....  | 207        |
| Entre ocupações de retratos e quebras de moldes.....                 | 222        |
| Quebrar a moldura e o retrato junto .....                            | 231        |
| <b>4. Arquitetura de si, arquitetura do tempo:</b>                   |            |
| <b>desorientações da cisgeneridade no “depois” .....</b>             | <b>240</b> |
| Transição, passabilidade e ser “de verdade”: duas perspectivas ..... | 245        |
| Perturbações brasileiras .....                                       | 265        |
| Deslizes geracionais.....  | 265        |
| Revoltas furtivas .....  | 281        |
| Diferentes movimentos de recusa e fuga.....                          | 293        |
| <b>5. Relatar também tem trajetória:</b>                             |            |
| <b>escrevendo a autobiografia de Fernanda Benvenutty .....</b>       | <b>296</b> |
| Inscriver com voz, friccionar moldes .....                           | 300        |
| Entre escutar e escrever .....                                       | 305        |
| A reinscrição de tanto .....   | 342        |
| <b>Considerações finais .....</b>                                    | <b>343</b> |
| <b>Fontes.....</b>   | <b>350</b> |
| <b>Referências bibliográficas .....</b>                              | <b>354</b> |
| <b>Anexo 1 – Cronologia de publicação.....</b>                       | <b>364</b> |
| <b>Anexo 2 – Detalhamento das obras analisadas .....</b>             | <b>366</b> |

# INTRODUÇÃO

Eu devo lembrar ao leitor, tão discretamente quanto pode ser feito sem ofender convenções críticas e estilísticas, que minhas especulações teóricas e minha leitura de textos seguem a estrada de tijolos amarelos de minhas próprias fantasias, a não tão majestosa estrada de minha história pessoal ou experiencial.

Teresa de Lauretis – The practice of love

Alguma coisa aconteceu comigo. Alguma coisa tão estranha que ainda não aprendi o jeito de falar claramente sobre ela. Quando souber finalmente o que foi, essa coisa estranha, saberei também esse jeito. Então serei claro, prometo. Para você, para mim mesmo. (...) Mas por enquanto, e por favor, tente entender o que tento dizer.

Caio Fernando Abreu – Primeira carta para além do muro

O que um livro é capaz de fazer?

Em 1983, a médica e tenista estadunidense Renée Richards lança sua autobiografia “Second Serve”, apenas alguns anos depois de ter enfrentado e vencido uma disputa judicial bastante pública por seu direito de competir na modalidade feminina do esporte, sendo uma mulher transexual. No livro, um dos primeiros do gênero autobiográfico trans a receber considerável atenção da imprensa, ela conta seu primeiro encontro com a categoria “transexualidade.”

Richards descreve como, por ser filha de médicos, ainda criança havia entrado em contato com narrativas médicas sobre transexualidade que a enquadravam como um distúrbio mental provocador de delírios, nas pessoas portadoras, sobre seu “sexo verdadeiro.” Elas eram consideradas irremediavelmente insanas em tais textos científicos. Lê-los fez com que Richards se sentisse menos só – a descrição de “pacientes” em muitos aspectos ressoava como familiar; mas a afirmação categórica da transexualidade como patologia psiquiátrica soava como a atribuição, a si, de uma doença terminal.

Tal consenso aparente foi perturbado quando já no início da vida adulta ela encontrou em uma loja de conveniência o livro “Man into woman”, biografia de Lili Elbe escrita por Niels Hoyer e publicada em 1933 – o título “como uma luz de farol” diante de si e em meio aos demais objetos à venda. Já na privacidade de seu quarto com o livro em mãos trêmulas, encantada, relatou a descoberta, ao conhecer a história de Elbe, de que o que desejava para si não era mais uma fantasia inalcançável: “aquelas palavras carregavam a possibilidade pela qual Renée [sua subjetividade feminina] havia rezado em muitas noites desesperadas. (...) Agora podia ver Renée se fortalecendo. Ela podia ver um caminho possível” (SS, 55)<sup>1</sup>.

No segundo semestre de 2014, enquanto eu realizava estágio na Universidade de Princeton durante minha pesquisa de mestrado, descobri que a biblioteca central tinha uma seção inteira denominada “estudos trans.” Não fazia ideia de que esse era um campo institucionalizado. Até então, em minha experiência estudando desde 2012 a articulação entre acesso a direitos e sentidos institucionalmente atribuídos a gênero, transexualidade e travestilidade através do exame de decisões judiciais referentes a pedidos de retificação de nome e sexo em documentos de identificação feitos por pessoas transexuais (Lima, 2015), sabia que vários aspectos de experiências

---

<sup>1</sup> Cito esse trecho e desenvolvo mais longamente uma reflexão acerca desse tornar possível e realizável o que antes parecia apenas sonho no capítulo 1.

sociais de trânsito de gênero haviam sido analisados em pesquisas no âmbito das ciências sociais e em especial da antropologia. Mas um campo inteiro dedicado ao tema?



Dirigi-me à seção e me deparei com duas prateleiras inteiras de estante sob o código de catalogação HQ77<sup>2</sup>. Esperava encontrar principalmente dissertações de mestrado e teses de doutorado que se debruçavam de modo distanciado sobre questões de escala ampla acerca de transexualidades, travestilidades e transgeneridades: luta por cidadania e sistema jurídico; dinâmicas de sistemas de saúde e acesso a assistência médica; ativismo. Mas então, surpreendentemente, me vi diante de uma quantidade massiva de autobiografias de pessoas trans, escritas em diferentes épocas, algumas de diferentes países e em diferentes idiomas, narrando trajetórias de sujeitos em diferentes momentos da vida (crianças, adolescentes, pessoas já falecidas). O quê?

De que modo tais livros poderiam estar na categoria “estudos”? Eu não tinha o hábito de ler biografias e autobiografias; levava comigo a opinião pré-concebida de que eram obras não tão elaboradas como as de ficção, e que pecavam por certo autocentrismo, autocelebração e individualismo. Mas a curiosidade em tentar entender o que aqueles livros faziam em uma biblioteca universitária, numa seção de ciências sociais, falou mais alto: aluguei 4 autobiografias<sup>3</sup> e decidi folheá-las durante o fim de semana.

A primeira que abri, “Nina here nor there” de Nick Krieger (2011), rapidamente me capturou. Apenas algumas horas de leitura e dezenas de páginas depois, o autor descrevia seus incômodos com gênero, a dificuldade de ser compreendido entre amigas lésbicas, e tentativas de apreender outros modos de atribuir sentido a si e seus desejos:

(...) decidi não falar mais sobre meu corpo ou questões de gênero com minhas super lésbicas. Elas não entendiam isso. O problema é que eu não sabia o que “isso” era, então também não entendia “isso”, e eu precisava entender algo, qualquer coisa. (...) estava lendo sobre gênero. Substituí minha lista “clássicos de não-ficção” pela lista “clássicos da história transgênero”. É claro, a lista de livros de temática trans era curta, o que tornava quase qualquer coisa nela um clássico. Engoli “Becoming a visible man” de Jamison Green, recomendado por alguém na livraria gay do meu bairro como a narrativa transexual mais informativa, e me voltei para “Stone butch blues” de Leslie Feinberg. Eu estava na sala lendo o romance semiautobiográfico quando Bec apareceu. (...) Ela vivia como um cavalo marinho, um animal identificador (...) pelo fato de que cavalos marinhos mudam a cor para se adaptar ao seu entorno. “Eu não uso esse termo,

---

<sup>2</sup> No esquema classificatório da Biblioteca do Congresso, o padrão estadunidense, HQ77 se refere respectivamente a:: H – ciências sociais; Q – família, casamento, mulheres; 77 – “transexualismo” e “travestismo.” Ver em: [https://www.loc.gov/aba/cataloging/classification/lcco/lcco\\_h.pdf](https://www.loc.gov/aba/cataloging/classification/lcco/lcco_h.pdf) (último acesso em 11/02/2022)

<sup>3</sup> Eram: “Gender outlaw”, de Kate Bornstein (1994); “Nina here nor there”, de Nick Krieger (2011); “Real man adventures”, de T. Cooper (2012); e “Gender failure”, de Rae Spoon e Ivan Coyote (2014).

mas penso em mim como ocupando o meio do caminho.” Eu amei o modo como isso soava, como o melhor dos dois gêneros, um meio termo. Eu desejei que nossa cultura, linguagem e banheiros públicos permitissem que uma pessoa carregasse elementos de homem e mulher ao mesmo tempo. (...) Seria assustador se eu não me sentisse tão livre. Queria (...) desvendar termos como *gênero queer* e *meio do caminho* que articulavam o que eu achava que conseguia ver mas não explicar – que havia mais identidades e pessoas sob a categoria transgênero do que apenas transexuais (...), tornando esses outros termos reais. Tornando-os possibilidades para mim. (51-54)

Naquele momento, essas possibilidades também se tornavam minhas. Nunca havia ouvido falar até então em não binariedade, não havia sido apresentada a tal perspectiva sobre gênero. Eu não compreendia tais possibilidades, não sabia o que aquilo narrado queria dizer – o que poderia implicar. Mas havia algo ali que se apresentava como o inimaginável tornado possível diante de meus olhos. A promessa de um mundo que eu não alcançava, mas desejava arduamente fazê-lo. Uma conexão estabelecida também por livros, disposta para quem quisesse lê-la. A partilha de vidas em palavras desconhecidas, em combinações inesperadas, que insinuavam outras dinâmicas de entendimento e socialidade como alcançáveis. Quais? Como se organizavam? Como respondiam a dinâmicas tomadas como dadas e incontornáveis?

Nas semanas que se seguiram, os dados de pesquisa de mestrado temporariamente deixados de lado, li uma autobiografia depois da outra – e cada uma delas, em cadeia, em redes que se ensaiavam, sugeria uma faceta de reajuste nas formas de apreensão da existência. Cada uma delas, através do ato de contar histórias de vidas vividas, parecia dizer: não inscrevo apenas a mim e meu caminho no mundo; há muito mais sendo engendrado aqui.

A todo momento, me perguntava repetidamente: o que esses livros eram capazes de fazer?

### **Chegar à questão e desenhar a perspectiva**

O projeto da tese, quando de seu início, objetivava analisar processos de subjetivação empreendidos por pessoas trans na elaboração narrativa inscrita em biografias e autobiografias publicadas no Brasil e nos Estados Unidos, desde as primeiras obras que receberam notoriedade até as mais atuais, dando atenção para a produção de subjetividades políticas. O foco da investigação era o modo como formas de escrita autobiográfica e biográfica e de elaboração da memória produzem sujeitos e, atravessadas por marcadores sociais da diferença<sup>4</sup> como gênero, sexualidade,

---

<sup>4</sup> Sigo a definição do conceito elaborada por Lilia Schwarcz: “(...) entende-se raça, gênero, sexo, geração, região e classe como categorias classificatórias compreendidas como construções situadas – locais, históricas e culturais – que tanto fazem parte das representações sociais como exercem influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente efetivas. Esses ‘marcadores’ são, por sua vez, regulados por convenções e normas e podem ser considerados categorias que, apesar de sua singularidade contextual, não adquirem seu sentido e eficácia isoladamente. É a íntima conexão – as relações que diferentes



raça e geração, engendram posições sociais e relações de poder nestes dois contextos nacionais e sociopolíticos. As perguntas que primeiro consegui formular foram: como o “eu trans” se constitui através do desenho narrativo da memória em conjunturas particulares, respondendo a um campo discursivo instituído acerca de transexualidades, travestilidades e transgeneridades? Que efeitos essa constituição em livro produz em tal campo?

Parti de uma hipótese inicial: tanto elementos sócio-históricos que configuram condições de elaboração e de recepção dessa escrita quanto efeitos que ela produz em regimes discursivos nos Estados Unidos tem aproximações e distanciamentos com o desenvolvimento do gênero literário no Brasil ao longo dos anos, conforme processos macropolíticos localizados e articulações de marcadores sociais da diferença. Inspirado por Bernardo Fonseca Machado (2018), interessava-me em especial apreender as formas de qualificação e distinção do universal e do particular inscritas em texto, bem como os modos como processos políticos, econômicos, ativistas e do âmbito da indústria cultural afetavam em variados tempos nesses dois países a significação de diferença e de semelhança.

Esta hipótese se reconfigurou a partir de uma mudança de foco. O exame de análises históricas de cenários nacionais, de publicações autobiográficas e biográficas e de materiais de imprensa – informado não só por teoria antropológica, mas também pelo campo de estudos *queer* e trans – me conduziu para além da formação de campos narrativos de significação de si a partir de acionamentos da memória. O resgate do passado parecia não tão central em si; mais propriamente primordial era a quais dinâmicas do presente ele respondia, de que modo ele era empregado para afetá-las e transformá-las.

Tal exame conduziu a atenção ao modo com que o falar de si não era só algo sobre este “si”, não era apenas o anúncio de quem se é e a exposição da própria trajetória que revela e/ou conforma este sujeito. Ler um livro depois do outro me mostrava que, como anuncia Lilia Schwarcz acerca de escritas de si de autôres negres brasileiros pós-emancipação, tais obras eram expressões individuais, mas também coletivas, “pautadas por uma experiência de grupos, pela busca pela inclusão social, pela denúncia da exclusão e da discriminação, pela luta por promoção da igualdade e da efetiva liberdade. (...) escapavam à dupla morte que lhes espreitava: a física e a da memória”

---

marcadores estabelecem entre si – que lhe confere sentido. Melhor dizendo, embora não sejam redutíveis umas às outras, essas categorias refletem, assim como produzem, cotidianamente, modelos, costumes, ideologias, mitos e representações e mostram-se sempre ‘em relação’. Na verdade, a própria efetividade de sua percepção se dá a partir do confronto, do contraste, da tensão ou do entrelaçamento de diferentes marcadores sociais da diferença” (2015: 8). Para uma leitura etnográfica densa da teoria acerca de marcadores sociais da diferença e sua relação com interseccionalidade como referenciais analíticos e políticos para se pensar diferenças e desigualdades, das condições de produção de conhecimento em ambos os casos e do papel da posicionalidade de autôres nessa produção, ver a tese de doutorado de Pedro Lopes (2020).

(2019: 137). Me mostrava que, como convoca Sofia Favero (2020a), tais escritas de si capturavam a atenção porque conectavam trajetória pessoal a outras coisas: forneciam uma interpretação de conjuntura em que tais eus se desenrolavam; descreviam vínculos que participavam de sua constituição de pessoa; negociavam com imagens estabelecidas de identidade, gênero, corporalidade e transexualidade, travestilidade e transgeneridade; tensionavam o arranjo de enquadramentos de sentido hegemônicos de existência e de mundo. Nessa prática conectiva realizada, forneciam uma perspectiva e uma forma de análise de fenômenos e da realidade social que vêm sendo silenciadas, marginalizadas e desqualificadas.

O que quero dizer é que, inicialmente, havia pensado nessa pesquisa como uma investigação de conjuntos de escrita de vida individual que revelariam, em sua prática narrativa e na recepção do produto final (o livro como artefato, digamos), possibilidades e limitações apresentadas por enquadramentos de sentido e por assimetrias de poder. Supunha que dito material revelaria campos agentivos de ser sujeito inteligível e legítimo que seriam marcados diferencialmente, ao longo das décadas e nestes diferentes cenários, por saberes mais ou menos legítimos (como o biomédico), plataformas de comunicação de acesso mais ou menos disseminado (como a imprensa e, depois, a internet) e formas de fazer política (militância comunitária, política partidária, ativismo).

Ela não deixou de ser isso, mas se tornou mais. O que pretendo demonstrar na tese é que para tornar a própria vida e o próprio estatuto de pessoa generificada inteligível e reconhecível, tais obras não apenas negociam com constrições de significação, elas expõem os limites e contradições do enquadramento disponível e o reconfiguram. No processo de narrar a verdade de sua trajetória, oferecem outros modelos epistêmicos, outras estruturações temporais de passagem da vida, outros modos de personitude, de habitar um corpo. Não apenas são restringidas por condições materiais de acesso à autoridade narrativa e ao mercado editorial (como convenções de gênero, assimetrias de classe e raça, e de detenção de capital intelectual); elas intervêm e respondem a estas condições, e produzem novas normatividades.

Sendo assim, o gênero auto/biográfico trans não se dá, na melhor das hipóteses, em paralelo e, na pior, em tensão ao desenvolvimento do campo de estudos trans. Não se trata de simples constatação de fatos, de escritas pouco elaboradas e ingênuas, ou de mera resposta assimilacionista a um interesse voyeurista cisgênero. É berço de tal campo de estudos, tem trajetória enquanto gênero literário em paralelo e em articulação ao movimento de institucionalização acadêmica desse campo, e oferece distintos projetos de conhecimento sobre existência generificada e corporalidade, articulados por marcadores de sexualidade, raça e classe, dentre outros, e por regimes de moralidade.

Obras auto/biográficas não mobilizam necessariamente instrumentos convencionais de investigação científica, nem seguem procedimentos empíricos padronizados ou se valem de corpos de trabalho intelectual canonicamente reconhecidos em instituições de ensino superior. Trata-se de reconhecer que há outras modalidades de produção de conhecimento crítico, que seguem diferentes roteiros e métodos, tão centrais à constituição do campo de estudos trans quanto o domínio acadêmico especializado.

Isso significa considerar a potência intelectual e reflexiva não só de autôries da contemporaneidade que mobilizam teoria queer e de gênero na escrita de si, que tensionam as construições formais do gênero auto/biográfico – como Kate Bornstein e Janet Mock. É preciso também notar como há modos de saber sendo postos em prática e no papel por escritôries que reivindicam a legitimidade de sua perspectiva situada como sujeitos de conhecimento, de sua autoridade enunciativa e sentido de si, criticam pressupostos estabelecidos de pensamento e rearranjam a linguagem usada para falar sobre elus. É preciso resgatar com outra lente o processo histórico de produção de ideias constituído por essas obras, operando de modos distintos em cada país, que através de práticas, referências e códigos localizados em espaço e tempo inscrevem e expressam outras analíticas. Como essas ideias se articulam?

Assim, o objetivo dessa tese se tornou mapear o desenho desses processos históricos – empreender uma cartografia do gênero literário (Régis e Fonseca, 2012), por assim dizer, tentando desenhar, em referência a cada país, os nós significativos em cada geração, os movimentos realizados entre eles, suas ideias, referências e propósitos, e o entorno que delimita e constitui os nós e os movimentos. Enquanto esse desenho se dá, vou comparando os dois mapas. Trata-se de uma estratégia de conhecer interessada tanto nos deslocamentos e discontinuidades ao longo do trânsito quanto na intensidade de cada parada. Trata-se de uma empreitada que se assume parcial, impossível de se completar – seja porque os movimentos continuam se dando, seja porque a perspectiva de quem mapeia também é limitada, seja porque é feita com um propósito e assim prioriza certas coisas e não outras.

Pretendi fazê-lo tendo como enfoque de atenção desse campo biográfico a partir da literatura o apontado por Lilia Schwarcz: tanto os condicionantes sociais que afetam a atuação de sujeitos quanto elementos internos das obras e dos sujeitos nelas inscritos, considerando aspectos de conjuntura situada em articulação ao conjunto de ideias, referências mobilizadas, convenções presentes nas obras que formam e informam autôries (2013). Penso tais textos, seguindo a antropóloga, “não como ‘reflexo’, mas antes como ‘produção’ de costumes, conhecimentos e poderes” (ibid.: 60). Também considero o diálogo que estabelecem tais obras e autôries entre si, os

modos como seus modelos de pensamento e repertórios se articulam, desafiam, convergem e recusam (ibid.: 61) – em um mesmo momento, e ao longo da passagem do tempo.



Esse mapeamento se dá a partir de uma perspectiva situada, marcada pelas minhas lentes sociais, intelectuais, pelo meu corpo e minha trajetória. Assim, é necessário pontuar que minha brancura e minha posição de classe média permitiu que acumulasse entradas e permanências em instituições de ensino de prestígio brasileiras e estadunidenses que viabilizaram acesso, por exemplo, a estudos queer e trans, à literatura e ao conhecimento acerca de ativismos LGBTQIA+ norte-americanos – algo que não só despertou meu interesse pela comparação entre os contextos do Brasil e dos Estados Unidos como também levou à conformação de minhas afiliações teóricas, o que espero restará evidente ao longo da tese.

Esse acesso marcado por raça e classe também foi o que permitiu a realização dessa pesquisa, em especial minha temporada de estágio na Universidade da Pensilvânia nos Estados Unidos e a condução de pesquisa documental lá: a minha fluência na língua inglesa; a possibilidade de me sustentar com a bolsa de doutorado no exterior sem precisar contribuir com o subsistência de familiares; uma estadia que embora tenha envolvido ruídos, dificuldades de comunicação e descasos por eu ser do sul global foi completamente livre de episódios de racismo – tudo isso levou a uma realização da investigação sem grandes incidentes, e sem ameaças à minha estabilidade física e emocional<sup>5</sup>. É uma forma de privilégio, em um espaço ainda consideravelmente elitista e branco como é a universidade, não se ver diante de portas fechadas, não ver condições estruturais ameaçando permanência, não ter trauma como aspecto definidor da dinâmica de trabalho.

---

<sup>5</sup> Duas circunstâncias desestabilizaram consideravelmente a condução da pesquisa. Uma foi o subitâneo adoecimento da professora Heather K. Love, especialista em estudos queer e trans e literatura e que seria minha supervisora, semanas antes de minha chegada nos EUA. Em virtude desse infeliz acontecimento, minha supervisão foi remanejada para a professora Deborah Thomas, do departamento de antropologia. Embora a professora Thomas tenha sido muito solícita e aberto as portas de seu grupo de estudos de performance e etnografia experimental (me apresentando textos e autôries do campo de estudos de performance racializados que se tornaram centrais à tese, como Tavia Nyong'o e Kara Keeling), não pude conviver com alguém que tivesse tanta familiaridade com temas e referências similares aos meus como a professora Love. Tentei estabelecer algum contato com meus orientadores de pós-graduação, mas eles estavam em grande parte individualmente dedicados a suas pesquisas e longe da universidade. Fiquei mais tranqüilo em saber que a professora Love se recuperou da enfermidade e hoje em dia retomou suas atividades.

A outra circunstância, mencionada em alguns momentos desta tese, foi a eclosão do coronavírus em março de 2020. Quando a doença começou a se disseminar, atingindo intensamente Nova York, eu estava prestes a iniciar uma pesquisa no arquivo de imprensa da Biblioteca Pública de Nova York. A biblioteca foi fechada na data em que iria começar minhas atividades e alguns dias depois a Universidade da Pensilvânia também suspendeu atividades e iniciou a evacuação de moradias estudantis (onde eu residia), levando a meu retorno urgente para o Brasil quase 2 meses antes do previsto. Isso, evidentemente, teve impacto direto na coleta de dados que deveria realizar – em especial no que toca a formas de tratamento, pela imprensa, de temas relacionados a transexualidade e transgêneridade, bem como a autôries, ao longo da história do gênero auto/biográfico no país. Descrevi melhor o modo como a emergência do COVID-19 e as medidas de contenção e enfrentamento da pandemia tomadas afetaram a condução da pesquisa em entrevista à Revista Fapesp em abril de 2020. Ver aqui: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-maioria-dos-moradores-retirados-do-meu-predio-era-de-chineses-e-coreanos-e-as-fronteiras-com-esses-paises-ja-estavam-fechadas/> (último acesso em 13/04/2022)

É também uma perspectiva situada com efeitos no que me produz interesse, nas perguntas que fiz, na forma de interpretação dos dados e no meu objetivo de pesquisa no que tange ao seu atravessamento de gênero. Desde a descoberta de “Nina here nor there” na Biblioteca de Princeton em 2014 algo na minha percepção de mim e do mundo mudou. O desejo em investigar obras auto/biográficas tinha enfoque inicial nas de autoria transmasculina, o que se mostrou redutor com o passar do tempo e levou ao redimensionamento do recorte.

O que quero dizer é que esses livros se tornaram uma forma de nomear meus próprios desconfortos e desejos no que toca a identidade de gênero, se tornaram um veículo de outros horizontes de existência para mim no processo de entender que a identidade feminina não fazia sentido, que o borramento de gêneros e expressões masculinas eram algo que me atraía. A pesquisa nunca se deu de modo distanciado, em exterioridade; meu investimento afetivo estava inteiramente ali porque nesses livros eu me via imaginável, possível – eu via formas de existir e significar a subjetividade que não eram circunscritas aos padrões de gênero binários a que tinha sido apresentada. Ler não era uma experiência apenas intelectual, como se meu corpo não visse inteiro o que os olhos captavam; com os livros eu me afetava, ofegava, me emocionava, chorava. Com os livros aprendi formas de modificar minha aparência, de questionar a generificação de minhas formas corporais, de pensá-las e movê-las através de outra grade de sentido. Não demorou muito para o fôlego diacrônico da pesquisa ser uma forma de também resgatar e visibilizar uma história que também era minha, um pertencimento e uma genealogia que me davam lugar no mundo.

Desta forma, como diz Teresa de Lauretis em “The practice of love”, a única garantia que consigo dar sobre este trabalho é que ele é marcado por especulação subjetiva, por incertezas quanto aonde piso, pela fantasia como condutora de minhas referências teóricas e minhas análises, pela “mobilidade desnorante do meu desejo” (1994: 4). Ele é marcado por um desejo de conexão entre obras, autôries e suas ideias que me permite me envolver com o passado de forma íntima e implicada com a potência política das práticas estéticas aqui analisadas. Nesses termos, inspira-se muito na lição de Gayatri Gopinath (2018) de que “curadoria” – seleção, desenho montagem e interpretação de obras de arte – tem a mesma raiz de “cuidar”, e “cuidar” envolve tanto promover assistência quanto se importar, atentar para (em inglês, “care for” e “care about”). É um compromisso pessoal de “‘prestar assistência a’ e ‘se importar com’ as conexões entre esses textos e, crucialmente, tornar aparente porque essas conexões importam e o que elas nos dizem sobre nossos passados e futuros imbricados” (ibid.: 4).

Passar, durante a realização do doutorado, por processos de: questionar de minha própria identidade de gênero; perceber que não estou só nesse desconforto quanto ao paradigma de gênero binário; encontrar outras linguagens e modelos de pensamento; testar corporalidades e expressões

generificadas; desenvolver tanta gratidão e admiração por quem veio antes e colocou sua experiência em palavra; desejar que nunca ninguém se sinta só deste jeito, e encontre pertencimento nesse tecido longo e denso (Gyasi, 2017)<sup>6</sup> de desobediência da cisheteronorma – isso afetou inteiramente as perguntas que fiz, a perspectiva analítica que assumi, o que nas obras chamou minha atenção, e a estruturação da tese. Também orientou meu propósito: tornar disponível para outres essa rede que transformou tão profundamente a minha vida e meu modo de entender o mundo.

Meu material de pesquisa é formado por biografias e autobiografias, chamadas ao longo da tese, como leitôries já devem ter percebido, pelo termo guarda-chuva “auto/biografias” – para não ficar repetindo as palavras em separado, mas também porque creio ser evidente que todas as analisadas envolveram participação e elaboração diretas das pessoas cujas vidas foram escritas em texto. São obras que narram trajetórias especificamente de pessoas transexuais, travestis e transgênero produzidas no Brasil e nos Estados Unidos de 1967 a 2019. Ademais, meu corpus é composto por reportagens, críticas, resenhas e comentários sobre tais obras em veículos de mídia, feitos pelas pessoas biografadas ou não.

Também incorporei matérias na imprensa sobre transexualidade, travestilidade e transgeneridade de modo mais amplo. Em termos metodológicos, realizo precipuamente análise documental, tomando estas fontes como objeto etnográfico – embora tenha realizado etnografias de eventos literários durante o doutorado, como tardes de autógrafo, lançamentos de livros, oficinas de literatura trans, etc. Quando elaborei o projeto, tinha pretendido entrevistar autôries de obras do recorte; porém a pesquisa documental foi ganhando significância própria à medida que a escrita como tecnologia de disputa epistêmica e política ao longo de um desenrolar histórico de produção de assimetrias discursivas tomou protagonismo – em especial em termos de constituição de imaginários de existência e enquadramentos de mundo na circunscrição das obras.

Adicionalmente, aspecto central da pesquisa é o processo de escrita, junto com minha orientadora Silvana Nascimento, da biografia da militante, carnavalesca, parteira e mãe e avó travesti Fernanda Benvenutty, falecida em fevereiro de 2020. Como pretendo demonstrar na tese, a

---

<sup>6</sup> A referência merece citação direta, pela potência de suas palavras. O livro de Yaa Gyasi narra, atravessando séculos, trajetórias de descendentes de duas irmãs ganenses do século XVIII – após uma, Effia, ser concedida a um homem britânico que ocupava o posto de governador na colônia e outra, Esi, ser levada para escravidão nos Estados Unidos. Rumando para o fim do livro, acompanhamos Marcus, um descendente distante de Esi e o primeiro da família a fazer faculdade e entrar na pós-graduação. Ao falar do desenrolar de sua pesquisa de doutorado em sociologia sobre a história da exploração da mão de obra negra relacionada à escravidão, da monumentalidade atordoante e quase intransponível que parece ter, reflete: “Ela parou de andar. Pelo que sabiam, estavam parados em cima do que antigamente era uma mina de carvão, uma sepultura para todos os prisioneiros negros que tinham sido recrutados para trabalhar ali. Uma coisa era pesquisar um assunto. Outra totalmente diferente era ter vivido aquela situação. Ter sentido como era. Como explicar a Marjorie que o que ele queria capturar com seu projeto era o sentimento do tempo, de ter sido parte de alguma coisa em um passado tão remoto, tão impossivelmente grande, que era fácil esquecer que ela, ele e todos os demais existiam ali — não separados, mas ali dentro” (2017: n.p.)





autoria com outras pessoas. Também se distingue em virtude da posicionalidade, das perguntas, e das referências proporcionadas pela disciplina antropológica. Trata-se primordialmente de um interesse não nos livros em si, mas no que permitem acessar em termos de redes de significação que expressam e dos quais fazem parte, em articulação a enquadramentos hegemônicos de sistemas sociais mais amplos. Instiga a pesquisa a apreensão das diferenças de entendimento que o pertencimento de autôries e suas obras a diferentes posições sociais enseja, no processo de constituição do gênero autobiográfico e em sua articulação com o regime discursivo mais amplo acerca de subjetividades trans. Seguindo Marilyn Strathern (2014[1987]) e Eduardo Viveiros de Castro (2018), entendo que isso se dá a partir de uma relação com interlocutôries e de um processo de comparação e tradução de suas operações intelectuais, situando o lugar de onde a tradução parte (seus limites, condições de habitação, caminhos que o produziram) e o fundamento de seu sentido como ponte entre mundos incommensuráveis, entre compreensões e formas de organização de conhecimento que não se equalizam.

É a perspectiva antropológica que permite, por exemplo, me afastar de uma atenção única a modos de resistência – como o feito por Chaves –, que muitas vezes mais interessa a quem es lê do que ao que autôries e obras propõem fazer. A disciplina, como pontuado por Saba Mahmood (2006), nos convida a considerar a densidade de modos de reação à violência das normas e multiplicidade de projetos de elaboração sobre si e sobre a socialidade, para além da dicotomia reprodução/resistência. Atento aqui, então, a desejos de pertencimento a hegemonia, a contradições e a práticas de negociação com padrões de gênero como também movimentos relevantes operados por essa literatura que tensionam, de diferentes modos, o regime cisnormativo estruturante de enquadramentos sociais de sentido e organização social.

Por fim, me diferencio em relação a esses trabalhos em virtude da proposta de análise comparada entre o contexto brasileiro e o estadunidense. Inspiro-me em parte no trabalho realizado por Bernardo Fonseca Machado (2018), que se debruça sobre o trânsito de pessoas, emoções, produções artísticas e imaginários no âmbito do Teatro Musical entre São Paulo e Nova York, suas condições sociais e noções de universalidade e diferença que tais movimentos produziam. Na condução de sua pesquisa, o antropólogo recusa predefinições acerca de cada contexto, bem como acerca dos trajetos entre eles – toma o termo “trânsitos” como o mais apropriado por demarcar a constituição de tais movimentos “por práticas de poder: há entraves, tráfego, dificuldades, e intensidade de fluxo. A palavra contribui para evitar pensar num plano global como sobredeterminante em relação a outro, local e sobredeterminado” (ibid.: 29). Deste modo, afasta-se de imediato qualquer interpretação que poderia tomar a comparação a partir de uma lógica de entendimento do que se desenvolve “primeiro” nos Estados Unidos, “mais evoluído”, em

comparação com o contexto brasileiro, “mais atrasado.” Não só a estruturação temporal linear e evolutiva é desafiada nesta tese, espero demonstrar, como também as relações entre os dois contextos se dão não em termos de fluxo unidirecional – mas de movimentos paralelos que encontram similaridades e dissonâncias, em ritmos e momentos distintos.

A comparação nesta tese se deu, principalmente, a partir de um mergulho nas obras, em alguns registros historiográficos e em arquivos de imprensa. Isso permitiu constituir cada cenário e os efeitos do tempo nele; deste modo, não estava tão interessada em traçar fluxos e reverberações entre eles. Todavia, assim como Machado, atentei para modos como desigualdades entre eles levavam a afetações assimétricas – por exemplo, a importância das teorias acerca do “transexualismo” elaboradas por Harry Benjamin nos anos 1960 na legitimação de identidades transexuais no Brasil dos anos 1980; a adoção primeiro da sigla GLBT e depois LGBT (cunhada nos Estados Unidos) pelo movimento social então homossexual no Brasil como forma de estabelecer diálogos ativistas transnacionais, mas também de se tornar mais compreensível a agências internacionais de financiamento de políticas de enfrentamento ao HIV/AIDS; e a tentativa de disseminar o uso de “transgênero”, termo guarda-chuva nos Estados Unidos, entre militantes transexuais e travestis entre os anos 1990 e 2000 visando a mesma inteligibilidade estrangeira e também um afastamento do estigma associado a “travesti”; uso este que nunca encontrou adesão e foi afastado – em prol da reivindicação e da reapropriação política e moral da categoria nacional.

Sendo assim, a constituição dessas duas cartografias se dava reconhecendo os trânsitos (nos termos de Machado) entre ideias, obras, vocabulários e agendas políticas, bem como as relações de poder que os afetavam. Porém não atribuiu tanta atenção para as passagens e contaminações e o molde desses movimentos; o enfoque se deu muito mais em como, de diferentes modos, em diferentes tempos e a partir de diferentes pressupostos e códigos, tais desenhos paralelos se acercavam e discrepavam em ritmos e instantes descontínuos.

Por fim, importante mencionar que tomo como perspectiva metodológica a genealogia foucaultiana. Trata-se de instrumento usado para investigar a emergência de sujeitos, saberes e significados que tem como intuito tensionar a cristalização de um molde de verdade, bem como evidenciar e questionar os sistemas de poder que levaram à prevalência desse molde e à instituição de posições de sujeito às quais se atribui legitimidade para conhecer e enunciar a verdade. Em “Nietzsche, a genealogia, a história” (1971) o filósofo francês a apresenta não como uma oposição à história, mas à pesquisa de origem e ao desejo de descoberta de verdade essencial – pretende escavar a partir de uma perspectiva situada e de interesses do presente o processo de feitura da origem e da verdade tal como é apresentada, sublinhando apagamentos, parcialidades e descontinuidades. Isso permite também que se repense não apenas a verdade e a estabilidade

incontestável do que tem sido enfoque de projetos de conhecimento, mas também o sujeito que conduz tais projetos: a ficção de sua neutralidade e racionalidade distanciada de paixões (ibid.: 279-280), e a imprescindibilidade de evidenciar a multiplicidade de acontecimentos que o formam e informam seu desejo de saber.

Aliado ao mapeamento da emergência de identidades e verdades de modo a evidenciar e desafiar os sistemas de poder que os fizeram, está a mobilização do que Foucault denomina, em outro momento (2010[1976]), saberes sujeitados – que se referem a duas modalidades:

De uma parte (...) conteúdos históricos que foram mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. (...) não foi certamente uma semiologia da vida em hospício, não foi tampouco uma sociologia da delinquência, mas sim o aparecimento de conteúdos históricos o que permitiu fazer, tanto do hospício como da prisão, a crítica efetiva. (...) blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos (...).

Em segundo lugar, (...) entendo igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. (...)

Chamamos assim de “genealogia” o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas locais. (...) Não são, portanto, retornos positivistas a uma forma de ciência mais atenta ou mais exata. (...) É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate. (ibi.d: 8-10)

A genealogia foucaultiana se faz particularmente relevante diante de uma história hegemônica fundada em violência de arquivo (Hartman, 2020[2008]). Sobre sujeitos a que impõe assujeitamento – no âmbito da pesquisa de Hartman, os violentados pelo regime de escravização nos Estados Unidos, mas sabemos que o alvo abrange outras comunidades em tempos vários –, essa história produz apagamento, nega o direito à enunciação, e/ou produz apenas registros de sua estigmatização e dominação: “histórias que existem não são sobre elas, mas sobre a violência (...) e a razão que se apoderam de suas vidas, transformam-nas em mercadorias e cadáveres e identificaram-nas com nomes lançados como insultos e piadas grosseiras” (ibid.: 15).

A escritora Carmen Maria Machado (2021[2019]), refletindo sobre o uso do termo em referência a pessoas queer, destaca o isolamento de sujeitos que não vêem pessoas como eles no passado, que não encontram um contexto para si. O que fazer, então, para contar histórias impossíveis, resgatar vidas consideradas indignas de narração ou violadas por documentos considerados legítimos? Ela nos propõe

Um livro de memórias é, em sua essência, um ato de ressurreição. Quem escreve as próprias memórias recria o passado, reconstrói diálogos. Conjura o significado de acontecimentos há muito adormecidos. Trança os fios da memória, do ensaio, dos fatos e das percepções e os molda numa coisa só. Quem escreve uma memória manipula o tempo; ressuscita os mortos. Dá a si, e aos outros, um contexto necessário. (ibid.: 12)

O papel de contra-história a ser exercido pela literatura a partir da atenção às lacunas que a história hegemônica esquece de cobrir permite a reapropriação tanto do trabalho do tempo que institui socialidades e subjetividades possíveis e legítimas em detrimento de outras quanto da autoridade enunciativa de tecê-lo. Carolina Cantarino Rodrigues (2011), ao articular genealogia e a literatura de Toni Morrison – em especial seus romances históricos – sublinha, assim como Machado, como a arte permite não só contar outras histórias, mas contá-las de outro modo: mobilizando documentos históricos mas voltando-os contra si mesmos, apagando o que eles destacam, resignificando o que tem linguagem cristalizada (e se lermos resistência onde se fala em “indisciplina” e “desobediência”?), olhando para as entrelinhas; atentando à multiplicidade de posições de enunciação; recusando a linguagem heróica e a flecha do tempo linear e evolutivo; evidenciando os artifícios, marcados por sistemas de poder, de constituição da história convencional e do sujeito da história, bem como “suas pretensões de universalidade e de valor de verdade absoluta” (ibid.: 159).

Esse contar de outro modo envolve, ademais, lançar mão de “saberes desqualificados pela história” e de quem os produz (ibid. 153-154). Rodrigues sublinha a relevância epistêmica e política dessa operação ao considerar os trabalhos de intelectuais negres (como Frederick Douglas e W.E.B. Dubois) e a ficção de Toni Morrison – mas também os documentos que embasam ambos, como por exemplo autobiografias de escravizados e ex-escravizados, muitas vezes proibidas (já que a pessoas negras era negado o direito à alfabetização) ou submetidas a suspeição, já que “a crítica literária as considerava tendenciosas e improváveis” (ibid.: 161). Assim como Foucault e, fazendo referência a Deleuze e Guattari, Rodrigues nos convida a atentar não para o que esses documentos representam ou referem, mas de que modo intervêm – no corpo, no pensamento, nos modos de lembrar e esquecer e fazer o passado funcionar em prol de outras dinâmicas de existência.

Também o campo dos estudos transgênero tem como um de seus pilares o trabalho conjugado de leitura a contrapelo de conteúdos do conhecimento histórico (visando apreender os mecanismos de sua feitura e não apenas tomá-lo como retrato do real) e de resgate de saberes locais desqualificados, de acordo com Susan Stryker (2021[2006]). A partir da investigação conjunta de materiais como transcrições de processos jurídicos e arquivos de pacientes psiquiátricos, e de produções de saber efetuadas por pessoas trans e subestimadas por regimes de conhecimento

hegemônicos, tal campo de conhecimento consegue exercer sua missão: apreender e analisar a estruturação e dinâmica de sistemas de poder, e intervir de modo crítico neles (ibid.: 13-14).

Norteado por esse comprometimento em desafiar a centralização de discursos hegemônicos acerca de transexualidades, travestilidades e transgeneridades em geral, e a constituição prevalente de entendimento da escrita de si trans e sua história em particular, que me debruço nesta tese sobre dois saberes sujeitados: arquivos de imprensa de um lado; e obras auto/biográficas trans, de outro. Assim, pretendo expor e questionar a trajetória de instituição de significados únicos a transexualidades, travestilidades e transgeneridades, e suas operações de purificação e apagamento que permitiram a sua vigência e entendimento generalizado enquanto tais. Mas também pretendo colaborar no supracitado projeto levado a cabo por estudos trans, participando da reativação, reconhecimento e visibilização de saberes silenciados, implicados “em vidas reais de pessoas reais, e em processos de subalternização de discursos enunciados desde lugares de fala descentrados em relação à normatividade acadêmica” (Mombaça, 2015: 6). Seguindo Carmen Maria Machado, pergunto-me: o que esses livros recriam? O que rearranjam?

## Os métodos

### *Pesquisa documental: os livros*

O cerne da pesquisa residiu na delimitação das auto/biografias a compor o objeto de investigação e na análise desse material. A primeira etapa – a constituição do recorte – acabou passando, de um modo ou de outro, por uma leitura rápida de cerca de 45 obras de 2017 a 2019 (ano em que realizei estágio de pesquisa a Universidade da Pensilvânia e tive acesso mais facilitado a obras estadunidenses) e pelo monitoramento em sobrevôo de sua recepção na mídia. Como a tese seguirá uma ordem cronológica e os capítulos se referirão ao que denomino gerações do gênero auto/biográfico trans, o processo de delimitação também obedeceu a períodos históricos delimitados. Assim, há sub-recortes de obras referentes à: 1ª geração, que abrange de 1960 a 1985 nos EUA, e a década de 1980 no Brasil; 2ª geração, que abrange de 1990 a 2005 nos dois países; e a 3ª geração, que abrange de 2010 a 2020 nos dois países. Tais períodos são, explicarei nas páginas que seguem, produções analíticas para dar conta do desenvolvimento de certos processos políticos e literários envolvendo o tema das transexualidades, travestilidades e transgeneridades. Não são homogêneos, mônadas fechadas ou seguem uma linha evolutiva.

A delimitação de obras que compõem a 1ª geração foi relativamente fácil. Embora, nos Estados Unidos, outras biografias e autobiografias já tivessem sido lançadas anteriormente – como “Autobiography Of An Androgyne”, por June Jordan, em 1918 –, não receberam a mesma atenção da imprensa e não tiveram a mesma centralidade na formação da opinião pública que as lançadas a

partir da década de 60. Considerando esse período de tempo delimitei a escolha das obras a: “Christine Jorgensen: A Personal Autobiography”, de Christine Jorgensen (1967); “Emergence: A Transsexual Autobiography”, de Mario Martino (1977); e “Second Serve: A Renée Richards Story”, de Renée Richards (1983). Algumas poucas obras precisaram ser excluídas do corpus; é o caso de “I Changed My Sex!”, por Hedy Jo Star (1963) e “Canary: The Story Of A Transsexual”, de Canary Conn (1974). Para tanto, levei em consideração o mesmo critério - não tanto seu conteúdo em si, mas a atenção que receberam da mídia e de formadôries de opinião, como profissionais da medicina. No que toca ao cenário brasileiro, não precisei realizar exclusões; até onde sei no momento da escrita desta tese, e no que tange a esse período, as que fazem parte de meu recorte são as únicas do gênero de que tomei conhecimento: “A Queda Para O Alto”, de Anderson Herzer (1982); “Erro De Pessoa”, de João W. Nery (1984); e “Meu Corpo, Minha Prisão”, de Lorys Ádreon (1985).

Já em referência à 2ª geração, maiores dificuldades se apresentaram. Nos Estados Unidos se vê um número maior e um leque mais diverso de publicações. Meu principal critério de seleção se deu levando em consideração o contexto sócio-histórico particular de surgimento de uma comunidade e uma militância transgênero e os diálogos que obras poderiam realizar com essa subjetividade coletiva em franco desenho. Por conta disso, desconsidere obras estadunidenses como “Crossing: A Memoir” de Deirdre McCloskey (1999) e “She’s Not There: A Life Between Genders” de Jennifer Finney Boylan, cujas trajetórias narradas não expressam proximidade com redes de sociabilidade e ativismo trans.

Também me levou à exclusão de obras que tinham ditas redes como aspecto narrativo central, mas que se aproximavam mais da ficção do que da auto/biografia – caso de “Stone Butch Blues”, de Leslie Feinberg (1993) – ou não tiveram a mesma notoriedade verificável pela recepção da imprensa e por escritos acadêmicos que à época começaram a surgir – caso de “The Testosterone Files”, de Max Wolf Valerio (2006). Com isso, formei o seguinte recorte ao 2º capítulo: as estadunidenses “Gender Outlaw: On Men, Women And The Rest Of Us”, de Kate Bornstein (1994), e “Becoming A Visible Man”, de Jamison Green (2004).

No que toca às obras brasileiras, novamente o número reduzido de publicações tornou o processo de definição do recorte menos custoso. Pelo que sei até este momento de escrita, as lançadas neste período são “A Princesa”, de Fernanda Farias de Albuquerque e Maurizio Jannelli (1994), “Muito Prazer, Roberta Close”, de Roberta Close e Lúcia Rito (1998), e “Liberdade Ainda Que Profana”, de Ruddy Pinho (1998).

O recorte referente à 3ª geração, que abarca de 2010 a 2020, foi o mais arduamente elaborado – correspondeu ao período de profusão inédita de auto/biografias nos dois países. A priori, levando em consideração um interesse em explorar articulações entre militância e status de

celebridade e analisar o modo como subjetividades políticas são engendradas em relação tensa, mas de retroalimentação entre escrita, ativismo e entretenimento, acabei por excluir lançamentos de um campo profícuo em desenho: o de biografias conjuntas, tanto entre pais e filhas trans crianças e adolescentes<sup>8</sup>, quanto entre esposas e suas parceiras que realizaram transição de gênero<sup>9</sup>. Esse foi também um conselho feito em exame de qualificação<sup>10</sup>, sugerindo não apenas não tratarem essas obras do tema de interesse, como também serem primordialmente narrativas controladas pela pessoa co-autora cisgênera – as mães das crianças e as esposas das parceiras. Também achei por bem excluir sequências autobiográficas com certo distanciamento temporal das primeiras – caso das estadunidenses “No Way Renée” de Renée Richards (2007) e “A Queer and Pleasant Danger” de Kate Bornstein (2012), e da brasileira “Nem Tão Bela, Nem Tão Louca” de Ruddy Pinho (2007).

Esse feito ainda me deixou com muito mais livros do que conseguiria dar conta. Tomei por bem então tornar o que seria um capítulo sobre a 3ª geração em dois, definindo o recorte com base nos mesmos critérios anteriores: contexto de publicação em termos de temas de debate público relacionados a transexualidade, travestilidade e transgeneridade, bem como atenção tanto de plataformas de mídia e redes sociais de forma mais disseminada quanto de espaços comprometidos em uma reflexão acerca de transfeminismo, identidade de gênero, combate à cisheteronormatividade – como o âmbito acadêmico de estudos de gênero, a crescente comunidade literária LGBTQIA+, redes de artistas queer e trans e o transativismo. Esse mapeamento não ocorreu sem limitações: se deu principalmente através do acompanhamento de redes sociais como Instagram e Twitter, perfis de influenciadoras digitais nessas redes e no YouTube, páginas de artistas, ativistas, livrarias e editoras, e também através da busca via sites como o academia.edu de programas de cursos ofertados à graduação e à pós-graduação dedicados ao tema.

Esse mapeamento me levou a um grupo de obras, a meu ver, indispensáveis ao que pretendia com esta tese. O estabelecimento de relações entre elas se deu principalmente a partir de dois temas que julguei recorrentes ao longo dos anos que marcam a 3ª geração: o primeiro se refere ao debate sobre visibilidade e representação que se acirrou com a crescente presença de artistas trans no cinema, na TV e na música, e ganhou outra tônica com a gradual presença de candidatas trans concorrendo a e sendo eleitas para cargos no Poder Legislativo em ambos os países. Isso fez com que restringisse as obras referentes ao 3º capítulo às que narravam trajetórias de celebridades

<sup>8</sup> Cito, em especial, “Raising My Rainbow”, de Lori Duron (2013), e “Raising Ryland”, de Hillary Whittington (2015).

<sup>9</sup> Cito, em especial, “She’s Not The Man I Married”, de Helen Boyd (2007), “Argonautas”, de Maggie Nelson (2015), “She Said, She Said”, de Anne M. Reid (2018), e “Love Lives Here”, de Amanda Knox (2019) – este particularmente interessante: a autora narra o processo de transição tanto da filha pré-adolescente quanto da esposa.

<sup>10</sup> O exame de qualificação foi realizado em 11 de abril de 2019, com banca avaliadora composta por Amara Moira (Unicamp) e Fernanda Arêas Peixoto (USP).



e/ou pessoas envolvidas com política eleitoral que se tornariam parlamentares: “Transition: The Story Of How I Became a Man”, de Chaz Bono (2011); “Thammy: Nadando Contra a Corrente”, de Thammy Miranda (2015); “Tomorrow Will Be Different”, de Sarah McBride (2018); e “Eu, Travesti”, de Luísa Marilac (2019).

No que toca ao cenário brasileiro, auto/biografias de importância considerável e correspondência a meu objeto de questionamento referente a esse 3º capítulo precisaram ser excluídas do recorte por conta do excesso de material. Tomei como critério para tanto justo o que as torna tão ricas: narrarem trajetórias de figuras de terceira idade do campo do entretenimento, abarcando períodos históricos extensos, mas que estabelecem relações distantes tanto com a indústria de celebridades contemporânea quanto com a comunidade trans atual. É o caso de “Nany People: ser mulher não é para qualquer um” de Flavio Queiroz (2015), e “Rogéria: uma mulher e mais um pouco” de Marcio Paschoal (2016)

O segundo tema se refere a algo articulado ao primeiro, algo que subjaz e acompanha textos midiáticos sobre pessoas trans célebres: o de que há possibilidade atingível de sucesso material e pertencimento social no fim da transição, e em meio a uma sociedade supostamente mais igualitária e menos preconceituosa. O conjunto de obras aqui analisadas, publicadas durante o avanço gradual nos dois países da extrema-direita a cargos públicos e do registro de casos de violência transfóbica (com especial destaque ao transfeminicídio), culminando no fim da década de 2010 em um número recorde de projetos de lei que visam destituir a comunidade de direitos básicos, acompanha autôries envoltos nessa suposição de sucesso. João W. Nery com “Viagem Solitária” (2011), Amanda Guimarães com “Meu Nome É Amanda” (2016), Janet Mock com “Surpassing Certainty” (2017), e Thomas Page McBee com “Amateur” (2018) apresentaram olhares críticos, de modos distintos, a tais pressupostos em circulação e à próprias imagens de si, de gênero e vida desejável costuradas ao longo de sua trajetória.

A análise das obras, que levou ao desenho dos temas de cada capítulo, se deu a partir de uma segunda leitura, aplicando a seguinte série de questões a cada livro:

1. Como autôries tomaram consciência de seu desejo por uma existência generificada e da discrepância entre o entendimento de si e a leitura social?
2. Como imaginaram uma vida possível e como isso mudou ao longo da trajetória? Como produziram uma imagem de capacidades e limitações de ação – agência?
3. Em relação à materialidade, qual é a significância de transformações corporais? Quais?

4. Quais são os sentidos elaborados de masculinidade e feminilidade, mulheridade<sup>11</sup> e hombridade, verdade e mentira? Quais são os sentidos elaborados de: sujeito, vida, transexualidade/travestilidade/transgeneridade e transição? O que naturalizam, desafiam e produzem?
5. De que modo transição e relacionamentos afetam um ao outro? Pessoas engajam em relacionamentos (quais?) e se descobrem trans ou relacionamentos sofrem alterações em virtude de uma assunção de si como trans? Relacionamentos inscrevem marcas em sujeitos ou sujeitos inscrevem marcas em relacionamentos?
6. Quais saberes e regimes discursivos são mobilizados e quais são questionados? Qual enquadramento de sentido é priorizado por autôries?
7. Qual é a estrutura narrativa dos livros?
8. O que autôries pretendem destacar e o que pretendem silenciar?
9. Qual é o objetivo do livro? Qual é o público pretendido?
10. Como organizam tempo, a linha temporal da narrativa? Como implementam ritmo à narrativa e qual a dinâmica de rememoração?

#### *Pesquisa documental: acervos de imprensa*

A segunda frente de investigação dessa pesquisa documental se refere à busca em acervos de jornais por reportagens sobre autôries e lançamentos de seus livros, bem como sobre o tratamento da transexualidade, da travestilidade e da transgeneridade na publicização de notícias conforme cada período de tempo em que as obras foram lançadas. No Brasil, me debrucei sobre os arquivos virtuais de A Folha de S. Paulo e O Globo por anos, até uma falha técnica do jornal carioca inviabilizar meu acesso em 2020 e o Serviço de Atendimento se mostrar incapaz de reinstituí-lo mesmo em mais de 6 meses de contato.

No que toca à 1ª geração, contabilizando o tratamento da transexualidade e da travestilidade pelos veículos, menções breves a autôries, matérias dedicadas inteiramente a sua obra e, no caso de Nery, uma entrevista concedida a cada jornal, obtive 69 artigos. No que toca à 2ª geração, até então havia verificado um alto número de publicações que faziam referência a autoras – em centenas, no que tange a Roberta Close e Ruddy Pinho –, mas não consegui baixá-las, lê-las e analisá-las em

---

<sup>11</sup> Uso “mulheridade” ao longo da tese seguindo o argumento de Letícia Nascimento: “para demarcar os diferentes modos pelos quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas. Além disso, a ideia também é conferir movimentos de produção, visto que o termo ‘mulher’ pode sinalizar algo que se é de modo essencial. Nesse sentido, o termo ‘mulheridades’ aponta para os processos de produção social dessa categoria. Por sua vez, o termo ‘feminilidades’ é uma categoria usada de forma a entender os modos pelos quais sujeitas dentro do feminismo dialogam com o que o imaginário social determina como ‘feminino’, e que, a partir desse roteiro cultural, produz cocriações e subversões” (2021: 25).

virtude do erro técnico do serviço de arquivo d' O Globo. Apenas tive acesso a suas manchetes, algo que considerei na análise ainda que reconhecendo a insuficiência de tal dado. Seguindo os mesmos critérios apresentados à 1ª geração (tratamento geral da temática, menções a autôries, matérias sobre suas obras), obtive apenas no acervo da Folha de S. Paulo 67 matérias.

A 3ª geração, e que abrange de 2010 a 2020, é marcada pela expansão da internet e pela disseminação de veículos de mídia virtuais de acesso gratuito – como Uol, Trip, etc. Adicionalmente, matérias publicadas em jornais e revistas tradicionais como Zero Hora, Veja e Época já em sua versão digital durante esse intervalo de tempo não dependem do escaneamento dos documentos para torná-los disponíveis a leitôries e não limitam (ainda) seu acesso a assinantes.<sup>12</sup> Ademais, a pesquisa no arquivo d'A Folha de S. Paulo se manteve. Sem acesso ao acervo d'O Globo, e em um mapeamento preliminar de outros veículos de mídia, tive os seguintes números de matéria no que toca a cada autôrie: 7 a Amanda Guimarães (autora de “Meu Nome É Amanda”); 24 a João W. Nery (autor de “Viagem solitária” e “Velhice Transviada”); 14 a Luisa Marilac (autora de “Eu, travesti”); e 39 a Thammy Mirada (autor de “Eu, Thammy”).

Nos Estados Unidos, meu plano de realizar pesquisa no acervo de veículos de imprensa da New York Public Library durante meu estágio como pesquisadore visitante foi obstado pela eclosão do coronavírus, com a interrupção de serviço da biblioteca e meu retorno antecipado ao Brasil em março de 2020. Por conta disso e por limitações financeiras que me inviabilizaram adquirir acesso pago de outros jornais (como o Los Angeles Times, o San Francisco Chronicle e o Washington Post), contratei unicamente a assinatura do New York Times em virtude de sua relevância nacional ao longo de décadas e utilizei o arquivo do jornal. Também encontrei arquivos públicos que foram úteis, mesmo que tenham fornecido números limitados de jornais e edições digitalizados: California Digital Newspaper Collection e Old Fulton New York Support Forum. No que toca à 1ª geração, considerando os veículos disponíveis, obtive 123 artigos. No que toca à 2ª geração, 56 artigos.

No desenho da 3ª geração estadunidense, tenho seguido o mesmo critério aplicado à brasileira, ampliando a pesquisa do acervo do jornal New York Times para outros sites de notícia – como Bustle, Cosmopolitan, New Yorker, People, Quartz e Slate –, ainda que o tradicional periódico novaiorquino tenha proporcionado o maior número de matérias encontradas na busca. Obtive os seguintes resultados no que tange a autôries: 34 a Chaz Bono (autor de “Transition”); 30 a Janet Mock (autora de “Redefining Realness” e “Surpassing Certainty”); 23 a Sarah McBride

---

<sup>12</sup> Notei de modo pouco sistematizado como ao longo da pandemia cada vez mais veículos de mídia começaram a estabelecer tais limitações de acesso. Isso não afetou tão significativamente, no entanto, o meu período de coleta de notícias.

(autora de “Tomorrow Will Be Different”); e 15 a Thomas Page McBee (autor de “Man Alive” e “Amateur”).

Uma mudança do tratamento de autôries ao longo da história tem tornado necessário um ajuste metodológico, em especial na passagem da 2ª para a 3ª gerações. Se nos anos referentes à 1ª geração se falava sobre autôries, suas imagens e seus corpos mais do que suas obras, com diminuto espaço a declarações feitas por elus, na 2ª, nos Estados Unidos, vemos uma mudança. Tanto veículos de grande imprensa quanto independentes os entrevistam mais longamente e cedem espaço para que publiquem artigos de sua autoria – sobre seus livros lançados, mas não apenas.

Também sua opinião é buscada em questões mais amplas referentes a diversidade sexual e de gênero, como a mobilização por projetos de lei que garantam proteção à população LGBTQIA+, produções artísticas que tematizem variância de gênero e formas não heterossexuais de desejo, e figuras que ganham notoriedade (como por exemplo os musicistas Billy Tipton e Sarah Buechner e o rapaz Brandon Teena, assassinado em 1993). Há, assim, no contexto norte-americano, uma mudança em termos de reconhecimento de autoridade discursiva de figuras particulares – no caso, as duas autôries analisadas: Kate Bornstein e Jamison Green. Ambas são brancas, advindas de famílias de classe média, com formação universitária e envolvimento em espaços de militância familiarizados com estudos de gênero, bem como emergentes campos de estudos gays e lésbicos, e estudos *transgender*.

Essa mudança parece se acentuar e ganhar ainda mais complexidade ao considerarmos a 3ª geração. Entre as décadas de 2010 e 2020 nos Estados Unidos, intelectuais trans não apenas são convidadas com maior recorrência a fazer análises pontuais sobre temas referentes à transgeneridade em entrevistas ou em artigos curtos. Tornam-se parte da equipe de articulistas, ou são apresentadas como especialistas nas questões em análise: masculinidade, padrões de gênero, representação de grupos vulnerabilizados na mídia, políticas de inclusão à comunidade LGBTQIA+, literatura e audiovisual. Essa maior concessão de espaço à voz de autôries (que são também jornalistas, roteiristas e diretoras, atôries, ocupam cargos políticos) produz efeitos não só no processo de categorização do material que venho empreendendo – na distinção, portanto, de veículos falarem **sobre** alguém, falarem **sobre** sua produção intelectual ou problemáticas com as quais são familiarizadas em virtude de experiências pessoais, e falarem **com** esses sujeitos, ou **deixá-los falar** livremente, elaborar análises mais amplas – mas também no produto da análise, como espero demonstrar.

O enquadramento da experiência pela imprensa se transforma. Na 1ª geração, periódicos definem narrativas de si elaboradas por autôries como uma interpretação subjetiva e pouco confiável do real, e portanto não relevante (em comparação com o desnudamento objetivo da verdade por

profissionais da medicina, por exemplo). Na 2ª geração, observando escritôries de classe média alta e com graduação em ensino superior em cursos de humanidades, reconhecem seu empreendimento elaborativo a partir de (embora, como veremos, não sobre) suas trajetórias individuais como forma de acesso privilegiado a um real cru que se faz melhor entendido e elaborado em virtude do letramento acadêmico que possuem. Trata-se, mais do que tudo, de um reconhecimento que se dá por conta de uma linguagem intelectualizada detentora de prestígio, distinção negada a pessoas trans racializadas e em vulnerabilidade socioeconômica.

Já na 3ª geração, trata-se de uma validação da autoridade epistemológica da reflexão autobiográfica – afetada ou não por modos de saber de instituições de ensino formais. Isso não significa que barreiras de acesso marcadas por raça, classe e capital intelectual não estejam em jogo; apenas duas autôries não são brancas, e todas têm formação universitária. Mas a valoração da experiência – em possível articulação a mas não dependente de referenciais intelectuais canônicos para se tornar legítima – como forma de produção de conhecimento passa por uma virada significativa ao longo dessas décadas.

No Brasil, dito movimento se dá com certa lentidão. Durante a década de 1990, transexualidade e travestilidade eram tratadas como temas exóticos – ao mesmo tempo fascinantes e assustadores. Pessoas transexuais e travestis eram retratadas como imagens evocadoras de sentidos específicos: criminalidade, promiscuidade, apelo sexual, engano, dentre outros. Esse processo de evocação levava, em diferentes escalas, a uma desconsideração de sua autoridade narrativa: veículos se concentram no que tem a especular sobre imagens que se tornam receptáculo figurativo, destituindo sujeitos de sua subjetividade e habilidade reflexiva.

Com o passar dos anos e o desenrolar da 3ª geração, vemos intelectuais trans produzindo conteúdo esporadicamente em periódicos e revistas digitais – como a escritora e professora Amara Moira com colunas em sites de notícias e revistas literárias, e os jornalistas Caê Vasconcelos, vinculado ao *Ponte Jornalismo* e Caio Maia, vinculado ao *Brasil de Fato* –; contudo, o número de articuladôries ainda é consideravelmente limitado, havendo maior recorrência na realização de entrevistas. Estas, ao longo da década, dividem-se entre as que atribuem foco a detalhes da vida, em especial à transição de gênero, a relação com o corpo e vivências de violência que as vitimam pessoalmente, e as que dão prioridade a reflexões que autôries elaboram sobre condições mais amplas de desigualdade que afetam pessoas trans, arte e militância.

Meios independentes ou vinculados ao ativismo LGBTQIA+ têm sido espaços mais convidativos a reflexões extensas de escritôries – como as plataformas Medium e Issuu, o portal Colunas Tortas, perfis pessoais ou grupos em redes sociais como Facebook e Twitter, e durante 2020, a seção “Pandemia Crítica” na página da editora n-1. Tais espaços se expandem se

considerarmos outros meios de expressão, como o audiovisual – nos últimos anos vimos o surgimento de uma profusão de canais no YouTube e vídeos no Instagram, que, no entanto, apenas consultei de modo secundário.

### *A escrita autoetnográfica de uma biografia*

Minha participação na feitura da biografia de Fernanda Benvenutty antecede o início formal de minha pesquisa de doutorado. Já havia viajado a João Pessoa/PB (onde Fernanda residia) em 2016 e realizado entrevistas extensas em que Fernanda apresentou os temas de sua trajetória que pretendia serem apresentados e desenvolvidos em livro. Ademais, nos deu acesso a seus documentos: fotos de diversas fases de sua vida, registros de eventos do ativismo trans municipal, estadual e nacional, materiais de campanha eleitoral, de quando se candidatou a cargos do Poder Legislativo, etc.

Durante a realização da pesquisa, fiz duas incursões à capital paraibana: no fim de maio de 2017 e em abril de 2019. Nesta primeira, eu e Fernanda exploramos mais detalhadamente eventos que ela havia exposto no ano anterior; ela também pôde realizar reflexões sobre o contexto sociopolítico em que se deu seu amadurecimento, tensões do movimento LGBTQIA+ local e nacional, bem como macro e microdimensões de violência. Ademais, nossas interações provocavam tensões produtivas sobre modelos narrativos desejáveis, pressupostos de significação e elaboração de existência generificada, e expectativas de propósito e público leitor visado do livro em elaboração.

Também nessa ida de 2017 Fernanda tornou possível que entrevistasse 8 colegas de trabalho em hospitais e de militância de modo a ter acesso a outros olhares sobre sua trajetória profissional e política. Ao passo que as entrevistas realizadas com Fernanda tinham roteiro mais aberto, seguindo dinâmicas mais apropriadas para o método história de vida, as realizadas com suas colegas tinham roteiro mais definido, eram mais objetivas e curtas. Tinham como intuito apreender o perfil de entrevistadas, situá-las no contexto de vida de Fernanda e registrar sua percepção sobre experiências que vivenciaram juntas, bem como sobre a própria Fernanda.

Na segunda viagem, em abril de 2019, levei a Fernanda o primeiro esboço do livro formado com base nas entrevistas realizadas em incursões anteriores. Ela pôde fazer uma apreciação do material, sugerir alterações e questionar caminhos narrativos. Também conseguimos recapitular os eventos que afetaram sua vida nos últimos dois anos, de modo a inseri-los no documento. A descoberta de um tumor nos rins e o tratamento que havia realizado no anterior afetou consideravelmente nossa interação: Fernanda atentou mais longamente ao reexame de sua trajetória, não apenas centrando-se na descrição de eventos.

Ao longo destes anos e nos intervalos de minhas idas a João Pessoa, também tive acesso a transcrições de entrevistas e anotações de caderno de campo de Silvana, referentes a suas muitas incursões a João Pessoa e Remígio e a suas interações não só com Fernanda, mas com seus parentes e companheiros de ativismo. Tais registros eram densos e numerosos, remontando a 2010 – período em que Silvana lecionava na Universidade Federal da Paraíba e passou a desenvolver projetos de pesquisa e extensão com a militância trans local. Davam, assim, maior lastro à reconstituição da trajetória de Fernanda.

Não voltei mais a João Pessoa desde então. Segui para realização de estágio no exterior no fim de abril de 2019 e me dediquei à transcrição das entrevistas realizadas na última viagem e a sua incorporação, junto com Silvana, ao esboço do livro. Fernanda faleceu em fevereiro de 2020 sem ver o livro pronto, enquanto eu e Silvana estávamos fora do país. Com nosso retorno ao Brasil, eu e Silvana começamos a buscar editoras que pudessem se interessar em publicar o livro. Recebemos em abril de 2020 uma resposta positiva da Patuá e desde então nos envolvemos em trâmites necessários para a publicação do livro. Em especial cito uma longa entrevista por vídeochamada com José Cleudo Gomes, companheiro de militância de Fernanda, sobre o adoecimento e morte, a comoção e as tensões entre familiares, ativistas e amigos que acompanharam os preparativos e a fazedura do velório e do enterro, a repercussão na mídia e entre figuras públicas do estado, e a performance da escola de samba Unidos do Roger, da qual Fernanda era presidenta fundadora e que teve sua trajetória como tema de desfile.

Ademais, empreendi uma breve mas intensiva pesquisa documental em veículos de mídia de João Pessoa em particular e da Paraíba de modo geral, tentando mapear como seu falecimento foi registrado. A reconstrução de um período da vida de Fernanda (e do desenrolar da perda) desconhecido por nós permitiu que refizéssemos o capítulo de encerramento de nosso próprio texto. Após o encerramento da escrita, passamos à revisão e no momento da escrita desta introdução aguardamos a publicação do livro pela editora.

Minhas anotações de campo e as entrevistas por mim realizadas, bem como meus registros pessoais do processo de escrita da biografia de Fernanda foram submetidos a uma lente autoetnográfica, e são analisados no último capítulo desta tese.

### **Alguns pontos de partida**

Parto, aqui, de alguns pressupostos conceituais que norteiam a análise e precisam ser destacados. Eles são: cisgeneridade; subjetivação; personitude e subjuntivização. As seguir os apresento brevemente.



Antes, no entanto, é necessário uma ressalva difícil de se fazer. Um dos objetivos desta tese é justamente mapear o modo como as categorias transexualidade, travestilidade e transgeneridade, e, logo, gênero são imaginadas, articuladas e expressadas por autôres ao longo do tempo, atravessadas por outros marcadores sociais da diferença, informadas por diferentes referências e a partir de múltiplas linguagens em contextos sociais variados. Isso faz com que esteja atente não a suas “compreensões” ou “crenças” a respeito de gênero – mas a seu trabalho elaborativo. A seus empreendimentos de análise.

Isso não significa que eu mesmo não tenha meus pressupostos acerca de gênero. O próprio modo de me acerrar a tais obras indica, espero, quais teorias me informam: em especial a de tecnologia de gênero, de Teresa de Lauretis, e a de performatividade de Judith Butler. Ambas se articulam no âmbito de um fundo pós-estruturalista de entendimento, que critica e se afasta de uma metafísica de substância estável, pré-discursiva, e definidora da identidade como base do trabalho cultural de interpretação<sup>13</sup>. A primeira, ao utilizar “tecnologia”, mobiliza a inspiração foucaultiana de sexualidade como tecnologia sexual para pensar em “um produto e processo de uma série de tecnologias sociais ou aparatos biomédicos” (1994[1987]: 209) que produz efeitos em corpos, comportamentos e relações sociais. No que toca à segunda,

O gênero não é de modo algum uma identidade estável nem locus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. Além disso, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um ‘eu’ generificado permanente. Essa formulação desloca o conceito de gênero para além do domínio de um modelo substancial da identidade para um modelo que exige uma concepção de temporalidade social constituída. (...) existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo. (2018[1988]: 3)<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Isso tem efeitos na desestabilização de uma das principais categorias mobilizadas por saberes (como o médico) e militâncias (como o feminismo radical trans-excludente) que patologizam e estigmatizam subjetividades trans: sexo. Judith Butler, na introdução de “corpos que importam”, de imediato refuta a sua percepção como atributo descritivo da verdade imutável de corpos, e destaca seu entendimento como efeito do sistema normativo de gênero: “(...) o ‘sexo’ é um ideal regulatório cuja materialização se impõe e se logra (ou não) mediante certas práticas sumamente reguladas. (...) é um processo mediante o qual as normas reguladoras [de gênero] materializam o sexo e logram tal materialização em virtude da reiteração forçada de normas. (...) O sexo não é, assim, algo que simplesmente tem uma descrição estática do que alguém é: será uma das normas mediante as quais esse ‘alguém’ pode chegar a ser viável, essa norma que qualifica um corpo para toda a vida dentro da esfera de inteligibilidade cultural” (2008: 18-19).

<sup>14</sup> A teoria da performatividade de gênero de Butler é, inclusive, mencionada por Susan Stryker (2006) como um dos mecanismos epistemológicos centrais de questionamento e desestabilização da episteme moderna e um dos pilares dos estudos transgênero.



Embora essa seja a base de meu entendimento de gênero, preciso pontuar que o verdadeiro norte da abordagem que assumo é a elaboração de Sandy Stone de transexualidade como *genre*, ou gênero em termos estéticos e artísticos – também seguindo forte inspiração pós-estruturalista em oposição a mecanismos de ontologização da identidade. Amplio-a como elaboração analítica da primeira categoria.

No seminal “The empire strikes back” (2006[1991]), Stone questiona o modo como corpos trans estavam sendo constantemente alocados à categoria de referentes sobre os quais se fala, territórios a serem disputados por outras epistemologias, e defende abertamente o escape de tais dinâmicas pela apropriação da expressão, do exercício corporificado de falar sobre si recusando as normas instituídas de plausibilidade e palatabilidade nesse falar. De acordo com Stone, “constituir transexuais não como uma classe ou um ‘terceiro gênero’ problemático, mas como *genre*” (ibid.: 231) é uma forma de fazer tal apropriação a partir do reconhecimento de sua capacidade de elaboração, emissão e inscrição de existências generificadas na realidade social e no regime discursivo de modo a perturbar e rearticular o enquadramento hegemônico de entendimento e descrição do mundo, bem como abrir espaço para outras histórias sobre diversas subjetividades serem contadas, miríades de alteridades “reconstituindo os elementos de gênero em novas e inesperadas geometrias” (ibid.)<sup>15</sup>. É esse entendimento de gênero que orienta minha perspectiva.

Passo, a seguir, ao delineamento de meus pressupostos conceituais fundamentais.

Cisgeneridade é assumida aqui não como um atributo identitário que opõe sujeitos em uma dinâmica binária – a saber, pessoas cis de um lado, e pessoas trans de outro. Trata-se de uma forma de nomeação de referenciais não marcados acerca de subjetividades e corporalidades generificadas, e de exibição de um sistema regulatório que naturaliza e normativiza não só existências, mas modos de perceber o mundo e produzir conhecimento, entendimento.

Viviane Vergueiro (2016) e Amara Moira (2017) refletiram de modos distintos mas articulados acerca do conceito, partindo da resistência a seu uso apresentada seja pela academia hegemônica, seja por membros da militância cisfeminista e LGB: ele seria apreendido como redutor, binário, palavra inventada para impor identidades a outres.

Moira sublinha o modo como a recusa da palavra revela um empreendimento social de significação de experiências generificadas que historicamente se apoia no entendimento de “trans”

<sup>15</sup> Para quem leu o artigo de Stone, pode parecer curioso eu me inspirar nele. Afinal, ela critica duramente autobiografias e biografias de pessoas transexuais que seguem os códigos de legibilidade impostos por saberes médicos e pelas normas de gênero – como as já citadas “Man into woman” e “Canary”, e a britânica “Emergence” de Jan Morris. Gosto de pensar, no entanto, que o passar do tempo pode ter feito ela notar que tai escritos, ao jogarem com essas normas visando a um público leitor específico (a saber, profissionais da medicina e a comunidade cis mais ampla) também estavam exercendo sua capacidade elaborativa da própria subjetividade generificada, e provocando tensões em gramáticas que sequer as imaginavam possíveis.

como identidade excepcional, marcada e eminentemente unívoca, à revelia dos sentidos que pessoa trans tenham a atribuir ao termo e à revelia de seu desconforto e discordância no que toca a essa significação hegemônica. O emprego de “cis”, ou “cisgeneridade”, faz parte de um movimento de evidenciação e questionamento da dinâmica relacional entre cis e trans que autoriza a explicitação e demarcação da segunda como peculiar, situada, minoritária, categoria imposta a sujeitos para explicá-los, dizer o que são – ao passo que institui como referência não marcada de normalidade e padrão universal a primeira.

Nesse aspecto sua reflexão se articula à de Vergueiro – que define a cisgeneridade como “perspectiva sobre corpos e identidades de gênero, [e] se constitui como normatividade que organiza moralidades, famílias, e também perspectivas assistencialistas, de tutela e sujeição sobre estas diversidades [corporais e de identidades de gênero] (2016: 251). O intuito de centralizar a reflexão nesta categoria, afirma a intelectual, é justamente o de nomear o processo histórico de instituição de um paradigma de normalidade de identidade de gênero e experiência corporal sem “recorrer a terminologias que, de uma maneira ou outra, partem da naturalidade ou superioridade ciscênica – como (...) ‘biológico’ ou ‘de verdade’” (ibid.: 252). Não se trata, portanto, de uma reprodução da empreitada impositiva de identidades a que pessoas trans foram historicamente submetidas; mas de apontar o funcionamento de um sistema regulatório que impõe e naturaliza existências generificadas, e faz parte da constituição de uma matriz de inteligibilidade<sup>16</sup> mais ampla, interseccionalmente marcada – afetando não só como entendemos sujeitos e suas fisicalidades, mas também produzimos conhecimento, empreendemos lógica ao ato de entender, percebemos o tempo.

Vergueiro qualifica a cisgeneridade a partir de três eixos: a pré-discursividade (i.e., a assunção de que há uma verdade objetiva que precede o entendimento sociocultural – como sexo estaria para gênero); o binarismo (i.e., a classificação de diversidades em apenas duas alternativas exclusivas, excludentes e imiscíveis, como homem e mulher); e a permanência (i.e., de que a verdade e a normalidade residem no que é coerente e consistente). Ressalto-os porque permitem que compreendamos como trânsitos de gênero foram estigmatizados e patologizados, mas também como tais caracteres fazem parte da história de epistemologias e de matrizes de inteligibilidade

<sup>16</sup> A categoria é de Judith Butler, e se refere a uma gramática prescritiva que regula o modo como identidades se tornam inteligíveis, apreendidas como naturais, normais, tomadas como dados do mundo. Para tanto, normas sociais de inteligibilidade de sujeitos atuam diretamente atravessadas por gênero, afinal “as ‘pessoas’ só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (2013. 37). Logo, tais normas produzem “relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática social e desejo” (ibid.: 38), relegando certas identidades ao âmbito do impossível, do inclassificável. Elas se tornam “falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformam às normas de inteligibilidade cultural. Entretanto, sua persistência e proliferação criam oportunidades críticas de expor os limites e os objetivos reguladores desse campo de inteligibilidade e, consequentemente, de disseminar, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade, matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (ibid.: 39).

hegemônicas. Isso, pretendo demonstrar, se evidencia nas práticas elaborativas de autôries, no modo como negociam, instrumentalizam e desafiam tais pressupostos ao falarem tanto de seus sentidos de si e processos de modificação corporal, mas também ao falarem sobre fantasia e realidade, identidade individual e coletiva, representação, passado e futuro.

Esse trabalho conceitual é produto de processos de conhecimento, assinala Vergueiro, que vem de ativismos e comunidades transfeministas, de outras dinâmicas de leitura sobre o mundo. Tomo isso como pressuposto fundamental ao argumento central desta tese – e desse modo, empreendo um leve deslocamento do advogado por Moira em seu ensaio. A doutora em teoria literária afasta a centralidade da auto-identificação e do testemunho como meios de reflexão sobre existências trans, afirmando sua insuficiência no processo de alargamento de sentidos de mulheridade e hombridade – seja por não dar conta de leituras imediatas de corpos e sujeitos, seja pelo modo como vem se exercendo a partir de linguagens simplificadas e impostas pela cisnorma, seja por não ser definitiva e suficiente em si, e demandar reconhecimento social.

Concordo em parte com Moira. Penso que as auto/biografias aqui analisadas podem demonstrar como o relato testemunhal fundado na auto-identificação pode perturbar a legibilidade social e propor outras leituras, e em sua tessitura narrativa constituir um corpo de conhecimento – heterogêneo, complexo, multissituado – que de diferentes formas em diferentes conjunturas revela e perturba a cisgeneridade.

Outro pressuposto fundamental que norteia a tese é “processo de subjetivação.” O termo é de inspiração foucaultiana, seguindo os elementos que constituem o caminho analítico de sua formulação. Articulações entre saber, poder, crítica e jogos de verdade o sustentam.

Michel Foucault chegou a declarar que o grande objetivo de seu trabalho ao longo de décadas foi não o poder, como muito se dizia, mas a “história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos” (1984: 231). À categoria sujeito dois sentidos se articulam em sua produção intelectual: o de assujeitamento, que envolve ser examinado, significado e controlado a partir de práticas coercitivas; e o de “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura elaborar, se transformar e se atingir um certo modo de ser” (Foucault, 1984: 265). Tal sujeito, ele destaca, não pode ser pensado em termos de essência ou substância atemporal; trata-se de formas que se exercem de acordo com contextos sócio-históricos de modo mais amplo, e dimensões da vida, de modo particular (como se constitui como sujeito político ao votar, distinto do sujeito desejante em uma relação sexual). Isto é, não se trata também de um voluntarismo livre, individualista, mas de campos de possibilidades afetados pelo seu meio social, as condicionantes temporais e o pertencimento a comunidades específicas.

Esse enfoque se dá a partir de uma perspectiva muito particular: a relação entre tais formações em seu decurso histórico e em diferentes dimensões da vida e jogos de verdade. Com isso, refere-se não a algo do campo do jocoso, frívolo, não real; mas a “um conjunto de procedimentos que conduzem a um certo resultado, que pode ser considerado, em função dos seus princípios e das suas regras de procedimento, válido ou não, ganho ou perda” (ibid.: 282). Assim entendidos, tais jogos de verdade podem se conectar ao nexos de saber e poder de diferentes formas: como a produção de certo saber médico orienta o tratamento de vidas que patologiza, por exemplo? Como tal saber foi contestado por outros ao longo do tempo? Como a disputa por autoridade em dizer a verdade produz diferentes definições sobre a existência generificada?

Isso se dá, porque nos alerta o filósofo, relações de poder não se equiparam a relações de dominação – unilaterais, inteiramente constritivas e sem espaço para contraconduta. São, isso sim, móveis, instáveis, e carregam em si a possibilidade da resistência. Essa resistência, por sua vez, não pode ser reduzida a uma significação unívoca de recusa, ruptura e transformação; pode ser entendida de modo mais amplo e abarcar nuance na variedade de suas formas. Uma instância dessa resistência, possível de notar no pensamento do autor, é a crítica.

Se relações de poder são “jogos estratégicos que fazem com que uns tentem determinar a conduta dos outros, ao que os outros tentam responder não deixando sua conduta ser determinada ou determinando em troca a conduta dos outros” (ibid.: 285), o governo é uma forma de condução mais ampla de pessoas que se expandiu por uma série de instituições (inicialmente da religião cristã ao Estado, escola, família, etc) que teve como seu contraponto necessário a atitude crítica – não como uma refutação absoluta das artes de governar, mas como “maneira de desconfiar delas, de recusá-las, de limitá-las, de encontrar-lhes uma justa medida, de transformá-las, de procurar escapar (...) ou, em todo caso, deslocá-las” (2019[1978]: 15). Trata-se mais, então, de um empreendimento que visa não ser governado assim, desta forma, por essas pessoas ou visando tais objetivos (ibid.).

Processos de subjetivação, assim, abrangem em seu campo de possibilidades de análise as constituições de formas de sujeito que reagem, em jogos de verdade, a formas de saber que tentam defini-los, classificá-los, administrá-los, conduzir suas possibilidades de vida. Meu interesse reside no modo como autôres empreenderam esses processos de subjetivação, dando particular atenção à multiplicidade de modos com que, em suas práticas, reagiram a produções de verdade sobre existência generificada em geral e transexualidade, travestilidade e transgeneridade em particular. Como nesse processo de se conhecer, cuidar de si e atingir um modo de ser enquanto sujeitos, entram em jogos de verdade – torcem algumas regras (enquanto aceitam outras), as recusam e/ou as refazem. Como se contrapõem a modos, propósitos, sujeitos de governo.

Processos de subjetivação e essa perspectiva de sujeito não se confundem com a noção de pessoa, ou personitude. Processos de subjetivação se referem ao que apreendo como uma costura discursiva que se dá subjacente à narrativa; a noção de pessoa tem sido historicamente entendida na antropologia, por sua vez, como uma categoria do espírito humano (Mauss, 2003[1938]). Uma noção que orienta e acompanha o discurso, ainda que não explicitamente apresentada: “Todos a consideram natural, bem definida no fundo da sua própria consciência” (ibid.: 369); mas se o francês a entendia não como senso e sim como conceito propriamente criado, algo notável no âmbito da representação coletiva, gostaria de tomá-la aqui abrangendo a percepção que não é descrita nitidamente mas tem importância inarredável como fundamento organizador da inteligibilidade de si e do mundo – afetando assim mentalidades e dinâmicas de relação social conforme seu cerne de significado, variável de acordo com tempo e meio social.

Marcio Goldman (1996) e Sonia Maluf (2013) fizeram um mapeamento do modo como a noção foi sendo trabalhada por diferentes escolas antropológicas – o primeiro estabelecendo aproximações e afastamentos entre modelos culturalistas, funcionalistas e estruturalistas; a segunda enfatizando, no que tange à noção, a diferenciação e diálogo com a noção de sujeito, inserindo na discussão outros campos de conhecimento, como estudos feministas. Embora, contrastivamente, Goldman aproxime a noção de pessoa da noção foucaultiana de processo de subjetivação, há um aspecto do desenho da noção feito pelo antropólogo que gostaria de reter: não a apreensão do termo como expressão articulada de algo substantivo, universal (como o pressuposto de indivíduo como nódulo fixo), mas como algo do campo do fato social total que conecta de modo indissociável os âmbitos físico, psíquico e social, e apenas pode ser compreendido situadamente nas práticas localizadas, variadas, imanentes (1996:105).

Sigo-o nesse aspecto ao considerar “pessoa” e “personitude” como categorias de análise que permitem dar sentido ao vivido; não as uso nesta tese como termos sociais para representar o “real”, mas categorias de organização do pensamento e da experiência social que indicam modos de conhecer e de perceber. Enquanto tais, a partir do acompanhamento das obras, defino como seus dois eixos constitutivos a relacionalidade e a corporalidade. A primeira tomando como referência Marilyn Strathern (2014[1990]) e sua recusa em estruturar o pensamento antropológico a partir da dicotomia indivíduo-sociedade, pensando “pessoa” não como entidade individual, mas apenas compreensível a partir de sua imersão em uma matriz de relações e da potencialidade de se relacionar. A segunda, por sua vez, tomando como referência o seminal texto de Anthony Seeger, Roberto da Matta e Eduardo Viveiros de Castro (1979), que ao instituir novos paradigmas de estudo de sociedades ameríndias atribuem especial atenção à categoria pessoa e sua vinculação à fabricação de corpos.

O corpo é tomado não como “simples suporte de identidades e papéis sociais, mas como instrumento, atividade, que articula significações sociais e cosmológicas; o corpo é uma matriz de símbolos e um objeto de pensamento” (ibid.: 11), tendo centralidade nas mitologias, nos ritos e na organização da vida social, informando práticas. Ele é o ponto de convergência na mencionada matriz relacional (por exemplo transmissão de substâncias fazendo vínculo, modificações corporais como instituição de papéis sociais, etc.) e assim como ela está em constante fazimento, desfazimento e refazimento, assim também está o corpo – a transformabilidade e o movimento de ambos são o que faz com que pessoa esteja sempre em transformação.

O que nos leva, por sua vez, ao último pressuposto conceitual que gostaria de destacar. Ao longo da tese eu uso reiteradamente termos como imaginabilidade, reconhecibilidade, inteligibilidade, legibilidade, etc., para me referir ao que autôries descrevem e ao que narrativas instituem: formas de existência se tornam imagináveis, modos de perceber e conhecer o mundo se apresentam como inteligíveis, corporalidades generificadas que desobedecem a normas de gênero se fazem reconhecíveis, livros instauram lugares de enunciação e trajetórias legíveis.

Isso pode levar ao seguinte questionamento: por que não imaginação, reconhecimento, entendimento, leitura? O sufixo “bilidade” demarca a qualidade do que é, para usar outro sufixo, “-vel” – portanto, imaginabilidade se refere a algo que é imaginável, passível de, porém não necessariamente imaginado. Refiro-me, assim, não ao que se realiza, mas à potência de se realizar – ao aspecto subjuntivo da produção auto/biográfica trans.

Faço referência aqui à formulação de Cáel M. Keegan em sua análise da obra das irmãs Lana e Lilly Wachowski (2018). Recapitulando uma entrevista concedida por Lana em 2012 ao Village Voice, em que ela diz “ao crescer, a fantasia era o mundo como o mundo nunca seria, e ficção científica era o mundo – cheio de problemas e ideias – conforme ele poderia ser” (ibid.: 2), ele inicia o desenho dessa qualidade subjuntiva. O intuito que orienta o fazer arte das irmãs, argumenta, é o de conduzir espectadôries a outro lugar – e esse intuito é também o fundamento da experiência e da fenomenologia trans (e, eu diria, de epistemologias trans):

(...) o desejo de fazer perceptível um sentimento de gênero que outres (ainda) não testemunharam. (...) Percebendo algo que outres não, o imaginário trans invoca sua própria literalização, ‘sua externalização, sua substanciação, em carne’ ([Prosser]84-86). Podemos dizer que trans descreve uma relação inerentemente subjuntiva com o que é considerado real, com o que pode ser comumente percebido. Para sobreviver, pessoas transgênero tiveram que fabricar imaginários que sustentam nosso desejo de nos tornar, nossa crença de que podemos nos trazer à percepção diferentemente. O mundo, e eu, como podemos ser. (ibid.: 2-3)

O senso de vida e modos de perceber e conhecer trans como fundados na possibilidade de transformar a realidade em outra coisa, por um lado, permite um enfoque atribuído a movimento, a um fluxo que desestabiliza um padrão de análise que operacionaliza categorias e sistemas classificatórios discretos, cristalizados. Também perturba seus paradigmas consolidados, fundados em estabilidade e univocidade de formas objetivas do mundo – o tempo, a realidade, a identidade, etc. O modo subjuntivo de existência e de entendimento é um chamado político e epistemológico a outros horizontes de possibilidade além do que é apresentado como verdadeiro, pré-discursivo, imutável. É um chamado à não conformidade, à especulação, à potência do que pode vir a ser em outros termos para além do estado de coisas e do roteiro de existência e de organização do mundo hegemonicamente instituído como inevitável.

Mas a subjuntivização também é relevante de ser pontuada porque envolve, em grande medida, a responsabilidade disseminada em reconhecer e se engajar na realização do que pode vir a ser. Autôries desenham esses campos de possível, inscrevendo-os no tecido social e no debate público. Mas tais desenho e inscrição não são suficientes para sua realização, para o imaginável se tornar imaginado, para o reconhecível se tornar reconhecido, o legível se tornar lido; ele depende, assim como pontuou Elizabeth Povinelli (2020), de um investimento ativo por parte des que recebem tais escritos na dinâmica de partilha de conhecimento de modo que haja esforço de abertura, percepção e interpretação do que é comunicado em outros termos que não os imediatamente disponíveis pelo enquadramento hegemônico. Depende, assim como pontuou Jota Mombaça (2015), não só do investimento de autôries de tensionar, negociar, romper com dinâmicas desiguais de enunciação e silenciamento, com regimes de produção de conhecimento que se pretendem imparciais e neutros e assim garantem a perpetuidade do estado de coisas que beneficia tanto elites marcadas (em termos e gênero, sexualidade, raça, classe) quanto suas imagens e narrativas dominantes produzidas de seu ponto de vista.

A subjuntivização torna evidente, como Mombaça afirma, que a instituição de um status dialógico e de um campo discursivo de partilha de sentido envolve não apenas interdições ao falar/escrever e ao enfrentamento delas. Envolve também a imprescindibilidade de se demandar a escuta e a leitura, de se demandar o engajamento de quem recebe tais interpelações em apreendê-las nos termos propostos por interlocutôries e em desafiar marcos hegemonicamente constituídos de enquadramento.

Dito isto, sublinhar o caráter subjuntivo do pensamento inscrito no corpo auto/biográfico trans analisado nesta tese não é uma demarcação de sua insuficiência, ou de anuência ao imaginário e à vontade hegemônicos. Pelo contrário: é uma forma de ressaltar a potência pouco considerada e pouco examinada de tal corpo de elaborar de outro modo, contra, além, em relação a matrizes de



entendimento estabelecidas – e apontar onde e como operam os impedimentos à realização dessa potência. Por isso minha análise não pretende mapear o que fizeram; não tenho condições de afirmar isso. Posso, no entanto, costurar o campo do que tais textos poderiam ter feito, podem ainda fazer.

### **A estrutura da tese**

A tese se divide em 5 capítulos, e com exceção do último segue ordem cronológica. Assim, o primeiro capítulo trata do que considero a primeira geração de auto/biografias trans, publicada entre os anos 1960 e 1980 nos Estados Unidos e na década de 1980 no Brasil. Já o segundo capítulo trata da segunda geração, referente a obras publicadas entre os anos 1990 e 2000; o terceiro e quarto capítulos, por sua vez, acompanham a terceira geração, que abrange auto/biografias publicadas entre os anos 2010 e 2020.

No primeiro capítulo, “Fantasia, saberes encarnados, desejo”, trato do contexto de emergência do debate público mais amplo sobre transexualidade e (no Brasil) travestilidade, impulsionado pelo surgimento do que denomino de gênero auto/biográfico trans. Trata-se de um campo discursivo determinado em grande medida por pressupostos de sexo, verdade e mentira, real e fantasia, normalidade e doença arranjados por saberes biomédicos e sua linguagem, profissionais, tecnologias e parâmetros epistêmicos. Como já mencionei anteriormente, através da análise da 1ª geração de obras – “Christine Jorgensen”, de Christine Jorgensen (1967); *Emergence*, de Mario Martino (1977); “Second serve”, de Renée Richards (1983); “A queda para o alto”, de Anderson Herzer (1982); “Erro de pessoa”, de João W. Nery (1984); e “Meu corpo, minha prisão de Lorys Ádreon (1985) –, em especial de sua estruturação narrativa, da construção temporal da subjetividade e da mobilização de expressões convencionais como “mudança de sexo” e “pessoa presa em corpo errado”, pretendo demonstrar como autôries se valem de dito referencial, de moralidades hegemônicas e de padrões heteronormativos tensionando seus sentidos, produzindo lugares de imaginabilidade para si e no processo, reconfigurando o enquadramento hegemônico no qual pretendem se inserir.

No segundo capítulo, “Projetos e superações de comunidade, políticas do presente”, acompanhando a segunda geração de obras, apreendo de que modo a eclosão da epidemia de AIDS, a constituição de estudos de gênero, gays e lésbicos, e queer na academia, bem como do movimento *transgender* afetou a escrita da vida que se produziu e recebeu notoriedade nos Estados Unidos, engendrando outros planos de diálogo, outros desejos e recusas de pertencimento e outros regimes de narratividade do que se observa na primeira geração. As obras – “Gender Outlaw”, de Kate Bornstein (1994), e “Becoming a visible man”, de Jamison Green (2004) – fazem parte do esforço central de constituição de uma personitude coletiva em uma relação tensa com pressupostos de



identidade e com experiências de variância de gênero marcadas por desigualdades de classe, raça e diversidade sexual.

No Brasil, de modo discrepante, tento demonstrar o modo como as autobiografias lançadas – “A Princesa”, de Fernanda Farias de Albuquerque e Maurizio Jannelli (1995); “Muito prazer, Roberta Close”, de Roberta Close e Lucia Rito (1998); e “Liberdade ainda que profana”, de Ruddy Pinho (1998) – seguem caminho oposto. Em um contexto de intensa atenção midiática a mulheres trans e de expansão da circulação de travestis brasileiras, recusam o compartilhamento de um modelo de personitude similar, ao centrarem sua trajetória a partir da relação com a travestilidade (modelos de existência, pessoas, sociabilidades) e tentativas de afastamento. Aqui, trata-se do desejo de produção de posições de sujeito de prestígio, apoiadas em padrões normativos de raça e classe. Saturando os dois cenários, defendo, institui-se uma gestão do presente e da ação.

No terceiro capítulo, ‘Retratos fieis, adensamentos, molduras quebradas’, inicio a análise da geração mais recente da produção autobiográfica trans. Momento de profusão de visibilidade trans, não apenas como tema em voga mas também do crescimento da participação de artistas, produtórias de conteúdo e sujeitos vinculados ao ativismo nas artes, no entretenimento e na mídia, corresponde também ao fortalecimento da organização militante nos dois países e a uma produção insuficiente mas gradualmente significativa de dados sobre condições de existência de sujeitos trans – dando maior visibilidade também à precariedade da população, em especial a afetada por vulnerabilidade socioeconômica e desigualdade racial. Também foram anos em que pessoas trans alcançaram cargos no Poder Legislativo, conquistando espaço na política institucional. Nessa zona complexa que sobrepõe visibilidade e precariedade, sentidos de “celebridade” e “política”, analiso como autôries navegam plataformas e quais mecanismos organizam sua escrita através do tensionamento e jogo de sentidos de representação – como “retratar”, em termos artísticos, e “falar ou decidir por”, em termos políticos (Nyong’o, 2014:72).

Debruço-me em especial sobre autôries cuja fama na indústria do entretenimento de um lado, ou cuja atuação no sistema político formal de outro (ou ambos) se tornam ponto fundamental, de modos distintos, da costura narrativa de suas obras: “Transition”, de Chaz Bono (2011); “Nadando contra a corrente”, de Thammy Miranda (2015); “Tomorrow will be different”, de Sarah McBride (2018); e “Eu, travesti”, de Luisa Marilac e Nana Queiroz (2019). Quais são as estratégias de alcance de inteligibilidade de um público leitor cis? Quais são as manobras de captura da experiência de trânsito de gênero em reação a padrões convencionais de entendimento de transgeneridade, transexualidade e travestilidade? Exploro as práticas diferenciais de inscrição do ato de representar nestes livros: achatamento e cristalização do real; exposição de empreendimentos

de exclusão do enquadramento; e o questionamento de assimetrias de poder que sustentam a relação entre quem é representado e quem observa a representação.

No quarto capítulo “Arquitetura de si, arquitetura do tempo”, também em referência ao mesmo período, auto/biografias de pessoas consideradas bem sucedidas e abraçadas pela mídia hegemônica – “Viagem solitária”, de João W. Nery (2011); “Meu nome é Amanda”, de Amanda Guimarães (2016); “Surpassing certainty” de Janet Mock (2017); “Amateur”, de Thomas Page McBee (2018) – recebem foco. O tema central do capítulo são os empreendimentos levados a cabo por autôries para estranhar e desafiar o lugar de conquista e estabilidade atribuídos ao fim de sua transição. Investigo os modos distintos como o lugar de chegada atribuído pelo regime discursivo cisnormativo contemporâneo – por exemplo, a assimilação a um pressuposto de permanência identitária e apagamento da trajetória, e a adesão a modelos unívocos de hombridade e mulheridade “de verdade” – é transformado em um dispositivo de desorientação acionado de modo a questionar a própria cisnorma e seus padrões estabelecidos de trajetória de vida. Nessa costura, categorias específicas são examinadas por autôries, e tal exame conduz seu argumento: passabilidade; transição; homem/mulher “de verdade” (e os papéis que cada um deles abrange).

O quinto capítulo “Relatar também tem trajetória” considera o processo colaborativo de escrita da biografia de Fernanda Benvenuto. Neste trecho final, meu objetivo é investigar como o empreendimento, levado a cabo por mim, minha orientadora Silvana Nascimento e Fernanda desde antes de minha entrada no doutorado, e cujos arranjos finais de publicação se deram durante a escrita dessa tese, foi marcado ele mesmo por transições de entendimento e personitude.

Trata-se de uma investigação que se distancia sobremaneira do até então apresentado. Se os 4 primeiros capítulos são produto de um trabalho extenso de pesquisa documental que analisa principalmente livros prontos, este se refere ao processo de escrita de um – baseando-se em entrevistas em profundidade e autoetnografia. Intercalando entre reflexões acerca da escuta do processo elaborativo desempenhado por Fernanda oralmente e reflexões acerca da sua tradução para a escrita, feita por mim e Silvana, examino como nossa longa interação e mudanças em nossas posicionalidades expuseram sistemas regulatórios que sequer imaginava existirem, impuseram falhas incontornáveis, e tensionaram conhecimentos situados.

Neste aspecto, penso, este capítulo se conecta intimamente com os demais e é o fechamento que mais faz sentido a essa tese: expõe o modo como as nossas conversas a três costuradas por anos desencadearam reconfigurações fundamentais em meu modo de entender estruturação narrativa de existências generificadas, temporalidade, trans. E essas reconfigurações levaram, por sua vez, a uma tese inteiramente diferente da que eu tinha proposto ao começar a pesquisa de doutorado.

Uma observação final é necessária acerca do uso de termos como “geração” e “onda”; há já considerável e pertinente crítica a eles. Thiago Coacci (2018) resgata os apontamentos de Carla Gomes e Bila Sorj de que tal modo de periodização: daria a impressão de superação, de substituição do período antigo pelo novo; suporia certa homogeneidade, apagando complexidades e contradições que não correspondam ao perfil da “onda”; e comunicaria neutralidade e objetividade na passagem do tempo e dos processos, não considerando disputas internas (ibid.: 121). Elas propõem o uso do termo “geração”.

Crítica similar é feita por Evan Vipond (2018) para se referir especificamente à organização temporal do gênero autobiográfico trans a partir da metáfora das ondas. Vipond, no entanto, abrange sua discordância ao termo “geração” também – a marcação cronológica, afirma, limita a habilidade de examinar o passado em toda a sua complexidade ao negligenciar discontinuidades e contradições no seio de cada período marcado, e similaridades intergeracionais.

Coacci comenta precisamente – e nesse aspecto concordaria com Vipond – que as mesmas críticas feitas a “onda” podem ser apontadas a “geração” também: “esses problemas têm menos a ver com a metáfora em si e mais com a maneira como as pessoas operacionalizam suas pesquisas” (2018:121). E é levando isso em consideração que uso “geração”, mas poderia também ter usado “onda”, e que organizo a tese cronologicamente: partindo do pressuposto de que esse é um construto elaborado aqui para salientar alguns aspectos que considero relevantes e bons para pensar conforme cada recorte de tempo, um modo parcial e não exaustivo de delimitação do enfoque. Isso significa que tenho plena consciência de que outras formas de recortar o tempo poderiam ter sido aplicadas, assim como outras relações entre as obras intra e intergeracionalmente poderiam ter sido estabelecidas. Não pretendo instituir, pela minha organização temporal, coerência geracional ou uma linearidade evolutiva entre as gerações; espero demonstrar, ao longo da tese, que minha apreensão de temporalidade se distancia sobremaneira da que se apoia nesses elementos. A mobilização de “geração” serviu para estruturar a tese de modo a salientar elementos sociohistoricos que considerei dignos de atenção à formação da comunidade trans e do entendimento público acerca de subjetividades trans, e obras que receberam algum tipo de notoriedade tanto desse “público” mais hegemônico em geral quanto da comunidade trans em particular.

E por falar em enfoque analítico e desenho de recorte, outra observação é necessária. Como já disse na seção sobre métodos, houve auto/biografias antes de “Christine Jorgensen”, que afirmo inaugurar a primeira geração. Houve uma série de obras sendo produzidas entre as gerações, bem como obras publicadas que não analisei que divergiam das que submeti a exame aqui. Não são obras menores, irrelevantes ou excepcionais, e ao não inseri-las em meu recorte, não pretendi eliminá-las da geração. Elas simplesmente não couberam em meu enfoque de interesse – a saber, essa

articulação entre literatura, opinião pública hegemônica e comunidade e ativismo trans. Também era fisicamente impossível dar conta de todas as auto/biografias trans publicadas nos dois países desde a primeira que se tem registro até a década de 2020. No fim deste começo, apenas gostaria de salientar: há muito mais complexidade, riqueza e beleza na trajetória do gênero auto/biográfico trans do que esta tese sequer pode chegar perto de dar conta. As páginas que seguem são só um gesto de aproximação possível, limitado; convidam a outros gestos, outras organizações de atenção e outros desenhos do tempo.



# 1

- Mas se isso é só uma fantasia, como é possível que seja perigosa? - A luz branda formava sombras nos globos oculares do rapaz.
- Só porque algo é imaginado não significa que não seja perigoso. Às vezes as coisas em que acreditamos são as mais perigosas sobre nós. É por isso que pessoas constroem mundos inteiros em suas mentes. (...) Fantasias crescem no escuro dentro de nós, e se tornam mortais. (...)
- Mas isso é impossível.
- Improvável, ela corrigiu.
- Quero dizer, é inimaginável. Tipo, irreal.
- E daí? (...) A irrealidade de algo não é motivo para descartá-la. Por vezes fantasias – e sonhos – são mais reais a uma pessoa do que a realidade (...). Se você, olhar, olhar de verdade, a história está cheia de instrumentos que tornam real o irreal, que evoca poder do nada.

Duas cenas. A primeira, de um romance: em “The house of impossible beauties”, de Joseph Cassara (2018), acompanhamos 5 personagens – em sua maioria latines e afrolatines – que circulam pelo cenário de bailes e casas<sup>17</sup> e outros espaços de sociabilidade LGBTQIA+ na Nova York dos anos 80. Afetades pela precariedade socioeconômica e por relações familiares abusivas, elus se conhecem, se aproximam e constroem uma dinâmica doméstica de assistência material, cuidado e validação mútuos que assegurará sua sobrevivência e propiciará o reconhecimento de que outras formas de expressão de gênero e de exercício de afeto são possíveis, legítimas, belas.

Angel, mulher trans de ascendência porto-riquenha que ocupava o lugar de mãe na casa, conta a suas filhas que tinha se candidatado a uma vaga no processo seletivo de modelos da loja de departamentos Bloomingdale’s e sido rejeitada – culminação de uma experiência mais extensa de não pertencimento, iniciada ao chegar ao local e se ver cercada pelas outras candidatas, predominantemente mulheres cisgêneras, brancas, e vestidas com roupas e acessórios de marca. Tentando encontrar uma forma de não se deixar tomar pela decepção e não afetar as demais, Angel põe um vestido de lamê dourado, insere uma fita cassete da Whitney Houston no aparelho de som e convida todas a dançar. Juanito, um dos filhos, diz indignado: “esses juizes deviam estar absolutamente *locas* para não perceber o que estavam perdendo ao deixar você de fora.” Venus, outra filha, replica: “Suponho que seja importante lembrar, em tempos como esse, que nós simplesmente não podemos culpar o mundo hétero por sua falta de imaginação”<sup>18</sup> (ibid.: 233).

---

<sup>17</sup> A cultura de bailes em Nova York tem uma história longa e remonta ao renascimento do Harlem, em torno dos anos 1930. A retratada no romance se refere à dinâmica que ganhou notoriedade nos anos 80 e 90, com o lançamento da música “Vogue” (referência a uma forma de dança competitiva desenvolvida no contexto dos bailes), por Madonna em 1990, e do documentário “Paris is Burning” de Jennie Livingston (1990): festas em que concursos de melhores caracterizações ocorrem entre indivíduos, usualmente negros, de ascendência latina, de classe trabalhadora e LGBTQIA+. Com base em temas (“estudante de ensino médio”, “executive de uma grande empresa”, “militar”, etc) e modalidades específicos (“butch queen”, “face”, “body”, “best dressed”, “first time at the ball”), sujeitos se inscreviam. A caracterização usualmente envolvia uma apresentação de si conforme padrões convencionais de gênero e classe, o que abrangia modo de se vestir mas também de andar, posar, mover o corpo. O critério a ser alcançado que atravessava as categorias era “realness” – referido por Halberstam (2005) como “efeito de real” –: ele designava a habilidade das pessoas competidoras em “passar” como sujeitos cujas caracterizações haviam construído. Em outras palavras, tratava-se, por exemplo, da aptidão de pessoas muitas vezes em vulnerabilidade socioeconômica passarem por membros de classes média e alta, e pessoas assignadas homens passarem por mulheres.

Participantes pertenciam a e competiam representando casas. Embora elas tenham sido inicialmente idealizadas como apenas conjuntos de membros agregados que se preparavam juntos para apresentações e nos concursos representavam a mesma coletividade, essas casas se tornaram com o passar dos anos instituições de acolhimento, cuidado e convívio que seguiam uma estrutura de família, com sujeitos chefiando-as ocupando papéis de mãe e pai, bem como outros ocupando o de filhos. Elas são compostas principalmente por pessoas LGBTQIA+ expulsas ou que precisaram fugir de suas casas e famílias de origem por conta da rejeição a sua identidade, expressão de gênero, ou orientação sexual. Para saber mais sobre o cenário de bailes e casas, ver Marlon M. Bailey (2011), e Amy Herzog e Joe Rollins (2013).

<sup>18</sup> Todas as traduções de fontes estrangeiras mobilizadas nesta tese são feitas por mim.

Segunda cena: esta, parte do livro “Um apartamento em Urano”, do filósofo Paul B. Preciado (2020[2019]), que consiste em uma coletânea de textos que mesclam relatos autobiográficos sobre seu trânsito de gênero e comentários sobre a conjuntura política, social e econômica euroamericana. Refiro-me aqui ao prólogo elaborado pela escritora francesa Virginie Despentes, em que ela delineia, a partir de um evento preocupante, o que considera uma das habilidades mais extraordinárias do filósofo. Após ser atormentado por ameaças de morte durante anos e descobrir que um amigo ativista gay havia sido atacado na frente de sua casa, Preciado finalmente aceita acionar a força policial e denunciar o assédio. Na delegacia, diante de agentes, o ato aparentemente banal a esses funcionários de relatar a ocorrência de um crime se torna, de modo quase imperceptível, uma reflexão sobre micropolíticas queer – algo sem dúvida estranho na rotina de uma instituição tão marcadamente cisheteronormativa. Encantada pelo investimento de Preciado em se fazer entender em tal cenário aparentemente avesso a elucubrações como essa, conclui: “Esta é a sua especialidade: contar às pessoas histórias que elas são incapazes de imaginar e convencê-las de que é razoável desejar que o inimaginável aconteça” (ibid.: 12).

Por que as mobilizo? Elas são capturas de um investimento cognitivo e expressivo que se aproxima do objeto central a ser tratado nas páginas a seguir: o processo de entendimento e reelaboração, presente em quase todas as auto/biografias da geração, da própria existência generificada, do campo de possibilidades de ação e de pertencimento social, e de mecanismos de execução de mudanças corporais a fim de alcançar a personitude *sonhada*. Processo que fornece inteligibilidade e realização ao que antes tinha lugar apenas no âmbito do *sentir* e da *fantasia*.

Mas também as trago porque condensam uma outra dimensão desse processo, que notamos na tessitura dos livros e na reação da imprensa a autôries: o de conferir sentido a trajetórias e subjetivações descritas/produzidas nas obras, de algum modo marcadas por termos como *transexualidade*, *mudança de sexo*, *prese no corpo errado* e *transição como morte e renascimento/tornar-se real/tornar-se completa*. É um empreendimento que desafia o enquadramento hegemônico cisheteronormativo de legibilidade de sujeitos – mesmo quando há esforços evidentes para encontrar formas de pertencimento a ele. No caso de “The house of impossible beauties”, a imagem de si apresentada por Angel não foi considerada desejável o suficiente para ser aceita como modelo representante da loja – a descrição exibindo padrões de beleza marcados por identidade de gênero, raça e classe<sup>19</sup>. No prólogo de “Un apartamento en

19 “Ela podia notar o mar de cabelos loiros, corpos magros, permanentes cheios de laquê, argolas, brincos, saltos altos, vestidos (...) pensou que aquela garota, e aquela garota, e aquela ali com a bolsa Chanel poderiam provavelmente pagar uma viagem de avião na primeira classe (...). Deu um suspiro. Pele branca, olhos azuis, cabelo que muito provavelmente poderia ser alisado sem chapinha. E a eventual latina, das mais pálidas boricuas às mais escuras dominicanas. Se houvesse outras drag queens, Deus as abençoe e Deus abençoe a América porque estavam passando tanto que até ela

Urano”, a reação dos policiais às considerações de Preciado não é descrita – todavia, Desportes sugere que o que ele tem a dizer é “impensável”, “inimaginável” a membros da corporação.

Neste capítulo, argumento que as primeiras auto/biografias – no Brasil e nos Estados Unidos – exerceram, distinta mas aproximadamente, um esforço de reenquadramento<sup>20</sup> dos termos a partir dos quais o debate sobre *transexualidade* e *mudança de sexo* começava a se delinear no cenário público. Isso se dá a partir de um desenho narrativo recorrente, que parte da ideia de sujeito incompleto, sem lugar, reivindica a constância do *senso de si* e do sonho de existência corporificada socialmente lida de modo distinto do que vivenciava, descobre um repertório de nomeação e tecnologias que apresentam a promessa da realização de dito *sonho* e encontra (parcial e precariamente) desfecho com a sua concretização e conquista da integridade, bem como de um lugar de sujeito legível. Mas também, performativamente, estes textos produzem esse lugar de modo negociado, mobilizando suportes argumentativos de legitimidade hegemônica à narrativa para contaminá-la com seu prestígio – tais quais: repertório e intervenções médicas; expectativas temporais de estabilidade da identidade, configurações emocionais e regimes de moralidade.

Parte da produção recente no campo estadunidense de estudos trans tem interpretado dita recorrência nas primeiras obras publicadas no país como a instituição de um cânone de escrita de vida trans (ver: Jacques, 2017; Fisher, Phillips, Katri, 2017; Aizura, 2018; Vipond, 2018; Pellegrini, 2019). Mais do que isso, como a instituição da normatividade de sua estrutura narrativa e do modelo único de subjetividade que produziriam. Esse corpo de trabalho tem caracterizado o cânone como majoritariamente interessado em adequar-se a expectativas cisnormativas de identidade e expressão de gênero. Seriam indicativos desse propósito: o uso do tropo *prese no corpo errado*; a corroboração

---

não conseguia detectá-las (...). O coração afundou, como se a gravidade finalmente encontrasse lugar dentro dela e o estivesse puxando para o centro da Terra. Ela soube quando olhou para a modelo linda vencedora do ano passado – seu sorriso branco e brilhante, seu cabelo luxuoso pronto para um comercial de TV, (...) seu queixo arredondado que não precisava de cirurgia – ela soube que não tinha chance.” (Cassara, 2018: 215-216)

<sup>20</sup> Uso a categoria conforme a teoria do enquadramento de Judith Butler. A filósofa utiliza a categoria para designar o processo histórica e socialmente determinado de moldagem dos modos de entendimento do mundo, de vidas e de sujeitos. Esse processo, “politicamente saturado” (2017: 14), se estrutura a partir de normas de apreensão, inteligibilidade e reconhecimento da existência. Essa moldura não é de modo algum determinista e permanente: é incapaz de conter tudo que se propõe a registrar, e em sua tentativa de fixar um contexto, carrega consigo seu fracasso na passagem do tempo, nas suas aplicações em outros espaços, e na emergência de novas circunstâncias, mudanças. Novos contextos afetam o enquadramento, assim como sua tentativa de controle se torna parte do contexto (ibid.: 24). A autora nos convida ao compromisso de não apenas tentar incluir mais pessoas no sistema de inteligibilidade e reconhecimento, mas investigar “como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada” (ibid.: 20) – a saber, quais são os esquemas sociohistoricos de organização de sentido e valor afetados por assimetrias de poder que organizam condições de cognoscibilidade, entendimento e reconhecibilidade?

<sup>20</sup> Uso esse termo para designar a percepção de aspectos de si informada por mas que não encontra lugar (pelo menos inicialmente) no regime de inteligibilidade hegemônico referente à articulação entre gênero e subjetividade – mas se manifestam como sensações, pulsões, desejos. Elabore-o informada pelas cunhagens conceituais de afecção por Pedro Paulo Pereira (2014) – o que se percebe sobre si mais em termos de uma força que impacta um corpo – e de identidade de gênero por Susan Stryker e Aren Z. Aizura como “internalização física e somatização de modos historicamente contingentes de personitude corporificada” (2013: 8).



irrefletida do paradigma médico (e patologizante) de entendimento da transexualidade; a centralidade atribuída à vaginoplastia/faloplastia e sua apreensão como o momento de transformação de homem inequívoco em mulher inequívoca (ou o contrário). Ademais, assinalam, tal composição narrativa pretenderia se conformar a expectativas de heterossexualidade (e aversão à homossexualidade), bem como a imperativos morais e estéticos marcados por raça e classe. No desejo de se fazerem culturalmente inteligíveis, apoiam-se em, refletem e reiteram o aparato cissexista de regulação de subjetividades (Vipond, 2018).

Nas páginas seguintes, desafio essa leitura das primeiras auto/biografias publicadas nos Estados Unidos que alcançaram notoriedade. Faço isso a partir de um breve resgate do contexto sócio-histórico de sua publicação, de uma análise detida de eixos narrativos de três obras populares – “Christine Jorgensen”, de Christine Jorgensen (1967); “Emergence”, de Mario Martino (1977); e “Second Serve”, de Renée Richards (1983) – e do tratamento desses sujeitos e obras em veículos de imprensa. Faço-o em comparação com o contexto e primeiras obras brasileiros, a saber: “A queda para o alto”, de Anderson Herzer (1982); “Erro de pessoa”, de João W. Nery (1984) e “Meu corpo, minha prisão”, de Lorys Ádreon (1985). Pretendo demonstrar que essas obras, em reação a certezas e ansiedades que conformavam uma compreensão socialmente predominante sobre identidade sexuada, desenham argumentos que tensionam essa compreensão, bem como o dito aparato regulatório cissexista que a sustenta.

Tais obras o fazem se valendo dos termos em circulação no debate (como notado e criticado por estudiosos mencionados), mas reconfigurando seu sentido e as relações entre eles – oferecendo, assim, uma estruturação reajustada da matriz de entendimento da transexualidade, das formas de constituir temporalmente uma existência corporificada, e de modelos de personitude. Para investigar esse processo narrativo e suas potencialidades performativas, exploro analiticamente as seguintes recorrências nos livros: *sentir-se como*; *prese no corpo errado*, ou outras alegorias de limitação corporal; *mudança de sexo*; e *fantasia, sonho ou imaginação*, para se referir ao desejo de existência generificada distinta da designação socialmente atribuída, e a passagem da crença de sua impossibilidade para a promessa e realização de sua concretização – e como esses termos aproximados permitem que se questione e subverta a longa história de qualificação das subjetividades trans como um distúrbio mental sem lugar na realidade, bem como se reivindique outros parâmetros epistêmicos de aferição da verdade.

Essa potencialidade encontra fricção no que Cassara e Despenes notaram: a *imaginação* cisheteronormativa, conforme veremos nas interpretações de autôries pela imprensa da época e a profusão de discursos sobre elus – embora não necessariamente sobre suas próprias falas e escrita. Estaria o corpo de trabalho contemporâneo de estudos trans construindo uma leitura crítica apenas

sobre esses escritos auto/biográficos ou estaria sendo afetado pelas suas interpretações? Seria influenciado pela disputa por voz e por definição do enquadramento que vem, historicamente, beneficiando a *imaginação* cisheteronormativa e evidenciando o maior poder de aderência, em caráter de verdade, de seu modo de configuração de sentido e valor? De que modo seu empreendimento contestatório se apoia em uma perspectiva binária e oposicional que equipara agência a resistência e subversão e a contrapõe a reprodução impensada de estruturas de dominação?

### Os contextos de advento

Durante meados do século XX, debates sobre a categoria “sexo” começaram a se difundir mais amplamente nos Estados Unidos. A 2ª Guerra Mundial e suas implicações no que tange ao reajuste de possibilidades de ação a homens e mulheres (Meyerowitz, 2002; Stryker, 2008) perturbaram sentidos preexistentes que vinculavam diretamente sexo designado no nascimento e papéis sociais específicos<sup>21</sup>. Investigações em diferentes áreas de conhecimento, como antropologia e sexologia, tentavam apreender e elaborar a distinção entre marcadores físicos de classificação de um corpo como do sexo masculino ou feminino, padrões socialmente construídos de comportamento imputados a homens e mulheres e formas de expressão e prática do desejo.

A produção de conhecimento na Europa por especialistas em biologia e medicina sobre composição cromossômica e produção hormonal redirecionaram o foco científico, acerca de hipóteses de configuração do sexo, da superfície corporal e formas genitais para o interior da matéria, sugerindo maior complexidade em termos de gradação e combinação de elementos que poderiam definir o sexo de uma pessoa. Isso significava a refutação do modelo mais generalizado

21 De acordo com Meyerowitz, o considerável adensamento do influxo de mulheres no mercado de trabalho formal, preocupações de psiquiatras acerca do que definiam como “masculinidade deficiente” entre recrutas que ocupavam campos de batalha, e a ansiedade em torno do que se entendia como “colapso de categorias aparentemente naturais de ‘homem’ e ‘mulher’” (2002: 68) no pós-guerra influenciaram agudamente o modo como definições de masculinidade e feminilidade eram socialmente percebidas e disputadas. Segundo Stryker (2001; 2008), a guerra também produziu outro fator de consternação sobre masculinidade aceitável: embora oficiais tentassem evitar o alistamento de homens com “inclinações homossexuais”, durante a guerra relações erótico-afetivas entre homens eram descobertas com recorrência, e devido à conjugação de modos de entendimento de gênero e de expressão do desejo no seio da corporação elas acabaram por ameaçar um dos principais símbolos de masculinidade hegemônica (o combatente militar). Além disso, facilitaram a formação e visibilidade de redes de sociabilidade homossexual em grandes cidades: recrutas envolvidos em relações com outros homens eram enviados de volta aos Estados Unidos e forçados a trabalhar em bases militares na cidade de São Francisco e em regiões próximas. A política de afastamento e realocação de “sujeitos desviantes” contribuiu para uma maior concentração de homens gays na cidade e para a constituição de sua fama como capital gay.

22 Mulheres negras e de baixa renda trabalhavam há séculos, e a elas se atribuíam hegemonicamente pressupostos de força e resistência a dor e exaustão físicas que não correspondiam a imagens de delicadeza e debilidade associadas à “natureza do sexo feminino” que povoavam o imaginário social sobre mulheres brancas de classes média e alta. Para uma análise do modo como raça e classe afetaram historicamente a configuração diferencial de expectativas naturalizadas de gênero na Europa e nos Estados Unidos, ver: bell hooks (1982) e Anne McClintock (1995).

nos Estados Unidos, que consistia em um sistema de classificação de duas categorias discretas excludentes, exclusivas e imiscíveis, definidoras de corpos e sujeitos: feminino e masculino. Nas investigações conduzidas por Magnus Hirschfeld no Instituto de Pesquisa Sexual alemão, essa nova interpretação se tornou suporte fundamental do desenvolvimento de técnicas de alteração corporal via administração de hormônios e intervenções cirúrgicas. Tais técnicas eram entendidas como procedimentos de masculinização ou feminilização da fisicalidade em suas formas e do funcionamento, popularizadas sob a expressão *mudança de sexo*.

Notícias de tais procedimentos e de pessoas que se submetiam a eles chegavam aos Estados Unidos pela imprensa, que em meio à fascinação e medo associados à corrida tecnológica do pós-guerra comentava repetidamente sobre as promessas e ameaças apresentadas pela ciência. No país, contudo, operações médicas como essa não pareciam habituais e quando de fato ocorriam, tinham sua execução protegida pelo segredo: entre profissionais de medicina prevalecia o consenso de que pessoas que se identificavam com “o sexo oposto” deveriam passar por psicoterapia, visando alinhar (o que se entendia como) “inclinação psicológica” a seu “sexo verdadeiro.” Assim, profissionais de saúde não davam importância a declarações de sujeitos sobre sua identificação e não as viam como algo mais do que sinal de *delírio*, de *fantasia* que os impedia de perceber a “realidade” – exceto os casos qualificados à época como de “hermafroditismo”<sup>23</sup>, em que reconheciam “evidências físicas” de ambiguidade do sexo.

Em 1952, quando o jornal New York Daily lançou a reportagem “Ex combatente se torna belidade loira”, informando que Christine Jorgensen havia passado por *mudança de sexo* na Dinamarca, o processo de reconceitualização do sexo passou a receber maior investimento e visibilidade no país<sup>24</sup>. A circulação dessa notícia inaugurou um campo intenso de ruminação sobre modos de um corpo ser marcado por características sexuadas, bem como onde elas se localizam e se originam. Essas especulações se deram através de uma incursão agressiva à trajetória de Jorgensen e aos fatores que a conduziram até a *mudança de sexo*, por meio de questionamentos dos procedimentos médicos que haviam remoldado seu corpo. Nesse cenário, a linguagem médico-científica ganhou proeminência particular, mas mobilizada e organizada por sujeitos variados.

23 Atualmente, “pessoa intersexo” é o termo apropriado como categoria identitária, implicando lutas por reconhecimento em meio a regulações científicas de verdade corporal. Uso-a para me referir a pessoas que apresentam uma combinação de características sexuais e reprodutivas (p.e. forma e funcionalidade de genitais, configuração cromossômica e composição de órgãos reprodutivos) que não se adequam a modelos esperados de sexo masculino e feminino. Outros sujeitos engajados em controvérsias de acesso a direitos mas que não se identificam com a categoria se aproximam do que Bárbara Pires qualifica como “pessoas com variações intersexo”: “pessoas que nascem com variações sexuais consideradas não-usuais para a frequência tipificada do que conformamos como homens e mulheres” (2020: 5).

24 De acordo com Meyerowitz, a notoriedade da mudança de sexo de Jorgensen e de sua história de vida, especificamente, e do “fenômeno transexual”, em geral, são fatores centrais no processo de reenquadramento do sexo e da identidade ao longo do século XX nos Estados Unidos.

A reação da imprensa é descrita por historiadoras como um frenesi: a vida de Jorgensen foi o assunto sobre o qual mais se escreveu em 1953 (Stryker, 2008: 65). Ainda que as primeiras reportagens estivessem mais interessadas em verificar se ela cumpria todos os critérios socialmente esperados de validação de feminilidade (p.e. o modo como andava, gesticulava e se vestia, o tom de voz), não demorou para que jornais questionassem o estado de suas formas físicas antes dos procedimentos médicos e o que eles haviam alterado. Médicos ianques foram entrevistados e atestaram inicialmente que Jorgensen muito provavelmente era “hermafrodita” e, portanto, seu caso não deveria merecer atenção especial: era um assunto notoriamente conhecido no campo, em que a confusão provocada pela ocultação do “sexo verdadeiro”<sup>25</sup> de uma pessoa devido a um “erro da natureza” poderia ser resolvida com cirurgia genital.

Contudo, declarações da equipe médica dinamarquesa responsável pelos procedimentos de Jorgensen afastaram a assunção de intersexualidade: sugeriram a possibilidade de haver causas somáticas que pudessem explicar seu senso de si, mas ainda não tinham chegado a uma resposta. Essas declarações não atenuaram o escrutínio e elucubração sobre a vida e o corpo de Jorgensen. A pergunta se mantinha: onde está o sexo verdadeiro? Pode a medicina mudá-lo?

As histórias gradualmente foram se concentrando nesse debate. Jornais e revistas, apoiados por pronunciamentos de profissionais da medicina estadunidenses, declaravam que se ela havia sido um “homem normal” até então, certamente uma intervenção cirúrgica seria apenas capaz de castrar, mutilar um corpo masculino – e não produzir ou implantar órgãos femininos que poderiam torná-la uma mulher. A Associação Médica Americana chegou a requisitar o prontuário médico de Jorgensen à equipe dinamarquesa para analisar seu caso e avaliar institucionalmente se um homem poderia verdadeiramente ser transformado em uma mulher. Em meio a esse cenário, a autobiografia de Jorgensen é publicada em 1967 visando participar de tal disputa.

Entre o fim dos anos 70 e início dos 80, período de publicação de “Emergence”, de Mario Martino, e “Second Serve”, de Renée Richards, muito havia mudado desde o cenário que catapultou Christine Jorgensen – especialmente na Costa Leste, onde as três residiam. A Revolta de Stonewall em 1969 inspirou pessoas gays, lésbicas e trans a organizar redes de ativismo. No entanto, divisões internas afetaram a delineação de demandas prioritárias: homens cis gays brancos acabaram liderando a maioria dos grupos e estabelecendo suas reivindicações como centrais, negligenciando

---

<sup>25</sup>Aqui, notamos, formas de variação intersexo são reduzidas ao que se entendia como “genitália ambígua” – o que, para esses profissionais da saúde, era algo necessariamente problemático (um “erro da natureza”). Para eles, a solução que se impunha era a realização de procedimento cirúrgico de modo a garantir que o órgão genital alcançasse formas inequivocamente lidas como femininas (uma vagina penetrável) ou masculinas (um pênis capaz de penetrar). Para uma investigação dos pressupostos heteronormativos que orientam essas intervenções, bem como a construção de sua naturalidade ver Paula Sandrine Machado (2005).

pautas de mulheres, pessoas não brancas e de baixa renda, e pessoas trans, bem como adotando um tom mais conservador e reformista (Stryker, 2008: 86).

Muitas mulheres lésbicas, envolvidas em e influenciadas pelo movimento por liberação feminina ganhando força nos anos 80, também notaram sua configuração majoritariamente branca, heterossexual e de classes média e alta, e participaram de esforços de radicalização e diversificação de coletivos feministas (ibid: 99). Ainda assim, tais investimentos tinham limites: raramente incluíam mulheres trans. O desenvolvimento, no movimento feminista, de uma identidade coletiva fundada em certa ideia de feminilidade essencial e na percepção de papéis de gênero como modos patriarcais de controle de mulheres favoreceu a formação de uma consciência de grupo transfóbica. Mulheres masculinas e homens trans eram criticados como reacionários que desejavam privilégios patriarcais fundados na masculinidade e no modelo heterossexual de relacionamento erótico-afetivo – traidores do movimento feminista, em vez de participar da missão de abolir gênero. Mulheres trans eram vistas como “estupradores em potencial” que fingiam ser mulheres de modo a penetrar espaços femininos. Isso levou a hostilidade recorrente e a exclusão de mulheres e homens trans de movimentos lésbicos e feministas durante os anos 70.

Nesse bojo, pessoas trans racializadas de classe trabalhadora se engajaram em tentativas de instituir suas próprias redes de apoio e ativismo – grupos que, embora tivessem vida curta, foram os primeiros passos em direção a um modelo de luta política que iria depois definir a institucionalização do transativismo: organização de base; exposição do apagamento de sujeitos trans do movimento homossexual hegemônico; demandas de acesso a direitos sociais tais quais mercado de trabalho formal, moradia, reconhecimento legal da identidade de gênero e saúde. Esse é o caso e STAR – Street Transvestite Action Revolutionaries (fundada por Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera), TAT – Transvestites and Transexuals, e QLF – Queens Liberation Front, entre outros (ibid. 86-87).

Pessoas trans (principalmente mulheres) brancas de classes média e alta, segundo Stryker, também criaram redes comunitárias. Porém, por ocupar posições privilegiadas e temerosas de perdê-las (seja porque procedimentos de transformação corporal já lhes haviam concedido a possibilidade de passar como cis, seja porque não haviam se submetido a eles e ainda mantinham publicamente uma identidade masculina), muitas configuravam redes de modos distintos. Formavam grupos privados que se reuniam esporádica e secretamente em hotéis, criavam newsletters clandestinas para disseminar informações e estabelecer correspondência com outras como elas, etc (ibid.: 89).

Essa formação cindida das primeiras iniciativas concretas de mobilização política LGBTQIA+ encontrou um também tenso cenário sociopolítico em reação. A despeito de os anos

60 e 70 serem popularmente vistos como um período de transformação de comportamento no que tange a expectativas de gênero e liberdade sexual, com movimentos de contracultura e o campo artístico subvertendo padrões estéticos<sup>26</sup>, o contra-ataque conservador agiu rapidamente e afetou em especial grupos mais vulneráveis – como a incipiente comunidade trans.

É dentro desse caldeirão sociopolítico que se insere a disputa de saberes médicos. Por um lado, esses anos são caracterizados pela expansão de centros universitários de pesquisa dedicados a investigar fatores biológicos e psicológicos que definem sexo e gênero (este em franca delinação por autoridades médicas, em tentativas de discernir o que era inato e o que era aprendido no que toca a expressões masculina e feminina<sup>27</sup>), bem como fornecer hormonoterapia e intervenções cirúrgicas de transformação corporal e consideradas aptes (ibid.: 93). De outro, esses serviços médicos reiteravam padrões de gênero conservadores ao produzirem uma imagem normativa de transexualidade a ser provada por candidatas como condição de acesso aos procedimentos. Essa imagem se baseava na heterossexualidade compulsória, na apresentação de performances convencionais de masculinidade e feminilidade, e no modo como esses dois fatores levariam à rejeição ao próprio corpo, especialmente de aspectos anatômicos generificados – como ausência ou presença de seios, distribuição de pêlos corporais e órgãos genitais.

A produção científica informada por tais padrões culminou na criação de “transexualismo” como psicopatologia inscrita no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Americana de Psiquiatria, publicado em 1980, levando à institucionalização de critérios diagnósticos e protocolos de atendimento voltados a pessoas transexuais. Porém, a patologização da transexualidade não necessariamente significou a expansão de procedimentos médicos de alteração corporal; companhias de planos de saúde ao longo de todo o país se recusavam a cobrir ou reembolsar serviços, rotulando-os como cosméticos, eletivos ou experimentais. Ademais, o desenho e consenso de diretrizes diagnósticas limitava pessoas cujo acesso era considerado legítimo. Apenas aquelas que logravam caber no modelo de “transexual verdadeira” viam seu direito de ser submetidas a tais intervenções reconhecido (Stryker, 2008).

A inabilidade de se adaptar a tal imagem reduzida levou ao tratamento de pessoas não apenas como “falsas transexuais”, mas também como ilegítimas, imorais. Em contraposição à figura de “transexual verdadeira” estava a de “transvestite”, vista como sujeitos que desejavam se submeter a alterações corporais como modo de realizar fetiches sexuais. Esse modelo de

26 Stryker menciona experimentações na moda, o aparecimento de modo mais generalizado de estilos unissex e de artistas com expressão de gênero mais fluida, como David Bowie, Divine e Sylvester, bem como de uma estética de torção de gênero em certas subdivisões do rock, como o glam e o punk (ibid.: 91).

27 Para um panorama historiográfico do desenvolvimento do termo no campo médico, ver Joanne Meyerowitz (2002) e Fátima Lima Santos (2010).



entendimento estava diretamente influenciado por desigualdades de raça e classe e pela reiterada publicização na imprensa de pessoas trans não brancas em vulnerabilidade socioeconômica envolvidas em apreensões policiais por realizarem trabalho sexual.

Elementos aproximados de caracterização da conjuntura marcaram as décadas de 60 a 80 no Brasil – em que se destacam o conservadorismo político, visibilização e estigmatização da homossexualidade, e uma abordagem especulativa e ambivalente da transexualidade, informada por enquadramentos médico e moral nos meios de comunicação. Durante os anos 60, a visibilidade de “homossexuais”<sup>28</sup> crescia. Segundo Edward MacRae (2018), cada vez mais pessoas se assumiam publicamente e começam a circular publicações de imprensa voltadas a esse público. Com o golpe militar de 1964, essa ocupação inicial de espaços e debates públicos sofreu um grande revés; o endurecimento político e moral que a tomada de poder por militares representou foi responsável por obstar, naquele momento, a formação de um movimento “homossexual” no país, como se via nos Estados Unidos (Green, 2015). Isso se deu principalmente devido ao pânico moral<sup>29</sup> produzido pela associação, que circulava entre setores do regime, entre “homossexualidade”, subversão, degenerescência e dismantelamento da estabilidade social.

Benjamin Cowan (2015) descreve como ideólogos do regime e autoridades de departamentos de segurança compartilhavam um *imaginário* sobre inimigos da ordem e da nação que classificava a “homossexualidade” como conduta que fazia parte de uma mobilização mais ampla de subversão e guerra revolucionária, também composta pelo comunismo, o ateísmo, a convicção política à esquerda, movimentos feminista, negro e indígena, etc. Em espaços de formação, monitoramento ou difusão de informações, como na Escola Superior de Guerra e no Serviço Nacional de Informações, via-se com inquietação o que apreendiam como “estímulo à homossexualidade”<sup>30</sup> na televisão e na imprensa, participantes de uma conspiração internacional de aliciamento de jovens à homossexualidade e ao comunismo, e de destruição de instituições.

28 Assim como no contexto estadunidense palavras como “transsexual” e “transvestite” começavam a se disseminar e ter seu sentido questionado no debate público, vemos dinâmica semelhante se dar no Brasil dos anos que precederam a instauração da ditadura civil-militar e ao longo de sua duração, no que tange às categorias “transexual” e “travesti”. Valho-me, aqui, de uma série de artigos e livros que, ou foram publicados em um período muito próximo do retratado – a saber, entre as décadas de 60 e 90 – ou tentam manter certa fidelidade com as categorias usadas então. No entanto, grande parte desses autores, com estas palavras, está se referindo tanto a homens cisgêneros gays e mulheres cisgêneras lésbicas quanto a travestis e mulheres transexuais. Tento, ao longo do texto, respeitar as categorias escolhidas por eles, mas na medida do possível saliento a especificidade de cada grupo de modo a não produzir invisibilizações.

29 Nos termos de Richard Miskolci (2007), como “o mecanismo de resistência e controle da transformação societária [...], aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (ibid.: 103). São temores que marcam a imagem de sujeitos, práticas e coletividades com uma aura de ameaça à ordem e à integridade social e às instituições que as sustentam, justificando discursos de ódio e políticas excludentes ao qualificar estes como mecanismos protetivos.

30 Entendam por “estímulo” a existência de personagens gays femininos em novelas ou a divulgação de notícias envolvendo pessoas homossexuais, travestis e transexuais em jornais. Expressões de gênero femininas eram entendidas como especialmente ameaçadoras, em virtude do perigo que representavam à virilidade e honra nacionais.

A instauração do Ato Institucional Nº 5 em 1968 inaugurou um período de endurecimento significativo em termos de resposta do regime à oposição entendida como “unificada”. Empregou-se censura rigorosa sobre emissoras de TV, jornais, peças de teatro, música e livros<sup>31</sup>. A menção à homossexualidade ou a trânsito de gênero era vista como encorajamento à imoralidade e à participação na “guerra revolucionária” (ibid.: 38-39). Intensificou-se o policiamento ostensivo e hostilidade policial sobre espaços de encontro de pessoas gays, lésbicas, bissexuais e trans. <sup>32</sup>.

Guardadas as devidas proporções da conspiração que militares criam estar em curso, houve resistência e enfrentamento ao controle ditatorial por “homossexuais”: os anos 70 e 80 são definidos como momento de emergência do movimento politizado de gays e lésbicas (Green, 2000). Em 1978 surge o Somos, primeiro grupo identificado pela bibliografia cuja existência seria pautada na politização da “homossexualidade” (MacRae, 2018). Coletivos se multiplicaram; no entanto, as pautas de reivindicação e possibilidades de coalizão com outros movimentos – em especial os convencionais de esquerda – sempre foram motivo de tensão e discordância.

Não havia apenas expressões formais de oposição política ao regime e ao conservadorismo moral. Em São Paulo, espaços de sociabilidade em regiões específicas da cidade se disseminaram, constituindo o que Néstor Perlongher nomearia como “gueto homossexual” (1987), com a abertura e funcionamento de bares, saunas, boates e banheiros públicos. A emergência desses espaços viabilizou formas mais seguras de encontro erótico-afetivo, e permitiu a ampliação de redes de convivência, amizade e solidariedade (MacRae, 2018: 322).

Manifestações artísticas também se apresentaram como formas de questionamento de valores conservadores e autoritários. O jornalista João Silvério Trevisan (2018), em um apanhado geral do cenário, contabiliza aumento em peças teatrais retratando personagens homossexuais, transexuais ou travestis, e em obras escritas por autôries homossexuais inspiradas em experiências pessoais. Detecta, ademais, o surgimento de uma geração de escritôries que ocupam a literatura com histórias cujo tema central são experiências de dissidência sexual e de gênero, salientando sua inspiração semiautobiográfica – em que se destacam figuras como Caio Fernando Abreu, Cassandra Rios e Ruddy Pinho. Trevisan enfatiza o lançamento do romance “Stella Manhattan” (1985), de

31 Para uma breve reconstituição do modo como a censura ditatorial agiu especificamente sobre a publicação e circulação de livros, e mapeamento de editoras que assumiram uma postura de oposição ao regime a partir de lançamentos de literatura que o questionava, ver Flamarion Maués (2014). Dentre as editoras por ele apontadas, notamos a Editora Vozes (que lançou “A queda para o alto”) e Marco Zero (que lançou “Meu corpo, minha prisão”).

32 Um exemplo significativo é o ocorrido no contexto paulistano, investigado por Rafael Freitas Ocanha (2015). Ele chama a atenção para a promoção pelas polícias militar e civil de rondas realizadas a fim de combater a sociabilidade e a prostituição de pessoas gays e trans, vulgarizando seu encarceramento a partir da aplicação da contravenção penal de vadiagem e da prática de “prisão para averiguações”, figura sem respaldo legal. A polícia dedicava especial interesse a travestis, fazendo-as objetos de estudo de análises criminológicas, instituindo cadastro policial das que circulavam no espaço público e empreendendo grandes operações policiais em áreas de prostituição da cidade.



Silviano Santiago, um dos primeiros protagonizados por uma personagem transexual (2018: 256). Nesse sentido, Amara Moira atenta que anteriormente personagens trans já haviam conquistado espaço na literatura brasileira do século XX – a peculiaridade das últimas décadas residuiu na maior frequência de uma abordagem narrativa empática (2018b: 2).

Contudo, formas de representação de pessoas gays, lésbicas, bissexuais e – em especial – trans em plataformas de alcance mais amplo eram, em geral, ambivalentes. Emissoras de televisão, ainda que especialmente visadas pela censura, transmitiam atrações com convidadas transexuais ou travestis, ou traziam temas das subjetividades trans à baila. Programas cômicos como o “Clube do Bolinha” ou de auditório oscilavam entre a chacota e o interesse de compreender o tema, ao frequentemente trazer travestis e mulheres transexuais como juradas em concursos ou entrevistadas.

Já jornais de grande circulação como O Globo e a Folha de S. Paulo passam, a partir dos anos 70, a noticiar com maior frequência eventos e controvérsias envolvendo a transexualidade. Assim como nos EUA, dedicaram-se a discutir a possibilidade de *se mudar o sexo* de uma pessoa e como isso poderia se dar a partir de relatos sobre eventos médicos e casos judiciais dedicados ao tema. No entanto, a abordagem dos veículos se distinguiu sobremaneira ao longo das décadas de 70 e 80.

O Globo teve um volume de divulgação muito maior: apenas em 1977, por exemplo, mais de 10 reportagens foram veiculadas sobre o tema. Ademais, assumiu um tom “em defesa da ciência” – publicizando entrevistas com médicos qualificados como autoridades no debate, com experiência de pesquisa e de “tratamento” de pessoas transexuais, descrevendo-os como professores de instituições de prestígio. Também reiteram a qualificação da transexualidade como “uma antinomia congênita entre corpo e mente, “uma dissociação entre o sexo morfológico (o fenótipo ou sexo aparente) e o sexo emocional (...)” (O Globo, 1977). Não se trata de uma doença ou de um distúrbio psiquiátrico, reiteram, mas da “consciência de que é uma pessoa do sexo oposto àquele que pertence em termos físicos” (O Globo, 1976) – e dita consciência, “sentimentos vitais”, garantem os especialistas entrevistados, é a verdade sexuada do sujeito.

Nesses textos, afirma-se que tal discrepância poderia levar a uma perturbação emocional – à rejeição da anatomia e ímpeto de livrar-se dela, tornando a pessoa transexual sujeita a automutilação e suicídio. A *mudança de sexo* é apresentada como um ato compassivo, humanitário, de redução da angústia causada pela dita dissociação. Em breve nota publicada n’O Globo em 1977 sobre um congresso de medicina nos Estados Unidos, lê-se: “Médicos acham que Jesus ajudaria os transexuais: Para 2 médicos que já realizaram mais de 50 operações de mudança de sexo (...), é uma resposta cristã a um problema humano. ‘Se Jesus vivesse hoje, certamente ajudaria e confortaria os transexuais, como fez com os leprosos, os cegos (...)’” Condição inteiramente distinta, atesta-se

repetidamente, da homossexualidade e da travestilidade, que se caracterizariam pelo conforto em habitar a própria fisicalidade e pelo ímpeto em satisfazer prazer.

No entanto, as matérias também tomam a *mudança de sexo* como técnica de mutação ontológica – não há dúvidas de que o procedimento *transforma* (é a palavra mobilizada) homens em mulheres, mulheres em homens. E essa perspectiva estrutura o tratamento do jornal ao caso que mais trouxe a transexualidade à baila naqueles anos: a denúncia e processamento penal do cirurgião plástico Roberto Farina por lesão corporal, referindo-se ao ato de realização *da mudança de sexo* de uma mulher transexual. Ao noticiar o caso, as manifestações do representante do Ministério da Saúde, a condenação de Farina em primeira instância e sua absolvição em segunda, a postura do veículo é evidente – o domínio da verdade, fundada em evidência científica e em um imperativo moral compassivo, pertence a médiques, que não possuem dúvidas quanto à verdade do sexo. A descrição dos atos e declarações de representantes do Poder Judiciário brasileiro, assim como da sociedade brasileira de um modo geral, carregou consigo um tom de crítica pelo conservadorismo e a ignorância, braços moral e intelectual de um atraso civilizatório que quedaria mais evidente quando se nota o enfrentamento da questão em outros países.

Além da nota sobre o congresso nos EUA, o jornal carioca também reportou o modo como o país reconheceu o direito de Renée Richards competir na modalidade feminina em campeonatos de tênis, e como Alemanha e Itália estavam em vias de sancionar leis que autorizavam pessoas transeuais a retificarem documentos de identificação após a *mudança de sexo*<sup>33</sup>. Diferentemente do que as inovações de tratamento do sexo vindas do “exterior” (em especial a Alemanha) representaram para os Estados Unidos, como vimos; elas eram encaradas com assombro, como ameaças ao estado de coisas, como um desconhecido desestabilizador.

Trata-se de uma abordagem inteiramente distinta da assumida pela Folha de S. Paulo, apesar de noticiarem os mesmos eventos – como, por exemplo, as controvérsias envolvendo Renée Richards e Roberto Farina. O tom do jornal paulista se assemelhava mais ao dos veículos de imprensa norte-americanos, sugerindo incerteza no campo médico quanto à definição da transexualidade, em especial em suas propriedades distintivas da homossexualidade e da travestilidade<sup>34</sup>. Subjacente às reportagens, é possível notar o acionamento de suporte de

33 A aprovação no Legislativo é descrita como progresso, como se o direito e o reconhecimento social estivessem finalmente alcançando a ciência. No caso do contexto alemão, lê-se: “A marginalização dos transexuais (...) deverá terminar (...). Estará sendo legitimado, assim, do ponto de vista social, aquilo que a Medicina já consegue com perfeição: corrigir imperfeições da Natureza (...). Transexuais conseguiram o reconhecimento científico (...). Apesar da proliferação, a legislação alemã continuou por muito tempo a ignorar os transexuais, com consequências discriminatórias no trabalho, moradia, (...) e outros atos da vida civil” (1982).

34 Um caso ilustrativo é a publicação de 1984, anos após a comoção do campo médico devido ao processamento de Roberto Farina e a profusão de declarações que profissionais fizeram justamente qualificando a transexualidade em contraste à homossexualidade e à travestilidade: “A confusão é grande. Poucos sabem diferenciar um homossexual de

articulação entre o real e o moral: a verdade sexuada de um sujeito, insinuam, reside na matéria corporal – cromossomos, órgãos genitais e reprodutivos<sup>35</sup>. Transexualidade como *delírio* parece saturar o texto, marcando a pessoa transexual como tentando enganar a si e a outros (tal qual o caso de Renée<sup>36</sup>, e de Roberta Close despontando como celebridade<sup>37</sup>) e os médicos que realizam mudança de sexo como exploradores narcisistas, na melhor das hipóteses; e mutiladores criminosos, na pior<sup>38</sup>. Nesses textos, a *mudança de sexo*, incapaz de efetivamente ocorrer porque não altera estrutura cromossômica ou implanta órgãos internos, produz sujeitos desajustados fisicamente (incapazes de procriar) e moralmente (capazes de enganar outros quanto a sua identidade sexuada).

### Christine Jorgensen e João W. Nery: (sentidos de) sexo e (passagens de) *fantasia*

“Christine Jorgensen”, lançada em 1967, é uma tentativa de a autora se inserir no debate sobre transexualidade e verdade do sexo, reivindicando autoridade discursiva através da primazia da experiência – a apreensão direta de uma dimensão da realidade por quem a vive – e da mobilização de conhecimento científico, a partir de diálogos com especialistas da medicina. Os elementos pré-textuais evidenciam isso: sua introdução foi escrita por Harry Benjamin, uma das mais proeminentes referências envolvidas no debate público sobre transexualidade nos Estados Unidos durante a segunda metade do século XX<sup>39</sup>. Já nas primeiras páginas atesta, “como médico”,

---

um travesti e transexual. (...) Como o diagnóstico dessas três identidades (...) não é tarefa fácil, os médicos evitam falar sobre as características marcantes de cada uma delas. (...) No Brasil, poucas entidades e hospitais se dedicam a pesquisar o assunto e é grande a ignorância dos médicos nesta área.”

35 A divulgação da condenação de Roberto Farina, em 1978, é emblemática: concede-se mais espaço à argumentação do procurador responsável pela acusação, e do juiz que elaborou a sentença, do que à da defesa, repleta de médicos como testemunhas – muito embora o cerne da disputa fosse a verdade científica do sexo. Apresentando a sentença como sendo considerada “nos meios forenses como ‘muito bem fundamentada’”, a reportagem cita um longo trecho sobre dito ponto: “Não se demonstrou, em nenhum momento, que a vítima é um transexual. (...) Trata-se, seguramente, de pessoa do sexo masculino: possuía pênis e testículos (...). O exame cariotípico (...) determinou sexo genético masculino. (...) era homem, embora doente – um homem com cérebro de mulher. (...) Em tais condições, a cirurgia era absolutamente desnecessária” (Folha de S. Paulo, 1978: 14).

36 Ao passo que reportagens d’O Globo instavam leitôries a respeitá-la e denunciavam a discriminação que a tenista sofria, a única da Folha, de 1976, a descreve como “estranha jogadora [com] inequívocos sinais de masculinidade” e “‘ex-homem’”, comentando que é desprezada por jogadoras e por entidades organizadoras de torneios (ibid.: 38).

37 Exemplo é a reportagem “Roberta tenta vencer os preconceitos”, publicada n’A Folha de São Paulo e 4 de novembro de 1983. É considerável o modo como a jornalista produz o efeito de revelação da verdade diante do que seria uma aparência enganadora, sem deixar de elogiar a feminilidade de Roberta Close: “Tem coisas que a gente pensa que é, mas não é’, alerta a morena bonita, de cabelos longos e físico perfeito, no comercial mais comentado da televisão carioca. Os comentários não ficam só por conta da beleza da moça, mas do seu sexo: na verdade, trata-se de um travesti. (...) A ideia era mostrar ao consumidor que ele pode se enganar se se deixar levar apenas pela aparência. (...) dificilmente, quem a vê de perto – mesmo sabendo seu sexo real – sente-se diante de um homem.”

38 Na mesma reportagem da condenação de Farina, mais um trecho longo da sentença: “Praticou-se a mutilação irremediável. (...) permitir que se façam experiências, (...) em nome de suposto progresso da medicina? (...) Na verdade, só o desejo da notoriedade, do sensacionalismo e outros impulsos menos nobres se fazem presentes.”

39 Harry Benjamin atuava na Alemanha no início do século XX como Magnus Hirschfeld, figura crucial na produção de conhecimento médico sobre gênero e sexualidade e aliado pioneiro na luta de pessoas em não conformidade de gênero nesse período (Stryker, 2008). Depois de se mudar para os Estados Unidos, Benjamin se envolveu em investigações sobre natureza e causas da transexualidade, estabelecendo diretrizes de “detecção” e tratamento da “condição” que se tornariam referência a profissionais e organizações médicos, como a Associação Americana de

a importância da autobiografia não apenas para os que “estão em busca de sua identidade verdadeira (...) mas também mais decididamente (...) à Ciência e à profissão médica” (CJ, ix). Ele apresenta o texto como um “documento humano de grande valor médico” (CJ, xi-xii) em tempos de mudanças e novidades consideráveis no campo científico – em que “membros das carreiras médicas (...) estão com muita frequência desinformados e carregados de preconceito” (CJ, x)<sup>40</sup>.

A mesma intenção é delineada por Jorgensen no prefácio: o que a motivou a rememorar e refletir sobre sua trajetória, assim como transportá-la para a escrita, foram as suspeitas e controvérsias que circundaram não apenas a opinião pública em geral, mas também – especialmente – o campo da medicina. De acordo com a autora, embora sua *mudança de sexo* tenha sido um dos temas mais discutidos em revistas, jornais e periódicos acadêmicos médicos,

muitas informações sobre o ‘caso Christine Jorgensen’ eram confusas, com frequência enviesadas, ou tornadas sensacionais e bizarras pela imprensa. (...) fui chamada de homem homossexual, mulher homossexual, travestite, hermafrodita, mulher desde o nascimento que concebeu um método sensacional de atingir notoriedade para ganho financeiro, homem verdadeiro se disfarçando de mulher, ou uma criatura totalmente assexuada (...) Eu posso agora examinar minha vida (...) e enterrar de uma vez por todas todos os rumores, inverdades e equívocos que me cercaram por quase uma década e meia. Há também a esperança de que uma delineação clara e honesta da minha vida possa ajudar a levar a maior entendimento de garotos e garotas que crescem sabendo que não caberão na vida que se espera deles; de homens e mulheres que têm dificuldades para se ajustar a papéis sexuais inadequados a eles; e aos intrépidos que, como eu, precisam tomar atitudes drásticas para remediar o que parece intolerável (CJ, xv-xvi).

O desenho de sua história de vida, bem como o tom e o vocabulário que configuram a narrativa se fundam em um propósito de reivindicação da verdade e do aspecto pedagógico de sua

---

Psiquiatria e a Organização Mundial de Saúde. Ele foi uma das primeiras vozes do campo a atestar que “a identidade de gênero de uma pessoa não podia ser mudada, e que a responsabilidade do médico era ajudar pessoas transexuais a viverem vidas mais plenas e felizes no gênero que identificavam como seu” (ibid.: 73). Seu trabalho visava trazer visibilidade e legitimidade à transexualidade no seio da instituição e The Harry Benjamin Association, fundada por ele, se dedicou à pesquisa e implementação de programas de *mudança de sexo* (Lima, 2011: 124).

<sup>40</sup> Essa não é a primeira vez em que Benjamin salienta a importância científica das declarações de Jorgensen, e de uma outra forma de atuação médica em referência ao entendimento da transexualidade. Nos agradecimentos de “The Transsexual Phenomenon”, o médico declara: “O caso de Christine Jorgensen trouxe atenção ao problema como nunca antes. Sem sua coragem e determinação, sem dúvida surgindo de uma força maior dentro dela, o transexualismo poderia ainda ser desconhecido – certamente desconhecido nesses termos – e poderia ainda ser considerado algo apenas nas margens da ciência médica. Para o prejuízo, senão para o desespero de respectivos pacientes, a profissão médica muito provavelmente ainda ignoraria a questão e suas manifestações. Mesmo atualmente, quaisquer tentativas de tratar esses pacientes com algum grau de permissividade a seus desejos – a saber, ‘mudança de sexo’ – enfrenta com frequência um erguer de sobrelhas médicas e por vezes rejeição e/ou condenação arrogantes. Portanto, sem Christine Jorgensen e a indesejada publicidade de sua ‘conversão’, esse livro não teria sido concebido. E se crédito é devido a ela (e a outros pacientes pioneiros que tornaram suas experiências conhecidas nos Estados Unidos e na Inglaterra), também o é aos corajosos e compassivos médicos dinamarqueses que, pela primeira vez, ousaram violar o tabu de um conceito de sexo e gênero supostamente inviolável (...). Adicionalmente, sendo verdadeiros cuidadores, consideraram o interesse da paciente antes de considerarem possíveis críticas de seus colegas” (1966: 4).

enunciação. Há evidente comprometimento em discernir verdade de mentira, empreendimento apenas possível a partir da perspectiva privilegiada que ela ocupa – conjugando o lugar subjetivo em que a experiência sentida, corporificada se dá, e de letramento e apresentação de informações cientificamente qualificadas, em oposição às especulações da imprensa. Seu foco é o processo de entendimento, reconhecimento e materialização da identidade de gênero que vivenciou.

Essa conjugação – e sua validação por uma figura de autoridade científica como Benjamin – é relevante para apreendermos o que Jorgensen e essa primeira geração de autobiografias estadunidenses em geral estão reivindicando: ela articula dimensões de entendimento do real apreendidas como excludentes no contexto de patologização de subjetividades trans de meados do século XX. Embora Benjamin definisse transexualidade como uma “perturbação da unidade sexual do indivíduo, (...) uma ruptura entre soma e psique” (1954: n.p.), ou “desorientação emocional” causada pelo fato de o sexo psicológico ser distinto do sexo físico (aqui representado por órgãos genitais, produção hormonal, e características sexuais secundárias) e levar à rejeição e ódio deste (1966: 13), grande parte dos médicos e psicólogos nesse período não reconheciam a existência de um sexo psíquico e interpretavam a identidade de gênero reivindicada por pessoas trans como sinais de *delírio* – um distúrbio psicótico que geraria *fantasias* e ilusões sobre a própria identidade<sup>41</sup>.

Ao sublinhar desde as primeiras páginas do livro que a escrita apresentada seria a verdade definitiva e incontestável da própria história, em oposição a especulações e mentiras representadas por declarações de médicos e imprensa, Jorgensen recusa a atribuição de sua posição de sujeito como marcada pelo *delírio*. Ela não afasta saberes médico-científicos como inteiramente incapazes de apreender e explicar sua identidade sexuada, mas o modo como certos profissionais vinculados a tais saberes (assim como jornalistas) determinam o ato de conhecer: tomando sujeitos como ela como granitos ontológicos<sup>42</sup> passivos dos quais o sujeito do conhecimento extrai informação verdadeira – verdadeira porque permanente, inscrita na anatomia e fisiologia concretas do corpo. Jorgensen se opõe a tal modelo: para saber a verdade sobre mim, diz, é preciso ouvir o que tenho a dizer sobre minha história e sobre o processo de manifestação, reconhecimento e entendimento do meu senso de si que se dá em articulação indissociável a expectativas, possibilidades e limites sociais de existência. As formas do corpo não são suficientes para comunicar a verdade; são, também, até certo ponto mutáveis.

---

41 Para um exame dessa vertente e como ela perde preponderância para a representada por Benjamin, John Money e Robert Stoller junto ao desenvolvimento da distinção entre sexo e gênero, ver Jorge Leite Jr. (2011)

42 A expressão é de Thomas Laqueur (2001) e se refere à metafísica da substância que expressa a virada epistêmica do pensamento euroamericano no fim do século XVIII, afetando concepções sobre sexo. Passa-se a atribuir ao corpo (considerado estável e a-histórico) status de verdade referencial e à diferença entre homens e mulheres como fundada em uma anatomia e fisiologia da incomensurabilidade: “o mundo físico ‘real’ nesses relatos, e em centenas de outros semelhantes, é anterior e logicamente independente das reivindicações feitas em seu nome.” (ibid.: 18)

Isso traz torção e desafio profundos em termos epistemológicos nas entrelinhas das obras, movimentos estes que não receberam visibilidade e reconhecimento: o avanço do conhecimento médico sobre transexualidade apenas seria possível se considerar relatos autobiográficos de pessoas trans porque não se trata de realidade imediatamente acessível a qualquer sujeito de conhecimento, autoevidente em sua visualidade. Trata-se de condição apenas detectável em um processo de identificação com formas de ser e sentir em reação a estímulos e eventos do mundo que se desenrola e é vivenciado ao longo do tempo – e como tal, uma experiência.

Entendo tal experiência aqui como apresentação de eventos pessoalmente vividos, que pressupõe que certos significados no enquadramento social de sentido falam por si mesmos (Scott, 1998). Contudo, diferentemente do apontado pela historiadora, não se naturaliza nas obras sua referencialidade e a diferença da pessoa que as vivenciou (ou seja, não tomam a transexualidade como algo dado, ahistórico). Na defesa de seu estatuto privilegiado de conhecimento, autôries nos mostram que experiência é uma forma sócio-histórica e subjetivamente localizada de apreensão do real por meio de cognição, emoções, imagens e palavras, e de reflexão sobre o próprio lugar em meio a esse real conforme as ferramentas culturais disponíveis. Por ser um fenômeno tão particular, apenas pode ser conhecido por outres a partir de sua expressão narrativa pelo sujeito que a vivencia. Aproximam-se, assim, da cunhagem de Bruner (1986; 1991).

Na defesa do modo experiencial de conhecer, autôries também salientam que a verdade sexuada sobre si apenas pode ser aferida como resultado de um processo de afinidade, senso de pertencimento e de estranhamento com modos de ocupar o mundo classificados por sexo que se desenrola no tempo: ao longo dos atos de perceber tais modos, perceber também quais despertam desejos e recusas; assimilar como sujeitos e instituições reagem a tais emoções despertadas; e reconfigurar um modo de ser que tenha sentido para si e na rede social em que se insere. Uma proposta de reconstituição não só de como entender, mas do estatuto temporal da verdade.

De modo análogo, as primeiras autobiografias brasileiras também são reivindicações de verdade – mas não (primordialmente) em contraposição a especulações e imprecisões médicas e midiáticas. Em outra direção, elas têm como principal objetivo revelar formas sistêmicas a que são submetidos em virtude de desconhecimento geral de suas experiências subjetivas, e tentativas reiteradas de reajuste de sua identidade e expressão de gênero aos padrões socialmente esperados conforme o sexo a eles assignado em nascimento. Anderson Herzer, na apresentação de seu livro, se vale de uma poesia de sua autoria em que descreve o testemunho de negligência e corrupção moral familiares e de miséria socioeconômica e violência estatal, apresentando-se como



sobrevivente (QA, 23). tal caráter do livro é reafirmado pelos outros elementos pré-textuais<sup>43</sup>. João W. Nery, na nota do autor, vincula o propósito de “documentar as sensações que tenho das vivências ambíguas no transcurso de minha vida” ao de “denunciar a hipocrisia e a ignorância sociais diante de um problema sério, profundo, e até agora unicamente humano” (EP, 7).

Mas também, aproximando-se do gênero latino-americano *testimonio*<sup>44</sup>, é um modo de enunciação de acontecimentos, de reivindicação pelo direito de falar e por outros modos de se produzir conhecimento. No cerne dessas narrativas, está a afirmação da imperatividade de evidenciar, a partir da trajetória individual, lutas compartilhadas por grupos de sujeitos contra sistemas de subjugação desconsideradas por enunciações de circulação hegemônica. Desse modo, se distanciam de veículos de mídia ao não reduzir a transexualidade a um debate sobre a aferição do sexo, ou sobre limites e possibilidades da ciência. Ao contrário, indicam, na razão de ser de suas narrativas autobiográficas, que o termo apenas pode ser entendido em uma estrutura temporal extensa que evidencie o processo com que marca subjetividades, e o modo como condições sociais as afetam – violam, vulnerabilizam, impedem.

### *Sentir como, sentir-se como*

Jorgensen descreve, ao retratar sua infância e adolescência, crescentes identificação com práticas e formas de apresentação qualificadas como femininas (roupas, estilos de cabelos, brinquedos, jeitos de conduzir o corpo) e falha em exercer as qualificadas como masculinas – como participar de lutas com rapazes, não chorar, e ter uma disposição atlética (CJ, 8). Embora questione retrospectivamente a naturalização de associações estabelecidas entre sexo designado e determinadas formas e preferências em detrimento de outras (próprias do “sexo oposto”), os sentimentos de atração por algumas delas e desconexão e em relação a outras são incontestáveis.

Me tornei uma criança introvertida, frágil, cabisbaixa, mas aprendi cedo que a sociedade estabelecia regras firmes sobre meu comportamento. (...) Em uma prece de natal quando tinha 5 anos, pedi a Deus uma boneca bonita com longos cabelos loiros(...) por volta dessa época me tornei consciente das diferenças entre mim e minha irmã, Dolly. Essas diferenças pareciam, para mim, ser estabelecidas em termos de coisas “masculinas” e

<sup>43</sup> Leonardo Boff, na orelha do livro, afirmar tratar-se “do relato dolorido de um menor entregue à rua ou despejado em instituições como a Febem e ainda discriminado por, sendo biologicamente menina, assumir a identidade psicológica de menino.” Eduardo Suplicy, no prefácio, ecoa o teólogo: “O depoimento de Herzer constitui o retrato de um dos sérios problemas da realidade brasileira: o do menor em dificuldades por não ter tido condições adequadas de sobrevivência (...), e de como instituições como a Febem (...) muitas vezes levam-no a uma situação quase tão desesperadora quanto se ele estivesse perambulando pelas ruas. Tão dramático e verdadeiro (...)” (QA, 11).

<sup>44</sup> Gênero narrativo que se destacou na América Latina nas décadas de 1970 e 80, instando a reflexões sobre autoridade discursiva, memória coletiva e a potência política de relatos de experiência. Se apresentou, ademais, como uma chave de questionamento de tradições epistêmicas euroamericanas e de propositura de outros modos de conhecer. Para saber mais sobre o gênero e sua produtividade para a disciplina antropológica, ver Lynn Stephen (2017).

“femininas”. Dolly tinha cabelos loiros e usava vestidos, ambos eram coisas que eu admirava mas não eram permitidos a mim, e isso me entristecia e confundia. (CJ, 8)

Era sem dúvida muito jovem para perceber que o amor pela beleza não era propriedade única nem de homens, nem de mulheres, mas as tentativas de minha professora de estabelecer esse vínculo me pareciam erradas mesmo naquele momento. (...) Eu pensava que sabia o que beleza era em meus próprios termos e que era um erro categorizá-la como masculina ou feminina. (...) “O jeito como uma pessoa carrega livros precisa ser ‘masculino’ ou ‘feminino’?” eu me perguntava. (CJ, 16)

A despeito da incipiente tomada de consciência do aspecto problemático de expectativas sociais de comportamento, Jorgensen tentou repetidamente – de modo hesitante, e sem sucesso – se adaptar a elas em tentativas desesperadas de caber no sistema generificado de classificação e valoração de sujeitos e evitar que seus pais se envergonhassem caso sua inadequação se explicitasse. A primeira metade do livro é definida por esse padrão: sofrimento acentuado por não ser como outros, seguido por esforços vacilantes e fracassados de se conformar.

Algo similar ocorre com João W. Nery em “Erro de pessoa” (1984) – mas, diferentemente de Jorgensen, ele assume desde o início da narrativa de sua infância *sentir* a certeza de ser um menino, e a surpresa em ser tratado como menina por parentes e amigos. O tratamento trazia consigo estranhamento por conta de seu gosto por brinquedos e vestimentas masculinos em oposição aos considerados femininos, bem como tentativas de suprimir dito gosto. Ao tentar entender a discrepância entre senso de si e a leitura de seu gênero por outros quando criança, Nery atribui centralidade ao elemento desencadeador de dita leitura – suas formas corporais:

Comecei a pressentir, cada vez mais, que o errado deveria ser eu e não eles, mas que confusão! O pior é quanto mais crescia, mais exigências iam sendo feitas. (...) Sabia que não possuía um pinto tão grande como o dos outros meninos da minha idade. Aos poucos fui sentindo vergonha do meu corpo. (...) Não era um constrangimento comum às crianças, mas como se eu tivesse um defeito físico, um aleijão. (EP, 27-28).

Ao longo da primeira metade do livro, com a puberdade e o desenvolvimento de curvas no corpo tomadas como signos de feminilidade, sua anatomia se torna fonte de angústia e limitação à expressão da masculinidade, ganhando protagonismo na narrativa. A menstruação, por exemplo, foi descrita como evento traumático e chamada de “monstruação” (EP, 38). O caráter limitador do reconhecimento, através da visualidade, de sua masculinidade, epitomizado pela ausência do que considera atributo físico fundamental para ser lido como homem – o pênis – é qualificado como aleijamento.

Referir-se como “aleijão” é uma recorrência até sua *mudança de sexo*; Nery não rejeitava ou estranhava o corpo inteiramente, mas considerava suas formas o acionador de uma qualificação social que provocava nele a sensação de pessoa masculina incompleta, e por isso as considerava



repulsivas, ao despertar o que queria expurgar de si: “A minha crise corporal foi dolorosa e confusa. (...) meu corpo era eu, [e] também não era. (...) A gesticulação, os trejeitos das mãos, do rosto, etc. transmitiam o que eu sentia e queria dizer. No entanto, era por intermédio deste mesmo corpo, do que ele tinha e fazia, que as pessoas me confundiam com uma mulher” (EP, 43).

É possível discernir um entendimento particular de sexo, que se desenha a partir do processo de aprendizado ao longo da infância e adolescência do que se entende como homens e mulheres íntegros. Não se trata da possibilidade de apenas organismos univocamente masculinos e femininos, mas de existências corporais cujas formas de ação e apresentação desejadas, correspondentes a padrões hegemônicos de masculinidade, são impedidas por aspectos físicos considerados femininos.

Tal limitação encontra respostas variadas elaboradas por Nery ao longo de sua trajetória – associadas ao que nomeia como *fantasias*, ou *recursos mágicos*. Quando criança, para evitar que suas irmãs vissem seus genitais, tomava banho de calcinha: “Havia um certo cuidado para que (...) não grudasse no corpo, não o mostrasse e delineasse a lisura frontal. Era como se quisesse tapear todo mundo quanto ao meu físico (...)” (EP, 26). Com o passar dos anos, essas técnicas se desenvolveram: praticando esportes para que músculos endureçam suas formas; enfaixando os seios; cortando os cabelos; confeccionando prótese que passou a usar na cueca para criar a forma de um pênis em suas calças.

Se, por um lado, a visualidade se apresentou como resolvida, a legibilidade corporal como homem encontrou outro obstáculo quando começou a se relacionar amorosamente com mulheres: deseja ser desejado como um homem, e se angustia por não conseguir performar atribuições consideradas masculinas no sexo – a saber, ter um pênis capaz de penetrar uma vagina de mulher<sup>45</sup>. Mesmo sendo estimulado pela segunda namorada a começar a se apresentar publicamente como homem, a imagem se torna insuficiente e a deficiência, teme, se delineia na fisicalidade dos papéis generificados no ato sexual.

A *fantasia* foi estabelecida também nesse âmbito: passa a exercer a penetração com a mão. A prática era entendida como “comportamento adaptativo para suprir deficiências como macho” (EP: 79), alternativa necessária mas insatisfatória que o deixa inseguro – porque “não natural”. Temia que falhasse em provocar e satisfazer o desejo de sua companheira. A precariedade da *fantasia* e a sensação de deficiência se manifestaram quando ela afirmou nunca ter tido um orgasmo:

45 A inquietação já se apresenta no primeiro namoro: “surgiu a necessidade de querer me certificar de como era visto exatamente por ela. O velho problema de estar atraindo-a não como homem, mas pelo meu deformado corpo de mulher. Não queria uma homossexual, mas alguém bastante hetero (...). Essa necessidade foi se tornando cada vez mais primordial.” (ibid.: 60) A duração do relacionamento foi breve porque, afirma Nery, faltavam a sua então namorada Dolores atributos propriamente femininos, como suavidade, vaidade e maior passividade na prática sexual.

o problema, ele tem certeza, reside em não ter o meio de se conectar ao corpo dela tal qual um homem faria.

“Deve ser pela minha deficiência”, pensei imediatamente. (...) Passei noites sem dormir, atribuindo a causa do problema à falta de um pênis de verdade. Ela já me havia dito que mulher não a atraía, o que me dava grande alívio. Ao mesmo tempo, eu me sentia angustiado por ter me esmerado ao máximo para suprir a falta e, agora, constatar que ainda não era o bastante. (...) o pesadelo de que as mulheres não poderiam se sentir atraídas por mim começou a me estrangular. (EP, 81-83)

O evento que qualificou como desencadeador de esperança e transformador do rumo de sua vida, por oferecer a resolução para dita deficiência foi a descoberta da transexualidade, em uma viagem de férias, passeando por livrarias de Paris:

Não podia prever (...) que ali descobriria o que procurava há tantos anos: a saída do labirinto. (...) minha mão alcança uma revista científica. (...) havia uma reportagem onde um médico falava sobre cirurgias transgenitais feitas em alguns países com grande sucesso. Referia-se, apenas, a transexuais masculinos, por serem os casos mais comuns e mais fáceis de resolver. Citava os Estados Unidos como um dos países precursores e mais desenvolvidos no ramo. (...) Meus olhos mal acreditavam no que estavam lendo. Parecia um sonho... (...) Ao retornar, a ideia de me submeter a uma dessas operações não me saía mais da cabeça. Não sabia como, nem onde, mas isto, de agora em diante, passaria a ser a meta fundamental da minha existência. (EP, 121)

O termo atribuiu sentido a sua experiência – mas o cerne de significância, para Nery, não foi a descrição de um estado ou a proposição de uma causa a ele, mas a promessa de sua remediação: a *mudança de sexo*, que é em si o *sonho* ao qual Nery se refere. É a possibilidade de realização dessas intervenções que reorienta o futuro do autor, alimenta seu ímpeto de ação e se sobrepõe a tensões, riscos e perdas. Mesmo confrontado com o estatuto nebuloso da legalidade das intervenções, Nery passou a procurar médicos que pudessem operá-lo, tentando angariar dinheiro para arcar com elas, questionando médiqes e psicólogos que pareciam ter uma compreensão limitada e imprecisa da transexualidade e que hesitavam em autorizar ou realizar procedimentos, e se conformando à fragilização de relações familiares, por não aceitarem sua identidade de gênero e a *mudança de sexo*. Embora na segunda metade do livro Nery mencione a possibilidade de haver uma detecção neurológica de sua masculinidade, descrevendo um congresso médico sobre transexualidade em que representantes de diversas áreas discutiram possíveis causas, um sistema explicativo científico não é seu foco: sabe, mais do que especialistas, que é homem; trata-se de problema anatômico, não mental. O que profissionais da saúde dominam são os instrumentos para reconfigurar a matéria e torná-la capaz de expressar o senso de si generificado, fazê-lo legível de modo visual e tátil.

A realização da *mudança de sexo* (envolvendo mamoplastia masculinizadora, recomposição do canal urinário e, por fim, faloplastia), ao final do livro, foi descrita como renascimento e parte da conquista do gênero: “finalmente eu era um homem! Um homem de carne e osso, e não somente na imaginação!” (EP, 234). Nesse aspecto, ter um pênis para “fazer amor sem recursos artificiais (...) [e] sobretudo poder (...) me desnudar por inteiro diante de Amanda” (EP, 239) era central. Não se tratava de se tornar “um homem fisicamente normal” (ibid.), mas de alcançar uma realidade possível através da tecnologia e do encontro erótico. A existência do órgão genital e sua funcionalidade erótica eram, ali, inextricáveis.

Se Nery teceu um processo de subjetivação que dá enfoque narrativo à limitação imposta por formas corporais e tem como catalisador o desejo de materialização visual e erótica da masculinidade – testando respostas a partir da *fantasia* até a *mudança de sexo* torná-la real –, Jorgensen empreende algo aproximado, mas distinto. A atenção se desloca da carne às emoções, partindo não da certeza do senso de si e estranhamento das formas do corpo, mas do inverso.

Ela sugeriu que há algo inato no modo como suas emoções e estados mentais se arranjavam e instituíam tendências contrastivas de inclinação a certas práticas sociais e disposições corporais e inadequação a outras, impedindo-a de realizar com sucesso expectativas de comportamento atribuídas a homens: “bem no fundo de mim, mesmo tão jovem, eu sentia que todos esses sentimentos básicos eram parte integral de mim e não fortemente influenciados por condições externas” (CJ, 17). Um dos elementos dessa configuração emocional que se revelou e se acentuou ao longo da sua adolescência e começo da vida adulta foi sua atração afetivo-sexual por homens. Quando primeiro notou esse sentimento, Jorgensen teve como reação subsequente a vergonha – tendo sido assignada ao sexo masculino quando de seu nascimento e criada em uma família religiosa na década de 40, o desejo por homens lhe parecia repulsivo, errado: poderia fazê-la ser rotulada como um “homem homossexual”. Mas, ao ponderar sobre o modo como sua trajetória foi crescentemente marcada pela identificação espontânea, sentida, com aspectos do mundo qualificados como femininos, especulou se seria possível que sua estrutura afetiva fosse como a de uma mulher. Em caso positivo, sua atração por homens também o seria, inescapavelmente<sup>46</sup>.

A hipótese não resolveu seu problema; apenas adicionou mais um complicador – os contornos de seu corpo, a ausência de determinados órgãos e a presença de outros faziam com que fosse lida como pertencente ao sexo masculino. Como tal discordância entre configuração física e

---

46 Quando decidiu contar a amigas sobre *sentir-se como* uma mulher, uma delas sugere que talvez Jorgensen fosse “um homem afeminado.” Jorgensen imediatamente associa esse termo a homossexualidade masculina, e afastou a possibilidade: “‘Não posso nem imaginar um relacionamento desses com outro homem’, eu disse. ‘Mas tenho que admitir que sou atraída por alguns homens. Sei que os noto, não como um homem, mas como uma mulher notaria. Só não sei em qual categoria me inserir’” (CJ, 52).

afetiva poderia ser possível? O que fazer? Certamente, recusar qualquer envolvimento sexual ou romântico com homens; o que estava disponível ao olhar deles era o sexo de sua anatomia, não de seus sentimentos, e portanto quem a visse e a desejasse, a desejaria como homem<sup>47</sup>. Embora pudesse controlar o que fazia, não conseguia controlar o que *sentia*. Interações com homens que evocavam desejo conduziam-na à autoaversão; lembravam-na mais acentuadamente dessa discordância. No entanto, foi precisamente a frustração engendrada pelo sentimento e por não se permitir o contato afetivo com esses homens que a impeliu, pessoa que se autoproclamava hesitante e indecisa, a procurar modos de resolver o que lhe parece um cenário contraditório – ser classificada como pertencente ao sexo masculino, e *sentir como*, e *sentir-se como* uma mulher:

(...) percebi que o sentimento amigável que sentia por ele estava se tornando algo mais forte. (...) as antigas frustrações e repúdio por mim mesma começaram a escalar. Ainda que me sentisse inexoravelmente atraída por Jim, sabia que eu não queria estar, uma ambivalência dolorosa e confusa. Mais uma vez, meu desespero me propulsionou a um ainda maior senso de urgência e à busca por uma solução final. (CJ, 80)

A angústia da discrepância também faz com que reconsidere com mais cuidado suas formas físicas, em especial em comparação com as de outros homens. O alistamento militar aos 19 anos e o convívio intenso com muitos rapazes lhe deu a oportunidade de notar que não só suas inclinações afetivas a afastavam de práticas e modos de ser considerados masculinos – mas o seu amadurecimento físico não parecia corresponder aos padrões regulares do sexo:

Meu corpo não era apenas delicado, mas também carecia de outros desenvolvimentos usuais em um homem. Não tinha pêlos no peito, braços ou pernas. Meu andar poderia dificilmente ser chamado de passo largo e masculino, e os gestos de minhas mãos eram efeminados e minha voz também tinha uma qualidade feminina. Órgãos sexuais que determinavam minha classificação como “de sexo masculino” eram subdesenvolvidos. Era bem possível que alguns homens que tivessem a mesma construção física se sentissem completamente masculinos, mas minha química mental e emocional condizia com todas as características físicas que em mim pareciam tão femininas. “O que é masculino e o que é feminino?” Eu pensava. A pergunta me afligia porque eu não conseguia encontrar uma linha divisória claramente estabelecida. (CJ, 31)

A percepção de variáveis apontando para diferentes processos (afetivos, físicos) e ritmos (respectivamente de acentuação estável e de retardamento) de desenvolvimento sexuado a

47 Duas situações são particularmente eloquentes. Em uma delas, ao se encontrar com um conhecido, nota horrorizada que ele havia pressuposto um potencial romântico na interação: “(...) soube imediatamente que estava sendo confrontada por um homossexual e, ainda mais alarmante, ele me considerava homossexual também. Ainda agora posso lembrar que fiquei alarmada e enojada com seu comportamento, e que até posso ter passado por um momento de medo – medo de contato homossexual, provavelmente baseado na crença oculta de que eu desviava do que se considerava ‘normal’” (CJ, 45). Em outra, um conhecido alcoolizado em uma festa lhe diz: “Sabe, se eu fosse um pouco queer, eu ficaria com você!” Ao que ela reflete: “Mesmo agora posso lembrar meus sentimentos de choque e nojo” (CJ, 74).

confundia e fazia com que se sentisse em um limbo – estado de estagnação e incerteza. A indeterminação quanto a seu senso de identidade sexuada afetava todas as dimensões de sua vida: ela tinha dificuldade em estabelecer vínculos com pessoas porque se sentia inteiramente diferente delas e temia ser rejeitada. *Sentia* haver algo sobre si que não entendia nem sabia formular, mas suspeitava ser “errado” ou anormal, a ser escondido. Insegura, também não conseguia construir uma carreira profissional.

Essa dinâmica titubeante mudou quando, ao confessar a amigas sobre a dificuldade em entender por que *se sentia* assim, uma delas lhe sugere procurar um médico. O conselho a impeliu a se informar sobre endocrinologia e se matricular na Escola de Assistentes de Médicos e Dentistas de Manhattan. Ao conduzir por conta própria uma pesquisa em bibliotecas de Nova York, estudos sobre hormônios sexuais se lhe apresentaram quase como uma revelação:

“Quimicamente, todos nós somos tanto homem quanto mulher porque nossos corpos fabricam tanto hormônios masculinos quanto femininos, e principalmente é um excesso de testosterona que nos torna homens e um excesso de hormônios femininos que nos torna mulheres.” (...) Eu estava segurando a salvação em minhas mãos: a ciência da química corporal. Acho que sabia que a Providência havia interferido de novo e aberto uma porta para um panorama novo e reluzente. (...) Se hormônios se mostrassem uma resposta possível, para que direção deveria me conduzir? Deveria seguir o curso já sugerido e tentar me tornar mais masculina através do desenvolvimento de sinais físicos externos de sexo masculino? Contudo, ponderei, se isso fosse possível, eu teria desejos, atitudes, emoções de um homem? Estava certa que a resposta a isso seria “Não.” E medidas mais drásticas de tentar me tornar mais feminina? Poderia a transição ao sexo feminino ser conquistada através da magia da química? Eu temia que a resposta a essa questão também seria “Não.” As frustrações de meu conhecimento limitado eram aparentemente infindáveis durante aquele período. (CJ, 71-72)

Essas descobertas e a esperança em encontrar uma solução a levaram a adensar a pesquisa. Também lhe forneceram argumentos para discordar de médicos com quem se consultou, que insistiam ser seu “conflito interno” sintoma de desordem psiquiátrica curável com psicoterapia, que por sua vez a direcionaria à esperada identidade masculina. O sistema explicativo encontrado que a propiciou interpretar sua condição como um desequilíbrio bioquímico e testar uma solução via terapia hormonal lhe pareceu mais apropriado, e assim ela iniciou a ingestão de pílulas de estradiol. Mas isso não se mostrou suficiente – ela sonhava com alterações físicas mais radicais. Um ano depois, um médico conhecido lhe escreveu comentando sobre um possível “tratamento” na Europa. Após breve período de economia e organização, seguiu viagem: “Em estado de contentamento, comecei a me sentir inteira e quase satisfeita, como se já tivesse me projetado no futuro” (CJ, 88).

Seu encontro com Christian Hamburger, médico dinamarquês que estava conduzindo uma investigação experimental sobre terapia hormonal e *mudança de sexo*, é talvez o momento mais importante do livro. Ele foi a primeira autoridade científica a validar a suposição que ela vinha aprimorando sobre a configuração sexuada da própria existência e a mobilizar linguagem médica para reconhecer seu senso de si, oferecendo solução a seu estado de limbo:

Eu verti sobre ele toda a história da minha vida desconcertante. Incluí cada grande obstáculo e cada detalhe pequeno, desde o começo da infância até aquele momento. Quando terminei meu resumo, perguntei a ele primeiro se achava que eu era um homossexual (...). “Não,” ele disse, “Não creio que você seja um homossexual.”

“Então o que há de errado comigo?”

“Acredito que você é vítima de um problema que usualmente começa na mais tenra idade, uma sensação irresistível de desejar ser vista pela sociedade e por si mesma como pertencendo ao sexo oposto. Nada é capaz de mudar essa sensação. (...) o problema está profundamente enraizado nas células de seu corpo. Externamente, você tem muitas das características sexuadas de um homem. Foi declarada um menino ao nascer e cresceu, tão infeliz, disfarçada de menino. Mas internamente, é inteiramente possível que você seja uma mulher. Sua química corporal e todas as suas células corporais, incluindo seus neurônios, podem ser femininos. Isso é só uma teoria.” Eu perguntei a ele então se seria possível me transformar na pessoa inteira que eu havia imaginado. “Nós podemos antecipar muitas dificuldades.” Ele pausou, e então disse, “é possível.” (CJ, 92-93).

Esse momento também foi definidor porque a promessa da *mudança* recalibrou o ímpeto de ação de Jorgensen: “Encontrei alguém que disse ‘é possível.’ Eventos não mais pareciam estáticos e era um passo adiante em direção a um fim reconhecível” (CJ, 93). Ela se tornou mais assertiva, persistente em garantir a realização de procedimentos médicos que permitiram torná-la legível como pertencente ao sexo feminino. Mesmo quando as primeiras intervenções estavam apenas começando, ela diz em cartas a amigos que se sente “melhor do que nunca”, que “a pessoa tímida, infeliz” que era nos Estados Unidos não existe mais, e que “nunca me senti uma pessoa tão real quanto sou agora.” O comprometimento em implementar a transformação produz, em si, uma transformação – começa a materializar a pessoa que ela vinha sonhando em se tornar.

O que se seguiu é o que pode ser entendido como a *mudança de sexo* de Jorgensen – processo que levou anos e se alargou para além de sua estadia na Dinamarca. Ele abrangeu: exames para aferir sua produção hormonal; administração de estrogênio e de inibidores de testosterona; um ano depois, cirurgia de remoção de gônadas, e no ano seguinte, de seus órgãos genitais; e finalmente, quatro anos depois de sua chegada à Dinamarca e dois anos depois de se tornar internacionalmente famosa, vaginoplastia. Não houve um evento específico ou intervenção médica que poderia ser apontado como o momento definidor da passagem imediata do sexo masculino ao sexo feminino.

*De barreiras a membranas porosas: sonho e real, sexo masculino e sexo feminino*

Proponho que levemos a sério o empreendimento de reconfiguração, demonstrado por Nery e Jorgensen na reconstrução de sua trajetória, do modo de conhecer a verdade sobre formas de existência e de materializar modelos generificados de personitude. Para tanto, gostaria de explorar analiticamente a potência conceitual, por elus sinalizada, das categorias *fantasia/sonho/imaginação* e da expressão *mudança de sexo*. Elas são especialmente interessantes em virtude do modo como suas significações correntes no debate público assumiram estatuto de verdade inquestionável. Trazê-las à luz partindo de e recuperando o processo de atribuição de sentido conduzido pela primeira geração de autobiografias trans é uma forma de evidenciar a sofisticação e a complexidade dos desenhos argumentativos que sustentam, subjazem, saturam sutilmente a escrita de sua vida.

*Fantasia/sonho/imaginação* têm importância particular na história de produção de um sentido hegemônico de transexualidade. Uma vertente de saberes médicos e psi que pautou, por certo tempo, os termos do discurso científico sobre o tema e logrou sua disseminação em plataformas de formação de opinião como a imprensa definia a transexualidade como distúrbio mental que provocava delírios ne “portadore” acerca da verdade de sua identidade sexuada. Mesmo com a perda, por essa vertente, da autoridade em produzir consenso na instituição médica para a encabeçada por Stoller, Benjamin e Money (Leite Jr., 2011: 185), seus efeitos na produção de uma figuração única e popularizada sobre subjetividades trans são inquestionáveis até hoje.

Mas essa produção de sentido é parte de um projeto de conhecimento mais amplo cuja história remonta à Reforma Científica, que atribui às ciências modernas o monopólio de apreensão da verdade e sustenta tal empreendimento a partir de uma divisão intransponível entre o imaginário e o real (Ingold, 2017). Tal separação reestrutura a relação que se estabelece entre os elementos envolvidos no ato de conhecer e a temporalidade do conhecido: abandona-se seu caráter interativo, em que tanto quem conhece e o mundo participam e se afetam em prol de um entendimento do mundo (do que se conhece, de modo geral) como dados “inertes e impassíveis, em formas objetivas e objetivadas (...) aquilo que Mae-Wan Ho tem chamado ‘uma superfície opaca, plana e gelada da literalidade’” (ibid.: n.p.). Ademais, esse dado é marcado pela sua permanência: sua verdade reside no caráter inalterável, pronto de sua existência externa ao ser que conhece. A imaginação, a fantasia, o sonho são “palavras para o que não existe”: não coisas prontas no mundo, mas elaborações contínuas da mente ativa do sujeito, sem existência observável no mundo-objeto de conhecimento – e assim, não teriam estatuto real. São, se algo, obstáculos à revelação do real.

Paralelamente, no processo histórico de constituição do gênero autobiográfico trans tais categorias também têm destaque. São reiteradamente acionadas para se referir ao momento de



descoberta de que há linguagem/ns para nomear e explicar o senso generificado de si e sujeitos que vivenciaram experiências similares. Também se fazem presentes na descrição de mecanismos variados (de acessibilidade variada) de concretização desse senso e corporificação da identidade de gênero que não se enquadra na expectativas sociais referentes ao sexo assignado. Em outras palavras, é recorrente que se descreva a ideação de uma vida em que se possa assumir e ver reconhecido socialmente o senso de si, bem como tentativas de materializá-lo e manipular a “realidade” das formas corporais como *fantasias*, *sonhos*, *imaginação*.

Da mesma forma, é uma convenção relatar a descoberta da transexualidade e da *mudança de sexo* como “o momento em que percebi que não era apenas uma *fantasia*”, ou, parafraseando Jorgensen, ter revelada a possibilidade de ser quem havia *imaginado*. Pergunto: o que ela nos traz acerca de tensionamentos possíveis não só do imaginário hegemônico sobre transexualidade, mas também do regime cisnormativo que constitui os alicerces desse imaginário? Para responder essas perguntas sugiro reativar ditas categorias, nos termos de Isabelle Stengers (2017): como reapropriação. Não a partir da recusa do processo histórico de seu envenenamento (como vimos, essas categorias foram imensamente envenenadas pelos saberes médicos e psi e pelo regime de conhecimento científico moderno), mas atentando a ele de modo a aprender e empreender mecanismos para torná-las habitáveis. Curá-las, de modo a animar seu potencial político (ibid.: 8).

Uma produção teórica robusta de estudos queer e de gênero se dedicou a “fantasia” como conceito, interessada em sua rentabilidade para analisar tensões e possibilidades entre regimes de representação, sentidos de si e configurações de campos de ação e relação social. Sua relevância teórica e política é ainda mais notável se considerarmos que o empreendimento se dá em diálogo crítico com o corpo de trabalho na psicanálise em torno do termo e da sexualidade. Mais especificamente, tal produção toma como referência a releitura de Jean Laplanche e Jean-Bertrand Pontalis sobre o trabalho de Freud acerca da fantasia, e a postulação do papel constitutivo desta na formação de processos subjetivos. Meu foco não é a teoria psicanalítica sobre fantasia, mas o que pensadoras de estudos de gênero – a saber, Judith Butler e Teresa de Laetis – fazem com ela para pensar sobre regimes regulatórios de imaginabilidade de e inteligibilidade de sujeitos, e de que modo isso se relaciona a padrões normativos de gênero e sexualidade.

Judith Butler recupera a teoria psicanalítica da fantasia em diversos momentos de sua trajetória intelectual para se debruçar sobre dinâmicas de formação do eu e apontar a labilidade das posições desenhadas pelo enquadramento – também instável – do real (1990; 2008[1993]; 2015[2005]). Em um primeiro momento (1990), a filósofa esmiúça os elementos que a conformam visando contrapô-la contrastivamente a pressuposições não teorizadas sobre o termo levadas a cabo



tanto pela direita norte-americana quanto pelo movimento feminista anti-pornografia em esforços de restrição e proibição de tipos de representação de práticas sexuais.

De acordo com Butler, Laplanche e Pontalis delinearam fantasia como estruturante da realidade psíquica – não correspondendo à oposição comumente em circulação entre fantasia e realidade. A fantasia põe em suspensão e questionamento as fronteiras do real. A teoria psicanalítica também se afasta dessa imagem popularizada, segue a autora, na medida em que não tem como foco a representação de um objeto de desejo, mas a configuração de um cenário de desejo em que um sujeito não ocupa lugar definido – existe apenas capturado em sua sequência de imagens (ibid.: 110). Esses dois elementos permitem questionar o argumento de feministas anti-pornografia de que a fantasia seria o elo causal na relação entre representação e ação – de que a reprodução de atos sexuais por elas entendidos como degradantes acionaria o desejo psíquico de ocupar necessariamente um dos lugares da relação e por sua vez levaria à realização da cena fantasiada. Para Butler, essa inevitabilidade não se dá seja porque a fantasia não estabelece vinculação forçosa entre mulheres e a ocupação de posições ditas subordinadas e degradantes, seja porque a relação entre fantasia e ação no mundo real não é de causa e efeito. O que ela produz é um processo de repensar o que seria o “real”<sup>48</sup>.

Teresa de Lauretis (1994), por sua vez, discerne com mais rigor as articulações possíveis entre representação, fantasia e ação. A partir de uma releitura pós-estruturalista da obra de Freud – em que esta se apresenta como ferramenta para analisar a representação de subjetividade e desejo na produção literária e fílmica sobre lesbianidade –, a autora mobiliza “fantasia” para investigar o processo de subjetivação de mulheres lésbicas. Isso se dá não apenas no que tange à atribuição de outro significado possível ao que se entende como sujeito desejante, mas também ao sistema de subjetivação em geral que imputa um caráter institucionalizado e hegemônico à diferença sexual e a formas heterossexuais de afeição e desejo como constitutivas da subjetividade. Segundo de Lauretis, o produto artístico tem o poder de

trabalhar com e contra códigos narrativos e modos convencionais de enunciação e discurso e pode produzir modos de representar que efetivamente alteram o enquadramento padrão de referência e visibilidade, as condições do visível, o que pode ser visto e representado (ibid.: 85).

---

48 Em seus termos: como se a fantasia pudesse repentinamente se transmutar em ação, como se as duas fossem separáveis desde o início. Eu argumentaria, no entanto, que a fantasia constitui a ação psíquica, e o que é invocado como “ação física” pela formulação causal acima é precisamente a condensação e encerramento da fantasia, não o que a segue. Assim, a fantasia fornece a sobredeterminação psíquica do sentido designado por “real.” “Fantasia” e “real” estão sempre vinculados. Se o fantasmático permanece em tensão com os efeitos “reais” que produz (...) então o “real” se mantém permanentemente entre aspas (...). Aqui a visão de que a fantasia motiva a ação descarta a possibilidade de que a fantasia é a própria cena que suspende a ação e que, em sua suspensão, fornece à investigação crítica o que constitui a ação. (ibid.: 113)

Ele pode permitir à espectadora assumir uma posição reflexiva aproximada (não equivalente) àquela de um contexto de fantasia (em termos psicanalíticos): nem como autora de um ato fantasiado, nem como objeto sobre o qual o ato é exercitado. Um filme ou livro, por exemplo, podem ser fantasia na medida em que desenham e oferecem à espectadora uma nova configuração de desejo e seu sentido. O espaço simbólico de ação e relação entre as personagens e seus papéis excedem as expectativas de possível. Ao mesmo tempo, não atingem o que a espectadora deseja em sua inteireza, propiciando a ela um enquadramento aberto que demanda sua própria ação – em termos de produção de sentido – para que a fantasia se torne uma posição de sujeito (ibid.: 111) e permita a passagem do domínio das sensações para o domínio da significação e da realidade.

Em outras palavras, no contexto da produção cultural lésbica, a tessitura discursiva pode fornecer outro enquadramento de existência à espectadora, permitindo que questione os termos e suas relações, tais quais são configurados por uma lógica heteronormativa de significação. Como a lógica do produto cultural é apenas uma forma possível de tessitura, de Lauretis sugere a possibilidade de outras variações de composição do enquadramento, a serem imaginadas e experimentadas pela espectadora – que, então, se torna sujeito de outra forma de mundo.

O conceito *fantasia* fornece ferramentas para a análise empírica de processos psíquicos e sociais que podem se dar no ato de assistir obras que testam e reinventam convenções narrativas, reconfigurando possibilidades de agência e subjetividade. A análise proposta por de Lauretis não é de homologia, mas de analogia: considerando as relações entre representação e fantasia, entre a fantasia em termos psicanalíticos e sua imagem aproximada em termos sociais<sup>49</sup>, entre sujeito espectador e sujeito da fantasia, entre subjetividade psíquica e subjetividade social. Com isso, a autora reconhece suas diferenças e a produtividade que a reflexão sobre um sugere à sobre outro. Espectadôrie que vê, digamos, um filme pode ser o sujeito da fantasia, e subjetividades psíquica e social podem se dar no interior de um mesmo sujeito. Mas se trata de elementos diferentes informados por teorias que podem se aproximar e se afetar – mas não se confundir. Sendo assim, a representação varia conforme a mobilização de códigos culturalmente estabelecidos e formas expressivas; a reação da espectadora – a possibilidade da fantasia, a extensão de seus riscos e de sua força disruptiva – varia conforme condições de existência psíquica e localização social que marcam possibilidades de desejo e imagem de si. Não se pode generalizar efeitos de um filme e efeitos de sua narrativa em sujeitos.

É justamente seu interesse no modo circunscrito com que espectadoras socialmente situadas são afetadas pelo cenário do filme e podem experimentar processos de identificação que diferencia

---

<sup>49</sup> Com isso, entendo o processo de identificação e reorganização de possibilidades de desejo que pode ser despertado por certas formas narrativas em certos sujeitos em certo contexto histórico e social.

a análise de de Lauretis da de Butler: fantasia (como conceito psicanalítico) constitui o real e leva ao questionamento de seus termos; mas dizer isso não basta. Como tal constituição psíquica porosa, ameaçadora, se relaciona a processos sociais de reconfiguração ontológica, quais são as formas socialmente verificáveis de questionamento da verdade? De fato, a fantasia (como conceito psicanalítico) configura cenários, não vinculações necessárias de sujeito; mas dizer isso não basta. De que modo dinâmicas sociais de diferença e desigualdade afetam sujeitos de modo a estabelecerem identificações ou estranhamentos com figuras e cenários específicos acessados em representações? Não se trata de negar a relação entre representação, fantasia e ação, mas verificar as modalidades que assumem situadamente.

Da mesma forma que de Lauretis se vale da teoria psicanalítica da fantasia para analisar o campo das reorganizações possíveis de processos de identificação a partir do ato de ver cinema lésbico, valho-me de sua apropriação da categoria fantasia para investigar o que ela (junto das variantes *sonho* e *imaginação*) quer dizer para autôries. Esses termos nos fazem atentar para as fronteiras porosas entre modos de conhecer que reorganizam os enquadramentos da verdade e do real – não como duas dimensões incomensuráveis, separadas por uma barreira maciça, e sim como campos instáveis que se contaminam reciprocamente através da pele que os divide.

Em Nery, *fantasia* se apresenta como artifício de ajuste ontológico do gênero: é empreendimento para recalibrar sua imagem e como se vale do corpo de modo a tornar reconhecível seu senso de si masculino, que é real. Ao mesmo tempo, esse exercício é elaborado como forma de mascaramento do real, em referência a suas formas corporais e sua legibilidade generificada. A fantasia ao mesmo tempo materializa e oculta aspectos do real.

Enquanto tal, é marcada por precariedade. O gênero materializado em estrutura visível está a todo momento sob ameaça de ser desfeito, pela exposição de órgãos e curvas atribuíveis a outro. Da mesma forma, o gênero materializado em atos corporais se vê a todo momento sob ameaça de ser considerado incompleto, pelo desempenho potencialmente insatisfatório de papéis sexuais em um roteiro heteronormativo. No caso do autor – e de muitos outros dessa primeira geração que ousaram materializar seu senso de si antes da descoberta da transexualidade e/ou da *mudança de sexo* –, a *fantasia* é o modo aproximado, instável de fazer-se socialmente homem ou mulher. A possibilidade da passagem definitiva da *fantasia* para o real e de alcançar inteireza estável se apresenta com a descoberta da transexualidade como condição solucionável – tornando a personitude completa uma promessa futura a ser perseguida e conquistada.

Vemos isso em Nery e em Jorgensen – no caso desta, ainda mais acentuadamente por não partir da certeza do senso de si. Ao contrário de Nery, o senso de si de Jorgensen não foi tomado como dado porque não parecia sequer possível, ao ser confrontado com sua anatomia masculina. O

que experimentava lhe parecia incompreensível de acordo com o sistema de governo de inteligibilidade que afirmava que, para ser uma pessoa, seu corpo precisa ter um e apenas um sexo definido no nascimento. A literatura sobre hormônios e a conversa com Christian Hamburger lhe forneceram uma organização de sentido que tornou o que sentia nomeável e explicável, ainda que provisoriamente. Ao tornar esse senso inteligível, tornou-o também real – e assim, levou ao questionamento do enquadramento anterior que não previa um lugar para ela.

Se antes o senso de si se relacionava apenas de modo inadequado, desencaixado ao campo de ideias em circulação, o encontro com textos e profissionais da medicina lhe propiciou formas de reajuste de sentido dos termos e das relações que configuram esse campo, engendrando encaixe e adequação possíveis a dito senso. “Encontro”, aqui, é termo central que demarca uma diferença. Não se trata do ato de conhecer como empreendimento em que o sujeito de conhecimento acessa um objeto e sobre ele extrai uma verdade, ou em que um sujeito de conhecimento, autoridade detentora da verdade, a transmite a outro sujeito que não a possui.

Trata-se de um sujeito que percebe a verdade, é afetado por ela – mas, por não possuir um sistema de organização de significado que a explique e atribua um lugar para ela no mundo, duvida de seu status enquanto tal. O encontro é relevante não porque se dá entre sujeitos em posições assimétricas de conhecimento (o que sabe a verdade e o que não sabe), mas porque propicia o acesso (seja pelo contato intersubjetivo, seja pelo acesso a formas de representação como livros) a outros modos de organização de significado e, assim, a uma localização no campo do nomeável, do possível, do inteligível do que se sabia pela percepção. O conhecer não se dá entre não saber e saber, ou entre a crença no *delírio* e o conhecimento da verdade – mas entre a verdade em potência e a verdade em instituição. O real precário e o real estável.

No ato de assentar o enquadramento de real que torna a verdade inteligível e instituída, um efeito é o questionamento da rede de relações de significado e de delimitação do possível que não previa sua reconhecibilidade. A passagem de *fantasia* para o real narrada por Jorgensen, Nery e a literatura autobiográfica trans não é apenas o processo de encontrar palavras e um lugar no mundo para si, e de gradualmente materializar a personitude até uma integridade consistente e possível; é também, até certo ponto e parcialmente, o processo de interrogar a validade da rede de relações de significado que não previa essas palavras e esse lugar, e o estatuto do real como fixo e imutável. É também processo de reconfiguração de sentido dos termos relacionados, afetados pela interrogação das relações que os vinculam. Isso se evidencia, na obra de Jorgensen, na narração de sua *mudança de sexo* – e, no ato de narrar, a produção de uma teoria do sexo que excede e se contrapõe ao regime regulatório do campo de ideias de sujeito sexuado.

Como vimos, o debate público sobre a verdade do sexo nos Estados Unidos foi intensamente afetado pela transição de Jorgensen. Elucubrações sobre os procedimentos médicos aos quais tinha sido submetida se proliferaram na mídia. Jorgensen se dirigiu diretamente a tais rumores em sua autobiografia; a verdade sobre sua vida, afirmou, abarcava a verdade sobre sua *mudança de sexo* – série de intervenções separadas no tempo realizadas sobre seu corpo pela equipe de especialistas dinamarqueses que afetaram aspectos de sua anatomia e fisiologia: a administração de estrógeno e de bloqueadores de testosterona mudou a redistribuição de gordura corporal, bem como suavizou suas curvas e a textura de sua pele e rareou pelos corporais; a remoção de glândulas sexuais provocou a interrupção da produção de testosterona e a emissão de espermatozoides por seu corpo; a retirada do pênis e demais componentes do sistema genital socialmente lido como masculino e, anos depois, a construção de uma vagina e elementos externos do sistema genital socialmente lido como feminino afetam o mais visível símbolo de definição do sexo de um sujeito quando do nascimento – responsável por totalizar univocamente sua identidade sexuada e definir a série de expectativas de gênero e sexuais que serão à pessoa atribuídas ao longo de sua vida.

Em virtude dessa centralidade dos órgãos genitais generificados, o imaginário popular norte-americano sobre *mudança de sexo* se estruturou em torno de sua definição como evento cirúrgico singular de transformação de um órgão genital em outro. O debate sobre a possibilidade de um sexo ser mudado trazia consigo como questão subjacente se a alteração dos genitais de uma pessoa totalizaria sua identidade sexuada assim como ocorreu no momento do nascimento. E se uma pessoa convencionalmente feminina como Christine Jorgensen ainda tivesse órgãos genitais socialmente lidos como masculinos? O dito papel totalizante, de simbolização do sexo homogêneo estaria sob ameaça. Por isso, o desejo tão intenso de saber sobre seu corpo.

Mas é curioso que os mesmos pressupostos que estruturam o sentido popular de *mudança de sexo* são tomados como dados por trabalhos recentes em estudos trans. Muitos deles, ao analisarem as primeiras obras, criticam convenções narrativas do que definem como cânone da escrita de vida trans. Segundo Pellegrini (2019) e Aizura (2019), a estrutura temporal das obras é um de seus elementos mais problemáticos: as sequências e ritmos narrativos dessas publicações apresentariam a *mudança de sexo* (que supõem ser a cirurgia genital) como o ponto crucial na história de vida trans, momento decisivo em que uma pessoa é transformada de homem inteiro em mulher inteira, abandonando o eu anterior e se tornando um sujeito radicalmente diferente.

A linearidade usada para narrar a identidade é descrita como “sofrimento-transformação-feliz estabilidade”, tendo como ponto de chegada necessário a expressão de “um eu coerente, estável e maduro assim que a transição é considerada finalizada” (Pellegrini, 2019: 4). Cirurgia genital como significador de *mudança de sexo* marcaria o fim da transição e da narrativa. Esses estudiosos

entendem a estrutura temporal do cânone literário trans como duplamente normativo: porque imporiam um modelo único de trajetória de subjetivação trans, e porque se apoiaria em um desejo de assimilação à cisnormatividade, de estabilidade e alinhamento de sexo e gênero – em que autôries ao realizarem *mudança de sexo*, afirmam, acreditariam e defenderiam que esse evento pontual de alteração de genitais seria responsável por alterar a totalidade de sua identidade.

Afasto-me dessa interpretação com base no que evidenciei dessas primeiras autobiografias. Tomemos a obra de Nery: a *fantasia* permitia uma manifestação gradual e precária de seu senso de si, uma subjetivação que enfrenta a legibilidade social a partir de diferentes esferas perceptivas e com diferentes níveis de sucesso; ele tinha uma expressão pública, visual, masculina, ainda que pudesse ser desfeita; ele fazia sexo “como um homem”, ainda que suspeitasse ser sua performance “defeituosa” conforme padrões hegemônicos de funcionalidade corporal generificada, tornando-o, portanto, um homem deficiente – mas nunca uma mulher. A *mudança de sexo* é o mecanismo necessário, não último, de consolidação duradoura de sua subjetividade masculina pela confecção de aspectos anatômicos atribuídos ao sexo masculino – encontrando completude apenas no desempenho de papéis sexuais hegemonicamente masculinos no encontro erótico com uma mulher.

Se considerarmos a obra de Jorgensen, outra dimensão da crítica é desafiada: em textos médicos nas bibliotecas de Nova York, a autora encontrou teorias que atribuíam o desenvolvimento de determinadas características corporais classificadas como femininas ou masculinas à combinação hormonal produzida por todos os organismos humanos. Ao conhecer Hamburger, encontrou uma interpretação da identidade sexuada que reconhecia o caráter compósito do sexo – senso de si, células, formas corporais externamente verificáveis podem separadamente ser alocadas em diferentes sexos. Sua condição seria produto desse arranjo, podendo ser redesenhada conforme a mutabilidade e a maleabilidade de cada um desses caracteres. Em nenhum desses momentos se fez referência direta ou indireta a órgãos genitais.

Não se trata, contudo, apenas de aceno sutil a formas de entendimento possíveis do termo. Um excerto, em que a autora pondera sobre uma série de artigos publicados pelo New York Post intitulada “A verdade sobre ‘Christine’ Jorgensen”, é significativo. Nessas histórias, ela é referida com pronomes masculinos e apresentada como charlatã; de acordo com as reportagens, *mudança de sexo* era impossível e médicos estadunidenses entrevistados haviam declarado que a única solução “à pessoa do sexo masculino fisicamente normal que mostre fortes tendências femininas” era a psicoterapia (CJ, 187). Confrontando esses artigos, ela afirma:

Se eles [os jornalistas que escreveram a reportagem] insinuaram que o verdadeiro significado de “transformação sexual” é uma completa inversão dos sexos, em que uma pessoa do sexo masculino se torna inteiramente do sexo feminino, então sua alegação

poderia ser crível. Eu nunca fui absolutamente do sexo masculino e nunca serei absolutamente do sexo feminino. Mas seja qual for o valor das percentagens na escala de determinantes sexuais, **não há absolutos**; mesmo a pessoa mais masculina ou feminina se aproxima apenas 80% do total. Não há 100% Adão ou Eva. Embora o termo “transformação sexual” tenha sido usado por muitas pessoas ao se referirem ao meu caso, e mesmo por mim em uma ou outra ocasião, o meu foi na verdade um processo de determinação reexaminada do sexo, inspirada pela preponderância de características femininas. Mas o que é sexo masculino e sexo feminino? Muitos fatores predominam na determinação do sexo de uma pessoa. Em artigo para um periódico sexológico em 1961, D. Benjamin descreve 7 tipos diferentes de sexo a serem considerados na composição humana: cromossômico, anatômico, legal, endocrinológico, germinal, psicológico e social. (...) Dr. Benjamin admite que esses conceitos são arbitrários, mas em suas palavras: “Pesquisas modernas, porém, mergulhando nos ‘enigmas do sexo,’ tem na verdade trazido mais obscuridade, mais complexidade. O que sexo realmente é se tornou uma pergunta cada vez mais difícil de responder.” (CJ, 188-189)

Seu argumento sobre *mudança de sexo* se sustenta em outro sistema de entendimento de sexo: não como duas mônadas fechadas, coerentes, definidas por apenas um fator biológico inquestionável que desencadeia univocidade permanente em cada corpo. Sexo feminino e masculino são descritos como formados por múltiplos elementos que se manifestam em diferentes instâncias do organismo humano, engendrando modos diversos de interseção – sem nunca atingir formas puras, coesas. Não é uma questão de se essas interseções existem, mas como e em que medida ocorrem. E esse aspecto combinatório do sexo não é um distúrbio que afeta um punhado de pessoas e define a “doença” transexualidade; trata-se do sistema geral de configuração sexuada de corpos. Vejamos o que diz sobre sua vaginoplastia:

(...) detalhes de minha cirurgia mais recente vazaram à imprensa. De novo, eles apelaram à invenção e à especulação. Como foi um procedimento extremamente pessoal e íntimo no meu histórico médico, não tinha desejo algum de compartilhar seus detalhes com o resto do mundo, assim como outra mulher não gostaria de divulgar sua histerectomia completa. (...) Senti que finalmente tinha completado minha transição para a condição de mulher, e exceto pela incapacidade de engravidar, era uma pessoa tão completa quanto sonhei em ser, tanto emocional quanto psicologicamente. (CJ, 228)

Baseada nas afirmações de médicos que insere na narrativa – ao descrever encontros com Hamburger, as cartas recebidas de Benjamin, declarações feitas por especialistas médicos à imprensa, etc. – Jorgensen desenha um sentido de sexo que organiza os corpos de todos. É por conta disso que transexualidade é entendida como condição combinatória verificável na realidade. Combinações específicas de caracteres sexuais produzem estados de existência, e podem ser reconfiguradas através de tecnologias médicas conforme a necessidade e o conforto de sujeitos.



Para usar sua formulação, não há absolutos para ninguém no que concerne a sexo: embora não use as palavras “cisgeneridade” e “transgeneridade” ou “transexualidade”, a operação classificatória que sugere não é a que distingue incomensuravelmente pessoas normais que tem um sexo das doentes que têm mais de um; mas é a que distingue pessoas cuja composição sexual produz uma imagem de sujeito legível do mesmo modo tanto por si quanto socialmente, e pessoas cuja composição sexual não gera esse resultado – e é porque há diversas formas de combinação, diversas escalas de conforto com ela e modos de materializar o senso de si que é impossível, diz Jorgensen, estabelecer taxativamente que a *mudança de sexo* (e quais dos procedimentos que a compõem) é solução generalizável a todes que experimentam algum grau de incongruência com expectativas sociais de gênero associadas ao sexo assignado. Em resposta aos artigos do Post, que acusavam ela e seus médicos de apresentarem a *mudança de sexo* como “cura cirúrgica (...) para homossexuais e transvestites”, ela responde que “nem meus médicos nem eu defendemos esses procedimentos como solução para falhas sexuais da Natureza. O meu foi um caso individual, singular, e os médicos procederam conforme sentiram que seria mais benéfico apenas para mim (...)” (CJ, 186)50.

A *mudança de sexo*, assim, foi a série de procedimentos que permitiram adaptar suas formas corporais lidas como masculinas ao senso de si e configuração emocional lidos como femininos, de materializar esse senso tornando-o reconhecível ao mundo. Isso significa que nesse entendimento multifatorial do sexo é impossível falar de *mudança de sexo* como um evento responsável por mudar o sexo de um sujeito porque não se trata de um evento, um sexo ou uma configuração saudável em oposição a uma configuração insalubre. Aspectos dessa composição multifatorial produzem diferentes existências corporificadas, podem ser mudados por todes, e afetam sujeitos diferentemente – como uma mulher que realiza histerectomia e deixa de possuir, por conta dessa intervenção cirúrgica, um órgão cuja classificação como de sexo feminino marca seu corpo. Contudo, esse elemento não ameaça sua identidade sexuada; é apenas mais um em meio a outros que permitem que se veja como do sexo feminino, assim como seja lida como tal.

E é essa legibilidade compartilhada que, no fim, é o efeito da *mudança de sexo*. Jorgensen diz em cartas a amigos durante os primeiros procedimentos de transição que “nunca me senti tão real quanto nesse momento” e que ela finalmente vê uma chance de se tornar “uma pessoa

---

50A insistência de Jorgensen em enfatizar o caráter conjectural e incipiente do conhecimento médico sobre sexo, transexualidade e mecanismos de resolução de sentidos de inadequação a expectativas sociais generificadas se vê em muitos momentos ao longo da narrativa. Ela chega a transcrever longas citações de médicos, por exemplo. No entanto, ela também salienta que sua própria experiência de inadequação e a resposta encontrada devem ser vistas como possíveis, comuns, mas não generalizáveis. Nas páginas finais do livro, reitera: “(...) era uma busca por dignidade e pelo direito de viver a vida em liberdade e felicidade. Era um molde que poderia ser verdadeiro para mim e para mais ninguém, e o fato de que resolvia um problema pessoal particular e altamente pessoal, para mim, era a única coisa que importava” (CJ, 297).



completa”, ou “uma pessoa inteira.” Esses termos não são fortuitos; estão ancorados em sua teoria de sexo multifatorial. A completude é resultado sempre parcial de um processo de conjugação de caracteres sexuais que teve, como efeito desejado, a concretização socialmente reconhecível de um senso de si. Se a transexualidade é um estado combinatório e pode provocar a ilegibilidade desse senso, a *mudança de sexo* é o que remodela elementos mutáveis e recombina os caracteres sexuais – modificando formas e texturas do corpo, produz nele um outro texto a ser lido.

O aspecto processual da *mudança de sexo* e a maleabilidade do sexo em si em sua estruturação compósita são efeitos de outra dinâmica temporal: a já descrita passagem da fantasia ao mundo das ideias, e a materialização, de diferentes modos, desse enquadramento de real apresentado. E é esse aspecto temporal da fantasia que talvez não tenha sido explorado inteiramente por de Lauretis na sua análise de processos de subjetivação a partir da categoria.

#### *A futuridade do que se realiza*

Retomemos o argumento de de Lauretis: um dos aspectos da fantasia é a distinção entre representação, fantasia e ação. Uma representação cinematográfica apresenta uma narrativa que pode ser apreendida e reelaborada como fantasia de modo particular conforme a espectadora em sua situacionalidade histórica e social; o filme “constrói caminhos particulares de acesso espectral à fantasia que re-presenta (...)” (1994: 142). Representação e fantasia se diferenciam, por sua vez, da constituição reflexiva de uma posição de sujeito imaginável para si nessa nova configuração e de ações de materialização desse lugar através de engajamento no mundo.

Se o reenquadramento demanda ação da espectadora para que ela se torne sujeito nessa outra forma de mundo, então a subjetivação como promessa (algo que pode acontecer) ocorre no momento de passagem do campo da fantasia para o campo do possível, mas enquanto realização (aquilo que se concretiza) ela necessariamente é projetada no futuro: de um modelo incômodo em que a pessoa está imersa, que é sentido como errado e que não parece oferecer um lugar de sujeito adequado, passa-se à oferta de outro que concede elementos para criar tal lugar. Esse arranjo de realização pendente precisa ser executado no tempo que se segue, como prática agentiva.

Muito tem se escrito nos estudos queer e trans sobre temporalidade e subjetividade (Halberstam, 2005, 2016; Love, 2007; Freeman, 2010; Pellegrini, 2019) e especialmente sobre sentidos de futuro e seu papel na constituição de modos de existência (Edelman, 2004; Muñoz, 2009). Uma parcela desses se concentrou em examinar usos do tempo entre pessoas queer, como modos de se relacionar e viver que não são limitados pelo sistema cisheteronormativo de ordenamento de etapas da existência (p.e., adolescência como momento de descoberta e a adultez como de estabilização, com casamento, reprodução e constituição de família).

Mas também estão interessadas nos modos pelos quais pessoas, experiências e vidas queer reorientam articulações entre passado, presente e futuro e suas significações. Muñoz é inspirador em sua reconfiguração conceitual da queeridade, dotando-a de futuridade constitutiva: diante da escassez do presente organizado por uma matriz cisheteronormativa de inteligibilidade, a atualidade nunca será o suficiente para pessoas que não cabem na norma; é por conta desse existente estado de coisas que a queeridade se refere não apenas a um modo de ser, mas também a um modo de fazer, “(...) para e em direção ao futuro. Queeridade é essencialmente sobre a rejeição do aqui e do agora e uma insistência na potencialidade ou na possibilidade concreta de outro mundo” (2009: 1).

Transporto o argumento de Muñoz à análise da escrita de vida trans nesse momento inaugural, em especial às narrativas de Jorgensen e Nery. Enquanto ela não pôde tornar inteligível o que sentia e desejava, descrevia seu estado de existência como um limbo – expressando condição indefinida, espera por resolução do enigma de não caber em lugar nenhum no sistema de classificação social que supostamente atribuiria uma posição a todes; já Nery descreve tal estado como aleijamento, como incapacidade de alcançar uma subjetividade inteiramente legível como masculina; também, assim, fora de uma categorização baseada em modelos de sujeito íntegro. Por anos Jorgensen sofreu com a possibilidade de não ter outro modo de ocupar o mundo além da sensação de não pertencimento, de desejar algo que não se apresentava como possível; Nery, com o pavor de não ver como seria possível ser inteiramente homem.

Uma das consequências dessa inadequação ao enquadramento hegemônico é a reprodução de um padrão narrativo de temporalidade circular durante a maior parte da primeira metade: no caso de Jorgensen, esforços hesitantes de se ajustar a uma vida “normal” que sempre fracassavam. Ela tentava fazer amizades, realizar atividades socialmente esperadas a um rapaz jovem (como ajudar o pai a construir um barco, dançar e flertar com mulheres em festas), ser um recruta como os demais – em todas as dimensões de sua vida ela parecia incapaz de se dedicar efetivamente porque o senso de si, a consciência de não pertencimento e o medo de ser descoberta a imobilizavam. No caso de Nery, sua leitura social como do gênero feminino é enfrentada com mecanismos de *fantasia* de manipulação dessa leitura e de materialização da masculinidade, que encontram, de modos diferentes, seu fracasso: familiares não aceitam sua apresentação de si; no ambiente de trabalho, documentos de identificação com nome e “sexo” femininos refutam a expressão masculina; a namorada confessa não sentir prazer no ato sexual.

Na obra de Jorgensen, esse padrão se vê diante de sua primeira ameaça quando ela encontra um livro sobre o caráter bioquímico do sexo. Sua leitura sobre a habilidade de hormônios feminizarem ou masculinizarem um corpo inicia a passagem da *fantasia* para o possível. A orientação em direção ao futuro se torna evidente – ela começa a pensar que a ciência médica pode

elucidar e resolver sua condição. Isso a inspira a agir com propósito: busca opiniões médicas; discorda de muitas delas; pesquisa referências; estuda endocrinologia. O mesmo ocorre com Nery ao encontrar a revista médica sobre transexualidade e *mudança de sexo*.



O dismantelamento de imobilidade e hesitação em Jorgensen também é notável. A oferta de outro sistema de entendimento que define sexo como maleável e combinatório dá a ela um enquadramento do qual se apropria para elaborar uma explicação sobre a própria existência. A descoberta de profissionais da medicina na Europa que realizavam *mudança de sexo* e sua conversa com Christian Hamburger são também elementos da passagem da *fantasia* do plano da potência para o da realidade – se dá em parte pela promessa de aquisição futura, e em parte por sua atuação, cujo exercício já é fator de constituição de sua posição de sujeito.

Porém, segundo de Lauretis, essa posição não é apenas definida pela ideação consciente e pela conquista de um mundo possível para si: tão importante quanto os modos, as limitações e as possibilidade do que eu vejo e desejo quando uma nova possibilidade é mostrada a mim, é o estatuto do visível – quais são as condições de minha visibilidade? O que as pessoas veem quando olham para mim (1994: 85)? A subjetividade não é autoevidente ou autossuficiente, mas depende de dois fatores: suas apresentações como possíveis de ser desejadas e corporificadas; e sua inteligibilidade por outros. A fantasia não necessariamente precisa encontrar um modo de construir uma ponte com a matriz de inteligibilidade prevalecente porque ela é produzida em seu seio, e mobiliza seus termos.

As transformações corporais às quais Jorgensen e Nery se submetem representam a materialização de sua *fantasia*, do mundo imaginado que é substanciado pelo exercício de sua agência: literatura e profissionais da área médica lhes dizem que é possível concretizar seu senso de si, torná-lo “de carne e osso”, para usar o termo de Nery; esse devir envolve desenvolver formas e órgãos corporais generificados, assim como certa quantidade de pelos corporais, certa textura da pele. Também abrange roupas, estilos de cabelo, modulação da voz. A conquista de seu *sonho* no corpo é sinal material da transposição da *fantasia* a sua posição de sujeito, e isso é patente pelo modo como ambas formulam sua experiência. Mas a matéria não tem sentido em si. Esse processo não pode ser dissociado do ambiente social em que uma pessoa vive. A matriz de inteligibilidade hegemônica afeta tanto a elaboração da *fantasia* quando sua corporificação.

Jorgensen expressa orgulho em atingir formas e jeitos femininos de se valer do corpo, e descreve com alegria como a equipe médica, sua família e amigos reconhecem-na enquanto mulher. Nery passa anos sonhando com a ausência de seios e, principalmente, em ter um pênis como se a presença dos primeiros e a ausência do segundo qualificassem sua masculinidade como defeituosa; a remodelação cirúrgica do corpo e a performance sexual reparam, afirma, dita “deficiência”. Esse é um aspecto chave em meu argumento: a generificação de ditas curvas e jeitos de corpo, bem como

de caracteres sexuais, é parte de um processo mais amplo de classificação social. O aspecto compartilhado de seu significado generificado é essencial para o entendimento da hiperpublicização da imagem e da trajetória de Jorgensen, bem como do caráter produtivo de sua fama e narrativa

Judith Butler, por sua vez, recupera a teoria psicanalítica sobre o conceito de fantasia para refletir sobre a natureza constitutiva das restrições do campo simbólico no que toca a processos de identificação e que possibilidades temos de reelaborar tais restrições, em resistência à cisheteronormia (2008[1993]) – desta vez mais atenta portanto ao que a força ameaçadora da fantasia pode fazer. A filósofa responde especificamente à crítica a sua teoria de constituição e performatividade de gênero – crítica que a entende como defesa de um livre exercício de vontade individual sem qualquer constrição apresentada pelo ambiente social ou pela materialidade.

Butler sublinha o erro nessas interpretações: primeiro, a elaboração e realização da fantasia como imaginação que permite a constituição de uma posição de sujeito apenas pode ocorrer dentro de um campo simbólico hegemônico e seus esquemas reguladores. Estes tentam limitar e proibir atos e modos de entender o mundo. A fantasia é uma reformulação inesperada do campo, em parte sustentada por ele e em parte reconfigurando seus termos. Não é oposta ao campo simbólico hegemônico, mas ocorre em seu seio, negociando e rearticulando os elementos que o conformam (ibid.: 165). Adicionalmente, sua teoria não supõe o ato performativo como performance deliberada levada a cabo por um indivíduo posicionado externamente ao cenário social, mas sim como a prática repetida de uma pessoa marcada por e imersa em tão cenário, que no processo imaginativo encontra elementos para se tornar sujeito – aqui entendido como ser que detém um modo de significação de si que pode ser feito inteligível a outros.

Ademais, alegações de que Butler ignora a materialidade para priorizar o discurso supõem que a primeira tem sentido e é acessível em si, enquanto a fantasia seria algo do âmbito do delírio, da alucinação. Butler rejeita ambas as suposições: a fantasia pode ser um processo imaginativo que reorienta os elementos que conferem significado ao universo e à existência; ela afeta modos de investir e agir na realidade social. O que nos leva a outro elemento da crítica – materialidade é inegável e central ao entendimento de si e das relações sociais. Todavia, é impossível apreendê-la sem processos de significação compartilhados, sem linguagem. Biologia e medicina, entre outros saberes, são matrizes interpretativas que condicionam, viabilizam e limitam nossa apreensão do corpo. O corpo não é legível sem lentes sociais que mediam nosso encontro. A proposta de Butler é a de investigar as dinâmicas e possibilidades de configuração de tais lentes.

Retomando Jorgensen, é possível observar que sua validação está relacionada sobremaneira a privilégios de classe e raça e à negociação de padrões cisheteronormativos de expressão e beleza. Seu corpo esguio e branco e sua origem dinamarquesa, bem como o modo como se apresenta

descrito pela imprensa como sutil e modesto se encaixam em modelos hollywoodianos de feminilidade (Meyerowitz, 2002: 79). Seu sucesso é também sustentado por não ostentar, em aparições públicas, nenhum elemento que poderia ser lido como masculino – com exceção do tamanho de suas mãos e pés, mencionado em jornais, nada em sua fisicalidade imediatamente visível e em sua expressão sugere masculinidade.

As imagens que escolheu para ilustrar seu livro denotam tal composição: vestidos elegantes e casacos de pele, sorrisos tímidos, cabelos loiros cuidadosamente montados em penteados, poses tais quais as que se via usualmente em revistas de celebridade. Tudo isso a torna aceitável, legítima ao público. Ela incorpora e reproduz convenções generificadas (e racializadas, e de classe) de beleza e respeitabilidade. Ainda assim, a própria existência da autobiografia em si gera desestabilizações da matriz de inteligibilidade que sustenta tais convenções.

Isso ocorre porque um dos elementos definidores do sistema estadunidense de entendimento do sexo era, como vimos, a permanência – a expectativa de imutabilidade do sexo após sua assignação. Ainda que a autobiografia de Jorgensen indique a invariabilidade de fatores que ela elaborará como de sexo feminino (denominados sua “química mental e emocional”), ela também tensiona esse sistema ao defender a natureza multifatorial da classificação, ao elaborar sua mutabilidade de acordo com a teoria médica e ao materializar a mudança através da tecnologia disponível. Ela prova o estatuto construído de sua feminilidade corporificada, bem como a exequibilidade do apagamento de quaisquer sinais de masculinidade. Sua identidade sexuada é uma conquista tecnológica atingida através do tempo.

Aqui estamos diante da potência do processo de transposição da *fantasia* para o mundo das ideias e, então, do real. Desafiando o modo de organização do mundo que contrapõe a realidade à *fantasia* como categorias discretas imiscíveis, homogêneas e permanentes (mesmo movimento de entendimento do sexo), Jorgensen e Nery propõem a realidade como efeito de um anseio, de um questionamento e apropriação parciais do enquadramento dado do real.

Vemos isso pela reação da imprensa a Jorgensen – a visível eficácia de sua realidade feminina são o que lhe proporciona sua validação e popularidade, mas também a sua apresentação como ameaça: ela passa de modo bem sucedido pelo processo de transição corporal, concretizando uma imagem que se enquadra no padrão de beleza da feminilidade branca, mas o faz sem negar o passado no qual foi socialmente classificada como do sexo masculino e sem esconder a dita transição. A autobiografia serve, assim, como apresentação da verdade – mas também sugere, em suas páginas, o que “verdade” é: o estatuto mutável do sexo, seu papel constitutivo na definição da subjetividade, e o processo temporal de formação subjetiva.

Mais de 10 anos separam a publicação de Jorgensen da de Martino e Richards – com essa passagem do tempo, reconfigurações no debate público da transexualidade alteraram sobremaneira o estatuto de sua inteligibilidade e legitimidade, influenciadas pela instituição de um consenso médico e pela visibilidade de movimentos homossexuais; no Brasil, assinaei, suas formas de entendimento caminharam de modo aproximado. Tomando centralidade no discurso hegemonicamente em circulação está a constituição da figura da “pessoa transexual verdadeira”<sup>51</sup> – definida a partir de expectativas de rejeição corporal, de expressão de sofrimento, e de manifestação limitada da vontade, restrita a ameaça de mal à própria existência.

A contraposição à imagem popular de homossexualidade também é notável: não apenas “pessoas transexuais verdadeiras” são, de acordo com o modelo nosológico, heterossexuais, como a manifestação do desejo é impossível até a *mudança de sexo* – afinal, odiariam seus corpos e genitais de “sexo oposto” ao mental. A homossexualidade é definida pelo desejo desenfreado, reprovável. A *mudança de sexo* é entendida como um ato compassivo; “transexuais verdadeiros” merecem pena. Já homossexuais merecem desconfiança. No contexto brasileiro, tal cenário se acirra pelo pânico moral em torno da homossexualidade engendrado pelo imaginário ditatorial.

Mario Martino, de família ítalo-americana de classe trabalhadora, publica “Emergence” em 1977. Assim como Nery, afirma *sentir* certeza de ser um menino desde que possuía consciência de si, em virtude de sua afinidade com “coisas de menino”: brincadeiras, vestimentas, atração por garotas. Sua infância foi marcada pelo aprendizado, a partir do modo como era tratado por pais e amigos, de que havia sido assignado ao sexo feminino. Após ver o caso de Jorgensen na TV quando pré-adolescente, compreende que vivencia o mesmo que ela, e passa a sonhar com a possibilidade da *mudança de sexo*. Ao longo da adolescência e da vida adulta, embora tente se adequar a papéis femininos considerados aceitáveis – como seguir a carreira religiosa e tornar-se freira –, seu desejo por mulheres é mais forte e o leva a abandonar a instituição. Forma-se em enfermagem e, após alguns relacionamentos fracassados, namora uma colega de trabalho, Becky, que reconhece e valida sua identidade masculina – a primeira pessoa a fazê-lo.

Não aguentando mais ser tratado como mulher lésbica (e a relação com Becky como homossexual), procura médicos e inicia o longo processo de *mudança de sexo*, marcado por desconfianças e questionamento quanto à perícia, honestidade e sensibilidade da equipe médica. Estabelece contato com outros homens trans, cria redes de cuidado e solidariedade, e chega a abrir,

---

51 A perpetuidade de tal figura enquanto definição hegemônica de uma identidade, suas implicações morais e sua centralidade em práticas judiciais de reconhecimento (ou não) de cidadania de pessoas trans foi tema sobre o qual me debrucei mais longamente na pesquisa de mestrado (Lima, 2015).

junto com a companheira, um serviço de aconselhamento médico e legal sobre transição de gênero, bem como de acompanhamento terapêutico pós-*mudança de sexo*. Ao fim do livro, o encontramos realizado: casado religiosamente, tendo sua identidade de gênero respeitada no trabalho e com documentos de identificação retificados, produzindo dados sobre transmasculinidade a partir dos frequentadores de sua clínica – que, garante, são homens “normais”, que querem casar com suas companheiras, adotar filhos e exercer papéis socialmente esperados. Conclui a obra esperançoso de que maior circulação de informações mudará o entendimento público sobre transexualidade.

Renée Richards lança “Second Serve” em 1983. Sua trajetória diverge das demais em diversos aspectos: primeiro, em termos de classe. Filha de médicos abastados, desde muito cedo teve acesso a explicações científicas de sua *condição* e acompanhamento psicoterapêutico que tentavam fazê-la “perceber” sua identidade masculina. Trata-se de um marcador ambivalente – ao passo que dinheiro e prestígio permitiram que tivesse alto nível de escolarização e frequentasse uma universidade de elite, tornando-se também médica, bem como viajasse com conforto para o exterior e conhecesse experiências de gênero em outros lugares, sua posição social foi a causa da hesitação de médicos em realizar sua *mudança de sexo* quando ela decidiu levá-la a cabo, com medo de que um desenrolar negativo (arrependimento, incapacidade de reinserção social como mulher ou se ver proibida de exercer profissão como tal) a levasse a prejudicar a carreira deles.

Mas sua história também é peculiar em termos do desenvolvimento do senso de si. Richards narra ser vestida como menina pela mãe e irmã quando era muito criança, aos 3 anos. A prática teria despertado nela uma forma subjetiva feminina, que denominou Renée; esta conviveria com e disputaria seu corpo com a subjetividade masculina, Dick – apresentando ambes como adequadas em respeito a um regime normativo de gênero e sexualidade: convencionalmente feminina e masculino, heterossexuais. Após anos de oscilação quanto a quem dominava a matéria e conseguia impor sua manifestação, Renée “vence” e a *mudança de sexo* é realizada. O conflito, todavia, não se encerra: assim como Jorgensen, seu caso alcança notoriedade na mídia ao tentar alçar carreira como tenista profissional na modalidade feminina e *sua mudança de sexo* ser revelada publicamente. O que se segue são anos de disputa contra instituições reguladoras poderosas, como associações desportivas, especialistas médicos e Poder Judiciário, escrutínios de seu corpo, e a suspeita de que há uma verdade sexuada imutável em si. Ao fim do livro, ela relata o reconhecimento nos Tribunais de seu direito de competir como mulher.

Em 1985, Lorys Ádreon lança “Meu corpo, minha prisão.” A autora, assignada do sexo masculino ao nascer, em pouco mais de 100 páginas reconstrói sua infância e adolescência e as experiências de violência decorrentes de sua cada vez mais evidente identificação com o gênero feminino. Nascida na Espanha e ainda criança tendo se mudado com seus pais para o Amazonas, a



trajetória da autora por diferentes países e cidades é por ela descrita na apresentação da obra como uma “busca pelo amor” (MC: 10). Interações sexuais com homens costuram a narrativa: assédios e estupros em que os violadores declaram ser o ato desejado por ela, mesmo diante de sua evidente recusa, porque Lorys seria “um viado” e assim sempre estaria disponível para sexo<sup>52</sup>; casos breves com aqueles que a desejam e se relacionam secretamente com ela mas a abandonam por mulheres cisgêneras; e vínculos com os que afirmam sua feminilidade – como seu último namorado, um rapaz indígena que a auxilia a encontrar informações sobre transexualidade e a estimula em seus planos de *mudar o sexo*. Essas relações têm impacto considerável no processo de atribuição de sentido a si, bem como no estabelecimento de projetos de vida.

No entanto, diferentemente do desfecho esperançoso e marcado por conquistas desenhado por outres autôries, os capítulos finais de “Meu corpo, minha prisão” apresentam uma sucessão de acontecimentos trágicos que se acumulam, em grande parte desencadeados pela resistência de seu pai em admitir a identidade de gênero feminina da autora e seu envolvimento com um homem. Nas últimas páginas, após ser afastada à força do namorado, enviada à Europa para viver com familiares que a assediavam sexualmente e perder os pais em um acidente, conclui a narrativa desiludida, sozinha e preocupada com a incerteza e a indefinição do futuro.

Tomando esse cenário como referência, proponho a seguir uma leitura da primeira geração, e em especial de “Emergence”, “Second Serve” e “Meu corpo, minha prisão”, a partir de 3 pontos de articulação narrativa: 1) o modo de conhecer a transexualidade; 2) o tropo de ser uma *pessoa presa no corpo errado*; e 3) o mecanismo idealizado de resolução do conflito identitário, bem como suas implicações. O que significa ser uma pessoa transexual verdadeira, para autôries?

#### *A vida entre: emoções, escalas de aprisionamento, etapas de mudança*

Em virtude de suas trajetórias profissionais na saúde, esperaríamos que Martino e Richards tivessem a apreensão da própria subjetividade afetada pelo enquadramento epistêmico e pela produção discursiva dos saberes médicos sobre transexualidade. Contudo, sua relação com literatura e profissionais da área é delicada. Em “Emergence”, os elementos pré-textuais são significativos – a começar pela dedicatória do livro a Harry Benjamin, e depois a sua esposa. A proximidade também se evidencia pelo prefácio, escrito por Benjamin. O médico salienta a importância da obra não só pela capacidade de oferecer uma descrição explicativa da experiência

52 Seu entendimento da homossexualidade foi diretamente afetado por essas violações reiteradas. Em vez de apreendê-las como violência homofóbica, associou o exercício hostil de dominação, destituído de afeto, ao desejo e prática sexual entre homens. Isso é notável em uma cena de estupro nas páginas finais do livro. Ela tenta evitá-lo dizendo ao rapaz: “(...) não sou como você está pensando, não tenho prazer num relacionamento anal (...). Vou lhe dizer a verdade: eu sou um transexual, é diferente de ser homossexual que consegue se realizar assim” (MC, 103).



para pessoas trans e “gerar compaixão” em leitores cis acerca da temática, mas também por “afastar concepções erradas – principalmente a noção de que ‘poderiam mudar se quiserem’, e que podem ser tratadas e ‘curadas’ com psicoterapia. (...) A estreiteza de pensamento de pessoas (...) será combatida por Emergence” (EM, ix). A esse texto se segue a breve apresentação feita pelo autor:



Sou um transexual. Passei por uma mudança de sexo, atravessando do feminino para o masculino. (...). A não ser que você tenha experienciado transexualismo, não pode conceber o trauma de ter sido moldado no corpo errado. É o aprisionamento do corpo e da alma (...). Emergi desse labirinto em direção à luz do sol. Posso relatar, então, com franqueza (...) as circunstâncias do que parecerá superficialmente ser um passado bizarro e humilhante. Desejo tornar acessíveis os fatos e sentimentos de minha vida, pois muito pouco é conhecido sobre transexualidade – por médicos, por teóricos acadêmicos, pelos transexuais mesmos, e certamente pelo público. Espero que meu livro ofereça, ainda que modestamente, evidência autêntica de primeira mão que será de alguma utilidade. (...) As sombras impiedosas do desprezo e da tragédia ainda recaem sobre transexuais. (...) Espero que expor minha história completa e verdade ajude a criar uma atmosfera de entendimento mais amplo a todos (EM, xi-xii)

A síntese de “Emergence” feita por ambos sublinha seu propósito dual: embora a inscrição da trajetória seja uma forma de fornecer sentido a pessoas que, como ele, questionam sua identidade de gênero – servindo como cenário representacional que desperta a passagem da *fantasia* à consciência e racionalização e, então, para o redesenho do real – trata-se também de um dispositivo de disputa da verdade sobre transexualidade. Ao modo experiencial de conhecer são atribuídos centralidade e protagonismo insubstituíveis. Isso não significa desconsideração do saber médico, mas o início de uma crítica quanto ao modo como médicos produzem dito saber – algo notável na apresentação de “Second Serve”. Seus elementos pré-textuais são escassos (o livro não conta com prefácios ou introduções), mas eloquentes. Na orelha da versão em capa dura, lê-se:

Richard parecia um garoto americano perfeitamente normal (...) mas tinha um segredo: desde os 3 anos ele sentia que estava vivendo com outra pessoa dentro de seu corpo, uma garota chamada Renée. (...) Renée dentro dele se tornou mais forte, e finalmente ameaçou sua vida a não ser que Richard permitisse que Renée vivesse como ela queria, como uma mulher. Essa é a história de como Renée, uma mulher, lutou para emergir de dentro do corpo de Richard para se tornar Renée Richards. (...) E porque Renée é médica, ela é capaz de contar a história detalhada de sua transformação sexual como nenhum leigo já fez ou poderia. E porque Renée Richards é capaz de contar a história da batalha entre duas personalidades dentro dela com inteligência e discernimento no que concerne às causas de sua condição não usual (ela era heterossexual como homem e é heterossexual como mulher), seu livro nos dá o que talvez é o primeiro entendimento claro de uma minoria que não é tão pequena quanto imaginávamos. Second Serve é a história da vitória da força de vontade sobre a fisiologia (...).

Esse texto encapsula elementos substanciais que serão desenvolvidos por Richards ao longo das quase 400 páginas do livro. Um deles é o estatuto privilegiado de seu acesso à verdade de sua *condição* em virtude da conjunção entre conhecimento experiencial e formação em medicina. A pressuposição de empobrecimento de um sem o outro é perceptível em seu desenrolar narrativo, a começar pelo momento em que primeiro entra em contato, aos 15 anos, com o termo “transexualidade” no escritório da mãe psiquiatra. Navegando pelos livros dela, encontra “Psychopatia Sexualis”, escrito por Krafft-Ebing e publicado em 1886:

(...) esse livro continha estudos de caso de pessoas descritas como “lunáticas.” (...) algumas dessas pessoas tinham sentimentos que coincidiam com os meus quase ponto a ponto. Um nó (...) se formou em meu estômago enquanto lia esse comentário de “especialista” (...) Esse homem caridosamente relegava esses pobres coitados à categoria de irremediavelmente insanos. Eu lutava contra ondas de náusea enquanto lia caso seguido de caso, alguns (...) exatamente como eu. O que sentia deveria ser como um paciente terminal se sente quando o médico lhe diz que não há esperança. (...) Havia um pequeno conforto nesse conhecimento. Percebia que não era única, mas com essa dose pequena de açúcar vinha o pronunciamento amargo de que era louca. Não tinha alternativa a não ser discordar. Estava disposta a admitir a similaridade entre mim e as pessoas no livro, mas cogitava que elas deviam ter outros problemas que eu não tinha. Esse evento marcou o começo de um esforço exaustivo de me livrar de Renée. (SS, 54)

É notável, pelo tom irônico com que se refere a Krafft-Ebing, que a familiaridade com as experiências narradas se contrapõe à suspeita despertada pela interpretação do médico. Mais do que discordância apoiada em referenciais teóricos equiparados, o que primeiro se delineia aqui é uma *sensação* de que há algo não percebido pelo médico em sua rotulação da transexualidade – sensação suficiente para questionar sua lógica. E embora dita rotulação a tenha afetado, levando-a a qualificar sua experiência de gênero negativamente, sua subjetividade feminina se fortalece com os anos. Evento significativo foi encontrar, em uma loja de conveniência dois anos depois da leitura traumática de “Psychopathia Sexualis”, a biografia de Lili Elbe:

O esforço de me livrar de Renée poderia ter tido mais sucesso se eu não tivesse descoberto outro ponto de referência (...). O livro se chamava De Homem a Mulher. (...) essas palavras concediam a possibilidade pela qual Renée havia orado em tantas noites desesperadas. (...) com mãos trêmulas abri o livro (...). Era o relato da vida do pintor dinamarquês Einar Wegener que havia sido o primeiro caso registrado de transexualismo. Parecia que sua identidade tinha sido deslocada. De algum modo a personalidade de uma mulher tinha sido aprisionada no corpo de um homem. (...) A cirurgia que havia se seguido e o tornado uma mulher anatômica e funcional era descrita em detalhes. (...) Renée tinha sido, até aquele ponto, apenas uma fantasia persistente, mas inatingível. Ela tinha se jogado nos arredores da realidade, mas esse era até então

o mais longe que havia chegado. Agora podia senti-la se fortalecer. Ela tinha visto um caminho possível. (SS, 55 – grifo meu)

A interpretação médica como insanidade é contradita pela persistência da subjetividade feminina, e pela descoberta de uma literatura biográfica que apresenta outras formas de entendimento da imaginabilidade e possibilidade de existências generificadas e da *mudança de sexo* – sua passagem da *fantasia*<sup>53</sup>. Quando, anos depois e já exercendo a profissão, Richards decide se submeter à *mudança de sexo*, a demora e a hesitação em realizá-la não são – ao contrário do que vimos em Jorgensen – atribuídas a seu desconhecimento de tais procedimentos ou à ausência de recursos materiais para levá-los a cabo, mas a repetidos erros de interpretação e conduta de médicos frente a seu caso. Ao finalmente um profissional aceitar operá-la, diz: “(...) a profissão médica a decepcionou. Há evidência suficiente de que você é uma transsexual genuína e vou apoiar você durante todo o processo” (SS, 272). O livro é repleto de observações sobre como “o campo da transexualidade estava em sua infância” e médicos estavam “mostrando sua in experiência” e o quanto desconheciam sobre vidas de pessoas transexuais (SS, 166).

Caminho de descoberta, crítica e suspeita similares são feitas por Martino. Ele encontra a categoria ainda criança, com a veiculação da história de Christine Jorgensen nos anos 50:

Como as pessoas riram e fizeram brincadeiras cruéis sobre o homem que tinha virado mulher. Mas eu não ri. Apenas chorei por dentro e comecei uma oração noturna pedindo que um dia eu, crescendo como mulher, pudesse me tornar o homem que eu sabia que estava destinado a ser. Como Christine tinha feito isso? Lia de novo e de novo as notícias que guardava em segredo no meu quarto. Ele tinha sido um soldado e agora ele era ela. (...) eu tinha esperança. Havia pessoas como eu. E elas estavam fazendo algo a respeito. Agora eu tinha um plano. Precisava me apressar e acabar a escola, me graduar, ganhar dinheiro e ir à Dinamarca. Não contaria a ninguém. Simplesmente deixaria o país como Marie, abandonaria essa forma de garota na Dinamarca e voltaria aos Estados Unidos como um homem com um novo nome, e levaria uma nova vida. (EM, 40)

A notícia opera como desencadeadora da passagem da *fantasia* ao real. Mas diferentemente de Jorgensen, Martino é informado sobre a existência de uma pessoa como ele e de um futuro

---

<sup>53</sup>Anos depois, formada em medicina e exercendo a profissão na marinha, alocada em um hospital em Nova York, Richards conta como nas bancas de jornal da cidade havia entrado em contato com revistas sobre transexuais e transvestites: “Eram devotadas a relatos sobre operações de mudança de sexo, dicas de onde ir se você gostasse de se vestir como mulher, e outros tópicos semelhantes. Acredito que eram um trabalho de amor, um modo de pessoas interessadas verem que havia outras como elas. (...) Embora os relatos nessas revistas fossem sensacionalistas, me forneceram informações básicas” (SS, 145). O retrato frequente de pessoas trans europeias que haviam adquirido prestígio – como Coccinelle – levou Richards a organizar viagem para Paris, com o objetivo de conhecer o que lhe parecia uma rede de sociabilidade trans no cenário de entretenimento noturno da cidade, com maior aceitabilidade social. Lá, vendo e conversando com mulheres trans – em sua maioria, performers em casas de show burlescas – novamente a existência como mulher se mostrou possível, realizável: “Nossa conversa (...) foi cheia de informação. Fiquei com a sensação de que tudo estava a meu alcance, de que poderia ser feito se eu realmente quisesse. (...) Ela era, em todos os aspectos observáveis, uma mulher. Mais importante, ela parecia satisfeita. (...) Ela tinha um namorado, um apartamento, um carro, e toda uma existência social fora do teatro – ela levava uma vida normal” (SS, 148).

possível em que seu senso de si pudesse ser materializado, e então socialmente reconhecido. A história de vida trans é inaugurada como mecanismo de passagem da *fantasia*, assim como na obra de Richards<sup>54</sup>. Isso tem efeitos na importância que o referencial médico tomará em sua narrativa.

Ele não perde tempo na escrita explicando a “transexualidade” em termos técnicos. Médicos, ademais, não são apresentados como autoridades indisputáveis; ao longo da *mudança de sexo*, Martino duvida das escolhas feitas por eles (exames invasivos, decisões súbitas e aparentemente impensadas), desconfia da competência de membros da equipe e condena, indignado, sua frieza e indiferença diante dos desafios pessoais que seus pacientes enfrentam devido à transição. O insucesso da primeira faloplastia também provocou revolta.

A elaboração da experiência transexual se dá mobilizando linguagem médica, mas não em absorção da perspectiva desse campo. Autôres a entendem não como distúrbio delirante ou doença incapacitante, mas como *condição* que provoca *conflito entre corpo e espírito*, remediável através de tecnologias médicas. Mais do que um sistema explicativo, o que captura a atenção no discurso médico é a existência de mecanismos de transformação corporal. Vejamos o momento de descoberta de Lorys Ádreon, aos 9 anos, através de um professor em sua escola:

A história da primeira operação de mudança de sexo em Christine Jorgensen acendia uma tênue luz de esperança no fundo de minha psique. (...) O termo era transexualismo, palavra que se referia à passagem de um sexo para outro. O professor me contou em detalhes a vida do primeiro transexual. Fui me identificando com ele. Havia solução para o meu problema!! (...) alguém já passara pelos mesmos sofrimentos que eu e conseguira o ajustamento através da cirurgia. (...) Eu não era o único no mundo a apresentar total disparidade entre mente e sexo. (1985: 32)

O mesmo aparece em Nery, Martino e Richards: descobrir sobre transexualidade é descobrir, necessariamente, sobre a possibilidade da *mudança de sexo* a partir de histórias de pessoas que a efetuaram. Uma pessoa transexual verdadeira não é definida, nessa descoberta, em termos de conhecimento de critérios diagnósticos, mas de histórias de enfrentamento da *prisão*, revelando o potencial de e o sucesso em concluir dita *mudança*. O que nos leva ao segundo e terceiro

54 Tal referência e seu poder de desencadeamento de ação se destacam na metade do livro. O 8º capítulo assim se inicia: “Quando seu livro [de Jorgensen] foi publicado em 1967, eu fui sem dúvida o primeiro comprador em nossa livraria local (...). Eu seu livro, Srta. Jorgensen define seu próprio caso: ‘... um pertencimento individual ao alto grau de intersexualidade; órgãos masculinos em um corpo feminino.’ Christine Jorgensen cabia na definição do Dr. Harry Benjamin de transexual. Seu livro estabeleceu o termo e seu significado na mente do público. Agora, se eu precisava rotular a mim mesmo, poderia esperar algum grau de reconhecimento e até entendimento. Eu testava a ideia de que era um indivíduo pertencendo ao mais alto grau de intersexualidade também, mas o meu caso era o reverso do de Christine, já que ela havia começado a vida como um menino. Então eu não era tão diferente! E havia dezenas de milhares de pessoas pelo mundo com graus variados da mesma intersexualidade. 1967: o ano do livro de Christine Jorgensen seria o meu ano também!” (EM, 162-163). O capítulo descreve como, após ler a autobiografia de Jorgensen, Martino efetivamente começa a tomar decisões que levariam à efetivação de sua mudança de sexo: por exemplo, procurar um médico para atendê-lo a partir de recomendações coletadas com a equipe do Dr. Harry Benjamin – figura que veio a conhecer ao vê-lo retratado na obra de 1967.

pontos de articulação narrativa: a sintetização da transexualidade como *pessoa presa no corpo errado*, e os mecanismos idealizados e executados de resolução do “problema”.

A expressão *pessoa presa no corpo errado*<sup>55</sup> se tornou corrente no debate público e se sustentou em termos de senso comum a partir da pressuposição de que haveria um sexo psíquico – ou o sexo da cabeça, da “alma” – e um único sexo corporal. A transexualidade corresponderia à discrepância anormal entre os sexos das dimensões distintas do sujeito; o corpo como prisão corresponderia à matéria física cujo sexo que a constitui impediria a expressão do sexo distinto que está “dentro”, na psique.

Como a medicina chegava à conclusão de que o sexo psíquico seria impossível de ser mudado com psicoterapia (tal qual sustentado pela corrente que interpretava transexualidade como *fantasia*), a resolução desse descompasso poderia ser apenas transfigurar o “lado de fora”. Assim, a *mudança de sexo* aparecia como alteração do formato do aparelho genital de modo que o corpo não impedisse, mas fornecesse acesso a esse dito sexo da cabeça/da alma ao refleti-lo (Bettcher, 2014). No entanto, afirmam mesmo especialistas aliados, a mudança não é literal: é adequação à imagem desejada. Jorge Leite Jr., analisando escritos de Benjamin, assinalou o destaque feito pelo médico de que o sexo genético seria inalterável – mesmo sustentando uma teoria da “bissexualidade original biológica, (...) Benjamin ainda mantém a ideia de um ‘verdadeiro’ sexo, agora encontrado no sexo genético, que embora mascarado permanece como realidade última” (2011: 161).

Em contrapartida, a *prisão* se apresenta como outra coisa para as autôries. Em Jorgensen, o foco do que tenta compreender sobre si reside no que designa como “química emocional feminina”: sua afinidade por práticas, papéis e jeitos de corpo classificados socialmente como femininos. A generificação do objeto de afinidade a leva a entender a própria afinidade como generificada – e, compondo-a centralmente, está o interesse por homens, que também classifica como feminino. A autora repete ao longo do livro que gosta de homens “como uma mulher”, e não como um homem homossexual.

Vemos o mesmo em Martino, Richards, Nery e Ádreon: amor e desejo são generificados e fazem parte desse núcleo de verdade sobre si, que é eminentemente definido a partir de uma configuração emocional generificada: *sentir como* (sentimentos qualificados como masculinos ou

---

<sup>55</sup>Sua história é evidência do modo como o sistema cisheteronormativo de vinculação direta de sexo, gênero e desejo analisado por Butler (2013[1990]) informa a produção de conhecimento científico. A expressão foi primeiro utilizada por Karl Ulrichs para se referir à homossexualidade nos anos 1860. Segundo esse jurista, amplamente lido por estudiosos da medicina interessados em variância de sexo e desejo no fim do século XIX e início do XX (como Magnus Hirschfeld) um homem sentiria desejo por outro porque tem uma alma de mulher presa em um corpo masculino.” O desejo apenas se torna inteligível, assim, porque sua generificação como feminina de modo a justificar o objeto de desejo masculino reestabelece a heteronorma. Para uma análise histórica da passagem da categoria como alegoria da homossexualidade para alegoria da transexualidade entre estudiosos da medicina, ver Heaney (2017).

femininos) engendrando *sentir-se como* (um senso de si masculino ou feminino). Mas não se trata apenas de sentir, entre outras coisas, amor e desejo; trata-se de poder expressá-los e tê-los reciprocados pelo objeto de desejo, deste vê-los conforme o gênero de seu senso de si e desejá-los como tais. Trata-se de estar apto a exercer atos devidos conforme uma distribuição hegemônica por gênero no encontro erótico heterossexual.



Por isso tais emoções são o que chamo de catalisadores narrativos<sup>56</sup>: cada vez que o encontro com alguém (homens, no caso de Richards, Jorgensen e Ádreon; mulheres, no caso de Martino e Nery) as desperta, veem com mais urgência a necessidade de entender sua *condição* e resolvê-la. É o que as impele a procurar médicos e encontrar meios de concretizar a *mudança de sexo*. Acompanhando amor e desejo, como seus reversos constitutivos, estão o medo de serem lides como homossexuais e o nojo da homossexualidade. Ádreon costura o caráter estruturante dessa configuração emocional para o entendimento da transexualidade:

Eu precisava meditar sobre a questão da transexualidade, tentando descobrir quando tomei consciência de que não aceitava pertencer ao sexo masculino. (...) a retrospectiva levou-me aos três anos de idade (...). durante esse período da minha vida observei papai e mamãe (...). Estavam nus, e mamãe (...) embaixo de papai. Aquela visão me deixava interessado em ocupar o lugar de mamãe, e poder receber aquele carinho e aquela atenção que papai lhe dedicava (...). Prossegui na busca do amor ideal sempre querendo me comportar como mulher, nunca como homem. (...) Ninguém jamais me sugeriu que odiasse meus genitais, nem que quisesse me livrar deles; por que eu o fazia? Não era medo da dor que me fazia ter aversão pelo sexo anal. Era a sensação de anormalidade que me inspirava esse relacionamento; eu queria receber meu parceiro face a face para poder encará-lo e ler em seu olhar o desejo que tinha por mim. (MC, 109-111)

Em Jorgensen a articulação entre esses conjuntos emocionais e seu papel catalisador também são notáveis – o sofrimento ao se apaixonar por um amigo e saber que, em virtude de suas formas corporais, era lida por ele como homem e portanto não teria sua feminilidade notada era acompanhado paralelamente pela angústia de ser vista e desejada como homem homossexual por

---

<sup>56</sup> Para pensar esse termo, inspiro-me nas aulas de química do ensino médio. Lembro que quando estudávamos reações, o catalisador se referia a uma substância que as acelerava, fazia com que as interações entre elementos tomassem caminhos mais curtos e assim atingissem o equilíbrio mais rapidamente. O que mais me perturbou, então, é que mesmo tendo tal efeito significativo entre reagentes, o catalisador não é consumido no processo. Está sempre ali, pronto para atuar. A aplicação dessa analogia a amor e desejo (e nojo e medo da homossexualidade como inversos constitutivos) nas narrativas se dá para mostrar como essas emoções produzem alteração da diacronicidade narrativa (Bruner, 1991), reconfigurando a ordem sequencial ao tornarem imperativos certos acontecimentos que na ausência de amor e desejo talvez não se dariam naquele momento da história e sim muito depois, e levando mais rapidamente à passagem de um evento a outro. Mas para essa cunhagem também tive como referência as reflexões de José Muñoz sobre a articulação entre desejo e futuridade queer: “Queeridade como formação utópica é uma formação baseada na economia do desejo e de desejar. Esse desejo é sempre dirigido ao que ainda não está aqui, objetos e momentos que queimam com expectativa e promessa. (...) De fato, viver dentro do tempo hetero e pedir por, desejar, imaginar outro tempo e lugar é representar e realizar um desejo que é tanto utópico quanto queer” (2009: 26).

dois homens. Tal leitura e a manifestação de desejo que suscita geravam “horror e medo de contato homossexual com base na crença de que eu também desviava do que era definido como normal” (CJ, 45), bem como “choque e nojo (...). Pensei, tem que haver alguma explicação (...). Deve haver uma resposta em algum lugar” (CJ, 75). A significação de sua imagem a impedia de se relacionar com homens e a insta a buscar sentido e solução a sua *condição*.

Tal constrição encontrou outros moldes nas demais obras, ainda que o efeito catalisador das emoções se mantenha. Richards, desde muito jovem, começou a se vestir com roupas femininas e, com os anos, sofisticou a apresentação de si e a exposição ao escrutínio público: aos poucos passou a se maquiar, depois, com aparecimento da barba e demais pelos corporais, a depilar-se meticulosamente, e a esconder o pênis de modo a produzir uma forma lisa entre as pernas. Também gradualmente estendeu as linhas divisórias que circunscreviam sua circulação: de dentro do seu quarto, sozinha, passou para ruas próximas a sua casa, e depois outros bairros, estabelecimentos comerciais até chegar a visitar, quando adulta, outros países apresentando-se como mulher.

A visualidade era manipulável, e por meio dela, possibilitava materializar transitoriamente a subjetividade feminina. Tal imagem apenas encontrava limitação no encontro erótico: o beijo e o abraço de um homem e o desejo que expressam validavam sua feminilidade, mas ao ser desnudada era como se sua subjetividade feminina fosse expulsa da superfície corporal e encurralada no interior do sujeito, fazendo seu eu masculino retomar o controle do corpo e a consciência:

Um homem forte a conduzia em direção à realização. (...) Essa era a culminação de todas as fantasias de Renée. Ela ansiava por afirmação como essa depois de tantas horas vazias sozinha e tantas viagens inúteis pelas ruas, faminta por simples palavras breves ou um roçar de ombros de um estranho. (...) estava nos braços de um homem, e era maravilhoso. (...) O vestido foi retirado, e com ele se foi parte da perspectiva de Renée. O sutiã se seguiu e ela começou a se sentir muito menos segura. (...) Sem seus apetrechos, Renée começou a desaparecer e Dick, mandado em férias para partes desconhecidas, voltou apressadamente. Ele não gostou do que encontrou. (...) Renée não tinha ido embora completamente, e foi ela que insistiu que Jimmy a penetrasse face a face, como um homem faria com uma mulher. (...) Dick sentia absoluto horror (...) Não havia satisfação naquilo nem para Renée nem para Dick (SS, 74).

O modo de se vestir e anatomia são chaves no processo de construção de uma subjetividade generificada reconhecível por quem deseja. Embora tente mover seu corpo eroticamente como alguém do “sexo” feminino (i.e., ser penetrada face a face “como um homem faria com uma mulher”), o ato não é efetivo; a exposição de órgãos e contornos, lidos como masculinos, traz sua subjetividade masculina de volta e aprisiona Renée. Nesse momento, na retomada do controle da existência corporificada por Dick, o ato sexual se torna homossexual – e essa reconfiguração do



real é descrita com palavras como “doentio”, “sórdido”. Não ter uma anatomia entendida pelo olhar e toque do outro como de mulher ameaça a realidade de sua feminilidade no momento em que órgãos e curvas são expostos, e impedem que execute atos na prática sexual considerados femininos na interação com um corpo e com atos considerados masculinos, por mais que tente adaptá-los. A reorganização do real provoca-lhe repulsa – o desejo que sentia como mulher heterossexual some quando sua subjetividade feminina se ausenta.

A possibilidade de sua qualificação como homem homossexual inviabilizava práticas sexuais com homens quando Renée exercia dominância na apresentação social: ainda que flerte, beije e troque carícias com homens, ela raramente mencionou outra tentativa de encontro sexual até a *mudança de sexo*. Se aparatos de expressão de gênero tais quais roupas e maquiagens permitem uma libertação parcial do senso de si, a nudez, a exposição incontornável da anatomia generificada e suas limitações funcionais no roteiro erótico heteronormativo reinstituem o encarceramento<sup>57</sup>. A concretização de sua *fantasia* é precária e fugaz. Não havia um sexo psíquico/de dentro, e sim dois. O corpo era território disputado entre duas subjetividades sexuais; a *prisão* era o efeito da derrota temporária de Renée, a Dick, sua subjetividade masculina, ser despertado por dita exposição.

Em ainda outro nível de *prisão* e exercício agentivo de materialização da subjetividade movido pelo desejo está Martino. Embora tenha descrito desconforto com o desenvolvimento de seios e a ausência de pênis ao longo de sua vida, não se deixou limitar pela disposição anatômica. Não manipulava a imagem a partir de vestimentas, acessórios e disposições corporais masculinas, mas também ansiava por conexões erótico-afetivas com mulheres em que pudesse exercer atribuições associadas a homens. Martino teve encontros com garotas desde a adolescência, e na vida adulta estabeleceu relacionamentos sérios. Sua legibilidade esteve sempre em disputa nesses vínculos, como podemos ver em uma conversa com a primeira namorada:

“Acho que sou lésbica”, ela disse. “Bom, eu não sou lésbica.” “Você usa roupas de homem e tem cabelo curto, me diz que está se apaixonando por mim – e ainda assim fala que não é lésbica.” “Eu não me sinto como uma mulher, especialmente na cama. (...) Sinto que deveria ter sido um homem. E mal posso esperar o dia em que possa ter um lar, uma esposa e filhos.” “Você não sabe o que está dizendo...” Louise mudou rapidamente de assunto. (...) “Eu quero uma mulher para compartilhar a vida, tão

57 A elaboração da subjetividade feminina em Richards é bem particular, mas a nudez como última fronteira que quando submetida ao olhar do desejo, aprisiona-a também é verificável em Ádreon. Esta relatou, após começar a se relacionar com Oitameno (seu namorado), conversas com ele em que o rapaz lhe garantia gostar dela por reconhecer sua identidade feminina e que não tinha nenhum interesse em estabelecer uma relação homossexual. Por conta disso, trocavam carinhos mas não se relacionavam sexualmente, mesmo havendo desejo: “Apenas simples beijos e abraços já não nos satisfaziam; (...) Ele procurava com muita naturalidade me ensinar que num futuro muito próximo após a operação, eu poderia recebê-lo para uma relação sexual normal e todos aqueles complexos desapareceriam!” (MC, 100). A exposição da nudez e qualquer interação entre os corpos parecem ter a força de despertar o aspecto masculino de sua existência e homossexualizar, digamos, o vínculo entre eles.



próxima de um relacionamento entre homem e mulher quanto possível. Você sabe disso – e ainda assim fica me lembrando que sou do sexo feminino.” (EM, 105-110)

Ao dizer “especialmente na cama”, Martino se referia ao mesmo que Richards: um exercício da masculinidade (no caso dela, feminilidade) que se dava no âmbito da distribuição por gênero de papéis sexuais no encontro erótico que tem um fundamento inquestionavelmente cisheteronormativo. Mas ao contrário dela, e similarmente a Nery, o autor sugeria a possibilidade de adaptação quanto ao uso de partes do corpo e modos de movê-las, como uma aproximação do modelo hegemônico: sugeria, por exemplo, nunca ter sido penetrado, e sim performar a penetração com dedos ou próteses. Também nunca deixou seus seios serem tocados. Sua reflexão sobre empreendimentos levados a cabo para materializar e tornar eroticamente reconhecível sua masculinidade tomava como referência e tentava estabelecer uma adequação a dito modelo, mas em sua própria existência o perturbava: o gênero masculino não era uma essência pressuposta para o encontro erótico, mas se tornava real no encontro. De todo modo, essas técnicas não eram suficientes para ele. Martino se considerava incompleto até a realização da *mudança de sexo*.

É nesse sentido que formas corporais se mostram limitadoras, mas exercem controles variados sobre a exibição do senso de si entre os protagonistas – não uma *prisão* absoluta que totaliza sua existência e cujo sofrimento que acarreta os paralisa. No caso de Richards, Martino, Nery e Ádreon também em escalas distintas, vê-se que sua leitura generificada é confrontada com mecanismos de manifestação, respectivamente, da feminilidade e da masculinidade instados pelo desejo e pelo afeto. Mecanismos precários, instáveis, aproximações fugazes do real.

Donde a *mudança de sexo*, que se apresenta como uma forma de, também em diferentes escalas, responder a essa precariedade. Para Jorgensen a concretização se torna inteligível apenas na vida adulta, na conversa com Hamburger. Já para os outros autôres, que são apresentados à categoria transexualidade desde jovens, trata-se de um modo de tornar a realização alcançável e formas de concretização do senso de si que já ocorriam mais definitivas porque atingem as fronteiras últimas do olhar e do toque de parceiro sexual. O conjunto de intervenções médicas que o termo abrange (terapia hormonal; inserção de prótese ou retirada de mamas; retirada de órgãos reprodutores, remodelagem de órgãos genitais) faz parte de um processo de materialização de uma imagem – de modo durável – que já existia e já se expressava em graus e estabilidade variados. Elas também representam etapas distintas de completude da personitude desejada.

Após a última cirurgia a que se submeteu – i.e., a vaginoplastia – Jorgensen declara: “Senti que finalmente tinha completado minha transição para a condição de mulher, (...) era uma pessoa tão completa quanto sonhei em ser, emocional e psicologicamente” (CJ, 228). Mas se para ela a realização inteira de seu sonho é atrelada à reconfiguração das formas corporais, para Richards e

Martino (e, vimos, Nery) ela cumpre etapas importantes, mas depende da significação relacional, contrastiva, tátil do encontro erótico. Vejamos a descrição nas duas obras:

É claro que gostaria de dar a ela um falo perfeito. Mas sua atitude me ajudou a aceitar o fato de que (...) ela estava feliz comigo como eu era e sou. (...) Agora posso dizer a mim, há uma nova parte de mim – uma parte que sempre me imaginei possuindo. Ela completa externamente uma imagem de mim que sempre trouxe em minha cabeça. Durante o dia, seja trabalhando, dirigindo, no jardim, ou relaxando, sempre sinto a presença desse reconhecimento externo da minha masculinidade. E, durante a noite, meu novo órgão – ainda que menos que perfeito – é ainda altamente estimulante para mim e minha parceira, tanto psicológica quanto fisicamente. (EM, 263)

Mal podia esperar pelo momento em que poderia fazer amor de um jeito mais gratificante – quando poderia ser uma mulher. Então em Dallas (...) tornei esse sonho realidade. (...) Suas características masculinas eram estranhamente reconfortantes, e eu relaxei enquanto ele me guiava até a cama. (...) Não havia fraqueza ou senso de artificialidade em minhas genitais – eram consistentes. (...) Tremendamente excitantes eram seu tamanho amplo, seu cheiro, sua pilosidade, seu peso me comprimindo. (...) Eu amei. Enfim era inteiramente capaz de exercer o papel de mulher. Poderia ficar contente pelo resto de minha vida com essa única satisfação. (SS, 294-96)

Há, na primeira citação, “assassinato” da subjetividade masculina; na segunda, a conquista da aparência ansiada. Em ambas, as formas necessárias para realizar papéis sexuais generificados. Dita personitude desejada que se faz no encontro não se dá apenas no campo do desejo, mas na habitação de lugares sociais dotados de respeitabilidade pela heteronorma: Nery fala em ser chefe de família, e Martino em se casar e ter filhos. Ádreon, com a ajuda da mãe, explica à família sua transexualidade mobilizando o projeto não de “viver em pecado”, mas de se casar “para viver uma vida decente ao lado do homem maravilhoso que ama” (MC, 115).

### *Emoções fazem coisas*

Apresento na sequência as formas de significação de *pessoa presa no corpo errado* e a materialização do senso de si generificado, que depende de mas não se limita à *mudança de sexo* para entendermos como sua mobilização e os encadeamentos narrativos que as conduzem têm tensionamentos com o imaginário hegemônico sobre transexualidade à época da publicação das obras. Em tempos de escassez de palavras, usam, de fato, termos familiares ao público, compartilhados com dito imaginário – mas vemos que os sentidos atribuídos a eles e pressupostos que os sustentam são distintos. Com os mesmos termos, falam-se coisas diferentes.

Onde médicos se valem da qualificação da transexualidade a partir do sofrimento, como se a angústia da *prisão no corpo errado* imobilizasse sujeitos e tornasse necessário que especialistas agissem em seu favor, nas autobiografias o que desperta a ânsia de entender o senso de si e a ação para materializá-la são amor e desejo – emoções negadas a elus no imaginário em circulação. A legitimação da transexualidade por parte de profissionais da medicina se baseava no desenho de sua anormalidade, mas a partir de enquadramento como doença que impede o sujeito, contra sua vontade, de ser normal. Diferente, portanto, de outras oposições ao normal que se caracterizam pela perversão saturada de vontade: a homossexualidade e a travestilidade.

A *mudança de sexo* seria ato compassivo, de redução da dor, mas não de transformação completa do real. Essa proteção moral da transexualidade se apoia em uma gramática vitimizatória heteronormativa destituidora de agência, e pressupõe uma assimetria de poder entre es que tem ferramentas para avaliar quem é digne de compaixão e merecedore de atos humanitários, e es que aguardam ser tocades pela ação (Fassin, 2012). O funcionamento e a eficácia da mobilização dessa gramática para acesso a direitos e políticas públicas foram analisados em pesquisas recentes (Zambrano, 2005; Ventura, 2010; Freire, 2020) e em minha dissertação de mestrado (Lima, 2015).

Mas o desenho de outra estratégia de proteção moral é levado a cabo por autôries, também marcado pela heteronorma. A saliência do amor e do desejo como catalisadores narrativos se configura a partir de sua generificação: o que es move é a ânsia de ser como homens e mulheres “normais”, em vínculos eróticos e afetivos “normais” – bem como, em seu inverso constitutivo, o nojo da homossexualidade e o medo de ser associado a ela. A adesão que reivindicam ao enquadramento hegemônico se dá a partir da demonstração de compartilhamento de modelos de afeto e vínculo heterossexuais, considerados aceitáveis e legítimos, bem como do compartilhamento de repulsa por desejos e práticas sexuais entre pessoas do mesmo gênero.

A valoração contrastiva de emoções e condutas eróticas se revela pelo quanto se demandou de vontade, pelos esforços necessários a tornar tais modelos concretizáveis – e tornar impensável a classificação dos sujeitos como homossexuais: buscam informações, discordam de médicos, exigem a realização de procedimentos. Deste modo, empreendem o afastamento da zona de anormalidade em suas duas esferas: a da doença que torna sujeitos sofredores, assexuais e os destitui de agência; e a da perversão da sexualidade dissidente. A demonstração de emoções em comum serve como um sinalizador de pertencimento à mesma ordem moral e ao mesmo regime regulatório que conforma subjetividades aceitáveis e legítimas e outras não.

Sublinho essa dinâmica emocional porque o que tentei mostrar é que emoções fazem coisas. Com isso, refiro-me à estratégia de análise e apreensão de emoções levada à cabo por Lutz e Abu-Lughod (1990) como discurso, informadas por enquadramentos sociais de sentido e valor e

produzindo efeitos sobre ditos enquadramentos, participando em e afetando relações de poder. A produtividade dessa perspectiva no campo de investigação de dinâmicas de diferença e desigualdade que organizam articulações entre gênero e sexualidade é inegável (Bispo; Coelho, 2019). No processo sócio-histórico de disputas de sentido sobre subjetividades trans, ela também se mostra particularmente elucidativa – não se trata apenas de tensões em torno do delineamento da imaginabilidade de formas de existência, mas também em torno de atribuição de valor a elas. A economia emocional empregada em distintos modos de falar sobre identidade generificada arranja masculinidade, feminilidade e amor e desejo de modos distintos e apela, de modos distintos, para o senso de aceitabilidade social do público a que se dirige<sup>58</sup>.

A referência a um conjunto de emoções presente desde a infância (o sentir que leva ao sentir-se) insinua a referência a uma facticidade, ainda que não da ordem da matéria dissecável – comunicaria a verdade de sujeitos em parte porque se referiria a tropos de interioridade, de uma dimensão da experiência menos sujeita a controle e à moldagem social; algo autêntico, privado, subjetivo (Abu-Lughod; Lutz, 1990), a ser escrutinado, conhecido e expressado (Machado, 2018). Contudo, essa é uma breve sugestão em meio a um desenho narrativo muito mais complexo. Porque dito conjunto apenas faz sentido dentro de uma operação classificatória de comportamentos e práticas em termos de gênero, socialmente instituída – e, portanto, do entendimento de sentimentos diferenciais de atração e rejeição por certos comportamentos e práticas como também generificados. Mais do que a referência a uma configuração emocional masculina ou feminina essencial, o que autôries fazem é narrar o processo de entendimento da legibilidade social de tal configuração como masculina ou feminina. Uma acentuação, assim, do aspecto relacional da significação de sentimentos, não mera exteriorização (ibid.: 145); do aprendizado de sua significação, e dos movimentos que esses sentimentos criam.

Por isso “economia emocional” não é termo que uso fortuitamente; ele se refere, seguindo Sara Ahmed (2004) a um sistema de circulação e distribuição de signos entre sujeitos, relações e tempos que produz, como efeito, afetos e sua valoração – engendrando corpos, subjetividades. Se, como vimos em Butler, o mundo material apenas pode ser apreendido a partir de um sistema de significação compartilhado, e a partir dessa significação se faz em termos de se tornar inteligível e

---

58 De modo algum estou atribuindo às obras qualquer aspecto calculista. Sigo Bispo na crítica a uma abordagem que enfatiza o processo narrativo como “excessivamente instrumental, o que acaba eclipsando as especificidades das condições nas quais os conversos experimentam suas emoções” (2019: 120). Pretendo com essa afirmação apenas reconhecer o aspecto agentivo do engajamento desses sujeitos no debate público sobre transexualidade, em oposição a uma parte da literatura tanto do campo médico quando de estudos trans que apresenta primeiros autôries como (no primeiro caso) vítimas sem controle sobre a própria vida ou (no segundo caso) como autômates que reproduzem irrefletidamente sistemas de dominação.

reconhecível, também se trata de aprender de que modo esse sistema (moldado pelo contexto sociohistórico) associa afetos a relações entre signos e atribui valor ao que se lê.

A descrição de nojo e repulsa de atos homossexuais, comum nessas obras, evoca o cenário habitado por autôries que recuperamos brevemente, em que a atribuição hipervisível e pública de signos de perversão ao encontro erótico entre dois corpos igualmente marcados em termos de gênero havia sido estabelecida hegemonicamente. A moldagem opera atrelando a formas de desejo, atos sexuais e subjetividades os mesmos afetos associados a perversão: se estas engendram nojo e repulsa, o que é pervertido também o faz, torna-se definido como essencialmente repulsivo e nojento. Uma história de estigmatização de homossexualidade ao mesmo tempo satura o relato da verdade essencial do sentir e é ocultada por ele.

Da mesma forma, amor e desejo se constituem, de modo multifacetado, no seio de uma história de articulação de signos que produzem a subjetividade generificada, e não são apenas emoções que existem “dentro” de um sujeito. Estão inseridas em uma dinâmica que qualifica ser homem e ser mulher não só em termos de contornos corporais, mas do que esse corpo é capaz de fazer em interação com outro (Machado, 2018)<sup>59</sup>: o primeiro, ter um corpo que penetra o de uma mulher; a segunda, ter um corpo penetrável, “face a face”, por um homem. A busca por esse corpo implica a busca pela correspondência a uma dinâmica erótica convencional que, organizada pelo regime regulatório heteronormativo, manifesta masculinidades e feminilidades “normais”. Onde a outra faceta de amor e desejo: se inscrevem em uma dinâmica sexual considerada legítima, mas também em projetos de amor romântico e conjugalidade.

Nesse sentido, essa configuração emocional formada por amor e desejo heterossexuais, e medo, nojo e repulsa da homossexualidade têm efeitos: reestabelecem fronteiras de identidade coletiva. Nos termos de Ahmed, são facetas mutuamente constitutivas que “alinham indivíduos a comunidades” (2004: 119) e os distanciam de outras. A estruturação heteronormativa de uma comunidade legítima se apoia em formas autorizadas de amor e desejo, em contraposição a formas condenáveis. Ao apresentar as formas autorizadas como ansiáveis, como algo pelo qual se luta, autôries desenham sua inserção na comunidade: “amo, quero amar como vocês”, insinuam. Ao

---

<sup>59</sup> Bernardo Fonseca Machado, em sua tese de doutorado sobre trânsitos de universalidade e diferença entre rotas do teatro musical e intérpretes entre Nova York e São Paulo (2018), atribui especial atenção ao modo como o vocabulário emotivo utilizado nas técnicas de interpretação em escolas de atuação se faz presente em diferentes dimensões: em sua verbalização, como a importância da extração de sentimentos (entendidos como substâncias) do interior autêntico para a expressão, estratégia para a “garantir a ‘verdade’ no palco” (ibid.: 149); em sua instância prática, como o que se produz (não emergindo de dentro) na relação entre sujeitos, na experiência em ação. Guardadas as devidas particularidades (o pressuposto de ficção que se alimenta de ficção no teatro em relação ao pressuposto de verdade marcada por invenções no autobiográfico; as emoções como denominador comum que cancela diferenças em sua tese, em relação a sua mobilização como chave de adesão mas também de estabelecimento de contrastes e desigualdades, na minha), inspiro-me em sua análise para dar conta das diversas camadas e fluxos da dinâmica emocional em jogo na estruturação narrativa dessa primeira geração autobiográfica trans.

relatarem sentir medo, nojo e repulsa por práticas e sujeitos sinalizam diferenciação do que recebe a atribuição dessas emoções. Ao senti-los, declaram outra dimensão de pertencimento – “nos unimos na aversão à mesma coisa”, insinuam.

Mas esse reestabelecimento de fronteiras não se dá sem a perturbação da rede de relações que circunscreve. O que está em jogo é a temporalidade. Se saber sobre transexualidade implica principalmente saber sobre *mudança de sexo*, e se nesse momento inicial do gênero autobiográfico ela é entendida por autôries não como categoria identitária (como ocorrerá alguns anos depois) e nem como doença, mas como condição remediável que soluciona um problema localizado na materialidade corporal, o que a define primordialmente é o potencial de sua resolução: o investimento em formas de realização da subjetividade generificada e a conquista de uma existência “normal.” A transexualidade não se contrapõe à “normalidade” (ou no que hoje se entenderia por cisgeneridade); ela é um obstáculo transponível entre um sujeito e seu estado de normalidade, *personitude completa e real*. Para demonstrar seu caráter de transexuais genuínos, autôries apresentam casos de sujeitos que não o são porque não conseguem atingir a normalidade.

Para Richards, esse fracasso é associado a sujeitos que não conseguem moldar seus corpos de modo a serem lidos conforme o gênero de seu senso de si. Ela narra sua primeira ida ao consultório médico visando a *mudança de sexo* com horror, ao encontrar “gigantes com perucas sintéticas” e “homens com seios” – vê nessas pessoas elementos morfológicos generificados que parecem incontornáveis, tornando-os “criaturas mal elaboradas (...), series de planos que se perderam. Muitos pareciam ter sido maus planos desde o começo. (...) Falhas de algum tipo, condenadas a viver a vida como aberrações” (SS, 164-165). O que a tranquiliza é ver, na sala de espera, mulheres “que pareciam mulheres” – consideradas transexuais verdadeiras porque seus corpos são plásticos o suficiente para torná-las “mulheres aceitáveis”.

Já Martino menciona mulheres trans que expõem publicamente terem passado por *mudança de sexo* e seu resultado, falhando em apresentar uma feminilidade convencional em “fala e modos”; a alteração corporal não é suficiente, porque seu comportamento é descrito por ele como forma superlativa do adequado a mulheres – e, assim, falso. Ele se pergunta: “Poderia aceitar essas exibicionistas como transexuais?” (EM, 236). A mensagem é evidente: quem não consegue alcançar a normalidade generificada seja em termos de visualidade corporal ou de padrões de conduta, não é pessoa transexual verdadeira.

Seguindo as palavras de autôries vemos que a lente do imaginário médico-científico não é suficiente também por isso. Estes atribuem centralidade à estase, a um estado permanentemente aferível. As autobiografias contam histórias de mudança: de aprendizado de códigos de fazer gênero e sua orientação para o futuro, para sua expressão cada vez mais aprimorada. “Aprimoramento”

aqui se refere ao modo como o gênero que *sentem ser* se torna cada vez mais inteligível, reconhecível por outros e, assim, mais real. Tal modo apenas ocorre em processo. Suas diferentes respostas à *prisão*, materializações aproximadas de gênero, desenharam um caminho de apagamento do que as diferencia da comunidade hegemônica e delineação de sua inteligibilidade e reconhecimento como membros regulares de um gênero regular, estável, durável.

Gênero se institui assim não em termos de categorias discretas opostas, permanentes, incomensuráveis, mas de gradações de diferenciação que podem e devem ser ajustadas: de afecções a modos de manipular (cobrir, acentuar) formas corporais superficialmente, a jeitos de movê-lo, a reconfigurações da matéria. Martino afirma que mesmo tendo contornos considerados femininos em interação sexual com outro corpo de contornos considerados femininos, se faz homem porque realiza o ato da penetração. Conforme esse ato se aprimora – de dedos a um dildo, e então ao pênis construído em faloplastia – sua masculinidade se torna cada vez mais *real*. Cada vez menos transexual, porque a passagem de um sexo a outro se completa. Porque deixam de viver em estado de *prisão*, ou de legibilidade instável. Foram pessoas transexuais verdadeiras porque lograram sucesso em sua superação, e, tentam comprovar, tornaram-se membros ordinários da ordem social.

É por isso que o imaginário médico-científico e o da literatura autobiográfica trans, com as mesmas palavras e expressões, constroem sentidos distintos de transexualidade, pessoa e de pessoa transexual verdadeira. Um dos eixos mais fundantes e sutis da cisheteronormatividade, repito, é a expectativa de permanência: de que a verdade da identidade, do sexo, do gênero e do desejo e suas modalidades moralmente legítimas, normais, residam em sua invariabilidade desde o momento em que o indivíduo veio a mundo.

Mas o que autôries nos apresentam é que sua personitude é uma conquista atingida através do tempo, com a resolução da transexualidade – e com isso, propõem que a realidade (seu caráter de pessoa real, pessoa completa) pode ser um efeito. Efeito de anseio. A realidade é proposta como conquista, como produto do desejo e de empreendimentos visando expressá-lo, como o resultado do questionamento e apropriação parciais do enquadramento dado ao real (Halberstam, 2005: 52). E aí está uma das torções que empreendem no sistema de normas no qual se inserem: o lugar de homens e mulheres “normais”, convencionais, heterossexuais pode ser um lugar de chegada, e não apenas um direito de nascença (McBee, 2018).

### **E Anderson Herzer?**

Anderson Herzer nasceu e foi registrado como do sexo feminino no interior do Paraná em 1962. Perdeu os pais ainda criança e foi criado em situação de vulnerabilidade sócio-econômica em parte pela avó na zona rural do estado sulista, em parte em São Paulo por tios que o adotaram.



Durante a adolescência, o consumo abusivo de álcool e a relação violenta com esse casal provocaram sua internação compulsória em clínicas de recuperação e na antiga Fundação Estadual Para o Bem-Estar do Menor (FEBEM), onde viveu dos 14 aos 17 anos. Na FEBEM, começou a manifestar e reivindicar o reconhecimento de sua identidade de gênero masculina. Esse período, da primeira infância até a conquista da liberdade, é retratado no livro “A queda para o alto”, de sua autoria, lançado em 1982. Quando da saída da instituição, em 79, com o apoio de Eduardo Suplicy, Herzer expôs o interesse de publicar um livro de poesias; o então deputado do Partido dos Trabalhadores sugeriu que escrevesse uma autobiografia e mediou seu contato com Rose Marie Muraro, vinculada à editora Vozes, que levou a proposta em frente. A primeira edição foi publicada alguns meses após o suicídio de Herzer.

O livro tem como objetivo central denunciar as diversas formas de abandono, violência e recusa de afeto, bem como salientar possibilidades pontuais de enfrentamento disto, que marcaram a trajetória de Herzer. Ainda que centrada em sua experiência particular, o autor a todo momento ressalta ser a história que conta apenas um caso particular representativo de um padrão de existência de sujeitos que qualifica como “menores carentes”.

Em meio a esse mote geral, Amara Moira<sup>60</sup> (2018a), analisando o projeto editorial das primeiras autobiografias publicadas, afirma que a transformação de sua identidade de gênero e as implicações disso podem parecer secundárias – uma leitura detida, contudo, evidencia o caráter modular de expectativas cisheteronormativas ao longo do desenrolar de formas reiteradas de violência e arbitrariedade no espaço doméstico, durante sua institucionalização e nas breves oportunidades de vida em liberdade. É também em um vai-e-vem entre reprodução desses padrões e seu enfrentamento que Herzer se move como personagem – criando campos possíveis de ação no mundo, negociando com e resistindo a mecanismos de controle – mas também como narrador, tornando essa trajetória tangível a quem o lê.

Herzer não se identifica como homem transexual. A palavra “transexualidade” sequer é citada ao longo do livro e nada na narrativa sugere que ele tenha tido contato com debates que à época emergiam sobre subjetividades trans: não fala em *prisão no corpo errado* ou *mudança de sexo*. O autor narra a descoberta da possibilidade de assumir uma identidade masculina quando internado na FEBEM e de seu investimento no processo de assunção dessa masculinidade em termos outros. Sua escrita também retrata os elementos que caracterizavam essa masculinidade em

---

60 Moira (2021a; 2021b; 2021c; 2021d) tem analisado com recorrência, em ensaios curtos, o modo como a cisgeneridade afetou a leitura social de Anderson Herzer e sua trajetória, bem como a recepção de “A queda para o alto” pela mídia e pela militância homossexual. A doutora em teoria literária também salientou as contradições e formas de violência envolvidas no longa-metragem “Vera”, de Sérgio Toledo, evidentemente inspirado na autobiografia de Herzer.

relação e em oposição a imagens hegemônicas de ser homem apresentadas pelos funcionários e diretores da instituição – e aí reside sua potência e singularidade em relação às demais obras.

Uma aproximação às demais se refere à centralidade que amor e desejo e relações fundadas nessas emoções assumem no processo de desenvolvimento de sua subjetividade masculina. É em sua internação na FEBEM que Herzer conhece outras formas de estabelecer relações de afeto que sequer considerava possíveis. É emblemática a primeira vez em que vê duas garotas se abraçando e se beijando furtivamente; testemunhar essa troca de carinhos e a maneira como as meninas se comportavam fez com que atribuísse sentido a experiências passadas e a modos de ver a si mesmo que não tinha conseguido tornar inteligíveis antes:

E eu fiquei pensando, recordando o jeito como uma delas se trajava, forçando um tipo masculino (...). Era uma garota que mais tarde eu vim a conhecer como sendo ‘um dos machões’ da unidade. (...) sempre desde minha infância, eu tive jeito de menino, chegando inclusive, numa festa familiar, a ser confundido com um garoto. Dentro de mim tinha um grande desejo de ter nascido menino. Portanto, para mim, pelo meu modo de agir, foi uma grande descoberta saber que para se ter uma mulher, parar se vestir como homem, não seria necessário ser um. Aquilo me cativou desde o início. (...) Aqueles dias me ajudaram a me definir melhor. Eu já tinha meus planos, sabia exatamente como assumir minha personalidade publicamente, era como se eu tivesse desabrochado naquele instante (...). (QA: 55)

A escolha de “desabrochar” inaugura a recorrência de algo que se estenderá ao longo do livro: vínculos amorosos como dotados de poder de transformação e aprimoramento capaz de franquear novas possibilidades de existência. No decorrer da narrativa, Herzer se relaciona com várias moças, mas nenhum desses encontros é insignificante – dito poder está sempre presente:

Durante aquelas carícias profundas trocadas entre nós, eu sentia a vida bem próxima a mim, beijava e abraçava Vera, como se eu estivesse abraçando minha existência, eu acariciava seu corpo, lentamente com um desejo interior tão imenso que não sabia mais distinguir o significado da amargura, não me doía mais a saudade do mundo, e eu tinha ela ali junto a mim, resistindo ao frio, ao vento, enfim, eu tinha finalmente alguém para mim, para me ouvir quando eu quisesse falar, para me olhar quando eu ficasse em silêncio. Vera era o início e, ao mesmo tempo, uma promessa de um futuro seguro que eu sabia não ter mais nenhum motivo para duvidar; sabia que, finalmente, eu havia me encontrado e conhecido uma parte de mim, antes bloqueada pelos outros. (QA.: 61)

Esse desejo por mulheres, reciprocado, é parte fundamental de se fazer homem. Quanto mais se engajava em trocas afetivas e percebia que sua expressão masculina era reconhecida por elas visualmente e as agradava, tornava-o desejável, mais ele se sentia homem, mais ganhava confiança na possibilidade de se tornar mais masculino – novamente, amor e desejo no sentir, no praticar, e na constatação da recíproca pela pessoa desejada participam do fazer gênero:

(...) “Bigode” significava não somente um apelido, mas era algo carinhoso guardado para qualquer ocasião. Eu sabia que de longe as pessoas comentavam a meu respeito, de como eu poderia estar no meio das meninas, se eu não era um simples “machão” da Febem. As pessoas viam claramente que em mim acontecia algo diferente, daí a simpatia de tantas menores por mim, pois na Febem existem meninas que só mantêm carinhos com pessoas do mesmo sexo, mas isto lá dentro, porque saindo de lá são mulheres como qualquer outra. (...). Essas meninas (...) por fim acabavam gostando de mim e diziam isso, (...) mas para elas eu não me encaixava na área dos machões e sim um homem qualquer que estivesse em meio às meninas. (ibid.: 108)

O imutável, inabalável desejo por mulheres – bem como ser notado como um homem desejável e desejado – e relações de afeto com elas são um aspecto definidor do que Herzer entende como ser um homem autêntico<sup>61</sup>. Mas, da mesma forma como notamos uma configuração emocional complexa no conjunto citado de obras, não foram só relações amorosas que afetaram a imagem de si e o modelo de masculinidade que Herzer visava almejar; a convivência com funcionários e diretores homens cisgêneros estabelecia um exemplo de masculinidade tóxica e repelente. Eles o perseguiram com crueldade que se acentua conforme começa a se relacionar amorosamente com outras garotas e assume identidade masculina: reiteravam violenta e publicamente a impossibilidade de ele ser um “homem de verdade”.

Em diversos momentos, e de modo gradualmente salientado com o tempo, o diretor da unidade se referia a Herzer em voz alta, para que o maior número possível de pessoas ouvisse, como “machão sem saco, machão sou eu que tenho duas bolas” (ibid.: 72; 109), ou “machão sem rola” (ibid.: 80). Tentava forçá-lo a usar vestidos e raspar os pelos da perna (ibid.: 88). Enquanto isso, funcionários o agrediam, como para castigá-lo por ousar apresentar-se como homem – “descarregando seus complexos machistas em tapas e socos” (ibid. 111) – e em competição uns com os outros para demonstrar quem seria o mais forte – “(...) se transformam em monstros selvagens, uns querendo ter mais força contra nós que os outros” (ibidem).

As imagens repelentes de masculinidade representadas por diretor e funcionários revoltam Herzer e em nada correspondem ao que deseja ser; é notável pelo modo como descreve as interações com eles. Contrastivamente, outro modelo se evidencia nas páginas finais do livro, através de seu encontro com Suplicy. Este, ao conhecer Herzer foi afetado pela sua história e se comprometeu a

61 Essa palavra é recorrente no livro para atribuir certa permanência a sua orientação sexual que o masculinizava, em oposição a outras “machões” que fora da FEBEM manifestavam desejo por homens – o que, a seu ver, as feminilizava. Um trecho é eloquente: “(...) não só as menores como também os funcionários andavam comentando sobre mim, pois lá havia diversas menores como eu, mas eu chamei a atenção dos demais por ser muito autêntico em tudo; (...) a maioria delas era criticada pelas outras, pois nos passeios da unidade para locais como cinema, unidades masculinas, (...) eram totalmente diferentes: aceitavam gracejos dos homens, muitas arrumavam namorados, etc. Como nunca dei motivo para nenhuma crítica desse tipo, era sempre ressaltado como sendo o único ‘machão’ autêntico.” (ibid.: 67).

ajudá-lo, viabilizando sua soltura, uma vaga de trabalho e a possibilidade de lançamento de seu livro. O autor se refere a Suplicy como alguém que passou de desconhecido a amigo em instantes, que mudou sua vida não só pelas portas que abriu, mas também pelo tratamento humano, afetuoso. Afirma vê-lo como um pai (ibid.: 132). As duas formas de ser homem – uma abominável, outra que enseja admiração – são opostas de modo evidente:

E a este Homem, (...) sei que muito mais tenho a agradecer, por ele não teve preconceito sobre a minha pessoa. (...) ao passo que antes eu só conhecia as opiniões dos “homens”, pobres homens, que me criticaram e ainda criticam hoje dizendo que eles sim eram homens, pelo órgão que tinha no meio de suas coxas, e o fato de eu ter muitas namoradas não me fazia um homem, (...) [penso] na miserável mente destes homens. Nada tenho a dizer sobre estas mentes cobertas, sobre essa ignorância tão forte que os transforma de homem para MACHO, minúsculos machos que pensam trazer seu caráter em forma de duas bolas no meio de suas pernas. (ibid.: 132-133).

Sem contato visível com a categoria “transsexualidade” e com debates levados a cabo na mídia sobre seus elementos qualificadores e a possibilidade de *mudança de sexo*, Herzer não explica seu senso de si a partir de linguagem e técnicas médicas. Ao modelo de homem (com h minúsculo) totalizado pela genitália, apresentado pelos diretores e funcionários da FEBEM, o autor associa a animalidade, a brutalidade e obscurantismo. Em contraposição, apresenta outro que lhe serve de exemplo e de norte organizador de si, qualificado em termos de civilidade e sensibilidade e representado por Suplicy – Homem, com “h” maiúsculo.

Herzer se recusa a qualificar sua existência em termos biológicos – atributos corporais são relevantes, mas secundários<sup>62</sup>. Diante da declaração que nega sua identidade em virtude de aspectos anatômicos generificados, ele atribui à fixação pelo órgão genital um sinal de masculinidade selvagem, avessa a qualquer abertura a e gentileza com o outro. Se a ele é dito que nunca será homem porque não tem pau e bolas, sua resposta é manifesta: isso é algo mais próximo a um macho animal, não-humano; não é o tipo de homem que ele deseja ser.

O homem que se torna cada vez mais é aquele definido pela resistência ao encarar o acirramento paulatino de formas de violência, de restrição de mobilidade e de tentativas de destituição de seu caráter de sujeito. Quanto mais dificuldades se apresentam a ele e às internas da FEBEM, mais ele cria mecanismos de enfrentamento pautados no questionamento da violência e das autoridades, não na reprodução da violência. O processo estimula uma cada vez mais intensa delineação e expressão de si: ele se torna mais resiliente e consciente do que é capaz de fazer e do

62 Herzer cortou o cabelo, deixando-o curto, e entendeu isso como parte da vida que desejava viver (ibid.: 64-65). Também associava a autenticidade de sua masculinidade ao desenvolvimento de pelos corporais em abundância nas pernas, axilas e peito (ibid.: 67). Mas em termos de economia narrativa, isso recebe pouca atenção em comparação a outros aspectos que compõem a expressão de si.

papel que exerce naquele lugar confinado, atingindo um fortalecimento de caráter que é premiado: Herzer é cada vez mais admirado e desejado pelas internas e conquista liderança, devido a sua expressão de masculinidade considerada autêntica, por não ter medo e se impor diante das arbitrariedades de profissionais da instituição sem perder a ternura – escreve poesias, é romântico com suas namoradas e empático com as internas que são vítimas das agressões recorrentes.

Os movimentos que envolvem sua vida trazem desafios e dificuldades que assumem um caráter de testes de resistência – as formas de ação de Herzer, seus atos e palavras o constituem em seus momentos de expressão. Não se trata de manifestação externa de uma essência interna, mas de performances que produzem o sujeito e seu caráter, sem as quais ele não existe enquanto tal. Ao modelo de masculinidade está conectada a imagem de si que Herzer constrói ao longo do livro: quanto mais desafios se apresentam durante a vida, quanto mais violências sofre em virtude de sua masculinidade cada vez mais indisfarçável, quanto mais se restringem perspectivas de existência, mais elaborada e sólida é sua reação, implicada em um processo de formação e amadurecimento de sua subjetividade. A narração sugere um processo de subjetivação que articula a hombridade civilizada à superação e heroísmo.

Novamente, emoções fazem coisas. Mas se amor e desejo são novamente catalisadores narrativos, não o são do mesmo modo que nas primeiras obras. Primeiro, a existência de amor e desejo entre mulheres e pessoas masculinas que não são necessariamente homens cisgênero é o evento de revelação e de autorização da possibilidade de assumir subjetividade masculina: a legitimação dessa masculinidade não se vincula a uma categoria explicativa ou a uma promessa de transformação de formas corporais. O encontro amoroso envolve a comunicação da subjetividade masculina por um dos sujeitos e sua inteligibilidade e reconhecimento por outra ao lê-la como desejável de modo tal que institui dito lugar de sujeito. Os contornos corporais não limitam tal legibilidade para nenhuma das pessoas envolvidas no encontro, ou inclusive para as demais internas que compartilham dito enquadramento de existência – não apresentam nenhuma forma de *prisão*. Nesse aspecto, seu gênero não se faz precariamente, não é ameaçado pela leitura cisnormativa de órgãos e formas. Estes não têm relevância no processo de reconhecimento de sua subjetividade masculina e assim não são vistos como algo a ser mudado.

Da mesma forma, as emoções que organizam a relação entre funcionários e Herzer também fazem gênero de modo particular. A dinâmica de humilhação produzida pelos primeiros tenta, fazendo referência à ausência de órgãos sexuais generificados do segundo, recusar sua masculinidade – uma dinâmica que, de acordo com Díaz-Benitez, classifica a humanidade hierarquicamente “a partir de exercícios de rebaixamento” (2019: 69). Herzer nos mostra, contudo, que o gênero produzido na humilhação tem o efeito oposto em si e nas internas.

Não institui uma verdade sobre ser homem à qual ele não teria acesso, gerando vergonha, mas evidencia hierarquia moral entre uma masculinidade fundada na natureza, animal, incontrolável, e uma masculinidade da cultura – sensível, civilizada. Gera indignação, ao oferecer-lhe um modelo de masculinidade indesejável em oposição a outro que pretende cultivar. Gera certo desprezo, devido à incapacidade de estes funcionários “reinventar[em] os sentidos que a palavra ‘homem’ comporta” (Moirá, 2021c: 7). Essa configuração humilhação-indignação é um catalisador negativo distinto do em outras obras: produz afastamento de um determinado grupo, assim como nojo e medo operaram em relação ao desejo e práticas homossexuais, mas aqui se volta a sujeitos que ocupam posições de legitimidade – ainda mais em um contexto de prevalência de instituições de vigilância e controle, como em anos de ditadura militar: homens cisgêneros heterossexuais que incorporam a autoridade de um estabelecimento encarcerador.

A operação de Herzer que atribui caráter incivilizado ao discurso de predominância do aparelho genital generificado na determinação da verdade sobre sujeitos é produtiva porque não só é um catalisador narrativo; também tensiona parâmetros de hierarquização historicamente usados na qualificação de grupos de diferença em termos de gênero, sexualidade, raça e classe. Anne McClintock (2010[1995]), Sidney Chalhoub (2012[1986]), Richard Miskolci (2012) e outros, analisando diferentes contextos nacionais e históricos, reconstituem projetos políticos, econômicos e científicos de dominação que se pautavam em pressupostos evolucionistas: em uma organização linear da temporalidade rumo ao progresso, o apogeu da civilização atribuído a homens brancos de elite se instituiu em contraste à classificação hierárquica em direção à natureza de mulheres brancas, pessoas brancas de classe trabalhadora, homens e mulheres não brancos e grupos colonizados. Dita classificação e a ameaça da degeneração (o movimento “para trás” na linha do progresso) justificava regimes de vigilância e controle de corpos e populações.

Quando, então, o autor propõe fazer-se homem *autêntico* a partir do cultivo de qualidades morais hegemonicamente generificadas (como coragem e honra) ou cuja manifestação masculinizada é por ele defendida (como empatia e romantismo com mulheres), expõe a relação contraditória que o imaginário em circulação, em especial no modo como é exercido institucionalmente, estabelece entre natureza e civilização e seu papel legitimador (ou produtor de suspeição sobre) de sujeitos. Provoca o questionamento: onde reside a autenticidade?

Nesse sentido, o autor convida a outro processo de constituição da personitude – que, assim como os demais, é relacional e processual, mas não centralizado na reconstituição de formas corporais que comunicariam visual e tatilmente o gênero. Não se trata de uma trajetória de personitude incompleta, fragmentada, à completa; mas de trajetória de descoberta e estabelecimento de personitude no encontro erótico e na convivialidade, e então de seu aprimoramento ético.

Desejo e amor não fazem parte de um longo processo gradual e precário de materialização do gênero, marcado por expectativas de identidade sexuada; tais emoções instituem o gênero quase como evento, sem atribuição de protagonismo aos órgãos genitais e demais caracteres entendidos como “sexo” no que toca à verdade sobre si. Se outras obras narram uma trajetória de se completar e realizar a personitude a partir da aquisição de signos corporais generificados do sexo, “A queda para o alto” narra uma trajetória de formação de personitude completa que se define em termos de gênero, e então se dirige a sua melhor forma – desenhando uma gradação de masculinidade conforme um eixo de desenvolvimento ético atrelado ao refinamento de condutas e sensibilidades e controle de pulsões selvagens. Não se trata apenas de ser homem, mas de que tipo de homem se pretende ser.

*Fora do enquadramento médico: a liberdade em ignorá-los*

O processo de subjetivação de Herzer merece atenção a partir de uma abordagem que não a da ausência ou da ignorância – não em termos de ele “não saber” sobre transexualidade ou sobre a possibilidade de *mudança de sexo*. O que ele nos mostra é o modo como formas de existência generificadas se tornam imagináveis e concretizáveis quando o enquadramento disponível não opera engendrando lugares de sujeito a cujo pertencimento se vinculam imperativos de conformação anatômica. E quando não precisa reagir a um discurso de autoridade epistêmica estruturado a partir de regulações emocionais, morais, cisheteronormativas.

Trata-se de processo similar ao mapeado por Emma Heaney (2017) ao recuperar narrativas de si de mulheres trans entre fins do século XIX e início do XX na Europa e nos Estados Unidos, em um processo de emergência do interesse científico e literário sobre subjetividades gênero-diversas. Afirma que esse movimento logo se engajou na delineação de teorias explicativas da anormalidade de tais subjetividades e de sua homogeneização e simplificação através da demarcação do que viria a ser chamado de transexualidade (inclusive com a elaboração do tropo da *prisão*). Pesquisa documental, porém, revela uma diversidade de entendimentos da identidade e de expressão de gênero que, afastando-se do imaginário médico, estabeleceram outras relações entre formas corporais, masculinidade e feminilidade, e verdade.

Heaney, analisando cartas, livros de memórias e estudos de caso sociológicos apartados da interpretação médica, atenta para a produção conceitual de sexo que empreendem: nesses escritos, a sensação de ser de um gênero (o que chamo de senso de si) é descrita como capaz de animar a estrutura material, tornando-a feminina. Exemplo é o relato do caso 129, uma paciente do psiquiatra Richard von Krafft-Ebing. Ela recusa a ideia de *prisão* e descreve a relação com o próprio corpo de modo tal que atribui ao sentir o poder de ressignificar a classificação e a leitura em termos de sexo de órgãos, pedaços de carne, aberturas: “Sinto o pênis como um clitóris; a uretra como (...) orifício



vaginal, que sempre sinto úmido; o escroto como grandes lábios; sempre sinto a vulva. (...) a pele de todo meu corpo se sente feminina, recebe todas as impressões (...) como feminina e tenho as sensações de uma mulher” (ibid.: 160)

Outras narrativas de vida ali descritas indicam variedade considerável nos modos de apreender a própria existência corporificada e de construir formas de tornar o senso de si socialmente legível. De modo geral elas, que formam o que a autora denomina modelo vernacular de transfeminilidade, expressam entendimento de e materialização do gênero que é incompatível com o modelo sexológico de fixidez tanto da matéria quanto dos sentidos atribuídos a ela. A reação de especialistas ao conhecê-las e notar não caberem no sistema de entendimento de sexo em voga é significativa: não são instados a questionar o próprio sistema em si, mas a estabilidade mental das declarantes. Krafft-Ebing assevera ser o caso 129 um exemplo de “alucinações com base em uma condição neurótica” e Magnus Hirschfeld, estudando o trabalho do primeiro, atesta que as afirmações da paciente só podem ser “uma linha de raciocínio insana” (ibid. 161).

Embora considere que Heaney, para destacar dita diversidade, reduza a que se dá no seio do próprio imaginário médico, ou mais propriamente, da mobilização negociada desse imaginário, creio que há algo analiticamente produtivo em trazer à tona essa disjunção representativa: nos permite notar como ao retirar pressupostos de atribuição de sentido e legitimidade a subjetividades generificadas, outras formas de habitar o corpo, estabelecer relações de desejo e fazer gênero, bem como de elaborar isso narrativamente se tornam possíveis. O que ela nos convida a pensar é: como a transição de gênero pode ser imaginada sem pressupostos cisnormativos de verdade permanente do sexo, tais quais a originalidade referencial e totalizante da identidade atribuída ao aparelho genital generificado? Herzer nos mostra isso.

### **Os limites da imaginação: o que jornais tem a dizer sobre escritas trans?**

A reação da imprensa aos livros é significativa para entendermos como a elaboração da transexualidade por autôries foi recebida no debate público. A parca atenção atribuída às obras e ao que diziam em comparação à profusão de matérias sobre os sujeitos tendo como mote a discussão da *mudança de sexo* e com nenhum ou limitado espaço para que pudessem se manifestar em suas próprias palavras é indicativa de que na produção de um campo de discussão comum sobre a condição, o que aqueles que a vivenciam têm a dizer não é considerado relevante.

Vejamos. Mario Martino nunca recebeu atenção considerável da imprensa, mas como mencionei, Christine Jorgensen e Renée Richards foram tema de uma quantidade massiva de matérias quando da descoberta de sua *mudança de sexo*. Acompanhando a batalha desta pelo direito de jogar tênis na modalidade feminina, e o debate subjacente sobre o que corresponderia à verdade

do sexo e se seria possível mudá-lo, o New York Times chegou a publicar 62 artigos sobre o tema entre 1976 e 1979. Contudo, o lançamento do livro de Jorgensen apenas é noticiado em uma lista de publicações do mês, e o de Richards encontra silêncio. A Martino se concede um pouco mais de interesse: em coluna breve sobre não-ficção na seção de livros, uma jornalista elogia a obra por “dizer a verdade”, ainda que não haja qualquer qualidade literária (Grumbach, 1977). Afasta, contudo, que possa ser de interesse generalizado, porque “a maioria das pessoas vive confortável em suas peles e psiques sexuais”; a mensagem é evidente: trata-se de história de sofrimento, admirável pela coragem e determinação do autor em enfrentar os obstáculos e *mudar de sexo*, mas que apenas interessaria a pessoas trans como ele.

Em jornais menores, como o Nassau New York Newsday no caso de Jorgensen e The Herald Statesman no caso de Martino, há uma notícia mais extensa sobre o lançamento de suas autobiografias, chegando a entrevistá-les, respectivamente. De resto, há apenas notas breves noticiando a publicação dos livros, ou anúncios publicitários encomendados pelas editoras.

Jorgensen e Richards tiveram suas autobiografias transformadas em filme – e estas produções foram tratadas com mais entusiasmo pela imprensa do que os livros que serviram de fonte. Matérias de jornal se dedicaram às dificuldades que representar Jorgensen e Richards poderiam trazer para John Hansen, ator que interpretou a primeira, e Vanessa Redgrave, que interpretou a segunda. No caso de Hansen, se isso “mancharia sua reputação” e reduziria ofertas de trabalho; no de Redgrave, se conseguiria representar Richards “quando ainda era homem”. Elucubrações sobre a possibilidade e os riscos de ocupar outra identidade sexuada, mesmo no cinema, se mantêm em jogo; notas sobre os livros – Hansen afirmando que pensava ser Jorgensen uma “bicha escandalosa” e ler sua autobiografia o fez perceber que estava errado, conhecê-la e admirá-la, e aceitar o papel (Kleiner, 1970), e a produtora da cinebiografia de Richards, Linda Yellen, definindo “Second Serve” como uma história que a marcou, de determinação e luta por direitos civis (Buck, 1986)– recebem poucas linhas e nenhuma ponderação dos jornalistas.

No Brasil, grandes jornais concederam mais atenção a Anderson Herzer e João W. Nery do que veículos similares nos EUA a autôries dessa 1ª geração. Mas o que caracteriza esse interesse? Herzer ocupa espaço antes mesmo da publicação do livro, devido a seu suicídio. Em setembro, a morte foi destaque tanto na Folha de S. Paulo quanto no O Globo. A Folha de 9 de setembro estampava fotos suas no canto superior esquerdo da capa, em chamada para a reportagem de Ronaldo Antonelli: “De menina a homem, a tragédia de Sandra Mara” – esta, destaque da primeira página do caderno “Ilustrada”. Antonelli afirma que “Anderson” seria seu pseudônimo artístico e oscila entre tratar Herzer no feminino e no masculino, entendendo sua “transformação, por assim dizer, em homem” como consequência de seu “homossexualismo”; também faz uma resenha

sensível da autobiografia, qualificando sua trajetória como marcada pela repressão e pela condenação de “seu direito de assumir a própria autenticidade” (ibid.: 31).

Embora nesta reportagem haja atenção sendo atribuída à reação violenta a sua identidade de gênero, o tom das seguintes publicadas no jornal paulista é outro. O foco recai sobre a marginalidade, carência de afeto, abuso de substâncias e de violência que o teriam vitimado. A reivindicação de reconhecimento de sua identidade de gênero é tratada como uma incógnita pelas reportagens, e muitas pretendem explicá-la direta ou indiretamente: é sua trajetória marcada por fragilização, afirmam, que o teria confundido e tornado suscetível a alternativas impróprias, como a de se relacionar afetivamente com mulheres e se identificar como homem. A psicóloga Marta Suplicy, em sua coluna no segmento “Mulher” da edição da Folha de 21/11/1982, pergunta-se:

O que aconteceu com Sandra na Febem para mudar sua orientação sexual? Caso nunca tivesse ido parar na Febem teria mudado de sexo? Foram as circunstâncias que a levaram a se pensar como rapaz? Foi a morte trágica de seu primeiro namorado, quando já estava na Febem, que a levou a assumir a identidade dele (...)? (ibid.: 5)

Outra explicação é dada pelo jornal O Globo. Otto Lara Rezende escreve uma coluna extensa no jornal carioca em 19/11/1982 sobre o horror de uma infância e adolescência infelizes que culminaram no suicídio. Caracteriza Herzer, tratando-o sempre com prenome e pronomes femininos, como “um desafio, uma incógnita, uma tragédia” e a narrativa de sua vida como “uma coisa medonha” (ibid.: 6) – aproximando-se do tom da Folha. Mas em 10/10/1982 Kazumi Kusano toma a capa do jornal para dar outra leitura à história de Herzer.

Chamando-o de travesti e apresentando diversas fotos em que o autor se apresentava de modo masculino, mesmo ao se referir a ele com prenome e pronomes femininos há reconhecimento de que não se trata de confusão em termos de sexualidade. O jornalista se pergunta “Por que Sandra Mara se transformou de homossexual em travesti?” e a resposta é buscada em médicos. Ginecologistas, neurologistas e psiquiatras realizam exames no seu corpo no Instituto Médico Legal, emitem pareceres a partir de pesquisas mais gerais sobre homossexualidade e travestilidade. Não há conclusão. Esse foi o único momento em que a transição de gênero de Herzer é levada a sério, e apenas em termos – já que se mantem o uso de pronomes femininos e seu nome de registro. A linguagem médica assumida pelo jornalista parte do pressuposto de que há alguma alteração biológica como explicação. Isso é mais do que as reportagens da Folha sugerem.

A recepção do livro de Nery pela imprensa, dois anos depois, deu-se em outros termos: o psicólogo participou ativamente da produção de notícias sobre a publicação, concedendo entrevistas a grandes veículos. N’O Globo de 05/03/1985, na capa do Segundo Caderno, Sheila Kaplan se refere a ele no masculino e destaca tanto o objetivo declarado pelo livro (denunciar a “hipocrisia da

sociedade, que só permite o transexual como figura folclórica (...). Se você quer se integrar, incomoda”) quanto o da entrevista, pretendido pelo autor (diz Nery: “meu objetivo é fazer com que o transexual deixe de ser piada”) (ibid.: 1). Durante as perguntas, falaram sobre a diferença entre homossexualidade e transexualidade, os efeitos sociais e físicos da cirurgia, o propósito da escrita de si e como vivenciou o afeto, sendo um homem trans. A conversa entre a jornalista e Nery, de modo sutil, abriu a possibilidade de criticar o veto do então presidente Figueiredo a um projeto de lei que regulamentava cirurgias realizados em transexuais e trouxe aspectos de interesse usual dos jornais: quais os limites da ciência? O que é definido pela biologia, e o que é definido pela cultura?

Mais ostensiva é a publicação da Folha, em abril de 85, ao noticiar o lançamento. Ocupando metade da capa de “Ilustrada”, a reportagem se divide em dois segmentos: o principal, escrito por Paulo Markun e intitulado “João, o homem que nasceu Joana”, refere-se à inexistência da palavra “transexual” no dicionário, pontua os crimes cometidos por João e a perda da carreira ao assumir identidade masculina, mas contrapõe essas dificuldades à felicidade com a forma física e ao sucesso do livro, cuja primeira edição estava se esgotando. A reportagem recupera aspectos de sua história, cita trechos do livro, sinaliza sua finalidade política e abre espaço para comentários de Nery sobre binarismo de gênero e machismo. É interessante como Markun expõe suas expectativas e padrões normativos de gênero e o modo como são subvertidos à medida que conhece e interage com Nery.

O segundo segmento, escrito por Antonio Gonçalves Filho, tem tom mais combativo: sob a manchete “Transexuais, vítimas do desrespeito sexual”, o escritor condena o conservadorismo das leis brasileiras que vedam a realização da *mudança de sexo* e a retificação de documentos de identificação, menciona a alta taxa de suicídios da comunidade e responsabiliza o atraso e o preconceito da sociedade por isso. Também menciona argumentos médicos, casos de pessoas trans famosas no exterior, o diário de Herculine Barbin e Michel Foucault para legitimar a transexualidade (descrita por ele com base nessas referências como sexo psicológico contrário ao sexo que define a anatomia) e criticar o moralismo que vigoraria na sociedade brasileira, moldada por “atraso, ignorância, intolerância e total desrespeito” (1985: 27).

Aqui, não se busca motivo para algo considerado incompreensível. O aspecto principal não é desenhar o trauma da vulnerabilidade socioeconômica, da violência e da perda de um amor para justificar a assunção de identidade de gênero oposta ao sexo assignado. Essa experiência subjetiva não é tratada como delírio; é tomada como fato legítimo. O que causa questionamento é o modo como sociedade e instituições brasileiras reagem à diversidade de formas de existência.

Já a repercussão da publicação de “Meu corpo, minha prisão” acontece de outra forma. Lorys Ádreon é figura envolvida em mistério. Não encontrei com facilidade informações sobre ela. O único dado mais acessível é sobre o próprio livro: sua publicação e o lançamento no Rio de

Janeiro que se deu no segmento publicitário da Folha de S. Paulo, “Leitura Dinâmica”, em poucas linhas em junho e agosto de 1985. No texto de junho, lê-se que o livro narra “relato verídico da dramática experiência transexual do autor, pretendendo lançar em debate a condição dos transexuais e os problemas por eles enfrentados numa vida cheia de ódio, angústia, medo e repressão” (Rodrix, 1985:81). No Globo de setembro, quatro linhas no segundo caderno noticiando hora e local do lançamento do livro (Menezes, 1985: 6). A reduzida visibilidade e a ausência de sinal de repercussão do livro não são explicadas, mas podem se relacionar a sua própria apresentação, e às escolhas editoriais feitas no seu desenho. A capa traseira tem o seguinte texto:

Este é um livro especial. Nele você vai encontrar a autobiografia de Loris Ádreon, um transexual. É um texto forte, sem meias-palavras, onde o melodramático atinge tal nível de expressividade que se torna, pelo próprio tom, parte significativa do drama que expressa. (...). Trata de um problema especial e perturba pelo que revela e pela maneira como revela e desvenda uma face da repressão pouco falada e pouco entendida. É um livro cruel porque toda a forma de repressão é cruel.

Ele sugere, assim como o jornal paulista, que o foco é direcionado ao tratamento dado pelo meio social à transexualidade, e à violência causada por padrões normativos de gênero. Embora o tom do texto seja acusado de “melodramático”, há uma meia justificativa devido à gravidade do conteúdo que inscreve. Contudo, a leitura da apresentação feita por Rose Marie Muraro e comentários de Bernadette Lyra, Fabio Lacombe e Herbert Daniel (que aparecem ao final do livro), seguem outro caminho.

Muraro abre o livro com texto intitulado “Salvem Lorys Ádreon!” (1985:5). Afirma que a conheceu quando Ádreon ligou para ela após ler “A queda para o alto”, dizendo que estava deprimida e pensava em se matar. Muraro sugeriu “por que em vez de se matar você não escreve a sua história?” O caráter salvacionista do texto parece sugerir que Ádreon precisa de ajuda não só em virtude da ameaça imediata de suicídio, mas também em virtude do estado de perturbação e indefinição de sua existência – a transexualidade significada como doença mental.

Muraro a trata no masculino ao longo do texto inteiro e a caracteriza como “ser indefinido, nem homem nem mulher, ambíguo por dentro e por fora” (ibidem). Tenta diferenciar sexualidade de identidade de gênero, mas diz que transexuais não são nem homossexuais nem heterossexuais. Parte da leitura do livro de Roberto Farina e do exame que este realizou em Ádreon, no qual afirma que ela é “um caso de psique de mulher dentro de um corpo de homem”, mas mobiliza a referência para dizer que a autora tem personalidade masculina e feminina. Pontua que ela se interessa por homens heterossexuais, mas eles por definição não gostam de homens – indicando que não reconhece Ádreon como mulher. Critica o livro e seu “estilo ginasiano, fotonovela cheia de

chavões” – “mas o conteúdo era profundamente explosivo”. O que ela viveu, não como contou, era o que interessava. Sua vida sob uma lupa, não seu modo de retratá-la.

Os comentários de seus convidados seguem a mesma toada. A escritora Bernadette Lyra reitera que ainda que Ádreon busque seguir um “discurso muito bem comportado”, o faz em “versão melodrama circense com pitadas de telenovela pornô” (1985: 131). Acusa-a de falta de humor e ironia, de reproduzir modelos normativos de feminilidade, e de tentar se enquadrar exaustivamente na bipolaridade dos sexos com falso sentimentalismo. Na sequência, ela afirma que a impossibilidade de ver sentido no que narra pode ser enfrentada pelo que ela mostra do que viveu. Acusa-a de ser incapaz de narrar com qualidade, crítica e matiz a riqueza de sua experiência, porque não perceberia sua ambiguidade.

Herbert Daniel também usa repetidamente o epíteto “melodrama”. Julga a ausência de ambiguidade da narrativa, e a defesa que a autora faz de pertencimento à feminilidade como uma incapacidade de aceitar sua homossexualidade. Declara que o livro é difícil porque “não questiona diretamente a sexualidade oficial, mas vem reafirmá-la dentro do seu absurdo” (1985: 136). Fábio Lacombe, por fim, reitera a mesma ideia *ad nauseam* em três páginas: Ádreon tentaria esculpir em seu corpo a imagem da mulher que estaria no horizonte do impossível, tentando também sem sucesso apagar as marcas do sexo masculino. Critica a redução que a autora faz do masculino ao órgão genital e a sua repulsa pelo próprio órgão. Conclui, em tom professoral, que ser homem ou ser mulher não é possuir esse ou aquele atributo mental ou corporal (1985: 138).

Os três textos são herméticos e condescendentes, resultando no que Amara Moira qualificará, analisando-os, como “projeto editorial transfóbico, cissexista” (2018a: 3). Rejeitam o estilo de Ádreon e apenas valorizam a história como conjunto bruto de fatos, que interessariam por si mesmos. A capa traseira critica a crueldade da sociedade, mas os comentários são cruéis – apenas em outros termos. Indicam que a autora é incapaz de perceber e expressar a riqueza e complexidade do que vive. Indicam que ela não conhece a si mesma, reivindica uma feminilidade “impossível” e não aceita sua “homossexualidade”, “masculinidade” ou “ambiguidade”. De qualidade, apenas o material cru da narrativa – ou seja, Ádreon como personagem (Lyra, 1985: 132).

Pergunto: de que modo essas reações de imprensa – e, no caso de Ádreon, a estratégia editorial – se articulam? O aspecto mais evidente é a dissociação entre o interesse de publicar matérias sobre transexualidade e sujeitos transexuais, e o interesse em considerar o que estes têm a dizer. A quantidade expressiva de notícias que tratam do tema e de autôries, entrevistando e citando profissionais da medicina, em comparação à escassez de matérias que tratam do lançamento dos livros, críticas literárias ou perguntas e respostas com as que os escreveram comunica a assimetria acerca da autoridade discursiva no campo de debate levado a cabo pelos jornais.

Dita assimetria se manifesta mais inequivocamente se considerarmos as opiniões publicadas sobre as obras. Com exceção de Nery, há destituição da qualidade da escrita – em termos de qualidade literária, de densidade das reflexões, de perspectiva crítica, da habilidade de conhecer realmente a verdade sobre sexo e sobre si. A crítica no New York Times a Martino, como livro interessante pela história mas não pelo valor de sua confecção; a consideração do que Herzer conta como necessário para se entender arbitrariedade em instituições de confinamento, e assim produzir alguma forma de conscientização, mas interpretação de sua identidade de gênero como “confusão” ocasionada por situações de vulnerabilidade e violência ou como algum distúrbio de ordem biológica, de todo modo não conhecida ou entendida por ele; e os comentários em tom derogatório à narrativa de Ádreon. Todos sinalizam a destituição de qualquer estatuto privilegiado que autôries poderiam ter no processo de apreender, refletir sobre e elaborar seus processos de trânsito de gênero.

Os livros, assim, são vistos apenas como receptáculos de fatos que apenas podem ser úteis à medida que se aparta o que aconteceu, de um lado, dos empreendimentos de fabulação e expressão das pessoas que experienciaram o acontecido, de outro. A rejeição a sequer considerar os imaginários propostos – em aproximação desconcertante e inegável, décadas depois, com a desconsideração exercida por Krafft-Ebing e Hirschfeld tal qual narrada por Heaney – tem como efeito manter intacto o imaginário médico-científico cisheteronormativo no qual a maior parte dos relatos de imprensa se apoiava para falar sobre sexo e transexualidade, e usá-lo como lente para entender isso que tentam transformar as autobiografias: amontoados de eventos nus.

Tem como efeito, também, eclipsar o trabalho de significação de autôries com sentidos e valores do imaginário acionado. Torna estes parte das histórias contadas e assim, ao serem repetidas – ou, ao serem evocados os sujeitos cujas trajetórias se inscrevem –, repetem junto essa lente fixada a elas como se fosse sua. Em outras palavras: o que se diz sobre Jorgensen, Martino, Richards, Herzer, Nery e Ádreon prevalece ao que essas pessoas disseram sobre si, e o que disseram sobre si se torna contaminado pelo enquadramento hegemônico que configura inteligibilidade e legitimidade a atos de conhecer, verdade e falsidade, sexo, transexualidade, e realidade e *fantasia/imaginação/sonho*.



# 2

quantos anos tenho? hoje, estou hoje.  
tenho a idade da luz que me tocar.

certas noites sou novo feito o fogo a meus pés  
certas noites sou uma estrela, glamourosa, antiga

& já extinta. nós, cidadãos  
de um paraíso impopular

& crucificações de baixa audiência. escuta,  
aceitei o que me foi dado

seja o meu nome ou veredito daquele que me acabou.  
quando nasci, nasci bem no centro do alvo.

gastei minha vida argumentando que eu importava  
até que nada mais importou.

Danez Smith – Verão, algum lugar

Há um poema da filósofa abigail Campos Leal (2020) chamado “zamiga.” É um elogio à amizade entre pessoas femininas, parece sugerir, embora não qualifique precisamente a composição do grupo. Dá a entender que suas *zamiga* são travestis e/ou mulheres transexuais: salienta que a estima entre elas forma uma família de afeto mais significativa que a de sangue, e que se entendem de modo tal que mesmo outros sujeitos inseridos em comunidades de diferença (como homens cis gays) não conseguem ou querem alcançar. Outro sinal é o fato de Leal dedicar mais da metade do poema listando tudo que aprendeu com essa rede de amizade: formas de cuidado mútuo e autocuidado, entendimento de gênero como elemento em constante experimentação e transformação, valorização da negritude, técnicas eróticas.

“Zamiga” é significativo ao pontuar que esses vínculos que se constituem por acolhimento e aprendizado a tornam quem é, e ao mesmo tempo a despersonalizam (ibid.: 86) – delineiam o sentido de sua existência apenas no entrelaçamento com a de outras, “com seu peito no m/eu / m/e sinto menos humano,/ com nossos corações pulsando,/nossas batidas sincronizando” (ibidem). Mas é também significativo ao não dissociar afeto e subjetividade coletiva de modos de engajamento e atuação visando o combate de desigualdades:

de agora em diante  
toda amizade é política!  
Agora é guerra  
y é preciso guerrear para ter amigos.  
vivos!  
e/u aponto o morteiro, tu vem y  
ascende com isqueiro.  
nunca fuja do que há de político nas amizades!  
por isso fugimos de nós.  
y nem por isso fomos covardes.  
Amizades que vem y que vão.  
Celebro nossas idas e vindas.  
Já navegamos juntas nesse (a)mar,  
Quem sabe nele não iremos nos reencontrar? (ibid.: 85)

Leal condensa um bom tanto em poucos versos. Não apenas proclama que vínculos de amizade são formas colaborativas de se garantir a existência em condições precárias, e que o conflito é imprescindível para resistir ao projeto de extermínio da comunidade trans no Brasil – em especial,

travestis e mulheres transexuais negras<sup>63</sup>. Também realiza movimento duplo de impelir leitôries a reconhecer o caráter político do vínculo (ignorar a magnitude de dita qualidade é ignorar parte de si) e ao mesmo tempo respeitar o direito de pessoas trans negarem dito reconhecimento; de sublinhar a centralidade do vínculo e não associá-lo – ou sua verdade – a permanência. A recusa (dos vínculos e seu aspecto político) também é estratégia de sobrevivência.

Essa caracterização de relações de afeto, cuidado e formação entre pessoas trans sintetiza o cerne do interesse da 2ª geração de auto/biografias trans no Brasil e nos Estados Unidos. Publicadas entre os anos 1990 e início dos 2000, essas obras diferem das da geração anterior: desenham um modelo de personitude que não se dá em relação a um repertório médico, e não apreendem transexualidade como condição remediável. Ademais, o processo de descoberta e entendimento de si e de reconfiguração da própria legibilidade social em termos de gênero não se dá como na 1ª geração: a saber, primordialmente em relações pessoais com pessoas cis – médicos e companheiros afetivos, principalmente – e apenas de modo distante com outras pessoas trans (a partir de livros e imagens na TV, em revistas). Nesse segundo momento, o desenho de uma comunidade de dissidência sexual e de gênero estrutura a constituição subjetiva de autôries e se torna elemento central na narrativa da vida, na definição do que trans (transexual, travesti, *transgender*) significa e do modo como sua legitimação é construída.

Mas se estas formações comunitárias assumem tal centralidade, o modo como se dão e suas tensões são discrepantes nos dois cenários nacionais, assim como a qualificação que recebem na escrita de autôries. Ao longo desse capítulo, demonstrarei como novas formações de campos de estudo e de movimentos sociais, o fortalecimento de nichos da indústria cultural e o adensamento de redes de solidariedade nas ruas e no trabalho sexual (frente a ameaças como a brutalidade policial, a violência transfóbica e a epidemia de HIV/AIDS) afetaram o fazer auto/biográfico – e como, atravessados por desigualdades de classe e raça, esses processos produziram subjetividades coletivas como projetos ansiados ou como lugares que se intenta superar.

### Tempos de turbulência

Os anos 1980 e 1990 nos Estados Unidos foram marcados por transformações significativas no que concerne a pessoas gays, lésbicas, bissexuais e trans – inclusive quanto ao sentido atribuído

---

63 De acordo com a organização Transgender Europe e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Brasil ocupa há anos a liderança no número de assassinatos de pessoas trans no mundo. Conforme dados da TGEU, entre 2008 e 2020 foram 1520 vítimas de transfobia. O 2º lugar é ocupado pelo México, com 528 mortes. Ver o mapa em: <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/#> (último acesso em 11/03/2021). Em dossiês da ANTRA (2020; 2021), tais dados são mais bem esmiuçados: em 2019, houve 124 homicídios (sendo 82% das vítimas pretas ou pardas), e em 2020, 175 (sendo 78% das vítimas pretas ou pardas).

a essas categorias e suas implicações. “Gênero” foi inicialmente cunhado por profissionais das ciências médicas como Robert Stoller e John Money nos anos 60 com o propósito de discernir (informados por pressupostos rígidos de normalidade e expectativas de alinhamento entre identidade sexuada, papéis sociais e orientação e prática sexual) características masculinas e femininas consideradas natural e biologicamente definidas e as que seriam produto de condicionamento social (Lima, 2010; e Leite Jr., 2011). Com o passar do tempo, a categoria foi apropriada por movimentos políticos e intelectuais feministas como conceito para se “contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (Haraway, 2004[1991]: 211). Não se interrogou inicialmente, todavia, os próprios binarismos natureza/cultura e sexo/gênero, bem como a fixidez ahistórica dos primeiros termos de cada um deles.

Esse pressuposto epistemológico de essencialismo identitário sexuada se associou a outro, referente ao próprio entendimento do que “social” quer dizer. Carole Vance e Ann Snitow (1984) destacam como o entendimento de que práticas e papéis têm seu sentido cultural e historicamente definido veio acompanhado da interpretação de que podem ser facilmente desconstruídos e reconstruídos. De que essa maleabilidade lhe confere um caráter menos real e menos legítimo comparado à permanência da natureza.

Tal desenrolar teve implicações não só dentro dos próprios movimentos gay, lésbico e feminista quanto nas reações conservadoras. Gayle Rubin desenha um panorama de ascensão da direita e de repressão a comportamentos sexuais que não cabiam nas convenções morais heterossexuais que envolveu vigilância e brutalidade policial, projetos de lei que previam a criminalização de práticas eróticas ou dificultavam o acesso à educação sexual, métodos contraceptivos e aborto. Esse projeto político se apoiava em uma “ideologia sexual popular” que conferia naturalidade e normalidade à sexualidade heterossexual, conjugal, monogâmica, reprodutiva e não comercial (2017[1982]: 85), e alocava qualquer outra forma de sexo no âmbito da doença, do não natural e, portanto, do que precisava ser curado, reabilitado.

A eclosão da epidemia de HIV/AIDS, que se abateu inicialmente sobre homens cis gays e pessoas transfemininas durante o governo conservador de Ronald Reagan (que se recusou a tomar medidas significativas de acolhimento de doentes, tratamento e prevenção), apenas intensificou a associação entre diversidade sexual e de gênero, doença e desvio do natural<sup>64</sup>. Sob a justificativa

---

<sup>64</sup> Evento significativo é resgatado por Bronski (2011): em julho 1993 o político republicano Pat Buchanan, em uma coluna no Seattle Times, assevera peremptoriamente que “a AIDS é uma retribuição da natureza por ter suas leis violadas.” Jeffrey Weeks destaca que essa não era apenas uma interpretação minoritária – a AIDS como uma espécie de reação da natureza ao que violava suas regras referentes a vínculos e práticas erótico-afetivas aceitáveis (a saber, cisheterossexuais) circulava no imaginário comum: “Muitas pessoas, e não apenas na imprensa sensacionalista, apresentavam a AIDS como um efeito necessário do excesso sexual, como se os limites do corpo tivessem sido testados

de conter a disseminação, políticas de regulação da sexualidade foram impostas, como o fechamento de saunas e clubes voltados ao público gay e a detenção de profissionais do sexo.

O descaso do governo federal levou à formação de organizações comunitárias de reação, voltadas a medidas de saúde como educação sexual, assistência médica e atendimento psicológico; a embates jurídicos demandando reconhecimento de direitos e denunciando políticas discriminatórias; e a atos de desobediência civil e chamamento à atenção pública de aspectos críticos relacionados à epidemia. Estudiosos como Michael Bronski salientam que a efetividade dessa organização comunitária se deu em virtude de um período de fermentação de redes de sociabilidade e de mobilização política que já vinha se consolidando desde o fim da 2ª Guerra Mundial, e de inspiração em movimentos feministas e de Black Power (2011: 248).

Ao mesmo tempo, alimentada pelo adensamento desse ativismo que se radicalizava, a passagem entre as duas décadas viu a institucionalização na academia dos estudos gay e lésbicos, que conferiam centralidade analítica à sexualidade como distinta de gênero e articulavam diferentes campos de investigação e contribuição ao movimento homossexual. Em 1993 se contabilizavam mais de 50 programas em universidades norte-americanas (Abelove; Baravi; Halperin, 1993: xvi). Também emergem os estudos queer, com publicações seminais como “Problemas de gênero” de Judith Butler e “Epistemologia do armário” de Eve Sedgwick em 1990 (Hailey; Parker, 2007).

No propósito de investigação deste campo em ascensão estava o estudo da sexualidade, mas também de instituições e sistemas de pensamento que instauram e sustentam a heteronorma como organizadora do tecido social. As implicações desse regime regulatório se fizeram notáveis na esquerda, na militância gay e lésbica e na produção de conhecimento em teoria social; afetava, ademais, múltiplas dimensões de existência, desde políticas estatais e transnacionais a modos naturalizados de se valer do corpo (Warner, 1993). Os estudos queer propuseram um redirecionamento do que merece atenção e como analisá-lo: não se trata apenas de investigar formas de expressão de minorias sexuais e as relações de poder que as regulam e limitam, mas interrogar os mecanismos que organizam a estruturação binária produtora de oposições fixas como heterossexualidade e homossexualidade, masculino e feminino – bem como sua hierarquização e estabilização – como elementos constitutivos do self (Louro, 2001).

Os anos 90 foram marcados também pelo surgimento da categoria transgender nos Estados Unidos. Segundo David Valentine (2007), o crédito pela sua cunhagem é de Virginia Prince: nos anos 1970, ela o utiliza para se referir à existência em período integral conforme gênero distinto do sexo assignado em nascimento sem se submeter a intervenções médicas. Diferenciando, assim,

---

e não tivessem passado no teste da ‘perversidade sexual’. De acordo com os mais óbvios comentários, era a vingança da natureza contra aqueles que transgrediam seus limites” (2001: 36).

transgender tanto de pessoas transexuais quanto de cross-dressers e pleiteia normalidade em contraste ao que então se delineava como doença, no primeiro caso, e como sexualidade desviante, no segundo. Contudo, duas décadas depois a retomada do termo assume outro sentido e propõe uma reconfiguração das fronteiras entre experiências gênero-diversas.

O antropólogo salienta como transgender se torna um termo que, primeiro, propõe questionar a noção de normalidade, recusando assim um enquadramento médico associado a “transexual”, e depois se apresenta como guarda-chuva que abarca a diversidade de experiências de variância de gênero, como as de pessoas que se definiam como transexuais, transvestites, drag queens e kings, genderqueers, lésbicas butch, homens femininos, etc. Forma de identificação coletiva que se volta à ação social, ela é pensada principalmente em cenários de ativismo branco e de classe média visando organizar políticas referentes a diversidade de identidade e expressão de gênero consideradas distintas das abarcadas pela agenda homossexual (ibid.: 33).

A institucionalização do termo, conectada ao surgimento do campo de estudos gays e lésbicos e de estudos queer, afetou a emergência dos estudos transgender, cujo marco originário está associado à publicação de textos como a edição “Transgender Issue” no periódico GLQ e os livros “Trans Liberation” de Leslie Feinberg e “Second Skins” de Jay Prosser, os três em 1998. O campo interdisciplinar – que segundo Susan Stryker se debruça sobre expressões culturais de “atipicalidade de gênero” (2006: 3), corporalidade e identidade negligenciadas pelos estudos queer – pretendia questionar associações estabelecidas entre particularidades biológicas de corpos sexuais, expectativas sociais de gênero imputadas a esses corpos, e experiências subjetivas de si.

Sem tomar essas dimensões como um dado do mundo, mas investigando o que as constitui, a historiadora define o campo como não marcado por apenas um interesse temático (a saber, a experiência trans). Também é marcado: pelo modo como pode revelar um sistema regulatório de engendramento de personidades inteligíveis, viáveis, e outras não; pelo pressuposto epistemológico de legitimação do conhecimento experiencial; e por um comprometimento político de crítica a sistemas de poder que convertem diferenças em desigualdades.

Adicionalmente, a emergência de “transgender” se dá em um momento em que organizações gays e lésbicas tencionavam promover formas de incluir o movimento trans em suas mobilizações. A ideia era constituir uma coalizão de sujeitos que vivenciam diversidade sexual e de gênero de modos distintos mas são submetidos a formas de discriminação que consideravam ser aproximadas. A sigla “GLBT” e, posteriormente, “LGBT” passa a ser usada com recorrência por grupos ativistas como modo de se autorreferenciar, produzindo uma identidade política compósita que, afirma o antropólogo, se institui a partir da delineação de fronteiras internas precisas –

demarcando que se o T corresponde a desvio das normas de gênero, as demais letras se referem a desejo não heterossexual entre pessoas que cabem nas ditas normas (ibid.: 177-178).

A constituição desse cenário político, acadêmico, afetivo, que configura modalidades de subjetividade coletiva, não se deu sem tensões internas, engendradas por desigualdades de classe e raça, padrões de moralidade, assimetrias de pautas prioritárias de militância e diferentes sistemas de elaboração de sentido sobre formas generificadas de existir. As mobilizações coletivas em reação ao HIV/AIDS, diz Bronski, dividiam-se entre es que apoiavam medidas de restrição de práticas sexuais e es que as consideravam uma tentativa de assimilação à moral conservadora; o campo acadêmico se dividia entre focos de investigação. Temas, grupos e perspectivas eram considerados negligenciados, e discrepantes (por vezes conflitantes) entendimentos no que tange à relação entre natureza, cultura e identidade emergiam. Isso é notável nas tensões entre linhas de estudos de gênero, entre estudos gays e lésbicos e estudos queer, entre os três campos e os estudos trans, e em uma crítica geral feita à academia acerca da falta de atenção a marcadores de raça e etnia, classe e deficiência na formação de corpos de trabalho nessas áreas.

Diversos sujeitos rejeitavam a categoria “transgender”. Algumes a encaravam como invisibilizadora – ao direcionar seu foco a pautas comuns – de demandas de grupos específicos, como o acesso a procedimentos médicos de transição de gênero demandados por pessoas que se definiam como transexuais. Outres (em especial, afirma Valentine, pessoas não brancas de classe trabalhadora, fora do circuito ativista) sequer apreendiam suas experiências como contempladas pelo desenho do termo, elaborando formas de existência de modo mais fluido do que a categoria desenhava<sup>65</sup>. Por fim, a tentativa de constituição de um movimento LGBT se dividia entre sujeitos que desejavam a coalizão e outros que defendiam que demandas de grupos LGB eram consideravelmente distintas das de pessoas T e portanto requeriam estratégias distintas, entendendo que a coalizão diluía esforços que seriam mais eficazes se se mantivessem separados e concentrados em sua agenda particular de reivindicação.

No Brasil dos anos 80-90, também nos vemos diante de encruzilhadas em tentativas de desenhar comunidades de afeto e de luta, e assim produzir categorias e possibilidades de imaginar e identificar a si mesmas. Isso se vê tanto na constituição de uma coletividade militante que

---

65 Um dos principais argumentos de Valentine é que “transgender” serve como um estabilizador da experiência de variância de gênero que a aloca em um plano distinto da sexualidade – ou seja, faz parte da produção de um imaginário que organiza identidade de gênero e orientação sexual como dimensões incomensuráveis da identidade. Ocorre que, afirma, nessa estabilização e delimitação de fronteiras levada a cabo principalmente por ativistas brancos de classe média, modos de atribuição de sentido à subjetividade que não operam distinções ontológicas entre o campo do senso de si generificado e o campo do desejo são ou invisibilizados, ou valorados como confusos, ignorantes, anacrônicos – e suas narrativas de vida consideradas ininteligíveis. Valentine não minimiza sua importância como ferramenta de ativismo e organização coletiva, apenas nos convida a analisar os pressupostos epistemológicos que orientam o desenho de categorias contemporâneas como “gay”, “lésbica”, “bissexual” e “transgender” e quem é deixado de fora.



abarcasse pessoas gays, lésbicas, bissexuais e trans, quanto na constituição do que se virá a entender como movimento social trans em particular – ambos os processos afetados por interlocuções ruidosas realizadas com ativismos de outros países como Estados Unidos.

Segundo Thiago Coacci, a constituição de uma coletividade organizada por e de pessoas trans, voltada à denúncia de discriminação e à reivindicação de transformações sociais se deu durante a década de 90, no que define como primeira onda do movimento trans (2018: 132)<sup>66</sup>. Ela surge levada a cabo por travestis em reação à violência policial que impedia arbitrariamente sua circulação no espaço público e o exercício do trabalho sexual – à época e, até hoje, em virtude de padrões cisnormativo de configuração de oportunidades e vulnerabilidades, uma das únicas formas de travestis garantirem subsistência<sup>67</sup>. Mas, aponta Coacci, esse não foi o único fator que impeliu a emergência dessa organização; ela se tornou possível também em virtude do estabelecimento de políticas de enfrentamento do HIV/AIDS, que se disseminava no país.

Projetos financiados por organismos internacionais que se voltavam a travestis profissionais do sexo e forneciam oficinas de prevenção de transmissão de ISTs foram atores fundamentais à formação política destas – informavam-nas de seus direitos e as instavam a se organizar em sua defesa, forneciam recursos pessoais (p.e. assistência jurídica para navegar os trâmites burocráticos de formalização da organização) e materiais (p.e. cessão de espaços para sediar encontros). Fomentado por esses fatores, surge em 1992 no Rio de Janeiro a ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados. Esse será um padrão recorrente ao longo da década marcada pela emergência de coletivos T: “travestis que se prostituíam e que estavam envolvidas em projetos de prevenção à aids se reuniam e decidiam fundar uma organização” (ibid.: 134).

É necessário considerar que a prostituição se apresentava não apenas como alternativa dificilmente contornável de geração de renda, mas também como campo de constituição de vínculos de afeto, acolhimento e cuidado entre travestis, essencial a sua sobrevivência diante da recorrência de rompimento de laços familiares que experienciavam muito jovens – em virtude de sua expulsão de casa, ou do abandono voluntário devido à rejeição e tentativas de supressão, por parentes, de sua expressão feminina. Mas essas redes entre travestis também exerciam papel medular de formação de uma existência corporificada feminina inteligível e desejável.

---

<sup>66</sup> Estudiosos envolvidos na reconstituição da história da militância trans como Thiago Coacci e Mario Carvalho e Sérgio Carrara não marcam esse momento como o início da atuação política de pessoas trans – salientam seus embates com forças policiais durante a ditadura militar, suas articulações de segurança e apoio mútuos no exercício da prostituição e suas redes de acolhimento que se apresentavam como reações à vulnerabilidade de pessoas trans durante a epidemia de AIDS, como a Casa de Apoio fundada por Brenda Lee ainda em 1984 e em funcionamento até hoje. Este é o momento, ressaltam, em que a mobilização política passa a assumir contornos institucionais.

<sup>67</sup> Segundo estimativa da ANTRA, cerca de 90% da população trans tem na prostituição a principal fonte de renda.

Uma tradição intelectual que se debruçou, entre os anos 90 e início dos 2000, sobre experiências de travestilidade e prostituição (Silva, 1993; Florentino, 1998; Benedetti, 2005; Pelúcio, 2007; Kulick, 2008[1998]; entre outres), embora tenha variados recortes empíricos, referenciais teóricos e apostas analíticas, aponta para a centralidade da convivência entre travestis proporcionada pelo trabalho sexual no aprendizado de e acesso a técnicas de feminilização do corpo (como a performance de gestos, impositões de voz, aplicação de maquiagem, ingestão de hormônios, administração de silicone industrial). Essas relações viabilizavam não apenas transformações da fisicalidade, mas também muitas vezes proporcionavam um primeiro contato direto com a existência da travestilidade, e em seguimento a reconfiguração do campo de possibilidades de existir – através da apreensão e aperfeiçoamento de códigos de gênero, de signos de feminilidade, de modelos de subjetividade. Envolviam o estabelecimento e compartilhamento de experiências similares e de uma linguagem de autorreconhecimento que delineiam tal rede como uma coletividade que se tornará a base do movimento que emerge.

Programas de capacitação e de financiamento via poder público e organizações internacionais voltados ao controle da epidemia de AIDS tendo como foco essa camada da população forneceram condições para a constituição de mobilizações políticas mais sólidas e sua articulação. Com as verbas dessas iniciativas, organizações foram fundadas e passaram a se dar encontros entre elas, como o ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Liberados<sup>68</sup>.

O movimento homossexual brasileiro, como demonstra Regina Facchini (2005), também foi afetado por violência policial e pela eclosão da AIDS – contudo, os dois grupos se diferenciavam sobremaneira. Isso se deu em parte em virtude de marcadores sociais que conformaram as trajetórias desses sujeitos, suas visões de mundo e seus projetos políticos: militantes cis gays e lésbicas que compunham o primeiro movimento eram majoritariamente de classe média e alta, tinham formação em ensino superior e também dominavam certo capital cultural (Carvalho e Carrara, 2013: 335). Mas a distância entre eles também se dava em virtude da estigmatização associada à travestilidade da qual pessoas homossexuais queriam se distanciar.

Segundo Mario Carvalho e Sérgio Carrara, nos anos 60 e 70 um dos principais focos do incipiente movimento homossexual era a reconfiguração de sua imagem pública, dissociando relações erótico-afetivas entre homens da feminilidade. Vigorava, no imaginário comum, a leitura da homossexualidade masculina a partir de um sistema classificatório e hierárquico

<sup>68</sup> Segundo Coacci, este foi o nome oficial do evento quando de seu surgimento – ele variou consideravelmente ao longo de sua história, sinalizando alianças com o poder público, pautas prioritárias da militância, modos de nomeação da coletividade T e projetos de aliança. Então se em um primeiro momento se emprega “liberados” como modo de englobar pessoas não travestis consideradas solidárias ao movimento, como homens cis gays, em 2004 ela é abandonada e se adota “transgêneros”. Em 2006, novamente a nomenclatura é alterada para “travestis e transexuais” (2018:136).

heteronormativo que enquadrava relações entre homens como necessariamente formadas por um sujeito com performance de gênero masculina que exercia papéis masculinos (quem penetrava no ato erótico) e um sujeito com performance de gênero feminina que exercia papéis femininos (quem era penetrado).

Os antropólogos notam não um questionamento da negativização de papéis e performances considerados femininos, mas a construção de uma imagem positiva da homossexualidade masculina. Apresentavam-na como orientação sexual de homens de expressão de gênero convencional, e mantinham intocado o estigma que recaía sobre a feminilidade de corpos assignados ao sexo masculino. A tentativa de distanciamento é notável no modo como lideranças homossexuais em eventos da militância e na imprensa criticavam travestis, associando-as à prostituição e à criminalidade como falhas morais e individuais.

Trata-se de um processo que envolveu mais amplamente, como notam os autores e outras estudiosas como Elias Veras, a configuração de “travesti” como categoria identitária, atributo definidor da verdade sobre um sujeito. De acordo com Veras (2015), a passagem entre os anos 70 e 80 inaugurou a emergência do que se considerou o sujeito travesti, reconhecido no espaço público-midiatizado. Até esse período, “travesti” designava correntemente um evento: pessoas assignadas ao sexo masculino se valerem, em circunstâncias determinadas, de vestimentas, acessórios e gestos considerados “de mulher” e assumirem performance feminina em concursos de beleza, bailes de carnaval e demais espaços de sociabilidade homossexual – uma prática, portanto, inferida em termos utilizados como “fazer travesti”, e “ir de travesti”<sup>69</sup>.

O acesso mais disseminado a hormônios femininos e outras técnicas de modificação corporal (como a aplicação de silicone), a midiatização de alguns dos ditos espaços – retirando tanto festividades quanto sujeitos da clandestinidade, tornando-os mais publicamente visíveis –, e a difusão de um discurso biomédico que contrastava travestis a transexuais fazem parte do que Veras considera a passagem da designação de um ato para a referência a “uma biografia, um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida, uma morfologia (...)” (ibid.: 71). A apresentação feminina de pessoas assignadas ao sexo masculino foi se tornando mais estável; suas imagens circulavam mais; sua existência se tornou não apenas amplamente cognoscível como também inspiracional para muitas espectadoras; e assim, o ato de se definir como travesti foi se tornando mais recorrente – não algo que se faz, mas algo que se torna, se é. Don Kulick notou nos

---

69 Em sua tese de doutorado também sobre autobiografias de pessoas trans lançadas no Brasil, Leocádia Aparecida Chaves (2021) destaca especificamente o lugar possível no campo da aceitabilidade relativa atribuído a pessoas assignadas ao sexo masculino se vestirem com roupas femininas quando a configuração da prática se dava no âmbito profissional, artístico – o que ficou conhecido como “show de travesti”, entre os anos 1960 e 1980. Enquanto produto cultural, se tornava palatável.

anos 90 esse processo de multiplicação de pessoas que se autorreferenciavam ou eram reconhecidas como travestis nas grandes cidades e o fascínio da mídia com a sua imagem (1998: 22).

Esta atenção midiática e o regime discursivo biomédico que circulava na imprensa tiveram relevância no imaginário popular ao produzirem uma imagem ambivalente da travestilidade, evidenciando o pressuposto de relação opositiva entre verdade, permanência e natureza de um lado, e falsidade, contingência e construção social de outro. Salientavam o sucesso de expressões de gênero femininas, como vemos no destaque dado a figuras como Telma Lipp e Roberta Close nos anos 80 e 90. Elas foram entrevistadas em programas de televisão, posaram nuas para a Playboy e tiveram fotos estampadas em outras revistas (ibid.: 23). Na veiculação de festas de carnaval, lançamentos de peças de teatro e shows em boates, a imprensa destaca o glamour de artistas como Rogéria descrevendo gestos, formas de corpo, vestimentas – celebrando sua adequação a convenções de celebridades cisfemininas (Veras, 2015). Isso é notável no modo como matérias da Folha de S. Paulo apresentam Close como “beleza estonteante” (Martins, 1984), “ídolo sexual” (Escobar, 1984), “deixa os moços de ponta-cabeça” (Pascowitch, 1986).

Mas a essa feminilidade, em virtude de seu aspecto construído, se atribuía caráter de artifício e se sugeria que a subjetividade travesti se sustentava em engano: “fantasia, disfarce, embuste e falso-ser” (Veras, 2015: 85) a ser posta sob suspeição. Ademais, era apresentada não como aspecto definidor de sujeitos, mas como meio de satisfação de fetiches sexuais descontrolados, interpretando a inserção massiva de travestis na prostituição como escolha individual por estilo de vida imoral<sup>70</sup>. Jornais noticiavam a desejabilidade de travestis que eram figuras presentes no showbusiness, mas também constantemente faziam alusão a sua assignação ao sexo masculino, citavam nomes de registro, especulavam sobre seus órgãos genitais e vida sexual. A Folha de S. Paulo passou as décadas de 80 e 90 publicando matérias em que jornalistas se referem a Close alternadamente no masculino e no feminino, insinuam aspectos físicos incongruentes com a feminilidade convencional, como ela ser mais alta que acompanhantes homens (Moraes, 1985; Agostinho, 1996), e desdenham de seus procedimentos de alterações corporal, em especial a neocolpovulvoplastia – apresentam-na como incapaz de mudar o sexo, “brincadeira com a genética” (Francis, 1985), e como artificial, comparando-a a aparelhos eletrônicos (Simão, 1991a; 1991b).

Durante esse período, Close sofre a obliteração de seu caráter de sujeito e de sua experiência particular ao ter seu nome transformado em alegoria. Refiro-me ao sentido básico de figura de

70 Amara Moira, em ensaio sobre a diversidade de subjetividades sob o guarda-chuva da letra T (2021e), questiona com acuidade a invalidação de formas de existência desobedientes de gênero através do argumento “só faz isso por prazer”: trata-se de um argumento moralista. O prazer e a libido envolvidos em trânsitos de gênero são emoções autênticas e não tornam os trânsitos menos verdadeiros nem pessoas trans menos “trans de verdade”. Não há um modelo único e verdadeiro de subjetividade trans.

linguagem: uso de um termo para representar a imagem de uma ideia. Vejamos o que quero dizer. Em 1984, Tavares de Miranda cita, em sua coluna, o seguinte trecho de uma fala do jornalista Salomão Schwartzman sobre a moeda brasileira: “Bem que o nosso cruzeiro poderia ser chamado de Roberta Close. Parece dinheiro, mas não é”. Em matérias publicadas entre 87 e 93, relatando tensões internas a partidos políticos, o nome aparece novamente. Em junho de 87, uma deputada assim alude à ausência de coesão no PMDB: “virou uma Roberta Close, uma grande ambiguidade.” Meses depois, a mesma ideia é replicada por outro deputado do PMDB através da expressão “síndrome de Roberta Close” – usada em outubro por parlamentar do PFL para remeter à discordância entre membros quanto a apoiar ou não pautas do presidente José Sarney: “Temos que nos livrar desta Aids política, desta síndrome de Roberta Close, ser governo e não ser ao mesmo tempo”. Outros membros do Legislativo fazem declarações similares ao longo dos anos.

Afetada por essa ambivalência e pela transformação de seu nome em figuração tão significativa, a modelo se engaja em tentativas de resgate do próprio nome e da autoria sobre o que comunica, em esforços de reconfiguração de seu sentido. Esse empreendimento envolve, inicialmente, uma recusa em ser referenciada como travesti e a identificação como transexual.

Na Folha, Close o fez já na reportagem de Isa Cambará, “Roberta tenta vencer os preconceitos”, de 4/11/1983. Lê-se: “Roberta não se acha um travesti, embora use a palavra para se definir. (...) muita gente não entende o que é um transexual: ‘travesti é quem se veste de mulher; transexual é que se sente realmente mulher embora tenha nascido com corpo de homem.’” Mesmo assim, continua sendo referida como travesti na maioria das quase 50 matérias subsequentes veiculadas pelo jornal entre 1984 e 2000, e raramente tem falas próprias publicadas. A regra é muito mais que se fale sobre ela – ou melhor, sobre sua imagem e o que ela evoca.

Com pessoas não famosas, o tratamento era ainda mais marcado por suspeita, como a veiculação de reportagens sensacionalistas sobre criminalidade, violência e promiscuidade: entre 91 e 93, cerca de 30 notícias foram publicadas na Folha de S. Paulo associando travestis a temas estigmatizantes, como: roubos<sup>71</sup>; o avanço da AIDS em penitenciárias<sup>72</sup>; perturbação de bairros

71 Em 15 de julho de 1991, sai a matéria “Assaltantes obrigam PM a ficar nu na rua: Soldado foi abordado por um travesti.” Nela, a pessoa narra que uma travesti teria enganado um policial, abusado de sua boa vontade ao pedir um cigarro e, quando ele se distraiu, dois homens surgiram e o roubaram.

72 Em 10 de julho de 1991, por Aureliano Biancarelli e sob a manchete mais ampla “36% dos presos têm visita íntima na Detenção”, vê-se o segmento “Programa custa 40 maços de cigarros.”

“familiares”<sup>73</sup>; e a necessidade de ações policiais de controle dessa população<sup>74</sup>. Essas imagens afetaram sobremaneira a constituição desse novo sujeito e a nova significação da categoria, e isso é notável, nos anos 90, na formação de uma comunidade política em coalizão.

No fim da década, com seu ativismo em consolidação e o estabelecimento de uma rede nacional de organizações, travestis começaram a pleitear inserção em espaços de militância homossexual, participando do VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas em 95, e salientando aproximações entre discriminações sofridas pelos grupos e entre suas plataformas de reivindicação. Nesse ano, o Encontro acrescenta a letra T em sua sigla, cria-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e se inicia um desenho de ação coletiva que Carvalho e Carrara (2013) definem como “espécie de ‘federação’ de diferentes categorias sociais” – primeiro referida como GLT, depois GLBT e então LGBT.

Essa configuração, afirma Facchini (2005), se deu motivada por um desejo de estabelecer interlocução mais direta com o movimento internacional – em especial o estadunidense que, como vimos, havia há poucos anos adotado a mesma iniciativa. Tratava-se de modo de estabelecer uma linguagem compartilhada entre coletividades para além de fronteiras nacionais, mas também de se tornar inteligível para agências internacionais de financiamento, em especial relacionadas a programas de prevenção de HIV/AIDS.

Contudo, salientam Carvalho e Carrara (2013), essa coalizão também se tornou possível em virtude de algo que Valentine havia analisado no contexto estadunidense: a sua configuração a partir de subdivisões internas permitia a demarcação de fronteiras precisas entre sujeitos cujo pertencimento se dava via orientação sexual e sujeitos cujo pertencimento se dava em virtude da identidade de gênero – garantindo a não contaminação pelo estigma atrelado à travestilidade.

O processo de incorporação foi tenso: travestis relatavam discriminação em eventos da coalizão, recusa de seu direito a voz em processos decisórios, preterimento em cargos de liderança

73 Em 18 de julho de 1991, por Wandick Donizett: “Travestis irritam moradores da Cidade Jardim”. Dois meses depois, o jornalista escreve matéria similar, referindo-se a outro bairro: “Travestis ameaçam moradores no Butantã.”

74 Envolvendo Telma Lipp, a matéria de 22 de fevereiro de 1991, intitulada “‘operação boneca’ detém 63”, relata: “Telma Lipp, que é famoso por seus shows em boates, foi detido (...) e autuado por não portar os documentos de sua Vespa. Os travestis sem documentos foram indiciados sob acusação de vadiagem.”

75 Também é importante considerar que não só reportagens diferentes podem ter tons contrastantes, mas uma mesma reportagem é capaz de tanto carregar consigo a validação de travestis e de sua mobilização política quanto submetê-la a questionamento, como as deste período que veiculam seu papel no estabelecimento de políticas comunitárias de enfrentamento da AIDS, e suas denúncias de violência policial. É também o caso das matérias de Maurício Stycer e André Lozano publicadas em 12 de julho de 1992 - “Travestis organizam sindicato em SP: objetivo é combater a discriminação; líder do movimento quer se alinhar à força sindical”, e “Medeiros [o presidente da Força Sindical] apóia a iniciativa.” Os jornalistas fazem referência à dedicação de militantes no processo de institucionalização da organização, bem como destacam sua denúncia às discriminações sofridas e seu desejo de conscientização social sobre a travestilidade; ao mesmo tempo, fazem referência ao que consideram elementos que expressam a masculinidade das ativistas, como um com “barba por fazer” e outra “totalmente careca.”

e invisibilização de suas pautas na formulação e reivindicação de políticas públicas perante órgãos estatais (ibid.: 335). Mas conflitos também se deram em nível mais interno, conforme diálogos com movimentos internacionais se estreitaram e novos sujeitos emergiram no seio da letra T.

Esses conflitos e as reformulações que eles impuseram caracterizam o que Coacci (2018) denomina como segunda onda do movimento trans, que abarca os anos 2000 e 2010. Momento de consolidação e expansão do movimento também, com a formalização em 2000 da ANTRA – inicialmente nomeada Articulação Nacional de Transgêneros. O uso de “transgênero” é significativo: demarca uma tentativa de novamente se alinhar à nomenclatura utilizada internacionalmente e estabelecer um termo guarda-chuva que pudesse dar conta da inserção de pessoas transexuais no ativismo.

Ele ganhou força principalmente entre ativistas que tinham conexões com militantes estrangeiras. Em relações com organizações internacionais, “travesti” não era de entendimento simples e acabava sendo traduzido a partir de referências locais – e assim apreendido como o homônimo “transvestite” na Europa e nos Estados Unidos, mais próximo de sua origem aqui como prática pontual e não categoria identitária. Também se tornava um modo de reorientar a imagem pública do movimento no Brasil, afastando-o do estigma atribuído à travestilidade. Por fim, pretendia-se como modo de estabelecer coalizão entre travestis e transexuais.

Estudiosos que vêm resgatando a história do movimento trans assinalam os anos inaugurais da década 2000 como o contexto de emergência de primeiros coletivos exclusivamente formados por pessoas transexuais no cenário político nacional<sup>76</sup>. Em 2005, durante o I Congresso da ABGLT, é fundada a União Brasileira de Transexuais, e no mesmo ano, durante a realização do XII EBGLT, surge o Coletivo Nacional de Transexuais – ambos com pautas específicas que ativistas diferenciavam das defendidas por travestis. Se organizações de travestis surgem “do binômio ‘violência policial-AIDS’, as organizações transexuais surgem (...) de pessoas que buscam esclarecer o ‘fenômeno’ (...) e demandam acesso a tecnologias médicas de transformação corporal” (Carvalho e Carrara, 2013: 342).

Também havia interesse de se afastar dos espaços do movimento LGBT e se aproximar de movimentos feministas – recuperando críticas de lideranças travestis como Fernanda Benvenutty, Carvalho e Carrara sugerem o que eu havia analisado no primeiro capítulo: suas demandas centralizadas no acesso e desenvolvimento de técnicas de *mudança de sexo* e seus investimentos em certas alianças e distanciamentos assinalam um entendimento da transexualidade como

76 Carvalho e Carrara mencionam duas organizações de vida curta fundadas nos anos 90: o Grupo Brasileiro de Transexuais em 95, que “tratava-se de um grupo de afirmação identitária e divulgação de debates mais críticos sobre transexualidade, e não de um grupo propriamente militante” (2013:331) e o Movimento Transsexual de Campinas em 97, “marcado por uma preocupação pedagógica” (ibid.) e diálogo direto com o Hospital das Clínicas da Unicamp.



circunstância remediável – condição que vivenciam até resolverem-na e se tornarem inteiramente mulheres<sup>77</sup>. Não um estado de existência nos mesmos moldes que a travestilidade era entendida entre as que assim se identificavam.

Essa divergência de interesses entre travestis e transexuais, aliada a um consenso nunca foi alcançado por militantes travestis quanto ao uso de “transgênero” e a defesa por parte delas em resgatar “travesti” como referente nacional de orgulho e não vergonha afastou “transgênero” como categoria oficial. Assim como no contexto da militância que se desenhava como LGBT, a configuração da comunidade T era estruturada não apenas por demandas divergentes feitas ao poder público – mas também pelo modo como o desenho de categorias identitárias se dava e as negociações feitas, de modos distintos, para reivindicar sua legitimação.

Se travestis se engajaram na resignificação do termo, desenhando-o como uma identidade de gênero distinta de identidades masculina e feminina, e questionando o regime moral que produzia sua deslegitimação (bem como a deslegitimação do trabalho sexual), pessoas transexuais durante a segunda onda tentavam se afastar da travestilidade demarcando pertencimento ao binarismo de gênero (Coacci, 2018: 156) e recusando proximidade com a prostituição. Isso não significa, contudo, que estamos diante de sujeitos com trajetórias distintas, que mobilizaram ao longo de sua vida uma ou outra dessas categorias – travesti ou transexual – de modo unívoco. Assim como os sentidos dos termos mudaram ao longo do tempo e foram disputados, tensionados, contestados na construção do movimento trans, pessoas também navegaram sua identificação entre eles.

Saliento esse cenário e essas redes de relações – acadêmicas, políticas, afetivas – para que entendamos o caldo no qual as auto/biografias da segunda geração surgiram e a que enquadramento de sentido se dirigem. Ao falar de si, não falam apenas de si; participam da elaboração, reivindicação, contestação e recusa de categorias qualificadoras de identidade e negociam o que “identidade” significa. Em meio à configuração intensa de subjetividades coletivas atravessadas por capital intelectual, raça e classe, autôries nos convidam a uma gestão do presente que desestabiliza a cristalização e separação da militância e do imaginário cisheteronormativo.

### **Gerir o presente: perspectivas queer**

Por “gestão do presente” me refiro a dois empreendimentos distintos no Brasil e nos Estados Unidos, que parecem contraditórios mas têm mesmo efeito de privilegiamento sincrônico. No contexto brasileiro, trata-se de organização narrativa de séries de situações às quais se atribui imediatez, irrompendo repetidamente. No contexto norte-americano, trata-se da apresentação

<sup>77</sup> Como exemplo, os antropólogos citam uma expressão recorrente entre militantes transexuais à época: “mulheres que vivenciam a transexualidade” (2013:340).

de cenas de experiências pessoais que servem de gancho para suspensão do encadeamento da trajetória e exploração de temas mais amplos, como binarismo de gênero, ativismo transgênero, acesso a serviços de saúde, etc. O foco, nas obras brasileiras, no “agora” conjuntural, e nas obras estadunidenses na fuga da conjuntura em prol de debates abstratos, externos e mais amplos do que a trajetória pessoal se diferencia abertamente de uma recomposição de linha de tempo na qual se pretende demonstrar a relação entre ocorrências em termos de causa e efeito.

Não se trata de histórias de vida primordialmente estruturadas pelo gradualismo de uma sequência de encadeamento evolutivo, cumulativo – o que Tom Boellstorff define como “tempo hetero” (2007). Trata-se de histórias estruturadas de modo similar a séries de slides – eventos que têm sentido em si mesmos e que estabelecem bruscas pontes de conexão entre si, porque sua configuração privilegia articulações de distinção e classificação entre essas porções discretas de momento. Nos convidam a atentar para a ocorrência relatada, e não para o lugar que ocuparia em uma relação de encadeamento e passagem de tempo. Apresentam a história de vida como uma série de “agoras” diferentes, cada um sendo um fragmento de qualificações particulares, próprias.

Contudo, seguindo Boellstorff, temporalidades não são produto de livre escolha de sujeitos conscientes, mas formas socialmente construídas de sistematizar a ordem do mundo introjetadas como evidentes. Enquanto tais, ditas construções tem figuras que exercem dominância sobre outras – algo que Elizabeth Freeman designou crononormatividade: “uma técnica através da qual forças institucionais parecem fatos somáticos (...) [engendrando] formas de experiência temporal que parecem naturais àqueles que privilegia” (2010: 3).

Freeman e Boellstorff salientam que a organização de valor e sentido de tempo, apresentada como inerente ao real, tem efeitos não só sobre nossa percepção mas também sobre exercícios assimétricos de poder. Nesse sentido é o entendimento do tempo como linha contínua de eventos integrados e sucessivos: privilegia aspectos associados à heterossexualidade como genuínos – por exemplo, a lógica reprodutiva do casamento, gestação e criação de filhos como o encadeamento da vida adulta em desenvolvimento. Eu diria que tal entendimento faz o mesmo em relação à cisgeneridade: a essência da identidade de gênero como cerne imutável rumo a uma evolução natural – com a puberdade e a adolescência aflorando inescapavelmente em sequência gradual o que já existia internamente em estado incipiente.

Essa crononormatividade cishetero é, assim, persistente e difícil de escapar: Boellstorff assevera, trata-se de “concepções de tempo ensinadas a nós desde nossos primeiros dias e em articulação com todo domínio cultural concebível, incluindo categorias de subjetividade, comunidade e poder” (2007: 239). Portanto, influencia até estudos queer de um modo geral e uma produção teórica sobre temporalidade queer em particular. O antropólogo nos convida a revelar

formas alternativas de fazer tempo que sobrevivem à sombra dessa estruturação normativa, imbricadas a ela mas que também a desafiam, contaminam e desestabilizam.

O que argumento aqui é que o desenho narrativo levado a cabo por essa geração auto/biográfica mobiliza de modo secundário o que Boellstorff chama de tempo hetero e Freeman salienta como crononormatividade porque o regime cisheteronormativo de um modo geral tem organizado lógicas de entendimento da subjetividade, das relações, das instituições sociais e do tempo. Outros sistemas de organização também existem em coincidência e articulação a mas também pondo em xeque essa temporalidade e seus pressupostos epistemológicos – como a gestão do presente que é tão central às obras.

Seu desenho narrativo convida a uma análise do presente aproximada à atenção que Veena Das atribui ao cotidiano (2007). Não tenho como dar conta da complexidade de sua proposta; o que pretendo ao mobilizá-la é me inspirar em como estabelece seus focos de compreensão. “Descida ao cotidiano” se refere à atenção a modos empregados por pessoas afetadas por eventos críticos e brutais de tornar dito cotidiano vivível, ao trabalho rotineiro e interminável de “fazer e refazer um mundo, pondo em questão figuras de totalidades, partes, fragmentos e fronteiras que possamos ter” (ibid.: 5). A noção de fragmento que adota é útil aqui: não como componentes que podem ser congregados em uma totalidade, mas como modo sempre parcial de habitar o mundo marcado pela impossibilidade de imaginar a totalidade (ibidem).

Das elabora esse comprometimento com uma perspectiva do cotidiano de fragmentos através de alguns apoios conceituais (e ético-políticos). Um deles se refere à subjetividade, inspirada em Wittgenstein: embora o sujeito constitua o limite do mundo e seja condição de experiência, não se trata de entender a experiência de ser sujeito como algo completo e circunscrito; ele se faz e refaz continuamente assim como faz com o mundo. Outro apoio se refere à voz do sujeito: abrir-se ao cotidiano, ao refazer mundos e subjetividades implica considerar as condições e os modos de se falar sobre isso. Se sujeitos não são prontos, estáveis e cristalizados, também não o serão os discursos pelos quais se fazem conhecer e o próprio ato de conhecer-se, conhecer o mundo – não encontram forma final, acabada, mas se remodelam, parciais, no cotidiano, marcados pela precariedade produzida por eventos críticos traumáticos e sua memória.

Assim, a antropóloga atribui centralidade não apenas ao dito coerente que explica – mas também ao calar, a gestos, a falas que mostram em vez de descrever, que expressam em vez de representar. Adriana Vianna, comentando sua obra, vê subjacente a essa proposta uma concepção de agência que se distancia de “formas mais estrondosas de uma ‘resistência ativa’. (...) em um mundo devastado (...) [a agência] pode passar pela espera paciente, pelo silêncio, pela gestão de tensões e conflitos cotidianos” (2020: 7).

Outro apoio é sua concepção de tempo. Se no cotidiano se fazem e refazem mundos e subjetividades, isso se dá em virtude de uma agência do tempo sugerida pela etnografia: não é só em seu seio que o fazer e refazer ocorre; ele exerce engajamento próprio nessa dinâmica. Não se trata, assim, de (apenas, eu diria) apreender como o tempo é representado pelos interlocutores, mas o trabalho que ele mesmo empreende no processo de criação de sujeitos (Das, 2007: 95).

É a partir dessa perspectiva que direciono meu olhar sobre a segunda geração de auto/biografias: a que considera o aspecto relacional da temporalidade como forma de organização de sentido e valor da experiência afetada mas não limitada pela cisheteronorma. Temporalidade que é empregada, feita e refeita por autôries no fazer narrativo, mas também como dinâmica da experiência que age sobre elus e conforma modos de viver e falar sobre o vivido. Não como um projeto analítico meu, mas como demanda apresentada pelo próprio exercício compositivo das obras para se fazer ser compreendidas.

### **Movimento brasileiro: fugir, entrar, circular e sair**

Em 1995, “A Princesa” foi publicada no Brasil – biografia de Fernanda Farias de Albuquerque, que à época residia na Itália. A obra é tornada possível por três pessoas e duas escritas: seu projeto surgiu enquanto Albuquerque estava encarcerada na unidade prisional de Rebibbia, na capital italiana. Ela rememorava eventos de sua vida em um caderno, mesclando português e italiano; também os compartilhava, das grades da cela, com outro detento, homem cisgênero: Giovanni Tamponi, que a ouvia do campo que separava o pavilhão de presas trans do de pessoas cis. Tamponi por sua vez contava o que sabia a outro italiano cis, Maurizio Jannelli, preso por integrar o grupo terrorista Brigadas Vermelhas.

Jannelli é envolvido pela história de Albuquerque, pede acesso às anotações feitas por ela, reorganiza essas duas fontes e as reescreve. A interação entre ambes transforma o conjunto de materiais em livro, assinado em co-autoria e lançado na Itália em 1994, a partir dos contatos do brigadista com o campo editorial através da militância. Torna-se um sucesso: tem vendas consideráveis e diversas reedições, tradução para português, espanhol, grego e italiano já entre 94 e 96 e adaptações para teatro e cinema. Também inspirou a composição de músicas, bem como a feitura de documentário e de quadros especiais de programas televisivos resgatando eventos narrados em “A Princesa”, o processo de escrita e a experiência dela no cárcere (Ulgheri, 2016).

O livro resgata sua infância e adolescência em Remígio, interior da Paraíba, o despertar de seu desejo por homens e a afinidade com práticas e papéis considerados femininos, bem como o modo como sofreu várias tentativas de suprimir esses papéis e práticas e de penalizá-la por sua expressão, levando-a a morar com a irmã em Campina Grande e depois fugir da casa desta. Também

retrata como conheceu travestis, aprendeu com elas a se apresentar de modo feminino, envolveu-se com trabalho sexual e, fugindo da violência policial, da vulnerabilidade socioeconômica e do pânico em torno da AIDS, continuamente migrou por uma série de cidades brasileiras do nordeste ao sudeste até seguir para a Europa – Madri e depois Milão.

Buscando lidar com a rotina extenuante de trabalho na madrugada fria com poucas roupas, ela começa a usar heroína; a adicção gradualmente prejudica seu discernimento e a conduz a situações arriscadas para ganhar dinheiro, até que, fora de si, discute com a dona da pensão em que residia e quase a mata. É detida, processada e condenada. A narrativa aí se encerra, não abarcando seu período de encarceramento.

Em 1998, é a vez do lançamento de “Muito prazer, Roberta Close”, biografia de Roberta Close escrita em parceria com a jornalista Lucia Rito. Diferentemente de “A princesa”, esta história relata um caminho de sucesso gradual: descreve uma feminilidade essencial que se traduzia em formas genitais ambíguas e em temperamento, práticas e gestos lidos como femininos na infância que o pai não compreendia, levando-a a uma adolescência em que, de um lado era hostilizada na escola e, de outro, fazia amizade com travestis e homens homossexuais, testando formas de se apresentar de modo feminino e sendo notada publicamente por homens. A narrativa passa então bruscamente para o início de sua fama em desencadeamento rápido, após sua beleza consoante a padrões cisfemininos chamar a atenção do produtor do baile de carnaval Gala Gay<sup>78</sup> em uma das edições da festa. Seguem-se convites para participar de programas de TV, shows e filmes; entrevistas para revistas, em especial interessadas em sua imagem; cartas que ou confessavam identificação com ela ou declaravam amor; pretendentes.

Novamente em corte súbito, o relato destaca que a atenção da mídia se torna arrebatadora: Close tem a imagem continuamente associada à ocultação da masculinidade essencial e à promiscuidade sexual, e não se vê levada a sério como profissional (a saber, modelo e atriz) – apenas como ser exótico. O anseio em investir na carreira sem o julgamento que enfrentava no Brasil e o sonho em realizar os procedimentos médicos de transformação corporal a levam à Europa. Após tais intervenções, destaca mudanças em sua vida – sobretudo em relações amorosas e círculos de amizade, tentando construir uma vida “normal”. Afasta-se de especulações sobre sua sexualidade, destacando o acossamento invasivo de homens que a desejavam, bem como seus comportamentos violentos e insalubres, taras que considera pervertidas que teve que testemunhar. Conhecer o seu marido e construir uma vida doméstica pacata com ele são apresentados como a realização de um sonho – ela se tornando uma dona de casa típica.

---

<sup>78</sup> Gala Gay era um baile voltado ao público homossexual realizado anualmente às terças-feiras de carnaval no Rio de Janeiro durante as décadas de 1980 e 1990.

Meses depois, ainda em 1998, Ruddy Pinho lança “Liberdade ainda que profana.” Não é sua estreia no campo literário; já havia publicado quatro livros de poesias, de crônicas e de contos, e participado de duas antologias poéticas<sup>79</sup>. Contudo, “Liberdade ainda que profana” é paradigmático: é sua primeira autobiografia<sup>80</sup>, e a primeira obra lançada após se assumir publicamente como mulher. Em textos anteriores a autora já havia mencionado seu encanto por formas de apresentação femininas – “Eu, Ruddy” (1980) traz fotos suas de vestido e maquiagem; “Quando passo batom, me embriago” (1983) descreve eventos em que “saiu de travesti” (ibid.: 19) ou “estava travestido por um instinto irrefreável” (ibid.: 34). Mas até então descreve a feminilidade em si como mais um aspecto da subjetividade que em ocasiões especiais se expressa de modo dramatizado, superlativo<sup>81</sup>. Já em sua história de vida, ela adquire protagonismo.

A obra apresenta uma série de inovações em comparação com as que a precederam. Dentre elas, a recusa do compromisso em manter a linearidade: durante o primeiro terço do livro, nota-se maior consistência no relato da experiência de Pinho da infância no interior de Minas Gerais, passando pela adolescência em Belo Horizonte até, adulta, se mudar para o Rio de Janeiro. Durante esse período, salvo raras exceções, a narrativa tem certa cronologia: o encantamento progressivo com a expressão de gênero de misses, mulheres artistas de TV e cinema e damas da alta sociedade belo-horizontina; os primeiros encontros eróticos com homens; o início da convivência com *bichas* e travestis na zona boêmia, bem como o exercício do trabalho sexual; e a passagem, no espaço da zona, da prostituição para o ofício de cabeleireira – a habilidade a levando para salões de beleza em regiões progressivamente mais prestigiadas da cidade e a uma clientela com maior poder aquisitivo e status, até essa rede de recomendações a fazer chegar a estabelecimentos do Rio de Janeiro.

Então a cronologia se rompe. Os capítulos se tornam, majoritariamente, retratos de eventos: suas apresentações como mulher no teatro, no cinema e em bailes de carnaval; a adoção de uma criança; relações amorosas intensas; a dependência química em cocaína; acontecimentos que sugerem sua inserção na alta sociedade carioca; viagens ao exterior; escrita e publicação de livros. Em meio à série de cenas, a descrição da tomada de consciência de que se entendia como mulher, durante psicoterapia para tratamento do vício, e o relato de transformações corporais e assunção pública da identidade feminina são apenas mais momentos em meio aos demais.

79 Os livros de autoria única são “Eu, Ruddy” (1980), “Sabor do cio” (1981), “Quando eu passo batom me embriago” (1981) e “Certos movimentos de um coração” (1988). As antologias em que participou com poemas próprios são “Trilhas poéticas” (1986) e “Sociedade dos poetas vivos” (1991).

80 Em 2007 ela lançará uma segunda obra do gênero, “Nem tão bela, nem tão louca”.

81 Em uma das crônicas de “Quando passo batom, me embriago”, refere-se a sua apresentação eventual como mulher como: “Faço a caricatura brilhante de um tipo que me marcou”, “visual esplêndido e absurdo que ofereço”, “o carnaval é o meu teatro, dele faço minha comédia” (1983: 34-35).

Na economia narrativa da obra, a atribuição de parcela reduzida em que realiza ponderações explícitas sobre subjetividade generificada, transexualidade e travestilidade se acentua em Pinho, mas é característica da geração – ainda que em proporções distintas em Close e Albuquerque. Nenhuma dedica páginas e páginas tentando entender a discrepância entre senso de si e classificação social, reconstituindo a trajetória da compreensão da própria subjetividade, tecendo planos para o futuro, contando em detalhes os procedimentos médicos de alteração corporal e seus resultados, etc.

Isso não significa que não se dê centralidade ao tema nas obras; a significação de subjetividade e gênero estrutura o empreendimento auto/biográfico. Contudo, seu diferente lugar na escrita pode ser notado e entendido a partir de dois aspectos: suas experiências de imersão e aprendizado sobre travestilidade e transexualidade em relação a sentidos de homem, mulher e *bicha*; e suas expectativas de realocação de si próprias no imaginário e nas redes de pertencimento social. Eles participam de uma escrita menos contemplativa e descritiva de planejamentos de futuro, mais dedicada à revelação de ações, eventos e modos de estar junto a uma estruturação temporal que privilegia a gestão do presente – durações e pertencimentos contingentes. Essa gestão nos diz muito sobre a produção de personidades possíveis que essas obras efetuam.

*“Amizades que vem y que vão”*

Assim como na 1ª geração, as autoras de diferentes modos<sup>82</sup> principiam a narrativa resgatando eventos que se deram no início de sua vida e que evidenciariam a expressão natural de signos de feminino, sugerindo um questionamento à sua designação ao sexo masculino. Close relata que o momento do parto já provocou confusão entre seus pais. Uma cena quase idêntica abre “Liberdade ainda que profana”, de Pinho:

E ainda na maternidade o casal percebeu que a criança era diferente das outras. Seu sexo não estava bem formado, parecia que faltava alguma coisa (...). Maria foi para casa com uma sensação esquisita. Ela sonhara que ia ter uma menina (...). (MP, 44)

- É menino ou menina?

- A cara é de menina, mas o sexo é de menino. – respondeu a parteira incrédula. (...) no primeiro banho conferiram meu sexo. Meu pai disse “é menino”. (...) Daí em diante, até

<sup>82</sup> Close inicia o livro com a seção “abertura”, na qual se narram brevemente duas cenas: uma aos 33 anos, no aeroporto de Heathrow, e outra aos 7 na escola de 1º grau. Ambas pretendem salientar a permanência tanto de certa feminilidade natural quanto do modo como é confusamente lida nos espaços em que circula, em virtude de sua designação ao sexo masculino. Em sequência, o primeiro capítulo também retrata um segmento de sua trajetória: a relação com o marido, o suíço Roland Gränacher. Relata como se conheceram e se envolveram, a demora para que Close revelasse sua “condição sexual” (ibid.: 26) com medo de que ele a abandonasse, a confissão e como a honestidade os tornou um casal mais próximo. Ao fim, em uma passagem rápida para o presente da escrita, salienta-se sua convencionalidade como “dona de casa pacata”: veste-se, gesticula e fala com discrição, sai acompanhada pelo marido e faz compras que são autorizadas por ele, apenas aceita participações na mídia em programas educativos (ibid.: 28-31). Assim, seguindo o retrato de uma feminilidade natural, há o de fácil adequação a papéis sociais esperados a mulheres.



hoje, as pessoas sempre quiseram conferir meu verdadeiro sexo. Naquele dia começava a minha própria guerra pela identidade sexual, pois uma dúvida constante nascera, uma dúvida minha e de todos. (...) Tinha tudo para ser mulher, nasci homem. E não era aceita nem como um, nem como outro. (LP, 11-12).

Essa sugestão de que havia sinais físicos congênitos de feminilidade é sucedida por descrições de uma infância marcada por interesses lidos como femininos: em Close, rememoram sua satisfação ao brincar com bonecas e mexer nas roupas e acessórios da mãe (MP, 44-45). Em Albuquerque, há a satisfação em ajudar a mãe com as tarefas domésticas, em experimentar seus sapatos e esmaltes e no faz-de-conta com as amigas:

Brincava com Josefa a brincadeira de família. Casinha, panelinhas e papéis familiares. Eu, a mãe. (...) minha priminha, envenenou pior que uma urutu: Mas você não é mulher, você é homem! (...) Maria das Graças começava com a sua certeza: Fernandinho é o príncipe, e eu, a esposa. Não, eu contestava, também quero casar com o príncipe! Oh! Mas você é menino e não menina, não pode! Por que não? (AP, 27-28)

Aqui, também se nota outro aspecto definidor do sentido de feminilidade costurado pelas autoras: o desejo heteroorientado. Sentir atração por homens, se relacionar com eles ocupando papéis considerados femininos na prática sexual e ser desejada como pessoa feminina tem centralidade na constituição de sua subjetividade generificada. Em Albuquerque o caráter relacional e erótico da identidade de gênero é mais explícito, se atentarmos às formulações que evocam esse vínculo para falar, respectivamente: da primeira interação sexual ainda na infância; da primeira vez em que foi publicamente abordada por um homem e então pensou em assumir identidade feminina; e ao entrar em contato com a mãe anos depois, quando suas formas corporais começaram a mudar sob o efeito de hormônios:

Eu era a vaca. Genir, o touro. Ele montava a vaca” (ibid.: 26)

eu me quero mulher para você. (...) um beijo que me transforma em mulher para ele. Tinha decidido, só Fernanda. Esse será o meu futuro, o sonho (...) Ele veio com um homem, encontrou uma mulher. (ibid.: 59)

Escrevi uma carta para Cícera: fugi porque não sou um homem. Não gosto das mulheres, nasci para amar os homens. (ibid.: 71).

Ditas qualidades dessa geração poderiam sugerir continuidade em relação à primeira. Close, ao decidir realizar a neocolpovulvoplastia, chega a usar expressão similar às acionadas por autoras do primeiro capítulo: “Eu queria ser a mulher que sempre fui na minha cabeça. Queria ser uma mulher completa, me deitar na cama, de frente, com um homem” (MP, 176). No entanto, as discrepâncias a respeito tanto de experiências de vida narradas quanto ao próprio desenho narrativo – e os efeitos que engendram – são consideravelmente mais numerosas e significativas.

Diferentemente da primeira geração, não vemos aqui sujeitos descobrindo as categorias “travesti” e “transexual” e a possibilidade de transformação das formas corporais e da legibilidade social no fim da adolescência ou início da vida adulta a partir de uma linguagem médica, quase que inteiramente isolados de outras pessoas trans<sup>83</sup>. Neste momento, vemos as autoras ainda adolescentes ou no fim da adolescência aprendendo ser viável se apresentar de modo feminino através de grupos que assim o fazem: mormente travestis e pessoas que se definem como homossexuais, gays, *veados* e/ou *bichas* e têm expressão feminina em diferentes graus de elaboração (gestos, roupas, maquiagens, cabelos, ingestão de hormônios) – algunes exercendo trabalho sexual ou convivendo em proximidade com prostitutas cis.

A que mais brevemente menciona essa descoberta pelo encontro é Close. Relata que aos 14 anos, angustiada com expectativas de agir como um rapaz na escola (como praticar esportes), passou a faltar às aulas e passear com um amigo na praia – em especial em um trecho:

(...) frequentado quase que exclusivamente por homossexuais. “Era um mundo totalmente novo, de liberdade, e me fascinava. (...) Ficava encantada ao ver aquelas pessoas chiques e bonitas colocando as suas fantasias para fora. Comecei a tomar hormônios pra ajudar a desenvolver mais os seios que já aumentavam.” (MP, 48)

É curiosa a ambivalência com que faz referência a esse círculo de pessoas. Ao mesmo tempo em que reconhece sua atratividade, empreende distanciamento ao relatar, em seguida, a decisão de usar hormônios – ao que parece de modo clandestino<sup>84</sup>. Essa ambiguidade se acentua nas páginas seguintes – conta que começou a assistir a “shows de ‘bonecas’” e a passear “com vários travestis” (ibid.: 51) à noite, quando podiam circular com menos medo de sofrer agressões, e que inclusive chegou a fugir de casa para São Paulo com “um travesti amigo” quando a pressão do pai para que assumisse aparência masculina se tornou insustentável. Na viagem, até sua família avisar a polícia e ela ser procurada e detida, viu “muitas ‘bonecas’”, conheceu a vida noturna paulistana e comprou seu primeiro vestido (ibid.: 55). No entanto, reitera o singular “eu” para descrever atos deliberados de feminilização e caracteriza essas redes de convívio com temor.

Em parte, o sentimento é provocado pelo risco em ser notada, *vestida de mulher*, por familiares ou conhecidos e ser agredida por estranhos – como era corriqueiro com travestis. Mas ela também sugere haver perigo na sociabilidade gay e travesti: no mesmo momento em que rememora hostilidades gratuitas como tapas e cuspes por passantes com expressões de nojo, assinala que o

83 João W. Nery, ao longo de “Erro de pessoa inteiro”, relata ter conhecido pessoalmente apenas duas mulheres transexuais e nenhum homem trans. Ádreon não faz referência a nenhuma outra pessoa trans como parte de seu círculo de amigos. Como mencionei, Herzer era exceção – no ambiente de confinamento da FEBEM ele nos relata que muitos assumiam identidade e expressão masculinas; foi lá que ele aprendeu ser tal assunção possível.

84 À época, fins de anos 70, seria inteiramente impossível que aprendesse sozinha sobre tais estratégias de transformação do corpo.

“gueto”, como se refere ao grupo, era “uma barra extremamente pesada e quem não tinha estrutura em casa não aguentava. Volta e meia ouvia dizer que alguém tinha sido morto, esfaqueado. (...) Não tinha amigos com quem pudesse conversar” (ibid.: 53).

O pertencimento que pretende se apresentar como parcial, vacilante, indica um desejo de diferenciação do grupo que se acentua com o decorrer da narrativa. Indiretamente, ela insinua que sua convivência com elus se dava porque não tinha outra rede de sociabilidade em que sua identidade e expressão femininas fossem reconhecidas e validadas. Essa dinâmica assume outra faceta nas demais obras. Em *Pinho*, não há constrangimento em declarar familiaridade com *bichas* e travestis. Ao relatar a entrada na adolescência, lembra ter sido dispensada do serviço de ajudante em uma farmácia que havia arranjado para ajudar a mãe com as despesas da casa:

Um dia o gerente da drogaria me chamou num canto e perguntou:

- Você é bicha, não é? Não dá para continuar, fica mal para a farmácia. Vai procurar a sua turma!

E eu fui. (...). Tinha 13 ou 14 anos. Nesse período, comecei a circular pela Zona. Apenas andava e olhava aquele mundo estranho para mim. Conheci superficialmente algumas putas e travestis, mas tudo não passava de um ou outro encontro ocasional. (LP, 27)

Poucas páginas depois, conta que uma amiga *bicha* a estimulou a ir à Zona e se prostituir porque era atraente e assim poderia continuar contribuindo com a renda familiar. Não há estranhamento no tom com que fala sobre as pessoas que conheceu na área de meretrício, nem sugestão de que seu envolvimento com elas e com o trabalho sexual foi a única alternativa ao isolamento produzido por não corresponder a padrões de masculinidade. Pelo contrário, há fascínio no modo como descreve mulheres cis prostitutas (como Hilda Furacão), *bichas* e travestis e a inspiração destas em estrelas de cinema no que toca aos nomes, trejeitos e formas de se vestir que assumiam. Também há gratidão pelo suporte material e emocional que dita rede proporcionou: menciona Cintura Fina, “bicha violenta sempre de navalha na cintura (...) passou a me proteger nas ruas. Ficamos muito amigos” (ibid.: 34); Heddy Lamar, “uma das bichas mais famosas da Zona Boêmia de Belo Horizonte (...) impressionei-me com sua postura exótica, e com ela aprendi muitas coisas da zona, como me safar bem naquele ambiente” (ibid.: 35).

As amigas que fez lá criaram seu primeiro nome feminino, ainda que restrito ao trabalho sexual, e orientaram sua circulação pela zona – o que a levou a um salão de beleza próximo, frequentado por prostitutas. Sua habilidade e seus contatos com cabeleireiros e profissionais do sexo foram-na conduzindo de um salão menor para um hotel frequentado por prostitutas célebres, e de lá para bairros cada vez mais prestigiosos de Belo Horizonte. Sua ascensão profissional é descrita como necessariamente vinculada à experiência que teve na Zona Boêmia:

O salão ficava num local modesto (...) cuja clientela era composta por veados e prostitutas. Lá aprendi os primeiros segredos da profissão. (...) a armar cabelos sensuais e duradouros, que não desmanchavam enquanto as putas atendiam seus clientes. (...) Dona Hilda (...) pediu que me chamassem, dizendo que se eu trabalhava para as putas, mulheres reconhecidamente exigentes, deveria trabalhar bem. (...) Minha fama como cabeleireira crescia. (...) eu trazia para a sociedade a magia da Zona, e criava penteados mais soltos, mais leves, mais sedutores. (ibid.: 47-49)

E é a partir dessa convivência que Pinho passa a incorporar com maior frequência elementos considerados femininos à apresentação de si: ocasionalmente referir a si mesma no feminino, *vestir-se de mulher* e se maquiar para festas e alguns anos depois, iniciar tratamento hormonal – sem se assumir publicamente como mulher por muitos anos.

Em “A princesa”, a interação com travestis também opera como experiência pedagógica – em termos profissionais e de apresentação de si. No fim de sua adolescência, sai do interior para viver com a irmã em Campina Grande. Lá, com roupas que empresta de duas primas, passa a se *vestir de mulher* à noite, em segredo da família. Relembra: “Vestido de estudante eu era feliz. Imitava mulher, para encontrar um homem. Vê-se logo, sou um travesti” (AP, 47). Nesse primeiro momento, preferia a discrição, tentando fugir da atenção dos demais e em especial de pessoas que poderiam associá-la à irmã e ao cunhado. Mas também apresenta tal discrição como exasperante, principalmente quando começa a se relacionar com um homem que pede que ela não se vista de modo ostensivamente feminino: “Ele me queria de calças compridas, discreto. Eu, de minissaia cintilante. (...) porque cada um me queria como eu não era. Porque à minha saia eu não podia renunciar. (...) naquela noite enxerguei só uma saída, a fuga. (AP, 51).

A partir da fuga, do distanciamento definitivo de familiares, seu senso feminino se cristaliza para si – como uma subjetividade própria, distinta da do rapaz tímido e hesitante de até então. É a primeira vez que fala de si com termos femininos também:

Eu estou ali dividido, inofensivo, enquanto Fernanda cintila e conta sua história, puta, estudante. Olho para ela, olho para mim. (...) Fernando, sou espectador de mim mesma. Fernanda me surpreender, inesperada, liberada. Jeitos e trejeitos. Mora no meu corpo, engole o meu rabo, a bicha. Eis-me aqui, homem-fêmea com um José-para-mim (...). Oh, José, se eu pudesse nascer mulher para um homem. (ibid.: 53)

Mas ainda assim, nesse momento inicial, essa feminilidade reconhecível por outres é apresentada como um projeto, algo que anseia conquistar: de dia, trabalha em uma pensão como cozinheira e doméstica, vestida de homem; apenas à noite usa roupas e maquiagem como mulher e tem encontros eróticos com homens. A possibilidade de transformação corporal e, portanto, de materializar fisicamente Fernanda só se torna possível quando conhece Vânia, travesti – descrita

como “a perfeição personificada. Desejo perfeito, perfeitamente realizado” (idib.: 60), em virtude de suas formas femininas alcançadas e de como é considerada atraente pelos rapazes ao redor.

Vânia recomenda a ingestão de pílulas anticoncepcionais para que Fernanda desenvolva as mesmas curvas, sugere que cobre por sexo, recebe-a na área de prostituição e a deixa observar a dinâmica do serviço. Esse contato desencadeia uma reestruturação de sua rotina, relativamente estável mesmo que constantemente se mude de estado, cidade, país: o trabalho sexual exercido por travestis à noite se torna o cerne de sua vida. Representa atividade mais rentável, rede de aprendizado de técnicas de feminização de sua anatomia (como a descoberta de bombadeiras que aplicam silicone industrial nos quadris), circunscrição de tempo e espaço em que homens se sentiam autorizados a demonstrar desejo mais explicitamente por travestis.

Diferentemente de Nery e Ádreon na primeira geração, o contato das autoras desta segunda geração com outras formas de existência generificada não se dá através de um sistema explicativo apoiado em linguagem médica que reajusta o enquadramento hegemônico no qual autôries se inserem. Trata-se de se inserir em e habitar rotineiramente – por diferentes durações – uma rede de sociabilidade regida por outra matriz de inteligibilidade, formada em quase inteireza por sujeitos não cisgêneros e não heterossexuais.

Não pretendo argumentar que o campo *gay/bicha/veado* e travesti seja um universo inteiramente distinto e estrangeiro à dinâmica cisheterossexual. Meu argumento (assim como falava de temporalidade) é que o primeiro campo desenvolve estratégias de atribuição de sentido a subjetividades, fisicalidades e relações em reação à matriz de inteligibilidade hegemônica, originando-se de mas também se deslocando desta. Sigo a orientação de Don Kulick de não buscar expectativas de inversão de ideias e representações de gênero efetuadas por pessoas trans, expectativas essas que partem de um pressuposto de alteridade fundamental. Trata-se muito mais:

de investigar como elas esclarecem e refinam essas mesmas ideias e práticas: de que modos as travestis extraem conclusões lógicas desse conjunto de representações, de que modo o purificam a ponto de ser possível enxergar nele os elementos centrais que formam as configurações culturais de sexualidade, sexo e gênero (2008: 27).

Entretanto, se concordo com Kulick que o exercício reflexivo de travestis ilumina a dinâmica regulatória do enquadramento hegemônico, considero importante esmiuçar o que se quer dizer quando afirma que, ao falarem de si, elas “cristalizam, aperfeiçoam, completam” noções de gênero e sexualidade (ibid.: 26): parece mais apropriado entender o que dizem na escrita como derivas de ditas noções – desvios em ação, em movimento. Não pretendem caber no enquadramento de gênero e desejo hegemônico porque seus sentidos de *bicha* e travesti não têm lugar na

estruturação binária, embora tais sentidos carreguem consigo elementos que compõem dita estruturação (como sugere Kulick e como pretendo demonstrar aqui).

A descoberta da possibilidade de trânsito de gênero a partir de relacionamentos travados com travestis e a partir da inclusão em um campo de sociabilidade entendido como homossexual/*bicha/veado* e travesti é significativo porque em vez de dar às autoras, como na primeira geração, ferramentas para renegociar a matriz em que já se inseriam e cavar um lugar para si, faz o contrário: as insere em uma matriz derivada, em que a possibilidade de existência e os elementos que compõem a travestilidade são tomados como dados. Não há nada que precise ser explicado porque não há ninguém, entre as pessoas que convivem no círculo, para quem se precise explicar. E isso afeta sua escrita – menos preocupada em explicar, e mais em mostrar.

Começemos com Close, que mais se aproxima do desenho de normalidade/regularidade como projeto alcançável da primeira geração. Ela sugere participação em comunidades de *bichas* e travestis, mas também sublinha o não pertencimento completo – como se compartilhasse experiências e processos formativos, mas não elementos qualificadores da identidade. Isso se demonstra no modo como constrói certa atemporalidade de caracteres que apresenta como intrínseca e naturalmente femininos, como na descrição do seu parto. É recorrente o uso, tanto por ela quanto por entrevistades, como sua mãe, da expressão “nasceu assim”. Trata-se de aspecto permanente, que não pode ser eliminado de si, e apenas se desenvolve cada vez mais: descreve o desabrochar dessa feminilidade em parte natural e em parte acentuada pela administração de hormônios, com pessoas lendo-a como menina cis. Relembra paixões por rapazes e os primeiros encontros eróticos. Escondia deles aspectos de seu corpo lidos como masculinos – principalmente as genitais: “por causa do meu segredo eu não deixava ninguém me ver totalmente nua. (...) Fingia que estava menstruada. (...) por ser tão feminina, me respeitavam” (MP, 68).

Com a fama devida a sua circulação em bailes gays, sua designação como de sexo masculino se torna não apenas pública, mas tema de especulação generalizada – ou melhor, não só sua designação mas a discrepância entre ela e sua aparência física convencionalmente cisfeminina. Close destaca que essa discrepância, tomada como característica da travestilidade pelo senso comum, era produto de interpretação errônea de suas formas corporais: afinal, ela havia sido assignada ao sexo masculino, mas seus caracteres físicos eram ambíguos desde o nascimento; ela havia construído uma expressão feminina, mas esta “transpirava frescor (...), contrastando com a aparência dos travestis, muito pintados. Parecia diferente dos outros, parecia uma mulher de verdade: os cabelos, o corpo, o jeito de se comportar e de falar” (MP, 108).

E “mulher de verdade” se refere ao que considera um padrão afetivo heteroorientado marcado por regulação moral: ela diz que “queria encontrar o meu príncipe encantado e só

apareciam homens interessados em transar com aquele mulherão que os jornais anunciavam (...). Gosto é de homens carinhosos e capazes de me fazerem sentir mulher na cama” (MP, 117-18). Recusa a fama de sexualidade desenfreada associada a si salientando o anseio por relações amorosas consideradas legítimas. Um exemplo é o modo distanciado com que menciona brevemente a epidemia de AIDS – desassociando-se de grupos de sujeitos e seus hábitos condenáveis: “Roberta perdeu alguns amigos com a doença e tinha medo de se envolver com algum viciado em drogas, ou pervertido, que a contaminasse. Entre os anos 87 e 88, evitou namorar” (ibid.: 157).

Close não questionou impressões em circulação sobre travestis, mas seu pertencimento a esse grupo de sujeitos. Se ao longo do livro isso se dava por sugestões, nos capítulos finais assume tom explícito. Define sua condição como *hermafroditismo*: “seu sexo sempre foi anormal e (...) nunca foi um homem com cabeça feminina. Ao contrário, sempre se pensou mulher” (MP, 164). Tenta demonstrar isso enumerando elementos físicos: nunca ter tido testículos aparentes, sêmen ou ereção, pênis “do tamanho do de um recém-nascido” (ibid.), ausência de pelos corporais, voz feminina. Apresenta uma cisão definitiva entre a *condição* de *hermafrodita* e a de transexual, a partir de referências médicas, atribuindo à primeira uma ambiguidade física e à segunda uma irregularidade mental. Ainda que afirme “se identificar com os sentimentos dos transexuais” (ibid.: 167), desenha sua feminilidade como natural, em oposição, ao caráter construído da feminilidade transexual. Ao relembrar o cenário brasileiro durante adolescência e vida adulta e o debate público sobre experiências de não conformidade de gênero, demarca o que seriam travestis e homossexuais:

Nessa época no Brasil não era comum se falar em transexuais e muito menos em hermafroditas. (...) nunca um médico soube definir pra minha família o que eu era de verdade. Eu só conhecia travestis, *drag queens*, com comportamentos totalmente diferentes do meu.

Os travestis só querem ser mulheres no momento em que estão se maquiando e fazendo um show. E mesmo que queiram, não têm atributos femininos pra serem mulheres. No ato sexual o travesti sempre se comporta como homem.

O homossexual homem é aquele que tem relações com outro homem. Os dois têm barba, bigode, mas sentem atração pelo próprio sexo. Enquanto eu tenho todos os traços de mulher, sempre fui mulher 24 horas por dia. Com a operação consegui o que faltava: ser genitalmente mulher. (MP, 170)

O que sublinha como distinção fundamental entre *hermafroditismo*, transexualidade, travestilidade e homossexualidade se refere a caracteres físicos de significação do “sexo”, a orientação sexual e a papeis assumidos no ato erótico – algo que, defende, ser constitutivo da identidade inata e imutável. Contudo, não pretende elaborar a distinção apenas conforme elementos



que entende como essenciais e involuntários, mas também conforme um projeto moral. Logo após a realização de procedimentos médicos de transição Close é taxativa:

“(...) comecei a procurar outro círculo de amizades, porque a minha vida tinha mudado. Eu agora precisava aprender a ser uma mulher de verdade, aprender a me relacionar com outras mulheres (...)” Ela tenta se afastar de seu antigo círculo de amigos, porque não se sente mais à vontade entre travestis e transexuais. Ao mesmo tempo, percebe a rejeição das pessoas “normais” (...) “O afastamento do Brasil foi justamente pra dar um tempo pra minha cabeça. Porque eu sabia que não ia adiantar nada ter operado. As pessoas iam continuar me tratando com o desrespeito de antes. Sempre que falavam de mim, me comparavam com travestis, debochavam dos meus sentimentos. (...) Os poucos [brasileiros] que namorei depois da operação falavam assim: Mas como é que era antes, hein? Deixa eu ver como ficou? Se eu voltasse ao Brasil logo depois de operada, (...) ia viver presa ao fantasma do passado. (...) Quando vim ao Brasil, me reuni com a minha família e tive uma conversa séria com eles. Pedi que me respeitassem porque eu já tinha sofrido muito e que eles não relembassem o meu passado, porque lembrar me fazia sofrer, e agora o que eu precisava era de uma vida completamente nova. (ibid.: 192-95)

O que se apresentou como rede possível de aprendizado e acolhimento – grupos de *bichas* e travestis com os quais convivia desde o início da adolescência – encontrou limites quando a reconfiguração de sua fisicalidade permitiu que reivindicasse um lugar entre a rede de pessoas “normais” – em especial, entre mulheres cis como amigas, e homens cis heterossexuais como possíveis interesses amorosos. Contudo, a nova materialidade não é suficiente para reorientar o olhar de pessoas no Brasil sobre si, e ela se vê impelida a demandar que esqueçam o passado.

A gestão do presente levada a cabo por Close para reivindicar uma subjetividade inteligível se configura, penso, a partir de quatro bases: a defesa da imutabilidade natural; a reação conjuntural a circunstâncias precárias; a preponderância de reconfigurações ontológicas; e a obliteração do passado. O seu acionamento sinaliza ter como propósito a estabilização da personitude e o afastamento de qualquer vontade como definidora de sua identidade: a agência é alocada na natureza, nos eventos que a afetam e na tecnologia médica.

Essa estabilização se dá pela afirmação de que o estado de coisas que define sua verdade sexuada sempre foi o mesmo – a permanência que seria fisicamente notável desde que nasceu. A essa temporalidade, associa outra, aparentemente discrepante: a que confere caráter de verdade ao estado de coisas ontologicamente verificável no presente, não importa a forma que o real ocupava no passado. Seus procedimentos médicos demarcariam a instituição desse novo caráter de verdade – autorizando (na verdade, demandando) o esquecimento de sua leitura social anterior.

Digo “aparentemente” porque embora a primeira temporalidade resgate o passado ao passo que a segunda reivindica seu esquecimento, elas têm em comum a tentativa de cristalizar a identidade sexuada no presente – a primeira, a partir de sua qualificação como inalterável e natural; a segunda, a partir do reajuste material tornado possível pela tecnologia médica. Nada se aloca no âmbito de sua vontade: seja como condição biológica inata, seja como habilidade da ciência médica, seja – no caso de sua socialização com gays e travestis – como único grupo possível em que tinha sua feminilidade validada, estimulada e não estigmatizada, as circunstâncias se abatem sobre ela, agem repetidamente sobre si; ela, vítima, apenas pode suportá-las.

Embora seu intuito, com esse desenho narrativo, seja reivindicar um lugar no campo hegemônico cisheteronormativo, um dos elementos da estruturação temporal que empreende a partir da gestão do presente dificulta sua alocação nesse imaginário. A reconfiguração ontológica que transforma o estado de coisas atual articulada ao desejo de esquecimento do passado não cabe, como vimos no tratamento da imprensa a travestis, nesse imaginário corrente: a crononormatividade cishetero se apoia, sim, em uma essência natural originária que permanece, como tentou mobilizar Close – mas apenas faz sentido em uma perspectiva linear e evolutiva dessa essência. Romper o real e reivindicar a obliteração do caminho do passado é perturbar dita crononormatividade e o enquadramento de sentido que sustenta.

De maneira distinta é a gestão do presente levada a cabo por Pinho: como vimos, ela destaca a importância dos vínculos que estabelece na infância e adolescência com *bichas* e travestis e com prostitutas cis como parte da educação de sua corporalidade feminina e experiência sexual, bem como de sua ascensão profissional. Mas esses vínculos não se delineiam a partir de contrastes identitários. A narrativa se dá como uma sucessão de retratos de cenas em que a autora efetivamente ocupa esses diferentes lugares – profissional do sexo e travesti entre eles. Se Close se vale do presente para estabilizar sua personitude, Pinho o faz para demonstrar sua plasticidade. Se Close sugere impotência diante dos eventos que se impõem, Pinho os atravessa com intencionalidade.

Embora sublinhe uma feminilidade essencial notável desde o nascimento, não a cristaliza ou toma como ponto de partida de uma trajetória linear de desenvolvimento generificado, mas evidencia como ao longo de sua vida ela apresentou diversas facetas. Embora o senso de si feminino seja descrito como constituído por desejo heteroorientado e práticas sexuais com homens, ao contrário de Close estes não são marcados por correição moral: conta romper um casamento porque o companheiro esperava que ela fosse uma dona de casa modelo (ibid.: 126). Também narra com desembaraço interações breves, sem qualquer vínculo afetivo além da atração momentânea, ainda que ao longo da narrativa manifeste anseio por relações amorosas longas e públicas, e amargura pelo interesse de homens apenas sexual e a ser manifestado em segredo:

todos queriam “me comer”, mas assumir ninguém queria. (...) Os homens me amavam como mulher, mas não me aceitavam como tal. Eu não tinha nenhuma vida social, apenas sexual. E era com mórbido prazer que via esses rapazes acariciando suas namoradas. Eu tinha aqueles mesmos carinhos, só que às escondidas. (ibid.: 42)

Sempre procurei um parceiro para uma relação de amor duradoura. Todo homem mais gentil que me atraía, via como possível pretendente a um romance. Me arrebentei várias vezes por causa disso. (...) Vários homens me rejeitaram, em público, ou principalmente na frente de mulheres. Mas eles sempre se aproveitam quando surge uma oportunidade, ou quando a criam. Eu me vingava, levando-os para a cama, triunfante. (ibid.: 178-179)

Ademais, não tenta ocultar formas corporais lidas como masculinas, como seus órgãos genitais: narra tocar seus companheiros tanto quanto ser tocada, e isso não é apresentado como ameaça a sua feminilidade; as relações sexuais com homens engendram, ao realizarem-se, a manifestação dessa feminilidade. Em dois momentos, Pinho é explícita quanto a isso: ao se apaixonar pela primeira vez, aos 15 anos e enquanto exercia trabalho sexual em Belo Horizonte:

Na trilha da paixão por Ivan, busquei meus caminhos, achei meu destino e me fiz mulher. Sem culpas e sem dores. Desabrochou a mulher latente naquele corpo de menino. Desabrochou viva, forte, rica em sensibilidade, poderosa no querer. A mulher que agarra a vida com as mãos (LP, 41)

Igualmente, anos depois, adulta e com carreira estabelecida como cabeleireira, ingerindo hormônios que lhe produziram seios – mas sem assumir publicamente identidade feminina –, tem um relacionamento estável com um homem e emprega formulação semelhante:

Nunca me senti mais mulher, mais amada e feliz, do que quando tive a visão que descrevo agora: João Carlos estava deitado na cama. (...) Entrei no banheiro para tomar meu banho e tirei o sutiã. (...) meu coração descompassou diante do encontro do meu sutiã com a cueca do meu homem. Fui tomada pela emoção e pelo fetichismo (...). Naquele momento eu entendi o que é ser mulher. (...) Para outras mulheres, acredito que isto sempre tenha sido normal, mas para mim era novidade, e um prêmio por todas as dores que sofri para ter seios. (...) Meu corpo adquiria formas cada vez mais femininas e minha mente também. João Carlos parecia gostar (ibid.: 138-9).

O “nunca me senti mais mulher” é expressão que encontra derivações ao longo do livro em cenas variadas. Quando começa a administração de hormônios, na passagem da adolescência para a vida adulta, diz que o surgimento de seios foi o momento em que “comecei a me transformar realmente em mulher” (ibid.: 60). Ao se mudar para o Rio de Janeiro, anos depois, e com maior recorrência *se vestir de mulher* em eventos pontuais, como peças teatrais e bailes de carnaval, descreve a materialização de sua feminilidade nesses momentos. Afirma por exemplo que a experiência de atuação no teatro e o treino envolvido em termos de técnicas corporais a permitiu “me fazer mulher de verdade” e “me livrar dos maneirismos de travesti” (ibid.: 93).

Não há, contudo, recusa absoluta da travestilidade. Esses momentos não lineares de realização da mulheridade mostram que entre ser travesti e ser mulher há um continuum que marca diferentes graus de estabilização da expressão de si feminina – não distinção de espécie. Isso se revela com nitidez pelo modo como a autora usa “ir de travesti” e “fazer travesti” para se referir a momentos pontuais em que se veste com roupas consideradas femininas, permitindo, em diferentes escalas, a sua decomposição, ou articulação com aspectos de vestimenta e de apresentação corporal lidos como masculinos. Entender-se como e assumir a identidade de mulher significa incorporar uma expressão física feminina de modo permanente, um propósito nem sempre existente ao longo de sua trajetória. Pinho chega a dizer: “Estava ficando mais feminina, mas não passava pela minha cabeça que isso seria definitivo em minha vida” (ibid.: 134).

Isso também é notável pelo modo como aproxima caracteres de homossexualidade e da travestilidade à mulheridade: ao realizar eletrólise para retirar pelos corporais, menciona a importância do apoio de amigas travestis ao motivarem-na a continuar e como exemplos de “combate à virilidade (ibid.: 144). Também o faz quando se refere à neocolpovulvoplastia – usa expressões convencionais como “me transmutei para sempre”, “me transformei em uma mulher plena” e “meu corpo finalmente acompanhou meu interior” (ibid. 151). Mas prossegue:

Quem nos faz mulher é o homem. Mesmo quando este homem também nos quer homem. É um momento sublime de troca de identidade. O eu masculino pelo eu feminino, e vice-versa. (...) O homem sempre busca em nós um pouco de mãe (...). Todo transexual, travesti ou homossexual, tem muito de mãe (...).

Muita gente me pergunta sobre as diferenças entre gays, travestis, drag-queens ou transexuais. (...) para mim, esses termos são apenas rótulos que dão aos seres humanos, para conforto dos ditos “normais”. (...) Todo mundo pode ser bissexual, dependendo da oportunidade. Já está provado que ser feliz é aquele que não se deixa rotular e aproveita melhor o seu corpo, dando amor a quem o solicita. Eu sou apenas uma mulher, e, novamente segundo Freud, não existe uma mulher, e sim várias formas de ser mulher.

Simone de Beauvoir disse que não se nasce mulher, torna-se mulher. (ibid.: 151-153)

Trata-se de sistema classificatório inteiramente distinto do proposto por Close, demarcando fluidez e permeabilidade entre categorias que se referem não só a identidade de gênero como à orientação sexual – e que no empreendimento de distinção são mobilizadas mais como tentativas de controle por um regime cisheterossexual do que designam indicações precisas de estados de existência fixos. Em articulação à estrutura temporal da narrativa, Pinho revela como esse trânsito é possível e produz, a cada lugar que ocupa ao longo dele, personidades reais, cuja verdade não se

reduz devido a seu caráter transitório<sup>85</sup>. Ela também recusa a hierarquia moral que tal regime impõe à distinção entre *bichas* e travestis de um lado e mulheres de outro, e isso se evidencia no modo como se refere à AIDS, inteiramente distinto do de Close. Se esta apresentava a doença com distanciamento, como o resultado de comportamentos perversos de um grupo do qual não faz parte, Pinho aborda o tema se aproximando de e auxiliando pessoas infectadas, inserindo-se no campo de sujeitos sobre os quais o vírus poderia se abater, e denunciando o preconceito em torno deles:

(...) a AIDS tinha feito vítimas muito próximas. As clientes se afastavam dos salões, com medo de contágio, ignorância pura, claro. (...) Os cabeleireiros estavam sendo vítimas diretas e indiretas da doença. Eu tinha umas quatro pessoas trabalhando comigo. (...) Aos trancos e barrancos fui lutando até contra certas senhoras que não queriam admitir que eu cortasse seus cabelos. (...) Mas a tuberculose veio num momento que eu não podia ficar doente de jeito nenhum. (...) Pensei em AIDS, câncer, sei lá. (...) Fui ao posto de saúde, (...) a primeira de uma fila enorme, gente de todos os níveis sociais. Ali vi que a doença é para todos. (LP, 140-141)

Em referência à gestão do presente que organiza a narrativa, uso “ocupar” como destaque ao modo desse gerir; se acontecimentos dramáticos, violentos ocorrem e impõem reação, Pinho não se apresenta destituída de agência como Close. O relato dos acontecimentos se dá salientando a apropriação que faz deles, transfigurando-os em um molde mais favorável: a perda do emprego por conta de sua expressão feminina se torna chance de socializar com pessoas como ela; a precariedade financeira e a prostituição como uma das únicas alternativas disponíveis se tornam chance de explorar a própria sexualidade. O abuso de substâncias e o esforço em enfrentar a dependência química se tornam modos de escrutinar a percepção de si através da psicoterapia.

Nesse sentido, o processo de subjetivação que desenha se aproxima da proposta de Atalia Israeli-Nevo de “tomar o tempo” e estar (no) presente (2017): com isso, a socióloga sugere formas de constituição de existências generificadas trans que se dêem a partir da imersão no presente, de uma relação atenta ao modo como corporalidades podem ser imaginadas e testadas, sem assumir compromissos ou modelos de sujeito definitivos que se prolonguem no futuro. Tal testagem e não o seguimento de um cronograma binário convencional de transição de um gênero unívoco a outro nos moldes de expectativas cisnormativas faz com que a legibilidade ou categorização fáceis pelo olhar cis sejam comprometidas (ibid.: 39) – e se torna não só forma de experimentar subjetivamente

85 A sinalização dessa transitoriedade e da riqueza de sua elaboração literária já havia sido pontuada por Amara Moira (2021f). A doutora em teoria literária pontua como ao longo de “Liberdade ainda que profana” Pinho fala sobre sua infância e adolescência transviadíssimas” (ibid.: n.p.). Também salienta como “essa figura que se fez mulher (...) ajudou a reinventar os significados que a palavra ‘mulher’ comporta” (ibid.: n.p.). Anteriormente (2018), Moira já havia destacado como isso e o modo como a autora apresenta, entremeado a sua história de vida, o contexto de extrema brutalidade que vitimava existências trans – como a ditadura e a epidemia de HIV/AIDS (2018) faz deste livro o melhor da carreira de Pinho. Sua obra se torna “um marco para pensarmos não somente a trajetória de Ruddy, mas sobretudo a da sociedade em que ela se concebeu” (ibid.: n.p.)

expressões de gênero mas também de questionar expectativas de feminilidade e masculinidade e a própria temporalidade linear de narrativas esperadas de transição. É um pensar e fazer a si impregnado de intencionalidade, negociando com vulnerabilidades engendradas por desigualdade socioeconômica articulada a padrões de identidade e expressão de gênero.

A crítica a normas de gênero e sexualidade contaminadas por regramentos morais levada a cabo por esse “tomar o tempo” de Pinho é explícita, não só na celebração das posicionalidades ocupadas mas também no que tem a dizer sobre o que entende como ordem social hegemônica. Durante os eventos relatados, destaca repetidamente “o preconceito e a hipocrisia” da sociedade (ibid.: 150) e as “injustiças contra as minorias” (ibid.: 207); ademais, descreve sua trajetória como uma luta pela libertação de amarras e o livro como denúncia da rejeição pela sociedade contra quem nasce fora dos padrões. Mas isso não significa que ela rompa com quaisquer tentativas de aceitabilidade nesse campo hegemônico; a questão é em qual segmento dele se apoia.

Diferentemente de Close, Pinho opta não por transição completa de uma rede de sociabilidade estigmatizada para uma de prestígio que detém idoneidade moral; mas, como o próprio caminho narrativo sugere, testa legitimações limítrofes. A rede à qual afirma pertencimento é a que pode ser qualificada como “alta sociedade”<sup>86</sup> que envolve profissionais de entretenimento ou arte popular, que recebe deferência pública ainda que sugira certa flexibilidade moral: atores e atrizes de TV e teatro, cantores e cantoras, modelos – e figuras que orbitam esses sujeitos, como socialites e empresários. Trata-se de rede que se diferencia mormente do campo travesti e de trabalho sexual pela distinção de classe: Pinho sugere viagens recorrentes ao exterior e circulação por ambientes de acesso restrito, como festas em hotéis de luxo.

A reiteração do próprio lugar nesse meio se dá ao longo da obra inteira. Um elemento explícito é o modo como cada capítulo é inaugurado com uma nota elogiosa de alguma figura conhecida sobre ela – dentre elas, Beth Carvalho, Glória Perez, Darlene Glória, Suzana Vieira. Também reivindica não só a presença em eventos célebres mas também papel significativo neles seja em virtude da profissão de cabeleireira – como a definição de penteados e cortes de sucesso em pessoas como Simone e Elis Regina –, seja em virtude de sua personalidade, que assevera ser dramática e polêmica, seja em virtude de sua expressão feminina:

Depois disso [cuidar dos cabelos de uma socialite] eu passei a fazer parte da história do Rio de Janeiro, comecei, enfim, a fazer parte do grand monde, do folclore carioca. Não só por minha atuação profissional, mas também porque comecei a desfilhar como travesti

---

<sup>86</sup> Leocádia Aparecida Chaves em sua tese de doutorado (2021) apontou a centralidade, na configuração narrativa da obra de Pinho, da ascensão social e pertencimento a uma elite econômica a partir do consumo. Concorro com ela, mas acredito que há algo além. Como argumento neste capítulo, trata-se de reivindicação de um lugar de prestígio que envolve ganho financeiro mas também fama e circulação por uma rede de celebridades.

nos bailes de carnaval e ganhar bons prêmios nos concursos de fantasia. Ganhei o primeiro lugar como a travesti mais bonita, a mais original, essas coisas. (...) eu fazia performances, era um travesti performático. (ibid.: 107)

Afirmar a adesão a esse campo de celebridades permite que se diferencie sem rejeitar a rede *bicha*-travesti-profissional do sexo na composição de sua trajetória, a partir do uso da linguagem usada para falar sobre dito campo. A abordagem midiática que articula imagem pública a trajetórias pessoais de pessoas famosas de modo a torná-las em si um objeto dramático de entretenimento é apropriada por Pinho: o tom que usa para falar de experiências que poderiam gerar condenação, como a dependência química e encontros eróticos pontuais, é familiar ao de acontecimentos sensacionais narrados pela imprensa de fofoca – leve, anedótico, raramente explorando reflexivamente os efeitos de tais experiências em sua constituição subjetiva. Se assemelham a eventos performáticos, espetaculares, próximos do âmbito do entretenimento e mais palatáveis ao público do que acontecimentos similares narrados em páginas policiais de jornal.

O que, contrastivamente, nos leva a Albuquerque e “A Princesa”. Em comum com as demais obras, notamos a narrativa de momento. Ao referir-se à escrita de “A Princesa”, Luciana Ulgheri a compara a cortes cinematográficos:

A realidade é representada em parcelas mínimas, em enquadramentos de imagens expressivas que, dispostas lado a lado, sugerem a fragmentação de uma experiência vivida. O narrador não se vale de seu privilégio de entidade organizadora da percepção para desenvolver raciocínios explicativos dos fatos que vão se desenrolando ao longo da história. Há apenas uma série de acontecimentos mínimos alinhados e apresentados ao leitor como um relato informal, sem discursos analíticos mais extensos. (2016: 83)

A configuração compacta da escrita a partir de frases curtas que se sucedem, delineando séries de cenas sem se deter sobre elas a aproxima de Close e Pinho, dando a impressão de repetida afetação pela conjuntura. Contudo, se Close tenta lidar com o trabalho do tempo estabilizando o presente e Pinho ressalta sua transitoriedade, Albuquerque busca fugir dele. Mais do que na trajetória narrada das outras duas, eventos que se apresentam repetidamente ameaçando sua subsistência e sua integridade física dominam a narrativa do início ao fim: a hostilidade de habitantes em Remígio a leva a Campina Grande, a morar com a irmã; lá, começando a *se vestir de mulher* (ainda em segredo), sofre hostilidade do cunhado e rejeição de um interesse amoroso e parte para João Pessoa; a brutalidade policial contra travestis, a disseminação do HIV/AIDS, a violência de clientes que não conseguiam aceitar o próprio desejo a levavam a abandonar a capital paraibana, depois Recife, Natal, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Espanha, até chegar na Itália – sucessão de condições intoleráveis e cuja única reação possível parece ser escapar.



Esse estado de perpétua precariedade tanto no que toca a carência financeira quanto a diversas formas de violência que penalizam sua identidade de gênero e expressões de desejo é o cerne da narrativa, não o anseio por futuro como na primeira geração. A feminilização de contornos corporais e o aprendizado de formas de expressão feminina não são conquistas de um porvir planejado, mas incidentes que, realizando sonhos da imagem de si, atenuam o peso da conjuntura e tornam sua variância de gênero ainda mais visível, exposta a manifestações de ódio.

E essa feminilização e aprendizado só são possíveis a partir de outro campo que proporciona alento e expõe a risco: a sociabilidade travesti e do trabalho sexual. Travestis a ensinam sobre ingestão de hormônios e aplicação de silicone médico e industrial. Prostitutas cis dão dicas de maquiagem, de como se vestir e se despir para seduzir homens. Mas é também a ausência de regulação (e portanto de medidas protetivas) do trabalho sexual que as torna – e Albuquerque entre elas – vulneráveis à imposição de relações sexuais desprotegidas e infecções sexualmente transmissíveis (como HIV/AIDS), e ao uso excessivo de álcool e drogas como forma de suportar as horas extenuantes de trabalho na madrugada fria, à brutalidade policial e à violência transfóbica de clientes. Na segunda metade do livro, multiplicam-se casos de conhecidas que faleceram em virtude da epidemia viral, de overdose, ou de execução por milicianos ou clientes.

A ameaça incessante representada por eventos do presente impõe a ela uma gestão do que é imediato que impede planejamentos longos sobre o futuro: não há tempo ou condições materiais para isso, ou sequer perspectiva de que haja um futuro. Albuquerque tem alguns sonhos: a neocolpovulvoplastia como “toque final (...), um toque para completar. Será um amor seguro que me fará decidir” (ibid.: 82); e, “Como mulher assumida encontrar Cícera: eu, filha dela, normal. Nunca mais teria ficado vermelha de vergonha. (...) Viveria com um homem como mulher. (...) Teria podido abrir um barzinho, uma butique (...)” (ibid.: 83). Mas a vida convencional no interior paraibano, tendo a identidade feminina reconhecida por parentes e conhecidos, embora brevemente ganhe contornos de possível quando visitou a família em uma viagem curta ao Brasil, é raramente mencionada como projeto propriamente realizável. Há sempre algo no caminho que a distancia mais e mais de sua realização, como a necessidade de ganhar dinheiro.

Dita gestão, bem como o que ela estrutura narrativamente – sua rede de sociabilidade, a transformação da imagem de si materializada, seus desejos de futuro – nos dizem muito sobre o enquadramento de sentido das categorias travestilidade e mulheridade e sobre o modelo de personitude apresentado como disponível pela autora. Também nos permite observar de que modo tais enquadramento e modelo se articulam com o imaginário que marcou sua infância e adolescência, e afetou sua existência ao longo das muitas cidades pelas quais circulou.

Já vimos que desde criança preferências por brincadeiras e artigos de indumentária considerados femininos, atração por homens e anseio por formas corporais – “Duas metades de coco foram os meus primeiros seios. (...) Na minha fantasia, barriga redonda e fenda de menina” (ibid.: 29) – se manifestam. Mas essa configuração de preferências e sonhos não se converte em senso de si feminino, em um primeiro momento: ela mantém a autorreferência no masculino. Os habitantes da cidade, no entanto, usam a categoria “mulher” para demonstrar preocupação ou agredi-la: conhecidas diziam que ela “quer sempre se fazer de mulher para eles [os meninos]” (ibid.: 29); rapazes perguntavam, interessados, se “você gosta de fazer as coisas das mulheres” (ibid.: 30); o padre, na confissão, pergunta se ela “se faz de mulher para seus amigos” (ibid. 40).

“Se fazer de mulher” e termos similares, como “macho-fêmea” e “mulherzinha”, compõem a designação de um modo de agir generificado por um corpo cujo gênero atribuído seria discrepante – um corpo de homem realizando coisas “de mulher”: vestir-se, andar, ser penetrada no ato sexual. Isso não a torna legível como uma pessoa feminina, mas como homem incapaz de ocupar papéis sociais socialmente esperados e por isso motivo de vergonha e desprezo. Por isso junto a esses termos, Fernanda é também referida como “veado” e “fresco.” Ao sair do município natal e ir morar com a irmã, começa a se vestir de mulher e referir a si como “um travesti”; pouco tempo depois, fugindo desta cidade também, sinaliza o nascimento de Fernanda como se fosse outra personalidade, dividindo seu corpo e batalhando por dominância contra Fernando:

Eu estou ali, dividido, inofensivo, enquanto Fernanda cintila e conta sua história (...). Olho para ela, olho para mim. (...) Fernando, sou espectador de mim mesma. Fernanda me surpreende, inesperada, liberada. Jeitos e trejeitos. Mora no meu corpo, engole o meu rabo, a bicha. Eis-me aqui, homem-fêmea (ibid.: 53)

Através de sua convivência com travestis e prostitutas cis, e tanto de interações com clientes quanto de seus relacionamentos amorosos, sua subjetividade feminina subjuga a masculina ao ganhar contornos corporais classificados como femininos – “Fernando resistia a mim, se rebelava. A dureza do seu corpo. Peito liso (...). Vou te dominar, Fernando. Os meus Josés não beijarão um homem” (ibid.: 60) –, ao se apresentar publicamente com cada vez maior recorrência como Fernanda, sendo lida como mulher. Ao ganhar essa legibilidade, passa a referir a si de outro modo:

Eu me sentia bem diante de Deus e dos homens. Na cabeça e no espelho: Fernanda, transexual. (...) Confundida na multidão. Tenho tudo no lugar e passo tranquila, presente e invisível para os passantes distraídos: uma mulher, Fernanda agora me responde com mais força, retribuída com mil atenções até então desconhecidas: um homem que abre a porta, a gentileza de um senhor de idade (...). Eu também mudei. Fui literalmente arrastada para um outro mundo: o mundo das mulheres. Uma mulher com pau, eu sei. (...) Muitos sabem, percebem. Vêem e mesmo assim se comportam como se eu fosse toda mulher. E este “como se” para mim é muito. Talvez tudo. (ibid.: 82)

A transição da travestilidade à transexualidade se dá a partir do momento em que sua expressão feminina se torna estável e reconhecível publicamente – como cis ou “quase”. Como na primeira geração, a transexualidade é apresentada como um estágio de passagem da condição de trans à de “mulher” (i.e., de uma conformação corporal socialmente esperada a mulheres cis).

O modo como essas categorias se articulam na elaboração de Albuquerque tem afinidade mas se desloca do sistema de significação próprio do cenário em que cresceu. Assim como os rapazes e homens de Remígio, Fernanda atribui sentido e valor particulares a homens de expressão feminina que gostam de ser penetrados no ato sexual – por outros homens e por travestis: os chama de “pervertidos”, “depravados” (ibid.: 75). Mas a travestilidade e transexualidade, que designam uma gradação de transformações corporais e de assunção de papéis sexuais considerados femininos (i.e., ser penetrada por um homem) que podem levar à mulheridade não são categorias facilmente traduzíveis a esse outro imaginário “onde se é ou macho ou fêmea, irremediavelmente” (ibid.: 123). Na visita à cidade natal, conhecidas questionam se podia ter filhas e se menstruava, pedem para ver suas genitais, alternam o uso de pronomes femininos e masculinos, encaram estupefates sua aparência física convencionalmente feminina.

Sua feminilidade apenas faz sentido lida nesse projeto de transformação de macho em fêmea – quando o imaginário que orienta a trajetória narrada por Fernanda é imensamente mais complexo, em que *bicha*, travesti, transexual e mulher se conectam em articulações porosas assim como em Pinho. Mas, aqui, ela expõe mais diretamente como a inscrição de sujeitos que organizam o sentido da própria existência a partir desse imaginário vivendo em um meio cisheteronormativo torna essa existência precária e apenas vivível de modo parcial. Em entrevista conduzida por Maurizio Jannelli, na parte final do livro, este pergunta: “Você fica com raiva quando alguém diz que você é gay ou homossexual?” Ao que Albuquerque retruca:

Fico com muita raiva! Ainda que eu faça parte da mesma raça, faça aquilo que o gay ou o homossexual fazem, somos diferentes. O gay se apresenta diante da família como homem, vestido de homem. Só escondido confessa que é fêmea. (...) O trans, pelo contrário, se traveste de mulher diante de toda a sociedade. Mesmo que haja pouca diferença entre gay, homossexual e trans, (...) o gay é reservado enquanto o trans não tem medo, é assumido, se mostra como é para o mundo. (ibid.: 140)

Nota-se que expressão de gênero e orientação sexual se entranham, produzindo lugares de sujeito que pertencem à “mesma raça” de “pouca diferença” e permitem o trânsito de um a outro – conforme o grau e duração de expressão física feminina e seu reconhecimento social. Albuquerque se entendia como *veado* ao longo de parte de sua existência, e então como travesti, e então como transexual e quase mulher. Seu trânsito, contudo, não é simples – inteiramente destituído da leveza ou do caráter majoritariamente sensacional empregado por Pinho.

Sua gestão do presente não é entendida como “tomar o tempo”, mas fugir dele: ao ser lida como rapaz *veado*, “fresco”, precisa sair de sua cidade em virtude de tantas hostilidades e tentativas brutas de fazê-la “virar homem”. Ao decidir assumir a travestilidade, e iniciar sua expressão feminina, é agredida e rejeitada por pessoas próximas que demandavam discrição. Durante seu processo mais intenso de transformação corporal, começa a ver colegas do trabalho sexual sendo assassinadas pela AIDS e pela transfobia. Quando os hormônios e a aplicação de silicone nos seios e bunda a fazem ser mais comumente lida como mulher, é surrada por policiais. Em São Paulo, instaura-se um projeto de governo explícito de eliminação de prostitutas e travestis. É roubada e estuprada enquanto trabalha, e tratada como *bicha* e *veado*. Quando passa a sonhar em ter uma vida regular como mulher na cidade natal, rumo para a Europa para juntar dinheiro e passa a usar heroína. A dependência química a desestabiliza, e Albuquerque começa a se referir como “pirada”, “cabeça doente.” Nota como os esforços para sobreviver em condições tão insalubres acabam enfraquecendo o senso de solidariedade entre pessoas trans (ibid. 130).

O que quero dizer com isso é que a configuração de sua personitude, no processo narrativo de fuga do presente e de materialização cada vez mais estável de uma expressão de gênero que a aproxima da mulheridade, apenas se dá de modo fragmentado e ameaçado. Há algo de sua constituição subjetiva sempre não reconhecido ou na iminência de ser violado: nos ataques a sua feminilidade quando criança e adolescente; nas condições insalubres de trabalho que ameaçam sua sobrevivência e contaminam os vínculos de afeto da comunidade travesti profissional do sexo, quando adulta. Isso se refere, assim, a experiências de incapacidade de sua existência generificada ser imaginável por sujeitos fora da sociabilidade travesti nos moldes como ela a elabora. Mas também a experiências em que a vivência nessa sociabilidade a tornam um alvo, em termos de sua integridade física, aos efeitos da inimaginabilidade cishetero.

E é em tentativa de alcançar um imaginável valorado que permita o acesso a condições sociais e econômicas de vida vivível sem o espectro da violência física, da doença e do abuso de substâncias que deseja o retorno a sua cidade natal e a ocupação de um sujeito estável, coerente: ser uma mulher, quem sabe casada, quem sabe dona de um pequeno negócio. Descolar-se do que faz sua existência ininteligível – a travestilidade – e, assim, da condição precária<sup>87</sup> que a circunda permitiria que ocupasse, finalmente, uma personitude estável, segura, íntegra. Mas se trata de algo que nunca conseguiu alcançar, nesse espaço narrativo: foi presa.

87 Uso, aqui, “condição precária” nos moldes de Judith Butler: “A condição precária designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte. Essas populações estão mais expostas a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência sem nenhuma proteção. A condição precária também caracteriza a condição politicamente induzida de maximização da precariedade para populações expostas à violência arbitrária do Estado” (2017[2009]: 46).

*“Por isso fugimos de nós”*

O empreendimento narrativo levado a cabo pelas autoras brasileiras desenha um movimento comum, cada um a seu modo: o de constituição subjetiva a partir da inserção em uma rede de sociabilidade *bicha* e travesti – e, assim, em seu imaginário – e de projetos de abandono desta rede. Se ela foi responsável por proporcionar formas de imaginar e realizar identidades femininas que eventualmente as aproximaram de uma feminilidade legível como cis, o pertencimento e a permanência na dita rede traziam consigo constrições a uma existência vivível que se tornaram intoleráveis. Onde, assim, o movimento de afastar-se.

Não se trata de empreendimento apolítico. O que subjaz a tessitura de suas histórias é a necessidade de investimento em qualificações de sujeito que, ao serem reconhecíveis, inteligíveis e aceitáveis, reduzissem a violência representacional e material que constantemente sofriam. Trata-se de tentativas de insubmissão a mecanismos de deslegitimação e fragilização da vida – que abrange tanto imagens de controle (Collins, 2000)<sup>88</sup> quanto não reconhecimento da titularidade a direitos e obstrução de acesso a necessidades humanas básicas de sobrevivência.

Por violência representacional me refiro ao discurso público em circulação que mapeei no início do capítulo: o modo como na imprensa, na TV, e na militância homossexual travestilidade se tornou signo de falsidade (no que toca à verdade do gênero expressado) e de imoralidade (na imputação de circunstâncias estigmatizantes a perversão individual). Dita violência engendra e se articula à violência material: a reprodução de imagens de sujeitos a partir de tal enquadramento de sentido e valor afeta o entendimento social de sua vida como digna de proteção. Políticas de extermínio do Estado, brutalidade policial, inacessibilidade ao mercado de trabalho formal e vulnerabilidades próprias da inexistência de regulamentação do trabalho sexual são formas de violência material que ameaçam a sustentabilidade da vida de pessoas trans e se apoiam nas condições de entendimento e de representação hegemônicas da travestilidade em vigor.

Close se protege da violência representacional tentando apagar seus vínculos com travestis no que toca tanto à verdade de sua feminilidade quanto ao compartilhamento de valores morais, mantendo certa distância da comunidade e efetivamente rejeitando a rede ao se tornar “mulher de

---

<sup>88</sup> Patricia Hill Collins cunha o conceito para se referir a imagens estereotipadas e negativas socialmente construídas de feminilidade negra (por exemplo, a mãe preta e a Jezebel) usadas como instrumentos de poder por elites, que ganham estatuto hegemônico de real através de sua reprodução e circulação por instituições como mídia, agências governamentais, estabelecimentos de ensino, indústria cultural, etc. Trata-se de uma manipulação de ideias sobre tal grupo que o essencializa e homogeneiza em subtipos de sujeito de modo a naturalizar e legitimar formas de injustiça social em interseção e sua subordinação (2000: 70-71).

verdade”. Mas há também violência material, e isso se delineia com clareza ao lermos uma das cenas que abrem a obra e o capítulo que a encerra:

Seu crescimento, sua opção radical pela porção-mulher (...) foram insuficientes para que a sociedade a aceitasse como membro da comunidade feminina. E hoje, Roberta tem uma carteira de identidade que briga com sua imagem. (...) Ela está cansada de peregrinar pelos aeroportos, consultórios médicos e salas de advogados. Juridicamente no Brasil a situação de Roberta permanece inalterada (MP, 20).

(...) falta para Roberta Close (...) é conseguir mudar na identidade e nos papéis oficiais seu nome e sexo. No fim deste ano, ela entrará com mais uma ação na Justiça (...). Nos últimos sete anos, Roberta conviveu com a burocracia brasileira e com o conservadorismo da Justiça diante de questões assim delicadas. (...) em 1994, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, sob alegação de que ela não poderia ser considerada mulher porque não poderia ter filhos, arquivaram os sonhos de Roberta Close por tempo indeterminado. (ibid.: 226-227)

É evidente que a biografia, lançada à época do planejamento de uma nova incursão à justiça visando a retificação de seus documentos, se torna um instrumento de proteção contra a violência: aqui, a recusa do acesso a um direito e seus efeitos materiais. A construção narrativa de uma personitude vítima da natureza e das circunstâncias que apesar de tudo conseguiu construir uma existência moralmente idônea é reação a sua qualificação como travesti e transformação em alegoria nos jornais, e é um instrumento de disputa de verdade e legitimidade tanto no debate público quanto na reivindicação do direito a nome e gênero perante o Judiciário, seguindo um roteiro de desenho de sujeito digno de cidadania com maior probabilidade de sucesso.

Pinho, por sua vez, está preocupada em demarcar uma superação da insalubridade das condições sociais e econômicas que circundam a travestilidade, não tanto dos sentidos atrelados a ela. O relato de sua história valoriza os vínculos de afeto e suporte, bem como a experimentação sexual e de gênero aos quais teve acesso na zona boêmia. Reconhece essa experiência como de aprendizado – trata-se apenas de algo que demarca como não fazendo mais parte de sua vida por conta da ascensão social, que lhe proporcionou trabalho e vivências de desejo não expostas à violência e vulnerabilidade recorrentes no meio *bicha*-travesti-profissional do sexo.

Há certa legitimação que arroga para si através da maior transigência que o público concede a pessoas famosas e/ou de alto status econômico. A mobilização de um estilo narrativo de revista de fofocas<sup>89</sup> – dramático e se centrando em eventos polêmicos, mas leve, sem deter-se em reflexões

89 Bispo, ao falar da revista *Amiga* no contexto de emergência à fama das chacretes na segunda metade do século XX, caracteriza seu estilo como “compartilhar com quem lê os fatos íntimos da vida alheia, servindo tais notícias para informar sobre a reputação das jovens e consolidar certa imagem pública. (...) canal de informações de relevo sobre o outro famoso, um ‘centro de intrigas’ de grande eficiência. Pode-se dizer que, em alguns casos, há um ar debochado e

sobre circunstâncias sociopolíticas ou sobre como isso a afeta emocionalmente – é uma estratégia de inserção da própria trajetória nesse lugar e de gerir o modo como pretende ser lembrada, fazendo com que o juízo da fama (Bispo, 2015)<sup>90</sup> opere a seu favor. Mas não só: esse juízo e o lugar no qual a posiciona permitem que se valha dele e da sua permissividade comparativa, bem como da maior palatabilidade e atratividade que proporciona, para questionar os padrões morais que orientam a compreensão de subjetividades *bicha* e travesti e as práticas de estigmatização e violação de direitos desses sujeitos e de prostitutas cis. Como vimos, ela mesma apresenta sua autobiografia como instrumento de denúncia a preconceito, moralismo e hipocrisia – e realiza de modo eficaz tal propósito, rememorando arbitrariedade policial na zona, “homens de bem” que se encontravam em segredo com travestis e em público as hostilizavam, o tratamento sensacionalista e degradante da TV a subjetividades trans e à homossexualidade, etc.

Em Albuquerque, o anseio em se distanciar se dá em virtude do desejo de ter uma existência inteligível e reconhecível entre parentes e conhecidos fora do círculo da travestilidade. Mas se trata principalmente, em sua trajetória tão marcada pela fuga, de fugir também da condição de extrema precariedade e ameaça à própria vida que, fazendo parte desse círculo alvo ímpar de violência e vulnerabilidade socioeconômica, acaba a assombrando. Vê conhecidas morrerem em quantidade tão aterradora que as enumera em listas. Vê atingir tal nível de escassez socioeconômica que esgarça laços e leva a defesa de interesses autocentrados, como o caso, ao fim do livro, de duas travestis que testemunham uma amiga morrer e tomam para si seus pertences, abandonando o corpo.

A concretização da violência material iminente por não conseguir se desvincular dessa rede se salienta no encerramento da parte textual do livro, pelo uso do “a gente”, demarcando pertencimento, e pela qualificação da detenção como espécie de morte que a conduz ao inferno:

Aqui neste país, não se morre estrondosamente. Baleada ou esfaqueada, entre gritos e tesouras. Aqui a gente desaparece quieta quieta, em voz baixa. Silenciosamente. Sós e desesperadas. De Aids e de heroína. Ou então dentro de uma cela, enforcada na pia. Como a Celma, que eu gostaria de lembrar. Dormia na cela ao lado, dentro deste outro inferno onde hoje vivo e que decidi não contar. (AP, 134).

---

irônico nas expressões utilizadas para se referir às dançarinas, com o explícito intuito de obter alguma reação do interlocutor. Afinal, (...) não são muito levadas a sério (...) pelos jornalistas e nem mesmo pelo leitor” (2015: 83-84).

<sup>90</sup> Uso a categoria conforme um dos sentidos empregados pelo autor: “negociar sobre a vida e narrar a fama era também uma maneira de a chacrete tocar em moralidades, abordar comportamentos adequados ou inadequados, tematizar os ‘bons costumes’, mencionar aquilo que pode ser dito ou não sobre cada uma. O juízo da fama permite também problematizar a honra feminina popular urbana no contexto do star system, principalmente em relação à moral afetivo-sexual esperada.” Mas proponho um terceiro sentido: a outra métrica moral que circunda as classes profissionais marcadas pela exposição pública, midiaticizada, da vida privada – artistas, socialites e celebridades em geral. Isso não significa que a elus tudo era autorizado; mas que, transformadas em entretenimento consumível, infrações morais que em outras classes seriam uma marca de estigmatização se tornavam sensacionais, interessantes.



## Movimento estadunidense: ampliar, diversificar o de dentro

Nos Estados Unidos, entre a década de 90 e o início dos anos 2000, em meio a uma expansão do volume de autobiografias de pessoas trans chegando às livrarias do país<sup>91</sup>, duas obras se destacaram: “Gender Outlaw”, de Kate Bornstein, publicada em 1994; e “Becoming a Visible Man”, de Jamison Green, com lançamento 10 anos depois.

“Gender Outlaw” não é uma autobiografia tradicional: não segue ordem cronológica e nem sequer tem como principal foco a narrativa de acontecimentos de sua trajetória individual. Como destaca Juliet Jacques (2017), é texto híbrido que mescla gêneros justamente visando se distanciar do que acredita seja o cerne da escrita autobiográfica trans canônica, desejável pelo público cisheterossexual: a mobilização de tropos palatáveis e a exposição de experiências idealizadas de sofrimento que se adequavam às normas sociais, em vez de questioná-las:

Até poucos anos atrás, tudo que conseguíamos escrever e publicar eram nossas autobiografias, contos de mulheres presas em corpos de homens ou homens definindo em corpos de mulheres. Histórias por e sobre pessoas corajosas que viveram suas vidas se escondendo dentro de um falso gênero – e que, depois de muita introspecção, decidiram mudar seu gênero, e passar o resto de seus dias se escondendo dentro de outro falso gênero. É isso que conseguíamos publicar sobre nós – as coisas românticas que definiam rigidamente nossa imagem como de pessoas martirizadas, não as coisas desafiadoras (GO, 12-13)

Bornstein prefere intercalar a escrita da própria vida com a reprodução de entrevistas que concedeu a revistas e programas de TV, poemas e uma peça de teatro de sua autoria, bem como reflexões mais amplas sobre gênero, sexualidade, comunidade e ativismo. Seu fluxo narrativo também é constantemente interrompido por pequenos excertos de texto – escritos por ela, mas não só: trechos de romances, de livros de estudos de gênero ou queer, de interações pessoais com amigos artistas e ativistas, etc. Ela mobiliza essa série de materiais de modo fragmentado, mas não arbitrário: há uma finalidade na costura que faz entre os excertos e gêneros. Em diálogo com ativistas e pesquisadôries transgender representadas pelas citações que inscreve, objetiva explicitamente questionar gênero, bem como modelos hegemônicos de identidade e comunidade. Inspirada nessa rede de pessoas trans produzindo arte e participando da fundação de um movimento social mais consistente, se insere na discussão em curso nesses espaços e propõe outro modo de entender identidade individual e coletiva, bem como outras formas de fazer política.

---

91 Dentre elas, cito: “A Low Life in High Heels: The Holly Woodlawn Story” (1991); “Hiding My Candy”, de Lady Chablis (1996); “Mirrors: Portrait of a Lesbian Transsexual”, de Geri Netti (1996); “The Unsinkable Bambi Lake” (1996); “Crossing: A Memoir”, de Deirdre McCloskey (1999); “She’s not there: a life between genders”, de Jennifer Finney Boylan (2003); e “The Testosterone Files”, de Max Wolf Valerio (2006).

A obra é reflexo da carreira política e artística de Bornstein, que tem início quando, antes da transição, se graduou na instituição de elite Brown University e integrou seu grupo de teatro. Antes de publicar “Gender Outlaw”, ela já era figura renomada na comunidade queer que conjugava arte e política da costa leste à oeste. Bornstein, que antes de assumir uma identidade fluida referenciava-se a si como mulher lésbica branca, chegou a trabalhar brevemente na revista erótica voltada para mulheres lésbicas *On Our Backs*<sup>92</sup>, foi crítica de arte para o jornal voltado para pessoas gays e lésbicas *The Bay Area Reporter*<sup>93</sup>, e escreveu, montou e atuou em uma série de peças de inspiração autobiográfica que tratavam sobre normas de gênero e sexualidade, como “Hidden: A Gender” (esta transcrita em “Gender Outlaw”) e “The Opposite Sex is Neither”.

“Becoming a visible man”, lançado em 2004, parece em um primeiro momento algo inteiramente distinto do tecido por Bornstein. A narração de sua trajetória individual segue, salvo raras exceções, uma linha cronológica, e tem consideravelmente mais espaço do que em “Gender Outlaw”. Também não apresenta intercalações com outros textos e vozes; segue um relato corrido único. Considerando sua estrutura, a autobiografia de Green sugere convencionalidade.

É aí que o conteúdo desestabiliza o cânone do gênero literário e se aproxima levemente de Bornstein: não fala apenas de si, mas de comunidades. Durante o início da vida adulta e os anos de graduação e pós-graduação, inicialmente Green se insere em redes de sociabilidade lésbica e recusa a possibilidade de ser transgender:

Ela [sua namorada] sugeriu que eu poderia “gostar de passar por uma operação de mudança de sexo.” Eu disse a ela: “Ah, não. Não! Só pessoas loucas fazem isso. Se eu passasse por uma mudança de sexo eu provavelmente nunca conseguiria um trabalho, perderia meus amigos, e minha família me destituiria. Não. Nem pensar. E não quero mais falar sobre isso de novo.” Estava apavorado. A verdade é que eu nem sequer sabia se era possível mudar de sexo feminino a sexo masculino. Mas eu entendia, de algum modo, que ser transexual não era exatamente visto como algo salutar. (BV, 17)

Tal meio se tornou inabitável: afirma que na Califórnia dos anos 70 via-se uma pessoa assignada ao sexo feminino de expressão masculina como emuladora de papéis de gênero tradicionais. Ele era constantemente tratado com irritação por colegas e namoradas. Ter um amigo

92 “On Our Backs” foi uma revista publicada de 1984 a 2005, considerada a primeira a veicular matérias e imagens tematizando a sexualidade lésbica. Seu corpo editorial e seu público-alvo eram, similarmente, formados por mulheres lésbicas. A revista, que surge nos anos 80 em um momento de considerável pânico sexual e guerras sexuais (Rubin, 1984) envolvendo tanto o feminismo radical transfóbico e antipornografia quanto o avanço da direita conservadora, pretendia reagir aos imperativos morais que saturavam debate público e comunidade lésbica. A revista tinha a missão de disseminar conteúdo que retratasse o desejo feminino em sua diversidade e complexidade, a partir de uma lente positiva. Em suas edições, chegou a trazer como temas a subcultura BDSM, a incidência de AIDS entre mulheres, sexo por telefone e sexo virtual, falocentrismo e uso de dildos, e a presença de pessoas trans na comunidade lésbica.

93 Bay Area Reporter é um jornal publicado e em circulação principalmente na cidade de São Francisco. Desde seu surgimento, em 1971, o veículo afirma ser o mais antigo e de maior circulação no ramo ainda em funcionamento.

que havia associado a própria transição a “ser respeitado do jeito como merecia” contribuiu para que, por certo tempo, Green aderisse à concepção comum no meio lésbico de que homens trans reproduziam assimetrias de gênero e traíam a luta de mulheres contra o patriarcado (ibid.: 18).

No início dos anos 80, ao começar uma pesquisa sobre transmasculinidade com a desculpa de escrever um personagem de romance, Green conhece homens trans que apresentam narrativas distintas tanto da representação hegemônica quanto da que circulava na comunidade lésbica: eram bem sucedidos, felizes, não sentiam vergonha de ser quem eram e de sua trajetória. Eventualmente essa investigação o levou, em 87, a Lou Sullivan<sup>94</sup> – que há poucos meses havia iniciado a organização de reuniões de apoio a homens trans em São Francisco e fundado o coletivo FtM International.

Admitir para si, imerso no grupo, que desejava assumir identidade masculina poderia tê-lo levado, afirma, pelo caminho que levou tantos: submeter-se a alterações físicas e, assim que fosse publicamente legível como homem cis, afastar-se do grupo – tornar-se invisível, não associado à luta política por direitos que começava a ganhar fôlego. Era esse seu desejo, inicialmente: “acreditava que a marca do sucesso para qualquer pessoa transexual é quando é capaz de magicamente fazer com que sua transexualidade desapareça” (ibid.: 25). Mas a morte de Sullivan e seu pedido, dias antes de partir, para que Green ajudasse a manter o coletivo em pé e funcionando inviabilizou que seguisse uma trajetória de imersão na presunção de cisgneridade.

A partir de então, a história de vida de Green se torna indissociável da história do movimento político de homens trans da Costa Oeste, cuja liderança assumiu. Isso se evidencia tanto no conteúdo, porque a gestão do FtMI toma uma parcela considerável de sua rotina, quanto na estruturação narrativa. Embora a ordem cronológica seja notável, subjaz a ela uma organização temática dos capítulos: a formação e expansão do FtMI e, assim, de uma comunidade e movimento

---

<sup>94</sup> Lou Sullivan foi um escritor e ativista central na formação de um movimento político com enfoque em subjetividades transmasculinas ao empreender esforços de organização de redes de acolhimento e compartilhamento de informações entre homens trans com o estabelecimento de reuniões periódicas em São Francisco (CA) e com a edição e circulação de newsletters por todo o país. Essa junção de iniciativa presencial e por correspondência foi o berço do que hoje é o FtM International. Homem trans gay, Sullivan correntemente apresentava falas em instituições de ensino e em programas de TV sobre a complexidade e variedade de formas de ser trans – parte de uma empreitada contradiscursiva de reação a profissionais da medicina, que diziam ser impossível ser um homem trans gay. Como vimos no primeiro capítulo, a classe médica que se dedicava a pesquisar e oferecer procedimentos de transformação corporal a pessoas trans havia estabelecido um modelo nosológico de transexualidade patentemente heteronormativo; Sullivan foi um dos primeiros a apontar a distinção que anos depois tomaria a academia norte-americana, entre identidade de gênero e orientação sexual. A ele foi negado acesso a tecnologias médicas como terapia hormonal. Em 1991, Sullivan faleceu de complicações em decorrência de AIDS, deixando uma rede de sociabilidade e suporte mútuo já consolidada, bem como um arquivo de documentos que registravam a história de dita rede. Esses documentos e mais seus registros pessoais – como fotos e diários – foram doados à GLBT Historical Society. Em 2019, os pesquisadores e artistas Ellis Martin e Zach Ozma, com acesso a dita documentação pessoal, realizaram um trabalho de análise e edição e publicaram “We both laughed in pleasure: the selected diaries of Lou Sullivan”, abarcando anotações desde quando tinha 10 anos até seu falecimento. A coletânea venceu o Lambda Literary Award de 2020 na categoria “não ficção”.

político transmasculino; técnicas médicas de transição; relações familiares ao se ter cuidadore ou filho trans; amor e sexualidade em meio ao trânsito de gênero; representação da transgeneridade na mídia, no entretenimento e na academia; e amadurecimento. Este, entendido não só como capacidade de autodeterminação e atingimento de imagem de si e legibilidade desejáveis; refere-se também à conscientização da violência de padrões de gênero e de sua expectativa de vergonha e ocultamento da transexualidade e de assimilação à cisnormatividade, e à imperatividade de engajamento em projetos de mudança social que levem à valorização da diferença de modos de existir e à constituição de uma comunidade fundada em dita valorização.

Nesse aspecto, Bornstein e Green se aproximam. Se a segunda geração brasileira tece modelos de subjetividade generificada, coletividade e personitude que subjazem o relato sucessivo de eventos que as autoras vivenciaram, nas obras norte-americanas os acontecimentos da trajetória individual são alocados em segundo plano e servem como ponto de partida para uma reflexão mais ampla e abstrata. Isso se manifesta em outra gestão de presente, distinta das que vimos ser levada a cabo por Close, Pinho e Albuquerque.

Assim como no caso destas, há uma estruturação de tempo linear e gradual que se aproxima da temporalidade cishetero – um desenho progressivo de evolução. Em Bornstein, isso se dá pela transcendência do desejo de adequação a padrões de gênero no seu processo de transição para a descoberta de que gênero é uma *construção social* que limita o potencial humano. Em Green, isso se dá pela transcendência do desejo de invisibilidade a partir da assimilação a uma legibilidade como homem cis para a ostentação orgulhosa de sua diferença como homem trans, questionando o imaginário hegemônico que a qualifica negativamente. Vejamos:

Durante os primeiros trinta e poucos anos da minha vida, não ouvi, não fiz perguntas, não falei, não lidei com gênero – eu evitava o dilema o máximo que podia. Vivia freneticamente nas bordas do meu privilégio masculino branco, e foi só ao começar terapia para lidar com meu transexualismo que comecei a dismantelar gênero e realmente examiná-lo por diversos lados. (GO, 21)

Diante de qualquer binário, é divertido olhar para uma terceira opção escondida, e a razão pela qual a terceira foi escondida diz muito sobre uma cultura. A escolha por uma opção diante de duas disponíveis não é uma escolha, mas uma oportunidade para aderir a um sistema de valor que mostra duas opções apresentadas como alternativas mutuamente excludentes. Assim que escolhemos uma ou outra, apoiamos o sistema que perpetua o binário. Quando por exemplo eu vivi minha vida dizendo que era homem ou mulher, eu estava tacitamente apoiando todas as regras do sistema de gênero que definem essas duas identidades. Eu apoiava essas regras para pertencer, ou melhor, para não ser uma outsider, uma estrangeira. (GO, 101)

Ao longo da década de 90, direcionei um tanto de energia visando melhorar a qualidade de vida de pessoas transexuais ao redor do mundo. Muito desse esforço tem sido básico: convencer os outros que homens transexuais e transgender efetivamente existem. Também tentei mostrar que nossas histórias e questões não são exatamente similares às de mulheres trans. A sociedade ainda tem um longo caminho até destruir estereótipos que fazem com que pessoas injuriem e ridicularizem pessoas transexuais e transgender, ainda um longo caminho até garantir segurança social e acesso igualitário a serviços humanos básicos para todas as pessoas trans, e construtivamente enfrentar questões de classe e raça (...). Penso que podemos enfrentar múltiplos preconceitos e medos no processo de lidar com um conceito principal sobre o qual muitas das nossas assunções sobre o mundo humano são baseadas: as normas vinculadas a sexo e gênero e a conjunção entre elas. (...) Em março de 1991 (...) contudo, minha perspectiva era limitada pelas minhas próprias inibições. Eu não sabia isso conscientemente na época, mas havia certo trabalho interno significativo que eu tinha que fazer antes que pudesse apreciar a significância de meu papel em desenvolvimento nessa nova comunidade. Naquele momento, eu não tinha intenção alguma de fazer qualquer coisa para alterar o status quo para mim ou qualquer um. Meu único objetivo era passar pelo processo de transição e superar quaisquer repercussões que pudessem surgir dele. (BV, 27-28)

Ambas as linhas evolutivas sugerem um processo de esclarecimento que apoia a gestão do presente responsável por organizar a narrativa. Isso se dá porque o propósito da escrita dos livros não é (pelo menos não primordialmente) contar a história de suas trajetórias individuais. Eles têm um intuito educacional: disseminar conhecimento sobre a existência de normas de gênero e sexualidade, subjetividades transexuais e transgender e dimensões da realidade social que afetam o exercício de vida digna por pessoas trans. O percurso temporal linear e gradual de descoberta e aprendizado (mais do que de trânsito de gênero), sugerem os autores, conduziu Bornstein e Green a um lugar de legitimidade intelectual que os autoriza a transmitir o que apreenderam.

Dito comprometimento pode ser ilustrado na abertura de “Becoming a visible man”: Green o faz resgatando uma palestra dada para uma turma de graduação sobre naturalização e pressupostos de sexo e gênero. A cena é significativa não só por retratar um evento relevante de sua trajetória individual, mas porque no ato de apresentá-lo, pode concomitantemente a partir dele assinalar a leitórias o tema central da obra e instá-les a refletir sobre as próprias certezas. Não ensina apenas a estudantes do caso narrado, mas também a nós que lemos sobre ele.

Partir de experiências pessoais concretas para um debate sobre macrotemas, que alcançam forma específica por exemplo em comentários sobre privilégio masculino (GO, 108-109; BV, 35-38) ou tratamento da transgeneridade na mídia e nas artes (GO, 128-130; BV, 171-184) se dá a partir de duas chaves narrativas: o relato de um fragmento de evento; ou o resgate de processos subjetivos de entendimento de si em um determinado momento da trajetória. Green então aponta,

em seu desenrolar, dinâmicas sociais que tais eventos ou processos refletem e subsequente os suspende para expor e analisar a configuração de tais dinâmicas. A suspensão do fluxo dos eventos produz como efeito a suspensão do fluxo do tempo: como se o presente da reflexão e elucidação se tornasse uma dimensão atemporal paralela ao percurso linear interrompido. Nesse movimento ao longo das obras, a organização temporal narrativa dessa passagem cria articulação dupla: entre interrupções do tempo linear, nota-se uma cadeia de segmentos que se diferenciam qualitativamente pelo conteúdo sobre o qual se debruçam. Com empréstimo da análise de Clifford Geertz acerca do pensamento social balinês sobre tempo, trata-se de uma estruturação

não de duração, claramente, mas de precisão. Isto é, ele não é usado (...) para medir o ritmo da passagem do tempo, a quantidade de tempo decorrida (...). Ele é adaptado e usado para distinguir e classificar partículas de tempo discretas (...). Eles não lhe dizem que tempo é agora – eles apenas informam que espécie de tempo é. (2013[1973]: 171)

O compromisso com a transmissão de conhecimento poderia aproximar as obras às da primeira geração, que apresentaram esse propósito como o motivo central de sua publicação. Todavia esses dois conjuntos de textos se diferenciam muito: os primeiros disputaram os termos do entendimento da transexualidade mobilizando e negociando com saberes e tecnologias médicas, de modo a torná-la inteligível e reconhecível nos termos do enquadramento hegemônico. Produziram a transexualidade como condição superável e o estado de homem ou mulher regular, “normal” bem como a personitude completa, como estados de existência atingíveis.

Já Bornstein e Green, que vêm de uma experiência universitária em humanidades e inserção em comunidades queer, configuram na escrita a imaginabilidade de subjetividades trans a partir da reconstrução, exposição e interrogação de normas de gênero e sexualidade que, articuladas a assimetrias de raça e classe, estigmatizam e vulnerabilizam sujeitos. Inserem-se no campo de produção de conhecimento nas fronteiras entre academia (especificamente departamentos interdisciplinares em institucionalização, como gender studies, gay and lesbian studies, queer studies e o nascente transgender studies) e ativismo sobre identidade, diferença e desigualdade. Isso é notável nas referências que acionam: se Jorgensen, Martino e Richards citam profissionais da medicina, Bornstein cita Susan Stryker e Jack Halberstam, enquanto Green cita Sandy Stone, Gayle Rubin e Judith Butler. Compõem sentido através do questionamento do imaginário em circulação, não do desejo de um lugar nele.

Ademais, a escrita de Bornstein e Green sugere não mais pressupor um público leitor apenas composto por pessoas cisgêneras e heterossexuais, a quem transexualidade e transgeneridade seriam consideradas algo novo, confuso, desconhecido, na melhor das hipóteses estranho e na pior, doentio e suspeito. Os livros se voltam também (e primordialmente) a pessoas queer e à emergente

comunidade trans. A partir da reconfiguração dos códigos que organizam o entendimento da subjetividade generificada, desenvolvem uma proposta política: dedicam-se à defesa de um modelo de formação de identidade coletiva e se inserem em um campo de debates sobre elementos constitutivos, fronteiras internas e redes de articulação que a estruturam.

A respeito de Bornstein, o cerne de seu argumento se apoia no aprendizado que, sugere, ocorreu ao longo da própria trajetória: de que gênero é um sistema binário que assim como outros mecanismos arbitrários de classificação de sujeitos (como orientação sexual e classe) foi socialmente construído pela sociedade ocidental para oprimi-los. Assim como esses outros mecanismos, precisa ser examinado e desmantelado (GO, 22). Baseando seu raciocínio, dentre outras referências, em marcos da teoria construcionista<sup>95</sup>, Bornstein declara que a cultura euroamericana organiza qualidades físicas (como pelos e voz), comportamentos (o que se considera bons modos), elementos textuais (nomes, papéis na história) e posição em dinâmicas de poder (graus de agressividade, ambição e assertividade) necessariamente em masculinas e femininas. Dita organização é imposta a sujeitos ao nascerem conforme a leitura de suas qualidades físicas (em especial o aparelho genital), exigindo-se sua adequação a demais expectativas associadas a determinado elemento do binário (GO: 22-30).

Gênero como sistema formado apenas pelas categorias dicotômicas “masculino” e “feminino”, Bornstein assevera, é elaborado e apresentado como natural e invariante, alocando no âmbito da anomalia existências que recusem ou não caibam perfeitamente em uma das duas e apresentando como impossível o trânsito entre elas. Declara ser um sistema necessariamente normativo, que se impõe a sujeitos e apenas registra obediência ou transgressão. Esta última leva a penalizações: estranhamento, ridicularização, violência. Estigmatização e atribuição, as que não querem ou desejam se enquadrar, de designativos como “freak”, “anormal”.

Por ser produto da cultura e não da natureza, nos diz, gênero é menos real, verdadeiro; pode e deve ser combatido – distinguindo-se assim do sentimento de desejo e do sexo como prática. O primeiro é por ela pensado vagamente como “vontade de experimentar algo ou alguém” (GO, 39), ao passo que sexo seria a realização dessa vontade. O equivalente construcionista aqui (como sistema de produção de diferença hierarquizada que restringe a livre experimentação) seria a apreensão de desejo e prática sexual apenas a partir da atribuição de gênero a quem deseja e a quem seu desejo é direcionado: inscreve-se, assim, emoção e ato como aspectos de uma identidade cristalizada sob a categoria “orientação sexual” e seus termos classificatórios “homossexual”,

---

95 Uma referência recorrente é “Gender: An Ethnometodological Approach” das psicólogas Suzanne Kessler e Wendy McKenna (1978).



“heterossexual” e “bissexual”. Novamente, uma forma de reiterar o binário masculino/feminino e asfixiar a possibilidade de modos de ser e preferências “reais” (ibid. 38).

Gênero (e suas implicações sobre orientação sexual) é comparado ao sistema de castas na Índia e ao Apartheid na África do Sul (GO, 105) para alegar que não existe diferença de gênero sem desigualdade, demonstrar a imprescindibilidade de seu dismantelamento e sinalizar os efeitos que produz no entendimento da categoria identidade, assim como a classificação étnica e racial: levam a crer que o termo designa essência congênita definidora do sujeito de modo homogêneo – sem contradições ou ambiguidades. Em articulação a esses sistemas de diferença/ desigualdade, a identidade seria formada por um gênero decorrente de sexo, bem como por uma raça ou pertencimento a uma casta. Ocorre que, relata, o que se apresenta como identidade é um conjunto de atributos fabricados pela cultura – não aspectos intrínsecos ao sujeito.

Isso a leva a defender a recusa desses sistemas e o estabelecimento de um terceiro lugar: um modo de organização de inteligibilidade e da experiência social externo a essa estruturação de sentido opressiva – no qual as formas de apresentação de si, a adoção de maneirismos, o exercício de práticas se dessem livre e desgenerificadamente, sem as amarras da classificação binária e rejeitando-a. Esse terceiro lugar se basearia na diversidade de seus membros e na transformabilidade, trânsito, mescla entre aspectos que, na ordem normativa hegemônica, são vistos como incomensuráveis, inatos e permanentes. A relação com gênero, identidade e outros sistemas fixos se daria a partir da exposição de sua falsidade, de sua transcendência, como um xamã, e da burla, da performance, como um bobo da corte – figuras liminares, como ela sugere:

Amo a ideia de estar sem identidade, me dá espaço para brincar; mas também me deixa tonta, não ter onde me apoiar. Quando me canso de não ter identidade, eu pego uma e coloco: não importa qual identidade sejam contando que seja reconhecível: posso ser uma escritora, uma amante, uma confidente, (...), uma mulher. (...) Identidade de gênero é uma forma de autodefinição: algo para o qual podemos recuar, onde podemos encontrar um grau de privacidade de tempos em tempos (...). (GO, 40)

O que bobos têm em comum? Não jogam de acordo com regras, riem da maioria das regras, e nos encorajam a rir de nós mesmas. Suas pegadinhas (...) criam instabilidade e incerteza, tornando visíveis as mentiras entranhadas na cultura. (...) Onde o bobo tradicional borra as linhas entre gêneros, o xamã não vê linhas. Para o xamã, bobo sagrado, não há nós vs. elus: aos olhos do xamã, estamos todos unidos. O xamã pode ser chamado de transcendente de gênero. (...) o xamã só pode se apegar à essa porção de verdade se ela ou ele contar a outros. Se o xamã falha em revelar essa porção de verdade a outros continuamente, os espíritos podem enlouquecê-lo. (ibid.: 89-94)

O caráter propositivo e disruptivo de sistemas a partir da disseminação da verdade representado pelo terceiro lugar e pelas figuras liminares tem implicações nos sentidos de

transexualidade e transgeneridade que adota. Os termos ora parecem estabelecer relação de parte e todo (o segundo abarcando o primeiro), ora parecem ser intercambiáveis, mas de todo modo carregam consigo também certo fundamento questionador de norma por definição:

Há um mito em nossa cultura que define transexualidade como algo raro, e transexuais como bizarros. Mas quase todo mundo tem algum tipo de desconforto com seu status de gênero. (...) Algunes temos menor tolerância com essa insatisfação, só isso. (...) Transexualidade é um fenômeno medicalizado. O termo foi inventado por um médico. O sistema é perpetuado por médicos. (...) Para algunes transexuais, o estado da transexualidade é visto como transitório – um casulo. Entra de um gênero, sai de outro. (...) Embora isso seja certamente uma opção, a cultura faz com que seja a única. Uma solução viável a essa “escolha” é se desembaraçar da cultura ou de ter apenas duas alternativas sendo apresentadas, de modo a explorar outras opções. (...) Ao desvalorizar o gênero que deixou para trás, o transexual perpetua a “guerra” entre gêneros. (...) Uma resposta à pergunta “quem é transexual?” pode ser “qualquer um que admita ser.” Uma resposta mais política pode ser “qualquer um cuja performance de gênero questione a construção do gênero em si.” (...) Então vamos resgatar a palavra “transgendered” de modo a ser mais inclusiva. Vamos fazer com que signifique “transgressivamente generificado.” Então temos um grupo de pessoas que infringe regras, códigos e amarras de gênero. (...) (GO, 119-135)

A escolha por uma ao serem dadas duas opções não é uma escolha, mas uma oportunidade para aderir ao sistema de valores que mantém as duas escolhas apresentadas como alternativas mutuamente excludentes. Assim que escolhemos uma ou outra, nós apoiamos o sistema que perpetua o binário. Quando por exemplo eu vivi minha vida dizendo que era homem ou mulher, tacitamente sustentava todas as regras do sistema de gênero que define essas duas identidades. (ibid.: 101)

Essa estruturação de enquadramento que consubstancia diferença e desigualdade, qualifica o divisor natureza/cultura em uma escala de real e falso e atribui ao caráter regulador da cultura um funcionamento opressivo sem margem para negociação tem implicações lógicas de vulto. É o que leva à significação da transgeneridade como necessariamente uma oposição a gênero e cultura, e ao entendimento de pessoas trans que se definam em termos binários (“sou homem”/ “sou mulher”) como reprodutoras de desigualdades – assumir e reivindicar identidade masculina ou feminina seria, de modo inescapável, adotar o sistema normativo que as produz.

A solução proposta por Bornstein, em termos individuais e coletivos, é um enquadramento externo à cultura e ao seu produto gênero – enquadramento este no qual a relação com gênero, identidade e demais sistemas culturais se daria apenas de modo desprendido, marcado pela transitoriedade e experimentação, pelo humor que salienta seu aspecto ridículo, e pela mobilização das técnicas e códigos do teatro. O teatro é apresentado como a plataforma e a linguagem inclusiva

a quem “passa pelas rachaduras culturais, desafia o binário e é o Outro” (ibid.: 164), espaço em que o aspecto artificial dos sistemas opressores pode ser exposto, críticas a eles podem ser feitas de modo lúdico e papéis podem ser experimentados com fluidez. O teatro, afirma, é “a performance da identidade, reconhecida como performance. Estamos sempre performando identidades, mas quando conscientemente performamos uma e as pessoas reconhecem isso, é teatro” (ibid. 147).

Esse é o modelo, que, defende, deve ser adotado por pessoas não cisgêneras e/ou não heterossexuais na formação de comunidade. Bornstein relata que, à época da escrita, via se delinear redes de pessoas trans estabelecendo vínculos de sociabilidade e acolhimento e iniciando um movimento ativista – já era então possível reconhecer um número considerável de autôries de autobiografia, pesquisadôries, artistas (ibid.: 12-13) que produziam um discurso próprio em reação à representação cis sobre subjetividades trans, permitindo que se rompesse tanto com o isolamento e a solidão quanto com o imaginário de raridade e estranheza de dita representação. Essa comunidade em surgimento, próxima de comunidades gays e lésbicas (ibid.: 67), é vista pela autora porém como ainda fundada em rígidas regras de pertencimento e divisão de identidades – portanto reproduzindo a estruturação de enquadramento hegemônica.

É preciso, defende, que pessoas trans se libertem desse sistema, do desejo de serem assimiladas por ele e que organizem laços coletivos fundados em sua recusa e dismantelamento. Também assevera que transgender, em virtude desse comprometimento liberatório, deve ser a categoria guarda-chuva de uma comunidade interessada em luta política por direitos de pessoas não cisgêneras e/ou não heterossexuais: o interesse em romper normas é o único ponto que esses grupos de sujeitos teriam em comum. Homens gays e mulheres lésbicas só precisam admitir que violam normas de gênero e que é em virtude disso, mais do que das práticas sexuais que realizam, que sofrem estigma (ibid.: 134-135).

A abordagem culturalista de entendimento do gênero e da transgeneridade e seu acionamento visando à construção de um modelo de comunidade também ocorrem em Green. No entanto, os pressupostos epistemológicos de configuração da sua perspectiva de análise sobre tais temas levam a um enquadramento de sentido e engendram um engajamento político marcadamente distintos. Começamos com a categoria “gênero”. Na já mencionada palestra que abre a obra, o autor explica a estudantes a diferença entre sexo e gênero:

“Sexo e gênero não são a mesma coisa (...). Sexo é um sistema de classificação que divide tipos corporais baseados em capacidade reprodutiva presumida conforme tipicamente determinado pelo exame visual da genitália externa. Há um segundo sentido da palavra ‘sexo’, (...) como uma atividade na qual nos envolvemos, que tem sentidos sociais complexos em si. (...) Esse segundo sentido nos leva de volta a orientação sexual (...). Gênero é outro sistema de classificação que descreve características e

comportamentos que atribuímos a corpos, e chamamos essas características e comportamentos de ‘masculinos’ e ‘femininos.’ Então, como indivíduos, nós tanto expressamos como percebemos essas qualidades (...), então é um sistema interativo, essa coisa chamada gênero. (...) Então, fazemos pressuposições sobre o que é real ou possível baseadas nas características e comportamentos generificados que aprendemos em nossa cultura. Outra coisa interessante sobre essas qualidades generificadas é que a categoria a qual são assignadas pode mudar entre culturas, ou dentro de uma cultura com o passar do tempo. (...) Como sexo, gênero é mais de uma coisa. É mais que a apresentação externa de qualidades generificadas. É também o senso profundamente sentido de si. É o que chamamos de identidade de gênero. (...) A identidade de gênero – o senso de si – é mais forte que o corpo, e vai encontrar um modo de se manifestar. (...) Eu gostaria que vocês pensassem em diferenças sexuais e de gênero como variações, não como enganos ou defeitos, mas como diversidade natural que ocorre com surpreendente frequência entre seres humanos.” (BV, 4-9)

Assim como Bornstein, Green aposta na elaboração de gênero como sistema de classificação socialmente construído, tal qual sexo e orientação sexual. Contudo, na primeira ênfase da designação se dá na força impositiva que o sistema exerce sobre os indivíduos. No segundo, algum poder de participação e negociação no funcionamento desse sistema é concedido aos sujeitos – seja na apreensão e expressão de elementos associáveis a masculinidade e feminilidade, seja no modo como se valem de dito sistema para dar sentido a si, mesmo que em oposição às normas do sistema. Isso será elaborado a partir da definição de gênero como “um tipo de linguagem”: possui regras que orientam a eficácia da transmissão da mensagem, mas também está sujeito à ação de indivíduos em torcer os sentidos atribuídos a signos, acrescentar novos significados, promover combinações e assim afetar sua estruturação regulatória.

O que nos leva ao outro distanciamento entre Bornstein e Green. A primeira estabeleceu uma vinculação absoluta entre produção de diferença e de hierarquia; já Green desarticulou estas duas dimensões elaborando relações de desigualdade como efeitos de dinâmicas de poder através da manipulação, em termos de valor, de um sistema de significação:

Gênero, como raça, não é um sistema de poder em si; gênero, como raça, é um traço físico que algumas pessoas usam para ganhar ou distribuir poder. Como a linguagem, outro traço físico que varia conforme a habilidade, nosso gênero é tanto natural quanto artificial; a habilidade de possuir gênero e linguagem reside na existência natural ou inata de indivíduos, não importa se seu gênero expressado reforça, contradiz ou aleatoriamente se confunde pelos conceitos de um observador social sobre seu corpo, ou se sua habilidade de falar é comprometida por uma deformidade física, ou se por acaso falam uma língua diferente da qual o ouvinte possa compreender. (...) embora sexo possa e seja assignado, gênero não pode ser assignado por outro, mas apenas interpretado ou mal interpretado. (...) Penso em gênero como um aspecto de

personalidade, do modo como manifestamos quem somos no mundo. Quando expressamos julgamento negativo sobre a expressão de gênero de uma pessoa, seja um julgamento que venha de nosso próprio conservadorismo (apoiar uma dicotomia de gênero rígida que desdenha da fluidez) ou liberalismo (apoiar uma variedade ampla ou fluidez de expressão de gênero que desdenha da rigidez), estamos expressando uma falta de tolerância com diversidade. (...) Em vez de tentar controlar a expressão de gênero ou impor conformidade entre identidades de gênero e corpos, nos abrir para o reconhecimento e aceitação da variedade de combinações entre gênero e corpo que existem permite que mais pessoas experimentem mais inteiramente seus selves generificados e sexuais. (ibid.: 193-196)

O autor chama a atenção para duas nuances: uma se refere à operacionalização do sistema gênero. Ao obedecer a regimes de poder atribui-se a certas expressões e subjetividades aceitabilidade, estigmatização ou até unimaginabilidade – mas a operacionalização hegemônica não é intrínseca a gênero em si. Green sugere outras possíveis que admitam recombinações inesperadas de signos de masculinidade e feminilidade e outras atribuições de sentido generificado a caracteres físicos e papéis sociais. Não é inescapável que a operacionalização se pautem em assimetrias de valor entre formas de existência. A segunda nuance se refere ao caráter social do sistema gênero: ele não é absoluto em sua formação, referindo-se ao modo de apreender e comunicar um aspecto de si que é considerado por Green natural e inato. Assim, gênero se desmembra em duas facetas – um traço do sujeito que o define, o torna quem é; e a dinâmica interacional de atribuir sentido a ele conforme os códigos disponíveis.

Sob essa perspectiva, o “social” não é falso ou artificial em oposição à verdade do “natural”; estrutura-se pelo compartilhamento de redes de significação e pela transmissão de mensagens que propiciam a inteligibilidade de qualquer coisa na existência social, e aqui de tal aspecto de si para si e para outros. Tem efeitos reais. Como entendemos coisas e interpretamos o transmitido por outros afeta nossas ações, os lugares em que podemos circular, nossas relações.

Vemos que a arquitetura conceitual do “socialmente construído” é discrepante entre Bornstein e Green. A primeira parece se inspirar em debates recorrentes nos cursos de humanidades da academia e no ativismo sobre as fronteiras entre o natural e o social marcados por certos hábitos de pensamento apontados por Marilyn Strathern (2014[1996]) como problemáticos, redutores. Bornstein reifica o social como resultado artificial de estruturas de dominação que se impõem sobre o real e os sujeitos, e não estabelecem nenhum tipo de vínculo propriamente constitutivo com estes – que em sua “verdade” podem assumir qualquer forma ou sentido, como uma matéria bruta de plasticidade infinita e existência logicamente anterior.

O “socialmente construído” é um domínio discreto pronto, cristalizado, uma “coisa” que, enquanto tal, se vê “em oposição ou em relação a outras coisas” (ibid.: 232) e pode ser habitada, abandonada, trocada por outra pelos indivíduos caso haja conscientização de sua existência. O abandono é apresentado como única alternativa à sujeição absoluta, a que permite a fuga da dominação e o exercício da vontade e da liberdade de sujeitos. Desse modo, ele se apoia no que a antropóloga afirma ser um olhar de “mundo como inerentemente dividido em unidades. (...) o entendimento das relações como extrínsecas a essas unidades” (ibidem) – e em uma lógica de sentido binária: natural vs social, verdadeiro vs falso, individual vs social, sujeição vs libertação.

Já Green o desenha como o fundamento da relacionalidade, da vida que não se vive só. Embora, como Bornstein, pressuponha a preexistência do indivíduo, ele não é entendido como em oposição ao social – mas como inscrito em uma matriz de organização simbólica de experiências e interações. Assim, não há vida coletiva sem construção social e sem o entrelaçamento de signos e formas de expressão que fazem com que pessoas se entendam e se façam entender. Adicionalmente, não se é possível organizar indivíduo e sociedade como unidades separadas, mas atravessadas, mutuamente afetando-se. Em virtude disso, um pressuposto de tal modelo é a capacidade agentiva de sujeitos na configuração do social, assim como do social sobre os modos de apreensão de si. Não se trata de um vínculo pautado pela oposição e pela dominação. Onde se nota, nessa configuração reticular, que a lógica binária não é suficiente para sustentá-la: as formas de articulação de signos para compreender e comunicar experiências e existências não são apenas “masculino” e “feminino”, não há apenas obediência absoluta ou libertação.

Essa estruturação e dinâmica do social se evidenciam no modo como Green elabora transgeneridade, transexualidade e identidade. Ele assim qualifica no início da obra:

“Transexual” é um termo que médicos tem aplicado ao subgrupo de pessoas transgender que buscam assistência hormonal e cirúrgica para mudar características sexuais de seu corpo e alinhá-lo a seu gênero, pessoas a quem mudança física é a única acomodação satisfatória possível para seu estado transgender, e que usualmente desejam ter a elas concedido estatuto social e legal completo conforme seu gênero. Porém nem todas as pessoas que se identificam como transexuais buscam assistência médica, e nem todas que experienciam uma transição médica se identificam como transexuais (...).

“Transgender” é um termo de movimento popular, não um diagnóstico como “transvestite” (condição psicológica) ou “transexual” (condição médica). “Transgender” é um rótulo de auto-identificação para alguns e um termo político útil para outros. Muitas pessoas que são transexuais ou gênero-variantes desprezam o termo “transgender.” “Transgender” não significa pessoas que querem mudar seu sexo. Não é um eufemismo para “transexual” (...). Usar “transgender” e “transexual” de modo intercambiável significa apagar tanto a experiência individual quanto as necessidades

sociais completamente diferentes dessas duas categorias distintas. (...) Acredito que ainda estejamos aprendendo, definindo, e que podemos ter um longo caminho até entender essas condições. Usarei “trans” para abranger tanto experiência transexual quanto transgender, mas não alego descrever todas as experiências transgender ou transexuais. Pessoas trans são diversas demais. Também não creio que há um único modo possível ou melhor de ser transgender ou transexual, ou que uma expressão é mais real ou válida que outra (BV, 14-15)

Embora desenhe associações entre transexualidade e ciência médica como Bornstein, e, assim como ela, rejeite sua patologização, não reduz o sentido da palavra ao modelo normativo elaborado por profissionais e através da linguagem desse saber: reconhece que, no seio da vida social, há outros modos de entender o termo – outros modos de se valer de características físicas e papéis sociais generificados e formar o significado de “transexual”. Também é importante o esforço que empreende em diferenciar sem opor transexualidade e transgeneridade, reconhecendo interseções e, principalmente, sua qualificação como modos de existência abrangíveis sob uma categoria mais ampla, trans, que expressa trânsito de gênero. Trata-se de uma relação distinta da que vimos entre transexualidade e travestilidade nas obras brasileiras, que poderiam (ou não, no caso de Roberta Close) ter fronteiras porosas entre si mas se constituíam, cada uma, em modelos únicos. Também se afasta da categorização de Bornstein ao não vincular necessariamente transgeneridade a um enfrentamento de normas.

Também indica o interesse em delinear grupos de sujeitos sob os termos particulares “transexual”, “transgender” e o mais amplo “trans” de modo aberto, não-exaustivo: elas se formam a partir de subjetividades complexas, não homogêneas, cujas aproximações se dão através de interesses e qualidades em comum, e não em virtude de uma impossível congruência completa. Nesse processo formativo, tão importantes quanto a visibilização e valorização do que têm em comum, são as diferenças que diversificam tal identidade coletiva e não podem ser hierarquizadas. Isso se evidencia no modo como descreve: as distintas trajetórias (afetadas por desigualdades de classe e raça), relações com modos de expressão de gênero, corporalidade e orientação sexual, bem como processos de transição e formas de engajamento de homens trans da organização; as distintas experiências de socialização – e seus impactos – e demandas entre homens trans e mulheres trans; as diferentes impressões de sujeitos sobre a rentabilidade de se visibilizar o tema das transmasculinidades na mídia, na literatura e na academia, quem poderia fazê-lo e como.

Mais do que falar preponderantemente de si e dos acontecimentos que marcaram sua trajetória singular como até então vimos no gênero autobiográfico, Green explicita os variados modos de elaborar e vivenciar subjetividade trans visando demonstrar uma riqueza experiencial que excede modelos normativos (que podem ser tanto de um imaginário hegemônico cis quanto do



imaginário trans em formação). Assim, Green fala de homens trans que não desejam transformações corporais. De homens trans que desejam se submeter a todos os procedimentos disponibilizados pela medicina. Que são heterossexuais, bissexuais, homossexuais. Que tiveram o processo de entendimento e assunção pública da própria masculinidade afetado por expectativas e dinâmicas familiares, bem como leituras sociais particulares, conforme sua legibilidade racial ou pertencimento étnico, bem como sua posição de classe. Que vêm na comunidade transmasculina um espaço de sociabilidade e compartilhamento de experiências; que a vêem como um campo de articulação política em prol de reconhecimento social e equidade.

Green cita o modo como mulheres trans são desproporcionalmente afetadas pela dificuldade em serem lidas como mulheres cis e como isso as sujeita a violência, em comparação a homens trans que com mais facilidade logram certa invisibilidade em espaços cis; contudo, pontua como isso acarreta maior protagonismo de mulheres trans na militância e apagamento de experiências e demandas transmasculinas. Fala sobre como algunes entendem que representações na indústria cultural ou pesquisas sobre subjetividades trans facilitam que sejam notades e es colocam em risco de sofrer violência, enquanto outres entendem que se trata de iniciativa que facilita o entendimento e reconhecimento da complexidade de suas formas de existência.

Sublinho dito comprometimento de Green porque é significativo do projeto de identidade coletiva que leva a cabo, e a quais outros projetos responde. As experiências diversas que narra se dão em um contexto de conflito na formação da comunidade trans, em plena ocorrência ao longo da década de 90 – como se diferenças (em modelos de masculinidade e feminilidade, em expectativas de transformação corporal, em experiências de desejo) afastassem sujeitos na melhor das hipóteses, ou os opusesse, na pior. Um exemplo é o caso resgatado por Green como impulsionador para reflexão sobre reprodução, parentalidade e gênero:

Em 1999 Matt Rice, um FTM que tem sido consideravelmente público, anunciou à comunidade via e-mail que havia parado de tomar testosterona para conceber uma criança e que tinha dado luz a um filho, que ele e seu parceiro Patrick Califia, outro FTM, planejavam criar juntos. Em vez de parabenizações e bons votos, ele foi injuriado em diversas listas da internet por trazer embaraço sobre aqueles que se consideram homens porque “homens não dão a luz a bebês.” (...) Entendi que a objeção primária era o medo de que outros (particularmente a instituição médica) usariam a gravidez de Matt para invalidar as identidades masculinas de todos os FTMs. O comportamento de Matt foi visto como reificando corpos de sexo feminino dos quais muitas pessoas identificadas como masculinas tentam escapar. A Matt foi dito que ele não poderia mais se identificar como FTM, que não podia se dizer homem, que não poderia esperar compreensão ou aceitação da comunidade de homens. (...) acusaram-no de tentar falar por todas as pessoas identificadas como masculinas que tiveram corpos de sexo

feminino. Ninguém pode falar por todos nós; é impossível. (...) nós podemos falar sobre nossas observações e nossa experiência, e Matt tem direito a sua identidade e experiência como qualquer um de nós. Se temos que nos preocupar em seguir qualquer caminho prescrito para ser nós mesmos – não importa quem o prescreva: a comunidade trans, a instituição médica, ou suposições não-trans sobre comportamento de gênero estereotípico (e socialmente válido) – nós apenas estaremos nos submetendo a ser julgados por um padrão arbitrário que pode ser mudado a qualquer momento por aqueles a quem delegamos autoridade sobre nossa própria autenticidade. (BV, 144)

Esse trecho é relevante por sintetizar não só os termos através dos quais tensões marcavam os vínculos comunitários. Em especial, atenta para o modo como diferenças podiam ser interpretadas como chaves de vulnerabilização a ser exploradas por instituições que detêm controle sobre seu acesso a direitos e serviços. Mais aprioristicamente, refere-se ao modo como formas de entendimento e expressão de gênero distintas do modelo regular eram vistas como ameaçadoras a este, como se ao existirem o refutassem. É notável porque também sintetiza a proposta central de Green: não operar práticas de eliminação (ou hierarquização) para tornar a coletividade o mais homogênea, simples, palatável possível ao enquadramento hegemônico; mas sim interrogar a naturalização desse enquadramento, principalmente sua dinâmica complementar e excludente de categorias discretas permanentes e a univocidade normativa das categorias que o constituem. Tal empreendimento se dá a partir da reconfiguração da categoria identidade.

O autor abre mão de um discurso convencional que define a palavra a partir do estabelecimento de uma essência individual imutável e se distancia da plasticidade voluntarista de Bornstein para apresentar identidade a partir de uma perspectiva relacional. O sentido atribuído ao senso de si é informado pelo modo como “percepções de outros, expectativas que uns projetam em outros e autoconsciência interagem de formas complexas, não binárias e não diádicas” (ibid.: 15). Isso se dá conforme a linguagem disponível socialmente para codificá-lo e alocá-lo em relações assimétricas de valor. Ele nos mostra isso através de eventos da própria experiência: primeiro com sua recusa inicial da possibilidade de ser um homem trans – em acesso a um imaginário que apresentava a transexualidade como delírio – e depois, tendo conquistado legibilidade social como homem cis, com o afastamento da possibilidade de ser trans – em acesso a um imaginário na comunidade trans de transexualidade como condição contornável.

Apenas a partir da imersão na rede de interações da comunidade, das histórias de vida de sujeitos e de outras formas de entendimento de si Green pôde reorganizar o modo de valoração do trânsito de gênero afastando o ideal da permanência e da masculinidade cis, não mais descartando o trânsito como evento mas o incorporando como parte da própria constituição subjetiva. Valoriza, assim, um aspecto da rede de pessoas trans que, acredita, deve ser demarcado como parâmetro de

sua constituição: o modo como a convivência com outras formas de significação da existência pode ampliar nosso leque interpretativo de categorias identitárias.

Isso sugere outro elemento característico de seu entendimento de identidade: como algo mutável, que se dá em arranjo temporal, podendo assumir diferentes sentidos e formas e incorporando a própria trajetória transformativa na definição de quem se é:

Identidade não é um caixa psicossocial rígida e monolítica na qual podemos nos alocar e onde ficaremos permanentemente. Nós estamos todos nos tornando algo, e podemos nos identificar fortemente com diferentes aspectos de nossas vidas em diferentes momentos, ou novos elementos podem ser introduzidos em nossas vidas que devemos integrar a nossa identidade, como parentalidade, (...) deficiência súbita, nos apaixonar por alguém que não teríamos imaginado (...). Esses eventos evolucionários nos conduzem a novas comunidades e identidades. A tendência a “fixar” identidades das pessoas como abrangendo apenas um aspecto de si ou como imutáveis em seus vários aspectos é o equivalente a esperar que uma pessoa coma apenas maçãs porque ele ou ela comeu maçã quando vocês se conheceram. (BV, 81)

Novamente, tal propriedade também é apresentada como fundamental no projeto comunitário: como havia já sinalizado, sentidos de “transexual” e “transgender” têm origens e aspectos definidores diferentes, mas que não são de modo algum limitadores; estão abertos a contínua reestruturação, expansão e transformação. Ele nos evidencia isso ao lembrar como no movimento transmasculino, entre fins de anos 80 e início de 90, majoritariamente se evitava debates sobre sexualidade e a orientação heterossexual era tomada como evidente. Com a passagem da década, a emergência de movimentos políticos, artísticos e mudanças sociais (ibid.: 155), Green notou como o movimento foi interpelado a desafiar a suposição de desejo heteroorientado como elemento determinante da subjetividade trans. Esse movimento reflexivo desestabilizou e reconfigurou o campo de possibilidades que a identidade coletiva abarcava.

Dita afirmação também atenta a outra propriedade da categoria: sua configuração multidimensional, e os reposicionamentos em termos de relevância que podem assumir durante a existência. Em seguimento a suas reflexões sobre desejo, Green narra como em determinado momento de sua vida, após se separar da companheira, começou a dedicar atenção a “um potencial bissexual que nunca havia pensado ter antes” (ibid.: 164). Refletir sobre o próprio desejo o fez perceber que seu envolvimento com homens era obstado por medo de legibilidade:

(...) eu me sentia mais seguro com mulheres porque as diferenças de *gênero* entre nós eram grandes, então a chance de ser visto como eu mesmo era maior. Quando com um homem (enquanto eu tinha um corpo feminino), as diferenças de *sexo* entre nós seriam maiores e eu acreditava que homens sempre veriam meu corpo feminino como definidor de quem eu era. Assim que desenvolvi um corpo masculino (...) perdi o medo de que

minha identidade como homem fosse abalada pela do companheiro homem. Percebi que o interesse dos homens por mim era como homem. (ibid.: 164)

Aqui, a sexualidade se mostra um aspecto de relevo do entendimento da identidade, que na composição desta se articula a mas é distinta de gênero. Outras formas de classificação da experiência social também afetam dita formação: padrões e expectativas de expressão de masculinidade e feminilidade podem ser distintos conforme a faixa geracional, a trajetória de classe, a racialização de sujeitos. Na formação de uma identidade coletiva, significa considerar que tais dimensões se combinam mas não se interpenetram de modos variados, engendrando uma amplitude de experiências subjetivas distintas entre pessoas que se identificam como trans. E não produzem apenas vulnerabilidades, desigualdade e opressão, mas diferentes formas de ocupar o mundo, diferentes campos de possibilidade de ação.

Essa ênfase conceitual em uma identidade (individual e coletiva) compósita e em um campo social reticular desencadeiam um projeto de comunidade em relação ao campo hegemônico distinto do que Bornstein propõe: esta autora, como vimos, defende a libertação e a saída desse campo por sujeitos que não cabem em seu modelo normativo, bem como o engajamento coletivo no desmantelamento do sistema de diferença/ desigualdade e, com ele, de formas de existência produzidas como legítimas. Já a proposta de Green é de exposição da violência do regime regulatório que o organiza, da insuficiência de suas normas em dar conta da complexidade da experiência subjetiva, e de valorização da diferença, não sua hierarquização. Como efeito, gera formas de conexão no seio desse campo porque não mais se volta contra formas de existência convencionalmente valoradas, mas retira o padrão de valoração e demanda equidade na diferença. Esse desencadeamento teórico e político se explicita na conclusão da obra:

Nós projetamos, imaginamos, suspeitamos, julgamos constantemente. A despeito disso, eu defendo uma visão de comunidade que se move em direção a um mundo sem vergonha ou medo da diferença, um mundo em que pessoas não têm medo de identidades e crenças de outras. Uma visão de comunidade que nos chama à consciência sobre o modo como valoramos seres humanos. Assim como qualquer um, pessoas transexuais (...) sabemos que temos a responsabilidade de ser a melhor versão que pudermos do nosso eu mais autêntico. Através de introspecção e experimentação podemos perceber o quão similares a outros nós somos. Nós podemos aceitar os aspectos de nós que são misteriosos, temidos, incompreendidos, apreciar nosso eu inteiro, reconhecer nossas diferenças e similaridades (...). Para alguns observadores, nossa jornada parece um passo para fora das fronteiras da sociedade; para nós, assim que chegarmos em um ponto de equilíbrio – não importa o que isso pareça para outros – nós podemos reconhecer nossa humanidade e entender nossas conexões com outras pessoas. (ibid.: 216)

## Aberturas, fechamentos, derivas

Bornstein e Green, como tentei demonstrar, valem-se de algumas estratégias compositivas similares, voltam-se a um público em comum e pretendem objetivos aproximados. Em comparação com a geração de autoras brasileiras, suas semelhanças se destacam ainda mais.

Tanto o trio de brasileiras quanto os dois norte-americanos, tentei argumentar, fundaram sua narratividade em uma negociação do presente. No entanto, sua operacionalização expõe o modo como o entrecruzamento de marcadores sociais de diferença engendra imperatividades tão distintas: se nas brasileiras, trata-se fundamentalmente de responder aos imprevistos da conjuntura (com maior ou menor grau de agência), nas estadunidenses há a possibilidade de suspender o campo dos eventos e o fluxo do tempo, em prol de uma reflexão abstrata. As primeiras, lembremos, tiveram aspectos de trajetória parecidos: consideravelmente jovens expressaram certa feminilidade que era considerada incongruente ao sexo asignado; enfrentaram tensões com familiares em virtude disso que ou ocasionaram ou se somaram a certa carência socioeconômica; encontraram alguma forma de imaginar outra existência generificada, de reconhecimento e de pertencimento em uma rede de pessoas não cisgêneras e/ou não heterossexuais que, ao mesmo tempo, as expôs a formas de precarização que assolavam dita existência outra.

Vimos no início do capítulo o modo como a imprensa brasileira se referia a travestis e como o surgimento do movimento se deu em um contexto de extrema ameaça à sobrevivência. A escrita enquanto narrativa, construção de imaginário, e enquanto atividade que gera um produto final – o livro – fazem parte do enfrentamento de formas de violência representacional e material. Na Folha de S. Paulo, apenas temos registros sintéticos do lançamento da autobiografia de Roberta Close na Bienal do Livro, mas em meu acesso limitado a O Globo<sup>96</sup> (afinal é um jornal do Rio de Janeiro, onde Close e Pinho residiam) nota-se pela leitura das manchetes que há maior atenção ao trabalho literário. No caso de Pinho, a chamada das matérias sugere reconhecimento de sua forma expressiva: em janeiro de 1999, meses após a publicação de “Liberdade ainda que profana”, o periódico publica o artigo “De afiadas tesouras a penas premiadas: a cabeleireira Ruddy é a primeira transsexual a ser premiada no concurso da Biblioteca Nacional.”

Já no que toca a Close, entre 98 e 99 artigos tratando da não autorização, pelo Judiciário carioca, da retificação de nome e “sexo” em seus documentos de identificação (“A mulher que a lei

---

96A partir de 2020, mesmo sendo assinante do jornal para fins de pesquisa em arquivo digital, meu acesso a este foi subitamente suspenso. Passei quase o ano de 2020 inteiro e o início de 2021 em tratativas com o serviço de atendimento ao consumidor d'O Globo, tentando resolver isso. O jornal demorava em me fornecer respostas, alegando número reduzido de funcionários por conta da pandemia de coronavírus; me respondiam por e-mail, raramente por atendimento sincrônico (como poderia ser feito por telefone), dizendo que meu acesso tinha sido regularizado e ele nunca o foi. Em meados de 2021, exauste, cancelei a assinatura.

não reconhece”; “O Y da questão: ela vive deprimida com o não reconhecimento oficial de seu novo sexo no Brasil”) se misturam aos que aparentemente se debruçam sobre o conteúdo de seu livro. Em abril de 1998, um deles tem como manchete o título do livro: “Muito prazer, Roberta Close.” Em maio, novamente se fala dele: “O caminho de uma escolha na biografia de Roberta Close: livro retrata o homem que se descobriu mulher aos 14 anos.” Seguindo a articulação entre os dois eventos, à época a atriz e modelo também concedeu entrevista ao programa Fantástico da emissora Globo falando sobre a decisão judicial negativa e sobre a publicação da obra<sup>97</sup>.

Minha impressão é de que no caso de Close e Pinho, seus livros enquanto produtos prontos fazem parte de um processo de desestigmatização já em curso em virtude de outros aspectos favoráveis: a beleza convencionalmente cisfeminina e a fama em virtude dela, no caso de Close; a inserção na rede de entretenimento e “alta sociedade”, no caso de Pinho. A notoriedade que desfrutavam tornava alcançável uma plataforma de visibilidade, de transmissão de voz e de atribuição de certo prestígio perante um público comum usualmente negada a pessoas transexuais e travestis. Essa rede permitiu que conseguissem publicar seus livros, e a partir das histórias publicadas, se afastassem de uma identidade (e uma comunidade) travesti. Nota-se o sucesso no uso de termos nas manchetes: Pinho sendo referida como transexual (que, como vimos desde os anos 80 tem outra conotação em termos médicos e morais na imprensa); Close, como mulher.

Em comparação, Bornstein e Green apenas assumiram sua identidade de gênero e iniciaram processos de transição já na vida adulta – quase aos 40 anos. Tendo sido criados em famílias que, parecem sugerir, pertenciam à classe média alta, e ainda que manifestassem alguma forma de incongruência com expectativas de gênero associadas ao sexo atribuído, viveram em estabilidade financeira que permitiu que acessassem o ensino superior. Lá, entraram em contato com campos emergentes em profusão: estudos interdisciplinares feministas, gays e lésbicos, e redes de sociabilidade queer. Ambos participaram do nascimento da comunidade trans em sua configuração mais visível, concreta. Ambos ocuparam, em momentos distintos da vida, posições de trabalho vinculadas à comunidade: Bornstein na imprensa e no campo das artes como atriz e dramaturga; Green, trabalhando em organizações não governamentais, bem como realizando consultorias e palestras a órgãos públicos e privados sobre diversidade de gênero.

O domínio de capital intelectual e sua trajetória profissional certamente afetaram o tratamento recebido pela mídia convencional: se no Brasil, como assinalet, jornais mantêm travestis nos cadernos policiais ou constroem imagens ambivalentes de fascínio e suspeição, nos Estados Unidos veículos de mesma envergadura reagem de modo distinto. Bornstein aparece nas páginas

---

97 Reportagem disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aBSuNDIji0g> (último acesso em 12/03/2021)

do New York Times não através da dissecação de sua imagem, mas em gestos de reconhecimento de sua autoridade discursiva: em resenhas de suas peças de teatro (Brantley, 1993a; 1993b; 1994), citações de seu livro (Nash, 1993) e um ensaio de sua autoria sobre gênero, identidade e legibilidade a partir da cena de velório de sua mãe (Bornstein, 1997).

Green não recebe a mesma atenção, mas nas duas vezes em que é mencionado – uma em artigo sobre a morte de Billy Tipton e a “descoberta de seu sexo verdadeiro” (Smith, 1998) e a outra, sobre a transição de gênero da pianista Sara Buechner (Jacobs, 1998) –, é como referência no debate sobre transexualidade e transgeneridade que não se dá mais apenas acerca do significado das palavras e do “exotismo” de sujeitos, mas sobre o tratamento social que recebem, as dinâmicas de violência a que eram submetidos. É entrevistado e a legitimidade do que diz – bem como de seu próprio lugar de enunciação – se mostra inconteste.

Há uma rede de segurança material e representacional no que concerne a Bornstein e Green que viabilizou chegarem aonde chegaram – se tornar referências intelectuais, artísticas (no caso da primeira) e políticas dentro e fora do movimento trans – e construírem a narrativa como o fizeram; uma segurança que se reflete na negociação narrativa do presente, em poder suspendê-lo e interromper o fluxo do tempo para se dedicar à abstração. O modo como rememoram a existência, descrevem eventos, desenvolvem reflexões e produzem saber na escrita é afetado pelos contextos em que estavam imersos e pelas combinações de diferenças que desenharam campos navegáveis de ação, inviabilizaram caminhos e impuseram urgências.

Esse afetar se revela no modo como os movimentos de comunidade se desenham contrastivamente também nesses dois cenários nacionais. O abandono da comunidade *bicha-travesti* se faz não só desejável, mas necessário a Close, Pinho e Albuquerque como forma de se proteger de modalidades de violência que as assolavam. A produção narrativa do anseio pelo afastamento e pela mulheridade é um ato performativo individual que visa, dentre seus intuitos, resguardo no momento em que a margem de ação de redes de travestis era muito limitada e sua estigmatização vinha de diversas frentes: imprensa, saberes médicos, aparato policial e jurídico-penal, movimento homossexual; apenas justo no período de publicação dos livros, na década de 90, travestis profissionais do sexo começaram a ter acesso, lentamente, a meios de organização política e reivindicação de direitos. A assimetria de poder, contudo, era brutal.

Já os movimentos efetuados pelas obras norte-americanas são de suporte e expansão de uma comunidade em desenvolvimento, com redes de suporte mais sólidas – como a institucionalização acadêmica e negociações de articulação mais longas com os movimentos gay, lésbico e queer. Essas conexões se demonstram no esforço efetuado por autôries, ainda que cada uma a seu modo, em destacar gênero e sexualidade como dimensões articuladas mas distintas da



experiência – algo que é uma marca do desenvolvimento de campos disciplinares e militantes então. No entanto, esses dois espaços estavam marcados por tensões: quanto ao estatuto do divisor natural/socialmente construído, quanto a subjetividade e verdade, quanto a modelos desejáveis de subjetividade coletiva. Ditas tensões se revelavam nas propostas apresentadas por autôries.

Bornstein desenvolve um projeto de comunidade que se funda na ruptura em relação ao regime regulador, em um objetivo liberatório. Essa comunidade seria caracterizada por um sentido plástico, amorfo de identidade e pelo compromisso de transgressão e enfrentamento de gênero. Embora, considerando as obras anteriores, seja evidente seu comprometimento em recusar o pertencimento ao enquadramento hegemônico e expectativas cisnormativas tanto no que toca a subjetividades trans quanto a projetos de escrita possíveis, afastando tropos palatáveis, o apoio em saberes considerados legítimos e a reiteração de convenções do gênero autobiográfico trans, seu empreendimento de organização de sentido obedece a mecanismos próprios do regime regulador.

A começar por sua estruturação binária e dicotômica, como se nota na lógica opositiva que estabelece entre dentro e fora da cultura, indivíduo e sociedade, obediência e resistência, verdadeiro e falso. Ela produz, por sua vez, seu próprio sistema normativo especular no ato de afirmação da verdade que descobriu: só há enfrentamento possível da desigualdade de gênero (e outras formas de desigualdade como as de classe e orientação sexual) fora da cultura, e só há lidimidade ético-política na recusa a uma identidade de gênero e orientação sexual que caibam no binário. Como efeito, atribui a homens e mulheres transexuais, e a pessoas que se identificam como homossexuais, heterossexuais ou bissexuais – sujeitos que elaboram seu senso de si em termos de gênero e seu desejo como estáveis, definidores de seu estatuto de sujeito – o lugar de sujeição e falsa consciência ao não perceberem a “falsidade” de tais identificações, bem como refuta sua capacidade de agência.

Ademais, ao defender que o modelo de comunidade se baseie em um compromisso compartilhado de recusa e enfrentamento a categorias identitárias de gênero e sexualidade, Bornstein produz como implicação um ideal de subjetividade coletiva em si homogêneo e excludente: os membros, ela diz, devem se identificar como transgender, devem negar qualquer estabilidade identitária. Essa seria uma categoria mais inclusiva e esse seria o objetivo que todos teriam em comum (GO, 135). Mas então, promove o afastamento de sujeitos desse campo comunitário que não são cisgêneros e/ou heterossexuais, mas que não estabelecem a autodeterminação a partir de dita expectativa de fluidez e transgressão.

Essa organização de sentido, suas implicações normativas e contradições foram notadas por parte de pesquisadôries e ativistas do movimento queer e trans. Um exemplo é o jornal Bay Area Reporter, que em uma resenha logo após o lançamento do livro (1994a), elogia a eloquência e o investimento teórico da autora, mas aponta a ausência de elementos empíricos que sustentem este:

o que significaria não ter gênero e transcendê-lo, não parece, acredita o repórter John F. Karr, ter sido respondido concretamente na obra. Tanto na entrevista que acompanha a resenha quanto em outra que realizou no mesmo ano sobre uma produção teatral de sua autoria, também autobiográfica, Bornstein reitera a defesa de “conquistar a identidade e jogá-la fora” (1994b:37), mas sublinha sua própria dificuldade em fazê-lo no que concerne a categorias por cujo pertencimento lutou, como “lésbica” (ibidem), e a formas de apresentação de si generificadas que produzem uma imagem de feminilidade convencional e lhe parecem inatas (1994a: 40).

Crítica mais contundente a sua obra é feita pelo escritor e ativista estadunidense Patrick Califia em “Sex Changes: Transgender Politics” (1997). Ele reconhece a originalidade de sua escrita, a complexidade da teoria desenvolvida e a importância do resgate do direito a voz e autoridade discursiva que Bornstein realiza. Aponta, porém, que a recusa tanto do estatuto de verdade de formas de identificação com padrões de gênero quanto de aspectos positivos de um sistema classificatório de diferenças faz parte de uma análise simplista de dinâmica de poder – o que se revela ademais no modo como ignora modalidades de negociação com as normas, realizadas por sujeitos, que não se pautam pela resistência direta e absoluta. Da mesma forma, denuncia o efeito de apagamento de lutas por equidade fundadas na mobilização e valorização de marcas identitárias ao Bornstein defender uma causa comum de mobilização coletiva – produzindo, assim, um imperativo de semelhança entre os membros:

Pedir a homens gays e mulheres lésbicas que desistam das qualidades que lutam para defender, que são chave a suas identidades individuais e comuns, é um caminho muito árduo em direção à aliança política. Seria muito mais fácil e eficiente acordar em trabalhar juntos em direção a objetivos em comum. (...) Não podemos esperar realisticamente acabar com discriminação e estigma baseados em sexo ou gênero através da eliminação de identidades que são loci de poder abusivo ou marginalização. Eliminar tais identidades seria uma forma de opressão. (...) Temos que aprender a celebrar nossas diferenças, não “moralmente ordenar sua extinção.” (ibid.: n.p.)

Meu objetivo aqui não é diminuir a riqueza da obra de Bornstein. Porém, há um esforço recente nos estudos trans em valorizar o caráter contestatório de sua escrita de si em detrimento do que se entende como cânone autobiográfico trans. Esse cânone, de acordo com certo corpo de trabalho, empreende convenções narrativas voltadas a um público cisheterossexual de modo a assegurar a observância a padrões de gênero e sexualidade e assim cavar inteligibilidade dentro de um enquadramento cisheteronormativo (Jacques, 2017), produzindo nesse processo um modelo singular de narrativa e subjetividade transexual (Vipond, 2018). Já Bornstein em “Gender Outlaw” recusaria e questionaria essas expectativas de inteligibilidade, como ao voltar-se contra a patologização da transexualidade e defender formas de indeterminação de gênero em vez do tropo

da alma presa no corpo errado. Ela constituiria, assim, uma “normatividade aberta” que em oposição às primeiras obras, não delimitaria apenas uma forma possível de ser trans, mas permitiria “o florescimento de outras subjetividades e experiências” (ibid.: 15).

Não me deterei demonstrando os aspectos problemáticos dessa operação no que toca à primeira geração de obras – o fiz no primeiro capítulo dessa tese. No entanto, assim como anteriormente propus que fôssemos além de expressões em si e investigássemos seus processos de organização de sentido, tentei empreender o mesmo nesse capítulo. Embora Bornstein proponha teorias e projetos liberatórios, ela o faz a partir de uma perspectiva ético-política que opera não ampliando o leque de formas de existência generificadas consideradas legítimas, mas justamente gerando o que Vipond nomeia como narrativa transnormativa: um modelo de experiência subjetiva mais verdadeiro e legítimo do que outros, que provoca constrições a outros.

Narrativa mais próxima de “normatividade aberta” é a de “Becoming a Visible Man”. De tom menos combativo e com escrita menos experimental do que “Gender Outlaw”, a autobiografia de Green se engaja em demonstrar, a partir da descrição da multiplicidade de formas de existência trans, a insuficiência de sistemas normativos em dar conta do real. Convida não ao abandono de formas de entendimento de si, por mais convergentes à norma que sejam – mas ao abandono da existência da norma, e de uma forma singular como detentora do direito à inteligibilidade e reconhecimento dentro e fora da comunidade.

“Normatividade aberta” também é termo profícuo para pensar no enquadramento de existência produzido pela segunda geração brasileira – exceto Close. Geram formas de subjetividade porosas em um continuum que recusa a separação entre gênero e orientação sexual como marcadores de classificação (social e analítica) de aspectos distintos da identidade, da prática social e da experiência tal qual as obras estadunidenses o desenham. Assim como a primeira geração, o desejo (por quem se o sente, seu exercício no encontro erótico) é elemento fundamental no entendimento da identidade de gênero; a emoção generificada faz o gênero de sujeitos, assim como certos papéis realizados na prática sexual feminilizam ou masculinizam-nos.

Mas se na 1ª geração o desejo é tomado como uma evidência de que nunca foram homossexuais, criando uma barreira entre si e a homossexualidade que é intransponível, na 2ª geração brasileira a identidade homossexual é ocupada ao longo de períodos de sua vida e logo depois abandonada em seu caminho em direção à mulheridade. *Bicha/veado*, travesti, transexual e mulher – são termos de autoidentificação igualmente válidos e autênticos usados por Pinho e Albuquerque ao longo de sua trajetória, conforme se dão combinações entre expressão de gênero, configuração de formas corporais, desejo por homens e papéis exercidos no ato sexual. A variação desses elementos se dá em uma gradação de masculinidade e feminilidade. Isso permite reconhecer

que há variância de gênero entre homens homossexuais, e que essa variância pode levar a trânsitos parciais e completos em direção a identidades femininas. Todas as posições de sujeito são consideradas reais, manifestações da verdade de si, no presente de sua habitação.

Nesse sentido, faz-se fundamental resgatar e evidenciar o imaginário construído pela segunda geração brasileira em virtude do processo sistemático de apagamento e deslegitimação pelo qual passou. Seja em virtude de um enquadramento público que via expressões femininas realizadas por sujeitos assignados ao sexo masculino como falsas e enganosas da verdade, de um desejo de afastamento da feminilidade que o movimento homossexual institucionalizado construía, de um empreendimento acadêmico de separar analítica – e ontologicamente – gênero e sexualidade como campos distintos e incomensuráveis, tal imaginário tem sido ignorado. Considerado, como investigou David Valentine (2007) no contexto estadunidense, falsa consciência, entendimento limitado sobre si, e portanto descartável. Mesmo na militância e na academia LGBTQIA+, a busca incessante por categorias cristalizadas de fronteiras rígidas tem obstado o reconhecimento e a apreciação da complexidade e riqueza analítica de modelos desviantes (desvio como deriva) de entendimento da existência e da realidade social a partir de configurações de gênero, desejo e corpo

Quando vemos uma fotografia  
Nos colocamos na posição da máquina.  
É necessário se colocar na posição das máquinas.  
Do olho que se apertou contra o visor.  
Não do outro, que estava comprimido, fechado à força.  
É por isso que quando tiro uma foto te obrigo a me olhar.  
Pra que o olhar seja uma trapaça possível contra o tempo.  
E por egoísmo, é verdade; quero que me imaginem.  
Mas também de lá a imagem  
Vai se desgastando, se perdendo.  
Assim como o que eu vi, assim como eu.  
As fotografias que não tiramos – por falta de máquina  
Ou de tempo – são as únicas que se guardam intactas.  
Como eu e você como a grande revolução como  
Todas as coisas que descansam  
Por nunca terem acontecido

Maria Isabel Iorio – Falta de máquina ou de tempo

A minissérie espanhola “Veneno”, produzida e lançada pela HBO Max em 2020, segue duas linhas temporais articuladas: uma delas acompanha o encontro entre Cristina La Veneno, cantora, atriz e profissional do sexo, e a estudante de jornalismo Valeria, e a elaboração conjunta que realizam da biografia da primeira. A outra segue a trajetória de Cristina, desde a infância e adolescência nos anos 1960 no pequeno município andaluz de Adra, em que era hostilizada pelos pais e demais conterrâneos por ser lida como um rapaz feminino, passando pela transição de gênero na vida adulta e sua inserção no trabalho sexual em Madri. Daí nos conduz ao seu encontro com repórteres e programas de TV que a catapultaram à fama, até sua detenção e aprisionamento, e os efeitos que o encarceramento provocou. Um dos eixos conectores dessas duas linhas é a porosidade entre verdade e fabulação, entre o efetivamente vivido por Cristina e a imagem que ela e a mídia construíram de modo a engendrar La Veneno – o ícone.

Minha atenção reside na fabricação do citado ícone. No modo como a série aborda a configuração de uma imagem sedutora pelas plataformas de mídia, pela ambição de roteiristas, produtórias, repórteres e âncoras em gerar curiosidade do público espectador e assim maiores índices de audiência – produzindo um efeito de retrato da verdade sobre La Veneno, alcançável pelas câmeras. Tal imagem e seu efeito são tão poderosos que afetam a própria atividade de rememoração de Cristina, seu processo narrativo de constituição temporal de si feito a Valéria.

No decorrer dos episódios em que Cristina recorda seus anos de notoriedade diante de uma encantada Valeria (que a viu pela primeira vez em um show de auditório na TV), somos apresentadas ao que está fora de seu campo de conhecimento, a partir de um olhar de narradore onisciente – como reuniões de equipe de um dos programas que a contrataram como figura recorrente –, e ao que ela testemunhou: perguntas invasivas que lhe eram feitas ao vivo, imposições de temas difíceis (como reencontros com seu pai e mãe, que a rejeitavam em virtude de sua identidade feminina), e um foco desproporcional em sua sensualidade e seu apetite sexual.

Esses elementos fabricavam uma imagem de contornos definidos de La Veneno: uma sedutora fatal sempre pronta para o encontro erótico, que aborda e seduz qualquer homem que se apresenta diante dela. Detentora de formas corporais hiperfemininas em destaque a quem a vê, e que ainda assim tem a verdade da feminilidade recusada pelos próprios sujeitos que geraram a pessoa suporte de dita imagem. No capítulo 5 da minissérie, o pico de audiência gerado pela primeira aparição de Cristina no programa (aparição esta em que ela comenta brevemente a rejeição

familiar de anos e pede que não se fale do assunto, que a entristece) leva o apresentador – também chefe de conteúdo – a trazer seus pais à capital espanhola e provocar um encontro no programa, ao vivo. Ele comunica tal decisão a Cristina poucas horas antes da gravação, e evidentemente a desestabiliza. Ela pede para ver os pais antes, e ele nega sua demanda.

Durante a rodagem, nos bastidores, Cristina observa o seguinte diálogo entre o apresentador e a mãe se dando à frente das câmeras: o primeiro mostra fotos em que La Veneno se exhibe de modo luxurioso, e pergunta se é sua filha. Ao que a segunda diz “é meu filho.” O apresentador replica questionando se “tem esperanças de que volte a ser homem”, e a senhora declara peremptoriamente “Para mim ele é homem” (2020a: 15 min).

Ao entrar em cena, sob as ordens da produção, uma Cristina notavelmente afetada presencia a mãe, que mal a olha, tratá-la com termos masculinos reiteradamente e declarar a vergonha que sente do que ela se tornou. Atribui a Cristina a “culpa” por seu destino “indecente” já que, diz, ela foi muito bem criada, assim como seus irmãos que teriam se tornado “muito bons, trabalhadores, respeitados” (idem: 17-18 min).

Embora nos bastidores a equipe de produção se mostre indignada com a dureza da família e sensibilizada com o sofrimento de Cristina, isso não a impede de provocar novos encontros ao vivo entre as duas partes. Tão recorrentes quanto são os temas de quadros nos quais Cristina marca presença, sempre em tom de curiosidade voyeurista diante de uma *figura* apresentada como exótica: o que define o ser mulher? Quais são os desejos e as práticas sexuais que comumente encontra na prostituição? Espera-se que ela exiba partes de seu corpo, que dance sensualmente, que interaja de modo sugestivamente erótico com participantes homens do programa.

A minissérie realiza um trabalho notável de mostrar como o interesse da mídia em torno dela era ambivalente: havia comoção com seu sofrimento, mas isso não impedia a equipe de produção do programa de explorá-lo do modo mais eficaz para gerar audiência, e de se desfazer dela quando o público espectador perdesse o interesse. Contudo, algo que é apenas sinalizado e não examinado detidamente é o papel de tais ajustes do visível na formação de um *efeito de representação* de La Veneno e de “trans.”

Tal questão é abordada mais explicitamente no 2º episódio (2020b). Acompanhamos cenas em que Valeria, ainda criança, vê a mãe assistir aos programas nos quais Cristina se apresentava, admira a beleza desta e é levada de volta ao quarto pela mãe por esta considerar não ser o conteúdo de tais produções recomendado a sua faixa etária. Somos, depois, conduzidos ao presente narrativo. Valeria é uma jovem universitária, ainda socialmente lida como homem. Apenas começou o empreendimento de escrita biográfica. A mãe se preocupa com tal interação; vê Cristina e demais mulheres trans como “gente perigosa”. Ao que Valeria desabafa:



Mamãe, você falou que Cristina era uma mulher perigosa. Mas sabe o quê? Perigosa é uma mãe que te maltrata. Perigoso é ter que sair de casa aos 13 anos. Perigoso é que em cada esquina te chamem de viado. E que sua maior tortura seja o desejo de que alguém te ame. Ou se sentir sozinha, porque ninguém te vê como você é. Isso é perigoso, mãe. Ela soube lutar, mas não é uma mulher perigosa. São mulheres... bom, somos mulheres para quem o mundo é perigoso. (ibid.: 49-51min)

A existência de uma minissérie como essa em 2020 é significativa. Não em termos de lançar luz sobre uma mulher transexual – como vimos no primeiro e no segundo capítulos, mídia e cinema já o faziam desde os anos 1950-60 nos Estados Unidos, e desde os anos 1980 no Brasil. A questão aqui é o modo como essa atenção se configura, as interrogações feitas em relação a esses sujeitos, quem tem o poder de fazê-las, e que tipo de conteúdo (significado, imagem de sujeito) resulta visualizável. “Veneno” é baseada na biografia de Cristina escrita pela jornalista Valeria Vegas<sup>98</sup>, também uma mulher transexual. A produção, conforme créditos de episódios e entrevistas da equipe, contou com sua participação direta. Ademais, a minissérie é protagonizada majoritariamente por personagens trans interpretadas por atrizes trans.

Por fim, trata-se de obra que, diferentemente das produções que abundavam nas décadas anteriores, não está interessada em seguir os projetos de representação hegemônicos de subjetividades trans levados a cabo por plataformas de mídia geridas por pessoas cis. Jack Halberstam (2005: n.p.) sintetizou tais projetos com precisão: 1) projetos de estabilização, que estabelecem trajetórias trans como estranhas, exóticas, por vezes patológicas (como vimos no primeiro capítulo com Christine Jorgensen, e no segundo com Roberta Close); 2) projetos de racionalização, que tentam encontrar explicações para um comportamento considerado inicialmente irregular, restituindo esses sujeitos de algum modo ao enquadramento cisheteronormativo (como vimos no primeiro capítulo com Mario Martino e com João Nery); e 3) projetos de trivialização, que retiram a significância do trânsito de gênero ao enquadrá-lo como inconsequente, meio para outros objetivos – recorrentes no Brasil quando, por exemplo, discursos de imprensa nos anos 80 e 90 vinculavam a feminilização de formas corporais de travestis direta e unicamente a um desejo de se envolver eroticamente com homens.

A minissérie não apenas nos mostra como o primeiro desses projetos é levado à cabo pela mídia em relação a Cristina. Também reconstitui sua trajetória de forma complexa: atribui nuance ao desenvolvimento subjetivo da protagonista; aponta modalidades variadas de violência e vulnerabilização afetando as oportunidades que se desenharam a ela; mostra o modo como se engajou em relações. Em todas essas chaves, reconhece formas possíveis de exercício de vontade.

98 “¡Digo! Ni Puta Ni Santa. Las memorias de La Veneno”, lançado em 2016 de modo independente.

“Veneno” epitomiza, tanto através das configurações de sua produção, quanto do conteúdo que retrata, questões que vêm saturando mídia, militância e academia em discursos sobre subjetividades trans principalmente ao longo da década de 2010. Tais anos são marcados pelo que se considera um aumento sem precedentes de visibilidade do tema e de pessoas trans na imprensa e na indústria cultural, nas redes sociais que rapidamente surgem, se expandem, perecem e se fundem, nas pautas políticas de passeatas, em debates parlamentares, nos espaços de formação de políticas públicas. O que significa disseminar a visibilidade de experiências de trânsito de gênero? O que se evidencia e o que é silenciado? Quais são os termos de arranjo do visível e quem tem controle sobre tal empreendimento? Que efeitos o visível produz em imaginários hegemônicos? Quais as articulações entre estes imaginários e condições materiais de existência? Como navegar as tensões entre “falar de” e “falar por”, bem como os limites e possibilidades de cada uma dessas frentes distintas, por vezes conjugadas?

Este capítulo tenta responder a essas perguntas através da análise de 4 obras auto/biográficas lançadas entre 2010 e 2020 – a saber, “Transition: the story of how I became a man”, de Chaz Bono e Billie Fitzpatrick (2011); “Thammy: nadando contra a corrente”, de Thammy Miranda e Márcia Zanelatto (2015); “Tomorrow will be different: love, loss, and the fight for trans equality” (2018), de Sarah McBride; e “Eu, travesti”, de Luísa Marilac e Nana Queiroz (2019) –, e da conjuntura sociopolítica, intelectual e cultural na qual surgiram. Atribuo foco especial a obras e autôries que, navegando na indústria de entretenimento ou política formal (em especial organizações não-governamentais, partidos políticos e poderes públicos), ou até transitando entre ambos, permitem-nos pensar: que imagens os relatos de si de pessoas públicas engendram? Como reagem a enquadramentos representacionais que a mídia dedica a elas, a sua vontade de saber (Foucault, 1988)<sup>99</sup> sobre trânsito de gênero? Que estratégias de visibilidade usam para fazer

---

99 Com o termo o filósofo se refere, em refutação à hipótese repressiva sobre a sexualidade, a “verdadeira explosão discursiva (...) uma fermentação discursiva que se acelerou a partir do século XVIII” (1988: 23-24). Seu argumento é que dita multiplicação de discursos se dá não como forma insurgente de comunidades entendidas como ilícitas, mas sim no seio das redes institucionais envolvendo por exemplo os campos médico e jurídico. Ademais, não implicava nem liberdade desenfreada em dizer nem o tratamento de condutas narradas em termos de condenação ou alocação como lícitas ou ilícitas. Tratava-se de incitação regulada à fala de modo a alimentar uma racionalidade em torno do desejo e das práticas sexuais – enquadrá-los em termos classificatórios, estatísticos, nosológicos, legais; posicioná-los no cerne de preocupações, análises e projetos governamentais de intervenção. Evidentemente, a “vontade de saber” a que aqui me refiro é menos diretamente racionalista e regulatória, voltada a uma ciência e a uma economia política precisas. Trata-se, mais, de um olhar jornalístico sobre a esfera privada associado à cultura de celebridade: fofocas, escândalos, entrevistas exclusivas que “se afasta[m] do relato das notícias gerais, das reportagens, das informações, centrando-se na idiossincrasia do sujeito retratado” (Ortiz, 2016: 676). Contudo, empresto o termo de Foucault porque ele nos diz que essa vontade de saber deve ser pensada não a partir da questão de falar ou não – mas sim de que maneira se fala, quem tem o poder de falar e em que termos, a partir de quais pontos de vista e produzindo quais efeitos. Podemos fazer as mesmas questões no âmbito da visibilidade, indo assim além do “a visibilidade aumentou ou diminuiu? Ser visível é bom ou ruim?”

transexualidade, travestilidade e transgeneridade visíveis? De que modo produzem repetições ou fissuras ao regime político de representação?

### **Fundamentos da posição**

Para seguirmos, antes traço alguns pressupostos de análise e inspirações teóricas – principalmente acerca do entendimento do visível e do regime político de representação. Não pretendo fazer um apanhado bibliográfico referente a esses temas; cada um tem uma tradição em campos de investigação estabelecidos, como a antropologia dos sentidos e da percepção, a antropologia visual e a antropologia política. Pretendo apenas salientar os referenciais que informam minha abordagem, e do que me distancio; assim, quem segue a leitura pelo capítulo tem familiaridade com a caixa de ferramentas de que me valho para montar meu argumento.

Na antropologia contemporânea o interesse em torno da percepção há décadas vem ganhando fôlego, principalmente no que se refere a dinâmicas sociais de apreensão sensorial, significação e conhecimento que superam dualismos como mente e corpo. Uma determinada linha de investigação parece ter sedimentado o entendimento de que esta experiência sensorial do mundo não se dá sem mediações. David Le Breton (2016[2006]), por exemplo, inicia seu “Antropologia dos sentidos” a partir desse ponto: o corpo é a condição humana do mundo, a matéria que nos vincula a ele e pelo qual somos atravessados. Mas ditas vinculações e atravessamentos apenas se dão conforme orientações culturais de registro de sentido e valor, de investimento de atenção – orientações estas que se arranjam conforme marcadores sociais de diferença como gênero, classe e geração, e formam modelos sensoriais próprios a cada contexto sócio-histórico. No que diz respeito especificamente à visão, trata-se de considerar o vocabulário que sinaliza a economia de privilegiamento do foco (ibid.: 71-72).

O sobrevoos de Le Breton sobre a experiência sensorial é generalista demais, mas outro aspecto por ele pontuado relevante ao tema é a constante associação entre ver e conhecer – como se se tratasse de um acesso mais preciso ao real do que o proporcionado por outros sentidos. Um exemplo dessa convenção são metáforas visuais recorrentes para se referir a pensamento e reflexão, e termos que designam deficiência visual – p.e., cegueira – como figuras de ignorância.

Mas, nos lembra Csordas a partir de Merleau-Ponty e Bourdieu (2008), há sempre mais do que nos chega aos olhos, há sempre mais do que efetivamente podemos perceber. Tal parcialidade se dá porque a atividade perceptual é exatamente isso – uma atividade, não uma captura perfeita, imediata e direta; é, portanto limitada e informada por esquemas sociais de cognição e avaliação que condicionam a existência no mundo. Donna Haraway, mobilizando a metáfora da visão, elabora mais precisamente o que significa esse arranjo situado do olhar e do conhecimento em oposição a

fantasias de olhar conquistador descorporificado que não vem de lugar nenhum. Ao contrário do que a história da ciência vinculada ao militarismo, ao colonialismo e à supremacia branca e masculina vem engendrando como modelo de conhecimento, a visão não alcança mobilidade infinita para ver tudo, transcendendo limites e possibilidades de modo passivo e distanciado. “Há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos” (1995: 22) – que devido a suas diferenças e situacionalidades, a seu pertencimento a uma configuração corporificada particular e aos instrumentos de visão disponíveis, são capazes de estabelecer apenas conexões que não se pretendem perfeitas e ilimitadas.

Adicionalmente, em um entendimento intersubjetivo da percepção (e a partir da metáfora da visão que a vincula a conhecer), ela é parcial porque a realidade é indeterminada, e não cabe em isolamentos que sentidos possam tentar empreender (Csordas, 2008: 144-145). O que se vê e se conhece também é agente – não matéria estável e contida, à espera da descoberta e da captura pelo sujeito que vê e conhece: “não estamos no comando do mundo. Nós apenas vivemos aqui e tentamos estabelecer conversas não inocentes através de nossas próteses, incluídas aí nossas tecnologias de visualização” (Haraway, 1995: 38). Considerar a agência do mundo significa afastar pressupostos de fixidez e passividade e atentar para o modo como ele continuamente reestrutura o que podemos perceber. Tão importantes quanto ferramentas e limitações referentes ao ato de ver, são os arranjos gerativos do visível que resiste a ser reduzido e cristalizado nessa conversa situada, que, enquanto tal, se organiza menos em termos de verificação de verdade e falsidade incontestáveis e mais em termos de reconfigurações mútuas de significado.

Essa forma de entendimento do ver e do visível, atentando aos regimes de estruturação da visualidade, é a que gostaria de manter em mente – em especial ao investigarmos modos particulares de empreendê-la. Refiro-me, aqui, a formas expressivas como a escrita (a literatura, mas também a imprensa) e a produção de imagem e vídeo, e ao modo como se dá seu arranjo e disposição para consumo por certo público – em outras palavras, ao que se convencionou referir como representação verbal e representação visual. Reconheço que, como observado por Mitchell, esses dois tipos se distinguem conforme uma série de critérios: no aspecto formal de sua composição, nas cadeias de produção e dinâmicas institucionais das quais resultam, na sua circulação e mercado de consumo, nos valores socialmente atribuídos a eles, dentre outras (2013[2009]: 11). Contudo, também seguindo o autor, em minha análise do imaginário que se produz a partir de registros escritos e visuais sobre subjetividades e pessoas trans, parto do argumento de que a interação entre imagens e textos é constitutiva desse campo representacional.

Esse caráter misto da representação está presente desde a emergência do gênero auto/biográfico trans: os livros de Jorgensen, Martino e Richards, tratados no capítulo 1, tinham seus retratos na capa e fotografias de diferentes momentos de sua vida ao longo das páginas das obras. No que toca especificamente a Jorgensen e Richards, suas imagens foram incansavelmente escrutinadas pela imprensa quando da descoberta de sua *mudança de sexo* – assim como a de Anderson Herzer, com a repercussão gerada tanto pelo seu livro quanto pelo seu suicídio. Trata-se de algo que se mantém e se acentua na 2ª geração, mas ganha caráter exponencial com a difusão da televisão, de computadores residenciais, de telefones celulares e em especial da internet nessas primeiras décadas do século XXI.

Contudo, não se trata apenas de uma articulação crescentemente inextricável entre imagem e palavra e da aceleração significativa de sua difusão; analiticamente, sigo aqui também a proposta de Tim Ingold (2015) sobre como percebemos esses dois tipos como formas de inscrição de algo em matéria – especificamente, trata-se do modo de encará-los como modalidades ontologicamente aproximadas de ver<sup>100</sup> e imaginar que adentram o corpo de quem percebe pelos mesmos órgãos perceptivos e envolvem processos cognitivos que podem ser descritos do mesmo modo. Para demonstrar essa aproximação, ele explora abordagens possíveis de “representação” que são especialmente produtivas para a análise que pretendo empreender nesse capítulo.

Ingold desafia o entendimento de que imagens e textos são receptáculos de sentido que retratam coisas que já existem no mundo, mas passa rapidamente sobre esse ponto. Faço aqui um parêntese então para expor o que quer dizer com isso. De acordo com Susan Stryker (2008), um dos fundamentos do paradigma moderno de pensamento pode ser explicado a partir da “mirror theory of knowledge” de Frederic Jameson: seu argumento é o de que a apreensão da experiência cognitiva e do trabalho científico se estrutura a partir da ideia de que há uma materialidade objetiva, estável, “âncora referencial” (ibid.: 9) constituindo o mundo que é a raiz do conhecimento e fonte de sentido. A representação seria apenas a reprodução subjetiva, um reflexo imperfeito de tal materialidade.

Susana Dias (2002) e Carolina Cantarino (2010) demonstram, respectivamente, a partir da análise de veículos de imprensa e de processos de mapeamento genético no campo da saúde da população negra o que essa política faz: pressupor uma realidade material externa, sobre a qual se imporiam significados culturais, estabiliza o mundo natural e o opõe ontologicamente ao campo

---

100 O autor se refere à visão, mas não sem considerar moldes alternativos que possa tomar em articulação a demais sentidos. Por exemplo, ao fazer referência ao corpo de investigação de Mary Carruthers e aos escritos de Richard de Fournival, menciona que, na Idade Média, pintura e escrita eram entendidas como equivalentes não apenas na medida em que as letras eram vistas como pintadas em papel e ambas entravam na mente pelo portão da visão – mas também porque, ao ser um texto lido ou uma pintura descrita em voz alta, embora penetrassem o corpo atento através da audição, eram pintadas na mente da pessoa ouvinte e assim vistas com os olhos da mente (ibid.: 288-289).

mutável da cultura, estabelecendo fronteiras imiscíveis entre eles. Ademais, legitima formas de conhecimento “duras” que teriam acesso privilegiado à substância verdadeira desse natural em oposição a humanidades que se debruçariam sobre aspectos subjetivos, culturais, e portanto menos “reais” (Cantarino, 2010: 132).

Voltando a Ingold, ele nos convida a questionar a relação dicotômica entre referente material e natural e representação subjetiva, questionando a estabilidade do primeiro e a superficialidade da segunda. O antropólogo nos leva a ver formas expressivas como elementos que compõem como nós “em uma matriz de trilhas a serem seguidas por olhos atentos” (2015: 285). Nesse sentido, deixam de ser entendidas como reproduções interpretáveis de algo, mas “como as coisas no mundo, no sentido de que temos que encontrar nossos caminhos através e entre eles, habitando-os como fazemos com o próprio mundo” (ibid.).

A partir da análise de (e inspirando-se em) uma miscelânea de fontes – de práticas monásticas cristãs na Europa medieval a tradições de pintura de povos aborígenes australianos, passando pelas reflexões sobre arte de Kandinsky – Ingold perturba dois elementos associados a representação de imagem e texto. Um deles é seu caráter estático: a ver a leitura não como captura do todo em um relance (a atividade é imediata) ou decodificação de algo cristalizado (a atividade demanda tempo, mas o material é em si considerado imóvel, fixo no tempo porque o artefato texto estaria pronto). Ver a leitura como uma perambulação dos olhos por elementos que compõem a imagem e por letras e palavras que compõem o texto, e como uma perambulação da mente pela ambientação que tais estímulos visuais criam. Trata-se de uma equiparação ontológica que faz à experiência de caminhar em si, o que nos leva ao segundo elemento em desestabilização.

Essa equiparação se dá de modo a afastar texto e imagem como cópias (verossímeis ou não) do ambiente real e entendê-los, junto com o ambiente, como experiências perceptuais que evocam e revelam sentidos e direções à experiência e à vida. Retirando a expectativa referencial da realidade objetivamente dada e anterior à representação e colocando-as em mesmo pé no que toca à experiência de perceber, desvincula-se a necessidade de fidedignidade de uma em relação a outra e se as apresenta como modos distintos de habitar o mundo e encontrar sujeitos, formas.

Este convite à reimaginação da experiência perceptiva via crítica ao regime político de representação ganha ainda maior fôlego quando consideramos suas implicações em sistemas de produção de diferença e assimetria, atravessados por relações de conhecimento e poder, como sugeriram Dias e Cantarino. Mas se estas dão enfoque ao processo de hierarquização de campos científicos, outres intelectuais nos fazem atentar à constituição de regimes de saber e ao efeito de transparência do domínio do cognoscível por um sujeito apresentado como abstrato, mas marcado por raça, classe, gênero e sexualidade. Jota Mombaça (2015), por exemplo, tomando inspiração no

ato perceptual da escuta e a partir dos trabalhos “Pode o subalterno falar?” de Gayatri Spivak e “Who can speak?” de Grada Kilomba, afirma que tanto a prática da ciência quanto a experiência sensorial não são universais, mas projetos coloniais constituidores de um campo de realização que define quais vozes são passíveis de serem ouvidas. Demarcam não a incapacidade de sujeitos de falar ou produzir modos de conhecer, mas o empreendimento colonial de recusa em escutar e de des-realização de conhecimentos não-hegemônicos.

Assim como Haraway com a visão, Mombaça leva a experiência de ouvir a sério para elaborar um paralelo metafórico que revele o caráter ficcional do campo do real cognoscível como evidente e inteiramente dado a um sujeito abstrato que precisa estar equipado apenas com seu aparato perceptual. De acordo com a teoria básica do som, afirma, o espectro sonoro se estende para além do apreensível pela escuta humana, formando infrasons e ultrasons: “isso não significa, de modo algum, que não existam, que não se manifestem e não componham a paisagem sonora do mundo” (ibid.: 110). Ademais, no campo do audível, o processo de classificação da faixa sonora de vibrações em música e ruído, por exemplo, e à identificação e banimento de sons demonstra um regime de audibilidade que vigia e silencia sons a partir de um modelo arbitrário de harmonia. Dito regime participa da constituição de cânones musicais; perturbá-lo significa não só apontar a ficção como também, conduzindo a metáfora ao âmbito do conhecimento, a quem se escuta e a quem se considera apenas barulho no campo acadêmico hegemônico, franquear acesso a

saberes-ruído, subalternizados por regimes de verdade instaurados pelo cânone acadêmico-científico (...), deslocamentos de que resultam atravessam infecciosamente as tonalidades do conhecimento. (...) É possível pensar em uma abordagem “alargada, multivocal, invasiva” do fenômeno sonoro e das possibilidades de reinvenção sônica como potencialmente transformadoras de padrões de pensamento, percepção e sensação. Alterando sensações, modos e movimentos dos nossos sentidos entrelaçados, podemos alterar a maneira como produzimos sentido (ibid.: 11-15)

Voltando ao regime político de representação, cabe questionar: o que arregimenta espaço no campo representacional e o que é apresentado como retrato fiel do real, como voz autorizada sobre segmentos do real? Tavia Nyong’o, em reflexões recentes sobre subjetividades queer e trans racializadas e artes visuais (2014; 2019), nos convida a questionar imbricações entre mimese, autenticidade, estética e política que são menos estruturas incontornáveis e mais elementos contingentes que merecem ser desmontados e ter suas engrenagens examinadas – assim como as articulações entre eles.

Assim como Mombaça, Nyong’o toma Spivak como inspiração. Parte da separação que esta faz entre representação como “falar por” e representação como “retratar”, salientando que amalgamar ambas leva à naturalização e não questionamento da autoridade política que se dá a



partir do controle sobre meios de expressão e comunicação. Dissociá-las, por sua vez, permite que se crie uma fissura entre ambas e assim um ponto de partida para investigar e intervir em sua dinâmica de vinculação (2014: 72). Nyong'o aponta como economias políticas em torno da produção de imagem cingem narrativas: estabelecem a supressão de signos de insurgência; controlam e limitam formas e relações estéticas; vinculam elaborações a modelos de correspondência ao real. Subjacente a essa regulação, estão constrições de imaginário hegemônico do que "real" significa.

O campo representacional que se desenha para pessoas racializadas, afirma Nyong'o (em diálogo com intelectuais como Rey Chow), é delimitado a partir dos moldes de constituição de imagens autorizadas, hegemônicas por um regime discursivo branco e euroamericano – sustentado por anos de saber acadêmico, de imagens de mídia, de práticas de Estado, etc. Produz-se assim um mimetismo coercitivo que reduz a complexidade de comunidades a um modelo particular apresentado como unicamente autêntico. Ao mesmo tempo gera, entre membros da comunidade, reações de inadequação a tais moldes, auto aversão e impotência – afinal, se o real é o representado, que se torna mais popularmente aceito, como combater a leitura de sua não correspondência a ele como "imitação inferior", ou "falso"?

A reflexão desse crítico cultural é central a minha análise porque nos indica os caminhos que *representação como "retratar"* leva para se conectar a *representação como "falar por"* de um modo que se toma como dado, produzindo efeitos em comunidades subalternizadas. O acesso reduzido a estruturas de expressão, exibição e comunicação – como instituições de mídia e entretenimento – limita o campo de ação no que toca a produção de discursos sobre as próprias comunidades. A circulação hegemônica de modelos representacionais já estabelecidos – únicos, reduzidos, construídos de modo externo a tais grupos – se impõe, e é mobilizada em conflitos políticos sobre visibilidade: a existência desses modelos se torna uma salvaguarda contra acusações de apagamento (Nyong'o, 2014). Ao se apresentarem como retrato do real, reivindicam para si, também, o caráter de porta-voz das tensões, dificuldades e demandas dos grupos que retratam. Promovem uma imagem simplificada e considerada suficiente de comunidades para o debate público, e a partir desse caráter de retrato autorizado, também a eles se outorga a possibilidade de totalizar o que afeta ditas comunidades e o que elas reivindicam.

Estamos diante de tensões em múltiplas camadas: dificuldades de acesso por membros de comunidades subalternizadas a instituições de produção e circulação de formas expressivas; contenção de comunidades complexas a imagens simplificadas externamente produzidas; caráter de retrato autêntico do real que a elas se atribui; a transformação de imagens de tais comunidades em suporte para afirmações sobre visibilidade, acesso e diversidade nas instituições citadas; e seu

poder de pautar, da representação a representante, noções populares do que comunidades representadas querem.

Nyong'o nos fornece saídas a tal crise: elas exploram justamente os limites do espaço representacional e seu vínculo com autenticidade, o que significaria recusar a identificação com ele, e imaginar outras histórias que tem como fundamento organizacional a invenção, a fragmentaridade e parcialidade, a impossibilidade de totalização narrativa. Chave em sua proposta, que denomina Afro-fabulação – explicitamente inspirado em Saidiya Hartman (2008) –, é a recusa e perturbação da demanda da mimese coercitiva de classificar a representação como verdadeira ou falsa, historicamente precisa ou ficcional (ibid.: 76-77).

Quero me debruçar mais detidamente sobre essas saídas e sobre como Chaz Bono, Thammy Miranda, Sarah McBride e Luisa Marilac em diferentes modos e escalas levaram-nas a cabo. Centro-me nas tensões que regimes de visibilidade e políticas de representação causam e como Chaz e Thammy, de um lado, McBride, de outro, lidam com elas de modos opostos sem contudo rompê-las. No caso de Marilac, poderemos ver os contornos de uma recusa possível.

### **Uma linha feita de pontos críticos**

As primeiras décadas do século XXI são interpretadas com um misto de ceticismo e assombro. Um pouco antes da entrada nos anos 2010, Susan Stryker identificou mais continuidade e solidificação de movimentos desenhados em períodos anteriores do que de fato transformações cruciais: menciona aumento de representação não preconceituosa na mídia de massa, em especial em séries de TV e no cinema, mas também proliferação de artistas trans ocupando o campo artístico da subcultura queer em particular. Ademais, sinaliza a expansão de obras escritas por pessoas trans, bem como de gêneros literários a que se dedicam e os tensionamentos das fronteiras entre eles – como autobiografias, livros de teoria, antologias de ensaios, que de algum modo mesclam e borram critérios esperados a suas classificações formais (2008:147-148).

A historiadora também salienta a persistência de preconceito e violência transfóbicos, refletidos em sua forma mais aguda no crescente número de homicídios a cada ano – o que levou por sua vez à instituição, pela ativista Gwendolyn Ann Smith, do Dia Transgênero da Rememoração em 20 de novembro de 1999, como uma data de vigília e homenagem pública a vítimas, registrando seus nomes e histórias coletivamente<sup>101</sup>. Tais índices de brutalidade encontraram como reação uma

---

101 Demonstrando novamente as tensões no fazer ver, intelectuais como Sarah Lambie (2008) e C. Riley Snorton e Jin Haritaworn (2013) questionam as formas de visibilização de trajetórias e de pessoas trans racializadas, em especial as em vulnerabilidade socioeconômica que exerciam trabalho sexual (afetadas de modo desproporcionalmente massivo pelo transfeminicídio) apenas a partir de sua sujeição a extrema violência e a morte em eventos como TDOR. O argumento de Lambie é o de que dito empreendimento de rememoração tem operado de modo a totalizar suas imagens

mobilização por direitos por organizações ativistas também em expansão – qualificando uma forma de ativismo particular voltada a aprovação de Projetos de Lei e desenhos de políticas públicas através de atuação em advocacy.

Na introdução do segundo volume de “Transgender Studies Reader” lançado em 2013, Stryker e Aren Z. Aizura salientam outros aspectos que evidenciam a atenção crescente ao tema: o crescimento meteórico de teses e dissertações, artigos acadêmicos e livros publicados por editoras universitárias que apresentam subjetividades trans (principalmente “transgender”, mas também “transexual”, “transvestite”, “genderqueer”, etc) como questões chave de investigação – em especial entre os anos 2000 e 2008; a disseminação de sujeitos que apresentam não conformidade de gênero na cultura popular, como participantes de RuPaul’s Drag Race e Chaz Bono em “Dancing With the Stars”; e o engendramento, pelos aparatos de governo estadunidense em crescente militarização pós-11 de setembro, de mecanismos de vigilância e policiamento fundados em normatividades trans – reconhecendo certas formas de trânsito de gênero (marcadas por raça e classe) como aceitáveis no campo da cidadania, e atribuindo a outras o estatuto de ameaças.

Em 2014, Laverne Cox estampou a capa da revista Time, acompanhada do título “O ponto crítico trans”<sup>102</sup> – a primeira pessoa trans a ocupar esse lugar na história do veículo. A longa reportagem desenvolvia dois argumentos principais. O primeiro, de que a conjuntura que então se desenhava era ímpar, no que tange a: consciência mais geralmente disseminada sobre não conformidade de gênero; desejo de visibilidade por pessoas trans enquanto tais, assumindo transgeneridade como categoria identitária; maior viabilidade e segurança em fazê-lo, bem como o efeito informativo e humanizador da exposição de sujeitos e suas histórias para o entendimento popular sobre o tema; e a presença cada vez mais acentuada de ativistas em lutas por direitos, pressionando parlamentares e chefes de Executivo.

O segundo, de que embora tal cenário sem precedentes se mostrasse um avanço em relação a outros períodos históricos, os desafios ainda eram muitos. Para sustentar essa afirmação, a reportagem divulga dados estatísticos de um relatório que comprovam a recorrência massiva com que pessoas trans são vítimas de assédio em escolas e no ambiente de trabalho, sofrem

---

em um modelo de vítima ideal mais palatável, dissociar o ódio racial, de classe e de função que estrutura a brutalidade e assim apagar suas raízes estruturais, reduzindo as mortes a acontecimentos pontuais e não confrontando sistemas de poder que as tornam repetíveis. Já Snorton e Haritaworn apontam a hipervisibilização de nomes e corpos brutalizados de pessoas trans racializadas a partir do TDOR como ferramenta de luta por direitos de uma parte da comunidade – em especial branca, de classe média e passável como cis – que no entanto reduz e imobiliza outras partes – formadas por pessoas subalternizadas – como relevantes, dignas de atenção apenas em virtude dos atentados a integridade física e à vida que sofrem. Essa “inclusão sanguinária”, afirmam, instrumentaliza mortes e corpos mortos de pessoas trans racializadas em especial em espetáculos de narrativas e imagens de violência – mas não considera ditas pessoas em vida como enfoques prioritários da luta por reconhecimento.

102 <https://time.com/135480/transgender-tipping-point/> (último acesso em: 09/04/2021).

discriminação para alugar imóveis e ser contratadas para cargos profissionais, e tentam suicídio. Também expõe reações de grupos conservadores, que defendem a imutabilidade do sexo binário e seu caráter definidor de identidade. Por fim, cita alguns dos principais obstáculos que se impõem a uma existência digna: a ausência de garantias legais que reconheçam o direito a retificação de registro, a acesso a serviços de saúde, a ocupação de funções nas Forças Armadas, etc.

Saliento essa matéria não apenas por conta do alcance que uma revista como *Time* arregimenta, mas principalmente devido à repercussão que teve dentro da própria comunidade trans, em círculos ativistas, artísticos, acadêmicos (que se interseccionam em diversos pontos) durante anos. Parte da discussão se deu em torno: das limitações de celebridades que possuíam alguma conformidade com convenções cisgêneras de beleza como Laverne Cox em *representar* as condições de existência de pessoas trans no país (principalmente no que concerne a mulheres trans racializadas e de baixa renda); do modo como suas imagens individualizadas de glamour são usadas como referentes de sucesso meritocrático, eclipsando o que têm a dizer sobre padrões sistêmicos de *representação* na mídia e desigualdade estrutural; da presença e influência raras de pessoas trans no campo da indústria cultural que dirige a *representação*; e da associação causal direta, que se apreendeu a partir da matéria, entre expansão da *representação*, conquista de titularidade a direitos e melhoria de condições materiais de existência<sup>103</sup>.

Em termos de participação de pessoas trans e do tratamento do tema de não-conformidade de gênero no entretenimento, as últimas décadas de fato viram transformações significativas. A personagem de Laverne Cox, Sofia, em “Orange is The New Black” foi o ponto de partida em uma outra frente de reivindicação efetuada por artistas e ativistas trans: que intérpretes trans ocupassem papéis de pessoas trans em produções audiovisuais. Embora nos últimos anos histórias envolvendo personagens trans tenham se tornado mais nuançadas e sensíveis e menos marcadas por estereótipos patologizantes ou estigmatizantes (caso de “Meninos não choram” e “Transamérica”, em oposição ao retrato de pessoas trans como enganadoras cujo corpo desperta nojo, como, entre diversos casos, em “Ace Ventura: Pet Detective”), os papéis continuam sendo exercidos por pessoas cisgêneras de gênero oposto ao das personagens. Exemplos recentes mais significativos foram a escalção de Jeffrey Tambor para o papel de Maura na série “Transparent”, de Elle Fanning para o papel de Ray no filme “Meu nome é Ray” e de Scarlett Johansson para o de Tex Gill no filme “Rub & Tug” – no caso deste último, a atriz abandonou o projeto após contundente mobilização de artistas trans.

<sup>103</sup> Podemos ver menções a Laverne Cox e representação de um modo mais amplo, ou a um destes pontos ou a articulações entre eles, em níveis variados de elaboração, em: Aizura et al. (2014), Weiss (2014), Glover (2016), Ellison et al. (2017), Vipond (2018) e Chen (2019), entre outras.

A reivindicação por tais papéis a intérpretes trans se deu em paralelo a outra demanda: a de que pessoas trans também compusessem equipes de produção desse conteúdo audiovisual – participando, assim, da construção de trajetos narrativos de personagens. Embora este projeto venha encontrando muito mais obstáculos em meios de entretenimento hegemônico do que a contratação para atuação, os últimos anos foram marcados por iniciativas pioneiras nesse sentido. Cito, em especial, o projeto que se deu no âmbito da produção das séries *Transparent* (2014-2019), *Pose* (2018-2021) e “*The L Word: Geração Q*” (2019), e os levados a cabo em acordo com a plataforma de streaming Netflix: as séries *Sense8* (2015-2018) e *Crônicas de São Francisco* (2019). Em todos estes casos, pessoas trans estão por trás da câmeras: “*Transparent*” foi criada e inicialmente escrita por Joey Soloway, e teve figuras notáveis como Our Lady J na comissão de roteiro, bem como Silas Howard e Rhys Ernst entre diretores convidados. “*Pose*” contou com a escritora Janet Mock em sua equipe de roteiristas (junto com Our Lady J) e como uma das diretoras. Já a escrita dos episódios de “*The L Word: Geração Q*” e “*Crônicas de São Francisco*” teve a participação de Thomas Page McBee; esta última também contratou Silas Howard e Sidney Freeland como diretores. *Sense8*, por sua vez, foi idealizada, roteirizada e dirigida pelas irmãs Lana e Lilly Wachowsky.

Mostrando articulações entre as duas demandas, nestas produções a presença de intérpretes trans é significativa. “*Crônicas de São Francisco*” e “*Sense8*” têm mulheres trans como protagonistas, desempenhadas por mulheres trans – ainda que no caso da primeira, apenas em um episódio<sup>104</sup>. “*The L Word: Geração Q*” tem dois personagens secundários trans<sup>105</sup>, desempenhados por homens trans; “*Pose*”, por sua vez, tem o maior elenco permanente de intérpretes trans racializados da história da televisão estadunidense<sup>106</sup>.

Quando atentamos aos argumentos de tais profissionais por espaço e voz no processo produtivo e em atuação, contudo, notamos que não se trata de uma mera relação imediata entre presença e autenticidade, ou entre ambos estes aspectos e equidade social – ainda que não sejam articulações consideradas inteiramente descartáveis<sup>107</sup>. Assim como no desenrolar da matéria da

104 “*Sense8*” tem Nomi, interpretada por Jamie Clayton. Já “*Crônicas de São Francisco*” tem como uma das protagonistas a personagem transgênero Anna Madrigal, que no presente narrativo é interpretada pela atriz cisgênera Olympia Dukakis – mas que em um episódio que relembra sua chegada à cidade nos anos 1960 é representada por Jen Richards. Este episódio é significativo por contar com diversas personagens trans encarnadas por atrizes trans, como Daniela Vega e Eve Lindley. No presente narrativo, dentre personagens principais ainda há o homem trans Jake, interpretado pelo ator Garcia.

105 Micah Lee, interpretado por Leo Sheng, e Pierce Williams, interpretado por Brian Michael.

106 Dado registrado em diversos veículos de mídia, como: <https://www.independent.co.uk/arts-entertainment/tv/features/pose-film-review-ryan-murphy-ballroom-drama-movie-video-a8829691.html> (último acesso em: 12/04/2021).

107 Há sim afirmações no debate no que toca a atuação de personagens trans por intelectuais trans de que sujeitos que vivenciaram pessoalmente aspectos aproximados aos de personagens seriam capazes de transmitir com maior verossimilhança suas emoções em cena. Muitos outros sujeitos se afastam de tal linha argumentativa e defendem a plasticidade da profissão. Asseveram, porém, que intérpretes trans não são contratados de um modo geral – nem para

revista Time, o cerne do debate gira em torno da composição dos arcos narrativos de personagens, do estatuto de visível que engendram, e de quais sujeitos, informados por quais trajetórias, têm participado do empreendimento. Essa complexificação do debate sobre política de representação se evidencia com um outro marco dos últimos anos, em sua existência e conteúdo: o documentário “Revelação”, que estreou em 2020 no Netflix.

“Revelação” tem como tema central a análise da representação da variância de gênero e de pessoas trans na indústria de entretenimento estadunidense ao longo de sua história. Idealizada, produzida e dirigida por pessoas trans, conta com nomes do campo da artes e do entretenimento, bem como da academia e do ativismo para explorar como o desenho de convenções narrativas e formação de elenco produzem imagens de transgeneridade e afetam o imaginário popular sobre pessoas e formas de existência. Saliento alguns aspectos tratados pela obra.

Um deles não é a ausência de subjetividades trans nas telas de TV e cinema, como se pode supor com a afirmação recente de que estamos diante de um pico de visibilidade; mas a reiteração, há décadas (e, argumentam, desde a invenção do cinema), de modos particulares de retratá-las. Como padrões recorrentes podemos citar: a mobilização da expressão de gênero feminina por corpos assignados ao sexo masculino como artifício cômico (caso de “Quanto mais quente melhor” “Uma babá quase perfeita” e “As branqueiras”, dentre outros); sua mobilização como sinal de perturbação mental e de tendências violentas (como “Psicose” e “Vestida para matar”); e expressão de gênero masculina em corpos assignados ao sexo feminino como meios de acesso a espaços e papéis negados a mulheres (como “Vitor ou Vitória”, “Quase igual aos outros” e “Ela é o cara”).

A composição representacional é evidente – tornada ainda mais poderosa em sua repetição. Primeiro, o trânsito de gênero é um meio para fins que nada têm a ver com o senso de si: trata-se de forma de se livrar de mafiosos, se aproximar de filhos, investigar crimes, garantir meios de subsistir, desempenhar práticas autorizadas apenas a um gênero (como esportes e ocupações profissionais). Como tal, é risível porque, no processo de aprendizado da expressão de gênero, esta se mostra exagerada, falha, sempre à beira de ser perturbada pelo deixar escapar incontrolável do gênero verdadeiro – o que a tornaria, assim, falsa. Ou é manifestação de perturbações psíquicas perigosas (como a psicopatia que leva ao cometimento de assassinato) e valorada como suspeita.

Quando a representação da transgeneridade como marcador identitário conquista espaço, outras convenções a acompanham. Uma delas é sua vinculação descontextualizada ao trabalho sexual: em séries de televisão, usualmente policiais, mulheres trans são personagens com frequência

---

representar personagens trans, nem para representar personagens cis. Garantir que sejam contratadas para papéis que se aproximam a suas próprias trajetórias é o mínimo que pode ser feito como primeiro passo de enfrentamento à desigualdade de acesso à escalação de papéis na indústria hegemônica de cinema e TV.

não nomeadas, cujas cenas se reduzem a interações sedutoras com clientes, a experiências de xingamento transfóbico e a seu assassinato pelo contratante de seus serviços. Sua história é apenas ponto de partida para a investigação de crimes, e comentários jocosos sobre seus corpos feitos por protagonistas são recorrentes. Outra convenção, comum em séries médicas, é a de que personagens trans desenvolvem problemas de saúde em virtude da hormonioterapia (qualificando-a como prejudicial à vida) ou em virtude de aspectos de seu “sexo verdadeiro” – fazendo com que precisem expor seu “segredo” a pessoas com quem se relacionavam.

O que se conecta a duas outras recorrências. Uma delas é o foco, em narrativas de personagens trans, no ato de revelação ou descoberta de sua transição – principalmente por parceiros amorosos, atribuindo ênfase ao choque, horror e senso de traição que elus sentem. A outra, também associada a esse momento, é a exposição de um corpo transgênero como indutor (risível, tal qual em “Ace Ventura: Pet Detective”, e “Family Guy”, ou dramático, tal qual em “Traídos pelo desejo”) de náusea e vômito.

Os efeitos, em termos de produção de imagem de transgeneridade, são patentes: sugere-se que a verdade ontológica sobre tais sujeitos reside em um sexo permanente, aferível na estrutura do corpo, mesmo após contínuas transformações – que são, em si, apresentadas como prejudiciais à saúde. Também se atribui centralidade à complexidade de arcos narrativos de personagens cisgêneros – médiques e policiais a desvendar doenças e crimes, parceiros afetados com a “descoberta” de um “segredo escondido.” Segredo este que, em sua exposição – como o desnudamento de personagens trans –, revela uma configuração corporal necessariamente apreendida como monstruosa. Assim como o exercício de trabalho sexual, tomado como óbvio e parte da identidade, que desperta desejo apenas em sujeitos propensos à criminalidade. Ao se considerar a preponderância da contratação de atores homens cis para atuar como mulheres trans, e mulheres cis para exercer papel de personagens homens trans, e sua expressão de gênero fora das telas em marcada discrepância com o que performam dentro delas, o desenho se acentua: a transgeneridade nada mais seria do que uma montagem superficial, provisória, repulsiva, perigosa de uma verdade sexuada real, imutável.

Isso indica, afirmam intelectuais, ativistas e artistas entrevistados no documentário, um intocado controle da elaboração narrativa nos processos de produção, roteirização e direção de conteúdo audiovisual por sujeitos cis que não conhecem a fundo a transgeneridade além das convenções repisadas exaustivamente ao longo da história, inserindo-se estes sujeitos assim no seu ciclo de repetição. Também sugere que pessoas trans não são pensadas como público de tais produções, já que o foco narrativo se debruça sobre as complexidades, as emoções e as trajetórias de pessoas cis que interagem com elas.



As implicações se agravam ao considerarmos que, segundo o diretor de representação trans do GLAAD, 80% das pessoas cis estadunidenses não conhecem pessoalmente alguém transgênero – portanto, uma das poucas fontes de referência para apreensão de sentido e valor à transgeneridade é a produção audiovisual. O mesmo se dá com pessoas trans: seu primeiro contato com a variância de gênero, afirmam entrevistadas, foi a partir de filmes, seriados de TV e programas de auditório.

Ao fim do documentário, salientando maior participação de profissionais trans no cinema e na TV – como nos seriados já citados, e em filmes como “Tangerine” e “Uma mulher fantástica” – es especialistas sublinham as consequências notáveis: maior complexificação de personagens e seus arcos narrativos; relegação a relevância marginal ou afastamento de temas que interessam apenas ao público cis, como mudanças corporais (e quais, e de que modo serão tratadas); inserção da variância de gênero em contextos sócio-históricos que afetam possibilidades e limitações à existência de personagens; afastamento de pressupostos cisnormativos, como a existência de verdades ontológicas apriorísticas e transição como meio para atingimento de algo. Tais mudanças na representação, “pontos críticos”, como nomeado pela revista Time, delineiam outras formas de ver a transgeneridade<sup>108</sup>.

Em outro lugar no espectro de dinâmicas e tensões no que tange a visibilidade e representação reside o campo da política partidária e eleitoral. Embora se tenha conhecimento de que pessoas trans venham ocupando cargos eletivos em diferentes instâncias do poder público desde a década de 1990<sup>109</sup>, apenas em meados dos anos 2010 foi possível notar uma presença mais consistente de candidaturas que conquistaram assentos. Em 2017 e 2018, respectivamente, 6110 e 4111 pessoas trans foram eleitas para cargos em câmaras municipais e estaduais. Já 2020, em que se deu também a disputa pela presidência entre o candidato republicano à reeleição Donald Trump e o democrata Joe Biden, foi marcado por mais um resultado histórico: pela primeira vez uma pessoa transgênero, a democrata Sarah McBride, foi eleita como senadora.

108 Mas não são, asseveram intelectuais e ativistas – e Laverne Cox, uma das entrevistadas – o objetivo final: devem fazer parte de um projeto de transformação de imaginários e de geração de empatia com pessoas trans de modo que possa mobilizar o corpo social em prol do combate à discriminação e à violência transfóbica, da defesa de direitos a pessoas trans e de redistribuição material. Assim, as políticas de representação enquanto tais, por mais que se saliente a complexidade de seu arranjo, não se bastam se forem mobilizadas pela dinâmica socioeconômica de celebração de poucos sujeitos e de criação de narrativas meritocráticas de sucesso individual em torno deles.

109 A primeira a ocupar um cargo no Legislativo foi Althea Garrison, em 1992, como deputada estadual na Câmara de Massachusetts. No entanto, sua transgeneridade não era de conhecimento público e direitos de pessoas trans não eram sua pauta prioritária. Stu Rasmussen, por sua vez, que já havia ocupado a chefia do Executivo municipal de Silverton (Oregon) nos anos 80 e 90, assumiu-se publicamente como transgênero e foi a primeira pessoa assim abertamente identificada a ser eleita para ocupar a prefeitura de uma cidade na história dos Estados Unidos, em 2008.

110 Danica Roem para a câmara estadual de Virginia; Andrea Jenkins e Phillipe Cunningham para a câmara municipal de Minneapolis (Minnesota) – es primeiros parlamentares trans negres a serem eleitos no país; Lisa Middleton para a câmara municipal de Palm Springs (California) e Stephe Koontz para a câmara municipal de Doraville (Georgia).

111 Brianna Titone ocupou assento na câmara estadual do Colorado, Gerri Cannon e Lisa Bunker na de New Hampshire, e Kathryn Ottersten na câmara municipal de Fairbanks (Alaska).

Canais de notícias celebraram, a cada ano, o progressivo aumento de pessoas trans ocupando funções na política representativa como uma conquista da comunidade. Nota-se, nas reportagens, destaques ao fato de pela primeira vez em câmaras estaduais uma pessoa trans exercer o cargo de parlamentar<sup>112</sup>. Também se salienta em oposição a quais candidates tais eleitos concorreram e venceram – usualmente, representantes de partidos republicanos com propostas conservadoras<sup>113</sup>. Em determinados casos, vitórias ocorreram em estados considerados “vermelhos” – a saber, de eleitorado majoritariamente republicano<sup>114</sup>.

A mensagem das urnas, supõem, é a de que transgneridade é cada vez menos um critério de dissuasão de voto, e votantes tendem a dar mais atenção às plataformas de candidates – vendo suas identidades de gênero como parte dos sujeitos, mas não elementos totalizadores de sua subjetividade e de seus interesses. Como efeito, engendram a naturalização de que pessoas trans podem ocupar funções de autoridade política como esta, dissociando-as da vinculação automática e descontextualizada à marginalidade e criminalidade; fazem parte de um processo de entendimento de que equidade social apenas pode ser atingida através de uma composição de órgãos de poder representativo que *reflita* a diversidade de sujeitos, trajetórias, vulnerabilidades e demandas que formam o corpo social<sup>115</sup>. Adicionalmente, inspiram outras pessoas trans em particular a se engajar com política representativa e ver tais papéis como possíveis de ser exercidos por elas, como sinais de reconhecimento de sua cidadania e seu direito a voz no processo decisório democrático<sup>116</sup>.

112 P.e., o caso de Stephanie Byers, primeira pessoa trans indígena a ser eleita para o Poder Legislativo na história do país em 2020. Ver: <https://nypost.com/2020/11/04/stephanie-byers-1st-trans-native-american-to-win-statewide-office/> (último acesso em 13/04/2021)

113 P.e., o caso de Danica Rowen em 2017, em campanha marcada por forte antagonismo em relação ao rival republicano – abertamente homofóbico e que defendia pautas como regulamentação do uso de banheiros públicos conforme sexo assignado em nascimento. Ver: [https://www.washingtonpost.com/local/virginia-politics/danica-rowen-will-be-vas-first-openly-transgender-elected-official-after-unseating-conservative-robert-g-marshall-in-house-race/2017/11/07/d534bdde-c0af-11e7-959c-fe2b598d8c00\\_story.html?utm\\_term=.b694ee612f04&itid=lk\\_inline\\_manual\\_4](https://www.washingtonpost.com/local/virginia-politics/danica-rowen-will-be-vas-first-openly-transgender-elected-official-after-unseating-conservative-robert-g-marshall-in-house-race/2017/11/07/d534bdde-c0af-11e7-959c-fe2b598d8c00_story.html?utm_term=.b694ee612f04&itid=lk_inline_manual_4) (último acesso em 14/04/2021)

114 P.e., caso de Mauree Turner, primeira pessoa não-binária a ser eleita para o Poder Legislativo na história do país em 2020. Elu conquistou um cargo na câmara estadual de Oklahoma, estado que desde os anos 60 vem consistentemente apoiando candidaturas republicanas à presidência. Ver: <https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/meet-oklahoma-s-mauree-turner-america-s-first-nonbinary-state-n1248559> (último acesso em 14/04/2021)

115 P.e., declarações feitas por parlamentares noticiadas na seguinte matéria, salientando o quanto o exercício do cargo por pessoas que pertencem a comunidades raramente presentes em espaços de poder como câmaras estaduais e municipais podem salientar condições precárias a serem enfrentadas e grupos cujo acesso a direitos vem sendo invisibilizado que não seriam óbvios aos que não conhecem tal realidade. Também permite que provoquem questionamento de pressupostos normativos até então intactos, que orientam o desenho de projetos de lei e a priorização de certas comunidades em detrimento de outras. Ver: <https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/transgender-representation-nearly-double-state-legislatures-n1246426> (último acesso em 14/04/2021).

116 P.e., notícias que relataram a postagem de Sarah McBride no Twitter ao ser eleita: “espero que essa noite mostre a uma criança LGBTQ que nossa democracia é grande o suficiente para ela também.” E também notícias que registraram declarações de candidates de que são mais do que apenas o marcador de transgneridade: defendem pautas referentes à justiça social que se expandem para além de questões de gênero. Caso de Taylor Small, que publicou em sua página no Instagram “minha maior esperança e sonho é que outros parlamentares me vejam como empreendedora de mudanças que sou. E não me reduzam apenas a minha identidade.” Ver:

O tratamento da imprensa aos resultados eleitorais parece nos sugerir que se trata de uma vitória histórica sujeitos que vivenciam trânsito de gênero ocuparem tais posições não apenas de modo a se tornarem porta-vozes da comunidade trans no processo de elaboração de leis. No que diz respeito a certas candidatas, temas diretos e especificamente relacionados a identidade de gênero não são pautas prioritárias. Seu comprometimento político público em centrar em medidas mais abrangentes (como disponibilização de atendimento médico acessível e regulação de custos de habitação) assinala atenção não só à complexidade de fatores que afetam pessoas trans (moradia e acesso a saúde dentre eles), como o que as conecta a pessoas cis em relação a desigualdades de classe e raça. Trata-se também de uma conquista apreendida pelo que sua presença evoca a pessoas cis e trans que acompanham sua vitória eleitoral e o exercício da função: podem rever e reimaginar sentidos de transgeneridade e horizontes de possibilidade de existência social disponíveis – como a legitimação de sua subjetividade política.

No entanto, ao longo desses mesmos anos, um outro processo opositivo na mesma arena se desenvolveu: projetos de lei que propunham limitar ou vedar acesso a direitos especificamente a crianças e adolescentes trans se multiplicaram e se difundiram entre câmaras estaduais do país inteiro. Os objetos de interdição são, principalmente, acesso a serviços médicos relacionados a transição (caso de Alabama, Texas, Missouri, Mississippi, Utah, Dakota do Norte, Oklahoma, e Iowa); e participação em práticas esportivas em modalidades conforme a identidade de gênero (caso de Tennessee, Oklahoma, Dakota do Norte, Dakota do Sul e Texas).

No Brasil, processos aproximados se dão, mas em dinâmicas e ritmos distintos. Relativamente ao campo acadêmico, os anos 2000 marcaram recrudescimento de estudos relacionados a subjetividades trans de modo mais acentuado, levados a cabo quase que em sua inteireza por estudantes de pós-graduação e docentes universitários cisgênero<sup>117</sup>. De um lado, no campo das ciências sociais como a antropologia, o interesse se dava principalmente sobre a travestilidade e exercício do trabalho sexual: as etnografias de Hélio Silva (1993), Neuza Maria de Oliveira (1994) e Suzana Lopes (1995), de acordo com mapeamento de Mario Benedetti (2005), inauguram o terreno de interesse – ainda que tenham abordagens teóricas e pressupostos morais distintos, convergem à medida que se baseiam em longas horas de trabalho de campo interagindo com interlocutoras. Também têm como interesse percepções sobre corpo, gênero e identidade em articulação aos contextos de violência e vulnerabilidade econômica que marcavam a prostituição.

<https://www.harpersbazaar.com/culture/politics/a34567467/election-2020-trans-winners/> (último acesso em 14/04/2021)

<sup>117</sup> Para um mapeamento mais detalhado e de viés quantitativo, ver Coacci (2018).

As ciências sociais e em especial a antropologia continuaram expandindo e complexificando sua atenção, com pesquisas de enfoque etnográfico como as de: Benedetti (2005), Larissa Pelúcio (2007), Tiago Duque (2011), Silvana Nascimento (2014a; 2014b) e Letizia Patriarca (2015), dentre outras. Centram-se em questões que se espraiavam em articulação a transfeminilidade e trabalho sexual, como: dinâmicas de ocupação de espaço e reconfiguração de territorialidades; particularidades geracionais de sociabilidade, composição corporal e vivência do desejo; interpelações por forças policiais e pela Justiça Penal; e relações entre adoecimento (em especial o HIV/AIDS), acesso a serviços e políticas públicas de saúde e um regime regulatório de identidades e sexualidades que organiza o funcionamento destes.

Estes dois últimos focos de atenção se conectam a outros dois campos mais abrangentes que também se desenvolvem ao longo das décadas iniciais dos anos 2000 e salientam o interesse acadêmico nas ciências sociais (ou de pesquisadôries em outros campos que estabelecem diálogos com teoria e métodos próprios das ciências sociais) acerca do trânsito de gênero, afastando-se de uma atenção limitada à travestilidade<sup>118</sup>. De um lado, há articulações entre subjetividades trans e luta por reconhecimento de direitos, modelos normativos de verdade de gênero, identidade e cidadania. Cabe citar aqui pesquisas como as de Elizabeth Zambrano (2003), Flávia Teixeira (2013) e Lucas Freire (2015), que deram prioridade analítica ao campo de interlocução e tensão entre profissionais do direito (advogades, membros da defensoria pública, do ministério público e da magistratura) e pleiteantes de direitos como à retificação de nome e sexo em documentos de identificação e a acesso ao processo transexualizador.

De outro, vemos um corpo robusto de pesquisas que se dedicam à área da saúde – a produção de categorias nosológicas e diretrizes diagnósticas e de tratamento; à idealização, organização e funcionamento de serviços de saúde voltados à população trans como o processo transexualizador; a dinâmicas de interação entre profissionais da saúde e pleiteantes e utilizadôries de ditos serviços, marcadas por assimetrias de poder; a paradigmas normativos de produção de conhecimento médico sobre modos de existência generificada desviantes da cisnorma. Neste campo, são notáveis os trabalhos de Berenice Bento (2006), Marcia Arán – tanto sozinha (2009) quanto em suas parcerias com Daniela Murta (2009) e Tatiana Lionço (2009) –, Fátima Lima (2010) e Jorge Leite Jr. (2011). Aqui, tais intelectuais passam a sublinhar e submeter a exame um empreendimento classificatório médico que, afetado por pressupostos políticos e morais, se apoia em linguagem e protocolos científicos de aferição de verdade para distinguir transexual de travesti

---

<sup>118</sup> De modo pioneiro duas pessoas pesquisadoras – um homem trans e uma mulher cis se debruçaram sobre temas referentes a transmasculinidades: Guilherme Almeida (2012) e Simone Ávila (2014), ambas interessadas em apreender processos de formação identitária entre homens trans, dando especial atenção a reflexões sobre modelos de masculinidade e o papel de transformações corporais em trajetórias de autorreconhecimento.

enquanto categorias psicopatológicas. Dita distinção (e os pressupostos que a sustentam) é alimentada por e tem efeitos sobre o Poder Judiciário, elaboração e implementação de políticas públicas, representações de imprensa e conteúdo audiovisual.

Esse campo de investigação sofre uma virada com o ingresso crescente de pessoas trans em espaços de produção intelectual – dentro e fora das universidades. Sofia Favero sublinha, assim como Stryker ao olhar para o contexto estadunidense, o papel crucial de uma maior difusão da internet no Brasil na década de 2010 na produção, circulação e reflexão conjunta sobre aspectos relacionados a trânsito de gênero para além dos muros das instituições de ensino superior. Mas além disso, o acesso de pessoas trans a ditas instituições em cursos de graduação e pós-graduação formou no próprio espaço acadêmico ao longo de todo o país uma rede de pesquisadôries trans que empreendem investigações em torno de temas relacionados a identidade de gênero. Favero cita, para fins de exemplo, intelectuais como Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ), Luma Andrade (UNILAB), Megg Rayara (UFPR), Viviane V. (UFBA), dentre outras (2020a: 4).

Trata-se, novamente, de uma reestruturação de instituições não só em virtude de sua presença visível – ter pessoas trans ministrando disciplinas em salas de aula, participando de reuniões docentes, como membros de comissões de pesquisa, sujeitos cuja fisicalidade perceptível perturba expectativas de pertencimento associadas à universidade de um modo geral, e a cargos de autoridade intelectual em particular –, mas também de reconfigurações teórico-metodológicas que propõem, movidas por desafios, tensões e saídas em condução de pesquisa, bem como modos de conhecer e interpretar específicos.

Tais especificidades são produto não de uma identidade, pura e simplesmente; mas do modo como o trânsito de gênero, as formas dissidentes de habitar e mover o corpo e a reação social a eles configuram possibilidades de existência e perspectivas particulares de investigação e entendimento, até então não consideradas como posicionamentos privilegiados na universidade. Exemplos de tais propostas são a ética pajubariana (2020a) e a desaquendagrafia (2020b) de Sofia Favero, bem como o empreendimento de Viviane V. de partir da precariedade e da violência que marcam existências trans no Brasil para, valendo-se de autoetnografia, empreender um estudo crítico da cisgeneridade como norma (2015).

Tal proliferação de trabalhos forma um campo de estudos que, assim como os estudos transgênero nos Estados Unidos, tem uma relação intrínseca com o movimento trans – em especial com o que se convencionou como transfeminismo ao longo dos últimos 15 anos. Esse termo tem passado por franca disseminação principalmente a partir de 2014 através de redes virtuais de informação como o blog [www.transfeminismo.com](http://www.transfeminismo.com), fundado por Hailey Kaas. Mas também é reivindicado no cenário universitário, defendido e difundido por uma atuação acadêmica que situa

essa designação política e sua agenda como fundamento da produção de conhecimento realizada por pessoas trans engajadas em examinar formas de vivenciar identidade de gênero. Um exemplo é a coletânea “Transfeminismo: teorias e práticas”, lançada em 2014. No prefácio, Juliana Perucchi já salienta: o trabalho coletivo de enfrentamento a lógicas de exclusão de pessoas trans é necessariamente político e científico (ibid.: n.p.).

De fato, assevera Thiago Coacci, o período a partir de 2010 até a atualidade é atravessado pela 3ª onda do movimento trans, com marcações muito acentuadas. Ele destaca “o crescimento de visibilidade das pessoas trans na mídia (...), a multiplicação dos padrões de atuação política, com um enfraquecimento do modelo organizacional das ONGs e o crescimento do ciberativismo (...)” e a emergência de contra-movimentos, como o feminismo radical e a ascensão ao poder de figuras políticas de direita com foco prioritário em pautas de combate à “ideologia de gênero” (2018: 164).

Gostaria de terminar esse delineamento de contexto com dois aspectos salientados por Coacci: visibilidade em ascensão em plataformas de comunicação e expressão diversas e tomada de formas novas de engajamento político. No que toca ao primeiro, torna-se evidente como nos últimos anos a indústria cultural brasileira vem sendo cada vez mais ocupada por pessoas trans<sup>119</sup>: no âmbito da música, artistas como Jup do Bairro, Linn da Quebrada, Liniker, Majur, Mel Gonçalves (ex-membro da Banda Uó), Raquel Virginia e Assucena Assucena (do ex-grupo As Baías e a Cozinha Mineira), e Urias conquistaram notoriedade em diferentes escalas – tratando aspectos da experiência de trânsito de gênero em letras de suas canções. No audiovisual, em especial seriados televisivos, novelas e filmes de alcance mais amplo, vemos limitações que se perpetuam. Em 2014, a novela “Geração Brasil” escalou, como vinha sendo de praxe há décadas, um homem cis (Luis Miranda) para interpretar a mulher trans Dorothy – personagem cômica que teve como um

119 Isso não se dá sem desconsiderações, portas fechadas e silenciamentos por parte da indústria fonográfica e de veículos de mídia hegemônicos. Por exemplo, Jup do Bairro em entrevista à Revista Continente em 22 de junho de 2020 aponta que “o comércio – o mercado – não está preparado para mim, para corpos como o meu”, salientando a invisibilização realizada pela indústria, e valorizando a produção e divulgação independente e comunitária. Também critica – e esse ponto é importante para o argumento deste capítulo – a lógica de representação que pressupõe uma figura de diferença ser capaz de retratar e falar por outras; trata-se de franquear espaço para que outras pessoas possam contar suas histórias. Ver: <https://revistacontinente.com.br/secoes/entrevista/ra-industria-musical-nao-se-preparou-para-o-ingresso-do-meu-corpor> (último acesso em 19/05/2021)

Dois meses depois, Jup teve sua carreira, junto à de Linn da Quebrada, tratada em matéria no jornal britânico The Guardian. Na reportagem, observa-se como o padrão da indústria musical brasileira é o de enaltecer artistas brancos e cis e estilos musicais. Novamente, manifestam-se contra a palavra “representação”: “ela promove a ideia de que uma pessoa trans ou negra pode falar de uma gama de diferentes experiências, e também estimula um ambiente competitivo entre artistas”. A mensagem da indústria é que o espaço é limitado para poucos membros de grupos subalternizados, a serem apresentados como porta-vozes de uma comunidade inteira. As artistas salientam que essa abertura altamente seletiva não é suficiente para veicular expressões artísticas de artistas trans e negres em sua diversidade. Ver: <https://www.theguardian.com/music/2020/aug/12/brazil-black-trans-musicians-linn-da-quebrada-jup-do-bairro-badsista> (último acesso em 19/05/2021)



dos ápices de sua história a revelação do “segredo” de “ter sido um homem que passou por mudança de sexo” em um programa de TV, com seu namorado presente.

O tom da representação sofreu reajustes em 2017, com a novela “A força do querer”. Seguindo a tradição, a produção escalou uma atriz cis para interpretar o personagem Ivan – sob argumentos de que seu arco narrativo seria o processo de entendimento e assunção da identidade de gênero e a subsequente transição. Embora essa contratação siga os passos da convenção representacional, a novela foi um marco em outros termos.

Glória Perez, a idealizadora, afirmou em entrevistas que o personagem tinha inspiração na trajetória de João W. Nery, que conheceu ainda nos anos 1980 ao ler “Erro de pessoa.” O ativista, junto à escritora Helena Vieira e ao ator Tarso Brant, participaram da concepção da história da personagem, e serviram de ponte, durante a exibição da novela, entre roteiristas e ativistas que estavam acompanhando-a. Brant chegou a atuar como um rapaz trans que Ivan conheceu durante a tomada de decisão pela transição. Vieira, em entrevistas à época, salientou a importância de questionar as recorrências discursivas da mídia, ora redutoras (ao retratarem personagens trans apenas atrelando-as a acontecimentos trágicos), ora desumanizadoras (ao retratarem-nas a partir do cômico). Defendeu, ademais, partir de pesquisa e escuta à comunidade para dar complexidade e multidimensionalidade a personagens trans de modo a instigar mudanças no imaginário social<sup>120</sup>. Por conta de Ivan (embora não só), a novela alcançou altos índices de audiência, recebeu considerável atenção da imprensa e foi reprisada em 2020.

Em 2019, a cantora Linn da Quebrada estreou como atriz no papel da travesti Natasha na série “Segunda Chamada” da mesma emissora, centrada em uma escola de ensino noturno. Ao falar sobre a trama e a personagem a veículos de imprensa, salientou a relevância e a familiaridade de situações de discriminação vividas pela aluna fictícia; incorporá-la e performar sua coragem em um cenário de violência sinalizada ao público como tal se tornou, ao mesmo tempo, modo de retrabalhar suas memórias e experiências, canalizá-las em arte<sup>121</sup>, e de recusar um simples retrato imediato de si ou da travestilidade. A multiartista entendia atuação como produção de outras imagens, sentidos e valores possíveis de ser travesti que confrontem os que são reiterados continuamente no imaginário social como violência e morte<sup>122</sup>.

<sup>120</sup> Por exemplo, ver sua entrevista concedida ao blog do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades: <https://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/18485/como-a-forca-do-querer-trouxe-o-debate-sobre-transgenero-ao-horario-nobre-da-televisao> (último acesso em 19/04/2021).

<sup>121</sup> Ver entrevista dada ao portal globo.com: <https://gshow.globo.com/series/segunda-chamada/noticia/linn-da-quebrada-estreia-como-atriz-na-globo-em-segunda-chamada-me-senti-realmente-em-uma-escola.ghtml> (último acesso em 19/04/2021).

<sup>122</sup> Ver, por exemplo, a entrevista que concedeu à UOL sobre arte e representação: <https://tab.uol.com.br/edicao/linn-da-quebrada/#eu-sou-o-corpo-errado> (último acesso em: 19/04/2021).



No cinema, para além de documentários premiados e elogiados pela crítica que não atingiram circuitos de transmissão de largo alcance – como os biodocumentários “Meu amigo Cláudia” (2009), sobre Claudia Wonder<sup>123</sup>; “Kátia” (2012), sobre Kátia Tapety<sup>124</sup>; “Bixa Travesty” (2018), sobre Linn da Quebrada<sup>125</sup>, e “Indianara” (2019), sobre Indianara Siqueira<sup>126</sup> –, apenas dois filmes se destacam nos últimos anos: o biodocumentário “Laerte-se” (2017) e a obra de ficção “Alice Júnior” (2020), ambos disponibilizados na plataforma Netflix. Este último teve reconhecimento internacional, em especial de crítica queer e trans<sup>127</sup>.

No que diz respeito a subjetividades trans, produção de conteúdo audiovisual e apresentação de formas de existir que assumem caráter de orientação, é oportuno citar que esses anos foram marcados, em diversos países e no Brasil também, pela expansão de vlogs no YouTube conduzidos por pessoas trans. Como exemplo cito: Mandy Candy, de Amanda Guimarães; Thiessita, de Thiessa Woinbackk; Transdiário, de Luca Scarpelli; e Lucca Najar, de canal homônimo; entre outros. Com inscrites que vão de centenas de milhares (caso de Luca e Lucca) aos milhões (caso de Amanda), criadôries de conteúdo navegam entre temas diversos como moda, jogos, culinária e cultura pop - mas também compartilham aspectos de sua trajetória, propõem reflexões e oferecem informações sobre subjetividades trans: como acesso a serviços jurídicos (p.e., retificação de registro civil) e de saúde (como hormonioterapia e intervenções cirúrgicas), não binariedade, transexualidade na infância, articulações entre experiências de gênero e sexualidade, etc. Para além da expressão autobiográfica e da produção de imagens de si em trânsito, são meios

123 Foi exibido em festivais em diversos países e recebeu o prêmio de melhor documentário no Festival Mix Brasil de Cinema de 2009.

124 Foi selecionado para compor a 36ª Mostra Internacional de Cinema em São Paulo e recebeu os prêmios de melhor filme, fotografia e edição no VI Festival For Rainbow.

125 Em 2018, ganhou os prêmios de melhor documentário no Teddy Awards e no Festival Chéries-Chéris- Festival Parisiense de Cinema Gay e Lésbico, e de melhor documentário com temática LGBTI no 68º Festival Internacional de Cinema de Berlim.

126 Foi vencedor da Competição Latino-Americana da 9ª Mostra Ecofalante de Cinema, estreou no Festival de Cannes de 2019 e concorreu à Palma Queer (premição paralela do festival). Ganhou os prêmios de melhor filme no Festival Chéries-Chéri e no Festival de Cerbère, e de melhor filme do público no Festival Visionär e no Festival Fire.

<sup>127</sup> Drew Gregory, colunista do blog queer Autostraddle, parte da tradição de representação de transfeminilidade e em especial transfeminilidade queer no cinema para apontar a inovação de “Alice Júnior” – a presença de amizade entre pessoas trans; o exercício exemplar de paternidade pelo cuidador da protagonista; a construção desta (interpretada pela atriz trans Anne Celestino Mota); e o tratamento dos mecanismos da heterossexualidade compulsória entre pessoas trans, bem como o frescor da experimentação e da descoberta de outras formas de afeto e desejo. O ponto de Gregory não foi só avaliar o filme, mas salientar o poder de *representação* como essa: para ela, foi espécie de cura, de acalento da sensação de inadequação que sentia quando jovem e sem acesso a narrativas sobre subjetividades trans não heterossexuais; também foi desencadeador de fabulação – de como sua vida poderia ter sido e como veria a si mesma caso tivesse tido acesso a uma obra como essa na adolescência; por fim, foi gerador de felicidade e maravilhamento por pessoas jovens que poderão ver o longa e ser afetadas, estimuladas a pensar sobre a própria identidade ou atribuir sentido a ela. Ver resenha em: <https://www.autostraddle.com/alice-junior-review-the-trans-girl-coming-of-age-from-com-of-my-dreams/> (último acesso em 20/04/2021)

de esculpir espaços abertos de exame intersubjetivo sobre modos possíveis de existir, recusando a determinação da categoria “trans” em moldes definitivos<sup>128</sup>.

O site (e recentemente o campo de divulgação de vídeos em outras redes sociais como o Facebook e o Instagram) também foi palco para formas de visibilidade imediata que catapultaram pessoas trans à fama. Através de mensagens curtas, de comicidade inesperada, Leona (com o vídeo de 2008 “Meu nome é Leona”), Luísa Marilac (com vídeo de 2011 em que toma espumante em uma piscina na Espanha e diz “E ainda teve boatos de que eu estava na pior. Se isso é estar na pior, pohan, o que quer dizer estar bem, né?”), Raphaella Salim (com vídeo de 2017 dizendo a amigas que iria passar o carnaval em Salvador “bem menininha”), Bambola Star (que em suas redes sociais em 2018 usava as frases “Bom dia Brasil, boa tarde Itália”) são alguns dos exemplos de travestis e mulheres trans criadoras de bordões que ganharam popularidade ao longo do país.

Tais viralizações, como se costuma referir à acelerada propagação de conteúdo sobretudo via internet, lhes renderam entrevistas a veículos de imprensa e convites para se apresentarem em programas de auditório, mas da mesma forma que a disseminação se dá em ritmo acelerado, a atenção prestada a elas também se extingue rapidamente. Embora matérias sejam veiculadas buscando reconstituir o contexto e o pano de fundo que levaram à criação de ditos bordões, não têm efetivamente interesse em contrapor o efeito midiático de redução e totalização de imagens dessas webcelebridades à cena de enunciação das frases de efeito.

Isso pode ser ilustrado pelo modo como, com exceção de Leona<sup>129</sup>, o nome e as fotografias delas (e muitas outras) não evocam outras referências além dos bordões. Não se conhece sua trajetória, as circunstâncias de sua existência, aspectos de sua personalidade, seus engajamentos profissionais, artísticos, políticos. Ao examinarmos, por exemplo, as reportagens do jornal A Folha de S. Paulo que se referem a Luísa Marilac, é possível perceber que se trata em sua massiva maioria de notas curtas que a referenciam como “a transexual que ficou famosa após postar vídeos na Espanha”, “travesti hit no YouTube” e relatam ora sua presença em eventos, ora a repetição de sua

<sup>128</sup> Ainda que esse seja um campo interessante que nos permite vislumbrar formas inventivas de articulação entre narrativas de si, reconfiguração de matrizes de inteligibilidade e engendramento de subjetividade política de modos não imediatamente associados a movimentos sociais e política eleitoral e sim mais aproximados a formas expressivas, esse material audiovisual foge do recorte e do escopo dessa tese. Apenas o cito brevemente aqui para que se tenha em mente o modo como esse contexto é marcado por profusão representacional da transexualidade e da travestilidade gerida e performada por pessoas trans em virtude, dentre outros motivos, da disseminação de computadores, aparelhos celulares e internet. Um dos trabalhos pioneiros sobre o tema foi o de Tobias Raun (2016).

<sup>129</sup> Leona, após um punhado de outros vídeos que também viralizaram ainda que em menor escala, sumiu por alguns anos do olhar público. No início da vida adulta retornou, tentando emplacar a carreira de cantora. Suas músicas fizeram sucesso principalmente entre a comunidade LGBTQIA+. Em 2020, filiou-se ao PCdoB e ingressou em uma candidatura coletiva de mulheres para o cargo de vereança na Câmara Municipal de Belém. Não venceram. Adicionalmente, Leona tem usado suas redes sociais com cada vez maior recorrência para falar sobre as dificuldades que marcaram sua trajetória e sobre a precariedade que travestis e mulheres transexuais, especialmente as racializadas, enfrentam no país.

frase por pessoas famosas, como Luciana Gimenez<sup>130</sup>. Marilac apenas recebeu maior atenção após o lançamento de sua biografia, “Eu, travesti”, escrita com a jornalista Nana Queiroz e lançada em 2019. Então duas matérias noticiaram a sua participação e a de Queiroz em um episódio do podcast de diversidade “Todas as letras”, do jornal, sobre literatura LGBTQIA+.

Seguindo os destaques delineados por Coacci, além da visibilidade na mídia a 3ª onda do movimento trans é também marcada por ação política que se expande para além da organização em ONGs. Em adição a formas já mencionadas de ciberativismo, assim como nos Estados Unidos podemos notar a inserção mais significativa de pessoas trans no campo da política partidária e eleitoral, ocupando cargos de representação. Iniciativas pioneiras se delinearam já em anos anteriores: Katia Tapety (PFL) foi a primeira travesti eleita já em 1992 para o cargo de vereadora no município de Colônia (PI) – feito repetido em 1996 e 2000. Contudo, 2016, 2018 e 2020 foram anos em que se nota a disputa e conquista de espaços eleitorais de modo mais consistente e expansivo por ativistas, mas não só.

De acordo com mapeamento efetuado pela ANTRA, nas eleições de 2016 foram registradas 82 candidaturas: 80 delas disputando cargos de vereança e 2 de prefeitura. Entre os nomes, há militantes como Amara Moira e Luiza Coppieters em municípios de São Paulo, Indianarae Siqueira na capital do Rio de Janeiro, Fernanda Benvenutty em João Pessoa (PB) e Linda Brasil em Aracajú (SE) – mas também gente conhecida devido a sua participação no mundo do entretenimento, como Leonora Águila e Thammy Miranda na capital paulista. Com pessoas que se posicionam em diferentes pontos do espectro político, apenas 8 filiadas a partidos de centro e direita (a maioria pertencendo ao PP e ao PSDB) foram eleitas em 6 estados. Segundo relatório da ANTRA, elas não possuíam experiência com militância e dedicação a pautas LGBTQIA+<sup>131</sup>

Em 2018, ano em que o Tribunal Superior Eleitoral publicou portaria que regulamentava o uso de nome social por candidates e votantes e determinou que travestis e mulheres transexuais poderiam concorrer em cotas destinadas ao gênero feminino nas legendas, houve 1 candidatura ao senado federal e 54 a vagas de deputade estadual, distrital e federal<sup>132</sup>. Os resultados registraram a entrada de apenas 3 pessoas trans como parlamentares – em São Paulo a ativista, educadora e artista Érica Malunguinho (PSOL) e a também militante Erika Hilton (PSOL), que então fazia parte do mandato coletivo e suprapartidário da Bancada Ativista; e uma em Pernambuco, a advogada

<sup>130</sup> São 12 reportagens entre 2011 e 2015 que a mencionam, e apenas 1 foge do modelo citado: em 06/10/2014, a Folha recupera citações de “anônimos” sobre as eleições daquele ano e dentre elas veicula foto e fala de Marilac – descrevendo-a como auxiliar de serviços gerais e sem qualquer referência ao vídeo viralizado – em que ela diz: “Sou travesti, mas por ser conhecida no bairro o nome de batismo nos documentos não é um problema. Votei na Dilma. Nada de evangélico no poder.”

<sup>131</sup> Ver mapeamento em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2016/> (último acesso em 20/04/2021).

<sup>132</sup> Ver mapeamento em: <https://antrabrasil.org/eleicoes2018/> (último acesso em 20/04/2021).

Robeyoncé Lima como co-parlamentar da chapa coletiva Juntas (PSOL). As três sendo as primeiras mulheres trans a ocupar tais assentos nas casas legislativas. Comparando com 2016, além do número reduzido outros contrastes se verificam: diferentemente do que se notou nas eleições municipais anteriores, aqui se nota a vitória de candidatas de esquerda diretamente envolvidas com o movimento social negro e trans e que manifestamente defendiam uma agenda política de redistribuição de direitos de modo a priorizar comunidades subalternizadas – como profissionais precarizadas, pessoas negras, quilombolas, indígenas e LGBTQIA+.

Tal perfil de candidaturas se complexifica em 2020 – sobretudo ao considerarmos sua magnitude quantitativa. Do número recorde de 294 pessoas disputando cargos pelo país, também se chegou à vitória nunca antes vista de 30. Estas se distribuem em: 16 parlamentares filiadas a partidos que a ANTRA considera de esquerda; 11 a partidos de centro; e 3 a partidos de direita<sup>133</sup>. Para fins deste capítulo, saliento o cenário paulistano: Erika Hilton (PSOL) é a mulher com maior número de votos, e o 9º candidato mais votado da câmara foi Thammy Miranda (PL). Se Hilton tem a trajetória política que mencionamos e já havia sido co-deputada ativa no mandato coletivo que compôs, Thammy, por sua vez, embora tenha se candidatado anteriormente (sempre em partidos de direita – antes do PL, registrou uma passagem pelo PP que também abrigou Jair Bolsonaro por alguns anos de sua carreira) não tinha vínculos com a militância trans.

Articulações entre visibilidade, representação e política aqui estão no cerne do que pretendo argumentar neste capítulo. Até sua votação histórica e atuação contundente que já se fez notar nos primeiros meses de 2021, Hilton não havia recebido muita atenção da imprensa de alta circulação; grande parte da mobilização de eleitorado em 2020 – cenário marcado pelo isolamento social e pela inviabilidade de um trabalho presencial mais extenso em virtude da pandemia do COVID-19 – se deu, como ela mesma afirma em entrevistas, via redes de militância dos movimentos negro, periférico e LGBTQIA+ e ciberativismo. A partir dos resultados da votação, no entanto, Hilton foi notada pela mídia; reportagens sobre ela passaram a ser mais recorrentes em jornais como A Folha de S. Paulo, e em 01/02/2021 foi a entrevistada recebida no programa Roda Viva, da TV Cultura<sup>134</sup>.

<sup>133</sup> Ver mapeamento em: <https://antrabrazil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/> (último acesso em 20/04/2021).

<sup>134</sup> Um dos enfoques da fala da parlamentar foi o modo como a produção sistemática de um imaginário social de subjetividades trans por plataformas discursivas que as excluem tem efeitos no que tange à inimaginabilidade de sua presença em espaços de legitimidade social e ao apagamento de suas demandas por políticas públicas e por titularidade de direitos. Assim, exercer cargos no poder público e em especial na política de representação (majoritariamente ocupada por homens brancos cisheterossexuais) é algo significativo, afirmou, pela perturbação desse imaginário que a simples presença de seu corpo de mulher, negra e travesti provoca, pelos se fazer visível como pertencente em sua diferença, mas também pelo se fazer ouvida. Pela possibilidade de reconfigurar e complexificar narrativas sobre transexualidade e travestilidade, de defender sua cidadania e de iluminar desigualdades que demandam atenção através de regulações legais e políticas públicas.

Mas enquanto representante, assevera, não se trata de unicamente ser porta-voz de pautas exclusivas do movimento trans, e sim de demandas que visam reduzir vulnerabilidades de uma diversidade de sujeitos pouco considerados pelo

Já Miranda era recorrentemente entrevistado em programas de auditório e citado em jornais por ser filho da cantora Gretchen e ter exercido diferentes atividades no ramo do entretenimento ao longo dos anos – primeiro, antes da transição, foi dançarina da mãe; depois, foi produtor de festas, empresário, ator, membro do quadro de pessoas entrevistadoras “Elas querem saber” do Programa Raul Gil (SBT), etc. Nesse meio tempo, lançou sua autobiografia escrita em co-autoria com a jornalista Marcia Zanelatto: “Thammy: Nadando contra a corrente” (2015).

Como ele, através de sua biografia e de sua presença na mídia, elaborou um modelo representacional de transexualidade? Como isso se dá em comparação com alguém de trajetória tão próxima, como é o caso de Chaz Bono? E com alguém que em sua escrita tenta reagir à atenção seletiva, redutora e breve da webcelebrização de bordões, como Luísa Marilac? E com alguém que delineou uma carreira política e tem relações com a imprensa marcadamente discrepantes, como é o caso de Sarah McBride? Vejamos como essas figuras que tiveram a vida marcada pela fama ou a alcançaram por conta de sua atuação ativista configuram o campo do visível no que se refere a subjetividades trans, e quais são alguns dos efeitos que tais configurações engendram.

### Retratos que cingem

Em 2011, Chaz Bono publicou sua autobiografia “Transition: the story of how I became a man.” O livro, lançado no mesmo ano que seu biodocumentário “Becoming Chaz” no Festival Sundance e de sua participação no programa de TV “Dancing with the stars”, causou frisson – assim como 6 anos antes, ao se assumir publicamente como mulher lésbica em capa e matéria da revista LGBTQIA+ Advocate. Isso se dá não apenas por conta de sua história; a imagem de Chaz não pode ser dissociada da de seus pais – o cantor e político republicano Sonny Bono e a cantora Cher, ídolo do público gay. O rótulo “filha de Sonny e Cher” estampa a revista em 1996<sup>135</sup> e a capa traseira e a orelha do livro, em excertos que se referem à primeira imagem que o público tinha de si.

De certo modo, os moldes da atenção pública que recebeu eram consideravelmente peculiares e ainda inéditos. Posteriormente, outras pessoas famosas também se assumiriam trans, como Caitlyn Jenner e Elliot Page, mas naquele momento ele era um caso raro de pessoa que não

---

poder público: mulheres, pessoas LGBTQIA+, negras, periféricas e trabalhadoras precarizadas. Trata-se de transformar o cargo não em simples reflexo de uma categoria identitária particular, mas em amplificador de reivindicações de um movimento interseccional e de políticas de aliança na sociedade civil. Hilton destacou que sua trajetória marcada pela articulação de desigualdades de gênero, raça e classe, para além de torná-la atenta à vitimização desproporcional de camadas específicas da sociedade (travestis negras e pobres, por exemplo), a fez compreender mecanismos de sustento de um sistema amplo de reprodução de assimetrias de poder e seus modos diversos de violentar vidas – bem como a imperatividade de confrontá-lo de modo a garantir equidade social ampla e não só a inclusão de uma categoria identitária em um regime dado, considerado imutável.

135 A capa, além da imagem de Bono sorridente com cabelos esvoaçantes, tem como texto “Chastity Bono finalmente assumida: a filha de Sonny e Cher revela tudo sobre sua odisseia dramática de saída do armário.”

alcançou notoriedade por ser trans, mas cuja trajetória foi acompanhada quase que inteiramente pela imprensa, mídia e fãs (de seu pai e principalmente de sua mãe) e que teve a transição de gênero exaustivamente exposta e analisada em virtude de seu estatuto de celebridade.

O mesmo ocorreu no Brasil com Thammy Miranda. Filho da cantora e dançarina Gretchen, Thammy em vários momentos da vida teve seus passos monitorados pela mídia – e, mais precisamente, foi alvo de especulações sobre sua sexualidade. Ao longo de sua adolescência e parte da vida adulta, por ter sido dançarina da mãe e ter tentado carreira como cantora de funk, teve seu corpo e desejabilidade monitorados constantemente. Quando seu processo de masculinização da expressão de si foi notado, novamente ocupou revistas de fofoca e insinuações quanto a sua lesbianidade foram feitas. A assunção pública, inevitável, foi acompanhada de entrevistas longas com suas namoradas e Gretchen, tendo conflitos familiares expostos em programas de TV. O mesmo furor midiático se deu em relação à transexualidade – mas diferentemente do que ocorreu no que toca à manifestação de seu desejo por mulheres, ao afirmar sua identidade masculina Thammy empreendeu controle narrativo sobre si: assim como Chaz o fez em 2011, se manteve aberto a veículos de imprensa e foi entrevistado repetidamente sobre os procedimentos de modificação corporal que veio a realizar, como a mamoplastia masculinizadora e a hormonioterapia. Adicionalmente, lançou uma biografia em 2015.

Recusarem-se a ser surpreendidos por paparazzis e revistas de fofoca e arrancados do armário não significa que não haja um esforço considerável de manejo de vocabulários e regimes discursivos em circulação nesses veículos de modo a se tornar rapidamente apreensíveis, aceitáveis. Tal manejo, veremos, produz não apenas a estabilização de sua identidade e a familiarização de sua trajetória, mas a cristalização de um retrato da transexualidade.

Refiro-me ao modo como acionam convenções, desenham a estruturação temporal da trajetória e instituem seu processo de subjetivação. Tornam o processo de apreensão de si como ao mesmo tempo uma história individual, extraordinária de superação e um modelo que exemplifica um fenômeno geral: a descoberta da substância de um gênero imutável que sempre esteve lá, à espera de ser notado. Neste desenho, o que eram esforços iniciais de dar inteligibilidade à própria identidade no contexto incerto que marcou a primeira geração do gênero auto/biográfico aqui se tornam dispositivos de especularização – isto é, como um espelho: produzem o efeito de reflexo imediato e preciso do real – de uma condição subjetiva atemporal. E, assim, de produção de uma narrativa única e fixa, atemporal sobre transexualidade e transgeneridade.

Um dos elementos da primeira geração trazidos à tona é o relato de apreensão desde a infância de um desejo de ser que não correspondia a expectativas sociais de expressão de gênero. Chaz declara nas primeiras páginas: “Uma das memórias mais claras que tenho da infância é essa:



eu me sentia como um garoto. Posso ter enterrado esses sentimentos depois, mas enquanto criança eles estavam lá.” (TR, 13). Isso se manifestava, prossegue, na recorrência em ter amigos meninos, bem como no seu desejo por roupas e brinquedos considerados masculinos. Thammy, embora não relate a consciência desse desejo, destaca o incontestável bem-estar ao satisfazê-lo:

Aos 5 anos, numa foto no sítio onde viviam os avós, Thammy aparece como realmente se sentia bem: calça comprida (...), camisa larga e tênis, montada numa bicicleta. A garota era fera no cavallinho de pau. Vinha a mil pelo alpendre que cercava a casa (...). O garoto dentro da menina exigia queima de energia. Nada de brincadeiras frugais de menina. (...). Foi mais ou menos nessa época que resolveu fazer xixi em pé. (...) Thammy não pensava se era certo ou errado, se era coisa de menina ou de menino. Apenas fazia coisas da maneira que lhe parecia mais confortável. (NC, 35-36)

Ao longo desses momentos de infância, “o desconforto de ser menina crescia na escuridão” (ibid.: 40) – “na essência (...) ela já estava começando a experimentar a verdadeira identidade de gênero” (ibid.: 43). Tal inquietude provocada pela discrepância entre modos de se comportar e se apresentar que preferiam (e que, salientam, refletia uma verdade sobre si) e os impostos por pessoas de seu entorno – em especial as mães, mulheres apresentadas como fortes, controladoras e acostumadas a ter suas vontades atendidas – atinge um ponto crítico na puberdade com a menstruação e o desenvolvimento de contornos corporais qualificados como femininos.

Em Chaz, as curvas novas (em especial os seios) e o sangue menstrual são vistos com horror e estranhamento, elementos físicos que não pertenciam à imagem que tinha de si – causando alheamento em relação à própria constituição física. Em Thammy, além da desconexão há a associação de tal constituição a uma fragilidade que “nada tinha a ver com a sensação de força e virilidade” que sentia (NC, 58). A generificação de emoções (opostas ao gênero de sua forma corporal) também marca o desejo: “O interesse pelas meninas (...). Não percebia em si mesma o desejo sexual por elas, mas um afeto diferente e poderoso. Sua virilidade ganhava sentido com elas. A vontade era de proteger as meninas, fazer suas vontades” (NC, 58).

Esse senso de si que se sustentava em uma configuração emocional masculina e na rejeição de fisicalidade apreendida como feminina foi motivo de sofrimento: a verdade do gênero de suas formas corporais lhes dava a sensação de que havia algo errado consigo (TR, 38), de que tal senso era um problema solitário a ser mantido em segredo e resolvido (NC, 60) – até conhecerem a lesbianidade. Este é o primeiro fator de maior distância entre sua narrativa e a da primeira geração: inseridos em contextos afetados pela expansão de comunidades homossexuais, pelo fortalecimento da militância gay e lésbica e pelo paulatino e hesitante reconhecimento e tratamento positivo de identidades e relações homossexuais na indústria cultural, a lesbianidade apareceu como primeira designação possível para dar inteligibilidade ao senso de si articulado ao desejo por mulheres.



O período que viveram a partir da definição de si como lésbicas até a descoberta e assunção da transexualidade e transgeneridade tem aproximações e afastamentos. Quanto às aproximações, pode-se notar o conflito gerado pela descoberta, por sua mães, de seu desejo por mulheres – salientando certa clivagem entre ser um ícone para a comunidade gay e de fato ter pessoas gays no núcleo familiar – e o modo como sua inserção na indústria do entretenimento (Chaz como cantora, Thammy como bailarina da mãe) levou a um medo considerável de que a descoberta disseminada de sua orientação sexual prejudicasse as carreiras que construíam. Ambos, assim, empreenderam esforços consideráveis de não expor publicamente o desejo e a expressão de gênero masculina.

No que toca às discrepâncias, duas em especial se salientam: se a ambos dita expressão foi logo apresentada como associada à lesbianidade, seus processos de incorporação e validação foram inteiramente distintos. Thammy, quanto mais masculino ficava, mais se tornava desejável por mulheres no espaços de sociabilidade lésbica que convivia – em particular, o das festas noturnas. Já Chaz, embora tenha convivido por períodos breves com grupos de mulheres que se organizavam estética e afetivamente a partir de dinâmicas butch/femme, reiteradamente se relacionou com moças que o estimulavam a ser mais feminino, e não consideravam sua masculinidade atraente. Tal reiteração em seus vínculos afetivo-sexuais se articula à segunda diferença entre ambos: a estruturação temporal atribuída à narrativa.

Thammy organiza a ordem de eventos de sua trajetória de modo linear e progressivo. Da adolescência à vida adulta, torna-se cada vez mais consciente e confiante de si, de seus desejos e projetos. Assim, se quando ainda jovem receava assumir o interesse por mulheres e a apresentação de si masculina porque poderia prejudicar o trabalho como bailarina, conforme tem sua expressão reconhecida e considerada desejável se torna mais seguro. Avaliando suas prioridades, prefere abandonar a dança (e suas implicações em termos de atratividade sexual feminina a homens) e buscar outros caminhos profissionais. Enfrenta o preconceito da mãe, a instabilidade na inserção no mercado de trabalho e o acossamento da mídia com cada vez menor hesitação, masculinizando a aparência até descobrir sobre a transexualidade e, de modo quase imediato, transicionar de gênero. As páginas finais da história descrevem suas alterações físicas – especificamente hormonioterapia e mamoplastia masculinizadora – como bem sucedidas, seu relacionamento com a namorada como estável e a família em processo de aprendizado e aceitação de sua identidade:

essa trajetória culmina na realização de um projeto de vida que, por mais que seja um sonho, não é uma fantasia. Os efeitos colaterais da hormonioterapia são um risco real. (...) Thammy finalmente consegue encarar esses desafios sem medo e sem ansiedade. Ele chegou a esse lugar, um lugar difícil de chegar. (...) a força para enfrentar o processo, Thammy tira do seu exemplar amor-próprio. Não é preciso ser igual a Thammy para compreender seu caminho. A necessidade existencial de remover a

espessa camada de preconceitos e medos que a ideia de normalidade faz incrustar na vida da pessoa é o que nos torna iguais. (...) Sua vida de transomem está apenas começando. (NC, 193-194)

Chaz realiza desenho narrativo outro a partir de estruturação de tempo inteiramente diferente, mais próxima de um arranjo pendular que se repete ao longo de grande parte das páginas e se rompe apenas no fim. Os opostos de oscilação correspondem a desejo e a medo. A dinâmica se caracteriza, de um lado, pela percepção da vontade – que tem diversos objetos: vontade de se relacionar com mulheres, de apresentar-se de modo masculino, de realizar procedimentos de modificação corporal e de assumir-se como homem. De outro, pelos quase imediatos hesitação e recuo em virtude do pavor de ter negadas oportunidades de trabalho, de ser perseguido e atacado pela mídia, e de ser rejeitado por pessoas que ama, de não parecer um homem “de verdade”.

O desconforto da mãe e de diversas namoradas que teve com sua expressão masculina alimentam a ansiedade em torno desse medo e produzem uma sensação de impotência. Levam-no primeiro à recusa de habitar o presente (quando começa a usar e desenvolver dependência de opioides<sup>136</sup>), e depois, no processo de reabilitação e com a ajuda de psicoterapia<sup>137</sup>, a tomar ciência desse empreendimento de recusa e a levar a cabo a assunção da transgeneridade e os processos de transição médica e social. Trata-se do momento em que a quase perda da vida o leva a tomar coragem e admitir a verdade permanente sobre si.

Uso “verdade permanente” porque se a estruturação temporal das duas obras é distinta, o cerne do arco narrativo é similar: trata-se do processo de amadurecimento, descoberta e assunção de algo tão autêntico sobre si que estava presente e se manifestava desde o começo de sua existência – sua identidade masculina, sua condição de transexual. Isso se evidencia, nos dois autores, de modos diferentes. Em Thammy, são temperamentos e formas de agir que a escrita salienta serem “coisa de homem” – se em um primeiro momento, como citei, isso se dá a partir de gostos por brincadeiras e modos de se vestir, com o passar do tempo assumem os moldes de convenções do amadurecimento de rapazes em homens:

<sup>136</sup> Uso a expressão “recusa em habitar o presente” em referência à desconexão que Chaz narra sentir em relação ao próprio corpo e à infelicidade em ser tratado como mulher ao longo da vida, aspectos que, retrospectivamente, entende como desencadeadores de seu uso abusivo de opioides – compostos psicoativos que provocam bem-estar mas principalmente sedação. Chaz destaca em diversos trechos que “as drogas bloqueavam tudo que tinha vindo antes e o que estava subjacente” (ibid.: 145), que “não sentia nada” (ibid.: 146), etc.

<sup>137</sup> Em uma das tentativas de levar a cabo um acompanhamento psicológico para explorar de forma mais cuidadosa sua identidade de gênero, Chaz chega a fazer uma lista de medos que o imobilizavam. Trata-se de uma lista longa, que abrange, desde aspectos de sua relação consigo mesmo, como não ser capaz de atingir formas físicas sonhadas ou seu modelo de beleza masculina, passando por formas de violência mais íntimas como não ser considerado desejável ou não ter apoio familiar, a atos públicos com crimes de ódio, ser retratado como uma aberração ou piada na imprensa, e ser tomado como traidor do movimento por ativistas gays e lésbicos (TR, 139-140).

A coisa normalmente é trada como iniciação: “Meu filho, já está na hora de aprender a ser homem.” Para muitos brasileiros, a frase é seguida de um carro novo e de uma visita a um prostíbulo. Dirigir ainda é símbolo de masculinidade, de autonomia. É coisa de macho. E isso combinava com Thammy. (...) ficava na fila para comprar o lanche da melhor amiga (...). A mãe havia ensinado os irmãos a serem cavalheiros desde cedo. (...) Os gestos de delicadeza do pai também sempre lhe pareceram inspiradores. Quando roubava o carro, imitava o pai e abria a porta para as meninas entrarem. (ibid.: 55-58)

Thammy se apaixonou por Flávia e, numa demonstração de que realmente tem coração de homem, fez aquilo que não se faz nem num namoro de seis meses, que durará numa relação de três anos: terminou com Carla pelo telefone. (ibid.: 96)

Quanto mais curtia a balada, mais livre ela se sentia para se vestir como “menino” (...) de calça larga, camiseta, boné virado para trás. (...) Choviam mulheres. (...) Aos poucos ia encontrando em si não o prazer de viver a homossexualidade, mas o prazer de viver sua identidade masculina. Ali, na boate, ela era um menino, era desejada como o menino que sempre se sentiu. E pelas mulheres mais lindas e gostosas. (...) Thammy não estava mais se importando tanto em esconder seu jeito verdadeiro. Em uma matéria que gravou para um programa de TV junto com a mãe, depois de dançar esbanjando sensualidade, Thammy aparece sentada de pernas abertas, com a mão caída entre os joelhos, a coluna relaxada. Era um cara, só que vestido de mulher. (ibid., 101-102)

A condução retórica desenha Thammy como figura exemplar, ao longo de sua trajetória, do modelo de masculinidade hegemônica inclusive no plano de desenvolvimento geracional desta. Embora não houvesse um enquadramento que lhe permitisse atribuir sentido à própria existência, a essência real estava ali, manifestando-se como a de qualquer outro menino, rapaz, homem. A transexualidade, como na primeira geração, é condição médica resolúvel cujo tratamento permitirá a sua materialização como um homem completo.

O enquadramento da transexualidade em termos médicos se evidencia na mudança de tom da narrativa ao falar sobre o processo de assunção de si enquanto trans. Se nos primeiros dois terços do livro (que abrangem quatro das sete partes em que ele é dividido) assumia tom mais íntimo e bem-humorado, centrado em seus processos subjetivos e ações individuais, o terço final estabelece intervalos de algumas páginas para falar especificamente da transexualidade através de uma lente mais distanciada, generalista, objetiva. A quinta parte, intitulada “da homossexualidade à transexualidade”, começa com o subtítulo “Dráuzio explica: a redefinição do sexo” – fazendo referência a autoridades médicas e ao prestígio da ciência para afirmar que investigações rigorosas comprovaram ser o sexo mais complexo do que o imaginado a partir do aspecto binário que se supunha, baseado em cromossomos e formas genitais.

Então, retoma a perspectiva próxima, relatando seu envolvimento com mulheres e a atuação na novela “Salve Jorge.” A parte seguinte, “transexualização”, realiza o mesmo empreendimento:

começa reconstituindo uma breve história da transexualidade a partir de empreendimentos de pesquisa, definição de categorias classificatórias e estabelecimento de diretrizes de atendimento e tratamento levados a cabo por profissionais da medicina e da psiquiatria. A voz narrativa destaca que a existência de pessoas que vivem “um movimento, um atravessamento entre gêneros” antecede a criação da palavra correta, “transgênero”, para nomeá-las – algo recente. A sua cunhagem é apresentada como o que torna possível a percepção verdadeira de um tipo de sujeito:

Para o transgênero o desafio é se saber membro do sexo oposto e encontrar formas de viver bem assim na família, na sociedade e no próprio corpo. Neste último sentido, do ponto de vista médico, o dispositivo para a adaptação física se dá através do processo de transexualização. No caso do transgênero feminino para masculino, ou transmem, esse processo envolve uma cuidadosa administração de testosterona, o famoso T.(...) Não seria exagero dizer que, para um transmem, a vida se divide em duas partes: preT e onT. (ibid.: 160)

“O transgênero” é um tipo – com propriedades particulares comuns entre pessoas que carregam consigo a condição aferível. Trata-se de ter meios sociais de detectá-la, nomeá-la, representá-la. O argumento é ilustrado pelo modo como Thammy lida com a própria experiência de gênero e com seu projeto de modificar o corpo de modo a ser socialmente lido como homem:

Thammy tinha uma ideia fixa: tomar testosterona. O que significava, na verdade, que estava em busca de um processo de transexualização. Mas ele não sabia direito o que era isso. Sem saber como se informar, delegou a um médico especialista a tarefa (...) - Doutor, eu quero virar homem. O senhor tem como me ajudar? (...) Thammy expôs o seu objetivo e o médico explicou que o que Thammy estava querendo era se transexualizar. Foi a primeira vez que ele ouviu o termo. Se esse era o nome para quem nasceu homem num corpo de mulher e precisava resolver o problema, tudo bem. Tudo ótimo<sup>138</sup>. (...) agora, de posse dessa palavra, ele começou a melhorar a sua busca por um caminho. Uma palavra pode ser um mapa. Jogou no Google a palavra certa. Não mais “testosterona como usar”, mas “transexualização”. Dita a palavra mágica, um novo mundo se fez presente. (ibid.: 162-165)

Esse desenho narrativo tem contornos levemente distintos do levado a cabo por Chaz. Neste, a estratégia adotada não se dá primordialmente em sua qualificação como um homem como outro qualquer – mas da contínua assinalação da verdade identitária não notada no momento da ocorrência dos eventos, apenas apreendida após o processo de amadurecimento e conscientização. A referência especificamente à transgeneridade perpassa o livro inteiro:

<sup>138</sup> O uso da palavra como verbo, “transexualizar”, destaca o enquadramento da transexualidade como condição de pessoa a ser remediável de modo a se atingir uma existência generificada que se considera regular – ser homem ou mulher “normais.” Algo que, vimos no capítulo 1, fez parte das disputas por sentido levadas a cabo por autôries trans na 1ª geração do gênero auto/biográfico.

Ser uma lésbica parecia explicar tanto: porque eu queria usar roupas masculinas, preferia sapatos masculinos, e não gostava do meu corpo feminino, em especial meus seios. Vejo agora que (...) como qualquer adolescente, estava olhando e esperando reconhecer a mim mesmo em outros. (...) Naquele momento, e por muitos anos depois, essa conclusão foi a que fez mais sentido. Agora percebo que estava errado – mais um exemplo do caráter traiçoeiro não só da memória, mas também da percepção, especialmente sobre si. É claro, agora eu vejo que estava reagindo à sexualidade na tela: passei por cima da peça do gênero do quebra-cabeça. Essa conclusão e confusão é muito comum entre homens trans. A maioria dos homens trans que conheço se identificou em algum momento de sua vida como lésbica e passou tempo inserido nessa comunidade. (...) A ideia de que eu era realmente um homem, apesar do fato de habitar um corpo de sexo feminino, era tão estranha para mim que mesmo a verdade me encarando de frente desde que consigo lembrar eu a neguei pela maior parte da minha vida. (TR, 42-43)

Pensei que esses encontros com homens levavam a uma única conclusão: eu realmente devia ser lésbica. Mas minha necessidade de experimentar talvez demonstre que minha identidade lésbica não servia direito. Olhando para trás e escavando fundo, na verdade penso que meu interesse por homens não tinha a ver com sexo, mas com meu desejo inconsciente de ser um homem. O que entendo hoje é que homens heterossexuais tem atrações e conexões com outros homens de natureza completamente não-sexual. (...) Quando acreditava ser uma moça, presumi que meus sentimentos tinham uma natureza romântica. Agora sei que não tinham. (...) Agora tudo faz sentido. (ibid.: 64-65)

Olhando hoje para minha saída do armário em 1987, agora eu sei (...) Nunca fui lésbica. Confundi minha identidade de gênero masculina com minha orientação sexual. Porque me atraía por mulheres e não entendia o que significava ser transgênero, concluí que devia ser gay. Gostaria de ter sabido então o que agora eu sei (...). Quando tinha 31 anos comecei a entender que era realmente um homem trans. (ibid.: 77)

Esse empreendimento mnemônico, assim como em Thammy, pressupõe um processo de amadurecimento, aprendizado e autodescoberta que posiciona o autor-personagem em outro patamar de entendimento do que no momento em que se dão os acontecimentos narrados. Contudo, subjacente a esse processo, também desenhado narrativamente, está a permanência de um aspecto substantivo da identidade aferível em termos de verdadeiro e falso: a lesbianidade foi uma asserção errônea sobre si; a transmasculinidade heterossexual era a classificação correta.

A transgeneridade masculina aqui também é cristalizada em um modelo ontológico – é uma coisa que pode ser localizada, tem suas características próprias, é algo que um protocolo de detecção determina como ausente ou presente em um sujeito. E se Thammy é um modelo exemplar de menino/rapaz/homem que apenas precisa se transexualizar para atingir com inteireza a personitude generificada, Chaz é um modelo exemplar de homem transgênero. Isso se nota pelo modo como

teve acesso a *informações corretas* sobre transgeneridade e como ao lembrar sensações e experiências, faz referência a sua recorrência na trajetória de homens trans de um modo geral.

Na minha cabeça, ser transgênero requeria se sentir e ser muito mais desesperado. Não estava suportando bem ser só uma lésbica butch? Na época também acredita que transicionar significava um ostracismo automático e inevitável, e quem em sã consciência arriscaria isso? (...) No ano anterior, o filme “Meninos não choram” tinha sido lançado. Não penso que o timing da minha descoberta de que eu poderia ser transgênero foi coincidência: eu acredito que o filme refletiu nossa cultura começando a entender ser transgênero como um conceito e uma realidade. Também penso que o filme foi parte do que me permitiu pensar que transicionar era uma possibilidade. Quando era mais jovem, eu realmente não sabia nada sobre transgeneridade ou pessoas transexuais ou transição. (...) Mas em 2000, um ano depois de Hilary Swank ter arrasado com seu retrato de um jovem rapaz trans pré-transição médica, finalmente tive clareza suficiente para perceber que havia algo diferente sobre mim e que não tinha nada a ver com minha orientação sexual. Era bem mais complicado que isso. (TR, 137)

Vemos que no caso de Thammy uma palavra apresentada por autoridade médica nomeia um elemento do real presente mas nunca notado, e apresenta um conjunto de procedimentos técnicos a ela relacionados. Já no caso de Chaz, isso se dá principalmente a partir de uma imagem: o retrato de um jovem contradizendo suas percepções equivocadas sobre transgeneridade e apresentando um caminho efetivamente percorrido diferente do que ele havia imaginado. Não pretendo reduzir o processo de descoberta do autor; posteriormente, ao conhecer ativistas trans, pôde tomar conhecimento de uma série de riscos que poderiam se concretizar com o trânsito de gênero, e, assim, de diferentes trajetórias possíveis no campo da existência social trans. Meu objetivo é salientar a operação reflexiva e narrativa levada a cabo por Chaz que distingue o que a transgeneridade é do modo como o mundo reage a ela. Neste aspecto, cristaliza a imagem da *transgeneridade verdadeira*. Chaz recusa a patologização da transgeneridade ainda em vigor, mas não a linguagem médica usada na categorização da experiência trans. Assim como Thammy faz referência à articulação entre diferentes instâncias de gênero na constituição de um sujeito:

(...) a maioria das pessoas não entende a diferença entre gênero e identidade de gênero. Gênero é o sexo com que você nasce, e para muitos de nós esse sexo é feminino ou masculino. Sua identidade de gênero, no entanto, é baseada em sentimentos e não em biologia. Eu gosto de dizer que identidade de gênero é o que você tem entre as orelhas, não entre as pernas. Eu estou aqui para atestar o fato de que você pode nascer com um sexo e sentir com toda a fibra do seu ser que você é realmente do sexo oposto. (...) Para a maioria das pessoas no mundo, seus gêneros combinam com suas identidades de gênero (...). Para pessoas transgênero, cujos corpos são de um gênero e os cérebros de outro, a vida é muito desafiadora. (ibid.: 21)

Mas a verdade se comprova não só com a aferição, no corpo, de diferentes instâncias generificadas; ela também é comprovável através do modo como experiências subjetivas e eventos ao longo de sua vida são destacados como comuns à trajetória de pessoas transmasculinas – atributos de todo exemplar da categoria identitária, apenas notados retrospectivamente com a consciência desta e do que a constitui. Notamos isso no trecho citado que faz referência a homens trans terem se identificado “erroneamente” em algum momento da vida como lésbicas, e ao descrever retrospectivamente a disforia de gênero que sentiu na puberdade como uma etapa comum na vida de pessoas transmasculinas (ibid.: 34).

A estabilização do passado, da verdade generificada de si e da transexualidade e da transgeneridade como substâncias desconhecidas mas presentes, aliada ao desenho de seu retrato como modelos exemplares de grupos identitários, desencadeia uma série de implicações. Em primeiro lugar, trata-se da ontologização de eventos, comportamentos e estados subjetivos em que apenas não havia mecanismos necessários para entendê-los de modo correto. Como efeito, tal qual mencionei, atribui-se a tais elementos um caráter de imutabilidade de sentido que se perpetua ao longo do tempo. Da mesma forma, masculinidade, transexualidade e transgeneridade se tornam condições de existência ahistóricas, determinadas. Palavras (como a que Thammy ouviu do médico) e imagens (como a do protagonista do filme visto por Chaz) são apenas reflexos de coisas em si. E eles, figuras padrão portadoras de ditas coisas.

Em segundo lugar, Chaz e Thammy repetem convenções de entendimento de gênero e subjetividades trans que ocupam o imaginário popular há décadas – convenções que se baseiam em pressupostos biomédicos de individualização e detecção substantiva da verdade generificada de si e pressupostos heteronormativos de identidade e expressão de gênero. Ao repetir estas convenções, participam do ato reiterativo de ontologização de modelos hegemônicos de existência generificada, mas também de transexualidade e transgeneridade como estados substantivados unívocos e monolíticos. Produzem, assim, um efeito de transparência e imediaticidade entre o mundo e o real de um lado, e sua expressão do real de outro. A autoria de ambos é posta de lado a fim de privilegiar uma substância retratável de modo transparente.

Tal substância se torna, por um lado, um dado incontestável do mundo e portanto incapaz de ser questionado (pessoas transgênero/transexuais são um fato, dizem) e dissociado de uma simples “crença” ou imaginação dos sujeitos (há um sexo na cabeça e um sexo no corpo, a identidade de gênero é uma coisa com a qual se nasce, dizem). Por outro lado, tal empreendimento de fixação desconsidera a multiplicidade de modos com que social e historicamente se estabelecem mecanismos de generificação de si e do mundo (em articulação a outros marcadores sociais como raça e classe e seus processos de significação), e assim se pode vivenciar masculinidade e



feminilidade, mas também subjetividades trans: diz Cantarino que esse trabalho de purificação que se vale da autoridade científica e concretiza identidades no plano da natureza as destitui de seu aspecto interseccional. Ademais, aloca as desigualdades que marcam o processo subjetivo – como racismo, sexismo, homofobia, etc. – para segundo plano (2010: 133).

O efeito mimético do sistema de representação que elaboram tem impacto ainda mais considerável por dois motivos. Primeiro, por se valerem de formas de significação hegemônicas sobre gênero e transgeneridade e transexualidade – no ato de mobilizá-las, geram familiaridade, corroboram o enquadramento instituído como a captura da verdade fixada no mundo. No ato reiterativo, para usarmos os termos de Judith Butler (2018[1988]), sedimentam a percepção de substâncias identitárias permanentes. Mas não só; trata-se de duas pessoas que, em virtude da fama de suas mães, já possuíam atenção da mídia e portanto mais facilmente acediam a plataformas de transmissão de sua representação. São celebridades.

Há discordância na literatura acadêmica sobre o desenho conceitual de “celebridade” e “cultura de celebridade”. Contudo, no que tange ao primeiro termo, parte das pesquisas converge sobre propriedades fundamentais, como: enquadramento mediado que produz, a partir de uma cadeia de produção e difusão de conteúdo, uma persona pública de determinado indivíduo (Drake & Miah, 2010); a exposição pública de dimensões privadas e aspectos banais da vida (Barry, 2008) e o efeito dual, engendrado por dito enquadramento e exposição, de proximidade e estranhamento entre celebridade e o público – fazendo com que pessoas tenham a sensação de conhece-las pessoalmente e ao mesmo tempo de que elas e seus estilos de vida são inalcançáveis, produzindo uma interação “para-social” fundada em pseudointimidade (Ferris, 2004).

A fama de Chaz e Thammy, como já salientei, se dá principalmente em virtude de seu vínculo de parentesco: são filhos de mulheres famosas. A exibição de sua infância e adolescência fez parte da construção da imagem pública de ambas, e o interesse que veículos de mídia direcionavam a eles se dava como parte da curiosidade sobre e do desejo de publicização de aspectos íntimos da vida das duas artistas. As personae públicas de Chaz e Thammy se constituem a partir de sua filiação a Cher e Gretchen. As fotos estampadas em jornais, revistas e programas de TV ao longo de toda sua vida geram no público consumidor uma impressão prolatada de familiaridade – sim, sabemos quem são, sabemos os detalhes íntimos de como mãe e filho amadureceram em relação.

Todavia a celebrização não é simétrica. Se Chaz e Thammy carregavam consigo o status de celebridade porque eram filhos de Cher e Gretchen, estas não são famosas apenas por serem suas mães. A própria atenção da mídia sobre eles se dava como forma de saber mais sobre elas. Nesse sentido, é sugestivo o desenho que a escrita biográfica de ambos realiza: partindo da relevância

central das duas em sua formação subjetiva, mas salientando suas limitações. Chaz relata como Cher é controladora e inflexível; Thammy, como Gretchen é impulsiva e instável. Descrevem o movimento inicial das duas em rejeitar tanto sua homossexualidade, em um primeiro momento, quanto sua transexualidade e transgeneridade. Assim, o amadurecimento, a descoberta e a coragem em assumir a identidade de gênero masculina se dá não com seu apoio, mas a despeito delas. São conquistas individuais. Deste modo, pretendem distanciar a sua personitude desse vínculo, ou pelo menos reestruturar seu significado e valoração nos processos de subjetivação que inscrevem.

Mas outro efeito dual é produzido pela narrativa. Porque se o decurso de amadurecimento atribui centralidade a suas capacidades individuais, particulares, de enfrentamento e superação de dificuldades, ele também envolve a constituição central de sua personitude a partir de uma substância identitária idêntica a de todo um grupo de pessoas: transexuais e transgêneros, em especial homens trans. E isso tem implicações no modo como são tratados por veículos de mídia.

Por serem imagens familiares, terem sua vida privada conhecida, e apresentarem imagens convencionais de masculinidade e narrativas convencionais de transexualidade e transgeneridade, tornam-se meios de acesso palatáveis ao tema do trânsito de gênero. Não surpreende que Chaz e Thammy tenham recebido interesse desproporcional da mídia em comparação com outros autobiógrafos que publicaram obras ao longo do mesmo período. Contudo, seu tratamento pela imprensa se dá primordialmente a partir do que revelam enquanto signos do que em termos do que elaboram como autores. Eles, assim como seus livros, se tornam – nos termos do regime político de representação apontado por Stryker e Cantarino – imagens especulares da transexualidade e da transgeneridade, repetição de sentidos palatáveis ao debate público.

É possível notar isso no modo como sua presença nesses meios se dá. Se de fato são citados mais vezes, isso não significa que tenham tido mais recorrentemente espaços de vocalização de ideias; fala-se *sobre* eles, antes de tudo. Das 39 vezes em que Thammy foi mencionado no jornal A Folha de S. Paulo entre 2012 e 2020, apenas houve menção a breves citações diretas ou falas indiretas em 5. Até 2015, tratava-se principalmente de notas curtas em colunas sociais ou de entretenimento, notificando sua presença em festas e lançamentos de peças e filmes, bem como a sua participação em novela e outros programas de TV.

O lançamento de seu livro e sua assunção pública como homem trans produzem uma mudança no eixo temático: surgem, com o passar dos anos, referências a dinâmicas de reconhecimento social de sua masculinidade, articulando-se em especial ao modo como sua mãe

Gretchen lidou com a transição<sup>139</sup>. Sua contratação para participar de matéria publicitária especial de dia dos pais da empresa Natura em 2020 e o boicote produzido por líderes da extrema-direita como Silas Malafaia desencadeou uma série de colunas de opinião sobre gênero, parentalidade e visibilidade, bem como especulações sobre as intenções e os efeitos de tal tipo de conteúdo produzido por empresas. Mas sua filiação ao Partido Progressista logo após a publicação da biografia e o início de uma série de candidaturas a cargos legislativos, em um momento de expansão da presença de pessoas trans na política partidária e eleitoral, conduziu a outro enfoque.

Em “Thammy Miranda se filia a partido de Bolsonaro, que pode lançá-lo candidato”, matéria que comunica sua entrada no PP em setembro de 2015, vemos uma das poucas citações diretas do hoje vereador, coletada em sua página no Instagram: “(...) Não adianta só reclamar e não fazer p\* nenhuma. Vim aqui brigar por nós” (Prado, 2015: 1). Neste artigo, vê-se referência ao modo como sua figura se tornou emblema da subjetividade trans – a repórter o menciona como “ícone transgênero” e cita o presidente estadual do Partido dizendo que “agora há alguém que possa falar desse assunto com propriedade” (ibid.). A tensão produzida na comunidade LGBTQIA+ em virtude de sua vinculação a um partido conservador, no entanto, também se insinua ao destacar que “A contradição gerou polêmica entre os fãs no Instagram.” (ibid.)

Este tom se mantém ao longo dos anos, usualmente à época de campanhas eleitorais<sup>140</sup>: de um lado, as notícias reiteram sua transexualidade como elemento-chave à popularidade que arregimentou no cenário político. Em matéria sobre as eleições de 2020 e estratégias de partidos, inscreve-se declaração de Toninho Paiva, presidente do PL, apontando Thammy como capaz de ter um bom número de votos e assim puxar mais candidatos. O texto relembra que “transexual (...) recentemente protagonizou um debate nas redes após participar de uma campanha de Dia dos Pais” (Linhares; Tavares, 2020).

Mas reportagens da Folha também destacam com frequência reflexões de militantes que pertencem a grupos desproporcionalmente representados em cargos eletivos, como negres e LGBTQIA+, e que sugerem que não basta ser membro de uma determinada categoria identitária se sua filiação partidária beneficia grupos, como a extrema-direita, comprometidos em prejudicar o

139 Trata-se de observações curtas. Em lista sob o título “Sexo, cada vez mais complexo: mudanças de gênero em 2015”, seu nome e foto acompanham o seguinte texto: “O ator Thammy Miranda, filho de Gretchen, revelou na sua biografia que foi agredido e exorcizado pela mãe quando contou a ela que era transexual. Gretchen negou”.

140 Em 2016, matéria de Angela Boldrini e João Pedro Pitombo intitulada “Candidatxs: transexuais ganham visibilidade na eleição e disputam prefeituras” cita o avanço da participação de ativistas trans na política eleitoral e entrevista militantes como Luiza Coppeters, então candidata à vereança pelo PSOL, inscrevendo suas falas sobre barreiras de acesso à política formal e demandas específicas da comunidade – mas menciona Thammy apenas em um breve parágrafo, justamente vinculando-o às desconfianças geradas por seu alinhamento ideológico e algumas de suas propostas voltadas a interesses de dito grupo.

seu acesso a direitos<sup>141</sup>. De um modo geral, a mobilização do nome e de fotos de Thammy pelo jornal envolve mais saber o que sua imagem como homem trans (e celebridade) pode fazer – por políticos conservadores e pela comunidade trans. Ora há sugestão de que ele, por ser trans, seria um porta-voz legítimo desta, já que compartilha substância identitária idêntica a de demais pessoas trans; ora se afirma que sua presença pode ser relevante de modo a estimular debates sobre diversidade de gênero em partidos de direita; ora se critica que sua popularidade enquanto tal arrebanharia votos a candidatos destes. Mas não se faz referência, de modo elaborado, a suas convicções e projetos políticos.

Nos Estados Unidos, Chaz não se candidatou a cargos de representação, embora tenha manifestado interesse em fazê-lo em sua autobiografia – também vendo-se de algum modo como porta-voz da comunidade após ter transicionado<sup>142</sup>. Mas o impacto político de sua imagem visível é salientado pela mídia. Embora as 34 matérias do New York Times nas quais é mencionado abranjam o tema da transgeneridade de modo mais variado e em diferentes escalas de complexidade do que aquelas que referenciam Thammy, o seu caráter de retrato de transgeneridade é similar.

Das poucas que o tomam como enfoque central, centram-se primordialmente no lançamento de seu biodocumentário (em uma, há uma entrevista com ele e os diretores em que “explica transgeneridade” à repórter e replica a estrutura argumentativa construída no livro), e em sua participação em “Dancing With The Stars”. Neste último caso, são recorrentes os comentários que salientam o impacto de pela primeira vez um homem trans figurar em um programa do gênero na história da televisão estadunidense: afirma-se que ele “botou um rosto humano na luta por direitos transgênero para milhões de telespectadores nessa temporada” (Rooney, 2011) e “se tornou a pessoa transgênero mais conhecida do mundo (...) [ao] ter a oportunidade de contar sua história a tanta gente por tanto tempo” de acordo com a GLAAD (Stelter, 2011).

Em outras, que se debruçam em especial sobre a crescente visibilidade do tema da transgeneridade e da presença de pessoas transgênero nas artes, no entretenimento e na política, o nome de Chaz é apenas citado e tem o caráter de signo da transmasculinidade:

É verdade que muitas pessoas permanecem desinformadas se não sobre a existência de homens trans – para usar um termo guarda-chuva para alguém que nasceu do sexo

141 Como na matéria “Sem cotas, negros e LGBTs buscam espaço na política e celebram avanços”, de 3 de setembro de 2020. Agripino Magalhães, candidato a vereador pelo PSB, diz em entrevista: “Não podemos aceitar (...) ‘candidaturas de oportunidade’, para ajudar a eleger aqueles que pedem nossa morte todos os dias”.

142 Isso toma um caráter mais explícito em uma conversa com a mãe, para avisá-la que daria início a hormonioterapia e assumiria publicamente identidade masculina: “(...) minha mãe me perguntou ‘o que você quer ser, uma pessoa transgênero profissional?’ Eu disse ‘se você está se referindo ao trabalho ativista que costumava fazer na comunidade gay e lésbica, então sim.’ Eu tinha lido muitos livros de memórias escritos por pessoas transgênero que transicionaram antes de mim como um modo de ganhar entendimento e coragem para eu mesmo transicionar. (...) Eu desesperadamente queria ser capaz de retribuir à comunidade da mesma forma. Sabia que havia pessoas em conflitos similares aos que eu tinha enfrentado por tantos anos, e eu queria ajudá-las.” (ibid.: 194)

feminino mas se identifica como homem (pense em Chaz Bono) – então sobre a variedade de experiências abarcadas pela rubrica e a crescente presença cultural de homens trans. (Trebay, 2010)<sup>143</sup>

“Muitas pessoas só conhecem sobre transgeneridade, eu acho, de assistir ao Chaz Bono em ‘Dancing With the Stars’. Mel Wymore traz uma experiência muito diferente, mais ampla.” (Taylor, 2012)<sup>144</sup>

Nesses dias, graças a celebridades transgênero como Chaz Bono e Justin Vivian Bond (...), filmes como “The Crying Game” e o maravilhoso “Transamerica” e teorias pós-modernas de sexualidade, a ideia de que você pode ser o que quiser, mesmo que isso signifique alterar cirurgicamente e hormonalmente o corpo, ganhou uma medida significativa de aceitação popular. (Johnson, 2012)<sup>145</sup>

Detetive Duffy disse que oficiais enfrentam um processo de aprendizado natural. “Assim como o público em geral está aprendendo sobre a comunidade trans e aprendendo sobre pessoas trans através da assunção pública de pessoas como Chaz Bono e Caitlyn Jenner, nós também estamos,” ele disse. (Remnick, 2015)<sup>146</sup>

Embora se faça menção à complexidade e amplitude de formas de existência trans, o nome de Chaz e a assunção pública de sua identidade de gênero continuam servindo como símbolos – da transmasculinidade em si, de uma imaginada maior inserção de pessoas trans em espaços de prestígio como a indústria cultural e de transformações sociopolíticas em termos de reconhecimento da possibilidade do trânsito de gênero, e da cidadania de pessoas trans. Atribui-se a sua imagem uma capacidade evocadora da identidade e à sua presença visível em programas de TV ao mesmo tempo um poder de reestruturação da opinião pública e sinal de que dita reestruturação já estava em marcha. No regime de enunciação da imprensa sobre trânsito de gênero, o modelo de entendimento da transgeneridade e da reação social a ela é Chaz como retrato exemplar de um fenômeno geral – também porque sua imagem é familiar – do que produtor de uma forma de significação própria.

Mas tais estratégias de representação são desafiadas por outros modos de enunciar formas de existência em trânsito de gênero e outras formas de atuação política a partir do fazer-se visível.

<sup>143</sup> Matéria “Dando voz aos silenciados”, sobre a trajetória, idealização e projeto por trás do zine “Original Pumbling” – publicação idealizada por e para homens trans.

<sup>144</sup> Fala de Melissa Sklarz, presidente do Stnoewall Democratic Club of New York City, na matéria “Um candidato transgênero espera fazer história”, sobre a participação de Mel Wymore na disputa por um cargo no conselho municipal de Nova York.

<sup>145</sup> Matéria “Profissionais de rua, em todo seu glamour e determinação”, resenha de um livro de fotografias do artista sueco cis Christer Strömholm “Les Amies de Place Blanche” que tomava como modelos pessoas femininas que circulavam pelo distrito da luz vermelha na Paris dos anos 1950.

<sup>146</sup> Matéria “Ativistas dizem que abuso policial de pessoas transgênero persiste mesmo com reformas”, sobre o tratamento transfóbico empregado de modo institucional por membros da corporação na cidade de Nova York.

## Entre ocupações de retratos e quebras de moldes

Em um primeiro momento, o relato de McBride em 2018 parece seguir os parâmetros já estabelecidos de se narrar transgeneridade. O capítulo introdutório se abre com a cena em que ela, criança, descobre a categoria “transgênero” ao ver um programa de TV, o sitcom “Just Shoot Me!” Também a partir de uma imagem acessada via entretenimento audiovisual popular, como Mario Martino e Chaz. Logo, todavia, a declaração sobre si ganha outros contornos:

uma personagem chamada Brandi – interpretada pela bela Jenny McCarthy – apareceu na tela (...): Spade tinha conhecido Brandi apenas como menino, mas agora aqui estava ela, uma mulher linda. Entra o som de risadas. (...) Eu engoli em seco e perguntei a ela [sua mãe], “as pessoas realmente podem mudar seu gênero?” (...) Minha mãe respondeu despreocupadamente, ainda focada no show. “Sim, são chamadas transgênero. Ou algo assim. *Oh meu Deus, sou eu*, pensei. (...) a piada era claramente que Brandi, uma mulher transgênero, gerava minimamente interesse em outros seres humanos. Era *hilário* as pessoas se sentirem atraídas por ela. (...)

Representação na cultura popular é chave. É com frequência o primeiro modo de muitos de nós aprendermos sobre diferentes identidades, culturas e ideias. Aquele episódio me ofereceu a revelação vital de que há outras pessoas como eu e de que havia como eu viver minha verdade. Mas o fez de um modo que deixou claro que se eu seguisse esse caminho, arriscaria tudo, desde encontrar alguém que me amasse a ser levada seriamente pelo mundo mais amplo. Crianças de 10 anos não sabem muito, mas sabem que não querem ser uma piada. (...) Desde quando eu consigo lembrar, eu sei quem sou. Pelos primeiros 10 anos da minha vida eu não sabia (...) que havia pessoas como eu, mas eu sabia quem era. (...) Sabia, especificamente, que era uma garota. (TW, 9-10)

Há fixidez no senso de si e em sua verdade imutável, e há apresentação de um termo que atribui significado ao senso através da imagem de alguém que o encarna. Contudo, isso não é feito sem mediações e ressalvas no que concerne à operação hegemonicamente levada a cabo de produção da visibilidade da transgeneridade a partir de uma perspectiva cisnormativa que vincula a seu significado o estatuto de risível e indesejável. E esse empreendimento enunciativo é relevante porque dá o tom do estilo de narração que McBride manterá ao longo da obra. O desenho de acontecimentos que a afetaram individualmente são chaves para assinalar duas coisas: 1) o deslocamento de perspectiva de um olhar ilumina fatores sociais que os engendram; 2) mas o ato limitado de deslocar, o caráter localizado do olhar também evidencia sua incapacidade de abarcar – e assim, expressar – todas as experiências de transgeneridade. A articulação de destes fatores sociais e a marcação de diferença que engendram, inscrevendo existências corporificadas, configuram outras muitas formas de ser trans, de expressá-la, de ser interpelada pelo mundo e de desejar a mudança (quais mudanças, em que termos) dessa interpelação.

A autora navega brevemente por sua infância e adolescência, dedicando grande quantidade de páginas à vida adulta a partir do momento em que decidiu assumir a identidade feminina e passar por modificações corporais. Tal momento se deu durante sua graduação na American University. Assim como Chaz, seu pertencimento racial e de classe produzia ao mesmo tempo acessos e ameaçava perdas consideráveis caso assumisse a transgeneridade: McBride relata ter pais progressistas alinhados ao Partido Democrata, vir de uma família de classe média alta e fazer parte de uma elite cultural que tornou possível sua imersão, desde criança, no mundo da política (que, nos relata, a encantava desde cedo) acompanhando candidatos a cargos eletivos e participando de suas campanhas. A representação inicial a que foi submetida sobre transgeneridade a fez crer que, ao transicionar, provocaria decepção aos pais e teria acesso negado a instituições políticas.

Isso não limitou sua atuação como aliado da comunidade LGBTQIA+ ao ocupar a presidência estudantil na Universidade, dedicando-se a projetos voltados à população trans como a implementação de moradia estudantil inclusiva, a ser organizada a partir da identidade de gênero. Apenas ao não conseguir mais lidar com a tristeza de não viver e não ser lida como garota toma a decisão de se assumir a parentes, amigos, colegas da política e na universidade. Ela narra que a reação de modo geral foi positiva: pessoas rapidamente usando seu nome e pronomes femininos, desejando se informar sobre o tema sem ser invasivas e celebrando sua coragem. A exceção foram seus pais, que não entendiam a transgeneridade em si. A conversa que teve com eles e a descrição de sua transição são significativas ao apontar uma forma de entendimento do termo significativamente distinta do retrato de condição proposto por Thammy e Chaz:

“O melhor modo com que eu posso descrever para mim mesma”, eu disse a eles, “é uma constante sensação de saudades de casa. Uma dor inabalável na boca do meu estômago que apenas vai embora quando eu posso ser vista e validada no gênero que sempre senti ser. E diferentemente de saudades de casa em relação a um lugar, que eventualmente diminui conforme você se acostuma com um novo lar, essa saudade de casa apenas cresce com tempo e separação.” Meu pai, um velho progressista, também disse que não entendia como alguém pode sentir ser algo que é um construto social. Não seria gênero e todas as coisas associadas a ele só uma criação da sociedade? Não era isso que o feminismo havia nos ensinado? Eu expliquei a ele que, para mim, gênero era muito como uma linguagem. Linguagem também é um construto social, mas um que expressa coisas muito reais. A palavra “felicidade” foi criada por humanos, mas isso não diminui o fato de que felicidade é um sentimento muito real. Pessoas podem ter um senso profundo do próprio gênero mesmo que as descrições, características, atributos e expressões daquele gênero sejam criadas pela sociedade. E assim como com felicidade (...) gênero pode ter um número infinito de expressões. Nós podemos respeitar que pessoas podem ter uma identidade de gênero bem real enquanto também reconhecemos



que gênero é fluido e que estereótipos baseados em gênero não são uma representação precisa da rica diversidade no seio de qualquer identidade de gênero. (TW, 28)

Embora eu estivesse fora do armário, ainda não era vista por meus pais, amigos e mundo mais amplo (...) Estava finalmente pronta para seguir as etapas necessárias para não mais me sentir escondida e para ter minha identidade de gênero expressa para o mundo. (...) Transicionar, o termo usado para descrever o processo de ter nossa identidade de gênero vista pelo mundo externo, não é uma experiência única para todes. Para muitas, isso provavelmente inclui ajustar aspectos de sua expressão de gênero, como roupas e corte de cabelo. Para outras, pode incluir ingestão de hormônios ou se submeter a diferentes tipos de cirurgia. Eu comecei a tomar hormônios logo depois de me assumir para meus pais. Lentamente, eles começaram a ter efeitos em coisas como minha pele e minha distribuição de gordura, mas principalmente em minha psique. (...) importante observar que esse processo é diferente para cada uma. Algumas pessoas transgênero podem já se sentir confortáveis com o modo como se expressam. Por exemplo, um homem transgênero (...) pode já se apresentar de um modo mais masculino antes de se assumir trans. E assim como uma mulher cisgênera pode usar cabelo curto, muitas pessoas transgênero não irão expressar seu gênero de modos estritamente femininos ou masculinos. (ibid.: 37)

Não se trata mais de uma qualificação do gênero e da transgeneridade como propriedades ou estados substancializados, unívocos, localizáveis na matéria corporal. Aqui, recebem tanto uma elaboração subjetiva, que se expressa em termos da relação com a própria corporalidade (habitar o corpo em formas que o façam familiar para si) e sua legibilidade por outras, quanto em termos de uma consideração de sua parcialidade – seja porque reconhece a necessária interrelação entre o entendimento de si, o caráter localizado de sua interpretação e fatores sociais que os afetam e dão forma, seja porque reconhece não ser esta a única forma de apreender e comunicar a existência generificada. O caráter de verdade não se ampara em sentidos de natureza ou em um modelo de categoria discreta monista do que é ser homem e ser mulher.

A partir de tal assunção, McBride dedica boa parte da narrativa à descrição do começo e desenrolar de sua carreira profissional na política – o estágio na Casa Branca, e depois ocupação de cargos em instituições de fomento à formulação de projetos de lei e políticas públicas voltados à população LGBTQIA+ como Equality Delaware e Human Rights Campaign. A outra parte se volta a seu envolvimento amoroso com Andy Cray, também ativista trans dedicado a advocacy – do momento em que se conhecem em um evento de celebração do orgulho LGBTQIA+ da presidência, passando pelo trabalho militante juntas, até a detecção de câncer, adoecimento e falecimento do rapaz aos 28 anos. As duas dimensões – o engajamento político e a vida amorosa – se articulam, bem como a uma imagem de população trans que ela constrói ao longo da narrativa.

O relato das etapas do relacionamento com Andy não são apenas exposições de eventos e estados subjetivos, como na 1ª geração de auto/biografias, nem são um ponto de partida para uma abstração sobre comunidade e identidade, como na 2ª; É apenas através do exame de acontecimentos particulares que se torna possível notar padrões sociais na apreensão da transgeneridade e no tratamento de pessoas transgênero que afetam profunda e diferentemente modos de entendimento de si e expectativas de vínculos afetivos. Podemos ver isso na descrição de seu primeiro encontro:

Eu estava nervosa porque esse seria meu primeiro *primeiro* encontro desde a transição (...). Naquele momento, eu ainda me preocupava que pessoas (...) me vissem como um disfarce ambulante. (...) Embora nenhuma dessas coisas [estar no início da transição] tivesse o direito de invalidar minha identidade de gênero, me preocupava que Andy, mesmo sendo um homem trans, ficasse desapontado. Me preocupava que, para ele, eu não fosse a mulher que sabia ser e a mulher que ele tão claramente tinha construído na própria cabeça. (...) A atendente [do restaurante] foi gentil (...) mas eu podia perceber que ela sabia. (...) Mesmo que tivesse aprendido a sentir orgulho de ser transgênero, ainda lutava contra as mesmas inseguranças que muitas mulheres transgênero enfrentam. A mensagem que recebemos da sociedade é que ser “lida” (...) como transgênero é uma declaração implícita e negativa sobre sua beleza. (...) “Me desculpe, mas meu Deus, você é linda,” ele desabafou. (...) Nos três meses desde que me assumi publicamente e comecei a viver como meu eu autêntico, nunca me senti genuinamente vista até aquele momento. (...) ainda sentia como se as pessoas me vissem seja como quem percebiam que eu era antes, ou inteiramente como uma pessoa no início da transição. Com aquele comentário simples, Andy foi a primeira pessoa que pareceu me ver e se interessar em mim como Sarah. Foi a primeira pessoa que me mostrou que ao transicionar eu poderia ser amada (...). O que me fez tão bem não foi a validação de um homem, mas ser reconhecida como eu mesma por outra pessoa. (ibid.: 48-51)

Assim como narrar a experiência de apaixonamento por um rapaz que também é trans convida nosso olhar não a fixar em um retrato pronto, mas a observar o que organiza os termos da situação apresentada, o mesmo empreendimento é levado a cabo ao relatar sua dedicação ao campo da política. Não se trata de descrever uma trajetória individual de amadurecimento e conscientização. Também não se baseia, como vimos, em um sentido homogêneo de transgeneridade que a tornaria automaticamente um reflexo de outras pessoas transgênero e assim porta-voz imediata porque compartilharia substância identitária idêntica. A feitura narrativa aqui não é a de cristalização de sentido e produção da figura de McBride nem como protagonista singular, nem como veículo transparente de uma condição generalizada tomada como fato.

Ela delinea a própria voz a partir de uma rede de militância e de condições privilegiadas de ocupação de espaços de prestígio. Isso leva à configuração de um discurso que não se permite

falar pela população transgênero como categoria monolítica, mas expor tanto a diversidade de existências generificadas (em especial pelo modo como são marcadas por raça, classe, geração e deficiência), quanto de suas vulnerabilidades e demandas. Destaco, aqui, dois trechos que se referem a diferentes momentos em que sua atuação política apontou esses elementos: primeiro, ao ser a primeira pessoa abertamente trans a trabalhar na Casa Branca; depois, em Delaware, ao aproveitar suas conexões pessoais para encontrar e tentar persuadir parlamentares a aprovarem um projeto de lei que penalizava formas de discriminação a pessoas trans.

(...) eu ocupava uma posição única como pessoa trans naquele lugar. Eu queria usar meus 6 meses na Casa Branca para dar um rosto humano aos direitos trans para pessoas com quem e para quem trabalharia. Mesmo se você apoia as posições certas em teoria, é fácil não priorizar o que parece abstrato. Quando nossos espaços de trabalho começaram a incluir pessoas abertamente gays, lésbicas e bissexuais, isso mudou as prioridades de empresas, governos e pessoas. Agora haveria uma mulher trans andando nos corredores, participando com elus em reuniões, e compartilhando café com elus. É impossível que nossos direitos permaneçam abstratos quando uma pessoa literalmente está em frente a você. (...) sou uma mensageira imperfeita a esse papel. Meu privilégio e experiências limitam minha perspectiva. É fácil expressar – e genuinamente sentir – empatia por uma garota trans jovem, branca e de aparência convencional; é outra coisa manter empatia quando suas diferenças são potencializadas por raça, expressão de gênero, classe (...). Mesmo assim, eu havia chegado à Casa Branca e esperava fazer algum bem, ainda que pequeno. (ibid.: 63)

“Espere.” Senadora Cloutier parou abruptamente. “Vocês dois são transgênero?” Ela estava claramente chocada com a declaração. “Sim, senhora, somos,” eu a informei, não querendo que focasse muito em como parecíamos. Não há dúvida de que oponentes de nosso projeto de lei tentavam pintar pessoas transgênero como caricaturas, mas esse é sempre um ponto que gosto de ter cuidado ao reagir. Pessoas transgênero não deveriam ser tratadas com dignidade por conta de como algunes de nós parecemos; deveríamos ser tratadas com dignidade porque somos seres humanos. A comunidade trans é tão diversa quanto qualquer comunidade. Algunes de nós seguem expressões tradicionais de gênero, enquanto outras transgridem esses limites de variadas formas, assim como pessoas cisgênero. Se nossa busca por equidade é construída a partir da habilidade de algunes em se misturar, então nós iremos deixar muitos dos mais marginalizados para trás. (...) Tenho que admitir que tinha sentimentos mistos sobre meu papel central em tudo, mas em especial no debate no Senado. De um lado, o privilégio me protege de muito das piores discriminações sofridas pela comunidade transgênero; de outro, esses mesmos privilégios me permitem sustentar o peso da tarefa de educação pública com menos riscos à minha segurança e bem-estar econômico que seriam impostos a outras. Adicionalmente, minhas relações pessoais com parlamentares tornavam ainda mais difícil que dissessem não para mim e, logo, à comunidade mais ampla. Sentia uma

Isso se repete ao longo de toda a obra. Ao falar sobre a descoberta do tumor de Andy e o tratamento a que este se submeteu, pondera sobre a história tensa da população trans com o campo médico e sobre a luta pela aprovação e regulamentação no país de atendimento médico em geral e procedimentos de afirmação de gênero em particular que sejam financeiramente acessíveis. Ao contar sobre os preparativos para o casamento às pressas, antes da piora incontornável do companheiro, pondera sobre a importância de um ministrante LGBTQIA+ que entendesse e respeitasse suas identidades de gênero e seu relacionamento. Justificando sua preocupação com os ritos funerários após o falecimento de Andy, pondera sobre a recorrência com que pessoas trans tem sua identidade de gênero desrespeitada ao fim da vida, com funerárias, instituições religiosas e familiares apresentando seus corpos e se referindo a elas em cerimônias, certidões de óbito e lápides conforme o gênero assignado ao nascer.

No que tange a descrições de seu trabalho político, os reajustes do foco de visualidade seguem mesmo empreendimento. Relatar seus seguidos engajamentos em projetos de advocacy se dá através da nomeação de demais envolvidos e sua participação na defesa de textos de lei, no desenho de políticas públicas e em campanhas de candidates. Acompanhar transformações macropolíticas, como 1) o reconhecimento pela Suprema Corte do direito a casamento entre pessoas de mesmo gênero em 2012 e 2) a disputa à presidência entre a democrata Hillary Clinton e o republicano Donald Trump em 2016, se dá através dos impactos que imagina ou toma conhecimento ocorrerem na vida de pessoas LGBTQIA+: uma criança em região conservadora vítima de ofensas na escola ou em casa e pôde ver no computador a Casa Branca, “símbolo último da democracia – se acender como um arco-íris” (ibid. 2270) no primeiro caso. No segundo, as crianças e adolescentes trans que conheceu após seu envolvimento com a campanha de Clinton ter se tornado público, e como vê-la, uma mulher transgênero em tal posição de prestígio, lhes deu esperança (e a seus pais) de futuro (ibid.: 253). Adicionalmente, em protestos e atividades de mobilização por direitos após a vitória de Trump, ver jovens e seus cuidadores confiantes e orgulhosos de sua identidade de gênero como membros de e escrevendo uma história de resistência (ibid.: 262-263).

O empreendimento levado a cabo por McBride é significativo porque sutilmente perturba o modelo narrativo anterior de Chaz e Thammy. Estes operam um desenho de identidade, transgeneridade e transexualidade de modo a convidar o olhar de leitor a se fixar em um ponto, em substâncias inalteráveis que não só conferem significado também inalterável ao sujeito em sua inteireza como também a todes que afirmam pertencimento às categorias transexual/transgênero. Se se aguçar os olhos, é possível ver a coisa em si em sua inércia; vendo-a em um, vê-se em todes,

em sua estrutura idêntica. Igualmente, deixando um falar, é como se deixasse todos falarem. Afinal, mais do que elus, quem fala é a verdade de sua condição. Não é disso que se trata aqui.

McBride nos apresenta um retrato para prosseguir a operação de abri-lo, de atribuir a ele movência e profundidade. Tanto quanto a cena – digamos, a realização de procedimentos cirúrgicos de modificação genital (ibid.: 177-180) –, o que importa são os elementos mais amplos que concorreram à sua feitura, que a desenharam tal qual é: a história de controle discursivo de saberes biomédicos sobre subjetividades trans; o desigual sistema de saúde estadunidense acessível a uma minoria detentora de privilégios de classe, e a luta de muitos (como Andy) por subsídios para acesso de convênios e seguros médicos e por normas protetivas contra discriminação a pessoas LGBTQIA+; a rede de cuidado e suporte que envolveu não só seus pais (então já engajados como aliados na militância trans) mas também seu companheiro. O próprio Andy se definia como membro da comunidade e se envolveu profissionalmente na reivindicação por direito a saúde à população LGBTQIA+ de um modo geral, não só para si.

Mas também são cenas cuja apresentação à visualidade se faz objetivando efeitos específicos: neste caso, apontar como a curiosidade cis por procedimentos médicos e partes corporais de pessoas trans as reduz a estas, as desumaniza e totaliza a transgeneridade a genitais. Ademais, critica a pressuposição que historicamente se sustenta no imaginário hegemônico de que pessoas cis estão autorizadas a saber sobre tais procedimentos – como se pessoas trans devessem a “verdade” sobre si a elas (e esta verdade residisse em órgãos específicos). Por fim, a cena permite que desafie pressupostos populares sobre a intervenção: de que ela mudou, materializou um novo gênero (não o fez; apenas afirmou sua identidade), de que foi o ponto principal, decisivo, dramático, de sua transição (não foi; ela o entende como um procedimento que, tal qual diversos outros de ordem médica, aliviou dor e trouxe conforto, tornando seu corpo habitável).

Ao redirecionar nosso olhar para os elementos da composição do retrato visível e para o que pretende fazer ao nos dar a vê-lo, McBride também aponta para a sua moldura – para o limite da circunscrição do visível e para a existência de uma multitude que o caráter situado do visível não permite captar. Assim, suas cenas não são só descrições de si mesmas, mas também destaques do que não conseguem dar conta.

Nesse aspecto, arranja a significação de gênero e transgeneridade: se, como ela disse, gênero é uma linguagem, transgeneridade parece alcançar uma configuração aberta, não exaustiva, um modo compositivo de si e da própria corporalidade que pode assumir diferentes formatos, em aproximação a seu entendimento como gênero sugerido por Stone (2006[1991])<sup>147</sup>. Mas também

147 Sandy Stone, no ensaio seminal “The empire strikes back: a posttranssexual manifesto” mais sugere do que desenvolve a conceitualização de transexualidade como gênero – portanto, gênero expressivo. Todavia, é possível notar

arranja a significação de um outro modelo de personitude e subjetividade política que pode ser lido a partir da lente da teoria butleriana de subjetividade e responsabilidade ética. Em especial, aqui, refiro-me a “Relatar a si mesmo” (2015).

McBride nos faz ver que o existir apenas se dá interpelado por condições materiais, imaginários, vínculos que fazem parte da estruturação discursiva de quem somos, que estabelecem o campo de nossa reconhecibilidade. Sendo definido por essas interpelações localizadas, por essa sociabilidade fundamental (ibid.: 48), a ideia de sujeito autossuficiente não se sustenta, e mais do que isso: o existir imerso nessas interpelações não pode apreendê-las inteiramente porque elas se organizam em uma temporalidade e uma amplitude que excedem a existência localizada. Adicionalmente, se dão em outros moldes de relação na conformação de sujeitos que se enquadram em outras dinâmicas de reconhecibilidade desenhadas por elas. Nesse aspecto, a teoria da despossessão de Butler é tão apropriada, ainda que ela esteja mais interessada na inacessibilidade de aspectos de si irrecuperáveis para si mesma: a narrativa sobre um eu envolve sempre a desorientação “pelo que não é meu, ou não é só meu” (ibid.: 54). Partir do pressuposto de que há um campo massivo de vida que não se consegue conhecer totalmente pode estabelecer, afirma Butler, uma outra ética: uma baseada nos limites do saber, na disposição tanto da humildade quanto da generosidade (ibid.: 61).

Assumir que há uma diversidade de formas de vivenciar a transgeneridade, principalmente submetidas a diferentes condições de precariedade não imobiliza McBride, e não a faz falar apenas por quem atravessa marcações idênticas a ela, silenciando em relação às demais. Sua subjetividade política se desenha a partir da articulação de seus privilégios de modo a tornar visível a ausência de demais sujeitos, de modo a recusar a ação política como reflexo de um grupo ou como estratégia autônoma e individual. A exposição do desenrolar de sua carreira é uma ação que: aponta para a constituição de instituições políticas como massivamente dominadas pela cisnormatividade; convida que se note o olhar redutor que essa dominação opera sobre pessoas trans e sobre o reconhecimento ou recusa a direitos a essa comunidade; chama a atenção para uma dignidade comum que se baseia em humanidade comum, mas sobretudo para a necessidade de conhecer e

---

o seu investimento analítico em dotar a existência generificada trans de autoridade compositiva de si, em refutação ao modelo médico patologizante que a circunscreve como condição pré-discursiva aferível a partir de práticas diagnósticas de detecção da verdade material, passiva do corpo. Ao afastar-se desse imaginário, Stone refuta também sua dimensão individualizadora, que desconsidera a configuração sócio-histórica de normatividades de gênero (mas não só) que afetam a experiência generificada e o entendimento de si. A transexualidade, nos sugere, deve ser entendida apenas em relação a essas normatividades – em reação às convenções, mas também em seu potencial de produzir dissonâncias em relação a elas, perturbar sua expectativa de coerência e permanência binária, e rearranjar de múltiplas formas elementos de gênero (2008: 231). Nesse aspecto, definir transexualidade como *genre/gênero* expressivo envolve demarcar o aspecto agentivo e o processo de elaboração que sujeitos empreendem, associados por um fundamento comum – o distanciamento do imperativo da cisgeneridade – mas que podem assumir uma diversidade de figurações.

enfrentar diversas vulnerabilidades até então não enunciadas e não assumidas enquanto tais no campo político representativo.

Seu desenho narrativo, assim, faz coisas. Vale-se da autoridade enunciativa – tal como sinalizou Mombaça (2015) –, marcada pelo pertencimento à classe alta e pela branquitude, não para reiterá-la, mas para evidenciar sua parcialidade bem como a parcialidade do regime de enunciação, saber e decisão daquele campo político em si. Para tornar visível o que não tem sido considerado merecedor de visibilidade, e os sujeitos cuja voz não tem sido ouvida, sem se considerar autorizada a falar por eles. Mas diferentemente do proposto por Mombaça, não se trata de dismantlar tal regime e assim provocar uma reconfiguração do campo político, mas ampliá-lo de modo a abarcar grupos subalternizados. As instituições partidárias, os poderes públicos, o modelo de nação que circula no campo social não são estruturalmente problemáticos, mas ocupados ora por sujeitos problemáticos, ora por sujeitos mal informados. Sua escrita autobiográfica, assim, tem um propósito evidentemente conscientizador, voltado a leitôries cisgêneros, e demonstra confiança no poder transformador da conscientização.

Essa demarcação de autoria e autoridade situadas e parciais, e seu intuito reformista e otimista definem sua relação com a imprensa e como permite que sua visibilidade se dê. Se considerarmos as matérias do New York Times em que é mencionada, o distanciamento em relação ao tratamento e lugar atribuídos a Chaz é patente. De 2016 até 2020, são 22 artigos – número considerável, embora não tão alto quanto o dele. E em sua distribuição, ocupa 3 lugares: o de escritora; o de especialista consultada para comentários sobre eventos que afetam a comunidade trans; e o de política, cuja atuação partidária e eleitoral tem significância.

Como escritora, isso é notável em dois artigos: na resenha de seu livro, feita pela jornalista trans Meredith Talusan (2018); e na que McBride efetua de dois outros livros de memórias, escritos por pessoas trans: “Sissy”, de Jacob Tobia; e “Real Queer America”, de Samantha Allen. O tom celebratório de McBride ao elogiá-los – como demonstradores de que “progresso e orgulho em estados vermelhos da América é uma realidade tangível (...) aprendemos que essa terra (...) está mais do que pronta para as sementes da mudança” (2019) – sugere uma convicção na predisposição nacional ao entendimento e à transformação também notada por Talusan em sua resenha.

Como especialista, é consultada inúmeras vezes em reportagens sobre o aumento de transfeminicídios no país, aumento da visibilidade da comunidade e as primeiras vitórias de pessoas trans em eleições. Sempre citada como secretária de imprensa da Human Rights Campaign e apenas raramente como “ativista transgênero”, não era tratada como reflexo ou exemplo da transgeneridade e não era demandada a explicar o que transgeneridade era – mas como profissional cujo conhecimento permite fazer comentários informados sobre a dinâmica política institucional de



estímulo à violência transfóbica, convenções desumanizadoras de representação de transgeneridade na mídia e os efeitos imaginativos positivos (em especial a reorientação de campos de possibilidade a pessoas LGBTQIA+) em se ver não só pessoas cisgêneras e heterossexuais ocupando cargos de prestígio. Seu olhar sobre dinâmicas sociais, assim, não a exposição de uma verdade de si.

Sua participação e vitória nas eleições para o Legislativo em 2020 a posicionou perante a mídia como não apenas conhecedora, mas atuante na política institucional. Sofre uma quase redução à figura de “primeira pessoa transgênero senadora” (algo repetido nas 3 matérias sobre o tema), mas recusa esse lugar. Afirma-se marcada, mas não totalizada por sua transgeneridade, e comprometida com pautas outras para além das especificamente voltadas à garantia de cidadania trans. A positividade essencial atribuída à nação, à sociedade e ao sistema político estadunidenses é reiterada ao dizer que a mensagem de progresso não é dela, mas de votantes, e que sua vitória mostraria à juventude trans que “essa democracia é grande o suficiente para elus também” (Stevens, 2020).

### **Quebrar a moldura e o retrato junto**

Se McBride opera, na escrita autobiográfica, um alargamento e aprofundamento da cena visível de si, e ao mesmo tempo sublinha sua situacionalidade, demandando a multiplicação de campos de visibilidade e enunciação, Luísa Marilac pretende recusar e destruir a estrutura de tal campo. Em “Eu, travesti” (2019), menos do que informar ou se tornar inteligível, reconhecível ao público cis, ela pretende denunciar as expectativas cisnormativas de inteligibilidade e reconhecibilidade.

Em uma leitura geral, a narrativa não parece se desviar de convenções já notadas na história do gênero: segue estruturação linear, cronológica; inicia em sua infância no interior de Minas Gerais, em que sinais de não conformidade com o gênero assignado a ela já eram notáveis; passa adolescência em que tais sinais se acentuam, bem como a rejeição materna; acompanha a assunção da identidade feminina, as modificações corporais, e a precariedade financeira (com os altos e baixos do trabalho sexual, dos vínculos de sociabilidade travesti e de relações amorosas com homens) na vida adulta, até ser catapultada à fama depois de seu vídeo na piscina viralizar; e se encerra na decadência em seguimento da celebração meteórica.

Usa, nas primeiras páginas, frases clássicas como “fui traída pela natureza: forçada a ser menino quando minha vocação sempre fora para mulher” e “nasci pela segunda vez (...) como quem sai de um novo ventre” (EU, 12-14) ao se referir a quando, de modo inédito, se vestiu de modo feminino e saiu à rua. Também oscila entre observações mais amplas sobre contextos de organização dos eventos que vivencia (p.e., a desigualdade de classe e a cisheteronormatividade que traumatizaram sua infância), descrições de dinâmicas sociais de campos particulares (como por

exemplo, do mercado sexual em suas diferentes instâncias: a prostituição de rua, o tráfico de pessoas e os bordéis), e relatos intimistas sobre estados subjetivos e emoções.

Ambas as dimensões são analiticamente produtivas, mas gostaria nesse capítulo de dar centralidade a um aspecto de sua escrita que a distancia das demais obras até então tratadas – não atentando ao que ela explica, mas aos momentos em que ela se recusa a fazê-lo, e como. Seus feitos particulares de resgate e exposição do passado e de reflexão sobre subjetividades trans perturbam expectativas de leitura estabelecidas a partir de obras populares e de uma demanda por saber cisheteronormativa que se considera autorizada a fazer quaisquer perguntas e receber respostas sem resistência.

Um destes feitos é o de desestabilizar o esperado sentido unívoco de eventos, estados de existência e percepções. Ao descrever, nas primeiras páginas, seu desejo por homens na adolescência, inaugura esse empreendimento: “só queria saber de rola e de dançar lambada nos vestidos (...). Mas todo o prazer que essas coisas me davam era lavado, logo em seguida, por um nojo e uma culpa terríveis” (EU: 15). Mas não só; o desejo e o prazer sexual são eivados de dor e violência. Trata-se de emoções que se entranham mutuamente e desse modo estruturam a composição do ocorrido:

Converti-me, então, em instrumento de prazer para adolescentes e homens adultos. O primeiro deles foi um rapazote de 18 anos que não podia me ver sem me sentar uma coça. Quanto menos entendia o desejo que sentia por mim, mais nos maltratava aos dois. (...) me comeu como quem agride, porrada que acaba em gozo quente. (...) Enquanto no peito e no estômago me batiam o medo e o nojo daquele homenzinho desprezível, meu cu ansiava pelo calor novamente. Enquanto um pedaço cedia por medo, o outro entregava-se à luxúria do momento. (...) Não havia tapa, no entanto, que fizesse meu edi parar de latejar. E minha libido atraía toda sorte de tarado. (...) Eu, sempre o objeto, nunca digna de prazer. Eu, que só fui me permitir um orgasmo muitos anos antes. (EU 32-33)

Marilac, em poucas linhas, acusa a cisheteronorma que torna inaceitável sentir desejo por um corpo em não conformidade de gênero, mas ao mesmo tempo não consegue impedi-lo; acusa a agressividade no exercício desse desejo como uma projeção de culpa, nesse corpo dissidente, por sua atratividade. Também destaca seu próprio desejo, não sem salientar como experiências violentas o associaram a sujeição, a sua reificação como coisa a ser usada e não parceira dotada de vontade, de poder de ação. Tal padrão se repete por anos – interações com homens são secretas, mesmo quando envolvem gestos de carinho, com homens que sentiam vergonha da própria vontade de tocá-la, de estar com ela.

Da mesma forma, ao ponderar sobre sua experiência com o trabalho sexual – os assédios constantes, a ameaça do HIV, a competição entre profissionais do sexo e o abuso de substâncias –, também se recusa a valorá-la unicamente a partir de uma lente negativa. Observa-a e a descreve em suas nuances. Isso se destaca ao migrar para a Europa, no modo como apresenta a cadeia de exploração de travestis, responsável por seu envio ao continente, organização de sua estadia e administração de locais de prostituição. Membros desta cadeia, aproveitando-se do desconhecimento e da condição de extrema vulnerabilidade de brasileiras, prometem uma vida de riqueza e as vinculam a dívidas e restrições à liberdade graves. Ao relembrar sua primeira viagem, salienta a parcialidade da leitura de travestis como ela diante dessas circunstâncias:

Cinco pé-rapadas sem futuro andando pelas ruas da cidade mais glamorosa do mundo. Não nos víamos como vítimas de tráfico sexual. Tínhamos alguma noção de que o preço cobrado pela cafetina ia além dos custos alegados, mas não importava. Parecia-nos uma taxa justa de serviço, quase um favor. Esse é o grande trunfo dos cafetões: selecionam pessoas que estão tão habituadas ao abuso que confundem qualquer sorriso com carinho e qualquer facilidade com favor. (...) As cafetinas lhes aparecem como benfeitoras, travestis mais velhas que dão casa a quem está sem teto, empréstimos a quem não tem como custear os sonhos. Se depois são rígidas ou até violentas, são vistas como mães firmes que exigem respeito de seus filhos. Essa manipulação psicológica é central para o tráfico sexual de travestis. Não, não nos sentíamos vítimas. Nos sentíamos corajosas, gratas e deslumbradas com as novidades que a vida nos revelava. (EU: 87-88).

Embora tenha sido submetida a agressões de cafetinas e condições de trabalho precárias com frio e fome, bem como perseguida e detida pela polícia, passava longas temporadas no continente: primeiro na Itália, depois na Espanha. Isso se dá não porque não tinha consciência das dificuldades que vivia, e sim em virtude do desenvolvimento de mecanismos de negociação. Aprendeu a enfrentar cafetinas, fugir da vigilância de milicianos e gerar dinheiro suficiente para comprar um carro e dar entrada em um apartamento no Brasil, bem como contribuir para o sustento do companheiro. A apreensão, em retrospecto, da dinâmica extorsiva que instrumentaliza a desinformação e a manipulação emocional não transforma inteiramente o sentido do que vivenciou na Europa; complexifica-o. Em uma das últimas estadias narradas, ao descrever a dinâmica de prestação de serviços sexuais em uma casa de prostituição e o modo como os proprietários e administradores exigiam porcentagens abusivas do valor de programas, pondera:

Escrevendo este livro, entendi que ali fui novamente alvo de exploração sexual. Sinceramente? Mesmo assim ainda é difícil sentir-me vítima e sou até grata aos donos de algumas dessas casas, que me ajudaram a faturar milhares de euros por temporada em uma época em que cada moeda me alimentava as entranhas dos sonhos de casar com o amor da minha vida. (EU: 158)

A constituição do passado que nos dá a ver, assim, não se dá fundada (como em Chaz e Thammy) em uma verdade pré-discursiva monolítica, inerte, à espera de ser descoberta por olhos maduros do presente. Apresenta-se a nossos olhos, sim, como uma sala de espelhos em que o leve deslocamento de perspectiva reajusta as formas do que é visto, sem nunca fixá-lo. Marilac não apenas nos diz, como em McBride, que a representação é parcial e incompleta; ela nos diz que o modelo de representar é em si insuficiente para dar conta do resgate de seu passado.

Mas não só. Aqui há, ademais, um questionamento do formato esperado de uma auto/biografia trans, das interpelações de um público cis que subjazem o relato de si. Interpelações estas que se evidenciam nas perguntas implícitas respondidas por Chaz e Thammy (“o que é transexualidade e transgeneridade?” sendo a principal delas) e nas ressalvas constantes delineadas por McBride (há outros modos de ser trans distintos do dela; há outros modos de entender gênero; há outros modos de transicionar; merecemos proteção jurídica e titularidade a direitos não porque somos capazes de nos adequar a padrões cisnormativos de gênero, mas porque somos seres humanos). De diferentes modos, os dois autores e essa autora forneceram alguma réplica que satisfizesse o desejo de saber da comunidade leitora esperada. Não é o caso de Marilac. Ela se dirige diretamente a leitôries com frequência, expondo o desenho rígido do que lhe é autorizado e demandado dizer. Vemos isso logo nas primeiras páginas:

Sei que está ansiosa pra saber sobre a minha infância. Mania boba de quem aprendeu a organizar o mundo em A ou B. Ninfática, o mundo é um alfabeto! Mas você vê uma figura rica e complexa como eu e só consegue pensar no menino dono da neca (...). Estou acostumada com isso. É o mesmo impulso das pessoas que me fitam pelas ruas e nem se importam em olhar na minha cara: os olhos vão corridinhos pro meio das pernas. Um universo inteiro organizado pela existência ou ausência de um penduricalho de carne. Quanta fragilidade! Quer um nome pro que sou? Chame de travesti. Travesti. Isso mesmo. A palavra na qual se cuspiu. A palavra que não cabia no dicionário, nos seus livros de biologia ou na mesa de jantar da família tradicional brasileira cabe perfeitamente na marginalidade da minha vida. Quero todos os significados que ela traz. Travesti é mulher ou é homem?, você me questiona. E eu te respondo? Por quê? Por que você precisa dessa pergunta? (...) Quem odeia meu corpo não sou eu, é o mundo. (...) Odeiam-no e desejam-no numa promiscuidade (...) difícil de explicar (EU: 19-20).

Marilac revela não só os eventos e estados subjetivos que marcaram sua vida, mas o enquadramento narrativo que o regime cisnormativo de representação tenta aplicar a seu empreendimento de revelação. Ao fazê-lo, evidencia seus limites cognitivos e imaginativos e a política de alocação da inteligibilidade de travestis. Insta leitôries a questionarem os pressupostos de reconhecibilidade de sujeitos e fornece outros. Os momentos em que, respectivamente, descreve a descoberta da travestilidade e reflete sobre corporalidade travesti afastam o modelo hegemônico

de entendimento de subjetividades trans como desejo de ser homens ou mulheres cis. Refutam a expectativa de que narrativas autobiográficas tenham que reproduzir tal modelo:

(...) enquanto Samantha tinha uma aparência irretocável de mulher, Jesse era uma travesti. (...) A primeira que eu reconheci como tal. Com ela eu conseguia me identificar porque, apesar de ser visível que não tinha nascido com uma vagina, era bonita e inegavelmente feminina. Toda fartura torneada de quadril, cintura, barriga sequinha de piercing no umbigo, seios de prótese mesmo, sem silicone industrial barato. (...) Era uma projeção do meu mundo interior materializado. A Jesse era a minha mulher possível. Ela me presenteava uma compreensão. Meu deus, afinal, era aquilo que eu buscava sem saber. (...) Era aquela a figura feminina que eu sentia brotar, assim, meio cega de sonho por falta de referências (...). Eu era uma travesti. (EU: 57)

O corpo é a peça de arte da travesti. É nosso pedaço de pedra-sabão, nossa tela em branco. É nele que expressamos nossa visão de beleza, de transgressão às normas, nossa leitura do feminino. É um processo de digestão: a gente pega a mulher que nos é dada pela sociedade, a interioriza, elabora, dá cara própria – enfim, digere – e a exterioriza de novo, modelando-a no próprio corpo. Eu, particularmente, acho que as pessoas se incomodam com os corpos de travestis porque ficam frustradas de não entendê-los. Ficam confusas sobre que pronome usar, como nos tratar e em que caixinha de suas cabeças nos colocar. Se as pessoas ao menos soubessem que ser surpreendido pelo mundo é tão melhor que compreendê-lo... (EU: 71)

Mas não só. Novamente, Marilac perturba mecanismos de operação da inteligibilidade – a organização de sujeitos, corpos, sentidos em termos binários, como em categorias discretas separadas por fronteiras rígidas – ao sublinhar sua insuficiência diante da subjetividade travesti. E vemos que não se trata de propor outro, de expor novas diretrizes de atribuição de significado e valor que orientem a leitura de sua experiência; ela apenas segue narrando. Exigindo que pessoas leitoras reconheçam a precariedade de suas ferramentas cognitivas e realizem o esforço de repensá-las, de imaginar outras que não se pautem por um sistema classificatório fixo e dualista, por pressupostos de permanência da identidade e pela captura da inteireza da verdade. Há aqui não só uma crítica, mas um chamamento de ordem epistemológica e política que merece atenção. Algo que, inspirando-me em Edouard Glissant e Elizabeth Povinelli, gostaria de definir como chamamento à opacidade e à reestruturação da dádiva do conhecimento.

O escritor e poeta martinicano Glissant tinha como compromisso orientador de sua produção intelectual o tensionamento dos limites da linguagem de modo a torná-la capaz de ser habitável por povos e imaginários antilhanos em outros moldes que não as formas fixas estabelecidas pela colonialidade francesa. Dentre suas propostas em “Poética da relação” (1997), está a defesa da opacidade em empreendimentos de cognição e reconhecimento: com o termo, ele não pretende se referir à obscuridade ou à impenetrabilidade de outre, mas sim à recusa aos termos

coloniais ocidentais de elucidação que estabelecem como seu elemento central a redução de algo ou alguém a adequação total ao sistema dado de organização e comparação de modo que se torne, em sua inteireza, qualificado conforme seus termos. Inteiramente compreendido. Transparente. Esse processo, nos diz, é redutor na medida em que sujeita e domestica modos de existir a uma matriz de cognoscibilidade já dada, imóvel, que se entende como universal mas é incapaz de expressar em seus termos a complexidade desses modos.

Assim, o convite à opacidade é um convite ao abandono da expectativa de entendimento de algo em sua inteireza, à assunção de que há dimensões do que se conhece que não são redutíveis a nossas operações de pensamento e que assim o ato de conhecer deve ser menos imaginado como “apreensão” – tomar para si, apanhar, apropriar-se de algo de modo a enquadrá-lo em uma lógica que se pretende assimiladora do todo – e mais como participação, como relacionalidade que valoriza as frestas, as fugas, as potências que o desenho ficcional do todo não abarca. Em alinhamento com o que Marilac sublinhou: ser surpreendido pelo mundo é melhor que compreendê-lo. Tal desenho conceitual e a missão epistemológica que carrega tem implicações éticas. Admitir e reconhecer existência e diferença não podem depender da inclusão de um sujeito em sistema de normas dado:

Para ter solidariedade por outro ou para construir com ele ou para gostar do que ele faz, não é necessário que eu o apreenda. Não é necessário que eu tente me tornar o outro (me tornar outra coisa) ou “fazê-lo” a minha imagem. Esses projetos de transmutação – sem metempsicose – resultaram das piores pretensões e das maiores magnanimidades da parte do Ocidente. (ibid.: 193)

Isso não significa, ressalva Glissant, uma autorização à paralisia diante da admissão da opacidade: afirmar a impossibilidade de redução de sujeitos a uma verdade “que não tenha sido gerada por si mesmo (...) no seio da opacidade de seu tempo e lugar” (ibid.: 194) é um convite para o entendimento em termos de confluências abertas que não busquem unidades e totalidades absolutas. Mas o que propõe em termos gerais talvez possa ser aproximado, e assim ganhar maior concretude, do ensaio-carta de Elizabeth Povinelli (2020): nele, a antropóloga parte de uma polêmica envolvendo a incompreensão, por um público de pessoas não-indígenas, do filme “Wutharr, Saltwater Dreams” produzido pelo Karrabing Film Collective bem como da teoria da dádiva para pensar sobre a dinâmica violenta e colonial que orienta as relações de conhecimento e entendimento de arte entre povos indígenas.

De acordo com Povinelli, a história da colonialidade é marcada por exigências não só de bens e de força de trabalho, mas também de conhecimento indígena como moeda de troca ao deixar sobreviver – algo que marca, inclusive, a história da antropologia: “nos deem mais de modo que possamos entender vocês; diga mais sobre você, como é diferente e como vê o mundo de um modo

diferente” (ibid., n.p.). A demanda de compreensão carrega consigo mais a ameaça de violência do que o desejo de comunicação profunda: o não compreender, o não comprovar a própria inteligibilidade autorizaria a destruição. Nesse sentido, estabelece-se um imperativo assimétrico de que quem comunica aprenda a mobilizar os códigos de compreensibilidade da força colonial e demonstre a validade de seu conhecimento.

O cinema karrabing, ao não se submeter a esse imperativo e mobilizar um modo de contar histórias que faça sentido ao grupo étnico prioritariamente (em termos de constituição de memória, difusão de mundos, manutenção de vínculos, reação a projetos de invisibilização e perda de saberes), não inviabiliza a comunicação, não rompe o fluxo da dádiva – mas instaura uma contracorrente: urge pessoas não-indígenas a reconhecerem a própria falta, a abandonarem a posição de expectadôries passivas com direito a ter tudo explicado. Demanda preparo e esforço para o ganho do cognoscível e assim afasta o conhecer como capturar ou receber algo, e o pressuposto de soberania colonial que tal sentido carrega, para se tornar um processo relacional que se fundamenta em investimento ativo e envolve transformação dos sujeitos contaminados pela coisa que se conhece.

Tal desestabilização epistemológica e política nos dá as chaves para apreendemos o tom que estrutura a narrativa de Marilac. Ao se dirigir a leitôries, ao responder perguntas com outras perguntas e ao descrever processos a partir de encadeamentos explicativos que não obedecem às convenções cisnormativas de relato de si que interpelam historicamente narrativas trans, ela perturba o campo enunciativo apontando suas limitações. Assim como Glissant e Povinelli destacam, em “Eu, travesti” tais questionamentos não são meras elucubrações ou artifícios retóricos, mas organizam campos de possível.

Nas últimas páginas do livro a autora pondera sobre algo que mencionei no início do capítulo: a fama meteórica após a viralização de seu vídeo no YouTube, os convites para participação em programas de TV e festas, e seu esquecimento em ritmo igualmente acelerado. A atenção e o interesse públicos foram inicialmente apreendidos como afeto, davam a sensação de pertencimento e de inclusão no campo da humanidade (EU, 173); mas essa inclusão ocorria de modo assimétrico, não como sujeito mas como coisa exótica – e assim como assinala Povinelli, o desejo de conhecer tinha seus próprios termos de escuta possível. Marilac conta: “dava entrevistas em programas de televisão em que queriam saber com quem transara e o que tinha no meio das pernas (na maioria das vezes) e o que pensava (eventualmente)” (EU: 174).

Sua imagem foi explorada pela mídia o máximo possível, de modo a se apropriar dela e reduzi-la aos códigos de compreensibilidade da travestilidade, destituindo Marilac de autoria sobre ela e sobre mecanismos de visibilização, dispensando-a quando algo novo pode ser capturado para



se conhecer. Tal processo é assim qualificado por Nana Queiroz, na seção “notas de leitura” ao fim do livro:

Porque Marilac, aos olhos da sociedade, é duas coisas: a youtuber famosa, quando a reconhecem, ou mais uma puta travesti, pra quem nunca a viu. (...) nas telas do YouTube, poucos também vêem além da personagem irreverente, além do estereótipo de Marilac. (EU: 188)

Já Marilac o compara à deglutição: “A fama me comeu pelo espetáculo. Me evacuou como merda, mas eu fiquei paralisada para sempre naquela má digestão” (ibid.: 181). Má digestão, aqui, refere-se ao efeito que a trajetória de celebração e decadência produziu em si: a sensação de não ser indivíduo, de não existir apenas como coisa fungível, como número – mais uma na estatística de expectativa de vida de mulheres trans (ibid.: 183). Isso se articula à redução de seu caráter de sujeito a uma definição unidimensional: personagem de entretenimento, ou de prestação de serviço sexual. Na iminência de cometer suicídio, o que a dissuadiu foi pensar não só em vidas que dela dependiam (como sua cachorra) como também a tomada de consciência de outro modelo de personitude, que carrega consigo os vínculos comunitários não como algo que a despersonaliza, mas constitui quem é, sua indignação e seu projeto de resistência:

Na morte me faltaria dizer que culpo a ti. Me faltaria a liberdade do grito. Me faltaria esse livro pra dizer que ainda vivo – eu vivo em muitos corpos. Enfrentamos a ponte da Dutra todos os dias, nós travestis. E, às vezes, pulamos. Nesses dias, nosso corpo te atrapalha o trânsito, a digestão e te arranca umas lagriminhas, talvez, no noticiário da noite, E nosso suicídio te rouba um quê de humano. Dia a dia. Vocês, que me leem, tomem essas dores emprestadas (...) porque também são suas. Sua culpa. Eu os acuso. Somos muitas. Morremos aos montes. Ninguém achou importante coletar dados sobre como vivemos, mas sabemos nossa expectativa de morte, 35. (...) Eu vivi para que você nunca mais pudesse deixar de ouvir meu grito. SIGO GRITANDO. (EU: 185).

Encerrar a obra com esse interpelação a leitoras tem implicações. De imediato, somos transportadas ao argumento de Jota Mombaça (2015): repetir o termo grito e o uso de maiúsculas provoca textualmente o efeito de interrupção, “ruído (...) que fissura a harmonia” da política regulatória de audibilidade (ibid.: n.p.) e exige que a escuta/visualidade canônica seja afetada. É um aviso de que essa exigência se perpetuará, que a estridência continuará a demandar uma reestruturação do foco perceptivo e quem se considera merecedore desse foco.

Mas também, ao demarcar a responsabilização de leitoras cis no duplo processo desumanizador de exploração da visibilidade de pessoas trans e de sua exclusão social, evidencia que a obra tem como objetivo não apenas inscrever e comunicar sua trajetória de vida, mas denunciar as dinâmicas imaginativas e materiais que articularam lugares de existência possíveis a ela e a outras travestis como ela. O relato auto/biográfico desloca o olhar da pessoa autobiografada

e sua vida para quem o lê e seu papel na constituição do que foi escrito, conectando os dois processos de subjetivação.

Esta vinculação entre escritora e público leitor também é notável na breve mas eloquente sinalização de que o processo desumanizador mencionado é relacional: se a existência apenas se dá a partir dos vínculos que a constituem, negar a pessoas trans sua humanidade, reduzi-las a personagens e objetos e assim obliterar suas vidas significa para esse público cis macular o vínculo que também constitui quem ele é. Rompe-se, aqui, o enquadramento de humanidade como algo que alcança significado apenas em contraste ao não-humano, e a dinâmica colonial de dádiva do conhecimento que opõe doador e receptor passivo.

Ao implicar quem a lê, Marilac embaralha e reconfigura o visível como se fosse um cubo mágico, dando outra coloração à exposição da travestilidade – ela apenas alcança sentido em articulação à cisgeneridade, articulação que contamina em mão dupla, faz e desfaz sujeitos em mão dupla. Ela recusa a ficção da totalidade individualista, da autonomia de sujeitos inteiramente formados e circunscritos em oposição a coisas, à não-humanidade. “Viver em muitos corpos” significa aqui uma personitude que tem como pré-condição uma rede de relações que a dotam de reconhecibilidade (que se estendem no tempo e no espaço), que perde um pouco de si quando algum desses laços é desfeito pela morte. Mas Marilac sinaliza que “viver em muitos corpos” também significa que a sujeição e a violência que vitimam pessoas trans estabelecem um laço entre elas e suas autôries: sua destituição e vulnerabilização são matéria definidora que habita a personitude cis.

# 4

Na maioria dos dias, Wendy sentia que oito anos após a transição, ela tinha feito as pazes com coisas trans. Ela podia não ter feito as pazes com muita coisa, mas tinha feito as pazes com o fato de que nunca haveria paz, por assim dizer. Wendy sabia como lidar com parecer cis e ela sabia como lidar com parecer trans, mas ela nunca iria compreender como ser ambos. Como o mundo poderia tratá-la tão diferentemente – em uma questão de dias ou horas. Sophia costumava dizer “você não pode jogar o jogo delus. Você nunca vai vencer jogando o jogo cis. Você pode vencer muitas coisas, mas você nunca irá vencer isso. E Raina costumava dizer “Eu odeio que elus me façam escolher.” “Você nunca irá vencer isso.” Havia um conforto possível em se deixar levar por isso, sob uma certa perspectiva.

Casey Plett – Little Fish

“Time is the thing a body moves through”, ensaio de T. Fleischmann publicado em 2019, provoca uma sensação de meandro. Durante sua escrita que articula temas como arte, comunidade e ativismo, desejo e amor enquanto reflete sobre si e percorre regiões do país, nunca há fixidez e univocidade. Isso se refere ao modo como elabora o próprio passado, o campo de possibilidades que se desenhou na configuração de sua subjetividade generificada – mas também à reflexão recorrente em torno tanto da insuficiência quanto da potência da arte em fazer real. E é sobre este segundo ponto que gostaria de me deter brevemente.

Fleischmann descreve e comenta com fascínio a obra de Félix Gonzalez-Torres<sup>148</sup>, e com recorrência retorna a meditações sobre representação convencional e a própria escrita. Elu se vale da própria forma expressiva e da de Gonzalez-Torres como espaço de realização de configurações de entendimento e existência que enquadramentos hegemônicos não permitem que se estabeleça, e assim sua constituição em espaço habitável. Respectivamente se refere da seguinte forma: a seu processo criativo e de atribuição de sentido a si; a instalações de González-Torres; e à limitação representacional que tornou certas subjetividades inimagináveis ao longo da vida.

(...) quero deixar meu gênero e vida sexual não inscritos – me levou anos para considerar o fato de que não tinha que nomear meu gênero e sexualidade, de modo que agora tenho sempre que dizer às pessoas que não sou algo. Eu insisto nessa ausência mais do que costumava insistir em minhas identidades (...). O não inscrito, como Gonzalez-Torres diz, é um lugar de mudança, onde posso entender meu contexto atual e fazer algo a respeito, em vez de me emaranhar em um jogo de palavras, e então é a isso que gostaria de dar enfoque. Eu estou evidentemente inscrito em toda essa estrutura, e não posso escapar da linguagem, mas isso não vai me impedir de recusá-la de todo modo, e de acreditar que um papel em branco pode me transportar para outro lugar. (2019: p. 1045)

Seu trabalho se move entre fato e imaginação, objeto e memória, para abrir um novo espaço: de mim a algo que existe para além desse limite. Como se eu fosse uma fronteira antes, e agora posso me mover de novo – atravessando a multidão até que emerja do outro lado, o ar se abra e eu respire. (ibid.: p.159-162)

<sup>148</sup> Félix González-Torres era um artista visual cubano radicado nos Estados Unidos conhecido principalmente por suas obras minimalistas que tratavam, direta ou indiretamente, de temas relacionados ao homoerotismo. González-Torres faleceu aos 38 anos em 1996, em virtude de complicações decorrentes da AIDS.

Meu eu jovem sabia que nenhum daqueles homens ou mulheres na televisão era eu, mesmo conforme eu formava uma identificação fraturada com eles – uma identificação que me permitia verbalizar uma parte de mim enquanto negava algo mais. (...) Eu não sei o que significa nomear a si quando jovem, ou buscar, da sala da minha mãe, corpos em cidades vizinhas com um clique, clique. Mas eu sei o que significa ser desenraizada da narrativa, um desenraizamento que senti como reivindicar poder. Sou grata a isso, na verdade. Significou que eu viajei pelo espaço enquanto o hotel queimava. (ibid.: p. 708)

Os três excertos a partir de diferentes temas falam sobre o encontro entre modos de atribuição de inteligibilidade e o que isso faz com a gente – nossos empreendimentos de saber, nossas práticas de habitar o mundo e a existência corporificada, nossos modos de torná-la apreensível e reconhecível a outres. Adicionalmente, expressam recusa à contenção, à fixidez, à circunscrição estável seja da experiência subjetiva, seja de sua nomeação e qualificação, seja de modos de representá-la. “Não inscrição”, um outro campo ainda não elaborado, atravessamento que abandona a delimitação que nos contém, novo espaço em que se move, desenraizamento da narrativa: o horizonte desejável, valorizado, é o da desorientação.

Uso “desorientação” nos termos de Sara Ahmed (2006a; 2006b), e sua proposta de uma fenomenologia queer. Em diálogo direto com clássicos da fenomenologia, Ahmed atribui foco a categoria “orientação” como mecanismo social e historicamente produzido de constituição de um campo de objetos aos quais atribuímos atenção (em detrimento de outros relegados ao plano de fundo), com os quais nos alinhamos e que fazem parte – conforme o modo como nos valemos deles – da moldagem dos nossos corpos, ponto de partida da percepção. A orientação tem um aspecto temporal: o plano de fundo corresponde às condições de emergência de um dado estado de coisas, à sedimentação no e pelo corpo a partir da repetição ao longo da história de modos de perceber, agir, relacionar-se com a matéria. O processo de direcionamento em relação a objetos (materiais, mas também objetos de pensamento – objetivos, aspirações, emoções) atingíveis afeta futuros possíveis: de que forma a relação com eles e o modo como os percorremos desenha trajetórias e tendências.

A heterossexualidade, argumenta, é uma forma de orientação: refere-se não simplesmente a um desejo direcionado a um tipo de pessoas, mas à constituição de um campo, conforme os termos descritos. A cultura heterossexual desenha uma configuração de objetos aos quais nos atentamos e com os quais podemos interagir que constituem um caminho de vida linear – straight, termo usado como sinônimo de “heterossexual” em inglês, significa “reto” afinal e a autora joga com esse sentido. Ela mobiliza o estudo da percepção e da consciência para refletir sobre a constituição

performativa de linhas de pensamento e de movimento cuja composição se dá por meio de formas de orientação de desejo consideradas possíveis e aceitáveis.

Tais formas de orientação de desejo afetam estruturalmente essas linhas: costuram junto passado e futuro possíveis (herança e linhagem familiar, reprodução de seus modelos no seguimento da mesma trajetória dos pais), sexo, gênero e sexualidade possíveis, formas de domesticidade e vida pública etc. Trata-se da produção de um campo obrigatório de objetos acessíveis e das relações entre eles, bem como de caminhos de vida possíveis e aceitáveis, que se dão pela repetição de seu caráter inexorável. A orientação a objetos de desejo afeta outras coisas que fazemos:

Mover a orientação sexual de alguém de heterossexual para lésbica, por exemplo, requer reabitar o corpo, dado que o corpo da pessoa não mais se estende no espaço e na pele do social. Dado isso, o sexo da escolha de objeto de alguém não é algo apenas sobre o objeto mesmo quando o desejo é dirigido em direção ao objeto: afeta o que podemos fazer, aonde podemos ir, como somos percebidos, e assim por diante. Essas diferenças quanto a como uma pessoa direciona o desejo, e como é encarada por outros, pode nos mover e assim afetar mesmo os padrões mais profundamente entranhados de se relacionar com outros. (...) Esse contato implica seguir diferentes linhas de conexão, associação e até troca, linhas usualmente invisíveis a outros. Não é surpreendente que se tornar uma lésbica pode ser algo sentido como um novo mundo se abrindo (2006a: 563-564)

Nesse aspecto, queer é o efeito de perturbação nessa orientação: a falha em segui-la, o distúrbio que relações entre corpos, entre corpos e objetos, entre corpos e espaço produzem no campo e nas linhas de orientação hetero. Trata-se de uma sensação de deformação que modos de agir e se relacionar com corpos e objetos engendram nos contornos de um espaço habitável e de uma vida vivível de acordo com a heteronorma. E se queer é entendido em dois sentidos pela autora, tanto como práticas sexuais não heterossexuais que produzem efeitos no contato social, quanto como, seguindo a raiz da palavra, o que é deformado, oblíquo (ibid.: 565), então pode ser mobilizado como desorientação. Desorientação, assim, é o efeito extraordinário de um jeito de agir e ocupar o mundo que provoca desvios no alinhamento familiar do campo compulsório – que tem expectativas de orientação sexual como definidoras de um registro social mais amplo de organização do tempo, do espaço e da existência.

Um projeto de produção de conhecimento e escrita encarnados, implicados, atento tanto a seu aspecto fenomenológico de modo geral quanto a aproximações ao que Ahmed denomina desorientação de modo particular vem sendo experimentado na antropologia. Silvana Nascimento (2019a; 2019b) tem dado destaque a uma reflexão sobre as articulações tensas entre corporalidade, marcadores sociais da diferença, espaço e fronteira no âmbito da disciplina. Seja ao se debruçar

sobre o caráter situado, incontornável da corporalidade da pesquisadora em sua dimensão material e simbólica (2019a), seja na análise sobre trânsitos de interlocutoras – pessoas no espectro da transfeminilidade – na tríplice fronteira amazônica (2019b), Nascimento se volta ao objeto de fascínio de Fleischmann e Ahmed: o que perturba, o que se recusa a caber em moldes tomados como dados, o que foge de e atravessa circunscrições perceptuais e imaginativas.

No primeiro caso, inspirada pela fenomenologia de Merleau-Ponty, pela proposta teórico-metodológica de corporeidade de Thomas Csordas e pela perspectiva mestiza de Gloria Anzaldúa, e mobilizando um arsenal analítico tanto da teoria feminista quanto da antropologia, Nascimento nos convida a atentar a uma antropologia feita na fronteira. Com isso, ela se refere a dois âmbitos: 1) ao debate já mais convencional na disciplina, de um saber que se faz em um encontro de códigos de sentido entre pessoas interlocutoras e pessoa pesquisadora, criando discrepâncias de legibilidade; 2) e articulando-o aos sentidos e valores atribuídos, nesse encontro, a marcações corporais como gênero, raça e sexualidade, e ao modo como isso produz aberturas e interdições à pesquisa, dissonâncias boas para pensar, acessos e vulnerabilidades. Nesse aspecto, a fronteira é o lugar do encontro e da travessia de significação e possibilidades de existência que apenas são possíveis a partir das diferenciações, marcadas por poder, no modo de percepção da subjetividade corporificada entre sujeitos em relação.

A mesma proposta marca seu segundo artigo, desta vez atento a trânsitos de gênero, espaço, trabalho e desejo realizados por pessoas transfemininas na região transfronteiriça entre Colômbia, Brasil e Peru (2019b). As variações entre expressões de gênero femininas que não cabem em modelos identitários convencionais de transexualidade, travestilidade e mulheridade, as experiências eróticas que borram os limites entre sexo por desejo e trabalho sexual, o investimento em procedimentos estéticos (seja o trabalho em salões de beleza, seja a participação em concursos de miss) como cuidado de si e cuidado de outres, a circulação entre nações e espaços urbanos que tensiona os limites do aceitável e permitido a seus corpos desobedientes: Nascimento está interessada na produtividade das linhas de fuga de convenções usuais, organizadas em categorias discretas, sobre identidade de gênero, circunscrição nacional, indivíduo e comunidade, afeto e dinheiro. Isso se dá a partir do alargamento analítico da “situação de fronteira” de Michel Agier:

a “situação de fronteira” pretende superar a ideia de limites e muros que separam, ideia que reforça movimentos identitários e nacionalistas. Esta noção possibilita valorizar a relação, em detrimento da identidade, e observar de que modo experiências de alteridade em lugares ou circunstâncias são agenciadas e interpretadas. Em nossas pesquisas, nos deparamos com movimentos de pessoas que são vistas como “outras” por um certo padrão corporal e heteronormativo e que se produzem no e pelo deslocamento urbano e corpóreo. São agentes fronteiriços – movimento e margem –



que podem atravessar fronteiras entre países, entre cidades e dentro das cidades. (ibid.: 548-549).

É essa perspectiva queer, desorientadora, interessada no movimento que é estranho, que confunde regimes estabelecidos de existência, relação e categorização do mundo, que atravessa campos de possível, que carrega na consciência e na fisicalidade tanto o estatuto de sujeito quanto de objeto de reflexão que gostaria de tomar como minha, e como enfoque de interesse nas autobiografias aqui analisadas: nos Estados Unidos, “Man alive” e “Amateur”, de Thomas Page McBee (2014; 2018), e “Redefining realness” e “Surpassing certainty”, de Janet Mock (2014; 2017); no Brasil, “Viagem solitária” de João W. Nery (2011) e “Meu nome é Amanda”, de Amanda Guimarães (2016). Pertencentes à geração mais recente de auto/biografias e imersas em um contexto intenso de hipervisibilidade trans, produção artística e participação política (descrito no capítulo anterior), es autôries são figuras públicas que circulam entre o ativismo e a indústria cultural. No entanto, trata-se de um conjunto consideravelmente discrepante de estilos de escrita, de trajetórias relatadas, de processos de subjetivação dentro e fora do artefato livro.

Mas cada uma, a seu modo, apresenta um processo de estranhamento referente ao campo de orientação cisnormativo e convida leitoras a estranhá-lo também. Fazem-no reconfigurando os princípios de estruturação da subjetividade generificada, e sobretudo questionando o alinhamento convencional de sua narrativa a histórias sobre transexualidade e transgeneridade. Desenraizam-se de tal alinhamento. Elas são sobretudo agentes transfronteiriços (para usar o termo de Nascimento), um giro de perspectiva que, obliquamente, desvia-se dos campos cisnormativo e transnormativo, permitindo encará-los de frente, estranhar sua familiaridade e desenhar outros campos e formas de habitá-los.

### **Transição, passabilidade e ser “de verdade”: duas perspectivas**

Tanto Thomas Page McBee quanto Janet Mock lançaram suas primeiras autobiografias em 2014 – obras com repercussão considerável em termos de vendas<sup>149</sup> e atenção da mídia<sup>150</sup>. Ambas já possuíam uma carreira vinculada à imprensa de algum modo: McBee escrevia ensaios sobre masculinidade para sites de notícias como The Rumpus e The Atlantic, e Mock era editora do website da People Magazine.

<sup>149</sup> “Redefining realness” entrou para a lista de mais vendidos do jornal New York Times logo ao ser lançada, em 19º lugar na categoria não-ficção.

<sup>150</sup> Thomas Page McBee atraiu a atenção de veículos mais independentes, como Kirkus Reviews e Guernica; Janet Mock e sua obra, por sua vez, foram retratados em veículos de maior circulação, como Washington Post e Guardian. Ela também chegou a ser entrevistada em programas de grande audiência, como “Real Time with Bill maher” e “Oprah’s SuperSoul Conversations”.

“Redefining Realness” segue, em parte, um modelo mais aproximado do cânone: tem estruturação cronológica; acompanha a protagonista desde a infância no Havaí até a realização de vaginoplastia; destaca as tensões envolvidas no processo de tornar a própria identidade reconhecível no âmbito familiar, na escola, etc; e realiza um afastamento, por parte da voz narradora, da ambientação dos eventos e estados subjetivos narrados para sublinhar a ausência de entendimento à época, de modo que não os compreendia pelo que “verdadeiramente” eram quando de sua ocorrência. Contudo, salienta Vipond (2018), distingue-se ao ser um dos primeiros livros a tematizar, nos Estados Unidos, uma trajetória marcada por desigualdade racial, vulnerabilidade socioeconômica e rede de cuidado familiar fragilizada. A limitação de seus pais em fornecer tanto reconhecimento e acolhimento diante da manifestação de sua feminilidade quanto suporte material a necessidades básicas de modo geral e a suas modificações corporais de modo particular produz experiências de sofrimento até então raramente retratadas em obras estadunidenses – em sua maioria, escritas por pessoas brancas de classe média e alta.

Trazendo esses temas para o centro da narrativa, desafia a estruturação da inteligibilidade trans ao revelar o modo como o cânone se constitui a partir da marcação racial branca e de classe média da transfeminilidade e leva à pressuposição de tais experiências marcadas em termos de classe e raça como eminentemente trans. Ademais, Mock se recusa a obedecer ao regime de moralidade tácito que condena o trabalho sexual e impõe silêncio sobre ele: como vimos na segunda geração de obras brasileiras, a autora salienta sua importância como forma de sustento, como chave de acesso a uma rede de sociabilidade trans e a técnicas de produção de si (ibid.: 16).

Também se destaca do usual pelo modo como elabora o tratamento desses temas. A recorrência com que se refere a escritoras feministas negras como Audre Lorde, bell hooks, Toni Morrison e Zora Neale Hurston sinaliza a leitórias o que a narrativa executa: não está interessada em produzir um estatuto de vítima para si, ou vilanizar pai e mãe. Pretende, a partir da trajetória pessoal, desvelar como a articulação de desigualdades de gênero, raça e classe produziram um arsenal reduzido de acesso a informação, expectativas de desenvolvimento, formas de cuidado e projetos de futuro. Tecendo uma relação nuançada, tensa e irredutível entre agência e assimetrias estruturais, responsabiliza os pais por modos negligentes e violentos de criação mas também sublinha a ausência de referências deles para lidar com a sua transgeneridade.

Também sublinha suas escolhas (o trabalho sexual e a transição ainda adolescente) não como coragem diante dos riscos de perda – por exemplo, a estigmatização social – mas como ausência de privilégios que poderiam ser perdidos. Por fim, inicia e conclui o livro salientando que sua ascensão social (ao lançá-lo era editora da People) não se deu por conta de algum tipo de habilidade extraordinária individual nem era prova do mito meritocrático estadunidense: tratava-se

de uma convergência de processos subjetivos e conjuntos de oportunidades que se desenharam a ela e que não se apresentaram a outras como ela<sup>151</sup>.

“Man alive”, de McBee, destacou-se por outros motivos. O livro parte de dois pontos traumáticos para narrar processos contrastivos de estabelecimento de relação consigo mesmo: o abuso sexual cometido pelo pai e sofrido dos 4 aos 10 anos; e o roubo que o vitimou e sua então namorada e quase acarretou seu assassinato. As experiências se articulam narrativamente como eventos de perda de controle e consciência sobre o próprio corpo que desencadearam efeitos opostos, conforme o autor nos mostrará ao longo do texto: a violação sofrida no espaço doméstico levou ao alheamento entre sua subjetividade e sua forma corporal, relegando à matéria o mundo social, das interações, enquanto sua subjetividade, sua consciência de si e sua vontade se invisibilizavam e se protegiam do mundo. É como se tivesse abandonado seu corpo às ameaças e ações do mundo, escondendo sua subjetividade em algum canto de si mesmo<sup>152</sup>.

O crime violento que ameaçou a continuidade de sua vida, por sua vez, provocou a reconexão entre essas duas dimensões cindidas (subjetividade e matéria) e o permitiu exercer agência sobre si. Esse evento foi propulsor da sua transição de gênero. Esta se conecta a uma marcha de conhecimento e reflexão sobre a história do pai – McBee viaja ao estado de origem do pai e entrevista familiares – e suas implicações na própria trajetória de vida, bem como à reorganização de seu relacionamento amoroso com a companheira após o trauma do roubo e a assunção da transgeneridade.

A ordem de apresentação dos eventos ao longo de grande parte do livro não é cronológica; a estruturação temporal parte de dois contextos intercalados e cria bruscas pontes de conexão entre eles em momentos de vida muito distintos. Esse caráter errático também se manifesta no ritmo: os capítulos são curtos, breves descrições de eventos ou estados subjetivos que produzem a sensação de acelerações e freadas súbitas. Na parte final da obra uma ordem cronológica é assumida: McBee se engaja mais definitivamente na assunção da identidade de gênero masculina (começa a praticar

<sup>151</sup> Essas garotas e mulheres não receberam as mesmas oportunidades e concessões com que fui agraciada. Foram rejeitadas e desumanizadas, o que tornou a maioria esmagadora delas vulnerável aos tratamentos mais agressivos, exclusão, discriminação e violência. Essas mulheres estavam nas interseções de raça, gênero, classe, sexualidade e economia pessoal, nas margens da sociedade. A despeito de minha tentativa de ser exceção, a realidade é que eu era uma dessas mulheres. (...) Se sou a exceção, o pretenso padrão de sucesso, então onde se situam as irmãs com quem cresci nas ruas de Honolulu que não “conseguiram”? Ser excepcional não é revolucionário; é solitário. Separa você da sua comunidade. Quem é você, realmente, sem comunidade? Tenho sido constantemente erigida como o token, como o tipo “certo” de mulher trans (educada, sem deficiências, atraente, articulada, heteronormativa). Isso promove a ilusão de que porque eu “consegui”, esse nível de sucesso é facilmente acessível a todas as mulheres trans jovens. Sejam os claros: não é. (RR, xv-xvii)

<sup>152</sup> Dois excertos são bastante eloquentes: “O que ele fez não doeu. Desconectou, fez dois de mim como havia dois dele. Me fez um estranho para mim mesmo” (MA, 22-23); e “Porque eu contei para mim mesmo essa história: eu sei como ser invisível, intocável. Eu podia colocar meu corpo para dormir, membro a membro. Eu podia esperar uma vida inteira, se necessário, para acordar” (ibid.: 36).

boxe, testa e escolhe um novo nome) e em fechamentos de certos ciclos – deixa a cidade que morou por anos e se encontra, finalmente, com o pai. Na conclusão do livro sinaliza novos começos: a mudança para outro estado; o surgimento de novos conflitos e necessidade de reajustes em seu relacionamento com a companheira; e a surpresa diante dos efeitos da testosterona.

Ao optar por assumir uma ordem cronológica quando a transição se concretiza, McBee parece criar uma lógica estável e gradual de reconstrução de si e do próprio corpo, de reclame de poder sobre a disposição da existência que nas partes anteriores apenas se apresentava como ensaio. Há estabilização de um processo de subjetivação até então tateante: experimenta as promessas que se apresentam ao corpo e o torna parte de sua experiência como sujeito no mundo. Mas se aparta da narrativa convencional não apenas pela estruturação temporal e por elaborar a história de sua vida como história de reapropriação subjetiva, agentiva, da materialidade corporal em seu engajamento com o mundo. A distinção se dá, ademais, pelo que desenha como motor de realização tanto da apartação quanto do impulso de retorno à materialidade, e pelas articulações que a estruturação temporal produz: trata-se de uma meditação sobre masculinidades.

A feitura desta ordem de tempo inaugura e refaz modelos de homem possíveis experimentados pelo autor, e engendra a potência de uma identidade masculina que não seja sinônimo de toxicidade. O abuso marcou uma primeira significação, vinculando violência, controle e submissão de mulheres ao gênero. Mas conhecer a trajetória pobre da família do pai, a infância deste e a provável experiência de abuso que o vitimou, bem como, por outro lado, o acompanhamento do julgamento do homem que o roubou e ameaçou a sua vida, sua fragilidade e desespero, permitiu que McBee revisse dita dignificação e a associação necessária entre homem e monstro. As experiências mostraram que homens violentos podem ter facetas ou trajetórias marcadas por vulnerabilidade e violações sofridas. Ademais, o domínio sobre o próprio corpo, o novo vínculo de identificação com ele estabelecido permitiu construir uma masculinidade outra, multifacetada – que submete a crítica performances de gênero violentas, refuta sua naturalidade e inescapabilidade, visibiliza-a para enfrentar seus efeitos e evitar sua reprodução.

Embora “Redefining realness” e “Man alive” sejam boas para pensar, neste capítulo me detenho nas segundas obras de Mock e McBee: “Surpassing certainty” (2017) e “Amateur” (2018). Trata-se de livros escritos quando ambos já haviam alcançado maior notoriedade e reconhecimento na mídia mainstream: Mock iniciava mais constantemente sua carreira em emissoras de TV<sup>153</sup> e McBee expandia sua escrita para outros veículos, como BuzzFeed, GQ, Quartz e Playboy; no mesmo

<sup>153</sup> Cita como uma de suas primeiras experiências no ramo a produção o documentário “The trans list”, exibido pela HBO. Posteriormente, como mencionei no capítulo anterior, ela atua na produção, direção e roteiro da série Pose e em 2019 assina contrato de 3 anos com a plataforma de streaming Netflix que lhe dá poder de criação e produção de conteúdo. Ver: <https://variety.com/2019/tv/features/janet-mock-netflix-deal-pose-1203246917/>

período de publicação de “Amateur”, ele passa a integrar a equipe de roteiristas das séries “Tales of the city” e “The L word generation Q”. Não obstante a qualidade inquestionável do trabalho de McBee e Mock, especula-se que parte de sua inserção se dá pelo aparente alinhamento a padrões cisheteronormativos de beleza e afetividade: sua configuração corporal e sua expressão de gênero são convencionalmente masculinas e femininas (respectivamente), e ambos ao longo dos anos se envolveram em relações longas com pessoas do gênero oposto. Um lugar estável, portanto, sob o olhar público; o que ambos os livros fazem é perturbar essa estabilidade.

Em “Surpassing certainty”, acompanhamos a faixa de tempo vivida por Mock entre o seguimento dos procedimentos cirúrgicos de modificação corporal, ao começar sua graduação na Universidade do Havaí e continuar o próprio sustento como stripper, até a consolidação de sua carreira como editora do website da People Magazine, já em Nova York. A descrição da trajetória que abarca parte de sua década de 20 anos poderia ser tomada, em um primeiro momento, como uma história de superação e ascensão social heróica – mas Mock rapidamente afasta essa leitura. Logo na introdução, ela nos avisa de que se trata, isso sim, de uma história de enfrentamento de expectativas de sucesso e aceitação que se fundam em silêncio, esquecimento, apagamento e assimilação, e de como esse enfrentamento reorganizou a concepção de verdade sobre si e sua relação com o tempo.

Já em “Amateur” acompanhamos o período curto de menos de um ano levado pelo autor para treinar e participar de um campeonato beneficente de boxe amador. O engajamento com o esporte fez parte de uma reflexão mais ampla sobre seu processo de constituição de uma identidade masculina habitável em meio a uma cultura de masculinidade hegemônica permeada por violência – ainda mais diante da expectativa generalizada de seu ajuste a tal cultura. A obra se mostra, então, como um projeto dual: de exposição e investigação do que se considera ser “homem de verdade” nos Estados Unidos; e de enfrentamento de seus próprios pressupostos, desejos e incômodos até então não analisados sobre ocupar essa categoria identitária.

Os dois livros recusam a fixidez e a aura de conquista que envolvem a percepção de sucesso de sua transição. Também exploram o que vem depois do que convencionalmente se entende, num enquadramento cisnormativo, como o ponto de chegada desse processo: a realização dos procedimentos de modificação corporal disponíveis que permitam ser lide conforme o gênero com que se identifica, e a assunção e exercício dos papéis sociais esperados – ambos entendidos como correspondendo à tradução em linguagem material e social de uma verdade identitária interna e substantiva de homem ou mulher “de verdade”. Mock e McBee nos desafiam: há um problema grave nessa matriz de legibilidade. O gesto dessa proposta pode ser notado já na introdução de “Amateur”:

Histórias sobre pessoas trans, quando sequer as ouvimos, usualmente terminam com tal simbolismo radiante, voltado a indicar que o homem ou mulher em questão teve sucesso, na transição, na grande missão de finalmente ser eles mesmos. Embora isso seja adorável, e até um pouco verdade, do mesmo modo que uma gravidez ou uma experiência de quase-morte podem agir sobre um corpo como gravidade, remoldando nossos dias e memórias e até o tempo em torno desse impacto – não é onde a história acaba. Nem de perto. Eu sou um iniciante, um homem nascido aos 30 anos, com um corpo que revela uma realidade sobre ser humano que é raramente examinada. A maioria de nós vivencia o condicionamento de gênero tão jovens – pesquisas mostram que isso começa na infância – que acabamos entendendo mal o relacionamento entre natureza e criação, cultura e biologia, caber nos moldes e ser você mesmo. (AM, 4-5)

Gostaria de seguir o modo como Mock e McBee articularam transição, passabilidade e “ser de verdade” em suas obras, como a desorientação dessa articulação afetou sua perspectiva, e como esse processo permitiu uma crítica ao enquadramento cisnormativo.

De início, ambos salientam encanto e euforia com materialização em signos físicos de gênero que suas corporalidades passam a carregar e com a apreensão generalizada e inequívoca de sua identidade como respectivamente homem e mulher. McBee afirma que notava isso “principalmente em termos estéticos: a camiseta que agora me servia, a curva graciosa do meu bíceps, o glorioso salpicado de uma barba” (AM, 3). A abertura de Mock se dá tingida do medo da descoberta, e da imprescindibilidade do segredo sobre a transgeneridade. Ao narrar nas primeiras páginas sua entrada no clube de strip-tease e o encontro, lá, com uma conhecida também trans, é notável como sua beleza alinhada a padrões de feminilidade e os procedimentos cirúrgicos não afastavam o medo da revelação do passado ou de algum sinal de não naturalidade notável em suas formas corporais que poderia vir a ser percebido por mulheres cis:

Sabia que Cassie estava cansada de ser a única no espaço, ainda que ela fosse a única que soubesse. Cassie era uma daquelas mulheres trans que conseguiam acessar espaços sem ser lidas como trans (...). Mas não importa o quão não percebida uma garota fosse, não importa o quão bem conseguisse se misturar, ainda carregava aquela semente de medo de ser descoberta. A semente tinha sido plantada em nós anos atrás, e sabíamos que quanto mais longamente uma pessoa se isolasse, mais amplamente esses ramos cresceriam. (...). Eu ainda era tímida com meu corpo, em especial na companhia de mulheres. Sentia que eu não estava à altura, e esse fracasso me fazia sentir ilegítima. Contudo, na companhia de homens com suas mãos ásperas, ombros largos e bíceps protetores, era generosa com minha nudez. (SC, 11-13).

Dançar no clube me deu uma confiança maior em meu corpo, particularmente me permitindo apreciar a estética da minha vagina. Temia há muito tempo que a minha não parecesse “normal”, como se houvesse uma aparência padrão para todas as vaginas (...). Comparar minha vagina de garota trans com imagens retocadas [de revistas masculinas]

apenas aumentava minha insegurança. Perdi tanto da minha juventude me medindo contra coisas fora de mim. Foi no Club Nu que fui exposta a vaginas de todos os tipos. Duas não eram idênticas, mas todas pertenciam a mulheres. (SC, 17)

A insegurança quanto a quão “real”/ “de verdade”<sup>154</sup> é o próprio gênero em comparação com corpos de pessoas cis também afeta McBee, e da mesma forma vemos uma trajetória de questionamento de univocidade desse modelo. Mas embora, assim como em Mock, a questão acerca da adequação de suas formas físicas se manifeste, o que compõe a categoria ganha mais dimensões. No primeiro capítulo do livro, intitulado “Sou um homem de verdade?”, relata a consciência aguda de homens mais altos e fortes da academia, “carregando em seus corpos o potencial de meu fracasso espetacular” (AM, 33). Mas em vez de respondê-la, ele torce a pergunta: quanto mais se preocupa em parecer “de verdade”, mais o que “de verdade” significa se torna o ponto crucial a merecer atenção. Entremeando fontes da história, da sociologia e da psicologia com dados autobiográficos, arrola aspectos normativos da formação da masculinidade verdadeira que se instituem pela repetição:

*Não se deixe dominar. Não peça desculpas quando você é quem está sendo incomodado. Não faça seu corpo diminuir. Não sorria para estranhos. Não demonstre fraqueza. (...) Demonstre poder e controle. Não seja “como uma mulher”. Não seja “como um homem gay”. (...) “Homens tendem a lutar quando se sentem humilhados, envergonhados”, o sociólogo Michael Kimmel me disse. (...) “Você não luta quando se sente poderoso,” ele disse. “Você luta quando sente que seu poder está sendo desafiado.” Supus que lutar pelo meu direito como homem trans de ser visto como “de verdade” tomaria grande parte dessa história: mas rapidamente ficou claro que todos os homens provando sua “verdade” o faziam através da luta contra o policiamento e a humilhação exercidos por outros homens, com triste recorrência os humilhando e policiando de volta. O que fazia eu me sentir “de verdade”? (...) Eu me sentia real quando pedia ajuda, quando fracassava, quando era eu mesmo. Eu não queria me tornar um homem real, percebi. Eu estava lutando por algo melhor. (AM: 42-44).*

A apreensão do caráter problemático do que se considera “homem de verdade” torna inócuo o questionamento quanto a sê-lo; mais importante é entender o processo de fabricação social desse modelo, o que o constitui (nos termos de Ahmed, o campo de objetos em relação que faz emergir esse estado de ser) e seus efeitos. Um dos aspectos que participam do tensionamento do modelo é o caráter temporal de sua feitura: Mock e McBee exploram o lugar da transição nesse regime de verdade, mas também da instituição de padrões de gênero fundados na cisnorma.

Em Mock, a tentativa de cabimento em seus moldes e a posterior interrogação de seu sentido se dão partindo do desejo de silêncio e apagamento da transição, principalmente quanto

<sup>154</sup> Aproximo os dois termos como traduções parciais do “Real man” usado por McBee ao longo do capítulo.



mais se distancia do Havaí, de familiares e conhecidos, ao fazer cursos na costa leste e, depois de se formar, se mudar para Nova York. Embora rapidamente entenda que revelar ou não uma informação como essa é um direito de escolha seu<sup>155</sup>, o medo de esse compartilhamento fazê-la indesejável ou sujeita a algum tipo de agressão se perpetua ao longo da narrativa e se fundamenta na consciência de que, socialmente, a transgeneridade e a transição eram vistas como anomalias e tentativas de ocultação da verdade da identidade sexuada. Isso fazia com que ansiasse por se afastar da imagem convencional de transgeneridade e transição, um projeto de si em que “se misturava. Esse era meu sonho adolescente: ser vista e aceita como qualquer garota. Com minha não-conformidade de gênero aparentemente se desvanecendo” (SC, 38).

Isso faz com que mesmo a revelação se dê a partir de lacunas e não-ditos. Vejamos como fala sobre sua trajetória pela primeira vez a seu primeiro marido, Troy, quando ainda estavam namorando no Havaí. Ela não usa o termo transgeneridade; descreve o processo como “quando jovem, lutei contra algo para o qual não tinha palavras. (...) um médico me ajudou. Me deu palavras para me identificar e descrever meus sentimentos. (...) fiz uma cirurgia que me deixou realmente confortável em meu corpo” (SC, 45). A imprecisão é deliberada:

Meu relato vago sobre minha jornada transexual o forçava a preencher os vazios sem colocar um rótulo na coisa. Eu percebo hoje que eu me recusei a dar um nome a minha experiência. Rejeitei me rotular em sua presença, porque eu não queria que ele me visse como qualquer coisa além da mulher pela qual havia se apaixonado. (...) dizer que era uma transexual teria qualificado meu estatuto de mulher. Pensei que deliberadamente constatar que era uma mulher trans – uma mulher que nem sempre foi vista como garota ou mulher e portanto teve que lutar pelo seu direito de se revelar – apenas me juntaria às trannies trágicas que consistentemente passavam na tela da minha tv como shows de aberração modernos; à prostituta hipervisível silenciosa ou atrevida; (...) ao corpo mutilado não reclamado. Essas imagens distorcidas apenas elevavam a vergonha que eu sentia sobre ser trans. Eu desejava me separar desses retratos difundidos, ausentes de qualquer afirmação ou celebração. Eu queria escapar do estigma, e que Troy me visse como exceção. (...) Eu não tinha tido distância suficiente pra me reconciliar com meu passado. Não tinha viajado longe o suficiente para me apropriar de quem era (...). Ele não demandou [saber] mais, e isso foi um presente. (SC, 46)

A conjunção entre desejo de distanciamento de imagens estabelecidas de transgeneridade, que não se enquadravam na verdade de sua vida, e a ausência de perguntas da parte de Troy sobre seu passado deram a ela a “aparência de normalidade” (SC, 55) que pensava desejar – aparência

<sup>155</sup> “Conforme eu me tornava mais confiante em meu corpo, ganhava mais experiência com encontros, e passei por cirurgia, comecei a ver a revelação não como uma obrigação, e sim como um presente. Minha história era minha, e sentia que uma pessoa tinha que merecer o privilégio de ouvi-la. Pretendentes aleatórios e casos passageiros não eram mais merecedores de mim e de minha história. Mas Troy se provou merecedor” (SC, 39).

que, por sua vez, produzia o efeito de uma feminilidade sempre presente, sempre evidente a quem a lesse. Mas o que fundava tal ausência de perguntas e o sentido de subjetividade generificada engendrado pelo silêncio que compartilhavam produziu um efeito perturbador, de redução de si: a sua inscrição em um alinhamento cisnormativo de trajetória, uma história de vida que se apresenta como coerente (experiência de gênero que deriva do sexo assignado ao feminino) remove a complexidade do passado de reflexão sobre a própria feminilidade, de sua materialização, e da reivindicação de seu reconhecimento. A alocação no alinhamento cisnormativo empobrece o caminho de sua subjetivação e a sensação negativa que isso causa a surpreende.

Ao verem um filme que tematizava a vida de uma mulher trans (interpretada por um homem cis), Mock diz a Troy “ela é uma garota como eu, você sabe”. Ele responde “Vocês duas são completamente diferentes. Eu nunca namoraria alguém assim” (SC, 54). A primeira desorientação se dá aí: ao notar que Troy a distanciava da personagem por ver nesta resquícios de masculinidade – sem considerar assim sua legibilidade “antes” e o trabalho do tempo realizado. Esse afastamento parecia ser importante para sustentar tanto a imagem de “mulher de verdade” dela, em que “verdade” se apoiava em permanência no tempo, quanto a masculinidade dele – que, reflete Mock, “ditava que ‘homens de verdade’ namoravam ‘mulheres de verdade’”. Se aventurar para além desses limites – desejar uma mulher que nem sempre se apresentou e era vista como tal – era estilhaçar as regras que ele aprendeu a seguir” (SC, 54). Embora fosse o que supostamente desejava, vê-se diante de uma descoberta surpreendente: a exigência de omissão do passado para pertencimento ao mundo cis e à categoria “mulher de verdade” a incomodava.

(...) eu descobri que queria que ele me fizesse perguntas, ouvisse mais sobre tudo que eu havia passado. Eu tinha um conjunto único de experiências que diferiam daquelas das mulheres que Troy havia namorado antes, e isso não me fazia menos mulher. Eu estava aprendendo a me tornar mais confiante, mas não conseguia articular isso na época. (SC, 55)

E essa dificuldade de elaborar o incômodo do silêncio a levará a sustentar a tentativa de abandono do próprio passado ao longo dos anos, insistindo na realização de um presente e futuro de “mulher de verdade” que se assemelha aos projetos da primeira geração descrita no capítulo 1. Ao realizar um intercâmbio curto em Rhode Island, um dos motivos de felicidade com a experiência é estar entre pessoas que não sabiam que ela era trans: “Isso era libertador, me permitindo ser apenas mais uma garota na multidão” (SC, 60). Trata-se do modo como era lida socialmente, mas também do projeto de si que construía – e ao longo dos anos, Mock relata almejar ser outra pessoa que não ela, com sua trajetória e seus vínculos. É recorrente lermos ao longo da obra afirmações como “eu não queria voltar para mim mesma” ao se referir a seu período em Rhode Island (SC, 73), e “eu

poderia me apagar e desenhar uma nova existência” quando primeiro conhece Nova York e cogita se mudar para lá (SC, 81). Enquanto narra sua chegada à cidade para cursar o mestrado na New York University, pontua ter sido fortalecida pela imagem da garota que “abandonou sua cidade pequena, família e marido e se desfez do seu passado e de seus eus anteriores para recriar a si mesma do zero” (SC, 116).

Ao mesmo tempo, satura a escrita o anseio pelo passado e a percepção de que o conhecimento partilhado do passado a deixava menos solitária, fortalecia vínculos e a tornava mais inteiramente conhecida. Ela lembra que “me sentia sozinha e sentia falta de conexão genuína (...), de estar com quem eu partilhava continuidade. (...) todos ansiamos espaços em que história compartilhada age como um fio nos vinculando e responsabilizando nossos eus anteriores e uns a outres” (SC, 80). Ao revelar que era trans a uma amiga de faculdade, afirma estar certa de que “dizer a ela iria na verdade nos aproximar” (ibid. 102).

Até então, nas primeiras 100 páginas do livro, Mock descreve preponderantemente essa tentativa de projeto de ruptura com o passado na fabricação de uma nova personitude que a inserisse sem problemas no campo de “mulheres de verdade.” As 100 páginas seguintes que a acompanham em Nova York, porém, operam uma perturbação em sua perspectiva sobre a temporalidade da própria existência e, de um modo mais amplo, sobre a estruturação temporal da subjetividade generificada que organiza pertencimento e exclusão a tal campo.

Isso significou reconhecer, paulatinamente, o caráter infrutífero de sua orientação para o futuro – ser uma nova pessoa, sem bagagem e sem história – marcado pelo abandono de si (ou, mais precisamente, do “eu” que até então havia se organizado) e encarar a si mesma e a própria história. Mas esse não foi um processo apenas interno. Revelar sua transgeneridade para amigas se tornou um mecanismo de libertação e de solidificação de vínculos afetivos: “podia ser eu mesma (...), permitia que me visse em minha totalidade” (ibid.: 148). Avalia a intensidade de seu envolvimento afetivo com amigas e amoroso com homens pelo desejo de contar.

O encarar a si e a própria história empreendem segunda perturbação – de sentido e de valor, compreendendo repensar a qualificação e a valoração negativa atribuídas à transgeneridade. Mas também a meditação sobre vínculos com pessoas do passado a leva a notar que não há mesmidade na conformação de si ao longo dos anos. Ao reatar com Troy após mais de um ano separada, e meses depois se separar definitivamente, Mock assume para si que o motivo de prolongamento da relação amorosa: “Troy sabia tudo sobre mim. (...) Estava muito assustada em encarar a mim mesma e ficar só. (...) Acreditava que ninguém nunca me amaria como ele. Ninguém iria aceitar as coisas que eu tinha contado a ele e continuar do meu lado” (SC, 181).

Com o passar dos meses e com a ajuda da psicoterapia, se dá conta de que a tentativa de estar juntos era apego ao que não existia mais: “ao que lembrávamos que tivemos no passado juntos. (...) Não somos mais quem éramos um para o outro” (SC, 208). A autora se concentra no modo como se tornaram distantes um do outro, mas subjacente à infelicidade que sentia, há dois aspectos conectados: ambos haviam mudado muito desde o início de seu relacionamento, e o vínculo não mudou junto – continuavam se apegando em versões do passado um do outro; e Troy era mais uma dimensão de sua vida de onde extraía a própria imagem e valor.

Ao longo dos anos, a transição havia sido tomada como uma trajetória de composição de feminilidade que mais eficazmente fosse tomada como “normal” e “igual a qualquer outra” – produzindo um efeito cisnormativo, não marcado de mulher. Para preservar esse efeito, era necessário se desfazer do passado, das discrepâncias de legibilidade que vigoraram antes e durante a transição, e orientar personitude apenas em direção ao futuro: ser outra coisa que não quem era, ser mais e mais “igual a qualquer outra.” Fugir de um “si mesma.”

Ao mesmo tempo, nota que essa fuga se torna impossível – há algo de si do qual não pode se desfazer, e então a garantia do reconhecimento e validação desse algo é tão fundamental quanto o efeito de “pessoa nova” que ela tenta produzir. Perturba-a, no entanto, notar que ambos os movimentos de vida são insatisfatórios: baseiam-se precipuamente na outorga externa de sentido e valor de personitude generificada, em que afasta o próprio entendimento de si. O olhar para o passado corresponde ao momento em que tenta reestabelecer uma relação consigo, não como projeto novo a ser inaugurado e aprovado por outres, e não como uma substância identitária considerada indesejável por uma maioria – mas como uma constituição subjetiva que se organiza no tempo e precisa ser conhecida por si mesma.

A desorientação é evidente. O que se consideraria como ponto de chegada satisfatório – a inserção no âmbito da mulheridade comum – se torna lugar de estranhamento. Incômodo pelo preço que cobra, pelos aspectos da subjetividade que exige fiquem do lado de fora do campo do possível e do aceitável. O alinhamento cisnormativo sofre um desvio ao Mock recusar seu trajeto, seu ponto de chegada pensado como ideal, a demanda por estabilização e corte com o caminho percorrido. Mock engendra uma nova linha oblíqua ao direcionar o olhar para dentro e para trás.

O conhecer a si envolve de certo modo ser um agente fronteiro nos termos de Nascimento: se ver recorrentemente na iminência de ser qualificada como estranha pela descoberta da transgeneridade por outres, mas também ter acesso a inserção e circulação em espaços não autorizados a pessoas como ela – pessoas trans com trajetórias similares, mas não facilmente assimiláveis por não passarem por cis. Também permite que conheça intimamente os pressupostos cisnormativos de entendimento da transgeneridade e notar sua distorção, sua desconexão com as

vidas reais de mulheres trans – uma decorrência de sua perspectiva singular advinda de seu estatuto de estrangeira no campo social autorizado da cisnorma.

Essa perspectiva torna possível que note o regime regulador que vincula assignação ao sexo feminino e mulheridade verdadeira, que desafie a inscrição de um modelo único de feminilidade, que empreenda uma torção no pressuposto de transição bem sucedida como o “se tornar outra”, alhear-se de quem foi. Informada por essa perspectiva, Mock recusa a assimilação e redireciona sua relação com objetos de pensamento: não mais apreender a verdade de si como indesejável, mas expor os dispositivos que instituem essa indesejabilidade. Não mais reproduzir uma configuração binária de feminilidade verdadeira ou falsa, mas apontar o aspecto ficcional do engendramento dessa configuração, que invisibiliza e exclui uma imensidão de formas reais de ser mulher. Não mais atentar para um presente e futuro de conquista da aparência de linearidade sexo-gênero, mas evidenciar, ao atentar para o próprio passado, o processo de moldagem da personitude generificada que articula modalidades mutáveis e heterogêneas ao longo do tempo de percepção de si, legibilidade social e reconhecimento. O atravessamento de campos sociais de legitimidade (ou não) torna possível rever não só o entendimento da transição, mas também empreender outra, não linear, e não pautada em categorias discretas: de um desejo de pertencimento ao enquadramento hegemônico a um desejo de remoldagem do mundo habitável e de processos de subjetivação possíveis para além da cisnorma.

Com McBee, o processo é ligeiramente distinto porque o olhar para dentro – seu encanto com aspectos do mundo convencional dos homens e o comprometimento em “enfrentar verdades, mesmo as feias” (AM, 49) – faz parte do projeto que ensejou a escrita do livro. Além de mais de 10 anos mais velho do que Mock ao assumir a identidade masculina, vinha de uma trajetória familiar e de um engajamento com debates sobre gênero e sexualidade que já questionavam a masculinidade hegemônica. Também, aqui, o que se considera “lugar de chegada” é menos visto como vitória, como território de estabilização e de completude de si; provoca estranhamento e outridade. Isso se condensa de modo mais evidente em dois capítulos – um logo no início e um mais próximo do fim: “sou machista?” e “por que ninguém me toca?”, especificamente.

Em “sou machista?”, muito rapidamente nota que tal encanto com o mundo convencional dos homens faz parte de uma trajetória de desejo por formas e movimentos corporais e comportamentos lidos como masculinos e portanto negados a ele ou vistos com maus olhos ao exercê-los enquanto era assignado ao sexo feminino. Enquanto qualificado como uma mulher masculina, tratavam-no com estranhamento em ambientes de trabalho – a apresentação de si era questionada como antiprofissional, sua conduta incisiva era vista como agressiva, opiniões eram consideradas duvidosas. No que ele designa como “Antes”, havia uma série de assimetrias que

partilhava com mulheres cis convencionalmente femininas. Quando procedimentos cirúrgicos e terapia hormonal levaram a sua legibilidade como homem cis, no entanto, o valor atribuído a modos de agir foi invertido: passou a ser ouvido, levado a sério, parabenizado.

A fricção entre meu corpo e o mundo a meu redor havia desaparecido. Me tornar um homem era fácil exatamente nos lugares em que não ser um havia sido difícil. Todos os dias, eu era premiado por um comportamento pelo qual antes era punido, como defender meus ideais, pressionar alguém, ser fluente em dinâmicas de poder complexas, e estrategicamente – e visivelmente – receber crédito. Quando provava minha habilidade, apenas uma vez, ela tendia a se perpetuar. (AM, 52)

E neste lugar de autoridade que o seduz, passou a reproduzir posturas sexistas: não consultar mulheres que sabiam mais sobre determinados temas do que ele e se irritar quando era corrigido por elas, ser mais atento e solícito na interação com homens, etc. Essa tomada de consciência o desestabiliza porque, novamente, torce a pergunta a partir da reorientação da perspectiva: não se trata de ser ou não machista, ou da possibilidade ou não de sê-lo tendo em vista seu passado repleto de experiências em que sofreu discriminação de gênero compartilhadas com mulheres. Trata-se de se perguntar de que forma modos de ler diferentes subjetividades generificadas suscitam diferentes cumplicidades com o poder ou fragilizações por ele, engendram diferentes campos de possibilidade de relação com outres e o mundo e diferentes dinâmicas de assimetria de gênero – afinal, a leitura e tratamento de McBee enquanto mulher masculina não eram os mesmos a que submetiam mulheres cis convencionalmente femininas.

O autor se compromete a investigar o modo como sua legibilidade como homem cis reconfigurou a atribuição de sentido a seu comportamento e o modo como isso o faz se beneficiar de tal assimetria. Também o interessa de que modo a sedução da masculinidade finalmente habitável envolve, também, a sedução dos privilégios da masculinidade. Tenciona desmontar a estabilidade dessa posição de sujeito; para isso, se vale do caráter de novidade em habitá-la, do processo de comparação entre esta posição e a que ocupava anteriormente, e, principalmente, do modo como essa posição implica a reorientação de uma rede de relações a seu redor: como é visto, tratado, classificado, valorizado.

Uma perturbação oposta, que gera um estranhamento desconfortável, é descrita no capítulo “por que ninguém me toca?”. Aqui, transformações corporais levaram a uma outra reestruturação de comportamento a seu redor: a redução drástica do contato físico em praticamente todas as dimensões de sua vida, com exceção da academia de boxe – onde homens desconhecidos davam tapas na sua bunda e o abraçavam com frequência. Fora dessa circunscrição, suspeitava que homens e mulheres evitavam a proximidade física por medo de que sugerisse interesse afetivo-sexual –

medo fundado em homofobia, no primeiro caso, e na desconfiança socialmente dirigida em torno de amizades entre homens e mulheres, no segundo.

Logo ele nota que a reestruturação da leitura de seu corpo – não mais como mulher masculina, mas como homem cis – era acompanhada por expectativas de ação e por regras de interação entre pessoas. A evitação do contato físico é parte de uma configuração de modelo de masculinidade mais ampla: a interdição de vulnerabilidade a ele, e expectativas de que essa ausência apenas assumisse duas formas – a positiva, como poder; e a negativa, como ameaça. Isso se explicita, por exemplo, nas dissonâncias com mulheres em uma série de primeiros encontros logo após a transição:

Agora eu me fazia menor, com medo de assustar meus matches do Tinder, sempre fazendo a coisa errada, incapaz de me fazer executar os movimentos certos, perplexo com a etiqueta que nunca aprendi, tudo um campo minado. (...) Depois de alguns meses dessa nova vida de encontros, uma amiga bem intencionada que conhecia há muito tempo me aconselhou que eu estava sendo “muito vulnerável” com as mulheres com quem saía. (...) “Não é sexy”, ela simplesmente disse. Meu eu de Antes nos estados iniciais de encontros amorosos – direto, confiante, romântico – parecia predatório agora. A vulnerabilidade que minha amiga notou em mim era apenas meu desejo por conexão, despido de qualquer fingimento. (AM, 125-126)

As regras de interação são confusas porque padrões de comportamento aceitáveis a sua designação de gênero anterior tomam outro sentido ao ser lido como homem – mas de um modo geral, o imperativo é o de fechamento ao toque e à ação do outro, e portanto também afastamento de um lugar de suscetibilidade. Para o bem (“ser sexy”) e para o mal (“ser predatório”), da masculinidade convencional se espera uma autonomia que se constitui pelo estabelecimento de barreiras de circunscrição e contenção. Elas o tornam inacessível ao toque de outre – e de modo opositivo, tornam-no o agente que toca, que afeta.

Esse processo o leva a refletir sobre modos sociohistóricos de constituição de normas de masculinidade em oposição à feminilidade, de aspectos emocionais esperados a uma subjetividade generificada e negados a outra. Se sensibilidade, empatia, cuidado e vulnerabilidade são entendidas como qualidades femininas, são interditas a homens e ameaçam sua masculinidade<sup>156</sup>. Um dos poucos espaços em que se expor ao toque de outre e se engajar em interação física são autorizados é o de esportes de combate como o boxe: uma dinâmica contida de intimidade e nudez. Tais regras não faziam sentido – não apenas porque implicavam a demanda de reestruturação de modos de interação que havia aprendido e seguido ao longo de sua vida “antes”, mas também porque

<sup>156</sup> “Homens estadunidenses disseram que ‘ser homem’ significa não ser uma mulher. Isso é, diz Niobe Way, onde todo o problema começa. Se ser ‘feminino’ é o oposto de ser um homem, então muitas qualidades que estadunidenses associam a mulheres (...) não são só reprovadas em rapazes, mas destruídas enquanto são jovens” (AM, 127).



expressavam mecanismos violentos de instituição de um modelo único de masculinidade pautado no banimento da interdependência. Como conciliar ditas expectativas e sua trajetória?

Me chocou que homens tinham que aprender como ser tocados de novo, e como tocar uns aos outros. (...) Crescentemente, eu via minha esperança em construir uma ponte entre meus Antes e Depois como um tipo de binário próprio. Não tinha cruzado uma linha mágica, tratava-se mais de explodir minha vida, criando mudança do modo desordenado que a maioria das pessoas faz. Era a mais dura verdade. Eu tinha mudado, e tinha continuado o mesmo, e cabia a mim aprender como construir meu novo eu com os materiais que estavam diante de mim. “Tivemos a mesma socialização”, eu apelava a Jess. “Não sou tão diferente de você”. Sabíamos que isso era verdade, mas ainda assim – não era mais verdade, não exatamente. (...) meu corpo presente para todos os corpos ao meu redor e todos os corpos que eu havia sido e conhecido, e finalmente encontrei uma paz rara e perfeita ali. (...) A música [“Closing Time” tocando na academia] me levou de volta ao último ano do ensino médio. (...) na academia eu podia sentir dentro de mim tanto um homem exausto batendo em um saco de pancadas quanto uma pessoa adolescente em um fervor suado [na boate queer], se fundindo em uma massa com queens cheias de glitter e butches de cáqui e twinks e daddies de couro. (AM: 135-136)

Aqui a transição se distancia da figura linear convencional em representações da transgeneridade – não se trata da passagem de um lugar a outro, de uma categoria discreta unívoca a outra a partir do cruzamento de uma fronteira; ocupar o novo lugar significa levar consigo as experiências, a educação emocional, os modos de entendimento de gênero e sexualidade que afetaram a sua conformação enquanto sujeito – não abandoná-los. Significa permitir que esses elementos que faziam parte de um si mesmo do passado permaneçam compondo a outra pessoa generificada que se tornou, apenas requerendo novas relações entre eles. E essa sobreposição de personidades que habitaram diferentes tempos desestabiliza o dispositivo de orientação que insta ao abandono do self do passado. Significa recusar que a única masculinidade aceitável possível seja a que se opõe à feminilidade.

Significa, ademais, questionar o pressuposto de relação opositiva entre verdadeiro e falso, e da associação entre verdade e permanência. E isso se manifesta em seu entendimento da categoria passabilidade – envolvendo, tanto em Mock quanto em McBee, um processo de desorientação pessoal seguido de um projeto de desorientação amplo que propõem enquanto argumento de suas obras. Em Mock, o debate é posto logo na introdução:

Gerações de garotas ouvem que o único modo de sobreviver é permanecer em silêncio, não ser notada, se misturar. Se é capaz de caber nos limites restritos, quase inalcançáveis do que a sociedade demanda que mulheres pareçam, espera-se que se mantenha quieta sobre seu passado e apenas passe. Não abandona nunca a minha mente que algumas,

não tão afortunadas como eu, são frequentemente ridicularizadas, humilhadas, feridas ou atacadas quando fracassam em testes arbitrários em que pareço ser aprovada.

Sempre me incomodou o termo “passar”. Ele promove a impressão falsa de que mulheres trans se engajam em um processo através do qual estamos passando por mulheres cisgênero – e não estamos. Nós não estamos passando por mulheres. Não estamos (...) fingindo ser mulheres. Somos mulheres, e pessoas cis não são mais válidas, legítimas e reais. (...) Ainda assim, me benefício diariamente do privilégio de me misturar e não ser vista como trans. Meu status de mulher não é conferido e questionado nos espaços que adentro(...) e esse é um privilégio que muitas não têm. Elas enfrentam diariamente o peso da ignorância e da intolerância de outras pessoas. (SC, xix-xx)

A crítica principal aqui acerca da passabilidade se dá ao pressuposto de que a cisgeneridade é a referência esperada, o padrão de normalidade, e que qualquer desvio desse campo orientacional precisa ser dito senão demarcaria um engano e uma falsidade: fazer as pessoas presumirem que você é algo que não é. Mock convida ao rompimento do silêncio, mas não porque o dizer seria um imperativo moral a pessoas trans – mas porque ao fazê-lo, expõe-se a arbitrariedade do pressuposto e da norma, demonstra-se o caráter de verdade de transfeminilidade que recusa a oposição atemporal e unívoca verdadeiro-falso. O dizer atenta para o caráter processual de realização da verdade (como mencionei no capítulo 1) e para o aspecto multifacetado da identificação. Manifestar aspectos convencionalmente lidos como masculinos no passado (ser lida como menino na infância, por exemplo) ou no presente (não ser passável) não nega a feminilidade. O pressuposto de univocidade perpétua é praticamente inalcançável.

Em McBee, o debate sobre passabilidade ocupa um capítulo inteiro, intitulado “Estou passando?”. De modo mais condensado, contido nessa seção do livro, apresenta o medo das implicações da descoberta de sua transgeneridade em um espaço tão densamente cismasculino como a academia de boxe, o desejo de cabimento no modelo cisnormativo de gênero e a descoberta perturbadora de suas limitações. Havia medo de violência, e o resgate da história trágica do boxeador Emile Griffith ilustra sua razoabilidade<sup>157</sup>. Mas havia também a ideia de que “o oposto de passar era fracassar” (AM, 62) – fracassar no atingimento de um padrão reconhecível, validado por outros homens. O que significaria esse fracasso? E quais mecanismos subjazem o sucesso da passabilidade?

<sup>157</sup> Emile Griffith foi um pugilista estadunidense atuante principalmente nos anos 1960. McBee relata no livro que, anteriormente a uma de suas lutas com o rival Benny Paret, foi alvo de comentários homofóbicos por parte deste. A luta foi traumática: Griffith bateu tanto em Paret que este perdeu a consciência, entrou em coma e faleceu poucos dias depois. Segundo McBee, o desejo de provar a própria masculinidade pode ser notado subjacente à desmedida brutalidade. Por anos Griffith refutou rumores sobre sua orientação sexual; em 1992, após sobreviver a um linchamento na saída de um bar gay, assumiu-se bissexual.

Isso faz com que mergulhe em estudos sociológicos e históricos sobre passabilidade racial, salientando, na análise desses materiais, como intelectuais destacam binários sociais na organização de sentido de marcadores sociais da diferença tais quais classe, raça e gênero. O “passar por” corresponderia ao trânsito para a outra categoria do binário, a criar a aparência de pertencimento a uma categoria de identificação da qual não faz parte visando escapar de discriminações e acessar privilégios econômicos e sociais vedados ao pertencimento de origem (AM: 59-60). Mas essa qualificação precisa ser tensionada no que tange a sua aplicação a pessoas trans, afirma.

Isso se dá porque o sentido convencional atribuído, destaca, é o de que pessoas trans estariam fingindo fazer parte de um gênero oposto a seu “verdadeiro”: em seu caso, como se sua designação quando do nascimento fosse a verdade de si ocultada. McBee nega esse empreendimento de sentido, redimensionando a perspectiva não apenas em outros termos que não masculinidade e feminilidade, verdade e mentira, mas provocando perturbações de legibilidade social e temporalidade – assim como Mock.

Legibilidade social porque o “passar por” envolve preponderantemente lentes que organizam signos expressados por sujeitos conforme um repertório compartilhado, situado de classificação. Não corresponde meramente ao processo de atribuição de sentido a si, de realização da subjetividade generificada; trata-se do modo como esse processo de realização, diante de olhos de outros, é apreendido. E McBee destaca que a constituição de uma expressão de gênero unívoca (em seu caso, inteiramente formada por signos sociais de masculinidade) é lida socialmente como um sinal de que sempre foi um sujeito assignado ao sexo masculino – ou seja, de que a pessoa é cis. E de que qualquer coisa que não a cisgeneridade é uma mentira.

A sinalização da expectativa generalizada de cisgeneridade a sujeitos que apresentam de algum modo certa coesão em sua expressão de gênero é relevante porque desorienta o debate e o rearranja. Não se trata mais de sujeitos fingindo serem o que não são, mas de um regime de suposição e atribuição de sentido a esses sujeitos sem sequer perguntá-los. Opera-se a partir de mecanismos de significação que são aproximados mas distintos. Se o oposto da cisgeneridade é mentira, tratar-se ia apenas de ser verdadeiramente homem ou mulher, ou fingir pertencer a um sendo sujeito essencialmente outro; McBee nos alerta que essa lente não imagina a possibilidade de um corpo univocamente de um gênero ser uma conquista, produto de um processo de constituição enquanto tal. Essa lente não prevê que corpos carreguem uma trajetória de experimentação e de materialização de gênero complexa e fluida. Isso, defende McBee, demonstra má-fé de pessoas trans – demonstra a pobreza imaginativa de mecanismos de legibilidade cisnormativos.

Efetivamente, deixar-se ser lido como cis é uma estratégia usual a pessoas trans que cabem em padrões cisnormativos de gênero, afirma McBee, como uma estratégia de segurança<sup>158</sup>. Assim como a categorização, por ele citada, da passabilidade define, há efetivamente acessos negados a sujeitos que pertencem a categorias sociais estigmatizadas. Todavia, ressalta, seu processo de ocupação da expectativa de cisgeneridade assim como em Mock levou a uma redução da complexidade do arranjo temporal de sua personitude:

Eu sou um homem, então não estava passando como alguém que não era (...) mas eu entendia. Eu não conseguia telegrafar a realidade que tinha vivido: os anos como tomboy ou os bares queer que se seguiram. A testosterona me fazia reconhecível, mas o preço era um efeito de achatamento. (...) Entendi que estava finalmente sendo visto. Mas sendo visto como o quê? Embora fosse um alívio não mais experimentar uma rebelião quando as pessoas encaravam meu rosto, me mover pelo mundo com meu corpo de Antes havia entalhado meu cérebro, e operar como se isso não tivesse acontecido (...) parecia tão dissonante como me olhar no espelho antes havia sido. Não havia linguagem para descrever meu eu inteiro que não me pusesse em perigo. Eu passava à medida que permitia que outres acreditassem que eu havia surgido, inteiramente formado, como o homem que estava diante deles. (...) eu passava quando outres prescreviam a mim uma infância como rapaz que nunca tive. Eu passava como o homem que outres viam, e eu não es dissuadia dessa visão de mim. Eu estava, assim como todo mundo, passando como minha tradução mais coerente. (AM: 60-61)

Esse efeito de achatamento que a “tradução mais coerente” engendrava implica apagamento de uma série de aspectos subjetivos de configuração temporal da subjetividade generificada. O “sucesso” da passabilidade correspondia a uma visão normativa, redutora, coerente de identidade e expressão de gênero como formadora da personitude. Correspondia, ademais, a um processo de abandono de memórias e jeitos de agir – algo que compara, mobilizando pesquisas de historiadoras, à história de assimilação racial à branquitude nos Estados Unidos, empreendimento que levou ao silenciamento da complexidade de pertencimentos étnico-raciais diversos à categoria “branco” em oposição aos inassimiláveis – pessoas “de cor”. Da mesma forma, atenta para os distintos prejuízos, em termos de gênero, do sucesso da passabilidade (empobrecimento de uma jornada de aprendizado, realização e codificação do gênero) em oposição a seu fracasso (a expressão de signos lidos como masculinos e femininos, e a ameaça à integridade física que essa expressão traz).

<sup>158</sup> Algo também notado por Duque (2019) no contexto brasileiro, a partir de sua contrapartida – o que acontece quando a pessoa não passa: “Durante o trabalho de campo, também pude ouvir sobre vários acontecimentos violentos ou vexatórios. Eles sempre estavam relacionados com a não passabilidade, ou com aqueles passáveis, mas que não deixaram, propositalmente, sob segredo os processos que os tornaram ‘tão femininos’ ou ‘tão masculinos.’ (...) Normalmente os interlocutores estão expostos a violências, ou ao risco de sofrê-las, quando as expectativas sob as quais a identificação desses como sendo homens ou sendo mulheres não são atingidas.” (ibid.: 154)

É importante notar o efeito queer desse processo levado a cabo por McBee e Mock: a perturbação do estado de constituição da existência depois da transição, depois da conquista de um lugar de aceitação e validação hegemônica do gênero. Uma perturbação que se motiva principalmente a partir do analisado por Nascimento (2019a) ao se referir ao trabalho etnográfico, mas que pode ser desencadeado em circunstâncias extradisciplinares: o estranhamento engendrado pelo processo de classificação de corpos – corpo como sujeito da cultura, como estar-no-mundo, ela define a partir de Thomas Csordas e Tim Ingold – em variações inimaginadas que extrapolam expectativas. A multiplicidade de sentidos se transforma em lugar produtivo de reflexão não só sobre estes, mas sobre o empreendimento localizado de sua feitura: um lugar de fronteira que permite o encontro dessas muitas perspectivas e a produção de conhecimento sobre elas. Mas não é só algo bom para pensar.

Como Nascimento reflete a partir do pensamento de Patricia Hill Collins e de Glória Anzaldua, divisões sociais são habitualmente organizadas a partir de uma lógica de centro e margem, identidade e alteridade, qualificadas de modo binário, imiscível e hierárquico – como se pensadas em categorias discretas separadas por muros. O processo de reflexão sobre e a partir da fronteira, por sua vez, deve se dar tomando como objetivo fundamental a atenção, exposição e desestabilização daquele empreendimento cognitivo assimétrico, aproveitando-se da fluidez que transposições parciais permitem, que estar entre dois mundos permite:

São momentos e experiências instáveis (...) provocam um descentramento. Estar na fronteira significa deslocar a perspectiva antropológica para os processos pelos quais diferenças são construídas e mover-se entre muros, atravessá-los e olhar através deles. Isso sugere que a pesquisa possa incorporar(...) como e quais lugares e experiências possibilitam formas de opressão, discriminação e desigualdade. (ibid.: 465)

Nas obras, trata-se de comprometimento analítico e político que tem um efeito queer ao perturbar os pressupostos da passabilidade e, com ela, o regime regulatório cisnormativo que sustenta mecanismos de demarcação de reconhecimento e aceitabilidade, e de exclusão e estigmatização, fundando-se em coerência e permanência de identidades como categorias discretas. Nesse aspecto, a articulação entre passabilidade e queeridade elaborada por Judith Butler é particularmente produtiva: em seu ensaio “Passing, queering” (2008[1993]), a filósofa analisa o romance “Identidade”, de Nella Larsen, para investigar o modo como esta a partir do desenrolar narrativo das personagens (o casal negro Irene e Brian, cujo encantamento por Claire, que se passa por branca, desencadeia o conflito que estrutura a obra) tanto expõe regulações articuladas de gênero, sexualidade e raça como sublinha suas tensões e fragilidades.

A passabilidade, analisa Butler, não é mera estratégia tornada possível e operada pela organização do visível. Claire efetivamente tem pele clara. Mas a passabilidade, para operar enquanto tal, depende da instituição de distância de relações que podem evidenciar a marcação da diferença – estar perto de outras pessoas negras, reestruturando a legibilidade de sua qualificação racial, como se “o signo de negritude se contraísse (...) por proximidade, que a ‘raça’ mesma fosse um contágio que se transmite por proximidade” (ibid.: 246) – e do silêncio. Silêncio sobre trajetórias, relações, qualquer coisa que pudesse desestabilizar o pressuposto normativo, não marcado, de branquitude. Falar, perturbar o silêncio é adjetivado recorrentemente por Larsen como algo “queer”, nota Butler: dizer algo estranho (como falar sobre sexualidade em uma sociedade que cala sobre desejo e prática sexual), expressar uma emoção não convencional (como a ira, sendo que de mulheres se espera docilidade), trazer o inesperado a uma conversa que tem padrões tácitos de aceitabilidade do que dizer e do que calar:

Como uma palavra que põe em evidência o que deveria permanecer oculto, “queering” cumpre a função de exposição dentro da linguagem – uma exposição que quebra a superfície repressora da linguagem – da sexualidade e da raça. (...) Em última instância, queering é o que desequilibra e expõe o que se finge; é o ato mediante o qual a ira, a sexualidade e a insistência na cor detonam a superfície racial e sexualmente repressora da conversação. (ibid.: 254-255)

A queerização que se dá pela perturbação do silêncio da passabilidade e pela revelação da produção ritualizada da configuração regulatória que cria circunscrições de dominação e exclusão aqui ganha metáforas espaciais: a perturbação, a fissura da superfície. Da mesma forma, a perturbação como empreendimento analítico e político pensada por Nascimento, a partir da ideia de fronteira – atravessar e ocupar diferentes formas corporais, imaginários, projetos, enquadramentos, e fazê-los produtivos em seu encontro e fricção.

Mock e McBee, ao recusarem a omissão e o misturar-se, ao recusarem a ojeriza ao próprio passado e ao recusarem o lugar de chegada da transição passável como sucesso, revelam não só o atravessamento de posicionalidades. Esse revelar reinstitui a ambas os autores no campo de objetos de atenção que formam sua subjetivação e assim deforma o campo cishetero – organizado por muros intransponíveis, silêncio e permanência. Permite a defesa de enquadramento fundado na composição de uma personitude a partir de diferentes temporalidades e subjetividades, linha de fuga do modelo de pessoa unívoca tanto em termos de entendimento de si quanto de percepção social.

“Viagem solitária”, escrito por João W. Nery e publicado em 2011, é um livro revestido publicamente de uma aura de novidade: foi apresentado de modo amplo como “A” autobiografia do autor. Também gerou impacto considerável na comunidade transmasculina que começava a se desenvolver de modo mais consistente: Thiago Coacci resgata 2011 como o ano em que primeiro se registra a formação de uma organização voltada especificamente a homens trans: O Núcleo de Apoio aos Homens Trans (NAHT), em São Paulo (2018: 165)<sup>159</sup>. Entre 2010 e 2011 também aponta a formação de comunidades e grupos em redes sociais como Orkut e Facebook. Neste cenário inicial, a publicação de “Viagem solitária” provoca um efeito de inauguração do tema em termos de visibilidade pública: Coacci sublinha a relevância de suas viagens para lançamento da obra e sua participação em programas de TV e eventos universitários. Assevera que “acabou se tornando uma espécie de mito de origem e uma figura paterna para homens trans mais jovens” (ibid.: 166).

O engendramento de uma imagem admirável, idolatrada, que conjuga pioneirismo e parentalidade ao desbravar uma forma de existência inimaginável a outros rapazes e nomeá-la como possível em livro se evidencia a partir de uma série de gestos nos anos seguintes<sup>160</sup>. A ele é associado o epíteto inicial de “primeiro homem trans do Brasil”<sup>161</sup>, que depois se torna “primeiro homem trans operado”<sup>162</sup> – uma mudança, creio, associada à maior visibilização da figura de Anderson Herzer. Nery e seu livro também são referidos por outros homens trans mais jovens como divisores de águas que deram sentido e viabilidade a seus desejos. No I Encontro Nacional de

<sup>159</sup> Em 2012, Leonardo Tenório fundou a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), que teve curta duração. No ano seguinte, outros ativistas fundaram o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) – de acordo com Coacci, o IBRAT foi fruto de uma série de divergências e críticas à ABHT e ao modo centralizador de atuação política de Tenório (2018: 168).

<sup>160</sup> Na coletânea “Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação – Homenagem a João W. Nery”, organizada por Dânie Marcelo de Jesus, Divanize Carbonieri e Claudia Maria Ceneviva Nigro e lançada em 2017, o tom laudatório de alguns textos ao se referirem a Nery e sua obra é notável – principalmente no capítulo escrito por Berenice Bento, em que afirma que Nery “usa todas as energias do seu ser para criar, parir novas possibilidades de existência” e “é uma obra de arte agonística” e “João é um homem? Não. É um exército inteiro” (2017: n.p.). Já o escrito por Benjamim Braga de Almeida Neves está mais interessado em, à luz de um mapeamento sobre o enquadramento histórico-social das subjetividades trans, destacar a importância das obras de Herzer e Nery como inauguradoras da visibilização da multiplicidade de formas de constituição da trajetória de homens trans, levando em consideração outras marcações sociais como classe e raça. Em alguns momentos, no entanto, persistem afirmações enaltecidas gerais, como “Duas obras impactantes e emocionantes. Duas lições de humanismo, perseverança, coragem, lucidez, gentileza, luta, sonhos e esperança” (ibid.: n.p.).

<sup>161</sup> Se digitarmos a frase no Google, o primeiro resultado é a página de João W. Nery na Wikipedia. Nota-se essa referência a ele também em matérias mais antigas, como essa de 2016, publicada no site da Folha de S. Paulo sobre seu livro: <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/2016/07/1791682-primeiro-homem-trans-do-brasil-conta-sua-historia-em-livro.shtml> (último acesso em 03/09/21).

<sup>162</sup> Torna-se tanto um modo disseminado de se referir a ele pela imprensa quanto um destaque feito pelo próprio Nery. Em 2014, ao ser entrevistado pelo Canal das Bêe no YouTube, responde à afirmação da entrevistadora Jéssica Tauane – “você foi o primeiro transhomem brasileiro” – com “operado!”. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=WQU5xggurXo> (último acesso em 03.09.21).



Homens Trans em fevereiro de 2015, que contou com uma fala pública de Nery, muitos rapazes durante e após o evento lhe prestaram homenagem<sup>163</sup>. Momento emblemático foi quando uma liderança regional subiu aos palcos para agradecê-lo por sua autobiografia. Disse que descobri-la e lê-la o impediu do suicídio e lhe deu forças para entender e respeitar a si mesmo, bem como lutar para que outros também o fizessem.

Em 2013, Jean Wyllys e Érika Kokay protocolaram projeto de lei que levava o nome de João W. Nery e visava a regulamentação, por via administrativa, da retificação de prenome e “sexo” de pessoas trans em documentos de identificação. 4 anos depois, quando o tema foi levado ao Supremo Tribunal Federal (e resultou no reconhecimento pela Corte de tal direito) Wyllys usou as redes sociais para trazer o PL à baila e explicou o intuito por trás da nomeação: Nery, em “Viagem Solitária”, tornou pública a imprescindibilidade de tal regulação ao retratar o tanto que renunciou quando assumiu identidade masculina, devido à ausência de proteções legais.

Todavia penso que Nery nos dá ferramentas, ao longo de sua obra, para questionar a aura de novidade de “Viagem solitária” e a imagem de uma personitude e uma trajetória heroicas que o envolveram na vida pública. Mais do que processo subjetivo linear de amadurecimento e superação, a obra descreve distanciamentos e reorientações de desejo inesperadas, bem como deslizamentos repetidos possíveis apenas a quem habita a fronteira porosa do gênero.

As primeiras 200 páginas, com pequenas adições e recortes, são uma republicação de “Erro de pessoa”, sua primeira autobiografia lançada em 1984 e analisada no capítulo 1. As demais 140 páginas são escritas e publicadas 27 anos depois desse lançamento. Elas acompanham, com o término da transição, a tessitura de sua imagem pública como homem, o desconforto e as contradições envolvidas na oscilação entre desejo de pertencimento a uma masculinidade hegemônica e questionamento de seus pressupostos normativos, sua experiência de paternidade e os primeiros efeitos físicos e emocionais do envelhecimento. Posteriormente, Nery começará a elaboração de um livro que é parte coleção de memórias, e parte conjunto de entrevistas com ativistas trans consideradas idosas sobre sua experiência de longevidade, intitulado “Velhice transviada”. Aqui, contudo, me aterei a “Viagem solitária”.

Essa segunda autobiografia empreende um deslocamento de “Erro de pessoa” em uma série de aspectos. A começar, o contexto de sua publicação: o anonimato não era mais imprescindível a sua segurança física como naquele primeiro momento – os últimos suspiros da ditadura civil-militar, a ausência de um movimento trans consolidado e o vácuo legal em que direitos e garantias de

<sup>163</sup> Nesse vídeo do Roda Trans publicado logo depois do evento, Kyem (um dos membros do canal) faz uma breve síntese de sua experiência no ENAHT e sublinha: “Lá estavam os primeiros homens trans a lutar pelas nossas causas. Tava presente o João W. Nery, e foi intenso, gente.” Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=QsPpMVo3o-g> (último acesso em 03/09/21)

peças trans se inseriam, elementos que em conjunção tornavam possível a estigmatização e perseguição arbitrárias de sujeitos. Sendo assim, a parte que se refere aos mesmos eventos que “Erro de pessoa” se distancia desta publicação ao citar abertamente os nomes de pessoas envolvidas em ajudá-lo (como o famoso médico Roberto Farina, responsável por realizar parte de seus procedimentos cirúrgicos) e descrever com mais liberdade práticas ilegais de modo a passar por homem cis (por exemplo, obter carteira de identidade em que consta nome e “sexo” masculinos a partir do engano de funcionários de cartório). O livro também estampa em sua capa o rosto de João à época da transição, e tem uma seção curta de 8 páginas de fotos.

O fim da conjuntura que tornava perigosa a divulgação de nomes e rostos também permitiu que tornasse sua autoria pública. Se nos anos 80 “Erro de pessoa” foi lançado com imagens borradas de Nery<sup>164</sup> e sem eventos contando com sua presença<sup>165</sup>, em 2011 já era possível que reivindicasse a escrita do livro com segurança. Isso fez com que não só o público mais amplo associasse a história a uma existência material específica, de apresentação tão conforme à aparência usual de um homem cisgênero branco de meia-idade com rosto e voz que rapidamente alcançaram notoriedade<sup>166</sup>; também pessoas transmasculinas puderam constatar que a realização da subjetividade desejada era alcançável.

Mas também é importante considerar outro distanciamento – a saber, entre os temas e investimentos subjetivos que povoam e organizam a narrativa de “Erro de pessoa” e os de 30 anos depois. Vimos no capítulo 1 que a orientação da narrativa nesse primeiro livro é conduzida principalmente pelo estranhamento de sentir-se homem e não ser reconhecido como tal, a descoberta da transexualidade enquanto *condição resolvível* e o investimento na realização de procedimentos de modificação corporal de modo a atingir uma fisicalidade reconhecida por si e por outros – em especial parceiras afetivo-sexuais – como masculina. “Erro de pessoa” é concluído em um tom de serenidade advindo do atingimento da *completude*, do alcance material de masculinidade com a qual se alinhava subjetivamente, então socialmente inteligível.

<sup>164</sup> Menciono, no capítulo 1, duas matérias sobre a publicação e o autor - uma da Folha de S. Paulo, e uma d’O Globo. Ademais, em 1985 concedeu uma entrevista a Solange Bastos em um programa da TV Manchete com sua imagem indiscernível. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D8DKky-KFvI> (último acesso em 03.09.21).

<sup>165</sup> O próprio Nery faz referência a isso em “Viagem solitária”: “Apesar de não fazer noite de autógrafos nem poder aparecer de frente para as câmeras nas várias entrevistas que dei para jornais e tevês – como a Paulo Markun, na época na Folha de S. Paulo; a Mary Ventura, do antigo Jornal do Brasil; e a Solange Bastos, da extinta TV Manchete – a venda foi muito boa e esgotou a edição” (VS: 241).

<sup>166</sup> Apenas nos primeiros anos de lançamento, Nery foi entrevistado em programas de grande alcance de público, como: “O Programa do Jô”, veiculado pela Rede Globo, em abril de 2012 (<https://www.youtube.com/watch?v=mdmLqLhjQUc>); “De Frente com Gabi”, veiculado pelo SBT, no mesmo ano (<https://www.youtube.com/watch?v=8hTnTk80GfE>); e em 2013 ele esteve no Altas Horas com Serginho Groisman, novamente na Rede Globo (<https://globoplay.globo.com/v/2411524/>) – último acesso dos vídeos em 03.03.21.

“Viagem solitária” se distancia ao perturbar esse lugar de chegada. O eu que escreve beirando os 60 anos demonstra que o eu de 30 anos não estava em um ponto de estase. Seria desfeito e refeito, sem, como veremos, encontrar a sensação de completude novamente. Mas se em “Erro de pessoa” a trajetória consegue ser desenhada de modo razoavelmente linear (embora com ritmos de curso variados), em “Viagem solitária” a estruturação do encadeamento de processos subjetivos relatados é consideravelmente mais complexa, aproximando-se muito mais de um movimento de idas e vindas entre posicionalidades que por si sós deixam de ser categorias discretas e se tornam, nos termos de Nascimento, caleidoscópios – multidimensionais, móveis, abarcando uma multidão de formas e valores que “se multiplicam e mudam de lugar a cada movimento de nossas mãos. (...) Formam-se combinações variadas, com padrões sempre diferentes, que se proliferam” (2019a: 462).

Em um jogo de perspectivas, nota-se portanto não só o movimento de caleidoscópio que um sujeito vê, mas o movimento vertiginoso de remoldagem que esses fragmentos operam. Central a isso é o modo como corpos e sujeitos podem ser atravessados por diferentes enquadramentos, marcas e réguas ao longo da vida, como são feitos por eles e o que ditos corpos e sujeitos fazem com essas coisas todas em resposta, em reposicionamentos. Em grande parte, na obra de Nery, isso se dá em virtude do estranhamento que expressa sentir acerca da categoria “homem”.

Entre o Nery de 30 anos e o de quase 60, não vemos nem relação de mesmidade em virtude da fixidez em uma identidade masculina única, nem uma linha reta, um atravessamento contínuo e progressivo entre um ponto de imaturidade e um de maturidade. As experiências narradas evocam na estruturação do seu encadeamento, também aqui, uma desorientação que se refere ao enquadramento cisnormativo da identidade masculina, que assim como em McBee e Mock passa por uma perturbação desse ponto de chegada estável e hegemonicamente legítimo que se imaginava como desejável e bem sucedido. Mas se estes dão seguimento a isso propondo um questionamento evidente de tal enquadramento a partir de termos-chave como passabilidade e transição, Nery o faz a partir de uma relação oscilante, intersticial com signos do mundo cis: o papel de uma masculinidade “moderna”, a paternidade<sup>167</sup> e o envelhecimento.

Tal papel se funda em contraposição a uma masculinidade “rude” vinculada ao signo do *macho* em termos de comportamento e temperamento e do modo como estabelece relações erótico-afetivas com mulheres. Vemos ele alternar entre o desejo de exercer atitudes convencionalmente masculinas e um distanciamento de tal desejo que um crescimento sendo tratado como mulher teria permitido, ao apresentar-lhe os efeitos negativos da prevalência generalizada desse modelo. Três

<sup>167</sup> Leocádia Aparecida Chaves, em sua tese de doutorado (2021), também assinalou como central a reivindicação do direito à paternidade em “Viagem solitária”.

trechos são significativos – a tentativa de trabalho em uma usina de concreto, o ingresso em um grupo reflexivo sobre masculinidades e o testemunho de um homem paquerando sua companheira:

Na usina só havia homens, que urinavam em qualquer lugar, e quase todos mantinham duas famílias. Fui me habituando àquele ambiente machista, imundo, cheio de pós de cimento, com pessoas embrutecidas pela pobreza, pela ignorância e pelo sofrimento. Não tinham cerimônia pra tirar meleca ou coçar o saco uns na frente dos outros. Tentava ser um pouco como eles para não chamar a atenção, mas me traía pelo meu vocabulário, pelo meu jeito observador. (...) Leonardo (...) chegou acabrunhado (...)

- Não canto mais mulher nenhuma! Tava na Praça da Bandeira quando passou por mim a maior gata, e aí eu soltei: “Que tesão!” (VS: 235)

(...) conheci o Herbert Daniel, escritor (...) que me convidou para participar de um grupo formado somente por homens de diferentes orientações sexuais, para discutir a identidade masculina. (...) o assunto escolhido variava conforme o interesse do grupo. (...) Foi também discutido o complexo do pau pequeno. Até que ponto isso realmente era importante para nós ou para as mulheres? (...) soube que já havia uns 600 grupos (...) nos Estados Unidos, discutindo como seria a identidade desse “novo homem” num mundo em que as mulheres não suportavam mais o machismo. (VS: 241-242)

Começava a questionar a passividade de Lola. Sentia-me mais ameaçado pela permissividade dela do que pela coragem do garanhão. (...) sem querer ser usurpador de direitos (...) demonstrando uma educada indignação. (...) deixei de ser o macho traído, para me portar como o defensor das mocinhas desamparadas e importunadas. (...) O machãozinho não gostou. (...) Eu, ex-intelectual, ex-militante estudantil lembrei-me de todo esse passado, e paternalmente controlei-me. (VS:245-246)

É notável como classe e capital cultural exercem papel central como elementos que promovem um distanciamento e uma assimetria moral entre modos de ser homem. Se a rudeza de trabalhadores de fábrica e a malícia do desconhecido que abordou sua companheira correspondem a elementos de uma forma negativa (inconsciente de regras básicas de limpeza e desrespeitosa com mulheres), o acesso à educação formal e em especial à informação associada a intelectualidade e consciência política estimulariam uma masculinidade mais “civilizada” e atenta a desigualdades de gênero. Ela se contrapõe a e rejeita o modelo apresentado como consensual, disseminado, que se constituiria a partir de uma relação de oposição e dominação em relação a mulheres e a partir da ignorância entendida como proximidade à natureza, aos instintos e à incontinência de operações corporais e do desejo<sup>168</sup>. Se a cismasculinidade se reivindica como “natural”, uma dimensão dessa natureza sublinhada por Nery seria uma quase selvageria.

<sup>168</sup> Tal assimetria moral, pautada na articulação atravessada por poder entre gênero e outros marcadores sociais como raça e classe, e a relação que estabelece com projetos políticos, econômicos e culturais de sociedade têm parte de sua história investigada pelas ciências sociais tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Aqui, destaco a investigação de Laura Moutinho (2004) e de Richard Miskolci (2012). Nos Estados Unidos, a pesquisa de Gail Bederman (1995).

Mas sublinho: esses elementos de intelectualização e sensibilização política estimulam, não definem. Como o último caso demonstra, tais formas de distinção não engendram de modo estável dito modelo apresentado como moralmente superior; Nery oscila entre pertencimentos. As dinâmicas de relacionamento erótico-afetivo com mulheres revelam a precariedade das formas de habitar o gênero e o atravessamento repetido entre territórios de subjetividade generificada.

Ao longo de “Erro de pessoa”, acompanhamos Nery centralmente preocupado em alcançar signos do que considera masculinidade desejável a mulheres – dentre eles, ter um pênis capaz de penetrar uma vagina e exercer papel ativo e controlador na prática sexual são essenciais. Em “Viagem solitária”, vemos um Nery pós-transição que optou por não realizar a faloplastia em virtude do caráter experimental e de resultados incertos da cirurgia<sup>169</sup>. Quando sua companheira o trai com um homem cis e engravida, ainda notamos esses mesmos medos o assombrarem – e a atribuição de desdém à masculinidade “moderna” e sensível e até então valorizada:

fiquei destroçado de ciúme e insegurança quando soube. (...) Fúria incontida, coisa rara. Sempre dócil. (...). Covarde, isso é o que eu era! Babacão! Eterno corno. Pior, corno manso. Elas sempre iam preferir um pênis de carne. Passar pelas várias humilhações de ouvir como faz falta um cacete de verdade. E ainda ser acusado de machista. O grande herói de cabeça, sempre admirado, mas pouco desejado. (VS: 250)

Esse acontecimento traumático o restituiu de certo modo aos anseios em “Erro de pessoa”, mas com um leve deslocamento: agora não se trata da categoria “homem de verdade” que teria como requisito fundamental certa conformação genital, mas da reconfiguração caleidoscópica contínua, na régua de valor, das masculinidades consideradas positivas e negativas. Porque se a cismasculinidade rude se aproxima de um modo pouco controlado e irrefletido de lidar com o desejo e com mulheres<sup>170</sup>, é na sua conformação corporal e nesse descontrolo e irreflexão que reside certa atratividade “natural” – em oposição à sensibilidade produzida pela educação que o tornaria apreciável no âmbito das ideias, não das paixões. “Elas sempre iam preferir um pênis de carne” sintetiza uma lógica de magnetismo pré-discursivo e incontornável entre mulheres cis e homens cis.

<sup>169</sup> “Fui avaliando com mais detalhes todos os estágios (...). Caso houvesse problema (...) poderia necrosar e precisar ser feita uma nova cirurgia de correção. No fim, teria um pedúnculo, sem glândula, sem cabeça e com quase nenhuma sensibilidade. (...) O resultado deixava o sujeito cheio de cicatrizes e com um visual nada agradável. Com certeza eu teria um pênis, mas obrigatoriamente teria de continuar a contar minha história para qualquer mulher que fosse dormir comigo” (VS: 232). O modo aberto como reflete sobre as limitações da cirurgia é um distanciamento notável de “Erro de pessoa”. Neste, Nery dá a entender que realizou a neofaloplastia – trecho retirado de “Viagem solitária” em 2011.

<sup>170</sup> Lia Zanotta Machado, em uma análise da articulação entre discursos de masculinidade em contextos de justificação de autores de violência sexual, também aponta a ambiguidade da virilidade como potência e como fraqueza – esta estaria associada à ausência de autocontrole frente ao poder do “natural” que, em si, seria o âmbito da potência: “Assim, macho mesmo, do ponto de vista sexual é fraco, ou seja, não se segura. A virilidade supõe, assim, no mais profundo do impensado, isto é, do que é vivido como natural, a disponibilidade total para a realização da atividade sexual e está associada ao lugar simbólico do masculino como lugar da iniciativa sexual” (2001: 7).

Não estamos diante apenas de uma reconfiguração de valor positivo – também aspectos negativos são redimensionados no decorrer dos eventos e no girar da perspectiva. O que o distancia da brutalidade e o torna sensível também o “amolece”: o uso de “corno manso”, “dócil” e “covarde” sugerem que o processo civilizatório se por um lado eleva sujeitos em uma hierarquia moral de masculinidade, os rebaixa na hierarquia do prazer, ao torná-los menos vinculados à sedução que o “natural” exerce sobre mulheres cis. O que fazer com essa encruzilhada de réguas?

A desorientação engendrada pelo apelo de diferentes modelos de homem persiste em outras dimensões – como a assunção da criança de sua companheira, e o que a paternidade faz. Aqui, refere-se a dois âmbitos da existência: a sua imagem pública com a companheira grávida e com o filho, em um meio (aparentemente) cis; e o vínculo com o menino, Yuri, ao longo dos anos. Se em parte estar perante outres ao lado da parceira como pai implica ser revestido do valor positivo da cismasculinidade outorgado pela potência sexual e reprodutiva, também há certo comprometimento dele em exercer outro tipo de papel de pai, que não o hegemonicamente disseminado como emocionalmente distante, pouco participativo e autoridade transmissora de padrões insalubres:

Eu adorava sair na rua ao lado daquela barriga grande. (...) passei a ser visto como um homem fértil. (...) Fiquei mais seguro, orgulhoso (...) Ia sempre com ela fazer os exames pré-natais, como qualquer homem moderno. (...) a sociedade ia exigindo que o pai ficasse grávido também. (...) Tinha receio de nossa cultura estúpida, prepotente e machista. Com certeza eu me empenharia para que transcendesse essa limitação. (...) Seria eu quem o ajudaria a se tornar um homem de verdade. (VS: 254-255)

Tiago Duque, analisando as dinâmicas que regulam, limitam e enfrentam a passabilidade, menciona a significância da composição familiar heterossexual no processo de leitura de sujeitos como membros da ordem cisnormativa de subjetividade – tornar-se homem através da performance da paternidade ao lado de uma mulher lida como cis e mãe, por exemplo (2019: 113). Não se trata da percepção de um corpo em uma perspectiva individual, mas da forma de interação com outros corpos (o de uma mulher grávida, o de uma criança) que faz a pressuposição de parentalidade; que torna, neste caso, Nery um pai.

Mas o desejo pela convenção que se manifesta na produção da imagem pública coabita com o que considera alternativa, expressa na relação com o bebê que se desenvolve. A trajetória de educá-lo acaba sendo um processo de reflexão sobre a toxicidade de padrões de gênero, mas também encontra suas próprias limitações no seio das assimetrias produtoras de lugares de reprovação que não deseja que atinjam seu filho:

Quis criar meu filho como um homem gentil, sincero, sensível (...). Enfim, decidi adotar todos os melhores valores que na nossa cultura são considerados femininos, sem fazer dele um ser necessariamente efeminado, fortalecendo sentimentos que dificilmente são

enaltecidos nos homens. Mesmo sendo um trans-homem, fazia questão de preservar essas características, atitude esta rara em muitas pessoas do meu gênero. (VS: 262)

Yuri percebia que não era igual aos outros (...). Sabia que podia chorar e manifestar suas emoções. (...) Ensinei que o importante é o diálogo, melhor que a porrada. Sua vantagem era que a meninas o adoravam, era o preferido para conversar porque elas se sentiam compreendidas. (...) Seja gentil e cavalheiro com as mulheres, filho, elas adoram. (VS: 273-274)

A relação pai-filho que Nery desenvolve abrange o exercício tanto de atividades que fogem à representação convencional da paternidade (durante a infância de Yuri ele se torna responsável pelo cuidado, enquanto a companheira trabalhava fora; ademais, apresenta-se como a figura parental do diálogo e da liberdade, enquanto a mãe é retratada como a figura do controle e do rigor) quanto do papel socialmente esperado de ensino sobre modos exemplares de ser homem. Ao ensinar valores e sentimentos considerados femininos e “difícilmente enaltecidos nos homens” e ao desempenhar ele mesmo práticas na criação de um filho associadas ao materno, empreende uma perturbação tanto da divisão generificada do trabalho da parentalidade quanto da linha de transmissão da masculinidade hegemônica como modelar. Desestabiliza, nos termos de Halberstam, “formas supostamente orgânicas e imutáveis de família e herança (...) exploram algum potencial para diferença na forma” (2020: 108) ao recusar repetir um “passado autolegitimado” e passá-lo adiante ao filho. Não rompe a figura da família de modo definitivo e total; tensiona sua arquitetura.

No entanto, tal desalinhamento encontra como borda o “sem fazer dele um ser necessariamente efeminado”. No que parece uma gradação de aceitabilidade, caracteres de temperamento atribuídos ao feminino se distribuem entre níveis que podem configurar o “homem moderno” – e torná-lo potencialmente atraente a mulheres –, mas em excesso indesejável levariam à instituição de expressão de gênero feminina em um corpo assignado ao sexo masculino. Desestabilizar a categoria discreta “homem” e o jogo caleidoscópico de pluralização de suas facetas não se dá sem instituir ao mesmo tempo: 1) administração do feminino incorporado o suficiente para ser um parceiro valorizado na economia erótico-afetiva com mulheres, e 2) uma circunscrição que não pode ser transposta. Esta sinaliza que “homem” se forma a partir de uma expressão de gênero que não ameaça a pressuposição de sua heterossexualidade; acumular mais atributos femininos do que o devido significaria cruzar essa circunscrição, tornar-se “efeminado” e menos homem, perder a desejabilidade.

Isso não significa que a associação entre absorção pela categoria “homem” de aspectos que considera femininos e desejabilidade feita por Nery não se seja desestabilizada e refeita ao longo da narrativa. A paternidade também proporciona uma perturbação que ele não só empreende, mas



também sofre: por conta dos espaços que frequenta com Yuri conhece mulheres como Gina. A relação com esta desfaz e refaz a configuração articulatória entre gênero, papel sexual e atratividade:

Era, sem dúvida, uma mulher experiente na cama. (...) Sentia-me (...) amedrontado em não corresponder às suas expectativas. (...) Gina me fez conhecer as delícias da passividade. Podia, enfim, sentir uma mulher em cima de mim (...). Tornou-se desimportante o “coito perceptivo”, a certeza de que minha parceira me percebia como homem para que eu chegasse ao orgasmo. Aprendi a não me torturar com minha possível imagem. (...) Aprendi com Gina a me sentir desejado (...). Não importava o tamanho do meu pênis, ela nunca duvidou da minha virilidade. (...) Mas às vezes era inconveniente. Quando bebia ela nem sempre mantinha o bom-senso. (VS: 266-267)

Algo fundamental à imagem de homem desejável que se observa em “Erro de pessoa” – o modelo cis de pênis e o papel sexual de alguém que mais domina e toca do que é tocado – é perturbado; o encontro erótico permitiu a ele dissociar a legitimidade de seu gênero a signos de masculinidade que são, precipuamente, produto da materialização performativa de uma masculinidade unívoca cis. Ver-se desejado como homem por uma mulher sexualmente experiente, confiante e ativa faz parte do processo de dismantelamento de sua estabilidade coerente. Assim como a paternidade, essa constituição do papel de amante arrebenta a categoria “homem”, permitindo que o papel passivo e a ausência de pênis não sejam critérios de exclusão a seu pertencimento, mas modalidades outras de desejabilidade.

Novamente tal estilhaçamento e recomposição do modelo em configurações múltiplas, heterogêneas e móveis não se dá sem estabelecer barreiras que definem seu contorno – aqui elas se referem a modos de relação entre homens e mulheres. Primeiro aspecto é ansiedade gerada pela experiência de Gina<sup>171</sup>: como se sua liberdade sexual o inserisse em uma lógica competitiva de desempenho. Além disso, comportamentos que avalia negativamente sinalizam sua própria régua de atratividade sexual atribuída a mulheres, como o consumo de álcool.

Esse limite representado por expectativas referentes à sexualidade feminina é próprio de uma desorientação experienciada por homens de um modo geral, argumenta Larissa Pelúcio. Em sua tese de livre docência (2017) e em seus últimos artigos (2015; 2020) acerca da investigação conduzida sobre desejo e reconfigurações de gênero em sites e aplicativos de relacionamento, a antropóloga explorou os efeitos da expansão de debates sobre feminismo e da mudança do perfil sócio-demográfico de mulheres (maior escolaridade e empregabilidade, bem como adiamento da maternidade) em esperanças e ansiedades de homens sobre a formação de vínculos eróticos e

<sup>171</sup> A mãe de seu filho, Lola, também é assim descrita ao se conhecerem e também o preocupa: “Já rolara algumas experiências sexuais com homens, mas a que lhe dera maior prazer, me disse um dia, fora com uma mulher. Essa relação me deixou meio ameaçado, achando que poderia estar traçando uma comparação. (...) quando ela assumia uma postura mais ativa, eu me sentia mais inseguro” (VS: 240).

afetivos. Uma de suas reflexões centrais aponta para uma insegurança geral diante de comportamentos de mulheres e exigências por elas feitas tanto no que toca a outras expressões de masculinidade quanto a outros modelos de vínculo. Embora tenham consciência de que advêm de uma disseminação de discursos sobre equidade de gênero que afetam a vida pessoal, essa compreensão não se converte em um processo reflexivo e uma revisão do próprio comportamento em contextos de flerte e relacionamento, bem como de padrões que definem parceiras ideais.

Assim, Pelúcio notou afirmações de interlocutores – com foco especial nos nascidos entre 1955 e 1965, profissionais liberais que exercem atividades intelectuais e detêm capital cultural – que salientavam conhecer debates sobre machismo e privilégios estruturais de homens em uma sociedade historicamente desigual (2017: 73). Na dinâmica das relações, porém, ao serem tais debates atualizados em críticas de mulheres referentes ao modo como agiam, ou em ações destas (como maior liberdade sexual), havia resistência e desaprovação deles. Isso, teoriza, é um efeito em escala micro de um “aprendizado tateante em lidar com transformações sociais e culturais que temos experimentado” (ibid.: 80) no que tange a transformações de relações íntimas afetadas pelo avanço da agenda feminista e pela politização de temas relativos à sexualidade. O discurso de comprometimento com reflexividade e equidade não se encaixa perfeitamente com pressuposições (entranhadas, hegemônicas) de valor de existência generificada e atraente a parceiras sexuais.

Se essa é uma desorientação mais ampla, fazendo com que Nery partilhe seu movimento com homens cis, e se até agora as perturbações que seu modelo de homem sofreu se deram em redes de relações marcadamente cis, o mesmo não ocorre no que toca à chave do envelhecimento. Se até então, seguindo seu desenho narrativo, a convivência de Nery com pessoas trans foi consideravelmente reduzida (cita brevemente apenas uma mulher transexual e um homem trans como conhecidos em 280 páginas), a entrada na terceira idade e principalmente as alterações físicas que nota despertam seu desejo de conexão com outros enfrentando desafios similares.

Acompanhamos o autor entrando em contato com o único homem trans que havia então mencionado: Davi, um médico poucos anos mais jovem. O motivo é dirimir dúvidas quanto à relação entre administração de testosterona e os desgastes físicos que estava enfrentando. A divergência de opiniões entre médicos mencionada por Nery sugere a escassez de dados sobre essa correlação em particular, mas sobretudo sobre os efeitos de longo prazo da relação entre modificações corporais da população trans e processos de transformação física em decorrência da longevidade. Atentar para o que se dá com a materialidade da existência e para o enquadramento hegemônico de sentido e valor da velhice parece incontornável a Nery:

o peso dos anos me fazia sentir novas barreiras físicas, como se um estranho se apossasse de mim. Agora a crise de identidade era diferente, não mais a de gênero, mas

aquela que todos tem com a idade, ao constatar a dificuldade do possível fascínio sobre o outro. (...) Como homem transexual, estarei livre da terrível impotência masculina na velhice (...). Desde a infância o pênis é uma espécie de alterego do homem, uma segunda pessoa com quem ele dialoga e de quem depende para se reconhecer ou se sentir ameaçado. A desvalorização do físico para a mulher pode ser até um alívio, pois poderá se dedicar a outros interesses, a casa e aos netos. Considerei-me por muito tempo um inválido sexual, que precisava de artifícios para poder ter prazer, quando talvez o problema estivesse mais na minha cultura com todos os seus significados (...). vou me tornando novamente inválido, agora com próteses e órteses na coluna, nos ouvidos, nas pernas (...). (VS: 289-290)

Novamente se dá a dinâmica de ruptura com a univocidade do gênero e de reinscrição de seus limites constitutivos (a sensação de insuficiência por não ter pênis como feito da cultura, e então a vinculação de feminilidade ao trabalho doméstico e cuidado familiar), mas outro é o tema que satura o trecho: as limitações físicas geradas pelo envelhecimento, e as aproximações e distanciamentos entre o modo de viver levado a cabo por pessoas cismasculinas e transmasculinas. Pessoas trans, ele nota, já têm experiência com esse tipo de estranhamento provocado pela constituição corporal: primeiro ao não expressarem signos do gênero com o qual sujeitos se identificam, e então ao passarem por degradação que compromete não só movimentos básicos mas também sua desejabilidade. Já homens cis, por carregarem o signo considerado principal – o pênis –, podem tomar como dados o protagonismo advindo de sua imagem e funcionalidade, mas sofrem de modo inédito com a preservação da identidade de gênero quando um desses componentes (o uso do órgão) é ameaçado. Esse estranhamento já foi enfrentado por homens trans no processo de formação de sua identidade de gênero, e já haviam reconfigurado a relação entre matéria e gênero; Envelhecer, para eles, é outra coisa, e lidar com esse processo mobiliza um outro combinado de habilidades e desconhecimentos.

Em “Erro de pessoa” Nery se referia a ausência de pênis como invalidez; aqui as mudanças físicas da idade são também lidas a partir de uma lente de deficiência – em que um impedimento reduz ou inviabiliza a capacidade corporal considerada regular, e portanto um aparato prostético se faz necessário. Embora sugira reflexão sobre o processo social de construção da categoria “homem normal” e de estigmatização de corpos cujos contornos e possibilidades de ação não cabem nela, “deficiência” e “invalidez” operam como variação corporal indesejável: uma limitação individual.

Não pretendo reduzir o uso que Nery faz do termo a capacitismo. Se o distanciamento que empreende entre “Erro de pessoa” e “Viagem solitária” é menos uma linha reta que opõe dois pontos e mais o movimento caleidoscópico que continuamente reconfigura os elementos que compõem seu processo de se entender enquanto sujeito, “inválido” pertence a tal profusão de elementos e ao longo

da reconfiguração assume formas e combinações com outros. É ambivalente. Tomo como inspiração aqui a tese de doutorado de Pedro Lopes (2020), que mapeou a produção da noção de deficiência se valendo de diferentes materiais, perspectivas e referenciais nacionais e mobilizando estudos de marcadores sociais da diferença. Ao costurar histórias de família com a genealogia do campo de estudos de deficiência, Lopes nos chama a atenção para o modo como registros classificatórios operam em diferentes escalas (institucionais, em relações íntimas) por diferentes sujeitos e se constituem em articulação a outras classificações, marcados por enquadramentos mais amplos. Nesse aspecto, as posicionalidades percorridas em uma trajetória e sua elaboração narrativa podem revelar combinações tensas entre marcadores como gênero, sexualidade e deficiência.

Ao referir a si mesmo desdenhosamente como “aleijão” para significar a ausência de pênis em “Erro de pessoa”, Nery se vale do estigma associado ao termo para qualificar o sofrimento diante do desejo de reconhecimento da identidade de gênero imerso em uma matriz de inteligibilidade que apresenta modelos singulares de homem e mulher. Sem instrumentos contradiscursivos de questionamento dessa matriz, as saídas que se dispõem no processo de atribuição de sentido a si são derivações que se distanciam de, mas permanecem vinculadas à matriz: donde a centralidade de saberes e profissionais da medicina, que afirmam ser a transexualidade uma *condição remediável* em seu se tornar “homem de verdade”; donde o termo funcionar como lugar de chegada; donde não ter mecanismos para contrapor a ubiquidade da vinculação direta entre a categoria e pênis.

Se não consegue abandonar a centralidade do genital, como vimos aqui ela se reconfigura em outros moldes. Nery reconhece o enquadramento que o produz como signo e que negativiza a ausência. Da mesma forma ocorre com a referência à invalidez – ela se torna menos associada à ausência vergonhosa de algo essencial à capacidade normal de um corpo e mais marcada pelo estranhamento diante de mudanças na conformação e funcionamento da fisicalidade, bem como pela mobilização de tecnologias de redução de sofrimento. Não passa da negativização à positividade de tais mudanças; atenta para a materialidade de seu processo e para as reconfigurações de condições de existência que proporcionam<sup>172</sup>. Não busca modos de “curar” o

<sup>172</sup> Faço referência a nuances apresentadas em trabalhos de dois antropólogos na consideração de representações da velhice e da deficiência. O primeiro é o artigo de Carlos Eduardo Henning (2017) que faz um balanço da bibliografia acerca da articulação entre envelhecimento, gênero e sexualidade. Henning aponta como tendências de gerações anteriores primeiro uma abordagem essencialmente negativa da categoria geracional (marcada principalmente pela solidão devida à ausência de vínculos familiares como conjugalidade e filiação e ao tornar-se indesejável no mercado erótico) e depois uma que privilegia as potencialidades positivas. Ambas, argumenta, apagavam ou reduzem a complexidade de experiências. O segundo é a tese de Pedro Lopes (2020), ao investigar a emergência e desenvolvimento no contexto euroamericano da noção de deficiência como diferença legítima que merece atenção e cuidado institucionais. Lopes aponta a experiência da 1ª Guerra Mundial e os danos sofridos pelos veteranos como germes da elaboração da figura de pessoa deficiente como vítima que precisava ser incluída ou reinserida na sociedade, tornando-se paradigma normativo adotado pela ONU. Nos anos 1970, a inserção no debate internacional do movimento de pessoas com deficiência questiona tal paradigma, e afasta a deficiência de uma associação a perda a ser resolvida; defende-se uma identidade positiva. Em seguida, emerge um processo de complexificação da diferença, inspirada por

corpo ou levá-lo a uma “normalidade”, nem celebra o que provoca dor; reelabora modos possíveis de estar no mundo, considerando os repertórios culturais de apreensão da diferença e de estabelecimento de desigualdades materiais que lhes foram apresentados, e contaminaram, desfizeram e refizeram perspectivas.

Nery compara a transexualidade e depois a velhice à invalidez. No entanto, a demarcação de juventude/adulthood *versus* velhice como duplo correspondente ao capacidade *versus* invalidez não opera como seguimento ou substituição dissociado da demarcação homem cis/homem trans, mas um território de vivência do entendimento de si e das condições traumáticas de produção desse entendimento que carrega em seu seio a vivência anterior – tornando esta chave de inteligibilidade do processo (a velhice provoca estranhamento com a própria fisicalidade como a vivência transexual), marcador do processo (a velhice trans como um tipo particular de velhice, distinto da velhice cis); e referência de desorientação e reorientação da percepção (deslocar-se do sentido de barreira individual para atentar aos mecanismos sociais de produção dessa atribuição, de precarização de vidas e de sofrimentos resolvíveis).

A consciência desse campo de entendimento (a saber, a velhice transmasculina) e suas condições de emergência, e o saber que apreendê-los engendra são movimentos cognitivos de redirecionamento da relação com objetos de pensamento (ideias de longevidade e as transformações corporais que acarreta, bem como suas relações com saberes e experiências acerca de transformações corporais que pessoas trans realizam) ainda incipientes na comunidade trans. Lembremos, esta apenas vem notando a formação de um subgrupo entrando na terceira idade e propriamente experimentando o envelhecimento nos últimos anos<sup>173</sup>.

Nesse aspecto, o relato de aproximação a outros homens trans é eloquente. Ao dizer “O que ainda me trariam os anos? Como vivenciar a velhice, nesse corpo de cobaia transformado? Resolvi reunir os conhecidos trans” (VS: 302), encontros e pessoas que até então não haviam recebido atenção no livro, notamos os limites da assimilação a uma rede de relações e de inteligibilidade inteiramente cis: ela é incapaz de fornecer uma matriz explicativa para o que posiciona no âmbito do impossível e do inimaginável.

O encontro é marcado não só pelo compartilhamento de uma série de experiências passadas e medos de futuro comuns, mas também pelas derivações de bricolagens que foram experimentando

---

estudos de interseccionalidade e pós-coloniais. O projeto rearranja a vinculação ao sofrimento e à chave do orgulho em novos moldes, reconhecendo os caminhos histórica e politicamente situados que a produzem, bem como as circunstâncias da experiência de vivenciá-la. Isso implica atentar para dinâmicas de desigualdade que produzem sofrimento, sem apagá-las no esforço de afirmação da celebração da diferença.

<sup>173</sup> Ainda são escassas as pesquisas sobre subjetividades trans e velhice. Durante a escrita desta tese, apenas tomei ciência de estudos em antropologia que se debruçam eminentemente sobre experiências de travestis, como a dissertação de Mônica Soares Siqueira (2004) e a de Amadeu Lima de Deus (2017), e a tese de Thiago Teixeira Sabatine (2017).

ao longo dos anos, e de planos que pretendem executar nos tempos que virão. Assim, se Nery afirma que “apesar de não termos intimidade, a cumplicidade que imediatamente se estabeleceu entre nós nos fazia sentir como se tivéssemos convivido durante todo esse tempo” (VS: 303), as condições de acesso e o resultado das mamoplastias que realizaram, as soluções que desenvolveram para gerar próteses penianas destacáveis, bem como suas opiniões sobre procedimentos cirúrgicos de implante genital<sup>174</sup> e sobre revelar ou não a transexualidade a filhos<sup>175</sup> são variadas. Porém, no que toca a medos associados à velhice, e a outros modos de viver a transmasculinidade, notamos como o marcador geracional operando em um enquadramento cisnormativo perturba o grupo.

Todos vivem, de modo geral, em meios sociais predominantemente cis em que quase ninguém sabe que são trans. Se para Nery a velhice se associa à redução da desejabilidade<sup>176</sup> e ao estranhamento do próprio corpo, para os demais a fragilidade física que pode resultar em redução da autonomia e exposição ao olhar de outros responsáveis por assisti-los provoca ansiedade:

Amadeus foi o primeiro a responder:

- (...) a velhice me causa uma preocupação, porque não terminei as cirurgias. E, quando a gente envelhece, pode ficar na dependência do cuidado alheio. (...) Isso tem me preocupado muito, porque vivo hoje num círculo social dentro da “normalidade”. As pessoas da minha relação (...) ninguém faz ideia de como fui.

- (...) Graças a Deus, não tenho filhos. Meus sobrinhos não sabem da minha história. (...) Com o passar dos anos, fico imaginando que talvez tenham de cuidar de mim mais tarde ou participar de determinadas situações comigo, então seria honesto contar a eles. Mas é bastante difícil tomar essa decisão. (...) Para Darcy, pior que a velhice, é sofrer um acidente e não saber em que enfermaria iriam colocá-lo: se na feminina ou na masculina, em qualquer uma se sentiria constrangido. Isso se estivesse lúcido para opinar. Vivia em estado de “prontidão” por causa dessa paranoia, apesar de ter um pênis, mas descaracterizado. Meio sem querer, ele tinha tocado num ponto nevrálgico para todos nós que não tínhamos terminado as cirurgias, e por isso corríamos o risco de mais uma vez experimentarmos na cara as patas da humilhação. (VS: 310-311)

<sup>174</sup> Alguns, como Nery, encontraram médicos que aceitaram reduzir os seios mas não eliminá-los completamente – uma incompreensão e uma ausência de parâmetros de ação no que toca à transexualidade durante os anos 70 e 80. Outros encontraram profissionais que tinham algum interesse científico ou comprometimento político com questões trans, e realizaram procedimentos de graça. No que toca à neofaloplastia, um deles se arriscou e obteve resultados precários: diversas cicatrizes, problemas ao urinar, uma prótese não apta para penetração. Também compartilham as técnicas usadas para confeccionar próteses ao longo da vida, como envolver meias com plástico, serrar um cassetete, até ter acesso a um dildo de silicone quando uma parente viajou ao exterior. Esse diálogo é significativo: desestabiliza a expectativa de narrativa única em torno de trajetórias de homens trans idosos, fundamentada seja em homogeneização de subjetividades, seja em consciência da precariedade do contexto em que essa geração assumiu a própria identidade.

<sup>175</sup> Alguns temem contar, alegando que poderiam provocar choques emocionais. Nery afirma que a revelação o aproximou de Yuri. É interessante notar como as estratégias para ocultarem o próprio corpo dos filhos ou justificar cicatrizes acabam tomando mais espaço na economia narrativa do que em quê o medo se fundamenta.

<sup>176</sup> Isso não é uma peculiaridade de Nery. Henning (2017) menciona o medo da solidão e as mudanças físicas e estéticas consideradas desvalorizadas no mercado erótico em estudos sobre envelhecimento e homens gays.

Deficiência se articula à transexualidade no horizonte imaginativo da velhice. Como chave de inteligibilidade, dá sentido a reconfigurações corporais que geram a importância de redes de cuidado na condução da vida, aproximando a velhice trans da cis. Mas marca também diferença ao envolver tal importância a implicações situadas e a uma aura de ansiedade – a dependência não é entendida como ameaçadora em virtude da redução da autossuficiência, mas do que essa dependência pode fazer: expor corpos desses sujeitos sem o controle que poderiam empreender do que revelar e do que ocultar. Na esteira dessa exposição, levá-los a serem marcados como fora do padrão presumido de conformação corporal masculina. Pensando a partir de Butler e Larsen, trata-se do que, contra a própria vontade, a perturbação de um pressuposto de não marcação faz. Mas se em Butler o marcador visual não é o aspecto mais relevante, e sim a perturbação da referência não marcada, aqui se trata de perturbação pelo visível – não a lógica contaminadora de estar entre sujeitos marcados (como Claire entre pessoas negras em “Identidade”), mas a lógica de encarar um corpo cuja configuração anatômica não se enquadra nas expectativas cis. E o que tais olhares, tais sujeitos podem fazer munidos dessa informação.

O medo de Nery e os de seus colegas se acercam. Trata-se da atualização de um medo antigo, presente ao longo da transição e fundado na legibilidade. Se o de Nery é o de não ser desejado porque suas formas corporais podem não corresponder a padrões de beleza de parceiras vinculada a corpos jovens, esse medo já foi enfrentado quando temia não ser considerado desejável por mulheres heterossexuais ao ser lido como corpo feminino; transexualidade e velhice se substituem como desencadeadoras de medo. Se esses outros homens temem a revelação de seus genitais e a descoberta de sua transexualidade, esse medo já havia sido sentido antes ao longo da vida – mas havia modos de enfrentá-lo que vinham do controle da expressão de si. Ao criar a possibilidade de esse controle ser transmitido a parentes e profissionais, a velhice não substitui a transexualidade como em Nery; intensifica o risco da exposição desta. O medo se atualiza não como semelhante a algo já sentido, mas como sua magnificação ao apresentar como incontornável no futuro o que antes era apenas do campo do possível.

O caleidoscópio gira novamente durante o debate sobre outras transmasculinidades, como por exemplo a decisão de homens trans de engravidarem, ou homens trans abertamente gays:

- Que coisa doida! – comentou Amadeus. (...) são pessoas que não sabem quem são nem o que querem. Vivem de experiências novas, buscando provar não sei o quê e para quem. Meu dom é a paternidade em função do que sou. Eles, afinal, são o quê? (...) Jamais faria isso, pois a maternidade é a maior prova da feminilidade. Sou e sempre fui homem. A minha luta foi para sair da prisão do corpo, jamais voltaria a ela.  
(...) Darcy comentou que, para ele, o caso mais estranho foi o de dois trans que viraram homens, continuaram juntos, e um deles engravidou:



- São os trans-homo? Ai fundi a cuca! E os filhos, como ficam? (...) Não consigo imaginar um homem dando à luz! É tão intimamente associado à maternidade! Como falou Amadeus, acho o máximo da feminilidade. (...)

- [João:] Quando li a notícia, o primeiro impacto foi de surpresa, achei o cara muito corajoso. Jamais engravidaria, mas fiquei feliz em saber que os trans jovens estão assumindo seus desejos, ousando mais na desconstrução do gênero, sem se sentirem ameaçados na sua identidade sexual. (VS: 317-318)

O tema fascinava Nery, e o havia feito contatar especialistas como Letícia Lanz. Esta o apresentou à teoria queer, e à reflexão sobre a “multiplicidade de corpos sexopolíticos que se sobrepõe aos rótulos e normal e anormal” (VS: 320). Reconhecendo o impacto de debates desse campo de estudos no entendimento de si e de relações de gênero, e a distância que produzia entre seu molde de interpretação e o dos demais amigos, Nery sintetiza: “Percebi, então, que embora fôssemos todos trans, éramos bem diferentes. (...) há várias masculinidades diferentes e que são constituídas também pelas tecnologias da cultura dominante” (VS: 323-324).

O livro então se encerra, com uma cena conversando com o filho – em que este diz que não é perfeito, “contava até piada de bicha”. Nery retruca “e daí? Eu também conto” (VS: 326). Saliento esse fechamento porque penso que é significativo do movimento que o autor faz ao longo de todo o segmento inédito da obra: os movimentos de perturbação do modelo de “homem de verdade” são contínuos e apoiados em um modelo de subjetivação fundado em esclarecimento, aquisição de conhecimento (que pode advir de teoria e formação intelectual, ou de engajamento político e ativismo). Contudo, a estruturação temporal usualmente associada a tal modelo de subjetivação – progressão linear em que a ignorância entendida como ausência (de saber, de consciência política), é dirimida definitivamente com o acúmulo (de saber, de consciência política) – aqui não se verifica.

Conforme fatores de esclarecimento são acionados por posicionalidades – relacionamentos amorosos com mulheres, paternidade, velhice – e atuam perturbando o modelo coerente de “homem de verdade”, povoando seu repertório de outros modos de existência, na mesma toada limites de circunscrição são retraçados. Esses limites são com recorrência próprios do regime regulatório cisheteronormativo que desvaloriza e repele como indesejáveis e desdenháveis atributos femininos em homens. O encadeamento de tempo de João, assim, é de outra ordem: repetição de estilçamento do modelo, ruptura com o regime que o sustenta, e recaptura por seus mecanismos que organizam a classificação. Redesenha e cristaliza o limite que caso transposto desfaz a hombridade, transformando-a em efeminação.

Em “Meu nome é Amanda”, trata-se de outras dinâmicas de perturbação da cisgeneridade. Sua autora, Amanda Guimarães – mais conhecida como Mandy Candy – pertence a geração inteiramente distinta e construiu uma imagem pública de transativismo em termos consideravelmente distintos dos de Nery. Assim como Mock e McBee, já tinha uma carreira pública anteriormente ao lançamento do livro – mas o alcance e o público que afeta são outros, e a estratégia que assume é sutil e perspicaz.

Guimarães inicialmente se tornou conhecida por criar dois canais no YouTube enquanto morava entre China e Hong Kong: um em que jogava videogame e outro em que publicava vlogs sobre temas variados, como sexualidade. No entanto, sua transexualidade não era conhecida. Após gravar um vídeo assumindo-a e receber reações negativas – em especial comentários ofensivos, como “traveção filho da puta” –, passa a publicar com maior recorrência conteúdo tematizando aspectos da experiência transfeminina, como suas percepções acerca de procedimentos cirúrgicos de modificação corporal, dinâmica de relações afetivas com homens cisgêneros e conservadorismo no que toca a identidade de gênero e sexualidade em diferentes países<sup>177</sup>. Embora os objetos de discussão muitas vezes sejam duros, de modo geral Guimarães assume um tom leve, cômico, e utiliza títulos chamativos para atrair público<sup>178</sup>. A tática dá certo: seus vídeos têm centenas de milhares de visualizações e logo ela se torna espécie de celebridade no Brasil.

A proposta de escrita e lançamento do livro se deu na esteira de uma tentativa mais ampla do mercado editorial brasileiro em participar da lucratividade em torno de YouTubers como Guimarães. O fenômeno recebeu atenção da mídia: segundo reportagem da Época de agosto de 2016, 33 produtôries desse tipo de conteúdo audiovisual haviam lançado livros no espaço de 12 meses<sup>179</sup>. Já a Folha de S. Paulo<sup>180</sup> noticiou que a tendência teve papel considerável na manutenção das vendas do ramo, então em queda. As obras, de tom autobiográfico (explorando o interesse e vinculação de fãs às vidas pessoais de autôries) e voltadas para o público jovem, eram particularmente interessantes ao mercado também porque tais produtôries de conteúdo tinham não

<sup>177</sup> Tanto em seu livro quanto no primeiro vídeo disponível no canal (sobre ter se assumido mulher transexual e receber comentários transfóbicos pela internet) ela menciona ter conteúdo anterior – no entanto, não há registro deste. Tem-se a impressão, assim, que tal material foi apagado. Para ver a publicação que atualmente inaugura o canal: <https://www.youtube.com/watch?v=2h-gTEfTs9k> (último acesso em 13/09/21).

<sup>178</sup> Seus vídeos têm títulos como “Minha PRIMEIRA VEZ depois da cirurgia!”, “EU CONTO QUE SOU TRANS PARA OS HOMENS?”, “COMO ERA TER UM PÊNIS”, “Uso BANHEIRO de HOMEM ou de MULHER?”, e “ESTOU COLOCANDO A FAMÍLIA BRASILEIRA EM RISCO”. Ver seu arquivo em: <https://www.youtube.com/c/mandycandy/videos> (último acesso em 13/09/21)

<sup>179</sup> Ver em: <https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2016/08/livros-de-youtubers-viraram-grande-aposta-do-mercado-editorial.html> (último acesso em 13/09/21)

<sup>180</sup> Ver em: [emas.folha.uol.com.br/influenciadores-digitais/o-mercado/com-1-milhao-de-livros-vendidos-em-2016-youtubers-aliviam-editoras.shtml](https://emas.folha.uol.com.br/influenciadores-digitais/o-mercado/com-1-milhao-de-livros-vendidos-em-2016-youtubers-aliviam-editoras.shtml) (último acesso em 13/09/21)

só já audiência própria, mas também meio próprio de divulgação – seus canais em redes sociais, que contavam com centenas de milhares (por vezes milhões) de seguidôries. O site Olhar Digital noticiava que dos 10 livros mais vendidos do ano, 4 eram de YouTubers<sup>181</sup>. Dois anos depois, a estratégia de impulsionamento desse tipo de obra se mantinha – em entrevista à Radio USP, Stela Piconez argumentou que parte do sucesso do nicho se dá pela transposição, para o escrito, do que tais influenciadôries fazem em seus canais em redes sociais: trazer temas do cotidiano, familiares à audiência, de forma bem-humorada e com linguagem coloquial<sup>182</sup>.

Esse é o caso de Guimarães. A relação entre seu canal e a publicação é evidente: no primeiro vídeo em que fala sobre o lançamento do livro e revela ser uma autobiografia – acompanhando de sua infância à vida adulta, mas dando enfoque à transição e como se sentiu; e ainda que diga que o processo “não foi nem um pouco fácil”, o faz com entonação jocosa<sup>183</sup> –, apresenta-o como “um presente para vocês (...) escrevi pensando em vocês”. Ademais, insta fãs a sugerirem na sua fanpage cidades para lançá-lo de modo que possa conhecê-les pessoalmente. Nos comentários, muitos defendem ser esse o único livro de YouTuber que valia a pena comprar, porque se tratava de história que merecia ser contada. No segundo vídeo, gravado na sede da editora, ela apresenta a prova antecipada do livro e salienta que ele se volta para todos os públicos porque tem linguagem simples e preço acessível. Recomenda que seja presenteado “àquela pessoa com uma cabeça fechada, pra já ir abrindo a cabeça da pessoa e transformando o mundo.” Diz: “é como se você tivesse assistindo um vídeo meu”. O modo de falar é divertido e interlocutório: dirige-se a quem vê o vídeo emulando uma conversa.

São exemplos de execução de estratégias de comunicação em redes sociais que vêm sendo mapeadas como eficazes por um corpo de trabalho em formação sobre a profissionalização de influenciadôries digitais. Tanto análises do fenômeno que tomaram como objeto a ocupação da plataforma Instagram (De Souza, 2019) quanto as que o fizeram com foco específico no YouTube (Backes, 2019) salientam como práticas recorrentes e bem-sucedidas de geração de visualizações e público fiel: a expressão de assuntos de domínio e interesse em vinculação ao compartilhamento de informações privadas em diferentes escalas (indo de postagens sobre recomendação de produtos até vlogs sobre detalhes triviais da vida cotidiana); o revestimento do conteúdo em formato de comunicação leve e descontraído, tomando o entretenimento como foco central; a mobilização de sinais dialógicos (falar diretamente com a câmera e usar vocativos, como se em contato direto com

<sup>181</sup> Ver em: <https://olhardigital.com.br/2016/08/29/games-e-consoles/dos-10-livros-mais-vendidos-do-brasil-quatro-sao-de-youtubers/> (último acesso em 13/09/21)

<sup>182</sup> Ver em: <https://jornal.usp.br/atuaisidades/livros-de-youtubers-sao-um-phenomeno-no-mercado-editorial/> (último acesso em 13/09/21)

<sup>183</sup> Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=4JgMykCkn5A> (último acesso em 13/09/21)

quem visualiza o material); e estímulo à interação (pedir comentários em vídeos, e responder perguntas, sugestões e críticas em postagens).

O livro de Guimarães revela esforço em contaminar seu molde com essa estruturação comunicacional de influenciadôries em redes. Nos elementos de apresentação da obra isso se evidencia pelo uso de mesmas notações e pela referência às plataformas: a capa, com seu retrato, título do livro e autoria, tem na parte inferior 3 hashtags - #trans, #mandycandy e #youtube. Em uma das orelhas, além da foto da autora, há endereços de suas páginas nas redes sociais YouTube, Facebook e Twitter. Mais diretamente convergente a conteúdo e gestão de tom, a capa traseira indica ser a história de sua vida e se refere ao temperamento da autora como “divertido”; a escrita, “um irreverente relato sobre a alegria de viver (...) com o jeitinho que seus fãs adoram.”

Ao longo da narrativa, o direcionamento direto a leitôries, a coloquialidade (como palavras em letras maiúsculas para simular intensidade do dito, e termos como “rs” e “viadaaaa”) e o uso de desenhos que imitam emojis, a recorrente referência a vídeos de seu canal no YouTube, bem como a interpolação de texto corrido com quadros de listas (de artistas de música favoritos, de jogos de videogame, etc.) indicam o projeto de transposição de estilo. O relato da trajetória também é modulado por capítulos em que a partir de acontecimentos pessoais exerce certa função educativa simplificada e diretamente – como no relato sobre a confusão que sentia na adolescência ao se interessar por rapazes mas não se ver como rapaz, explicar a diferença entre identidade e gênero e orientação sexual. Não assume tom formal; segue a tendência dos canais do YouTube de tratar temas complexos de modo acessível e dinâmico.

Ressalto essa tática de transferência de enfoque temático, linguagem e gestão de tom, bem como a emulação de interatividade porque meu argumento é de que no cruzamento da fronteira (aqui, entre audiovisual e escrita), como alega Nascimento (2019b), algo é desfeito e refeito no processo de materialização da diferença entre posicionalidades: perturba expectativas do cânone autobiográfico trans, e sustenta a familiaridade com o público que assiste a seus vídeos. Mas principalmente, atravessar formas expressivas e levar consigo o que parece bobo, trivial, frívolo opera como chave engenhosa de perturbação da cisnormatividade: exerce o transtorno sem contudo fazer notar a contundência de seu feito. Nesse aspecto, assemelha-se muito às animações do gênero Pixarvolt, cunhado por Jack Halberstam (2020[2011]).

Com o termo, Halberstam faz referência tanto às técnicas empregadas na feitura desse tipo de longa-metragem quanto ao tratamento do tema: ferramentas que permitem romper com representação linear e individualizada viabilizam o desenrolamento de assuntos pouco explorados em debates públicos, como a reimaginação de relações entre humano e não humano, entre comunitarismo, personitude e desejo, entre hierarquias sociais e revolução (ibid.: 55-56). Na

construção do argumento em defesa do potencial do Pixarvolt e produções culturais “bobas” para a costura de outras imaginações, maneiras de pensar o ser e engajamentos políticos radicais, o pesquisador critica o afastamento condescendente desse tipo de material através de sua rotulação como não rentável, ou não digno de investimento intelectual. Isso é sublinhado tanto na introdução quanto no capítulo dedicado mais especificamente ao Pixarvolt:

o “arquivo bobo” (...) permite-me argumentar a favor de alternativas que são marcadamente diferentes dos argumentos que são feitos em relação aos arquivos da alta cultura. Os textos de minha preferência não nos tornam pessoas melhores nem nos libertam da indústria cultural, mas podem oferecer lógicas estranhas e anticapitalistas de ser e de agir e de saber, e abrigarão mundos queer secretos e explícitos. (...) Acredito em baixa teoria em lugares populares, no pequeno, no inconsequente, no não monumental, no micro, no irrelevante; acredito em fazer a diferença pensando em coisas pequenas e compartilhando-as de forma ampla. (ibid.: 45)

Os filmes pixarvolt (...) sabem que crianças não investem nas mesmas coisas em que adultos investem: crianças não formam casais, não são românticas, não têm uma moral religiosa, não têm medo da morte nem do fracasso, são criaturas coletivas, estão em estado constante de rebeldia contra os pais (...). Os filmes pixarvolt oferecem (...) uma revolução contra o mundo dos negócios do pai e a esfera doméstica da mãe (...). Gênero nesses filmes é evasivo e ambíguo (...); sexualidades são amorfas e polimorfos (...); classe é evidenciada a partir de trabalho e diversidade de espécie (...); a habilidade corporal com bastante frequência está em questão (...). os longas-metragens pixarvolt animaram um novo espaço para imaginar alternativas. (ibid.: 77-78)

Tomo o Pixarvolt não como algo aplicável aqui – mas sim seu propósito teórico e o modo como é desenhado e explorado. Quero levar em consideração o funcionamento do mecanismo de delineamento do gênero feito por Halberstam, que articula aspectos formais e conteúdo para explorar a potência analítica e política do que é usualmente ignorado. Este algo carrega consigo, em um molde tomado como dado e tratando de temas que se pressupõe já conhecidos, inconsequentes, algo fora de lugar e potencialmente perturbador e inesperado. Gostaria que “Meu nome é Amanda” fosse lido com essas lentes, a partir da operacionalização dessas chaves.

A narrativa parece simples e familiar: uma moça transexual que desde a infância manifestava formas de se comportar e desejos considerados pouco apropriados a pessoas do gênero a ela assignado e que retrospectivamente considera sinais de sua identidade de gênero feminina: uma calça enfiada na cabeça simulando cabelo comprido, batons que pegava da mãe, um jeito “sempre muito delicado (...) feminino”. Junto à retórica substancialista e centrada em permanência – “eu sempre me entendi e me percebi como mulher e isso não foi nada que me impuseram, era algo que eu sentia em mim” (MN: 20) – o fora de lugar se insinua:

No início da infância, a criança não vê essa diferença de menino e menina, ela enxerga todo mundo igual, como pessoa. (...) não existe brincadeira de menino e brincadeira de menina, é tudo brincadeira, né? (...) Até os meus cinco anos de idade, eu era uma criança totalmente livre, feliz (...). O que me causou um estranhamento muito pesado é que na escola havia uma divisão muito forte entre coisas de menino e de menina. A primeira vez que eu me questionei se tinha algo errado comigo foi depois que entrei no colégio. (...) um dia minha irmã me levou pra cortar o cabelo, porque minha avó e o resto da minha família falavam que meu cabelo não era de “homenzinho.” (MN: 20)

Guimarães sinaliza que embora haja apreensão do gênero como essência verdadeira de si, imutável, há também o apontamento do modo como mecanismos institucionais configuram padrões normativos de gênero que se fundam em uma organização opositiva, de fronteiras rígidas, entre masculino e feminino. A divisão de atividades na escola, e de cortes de cabelo em casa sugere os espaços escolar e familiar como os que exercem função reguladora e repressora sobre experiências de gênero. Essa ênfase a instituições sociais atentando a seu papel conformador e produtor de sofrimento se mantém ao longo da narrativa estruturada cronologicamente, que também se vale de tropos narrativos convencionais do cânone, como o “sempre fui menina”.

Operar essa marcação provoca, como efeito, um redirecionamento da dor do processo de entendimento de si, de transição e de afirmação da própria identidade. Não se trata de experiência traumática que pode ser reduzida a uma dissonância individual, localizada no corpo – a substância generificada da identidade em desacordo com a substância generificada das formas corporais. Ela depende precipuamente do enquadramento mais amplamente disseminado de formas de existência consideradas possíveis e legítimas, e em relação às fantasiosas, inomináveis, inaceitáveis.

A descoberta do termo “transexualidade” e da possibilidade tanto de realização de mudanças corporais de modo a tornar o corpo socialmente legível como feminino quanto de assunção pública da identidade feminina a partir de uma amiga transexual se dão, novamente, a partir do repertório canônico: a ruptura com a percepção onipresente de desvio único e individual, e o enquadramento da experiência como *condição* que provoca sofrimento e tem resolução: “(...) isso era algo realmente sério e tinha como ‘arrumar’. (...) Eu tinha me encontrado e agora sabia que tinha uma forma de resolver o meu problema” (MN: 57).

Assim como em “Viagem solitária”, no entanto, a convenção é torcida com a transição, e é a esse “depois” que gostaria de dar enfoque. Aqui a torção não se centra no modo como Guimarães experiencia e elabora a categoria “mulher”; nesse aspecto, a autora mobiliza construções familiares. O desvio que empreende é sutil porque não chama a atenção para si mesmo. Ele se dá em termos de desencadeamento de experiências – elementos raros em autobiografias de pessoas transfemininas no Brasil, como o apoio que recebeu da mãe e da irmã ao longo do processo, ou sua mudança para

a Ásia em virtude de possibilidade de trabalho com varejo e não para a Europa em virtude de planos profissionais vinculados ao campo do entretenimento ou do mercado do sexo –, mas principalmente do estilo de configuração da revolta a partir do relato de eventos aparentemente costumeiros. Quero chamar a atenção a duas vias discursivas que são produto dessa estratégia: uma é a descrição de suas relações de flerte e namoro. A outra é referente a experiências de discriminação.

A relação tensa entre desejo e ignorância e entre desejo e fetichização em encontros erótico-afetivos com pessoas cis é recorrente em trajetórias de pessoas trans. O ato de narrá-la com frequência é revestido, ao longo da história do gênero, de tom de denúncia: há seriedade e algo de trágico na condução do relato<sup>184</sup>. Esse não é o caso do elaborado por Guimarães: os eventos que conta assumem uma linguagem de causo, de confiança dotada de comicidade. Isso não significa destitui-los de sofrimento; mas, sim, moldar de outra forma os objetos que compõem o relato (como o sofrimento) e assim produzir efeitos inesperados com a enunciação.

A autora relata a primeira interação no local de trabalho (uma empresa de call center) com um potencial parceiro logo após a realização de algumas modificações físicas e o alcance de legibilidade cis seguindo a dinâmica de estilo leve do livro. Conta ter se interessado por ele, por considerá-lo atraente e pelo modo como ele havia reagido quando ela revelou ser trans: inicialmente confuso – “ok, mas como assim? O que é isso? Trans? – (...) Sempre fico passada em saber que tem tanta gente que nem tem ideia que existimos” (MN: 68) – mas após breve explicação, tomou sua identidade feminina como dada e a tratou como tal. Tal atitude a motivou a se aproximar dele, visto como exceção em meio ao padrão recorrente de tratamento a ela dispensado por homens em espaços de trabalho: fofocas sobre suas formas corporais, comentários ridicularizando sua feminilidade, etc<sup>185</sup>. Após convidá-lo a uma confraternização em sua casa, ficar a sós com ele e ser beijada, no entanto, percebe os limites da compreensão do sujeito:

(...) quando paramos de nos beijar e ficou aquele silêncio, ele me perguntou: “Mas Amanda, você é hermafrodita mesmo?” Na hora eu não sabia se eu ria ou chorava. Eu já tinha explicado para ele o que era uma mulher transexual e mesmo assim ele não tinha entendido. Eu fiquei quieta, porque não sabia o que responder, e ele emendou mais esta: “Você nasceu com um pinto e uma pepeca, é isso?” Como eu não sabia o que responder, eu concordei com a cabeça e continuei muda sem reação. Ai, que tristeza, depois de tantos planos! Ele até falou que não se importava e tentou voltar a me beijar, mas nessa hora eu me levantei da cama (...). (MN: 71)

<sup>184</sup> Evidentemente, há exceções – como “Nem tão bela, nem tão louca”, de Ruddy Pinho, analisado no capítulo 2.

<sup>185</sup> “Então um dia, quando estávamos trabalhando, um garoto falou: ‘Hoje em dia precisamos ter cuidado, porque quando a gente menos espera tem mulher com banana por perto.’ E todo mundo riu! (...) Não demorou muito para que TODOS os garotos que sentavam próximo comessem a fazer piada sobre travestis, ‘mulher kinder ovo’, cilada e outras besteiras dessas. Quanto mais eu me constrangia, mais eles riam.” (MA: 64)



No capítulo seguinte, intitulado “namoro online- onde eu caçava boy na internet”, temos o mesmo tom de rememoração de eventos curiosos e bem-humorados, introduzida como “essa é uma historinha bacana (hoje, né, porque na época a viada aqui sofreu horrores)” (MN: 73). Mesmo inscrevendo esta sinalização, atenua-se de modo geral qualquer sugestão de um caráter dramático dos acontecimentos que se seguem.

Guimarães conta seu interesse por homens asiáticos e a decisão de procurá-los em sites de relacionamentos em países desse continente – o que leva à sua inscrição no Korean Cupid e a travar uma conversa com um rapaz, Cheung. Ele dizia estar interessado em encontrar uma pretendente para se casar e em poucas interações e trocas de fotos, Guimarães se apaixonou. Cheung a pediu em namoro, e ela passou a imaginar um futuro juntos na Coreia do Sul. Mas então as dificuldades relacionadas a sua identidade de gênero vieram à tona: seus documentos registravam nome e gênero masculinos, não havia realizado cirurgia de modificação genital e não tinha mencionado a ele ser transexual. Guimarães então resolve escrever uma longa mensagem:

(...) explicando o que se passava comigo, o que era uma mulher transexual. Comecei a procurar matérias que explicassem o meu caso, como era ter um genital masculino mas ser na verdade uma mulher. (...) Parecia que eu estava fazendo um trabalho escolar com tantos detalhes pesquisados, hahaha. (...). Praticamente todos os caras que eu conhecia passavam a me encarar como uma aberração logo que dizia que era trans ou só queriam matar uma curiosidade sexual. (...)ele respondeu que tudo bem, que era até melhor, porque eu sabia como fazer um homem feliz. (...): - No sexo, já que você é homem, sabe como fazer outro homem feliz.

(...) até ali ele nunca tinha falado de sexo comigo, e, cara, ele me chamou de HOMEM. E daí ele continuou falando que (...) gostava muito mais de mim agora porque eu tinha UM ALGO A MAIS que ele adorava. (...) falou que adorava sair com shemales (...). O último tiro foi quando ele perguntou se eu era ativa ou passiva. (...) Eu tinha escrito praticamente uma bíblia pra ele, explicando quem eu era, como eu me sentia e o quanto ele era importante pra mim pra que eu contasse sobre minha vida. E ele após saber disso passa a me enxergar como um homem e como um pedaço de carne? Me senti um objeto e detestei. Olha, eu preferia mil vezes que ele tivesse me rejeitado, ia doer muito menos do que ser vista como um objeto sexual, um fetiche. Sem falar que ele não ia me aceitar jamais como uma mulher. (...) A lição era: Amanda, antes de se apaixonar por um homem, fale que é trans! Você só vai saber quem ele realmente é quando ele souber sobre teu passado. (MN: 79-81)

As duas interações narradas carregam, no seio do tom de evento curioso, uma revolta que afeta o público leitor de forma estranha. Não a partir da produção de choque diante de ações cruéis e brutais, nem a partir de um desejo de instar à compaixão pelo relato extenso do sofrimento que tais ações engendraram. Não há centralização detida na desgraça, mesmo em subtexto. Há, contudo,

raiva e indignação em latência, dirigidos à cisheteromasculinidade que tem o privilégio de sustentar a ignorância perpétua.

Nos dois casos, não há direito a autodefinição. Pessoas trans são ora alocadas em categorias aproximadas de maior circulação (“hermafrodita”), ora instrumentos geradores de prazer em virtude de sua constituição corporal (“algo a mais”, “ativa ou passiva”) – nada mais. A explicação extensa sobre si e sobre a própria subjetividade foram desconsideradas (o primeiro rapaz não atentou ao que ela disse; o segundo não considerou a mensagem que ela escreveu), dando-se prioridade ao enquadramento mais facilmente reconhecível, de disseminação difundida que se constituiu por e foi reproduzindo uma matriz hegemônica cissexista de sentido. Nesse aspecto, instaura a significação da transfeminilidade e o seu caráter de não-sujeito: uma posicionalidade indigna de ser lida/ouvida, mas capaz de provocar e extrair prazer.

Algo aproximado, fundado na mesma organização de sentido e de subjetividade, se dá em dinâmicas não erótico-afetivas, então abertamente rotuladas por Guimarães como preconceito. No capítulo dedicado ao desrespeito a seu nome social, dois eventos são apresentados como ilustrativos desse regime de ignorância fundada em não saber, mas principalmente em “ignorar” – não considerar certas pessoas como interlocutoras e enunciatórias de verdade e, em última medida, como membros de um modelo de humanidade, formado por sujeitos dignos de empatia. Trata-se de uma interação profissional e um atendimento em banco:

(...) a impressão é que um nome escrito é mais importante do que a pessoa que está parada na sua frente. As pessoas simplesmente não funcionam bem quando o que elas leem e veem são diferentes dos seus próprios conceitos. Acho que dá defeito, o computador do cérebro trava, não sei. Na empresa em que eu trabalhava, (...) sempre tinha alguém passando e olhando pra tela do meu computador pra tentar ver qual era o meu nome! (...) Enquanto eu estava atendendo, uma menina levantou, no meio de outros duzentos funcionários, aprontou pra mim e falou em voz alta: Sabia que ele é travesti? Nem parece, né?” (...) Acho incrível a capacidade (ou seria incapacidade?) das pessoas acharem que por sermos transexuais ou travestis podem expor nossa vida para os outros. Parece que somos animais de circo à disposição dos olhares curiosos.

(...) Nos bancos, então, era sempre o mesmo caos. (...) tinha que mostrar o RG e explicar as coisas de sempre, e lá fui eu: - Oi, meu nome é Amanda. (...) o nome que consta aí é o meu nome de registro, e como sou uma mulher transexual, ainda estou em processo de correção do nome. Poderia me chamar de Amanda, por favor?

- Esse menino é seu filho? É teu irmão? – (...) parecia que estava atendendo um alienígena que veio de Marte para abrir uma conta. Expliquei que não e que, conforme eu tinha dito antes, eu era uma mulher transexual. (...)

- Então você é um homem? Nossa, nem parece! Não acredito! Você é o homem mais bonito que eu já vi. (...) - a atendente estava apontando pra mim e mostrando meu RG

pros outros funcionários. TODOS estavam rindo. (...) Durante todo o atendimento, ela se referia a mim no masculino, afirmando a todo momento que não acreditava que eu era homem. (...) no momento em que me apresentei deixei muito claro que eu era A Amanda e era assim que gostaria de ser tratada. (MN: 95-97)

Embora relate também experiências que envolviam xingamentos e agressão física, a forma de violência que ocupa mais espaço narrativo não é esta expressão mais patente da abjeção. Este capítulo sobre preconceito, e o que relata formas de ridicularização na infância e na adolescência (ser motivo de piada na escola, e ser excluída por colegas diante do medo destes de serem lidos como “viadinhos” como ela; ser motivo de piada também entre familiares, mas também de preocupação – com parentes tentando ensiná-la que era menino e não podia se vestir, brincar e se comportar de certos modos considerados femininos), pauta-se em modos de agressão que não manifestam repulsa e desejo de extermínio em outras modalidades de transfobia.

Estas, como sublinham Cavalcanti, Barbosa e Bicalho (2018), logram expor uma demarcação de fronteiras de humanidade: o “eu” coletivo se desenha a partir do pressuposto de homogeneidade, produzindo a diferença como não-eu externo que é tido não só como outro mas também como ameaça ao eu que precisa ser aniquilada. Es autôries, aproximando a política de inimizade de Achille Membe ao desenho conceitual de abjeção que articula linguística e psicanálise elaborado por Julia Kristeva, exploram o modo como a produção de sujeitos que sustentou epistemicamente a colonização e o genocídio se baseia na constituição de um não-lugar para e outre marcado por monstrosidade e perigo. O controle e o extermínio em suas diferentes modalidades – no caso mencionado por elas, a incitação discursiva reiterada desde os anos 1980 no Brasil por mídia e autoridades policiais de travestis como essencialmente perigosas, criminosas que deveriam ser combatidas e encarceradas – são apresentados como únicas respostas possíveis.

A violência narrada por Guimarães tem outras facetas. Em especial, destaca-se o fato de que a maioria dos sujeitos não parece se ver cometendo um ato violento ou ter o propósito explícito<sup>186</sup> de ferir. Há os que querem ajudar a evitar o que se considera perigoso (parentes que pretendem educá-la), os que querem de algum modo se proteger (colegas de escola que não desejam ser associados à sua “viadice”), os que entendem a transfeminilidade como algo exótico (como a colega de trabalho) e os que vêem a manifestação de expressão feminina em um corpo assignado ao sexo masculino como risível, ridícula (de colegas da escola a atendentes de banco)<sup>187</sup>. De todo

<sup>186</sup> Digo “explícito” porque em capítulo posterior ela menciona que piadas e formas de assédio podem evidenciar um gozo em ferir: “Era só eu colocar o pé para fora de casa (...) todo mundo ficava olhando pra mim, dando risadinha e fazendo piadas em um tom mais baixo, mas não tão baixinho assim porque pareciam fazer questão de que eu escutasse. Todos eles pareciam felizes ao perceberem que eu tinha escutado e aquilo tinha me deixado mal. Por que isso? Não consigo entender porque você quer deixar alguém mal, triste” (MN: 119).

<sup>187</sup> Não é objetivo deste capítulo explorar essa questão, porém é algo que merece atenção em virtude de seu caráter disseminado tanto em relatos de trajetórias de pessoas trans quanto na análise de uma história de representação de

modo, a dissidência de um modelo coerente e permanente de identidade e expressão de gênero é tomada por pessoas cis como a manifestação de uma diferença estranha, indesejável, de valoração negativa, da qual pretendem se distanciar. Fazer parte do processo sistêmico e repetido de (re)constituição de dita diferença enquanto tal permite que a identidade cisnormativa se mantenha como única posição de sujeito legítima possível.

Essas outras modalidades se conectam aos desencontros com pretendentes na medida em que ambos se fundam no mesmo empreendimento de constituição da humanidade a partir da qualificação contrastiva, opositiva do não-humano abjeto. Podemos detectá-la, seguindo o estilo de escrita de Guimarães, a partir da perspectiva do dissenso: a divergência quanto ao que as coisas querem dizer. A feminilidade reivindicada por e encarnada em seu corpo é entendida por essa miríade de sujeitos como bizarra, patética, falsa, indesejável a não ser em uma dinâmica sexual, impossível – e isso se expressa no riso, em tentativas de cuidado e correção, em choque, em totalização de sua existência à capacidade de proporcionar prazer. Não é esse o modo como a autora qualifica a sua subjetividade generificada e a transexualidade: uma forma, dentre várias, de habitar a matéria corporal e o mundo. Guimarães, ao refletir sobre essa razão de ser do dissenso, a define como ignorância: um não saber fundado em “não querem abrir os olhos”, “não tinham nenhum conhecimento”, “as pessoas não funcionam bem quando o que elas leem e veem são diferentes dos próprios conceitos”. Insta pessoas que reproduzem essas práticas: “reflitam”.

Mas o tom sutil da autora carrega consigo, em subtexto, não apenas o não saber de boa-fé que pode ser resolvido com o esclarecimento proporcionado pela apresentação do conhecimento – há também o desejo e o conforto em não saber. O desinteresse em tal esclarecimento, em virtude da apreensão da posicionalidade ocupada pela pessoa responsável por dita apresentação. Uma

---

transexualidade, travestilidade e transgeneridade no audiovisual mainstream. Judith Butler (2008) escreveu brevemente sobre isso, e Lucy J. Miller (2015) escreveu um artigo breve e preciso sobre convenções narrativas e códigos visuais em filmes populares de comédia nos Estados Unidos. No texto, Miller aponta o retrato da transgeneridade nesse gênero do cinema que ela designa “farsa trans” como um ato ridículo de se vestir e se apresentar precariamente (no sentido de tão frágil que sempre à beira da descoberta por outros, ou de revelação da “verdadeira identidade”) conforme outro gênero em virtude de circunstâncias externas, que é resolvido e tem a identidade cis reconstituída ao fim do filme. Tal retrato, argumenta, produz uma imagem de transgeneridade distante da audiência e de experiências de pessoas transgênero, como algo que não pode ser levado a sério. A transgeneridade é revestida de falsidade, de subterfúgio, engano, disfarce – mas a ameaça e a ansiedade que engendrariam a pessoas cis é domesticada ao torná-la ridícula, distante de ações e de temperamentos de espectadôries, e descartável em prol da identidade cis, apresentada como autêntica, essencialmente verdadeira.

Destaco esse estudo porque tais elementos apontados por Miller estão presentes nas situações narradas por Guimarães que envolviam piada e riso, e em relatos de ridicularização feitos por pessoas trans de um modo geral. O nexo entre representação audiovisual e padrões amplamente instituídos de tratamento humilhante de pessoas trans, penso, é evidente – como salienta Miller, “o humor encontrado em farsas trans pode parecer inconsequente, mas é sintoma da cisnormatividade na cultura ocidental. Farsas trans distanciam o público de identidades trans de personagens porque as experiências vividas de pessoas trans são tão distantes das dos membros da audiência ou porque são vistas como merecedoras de desdém, e o riso é a reação considerada apropriada. Essa atitude se manifesta nas vidas cotidianas de pessoas trans. (...) Filmes refletem atitudes e valores culturais” (ibid.: n.p.).

estupidez autorizada porque, como ensina Halberstam (2020), a organização do não saber em termos de gênero naturaliza de tal forma a expectativa de monopólio do conhecimento vinculada a determinados sujeitos (Halberstam fala em homens brancos; podemos falar aqui em pessoas cis) que a demonstração de ignorância invalida a coisa a ser conhecida, não os sujeitos – ela é irrelevante, se não é de domínio dos usuais detentores de saber, ou é algo que não tem urgência em ser aprendida (ibid.: 89)<sup>188</sup>.

O desentendimento quanto ao que “mulher transexual” significa sublinha experiência transfronteiriça aproximada à analisada por Nascimento (2019a): a dinâmica interlocutória entre sujeitos informados por perspectivas distintas sobre um tipo de existência encarnada. Assim, a antropóloga aponta, que Loic Wacquant em “Corpo e alma” descreve a apreensão de si como boxeador, mas “rapidamente é lembrado pelo seu treinador que, no fundo, ele não é um ‘verdadeiro’ boxeador e sim um pesquisador” (ibid.: 473); já em sua própria experiência de campo com travestis e mulheres transexuais na Paraíba, “fomos lembradas que a despeito de assumirmos uma identidade de gênero feminina, éramos diferentes” (ibid.: 475). Sentidos de mulheridade enfrentavam tal dissonância que para suas interlocutoras a ausência de elementos estéticos que compunham o termo como saltos e maquiagem tornavam a antropóloga (des)feminina, anti-feminina, contra-feminina.

Mas tal diferença de perspectiva não se define apenas como variação neutra de valor, diversidade de posições em pé de igualdade. Como Nascimento enfatiza, ela se dá a partir da delineação de centros e margens em assimetria no que toca à atribuição e recusa de autoridade de produção de conhecimento legítimo. Relações de opressão material e epistêmica organizam quem é considerado detentore de saber e quem não é, e quais saberes são ignoráveis.

Essa assimetria faz com que a interação entre tais “ignorantes” e Guimarães possa ser interpretada na chave do dissenso tal qual elaborado por Marisol de la Cadena (2018), inspirada em Jacques Rancière: como conflito do que algo quer dizer que é acompanhado de um conflito quanto ao reconhecimento do direito a voz de falantes.

o mal-entendido que provoca o dissenso (...) resulta de “uma disputa sobre o que significa fala, (...) quanto ao objeto da discussão e quanto à capacidade daqueles que fazem disso um objeto”. (...) como uma interrupção política que altera a ordem convencional e estabelece discordância quanto à igualdade, trata-se de uma disputa que confronta aqueles que têm (aos quais se concede a capacidade de) discurso com aqueles que não têm (aos quais é negada a capacidade de) discurso – (...) sobre as convenções que distribuem capacidades de definir o que é e como é. (ibid.: 99)

<sup>188</sup> Isso se evidencia na análise de Halberstam sobre o apelo de homens como George W. Bush – a estupidez se torna signo de humildade, e determinados conteúdos e modos de conhecer são demonizados como instrumentos para confundir pessoas simples (2020: 89).

O “causo” contado por Guimarães envolvendo os dois pretendentes, bem como as experiências mais seriamente nomeadas e descritas como discriminatórias são eminentemente um conflito em torno do entendimento do que uma categoria identitária significaria fundado na recusa para determinadas pessoas do direito à definição em virtude de sua qualificação como desiguais em uma assimetria de posicionalidade de sujeitos. Escrever o livro e assim ocupar o território da enunciação é uma forma de enfrentamento da distribuição desigual do direito à fala e ao caráter de sujeito falante – como pessoa transexual. Isso se nota no modo como descreve a assunção pública de sua transexualidade em seu canal do YouTube:

Veja como o medo do preconceito arruinava a minha cabeça: depois que consegui arrumar meus documentos e ter uma aparência aceitável na sociedade, achei que a melhor forma de viver seria escondendo o meu passado. (...) A cada dia que vivi sem falar abertamente que eu era trans, eu me machucava muito. Principalmente quando escutava piadinhas transfóbicas e com vergonha eu ficava calada e não podia fazer nada. (...) Por causa das barbaridades que eu escutava, tinha medo que soubessem que eu era transexual, sabe? Mas além do medo, maior do que ele, eu tinha uma necessidade de gritar para todo mundo me respeitar, para NOS respeitar! Então depois de pensar muito, gravar diversas e diversas vezes, eu postei um vídeo contando que eu era uma mulher transexual e abrindo meu coração para o público! (...) Ali mesmo eu já achava que (...) os poucos inscritos que tinha iam deixar de me seguir, que ia ser a mais zoada na internet (não que hoje eu não seja, mas quem liga, né? Hahaha). (...) A partir daquele momento, eu não tinha mais nada pra esconder de ninguém! Ninguém paga as minhas contas, ora, eu estava livre daquele sufoco todo, FINALMENTE. (...) fui aceita como eu era pelas pessoas que importavam! A partir daí, eu senti um certo estímulo e então eu comecei a contar mais sobre minha história no canal, e passei a falar sobre transexualidade (que infelizmente é um assunto pouco abordado nas mídias) com muita naturalidade e honestidade. Continuei falando e fazendo tosquices também (...). (MN: 125-127)

Se manter segredo sobre a transição era inicialmente desejável como forma de evitar discriminação e violência, o desejo de revelá-la por sua vez vai se tornando mais forte, assim como em Mock e em McBee, por conta do efeito continuado de apagamento de uma dimensão central de sua subjetividade. Mas também, e ela faz questão de salientar isso, como forma de ocupar uma posição política de reivindicação por reconhecimento e respeito: uma demanda por ser ouvida e vista não apenas em termos de seu gênero, mas de ser ouvida e vista no que toca ao enquadramento de sentido que atribui à categoria transexualidade.

Inscrito na economia narrativa geral sutilmente revoltosa do livro, esse relato também tem uma função: é em si um empreendimento de demarcação, usando os códigos e o estilo vinculados ao papel de YouTuber (algo até então não notado no cânone auto/biográfico trans), das camadas de violência da matriz de inteligibilidade social cuja instituição se ampara na cisnorma, nega

subjetividade política e tem como uma de suas principais armas o interdito da fala – ou melhor, como esmiuça Jota Mombaça (2015) e tratei no capítulo anterior, o privilégio do dominante de não escutar a fala subalterna. Guimarães tenta se fazer ouvir desordenando argutamente expectativas de campo de atenção associadas a livros de personalidades digitais como ela.

### **Diferentes movimentos de recusa e fuga**

Esse capítulo teve como principal objetivo analisar como de modos tão discrepantes, no Brasil e nos Estados Unidos da década de 2010, figuras públicas perturbaram e abandonaram o ponto de chegada considerado a partir do enquadramento cisnormativo como sinal de sucesso: o atingimento de legibilidade como pessoa cis. No processo, perturbaram o próprio enquadramento.

Esses diferentes modos se dão, tentei sublinhar, afetados por: diferentes saberes e engajamentos (feminismo negro no caso de Mock; feminismo queer e fontes disciplinares como história e sociologia no caso de McBee; uma intelectualidade militante difusa no caso de Nery; um ciberativismo próximo do entretenimento no caso de Guimarães); atravessamentos de marcadores sociais de diferença articulados a gênero (raça, classe, sexualidade e geração em especial); e diferentes conduções discursivas (maior introspecção em Mock; a tessitura entre a autorreflexão e a análise social em McBee; o tom leve e dialógico de Youtuber de Guimarães).

Os empreendimentos, assim, tem propostas e desenrolares consideravelmente variados: Mock, na faixa dos 30 anos, narra o processo de tomada de consciência da indesejabilidade do que ao longo de sua vida considerou objetivos a se almejar. McBee, um homem branco jovem alçado à posição de considerável privilégio, tem como ponto de partida a realização de uma experiência de investigação sobre fantasias pessoais e disseminadas acerca de ser “homem de verdade”. Nery, entrando na velhice, parece ser confrontado a todo momento com tensões e facetas diversas da categoria, o que o incita à autoanálise mas também produz a necessidade de reconstituição de fronteiras protetoras. Guimarães se propõe a, “com seu jeitinho”, “abrir a mente”.

Meu argumento é que as 4 obras apresentam modalidades variadas de reconfiguração de campos de atenção: o campo de movimento narrativo esperado como cânone auto/biográfico trans; e o campo de enquadramento cisheteronormativo. Diante do que deveria ser o fim – “alcancei o fim da transição e o reconhecimento de gênero, me sinto completo” – demarcam um novo começo: e se esse lugar de chegada de aceitabilidade e pertencimento à cisgeneridade, visto como conquista no capítulo 1, é inabitável? E se o silêncio é uma forma de autoviolência e o regime regulatório de subjetividades cisnormativo é empobrecedor, em vez de território de completude? Mock, McBee, Nery e Magalhães desenham o movimento estranho, queer, do que vem depois desse ponto.



Lembremos que Ahmed reflete sobre queer como efeito de desalinhamento de campos de organização desenhados pela cisheteronorma; nesse aspecto, a espacialidade é menos uma metáfora e mais um ponto de partida fenomenológico que orienta a inteligibilidade e as formas de organização social disponíveis, instituídas ao longo do tempo. A queerização é a perturbação de tal inteligibilidade e formas de organização: Nery faz isso, por exemplo, instabilizando a figura do “homem moderno”, da paternidade e da velhice; já Guimarães, inserindo fúria em um texto divertido. Mock e McBee, dentre outras formas, desmontando o mito da passabilidade.

Essa dimensão perceptual, espacial da queerização da passabilidade é explorada também por Jack Halberstam em sua obra seminal sobre experiências queer de masculinidade exercidas por corpos assignados ao sexo feminino:

Para muitos desviantes de gênero, a noção de passar é singularmente inútil. Passar como narrativa parte do pressuposto de que há um self que se mascara como outro tipo de self e faz isso com sucesso; em vários momentos, o passar bem sucedido pode consistir em algo semelhante a identidade. (...) E a pessoa biologicamente feminina que se apresenta como butch, passa por homem em algumas circunstâncias e é lida como butch em outras, e considera a si mesma não como mulher mas mantém distância da categoria “homem”? Para tal sujeito, **identidade talvez seja mais bem descrita como processo com múltiplos sítios de devir e ser. Para entender tal processo, nós precisaríamos fazer mais do que mapear jornadas psíquicas e físicas entre masculino e feminino e no seio do espaço queer e hetero; precisaríamos, na verdade, pensar em termos fractais e sobre geometrias de gênero.** (Halberstam, 1998: 21) – grifo meu

Me parece importante pontuar que embora o autor se refira aqui ao que considera desviantes, é importante pensar na queerização, como ele mesmo elabora em seu corpo de trabalho, menos em termos de identidades particulares e mais em termos dos efeitos de práticas fazedoras de modos de existir que não cabem na norma. É desse modo, assim, que personagens tão atentas ao cumprimento de normas como Irene em “Identidade” são queer, nos dirá Butler. É desse modo que mesmo pessoas que tentam se enquadrar em modelos liberais de subjetividade cisheteronormativa produzem perturbações na cisheteronormatividade, dirá Ahmed:

(...)dificilmente tentativas de seguir uma linha hetero como gays e lésbicas vão te fazer ganhar pontos. Apontar essa rejeição não é dizer que homonormatividade é condição de emergência de uma nova via de política queer (embora pudesse ser). É dizer que habitar formas que não estendem seu molde pode produzir efeitos queer, mesmo quando você acredita estar se “alinhando”. (...) Desorientação não pode ser uma política da vontade, mas um efeito de como fazemos política, o que por sua vez é marcado por uma questão anterior – simplesmente, como vivemos. (2006a: 569)

E isso nos ajuda a pensar em Mock, McBee, Nery e Guimarães. Enquanto pessoas que encarnam signos de beleza cisnormativos, em relações heterossexuais, (com exceção de Nery) com

carreiras profissionais bem sucedidas no campo do entretenimento e das artes e com aceitação entre o público cis, não são exatamente os desviantes imaginados por Halberstam. Mas as recusas que fazem ao enquadramento cisnormativo da subjetividade generificada e a expectativas de narrar trajetórias de transgeneridade e transexualidade em obras publicadas e celebrizadas no seio da indústria de entretenimento produzem o efeito fractal, de geometria de gênero, defendido pelo autor. Distorcem o molde pelo simples modo de apresentá-lo como insuficiente por quem foi bem sucedido em alcançá-lo.

# 5

Acabamos com seu sofrimento?

- Não – respondo. Não há espaço para nos sentirmos mal. Se eu sentir isso, preciso sentir todo o resto.

Rory Power – Meninas selvagens

E essa mania de desafundar memória velha? E uma vai puxando a outra, só atraso isso, de ficar lembrando, acaba se esquecendo do mundo, olha aí, vou me atrasar, tem jeito não, tem não, que tem lembrança que parece noda de caju, fica na gente nem que você não queira, enublou minha cabeça sim. (...) Tu já viu que não tem jeito, não tem, a mudança vem, ou a gente correndo atrás dela ou ela atropelando a gente com tudo, sem pedir pra sair do meio.

Stênio Gardel – A palavra que resta

Agora, depois de viver todos esses anos do seu lado e observar a máquina que é a sua mente produzir uma arte de pura excentricidade – enquanto trabalho duramente nestas frases, perguntando-me o tempo todo se a prosa não passa de uma lápide que marca a renúncia à excentricidade (a fidelidade à busca de sentido, à asserção, ao argumento, por mais flexível que seja) –, não tenho mais certeza de quem se sente mais em casa e mais livre no mundo: eu ou você.

Maggie Nelson - Argonautas

Diana Salu publicou, em 2019, o livro “Cartas para ninguém”. Mesclando poesia e quadrinhos, a obra autobiográfica dedica algumas páginas à relação conflitante entre o entendimento da existência e a passagem do tempo. Dois poemas, em especial, me afetaram:

Tenho dificuldade em lidar com  
as pessoas que eu fui.  
(e as que não fui)  
Minha solução era esquecer (CN: 10)

Eu queria cair  
em queda livre  
como catarata  
em um jorro  
infinito  
de água.  
Me espatifar contra  
as rochas.

Me perder em uns  
zilhões de pedaços  
gotas a se encontrar  
em novos lugares  
pelo corpo-água.

E, com minhas uns  
zilhões de gotas, aos  
poucos ir moldando  
a rocha.

Sem saber como  
e nem porquê,  
apenas por onde.

Queria ser rocha  
que uns zilhões  
de pedaços-gotas

Recebe  
Aguenta  
Confronta  
Aceita  
Vive

~~Até decidir~~  
~~mudar sua~~  
~~forma.~~

Até lentamente  
mudar de  
forma. (CN: 52-55)

Começo pelo segundo. O desejo em ser água e em ser rocha poderia parecer contraditório; ou ao menos pulsões dedicadas a formas opostas. Mas e se abandonarmos a perspectiva binária cisnormativa e entendermos esses desejos como facetas diferentes em uma mesma geometria de sobrevivência, de continuidade do existir? A água é maleável, refaz e multiplica sua forma diante dos obstáculos que se apresentam, reconfigurando-a mais uma vez após o impacto, e após o efeito que produziu no próprio obstáculo. Uma forma de continuar a partir da negociação, do manejo de confrontos e da tomada de múltiplos contornos sem deixar, contudo, de ser quem é, de ser constituída de mesmo material. Já a rocha sinaliza resistência e resignação – não há possibilidade de se mover, e essa fixidez é limitação e força. Não é, no entanto, permanente; o encontro com a água produz, em reiteração, efeitos sobre a matéria e seu molde. Não se trata de uma mudança voluntária – a autora risca o “decidir” – e esse afastamento da vontade indica três leituras possíveis: um aspecto forçoso (ter que mudar); a ausência de intencionalidade de uma rocha (matéria inanimada); e a prescindibilidade da reflexão. A vida é o que é, cabe apenas ser em relação e reação a outras formas de existência “sem saber como e nem porquê.”

Já o primeiro é mais curto, mas não menos eloquente. A imagem da multiplicidade da personitude ao longo da trajetória divide lugar com as possibilidades que não se realizaram. Assim como o segundo poema com seu “queria ser”, a dimensão subjuntiva se apresenta mas não mais como um exercício de fabulação – e sim como uma emoção desagradável diante da perda de formas de existência que nem sequer chegaram a se concretizar. A emoção se estende, porém, para as formas que de fato assim o fizeram. O gesto apenas sugere a inquietação, não sua causa: o que faz desejáveis as modalidades de pessoa não alcançadas, e incômodas as alcançadas? Talvez esse nem seja o ponto do poema, mas salientar que o confronto com essa multiplicidade é intolerável; não há como explorar esses motivos, não há como dirigir o olhar e a ponderação à personitude diversa. O passado se torna terreno minado, com áreas extensas que são mais bem percorridas se apagadas do mapa – ou desviadas com cuidado.

Salu, ao mobilizar a forma poética para arranjar essa dinâmica de desejo e medo diante de um tempo incontrolável – referente ao passado, e à linha temporal não de ocorrências certas, mas de desejos, incertezas e dúvidas – não apenas fala de si. Ela proporciona um repertório de narração que centra menos na ocorrência de eventos rememorados e mais nas instabilidades, hesitações, anseios que o ato de lembrar e narrar revela.

Em um primeiro momento, isso não parece ter qualquer proximidade com a vida e a personalidade da interlocutora central deste capítulo – a ativista, candidata ao Poder Legislativo, parteira, carnavalesca, mãe e avó Fernanda Benvenutty. Es que chegaram a conhecer a travesti paraibana, que faleceu em decorrência de um câncer em 2 fevereiro de 2020, certamente não

associariam essa vacilação e ansiedade no olhar sobre o tempo e a vida a ela. Contudo, gostaria que esses poemas, seu enquadramento enunciativo e o que evocam se mantenham em mente ao longo deste capítulo – dedicado à análise de duas trajetórias articuladas, visando o mesmo fim, que ocorreram entre 2016 e 2020: a trajetória do relato, feito oralmente, de Fernanda sobre sua vida; e a trajetória, minha e de minha orientadora Silvana Nascimento, de passar esse relato à forma escrita. Ambas tiveram como propósito final a feitura e publicação da biografia de Fernanda, atualmente no prelo pela Editora Patuá. O objetivo, aqui, é examiná-las.

Esse capítulo final da tese se diferencia dos demais por uma série de motivos. Primeiro, se debruça não sobre uma obra pronta, mas sobre o processo de sua idealização e elaboração. Nesse aspecto, não se trata de engajamento como leitor com uma narrativa que acesso e recebo; mas da afetação feita pela escuta de uma fala, por sua vez afetada por minha própria interpelação, minhas perguntas e pela atribuição de sentidos e expectativas às marcas que constituem minha subjetividade. Também se trata de um investimento direto como tradutore e renarradore da fala feita para a forma escrita, e das tensões e dissonâncias que tal passagem engendrou. Ademais, passa por uma recalibragem de distâncias espaciais e temporais: se muitas das obras tratadas nessa pesquisa foram publicadas de alguns anos a muitas décadas atrás, por pessoas autoras que em sua imensa maioria nunca conheci pessoalmente, aqui se trata de uma experiência consideravelmente próxima – convivi com Fernanda sob o mesmo teto por dias e em conversas de duração de muitas horas a cada incursão a campo, e ao longo da escrita eu e Silvana mergulhamos intensamente nos eventos, emoções, cenários e estados subjetivos que ela nos havia transmitido.

Contudo essas trajetórias duplas recuperam e alinhavam, de modo peculiar e mais encarnado, chaves de pensamento exploradas na análise de outras obras, e aludem a circunstâncias sócio-históricas referidas ao longo da tese. Assim, o que se segue é espécie de culminação e fechamento da estória que venho contando sobre a história do gênero autobiográfico trans: não como linha reta e evolutiva dos anos 60 em Nova York até 2020 entre Paraíba e São Paulo, mas como estrutura que surge da costura de uma cesta de palha, metáfora de Qwo-Li Driskill (2016) – o movimento de cruzar fios que: revela padrões escondidos por desenhos hegemônicos de passado, história e memória e que sustentam sua dominância; evidencia lascas incômodas a estes desenhos; produz um espaço intersticial entre costuras que não cabe na lógica binária dentro-fora (e passado superado-presente em realização); acumula e vincula estórias e sujeitos.

Nessa estruturação do tempo: o passado recebe, da perspectiva do presente, germes de outro futuro imaginável e realizável (Comunidade Catrileo+Carrión, 2021); o passado satura e se entrelaça com o presente – algo deslocado do campo de atenção cujo meu objetivo é revelar; o presente tem rupturas, imprevistos e esperas – algo usualmente silenciado pela lógica

cisheteronormativa de reprodução naturalizada, no cotidiano, do que sempre houve e inevitavelmente se manterá no futuro (Muñoz, 22); e o futuro não se manifesta binariamente a partir ou da manutenção (longevidade, regularidade) ou da transformação (Halberstam, 2020), mas de modos de geração de possibilidades que suplantam outras, contaminam e distorcem moldes, transformam o fantasioso em possível ou permanecem apenas no âmbito do sonho.

No entanto, o não cabimento nos moldes até aqui seguidos de trabalho documental demanda um maior esmiuçamento, nesse processo de feitura do livro de Fernanda, das particularidades teórico-metodológicas e do que foi feito nessa frente de minha pesquisa de doutorado. Descrevo-as brevemente a seguir.

### **Inscrição com voz, fricção de moldes**

Fernanda Benvenutty sonhava com a escrita de sua biografia há anos, e o sonho virou projeto quando ela se aproximou de Silvana Nascimento à época que esta lecionava na Universidade Federal da Paraíba e começava a se engajar em pesquisas que acompanhavam trânsitos e conexões entre ativismo, trabalho sexual e concursos de beleza protagonizados por travestis e mulheres transexuais. Fernanda, então consideravelmente ativa na política partidária e no movimento LGBTQIA+ local, se tornou uma interlocutora fundamental; tinha não só uma história de vida intrigante que revelava pioneirismo e protagonismo em diferentes dimensões, como também uma reflexão sobre violência transfóbica, dinâmica eleitoral e ativismo que envolveram Silvana e incitaram sua atenção. Silvana realizou longas entrevistas mapeando temas centrais à trajetória de Fernanda, digitalizou documentos relacionados ao envolvimento desta no ativismo estadual e nacional e acompanhou de perto sua candidatura a deputada estadual em 2010 (Nascimento, 2011). Para além da interlocução direta em pesquisas sobre identidade política e travestilidade, a parceria levou à firmação do projeto de escrita da biografia de Fernanda.

Em 2016, ano de desenho de meu projeto de doutorado, fui convidada por Silvana a me juntar à iniciativa. A partir de então, realizei 3 idas a João Pessoa: em 2016, 2017 e 2019. Minha estadia durava apenas cerca de 4 a 5 dias, mas era intensa – ficava hospedada na casa de Fernanda, compartilhando com ela o seu próprio quarto, e a acompanhava ao longo de todo o dia entre breves comentários partilhados enquanto ela realizava atividades rotineiras, longas entrevistas em que rememorava sua vida, e colheita de depoimentos com figuras importantes a sua trajetória (como companheiros de militância e colegas de profissão) – conversas registradas em gravador com a anuência des entrevistades. Em 2017 e 2019, as trocas entre mim e Fernanda eram também orientadas pelas entrevistas colhidas por Silvana em suas idas a João Pessoa e por rascunhos do



livro que levei nessas duas viagens, para que ela pudesse corrigir e complementar informações já presentes nas minutas, e comentar sobre linguagem, organização narrativa, etc.

Chegando em São Paulo, e nos intervalos entre idas a João Pessoa, eu e Silvana conversávamos sobre a estrutura de capítulos do livro, seu arranjo temporal, como passar o molde narrativo oral para o escrito, quais dados, eventos e reflexões inserir, quais omitir, quais reconfigurar, o que havia de importante que ainda não sabíamos e precisava ser perguntado a Fernanda, quais sujeitos seria interessante entrevistar. Também dividíamos entre nós dimensões da vida de Fernanda para elaborar, escrevíamos, líamos as tentativas uma de outra, apagávamos e refazíamos – até podermos então mostrar à biografada, e toda a rotina começar outra vez. Uma versão quase final foi concluída no fim de 2019, aguardando apenas o carnaval de 2020 da capital paraibana – quando no desfile das escolas de samba independentes, a Unidos do Roger (fundada por Fernanda) ia homenageá-la tornando sua trajetória tema da apresentação. Queríamos registrar esse evento no livro antes de começarmos a nos informar sobre possibilidades e processos de submissão de manuscritos a editoras, e a viabilidade de sua publicação.

No entanto, alguns dias antes do carnaval, eu e Silvana fomos surpreendidas com a notícia do falecimento de Fernanda, em decorrência da metástase de um câncer que se agravou rapidamente. Um mês depois, a pandemia COVID-19 eclodiu. O livro, como relatarei nas páginas a seguir, foi finalizado de modo precário, em meio ao luto e ao distanciamento social imposto pela disseminação do coronavírus: elaboramos um breve fechamento relatando seu falecimento e o desfile de carnaval que a celebrou com base em matérias na imprensa que noticiaram os ritos fúnebres e em uma longa entrevista por vídeo com Cleudo Gomes, amigo e ex-assessor de campanha à época de sua filiação ao Partido dos Trabalhadores. Submetemos, então, o livro para publicação e até o momento da escrita deste capítulo ele se encontra no prelo.

Entre páginas de cadernos de campo e de transcrições de entrevista, ouvir e escrever a história de Fernanda levou a uma complicação do que significa “ouvir” e “escrever” – algo até então nada óbvio para mim, mais dedicada desde a pesquisa de mestrado (também realizada através de análise documental) ao ler. O efeito confuso, inesperado, de desestabilização de expectativas tanto de apreensão do dito quanto de remoldagem em outro registro – a saber, da forma oral para a escrita – acarretou na necessidade de mobilização de suportes teóricos para dar conta metodológica, ética e politicamente da presença material do encontro e do que ela revela sobre modos de pensar e fazer texto, pensar e fazer pesquisa.

Para considerar o que Fernanda tinha a dizer e minha responsabilidade frente ao dito, as palavras de Bruce Albert acerca da relação com Davi Kopenawa (2015) foram iluminadoras. De acordo com o antropólogo francês, a colaboração vigilante em termos epistemológicos e éticos só

se dá a partir do afastamento de certas expectativas complacentes de adoção de pesquisadore pela comunidade e por interlocutôries com os quais trabalha, que usualmente resultam em uma celebração de pesquisadore por conseguir extrair segredos de informantes e lidar com as informações que extrai sozinho, do modo como bem entende. Há, Albert assevera, um pacto implícito que constitui e antropólogo como intermediária entre mundos:

Ao lhe oferecerem seu saber, os anfitriões do etnógrafo aceitam a incumbência de ressocializá-lo numa forma que lhes parece mais adequada à condição humana. Contudo, para além da cumplicidade ou empatia que o estranho noviço possa ter inspirado, a transmissão visa antes de tudo, para além de sua pessoa, o mundo do qual ele jamais deixa de ser um representante, queira ele ou não. (...) Sua paciente educação se aplica, em primeiro lugar, a nos fazer passar da posição de embaixador improvisado de um universo ameaçador ao papel de tradutor benevolente (...). Para seus interlocutores, trata-se de engajar-se num processo de auto-objetivação pelo prisma da observação etnográfica, mas de um modo que lhes permita adquirir ao mesmo tempo reconhecimento e cidadania no mundo opaco e virulento que se esforça por sujeitá-los. Para o etnógrafo, em compensação, trata-se de assumir com lealdade o papel político e simbólico de *truchement* às avessas, à altura da dívida de conhecimento que contraiu, mas sem por isso abrir mão de sua própria curiosidade intelectual (...). (ibid.: 521-522)

A tomada de consciência desse processo de reeducação envolvido na interlocução, bem como das implicações e expectativas da partilha são fundamentais aqui. Em um primeiro momento, ela é um chamamento para atentar à estruturação reflexiva que orienta o relato de si, e que está sendo transmitida tanto quanto eventos e estados subjetivos ao moldá-los. Associa-se ao imperativo apontado por Albert de “fazer justiça de modo escrupuloso à imaginação conceitual de meus anfitriões” (ibid.: 520). É o que me levou a considerar com cuidado a composição elaborada por Fernanda, oradora experiente de décadas de militância e apresentação pública: os gestos, a modulação e o ritmo da voz, a expressão que acompanha o dizer, a organização das palavras encadeadas e o processo elaborativo que subjaz à performance do relato – assim como os efeitos produzidos em sua audiência.

Donde me pareceu apropriado considerar sua fala como oralitura, nos termos de Leda Maria Martins (1997). Em seu estudo próximo, profundo, vinculado ao resgate da memória da Irmandade de Nossa Senhora do Jatobá em Minas Gerais, ela cunha o conceito para se referir à poética particular da prática falada de contar histórias, e ao que esse ato faz em âmbito coletivo e subjetivo, em termos estéticos e políticos:

Aos atos de fala e de *performance* dos congadeiros denominei oralitura, matizando neste termo a singular inscrição do registro oral que, como *littera*, letra, grafa o sujeito no território narratório e enunciativo de uma nação, imprimindo, ainda, no neologismo,

seu valor de *litura*, rasura da linguagem, alteração significativa, constituinte da diferença e da alteridade dos sujeitos, da cultura e das suas representações simbólicas. (ibid.: 21)

Oralitura permite atentar para a riqueza do registro do passado através da fala em respeito ao sistema simbólico que o sustenta, aos elementos que compõem sua enunciação, e ao que esta engendra em corpos de sujeitos, na elaboração de sua subjetividade, em um enquadramento de sentido hegemônico (branco, eurocentrado, ela diz; eu diria cisnormativo também). E “engendrar” se refere tanto a um efeito produtivo de gravar signos, sujeitos, histórias e sistemas de pensamento em um território que não os considerava, quanto a um efeito destrutivo de riscar desse território elementos fundacionais do citado enquadramento de sentido hegemônico – como a sistemática significação e valoração negativas de comunidades, civilizações, regimes de conhecer. Envolve, ademais, formas de cruzamento de linguagens: apropriação, confronto, atualização e fusão de signos e modos de se expressar e comunicar, gerando formas híbridas no movimento da fala.

Dentre tais elementos constitutivos dos cantos e narrativas de resgate da memória por ela investigados, Martins menciona: o nexos direto entre narradore e regime de narração, de modo que reciprocamente se constituam e da mesma forma que e primeira seja marcada por dinâmicas coletivas herdadas, também imprima modos particulares de enunciar que afetem o contexto de enunciação e vinculem elu a uma história de dito regime; a repetição de expressões que dramatizam e dão cadência ao narrar, produzindo efeito de real ao narrado; a repetição de recursos expressivos que adornam o dito de modo a costurar a literalidade com séries de imagens; e o uso de vocativos de modo a estabelecer um vínculo com o a pessoa ouvinte da narração. Tomo esses elementos como critérios de análise da oralitura de Fernanda.

Mas se o pacto mencionado por Bruce Albert envolve reconhecimento e respeito frente ao saber partilhado por interlocutore (um olhar atento ao dito e a quem diz), há de modo correspondente o chamamento para que se considere a dinâmica de compartilhamento desse saber marcada pelo modo como somos lides, os aspectos definidores de nossa escuta, e as operações de interpretação e reelaboração desse saber na feitura do trabalho antropológico – e aqui, também biográfico. Nesse sentido, a autoetnografia se apresentou como método prolífico para se investigar as implicações da trajetória de minha posicionalidade, de atribuição de sentido a mim por Fernanda e de ajustes de escrita ao longo da colaboração que se deu entre mim, ela e Silvana.

Daniela Beccaccia Versani (2005), ao se debruçar sobre o termo autoetnografia, sua história na antropologia e seus usos por antropólogos, destaca de modo central a discrepância de sentido: pode ser apreendida como narrativa; como método; como texto. Segundo ela, baseando-se precipuamente na coletânea “Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social” organizada pela antropóloga Deborah Reed-Danahay, duas perspectivas se destacam ao longo da trajetória da

palavra: entendimento como etnografia nativa; e como história de vida. Desde a década de 70, passando pelo seminal “Os limites da auto-etnografia” de Marilyn Strathern em 1987, a associação entre pesquisador e contexto estudado se delineia, por sua vez, a partir de duas frentes: seja em referência a uma nativa não antropóloga que tem “conhecimento em primeira mão” de uma determinada comunidade e os efeitos políticos de um discurso “autêntico” em reação a discursos estrangeiros; seja em referência a uma antropóloga nativa, e as implicações metodológicas dessa investigação próxima (ibid.: 104). No que toca ao foco em seu entendimento como história de vida, trata-se mais de situar, no escopo da disciplina, o lugar de um texto que se aproxima mais do autobiográfico e de discussões próprias do gênero.

Versani argumenta que as duas principais contribuições da coletânea são: a assunção, por pesquisadoras, de um molde aberto do termo como ponto de partida, permitindo uma série de operacionalizações a partir da premissa básica de “narrativa do self que localiza o ‘self’ num contexto social” (Reed-Danahay, 1997: 9 apud Versani, 2005: 105); e o enfoque na mobilidade de posições de sujeito e na contextualidade do processo de construção da escrita. Gostaria de tomar esses aspectos produtivos como referenciais também no modo de condução do que considero autoetnografia aqui; em especial, cito os ensaios que assumiram um enfoque de método e de escrita. Dois serão particularmente norteadores desse capítulo: “The Taming of Revolutions: Intense Paradoxes of the Self”, de Michael Herzfeld; e “Writing Birthright: On Native Anthropologists and the Politics of Representation”, de Pnina Motzafi-Haller.

Herzfeld, interessado em destrinchar diferentes narrativas de self entre grupos muito discrepantes presentes na sociedade grega contemporânea e reconstituir seu universo simbólico comum, revela o movimento emocional ambíguo de simpatia por interlocutórias e recusa dos valores delas que se impôs durante a pesquisa. O antropólogo toma esse movimento como objeto de análise, em especial os fundamentos em sua trajetória pessoal que o sustentam, bem como o papel que esta exerce na escolha do tema de pesquisa e das questões que a estruturam. É essa atenção a experiências que constituem a pessoa antropóloga, e ao modo como interferem na prática antropológica que o levam a demarcar essa atenção sobre si e os próprios processos de entrelaçamento de dinâmicas sócio-históricas e políticas e trajetória pessoal – autoetnografia. Esse entrelaçamento é elemento central da constituição do conhecimento na disciplina, situando e ressitando o pesquisador e afetando relações e a condução da investigação. Não há observação distanciada; a investigação e a crítica apenas são possíveis do lado de dentro, de modo implicado e parcial, afetável pelo campo, por interlocutórias, e por seus universos simbólicos.

No artigo de Motzafi-Haller, as implicações da experiência pessoal e das posicionalidades sociais na condução da pesquisa também estão no centro da análise, mas a partir de expectativas

binárias em torno de ser pesquisadore native ou outsider, e das implicações éticas, políticas e epistemológicas dessa divisão. Situando o debate disciplinar em torno da autoetnografia e da “autenticidade” *versus* “objetividade” em ser ume antropologue “de dentro” ou “de fora”, e baseando-se em sua própria trajetória de pesquisa entre pesquisar aspectos da própria comunidade e pesquisar em um contexto estrangeiro, Motzafi-Haller produz tensões muito produtivas.

Ela desfaz a estabilidade e univocidade desses lugares para explorar como as posições sociais e os efeitos que têm na condução da investigação são marcadas por processos intersubjetivos de atribuição de sentido a tais posições; algo portanto que se dá em relações e pode ser refutado, repetido, transformado ao longo do tempo, conforme os contextos de pesquisa e de modo que muitas vezes não pode ser controlado por pesquisadore – no máximo, negociado. Tal potencial de mudança de posição tem efeitos na própria apreensão de si feita pela pesquisadora, abrangendo portanto uma pluralidade de pontos de vista e de identidade. Essas reflexões não se dão afastadas de uma perspectiva crítica: Motzafi-Haller enfatiza como a perturbação de binarismos disciplinares e a atenção à trajetória pessoal permitiram articular agenda de pesquisa a agenda política, bem como trazer dinâmicas vividas em comunidades marginalizadas para atentar a determinados aspectos de campo em detrimento de outros, escolher determinadas vias teóricas e não outras, encontrar aberturas em limitações específicas à condução de pesquisa e não outras.

É essa atenção à autoetnografia em sua dimensão de método, e ao modo como ilumina articulações entre dinâmicas sociopolíticas, trajetória pessoal e profissional, reconfigurações de senso de si e produção de conhecimento que gostaria de sublinhar. A escrita da biografia de Fernanda também se tornou um processo de outras inscrições.

### **Entre escutar e escrever**

Minha primeira ida a campo em março de 2016 é bastante ilustrativa do modo como a relação entre mim e Fernanda se deu inicialmente. Eu já havia sido apresentade a ela por Silvana como colaboradore no projeto de escrita do livro em São Paulo, em janeiro do mesmo ano em um evento da prefeitura da cidade sobre o dia da visibilidade trans; contudo, não creio que aquela breve interação tenha sido significativa a ela. Em comparação, penso que o contato mais prolongado e intenso em sua casa dois meses depois, inaugurando nossa colaboração, produziu um lugar mais preciso para mim em sua organização simbólica do projeto de escrita do livro.

Muito provavelmente em virtude de ansiedade despertada por me envolver em um projeto dessa magnitude, minha primeira experiência de campo foi marcada por algo que nunca havia vivido antes: perdi o voo que saía de São Paulo de madrugada e chegava em João Pessoa no fim da manhã. Desesperade, assim que acordei comecei a alternar entre ligar para Fernanda, que iria me

buscar no aeroporto, para avisá-la e me desculpar, e rumar para o aeroporto em busca de uma passagem de ida o mais cedo possível. Depois de considerável correria, logrei remarcar a viagem para o mesmo dia, com chegada na capital paraibana à noite; Silvana chegou no dia seguinte.

As horas que se seguiram foram conturbadas: Fernanda me buscou no aeroporto e apenas me deixou em sua casa – tinha plantão durante a madrugada em um dos hospitais em que trabalhava. Na manhã do dia seguinte tivemos poucas horas de conversa entre nós, entre café da manhã, ida ao mercado e preparo do almoço; apareceram lideranças da militâncias LGBTQIA+ local e instalaram uma reunião improvisada que durou horas; depois amigos do bairro e da escola de samba Unidos do Roger surgiram e lá ficaram até tarde da noite, comendo churrasco e bebendo cerveja. Apenas ao longo do dia seguinte eu e Silvana conseguimos entrevistá-la de forma mais longa e privada, e conferir documentos de sua trajetória pessoal e política; até então, comentários feitos sobre a própria história de vida haviam se dado diante de um pequeno público.

A irresponsabilidade que devo ter emanado com a perda de algo tão sério e custoso como um vôo, em conjunção a meus evidentes nervosismo e medo de vexá-la e uma aparência muito mais jovem do que o esperado para minha idade certamente marcaram a primeira leitura que fez de mim. Ao me buscar no aeroporto, levar-me a sua casa e estabelecer as primeiras partilhas sobre sua história de vida ao longo de 3 dias, tornou-se evidente minha alocação em um lugar de recepção de saber, e o dela de transmissão de dito saber. Isso se intensificou em termos de qualificação regional: embora dissesse a ela que era paraense, talvez as implicações de residir então há quase 10 anos em São Paulo no sotaque e na vestimenta e minha vinculação à USP tenham demarcado muito mais fortemente meu pertencimento à capital paulista.

Sendo assim, nesta primeira estadia foi recorrente Fernanda se referir a mim como jovem sudestine que precisava de algum tipo de proteção – como sua companhia experiente para circular pela cidade que poderia trazer perigo: “eu conheço os caminhos, ninguém me enrola aqui” – e de ensinamento: “tu é muito bebê, não sabe das coisas”. Seja em virtude da percepção de minha idade, de minha apreensão como “estudante da USP trabalhando para a professora Silvana para ajudar no livro” – como ela me apresentou para amigos e colegas de militância –, e do meu enquadramento como “paulista que não conhece o nordeste”, o trabalho de coleta da narração de sua história de vida assumiu inicialmente uma dinâmica pedagógica. Como destaca Leda Maria Martins (1997), modos específicos de vinculação da pessoa ouvinte ao ato de fala e os vocativos usados configuram a dinâmica narratória de modo a constituir a oralitura em roupagem particular.

Tal dinâmica se acentuou em virtude de minhas inquietação e insegurança ao realizar, pela primeira vez, pesquisa de campo não só em um estado desconhecido mas também em interlocução direta com uma figura tão carismática, popular e confiante, de trajetória tão extraordinária. Eu tinha

desejado estabelecer uma relação mais horizontal, de (quem sabe) conexão e identificação pela proximidade regional; mas como Silvana Nascimento explora com acuidade (2019a), a materialidade dos corpos (gestos, movimentos, sons, formas e cores) de antropólogos e das trajetórias que encapsulam e comunicam não tem significação unívoca – passa por observações e classificações próprias em campo que engendram lugares de sujeito por vezes inesperados e estrangeiros aos que são neles alocados. A verdade é que muito rapidamente o lugar de aprendiz coube em mim e eu o aceitei.

Da mesma forma, a ela serviu o lugar de autoridade experiente: nas incipientes trocas que realizamos de modo a alinhar seu projeto para o livro e os objetivos que pretendia com ele, forma e conteúdo convergem e potencializam o efeito produzido. A impostação vocal firme e expandida junto à postura altiva entoavam seu desejo de informar, através do relato de si, gerações mais jovens sobre as violências e vulnerabilidades a que travestis foram submetidas no passado – uma trajetória que, sublinhou em contraste e crítica às autobiografias de Thammy Miranda e João W. Nery, não podia ser pensada de modo individualista e em dissociação tanto de um contexto sócio-histórico brutal quanto da emergência e fortalecimento do transativismo. Afinal, Fernanda, nascida em 1962, viveu grande parte de sua transição e assunção pública da identidade feminina nos anos 80, em meio à ditadura militar ainda em vigor; ademais foi fundadora, em 2002, da primeira associação de travestis e transexuais do estado (a ASTRAPA, hoje ASTTTRANS), e logo em seguida se engajou por anos na militância trans nacional – seja ocupando cargos de liderança na Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, seja sendo indicada pela associação como sua representante em assentos de conselhos participativos.

Essa articulação entre enfrentamento de condições particularmente precárias e participação direta na emergência e desenvolvimento do ativismo trans em diferentes escalas, somada à dinâmica de ensinamento, se expressava na prática narrativa de modos muito peculiares. Em um primeiro momento, nessa ida inaugural a João Pessoa, preponderam observações gerais, contundentes, sobre a história do movimento LGBTQIA+ na Paraíba, a jornada de sua participação na política partidária local e as tensões internas: entre membros de cada letra, entre a militância e trabalhadoras do sexo, entre militantes atives e principalmente mulheres transexuais que alcançam a passabilidade e abandonam o ativismo. Mesmo ao se afastar de uma prática explicativa de processos sócio-históricos e falar sobre si mais detidamente, há costura entre dinâmicas macropolíticas e sua trajetória pessoal, e um misto de ralhó, partilha de anedota e ensinamento no ato de dizer:

Ela me disse que nós (“vocês” – pessoas LGBT mais jovens) reclamamos e dizemos que as coisas estão difíceis, mas vivemos em um momento MUITO (ênfase no tom de voz) melhor do que há algumas décadas. Tudo, em termos de relação entre pessoas



consideradas do mesmo gênero, era proibido e passível de punição em espaços públicos; no entanto, ressalva, a clandestinidade também tinha seus benefícios. Oprimia, mas tornava tudo mais interessante: escondida, quando adolescente, ela teve casos e “tocou o terror” em Remígio, sua cidade natal. Muitos rapazes com quem se relacionou tinham namoradas; muitos não tinham coragem de assumir o desejo que sentiam por ela e a agrediam – tudo porque queriam encontrar alguma forma de tocá-la, destaca com segurança. (caderno de campo – 5 de março de 2016)

Entre análises mais amplas, Fernanda comentou brevemente: sobre experiências de fuga de casa ainda adolescente para se juntar a uma trupe de circo itinerante, sobre os altos e baixos de seus dois relacionamentos longos com homens, cheios de intriga e traição; e sobre sua carreira como auxiliar de enfermagem em hospitais, em especial sua dedicação à assistência em partos e a fama que ganhou entre pacientes – que demandavam ser atendidas por ela e levavam filhos que ela havia ajudado a trazer ao mundo para conhecê-la. Assim como vimos em “Liberdade ainda que profana” de Ruddy Pinho no capítulo 2, a narrativa aqui parece ter o objetivo de gerar choque e envolver com uma aura sensacional os eventos narrados. Acompanhando-os, a atuação de Fernanda é descrita como impetuosa, segura, sem muita atenção a processos subjetivos. Ela descreve ações realizadas por ela e por outros, e muito poucos estados emocionais.

Há saliência, assim, de um caráter de pessoa pública de trajetória extraordinária, e de acontecimentos que embora significativos não são descritos como provocadores de efeitos em sua configuração emocional e psíquica. Ela parece estar preparada para eles, saber como agir sem hesitação. Ao contar suas histórias, o destaque atribuído a uma pessoa biografada cuja trajetória se desenha por feitos realizados e não confissões de estados internos sugeria o desejo de construção de uma *persona* (Bispo, 2015) digna de renome em virtude da excepcionalidade de suas ações e dos papéis que cumpre.

Isso me surpreendeu: esperava um relato íntimo sobre o seu mundo subjetivo – o que indicava minha expectativa do falar de si alimentada por minhas experiências de leitura de auto/biografias trans (nesse momento de desenho do projeto de pesquisa de doutorado, havia feito um mergulho preliminar em obras brasileiras e estadunidenses) e pensada quase que em isolamento, sem considerar o público planejado para ouvi-la e lê-la, as facetas de personitude que se deseja revelar ao público e a noção de pessoa que subjaz a enunciação. Oscar Calavia (2006), em breve análise das discrepâncias do desenvolvimento do gênero autobiográfico indígena no Brasil e nos Estados Unidos, já havia nos convidado a rever os moldes e os sujeitos da literatura autobiográfica. A convenção de padrões auto/biográficos produz expectativas de narração, forma e desenho de si que dificultam perceber, em modalidades alternativas, algo além de sua ausência. Naquele

momento, não pensei em outras técnicas de expressão, em estratégias de arrebanhar público leitor, em um “eu” que se dava em outros formatos. Pensei no que ela não me dizia.

O que me leva a outra fricção em termos de expectativas de narrativa de si. No gênero auto/biográfico trans há certa recorrência de caminho narrativo: um senso de si generificado na infância; dúvida e incerteza sobre a possibilidade de materialização desse senso; descoberta de termos como transexualidade, travestilidade e transgeneridade e de outras pessoas trans; encanto com a realização de procedimentos de alteração corporal; e finalmente a sensação de personitude completa com a materialização na fisicalidade de uma imagem de si reconhecível por outres. De modo um pouco irrefletido tentei seguir tal caminho. Fazia perguntas a Fernanda em referência a esses aspectos de sua história e encontrava respostas curtas e ao mesmo tempo gerais, seguidas de mudança de assunto e relatos mais longos sobre outros temas que pareciam ocupar sua vida, apresentados sem qualquer ordenação cronológica: a descoberta do prazer na adolescência; os concursos de beleza e o envolvimento com o carnaval na vida adulta; o engajamento na militância trans e na política partidária; o trabalho nos hospitais; os amores de sua vida; e a maternidade.

Parecia que conforme cada etapa geracional que me relatava, uma série de eventos em diferentes dimensões da vida se impunham ao mesmo tempo – e a dinâmica processual, causal, tinha pouca ou nenhuma relevância. Isso me desconcertava; afinal, não estávamos escrevendo a biografia de uma travesti? Não deveríamos falar da trajetória de busca, encontro com e concretização da travestilidade?

\*\*\*

De volta a São Paulo e em uma tentativa inicial de escrita com Silvana, as primeiras dificuldades se apresentaram. Como contar uma história de vida trans e seguir o roteiro do gênero que eu havia aprendido se o que havia sido comunicado por Fernanda não cabia nos moldes convencionais? Como lidar com uma história muito pouco centrada em seu universo subjetivo (e sim em imagens públicas e ações) ou seu trânsito de gênero?

Neste primeiro momento, fui confrontada com o efeito homogeneizador que a repetição de certos tropos narrativos havia provocado em mim. Tal contato exploratório, feito principalmente a partir de obras que haviam tido sucesso de vendas, escritas por autôries com algum sucesso material e pessoal e que haviam atingido níveis de conformidade de gênero no que toca a formas corporais, expressão de si e papéis sociais, produziu em mim uma percepção de inescapabilidade e definitividade de trajetória e do modo de contá-la.

Vipond (2018) alerta quanto à formação de uma narrativa transnormativa, termo usado para se referir à delineação de “uma narrativa singular ou fechada do que significa ser trans e do que significa transicionar de um gênero a outro” (ibid.: 3). Embora seu tratamento de tropos temáticos

recorrentes visando inteligibilidade como uniformizadora de sentidos de si possa ser desafiado (como fiz no capítulo 1), seu argumento geral é um chamamento importante à atenção: a repetição de imagens e estruturas narrativas visando a compreensão e reconhecimento leitôries cis produz uma configuração de história de vida única, achatando processos, apagando nuances e impedindo a proliferação de outros modos de constituição de existência generificada (ibid.: 4). O efeito regulatório se institui: esse é o modo de registro auto/biográfico trans.

Evidenciar e questionar a imperatividade de dita configuração e a uniformização discursiva apenas foi possível quando, conversando com Silvana e após uma segunda ida dela a João Pessoa em 2016 com uma lista de perguntas pessoais a serem feitas a Fernanda<sup>189</sup>, notamos que não se tratava de não ter informações pessoais sobre ela que precisavam ser coletadas; tratava-se de temas sobre os quais ela não desejava falar. Isso, em parte, se dava em virtude da relação de interlocução que estabeleceu comigo (e, em leve diferença, com Silvana), e que projetava para um possível público leitor: o livro que planejava não tinha o intuito de pedir compreensão e reconhecimento a partir da mobilização de convenções familiares a um público cis. Tinha o intuito de ensinar pessoas cis e trans sobre a história de um movimento político em geral, e de uma líder política em particular.

A operação de poder na troca comunicacional é outra; assim como Povinelli analisou acerca da reação branca à produção do coletivo de cinema Karrabing (2019) e que tratei no capítulo 3, a demanda colonizadora não envolve apenas bens materiais, mas também conhecimento e o modo de comunicá-lo: ela o reivindica, em termos palatáveis e familiares hegemonicamente, como forma de julgar e conceder (ou não) valor a grupos de sujeitos e direito à vida no enquadramento social colonial. Fernanda, assim como o coletivo, recusa a dinâmica dada de fluxo da dádiva – o conhecimento não é uma prestação concedida visando a contraprestação “entendimento”, “tolerância”, “inclusão”. É uma operação que aloca o público leitor (cis e trans) em um lugar de ausência (quem detém conhecimento versus quem não o possui; pessoas neófitas versus pessoas experientes), e demanda um investimento perceptivo e político de atenção.

Mas também se dava como instituição de outro modo de contar uma história de vida trans que rejeitava o cânone em termos temáticos e de estruturação temporal a partir dos silêncios, das evasivas e das observações abrangentes. Não, ela não iria contar uma história linear e progressiva centrada em desconforto subjetivo, descoberta de possibilidades, reconfiguração física e completude. Ela queria falar sobre ser mãe, ser técnica em enfermagem, ser esposa – os “zilhões de pedaços-/gotas a se encontrar/em novos lugares/pelo corpo-água” descritos por Salu (2019: 54):

<sup>189</sup> Uma lista com itens como “fale mais sobre a relação com irmãos na infância e adolescência”, “Quais são as amigas que marcaram conforme a transição ocorreu?” e “Como começou o processo de modificação corporal e como e quando começou a se identificar como travesti?”

pulverizar sua presença em diferentes dimensões da socialidade. E isso não a destituía de seu caráter de autobiografia trans.

O convite que ela fez a mim e a Silvana foi a de redimensionar o que se entende por auto/biografia trans, desfazendo a pretensão de que fosse constituída necessariamente por um processo de contemplação individual de gênero e fisicalidade. De modo similar, porém mais sutil que Luísa Marilac (como tratei no capítulo 3), Fernanda redirecionou expectativas do que ouvir fundadas no cânone literário reconfigurando o olhar sobre sua vida. E se nos centrássemos menos em elementos que individualizam e substancializam a identidade de gênero, e centralizam o processo de subjetivação em uma jornada de entendimento, aceitação e adequação a padrões hegemônicos de masculinidade e feminilidade? E se o enfoque fosse direcionado para os mecanismos organizadores de tais padrões hegemônicos, para o modo como atuam instituindo espaços e papéis vetados a quem os desobedece e para as operações de reconfiguração de tais espaços e papéis que desobedientes como ela impõem? E se o texto fosse sobre o modo como ela, “com minhas uns/zilhões de gotas, aos/poucos [ia] moldando/a rocha” (ibidem)?

Essa perturbação também ocorre quando consideramos a estruturação temporal do relato, que não obedece a um caminho linear e progressivo referente a um tema – a saber, o processo de transição. A profusão de eventos em diferentes dimensões da vida concentradas em excertos temporais específicos se dava como se fossem pequenas células de ação e relação ocorrendo ao mesmo tempo – uma gestão do presente em que as durações contingentes de ocorrências seguidas eram privilegiadas na narração, tal como vimos no capítulo 2. Há um certo “agora” no modo como conta ocorrências em sua vida como células desconectadas, autossuficientes de acontecimentos sem preocupação com encadeamento cumulativo.

Fernanda não lembrava a ordem de eventos (por exemplo, primeiro adotou seu filho ou primeiro fundou uma de suas escolas de samba?) e nem a data específica de sua realização (quando veio para João Pessoa? Em 1979, 1980, 1981, 1982?). Enquanto a ouvia, a sensação de desorientação era recorrente; não conseguia organizar os eventos em uma linha do tempo. Fernanda começou a se exasperar quando perguntava tais dados de novo e de novo – me dizia “já te falei que sou ruim de data. O que importa é que aconteceu.” Quando me queixei com Silvana que a ausência de tais informações estava prejudicando a escrita, ela questionou: “por que é importante pra você e pro livro se não é importante pra ela, que é a biografada? Vamos encontrar outro jeito de organizar a narrativa.”

Sua instigação acabou levando à estruturação do livro não estritamente em termos cronológicos, mas temáticos – cada capítulo trata de questões específicas de sua vida, ainda que estas possam ser segmentadas de modo temporal. Então se o livro é iniciado com dados sobre sua

infância, a adolescência e vida adulta são capilarizadas em diferentes áreas de ação e relação social, como por exemplo o envolvimento com o carnaval, o ativismo, a maternidade e a carreira como auxiliar de enfermagem.

Mas além de uma resposta prática à feitura do livro, Silvana me levou a questionar outra convenção narrativa: a temporalidade cisheteronormativa que conduz tantas obras autobiográficas, que organiza eventos e etapas de vida como encadeamentos causais, um de cada vez, de modo unidirecional (Boelstorff, 2007). Por que co-incidência, capilaridade ou reticularidade da experiencição do tempo seriam tão inimagináveis? Por que a desorientação é necessariamente um problema e não uma forma produtiva de desvio e desafio da forma de organização de alinhamento estável de nosso campo de atenção tal qual instituída pelo dispositivo fenomenológico de estreitamento que é a heteronorma (Ahmed, 2006)? Como espero ter tornado evidente, reflexões sobre temporalidade, narrativa e epistemologias trans se tornaram a partir de então centrais a minha investigação.

Não pretendo repetir o que tratei ao longo dos capítulos anteriores. Contudo, é importante mencionar que esse momento de inauguração da escrita autobiográfica foi o primeiro a evidenciar a cisheteronormatividade do meu olhar – seja na redução da narrativa autobiográfica trans a transição de gênero, seja na pressuposição de uma temporalidade única, linear, no ato de narrar. Ambas envolviam meu desejo de saber que totalizava a existência generificada trans e sua rentabilidade analítica a um padrão estabelecido de formação identitária. A recusa de Fernanda em responder minhas perguntas e em adequar a entoação de sua história aos moldes esperados foi um dedo apontado à minha perspectiva e às lentes que usava para ler o mundo.

\*\*\*

Minha segunda ida a campo, em junho de 2017, foi mais longa: durou 4 dias. Creio que chegar à casa de Fernanda com um primeiro rascunho impresso muito preliminar do livro em mãos – portanto, a evidência material de trabalho realizado – pode ter mostrado a ela que eu era mais responsável do que a primeira impressão no ano anterior. Da mesma forma, minha ansiedade em fazê-la notar o progresso da escrita me levou, após os cumprimentos iniciais – e aproveitando que ela estava sozinha, em um fim de manhã de um dia sem compromissos profissionais – a sentar à mesa de sua cozinha e empurrar os papéis em sua direção, em um muito pouco sutil pedido para que os lesse imediatamente.

Ao longo do período em que estive em João Pessoa, novamente hospedada em sua casa, tivemos muito mais momentos apenas entre nós do que na ida anterior. Com exceção do último dia de minha estadia, em que ela me levou a espaços de militância e um dos hospitais em que trabalha

onde pude entrevistar colegas do campo profissional e companheiros de ativismo, a sua folga e uma peculiar ausência de amigos nos rendeu muitas horas de conversa. Acredito que a mudança da leitura que fazia de mim, o tempo de nossa interação e essas circunstâncias que a configuraram também permitiram um rearranjo de tom na narração de temas que já haviam se apresentado no primeiro campo, e o surgimento de novas pautas na reconstituição de sua vida.

A referência aos anos de ditadura, marcados por violência, incerteza e arbitrariedade, e à emergência, nesse contexto precário, de uma rede de sociabilidade de pessoas transfemininas ainda se faz presente. Contudo, a perspectiva assumida sobre esse objeto de atenção é outra:

Quando eu cheguei aqui em João Pessoa, na verdade só tinha uma, que é uma das mais velhas que tá viva hoje, que é Nina, e... tinha uma outra que já tinha ido pra Rio e São Paulo. Eram as únicas que eu cheguei a conhecer. Quer dizer; Nina já chegou aqui **depois** de mim, mas quando ela chegou aqui ela já chegou toda transformada, não tinha seios grandes mas já vestia roupas femininas. Então a primeira depois de mim que eu vi foi a Nina. Pra trás de mim, depois que eu cheguei, assim, eu não lembro de nenhuma outra travesti, não. Era muito difícil também da gente ver esse povo na rua. Então se tinha era muito escondido e não era ali do círculo do centro onde a gente se encontrava. Mas as figuras que eu lembro foi Nina e essa outra. As outras tavam em processo, tinha jeito feminino mas não tinha seio, não tinha isso e aquilo outro, tavam tomando [hormônio]. **Eu** era a que **mais** já vinha com mais jeito, já tinha cabelo grande, e aí os hormônios, eu fui só tomando, pra ir cada vez mais ganhando a forma que eu desejava. Mas eu não tive muita referência, não. (...)

Eu cheguei aqui em... final de 79, comezinho de 80. 81? 82? (...) era o final da ditadura, ainda tinha muita repressão. Eu tinha muito medo da polícia. Que a polícia botava a gente pra correr, prendia a gente sem a gente estar fazendo nada, só pra dar manchete no outro dia nas rádios. (...) não tinha travesti assim. Porque eu digo: **eu** sou uma das **primeiras** a assumir, a andar de dia e de noite, fazer com que as pessoas entendessem que eu podia andar, mesmo levando carreira, pedrada. (...) não poder andar de ônibus, ser expulsa de ônibus, não poder entrar em todos os lugares. Por exemplo, universidade: eu nunca entrei na porta de uma universidade. Cinema raramente eu podia ir. Numa igreja, raramente eu podia entrar. Em uma festa, sempre ia e ficava nas ribanceiras, escondida, porque naquele meio daquela multidão eu tinha medo de entrar. Com medo de... ser morta ali naquele meio porque eu não sabia qual era a reação, que era uma época ainda muito, muito preconceituosa. Eu fui muito desafortada de confrontar tudo isso. Mesmo com medo; porque se eu disser que eu não tinha medo eu vou mentir. Eu tinha medo, mas eu **tinha** que ter essa coragem de ir aos lugares. (Entrevista – 30 de maio de 2017)

Como é possível notar, suas experiências individuais e seu lugar em meio à resistência ao regime e à formação de uma comunidade travesti ganham espaço. Mas não só: esse lugar é de

ineditismo, precursão e protagonismo. No que tange à segunda dimensão, sugere ser a primeira pessoa a assumir identidade e expressão de gênero mais patente e inteiramente femininas entre o grupo com quem circulava. Mesmo as que vieram após períodos no sudeste e traziam novidades sobre aplicação de silicone industrial, por exemplo, o fizeram depois dela. Da mesma forma, ela se apresenta como a pessoa que inaugurou a resistência a normas tácitas de segregação então impostas a pessoas trans: apenas circular à noite e entre espaços limitados. Pensando nos já citados elementos de análise da oralitura, de acordo com Leda Maria Martins, a dimensão de primeiridade e destaque se evidencia na reiteração de expressões que cadenciam a fala e provocam o efeito de realização do cenário descrito, como “para trás de mim não lembro de nenhuma”, “**eu** era a que **mais** vinha com jeito”, “**eu** sou uma das **primeiras** a assumir” (ênfase dela, marcado por um leve aumento do tom de voz ao dizer), “não tinha travesti assim.”

Mas um novo elemento se apresenta: a gramática emocional, com atenção especial ao medo. A diversidade de causas de seu desencadeamento, assim como as expressões citadas, delineiam mais vividamente a inscrição da história no presente. Um deles se refere à reação institucional e de pessoas cis conhecidas diante de acusações de práticas violentas que a vitimaram. Fernanda narrou ter sido atingida por uma série de tentativas de agressão física e estupro durante o início da vida adulta em espaços públicos de João Pessoa; no entanto, a que mais se destacou foi uma forma de assédio sexual que se deu em seu espaço de trabalho à mesma época, quando ganhava a vida como empregada doméstica:

fui obrigada a ficar com ele com medo, pela repressão e porque ele disse “se você contar à minha mulher você morre”. Foi uma relação de violência, que eu cedi com medo de ser violentada, de ser assassinada. Porque se naquela época mesmo que eu não tivesse feito, ele tivesse ameaçado e eu fosse contar pra patroa, quem não prestava era **eu**. Quem não prestava era **eu**, porque sempre quem não presta é a empregada da casa. A empregada é quem dá em cima, é quem canta o patrão, é quem seduz, é quem provoca, e eles são sempre os certinhos, então eu fiquei entre a cruz e a espada. Se eu, se eu não cedesse e eu contasse, a própria patroa poderia dizer que eu tava inventando uma situação. Não sei, eu tinha medo dessa violência. Então por medo dessa violência eu cedi. E aí eu vivi nessa casa que eu também não tinha pra onde ir, uns 3 a 4 anos sob essa pressão. De ter que de vez em quando... quando eu tava de folga, eu nem ficava na casa. Eu ia pra casa da minha amiga porque eu sabia que essa figura ia me assediar na hora que a mulher e os filhos saíssem de casa. Então, é, essa foi uma das... das violências domésticas que eu passei enquanto empregada doméstica. Era uma época que a gente não tinha com quem conversar. Contar pra quem? E contar com que segurança? De chegar a ouvido e depois você ser morta, a gente via tanta coisa... eu tinha  **muito medo**. Eu tinha medo de ser presa, de dizerem que era falso [a denúncia], porque tudo eles podiam reverter. Como eu era  **muito** jovem, sem experiência  **nenhuma**, não tinha



conhecimento **nenhum** de lei nem de nada, e tinha medo da polícia porque qualquer coisa prendiam a gente. (Entrevista – 01 de junho de 2017)

O medo de agressão e de ausência de suporte também se manifesta em uma série de dimensões da vida, como ao começar a frequentar escolas de samba nos anos 1980, e ao iniciar a carreira de técnica e depois auxiliar de enfermagem em hospitais:

A gente ia nos ensaios da escola de samba, eu e mais alguns gays, a gente nunca chegava no local do ensaio, ali no meio. A gente ficava sempre no final da rua, e participando da escola, mas a gente tinha medo de entrar e ser violentada, ser apedrejada, apanhar, baterem na gente.” (Entrevista, 30 de maio de 2017)

“[falando sobre o início da carreira na Maternidade Cândida Vargas] eu já era travesti, assim... não tinha nem como disfarçar. Então foi também uma época que eu sofri no começo muito preconceito lá. Sofri muito preconceito, porque as pessoas diziam assim: ‘o diretor não vai contratar travesti pra trabalhar aqui. Viado afeminado’, tudo isso eu escutava calada. Escutava calada. Aí, eu profissionalmente me destaquei, e as pessoas começaram a gostar de mim, e eu comecei a tirar plantões dos colegas que trabalhavam, que me pagavam pra tirar plantão fora do meu horário. Quando terminou estágio eu fiquei tirando plantão dos outros até ser contratada. E aí tinha um rapaz que eu tirava os plantões dele. E aí eu ia falar com o diretor pra me contratar. E aí a pessoa chegou e disse que o diretor jamais ia contratar viado e travesti. Eu me tranquei dentro de uma enfermaria, não tinha ninguém, e chorei umas duas ou três horas. Sem parar. Era como se o que ele tivesse dizendo fosse verdade e que eu não tinha a mínima chance. Quando eu fui falar com o diretor, ele disse “fale comigo amanhã às cinco e meia da manhã.” Confesso que eu já fui pensando que era mais um assédio, fiquei com medo. Pra quem já foi tão assediada, e com tanta promessa, eu pensei que fosse mais um assédio... mas era só porque ele já tava no hospital há muitas horas. No dia seguinte me atendeu normal e me deu o emprego.” (Entrevista, 01 de junho de 2017)

O medo se organiza de modo muito peculiar: em parte, é gerado por um padrão estabelecido de tratamento de pessoas trans: violência verbal e física, veto à circulação, descaso institucional, quando não projetos abertamente discriminatórios de órgãos do poder público, como a polícia. Mas parte desse medo se dá porque, como salienta Fernanda, ela se envolve em empreitadas nunca antes vivenciadas por travestis – portanto aqui se insere também o aspecto do desconhecido, da ausência de parâmetros para calcular os riscos. A primeiridade é instituída por Fernanda como um lugar de prestígio, de destaque; mas também é eivada de incerteza e de responsabilidade: o que vai acontecer com a primeira travesti que ousa circular consistentemente de dia pelo centro da cidade? Que ousa fundar uma escola de samba? Que ousa trabalhar em hospitais exercendo assistência à enfermagem?

Narrar o próprio protagonismo e papel inaugural não se dá sem narrar também a vulnerabilidade diante da carência de referências que poderiam indicar modos de agir, possíveis

obstáculos a encontrar, resultados previsíveis. A fala de Fernanda perde o tom grandiloquente e professoral, que imagina e tem um público considerável escutando; perde a leveza. Sua voz fica mais baixa, as pausas mais longas. A modulação, cadência e conteúdo do dizer perturbam a convicção que em 2016 se salientava.

Ao mesmo tempo, a mirada microscópica que Fernanda dirigiu à própria trajetória e aos eventos enfrentados engendrava um caráter compacto, imperturbável de sua personitude em oposição à incerteza das possibilidades de futuro. Nas diversas dimensões de vida que foram se desenhando – sua feminilidade, a atuação como técnica e auxiliar de enfermagem, o papel de carnavalesca, a maternidade, a militância – o germe de seu pertencimento subjetivo a essas categorias já estava presente. Ela não demonstrava dúvidas de que era feminina, de que tinha vocação para o cuidado e a saúde, de que o amor pelo carnaval e o exercício da parentalidade não foram descobertos mas sim eram parte de si. Em virtude disso, seu modo de narrar o desenrolar desses campos de existência não é a partir de uma reflexividade atenta a experiências que a constituem como sujeito – em termos de Joan Scott (1998); é a partir da tomada de uma série de ações que demandem o reconhecimento social de seu pertencimento a essas posições de sujeito.

Isso é relevante em termos de narrativa de si porque permite uma comparação com a primeira geração auto/biográfica, tratada no capítulo 1. Lá, examinei como a ausência de referências sobre transexualidade, travestilidade e transgeneridade produziram diferentes escalas de possível entre autôries. Se Mario Martino em “Emergence” e João W. Nery em “Erro de pessoa” efetivamente se entendiam como homens e imaginavam que havia algo errado na sua configuração corporal, Christine Jorgensen em “Christine Jorgensen” elucubrava quanto à probabilidade de algum desequilíbrio hormonal. A descoberta da categoria “transexualidade” como condição de saúde remediável que poderia atuar em seus corpos e transformá-los em homens e mulheres inteiros é narrada como evento de transformação do futuro, mas também da dinâmica epistêmica que organiza sonho e fantasia de um lado, e realidade de outro. No entanto, todes de algum modo narram detectar um senso de si e uma configuração emocional permanentes que lhes davam a percepção de pertencimento ao senso afirmado.

Fernanda narra repetidamente se ver diante de um futuro confuso e amedrontador. Não em referência à aparente impossibilidade de se tornar homem ou mulher, como nas primeiras obras – mas à aparente impossibilidade de ocupar com segurança e reconhecimento de sua humanidade, sendo travesti, espaços, cargos e papéis reservados à cisgeneridade. Adicionalmente, Fernanda também tem dito futuro reconfigurado, mas isso não se dá em virtude do encontro com uma categoria através de profissionais e literatura médicos ou de biografias de outras pessoas trans, nem com a reorganização das formas corporais que ela apresenta como realizável. Isso se dá em

diferentes momentos de sua trajetória em virtude de sua própria atuação: se torna cada vez mais possível que travestis caminhem por áreas centrais de João Pessoa durante o dia em virtude de seu ato reiterado em fazê-lo; que travestis ocupem cargos no sistema de saúde porque ela cotidianamente, nos hospitais em que se insere, demonstra que a identidade de gênero não é incompatível com o exercício da profissão; que uma travesti seja liderança no carnaval independente da cidade porque ela funda a própria escola de samba; que travestis concorram a cargos legislativos no município e no estado porque ela se filia ao Partido dos Trabalhadores e lança a própria candidatura.

Ademais, a constituição da personitude através da articulação entre substância interna e materialidade externa também se dá em outros moldes. O senso de si generificado apresentado como imutável de primeiros autores e autoras se apoiava em uma configuração emocional (especialmente amor e desejo por pessoas de gênero oposto; nojo e vergonha de serem associadas à homossexualidade) também imutável que os impelia a buscar uma solução à discrepância entre estas e formas corporais. O encontro afetivo e as técnicas médicas que alteraram sua fisicalidade conjuntamente levaram à personitude completa. Na narrativa de Fernanda, porém, essas substâncias definidoras se referem a gênero apenas lateralmente: ela se sabia feminina, não se trata de algo tornado imaginável por um termo. Ademais, sabia-se potencialmente política, mãe, carnavalesca, funcionária do setor de saúde; obstáculos não eram apresentados pela legibilidade ou não de outres em relação a ela como tal, mas da possibilidade material de ela ocupar tais posições sem risco de vivenciar discriminações, ofensas, agressões e ameaças à própria vida. Sua personitude, pelo desenho narrativo de Fernanda, é apresentada como completa; seu medo é de que ela não consiga se estender socialmente e habitar, em sua abrangência, o espaço.

Marcadores de classe e raça aqui são incontornáveis. Todes es escritores da primeira geração eram brancos, e pertenciam majoritariamente às classes média e alta. A exceção era Anderson Herzer, autor de “A queda para o alto”: parentes que participaram de sua criação até a adolescência são descritos como experimentando vulnerabilidade socioeconômica, e após ser entregue por eles à antiga FEBEM, não teve nenhum suporte material. As fugas da instituição o levavam a viver na rua. Adicionalmente, sua afirmação da própria identidade de gênero encontrava humilhações e violência física (cometidas por funcionários da Fundação). Trata-se de um padrão de resistência a sua identidade que não tem lugar ou é sequer cogitado nas outras obras, a não ser em situações pontuais. O pertencimento de classe lhes franqueia acesso a espaços que não são permitidos a pessoas de camadas baixas: Renée Richards não viu recusado seu direito de exercício da medicina mesmo ao feminilizar a aparência; João W. Nery, antes da transição, foi repreendido no trabalho de docente universitário por conta de sua expressão masculina, mas nunca foi ameaçado

de demissão. Depois, ao transicionar, recebeu dinheiro do pai para comprar um carro e trabalhar de taxista. Ao longo da vida relata suporte financeiro dos pais e inserção em ocupações que eles arranjaram. Nenhum delus relata dificuldades em garantir o próprio sustento.

O atravessamento de raça qualifica e intensifica campos de possibilidades e limitações de futuro, e assim a regimes de imaginação de autôries. Como mencionei no capítulo 1, a brancura e a correspondência a padrões de beleza racialmente marcados são considerados aspectos centrais à recepção e às considerações positivas acerca de Christine Jorgensen e sua história na mídia (Meyerowitz, 2002; Stryker, 2008). Os espaços pelos quais narram circular – serviços de saúde, instituições de ensino superior, indústria de entretenimento – são tão massivamente brancos que a presença de pessoas racializadas é destacada por elus.

Fernanda, travesti negra de um município rural do interior da Paraíba, filha de agricultores que lutavam pela própria subsistência, desenha sua trajetória em outros termos. Não só ao longo de grande parte de sua adolescência e vida adulta não havia possibilidade de seus pais contribuírem monetariamente com a sua manutenção, como ao atingir algum tipo de estabilidade profissional ela se tornou quem mandava remessas de dinheiro e alimentos para elus. Isso fez com que dependesse de ocupações precarizadas e não regulamentadas, como o trabalho sexual e o doméstico, até conseguir, através de economia e com o auxílio de um namorado, realizar cursos de técnica e auxiliar em enfermagem e se inserir em hospitais.

Dessa forma, sua gestão do presente correspondia a uma feitura de futuro incerto que não tratava de tornar uma configuração subjetiva possível para si – e, de certo modo, para outres. Mesmo a fala mais dedicada para dentro, para medos e vulnerabilidades, se dava tendo em vista o modo como os contextos sociopolíticos em que se inseriu ao longo do tempo definem modelos de humanidade e subjetividade política (e, assim, papeis de humanes e sujeitos políticos) que não a abrangem. O dentro só faz sentido porque se refere a como subjetivamente custou ir forjando, para si, um lugar habitável em tais contextos recusando esses modelos.

\*\*\*

Escrever após essa segunda viagem, em termos práticos, apresentou facilidades: a coleta de informações e detalhes sobre sua vida fornecia mais densidade e nuance à história. Contudo, obstáculos se impunham: como lidar com o misto de autoridade e vulnerabilidade que se entranhava na constituição da imagem que Fernanda expressava? Como escrever sobre esse lugar de pessoa, sendo uma pessoa branca e de classe média, sem reduzi-lo a uma substancialização que essencializa marcadores de identidade de gênero, raça e classe? Como circunscrever posições de sujeito reconhecendo sua permeabilidade e intercambialidade, bem como o processo social de sua configuração marcada, sem torná-las signos individuais de sucesso e vitimização?

O processo de envolvimento com Fernanda já havia produzido assimetrias quando da primeira ida a campo. A sua apresentação como uma figura de proeminência em termos geracionais, regionais e de capital político costurava uma relação hierárquica entre nós em que meu lugar de sujeito se caracterizava não apenas pela escuta, mas pela recepção de aprendizado. Nesta vez, a partilha de experiências de sofrimento, fragilidade e insegurança não empreendeu uma horizontalização de nossas posições; apenas engendrou discrepâncias em outros termos. Recebi a confiança de alguém cuja trajetória envolvia desafios e violências que eu nunca havia facejado. A superioridade se instituiu a partir da resiliência em enfrentar e se desvencilhar de operações de desumanização e expulsão que eu entendia como insuportáveis, intransponíveis.

O perigo, concretizado no rascunho do livro, foi seu tom laudatório. O caráter extraordinário da primeiridade junto à vulnerabilidade que havia revelado para mim provocou, nos excertos que eu havia escrito, um misto de idolização e romantização. Silvana apontou o tom, e como isso produzia uma Fernanda isolada e inabalável por condicionantes sociais, desenhada em moldes edulcorados irreconhecíveis a quem estava familiarizada com sua dureza. Falo nas seções seguintes mais detidamente sobre essa mescla de heroísmo e vulnerabilidade inscrita na fala de Fernanda, bem como sobre a organização de sentido que subjaz essa imagem pública; aqui eu gostaria de tratar como a escrita me levou a lidar com a constituição de uma figura individual que se contrapunha a meus pressupostos acerca do auto/biográfico: de que, assim como assevera Suely Kofes, o “bio” que acompanha grafias se refere a vida, não a indivíduo; a pessoa como constituída e formadora de relacionamentos (2015). Como dar conta desse enfoque atribuído a entidade una, indissociável, como sentido e como valor (Dumont, 1985[1983]) que se inscreveu em mim a partir de nosso encontro e da relação entre nossas posições?

Não digo que isso foi resolvido na feitura do livro; certamente não foi. Comentários de colegas que leram as versões subsequentes, inclusive a final a ser enviada à editora, continuaram sublinhando seu caráter de tribunal de defesa, risco apresentado ao processo de biografar apresentado por Lilia Schwarcz (2013: 52). Devo dizer que caí em todas as poças que haviam sido sinalizadas pela antropóloga, ao apresentar seu envolvimento na escrita da história de vida de Lima Barreto (2017): me envolvi afetivamente com intensidade, torcendo, me comovendo, me sensibilizando, me indignando com Fernanda e o que dizia. Sobretudo, tratava-se de uma obsessão: “é inevitável nos percebermos invadidos pela história que queremos (apenas) contar” (ibid.: n.p.). Nesse sentido, não vi saída do mergulho que efetuei no encanto de Fernanda e do mito de sua personalidade; fracassei em constituir uma distância entre nós que me permitisse um olhar crítico, que a situasse no contexto de sua existência e questionasse a narrativa que costurava sobre si.

Contudo, creio que esse fracasso não seja inteiramente problemático – seguindo Halberstam (2020), me pergunto o que me perder em sua história, improvisar modos de lidar com ela e errar evidenciou.

A oralitura de Fernanda inscreveu em mim uma faceta de si que usualmente não era exposta. Nesse aspecto, entendo o estranhamento de quem conhecia sua persona pública, centrada no presente e na autoridade, e não tinha acesso à faceta expressa a mim. Mas, assim como tratei na abertura deste capítulo em relação ao poema de Diana Salu, a aparente contradição entre posturas, atenções ao tempo e configurações emocionais revela diferentes lados de uma mesma geometria da sobrevivência que exige, a partir do encontro, reconfigurações do existir nem sempre desejadas, nem sempre refletidas – mas que ocorrem mesmo assim. Transferir essas facetas para o papel e a escrita implica articulá-las, sem contudo reduzi-las a armadilhas narrativas e interpretativas da experiência enquanto categoria analítica.

Mencionei o termo brevemente na seção anterior, fazendo referência ao clássico texto de Joan Scott: “A invisibilidade da experiência” (1998). Neste artigo, ela questiona a tomada da experiência no enquadramento epistemológico de certas vertentes da produção de conhecimento em história como “prova incontestável e como ponto de explicação originário”, assumindo diferenças como dadas e assim as naturalizando. Scott nos convida a examinar criticamente os sistemas de significação, classificação e representação que constituem o entendimento da experiência e como esta, em sua configuração situada em processos históricos e sociais, constitui sujeitos. Contudo, denomino “armadilha” aqui a própria mobilização deste debate para o que Fernanda quer dizer ao contar a própria história.

A narrativa de sua vida se dá pressupondo certa estabilidade de sujeito diante da experiência que atravessa; em outras palavras, ela se entendia como pessoa pronta, sólida. Contudo, essa elaboração não ocorria a partir da reprodução de fixidez de categorias de atribuição de sentido e valor – e sim a partir do questionamento de tais categorias enquanto mecanismos hegemônicos de inteligibilidade e, principalmente, de estabelecimento de condições materiais de existência. Assim, por exemplo, ela se entendia como mãe e não havia dúvidas ou questionamentos quanto a isso. Mas essa apreensão de si não significava adesão ao sentido hegemônico de mãe; em verdade, significava justo o questionamento de padrões instituídos de maternidade em circulação ampla, que recusavam, dentre outras coisas, a possibilidade de esse papel ser ocupado por uma travesti.

Também não se trata de reprodução do senso de si enquanto fixo e ahistórico; seu caráter pronto não implica imutabilidade de sentido. Significa que determinadas potências de si apenas se realizam (ou não) conforme seu lugar social é cravado em meios nos quais sua habitação é considerada impossível. Tanto em existência quanto em oralitura, trata-se de rasurar o tecido da socialidade e da narração sobre dita socialidade e inscrever corpos e formas de entendê-los de novas

formas (Martins, 1997) – tornar-se mãe a partir do momento em que consegue adotar seus filhos, e tornar-se narrativamente mãe na elaboração da sua experiência de maternidade. Na escrita, falhei ao organizar tal questionamento como uma ação individual, e não como um processo socialmente situado, metonímico, de ruptura e recusa.

Penso tal processo tomando como inspiração o trabalho teórico levado a cabo por Marquis Bey acerca da negritude e da categoria trans\*- (2017): ambas “forças para-ontológicas, poéticas, que apenas tangencialmente, e arbitrariamente, se relacionam a corpos ditos negros ou transgênero” (ibid.: 276). Neste ensaio, Bey propõe um entendimento destes termos que escapa de uma marcação identitária; em vez disso, tomando como referenciais estudiosos como Hortense Spillers e Fred Moten, defende sua mobilização a partir de uma perspectiva que se articula a mas não é abarcada pelo campo do ser e da realidade.

Trata-se, no caso de negritude, de um movimento – tanto um produto da modernidade ocidental quanto uma força que foge e não cabe no sistema de classificação racial. Se articula, portanto, à força marcada tanto pela designação a um caráter de não sujeito, de coisa, de nada tal qual elaborado pela supremacia branca, quanto pela recusa de ser nos modelos racistas de entendimento elaborados por regimes de inteligibilidade brancocêntricos. Neste aspecto, estabelece uma relação tensa com pessoas e corpos negros – nos termos de autore, nega seu entendimento como atribuição natural dada de corpos e não estabelece um modo definido de ação a sujeitos considerados negros. É possível que tais sujeitos reproduzam modelos de propriedade e expressem vontade de assimilação ao regime hegemônico conservador, antinegro, neoliberal, etc. Donde sua manifestação, em sujeitos e corpos, como metonímica.

Trans\*- tem um entendimento aproximado, mas distinto: também aqui se recusa sua mobilização como termo descritivo de corpos e identidades, salientando em vez disso a relacionalidade, a transitividade e o movimento aberto que o prefixo denota em detrimento da fixidez de categorias de gênero – em verdade, precedendo e perturbando o processo de purificação e homogeneização de tais categorias discretas e monolíticas (ibid.: 285).

Em sua obra mais recente, “The Problem of the Negro as a Problem for Gender” (2020), Bey se detém mais longamente em elaborar o que constitui o paraontológico e as articulações entre negritude e trans\*-. No que toca ao primeiro, trata-se de estabelecer um modo epistêmico-político de se opor a um processo histórico de definição da existência e da humanidade levado a cabo por imaginários e projetos coloniais brancos e binários – fundados em pureza, essencialismo, circunscrição de categorias, imutabilidade. O paraontológico se refere à dissolução desses fundamentos não em termos de desaparecimento, mas de perturbação das fronteiras rígidas que os constituem. Também se refere ao que ocorre fora do âmbito de definição do regime ontológico, as



fissuras que cria em paralelo às proteções a sujeitos em reação às “tirânicas da subjetivação hegemônica e estabilizadora (...) abrigada de forças normalizadoras dessa ontologia (ibid.: n.p.). Recusar o caráter de entidade autoevidente não significa negar que pessoas entendidas como trans e negras existam; significa negar as premissas dominantes de definição dessa existência, que reiteram a imagem de sujeito fundacional que é branco e é imutavelmente homem ou mulher.

No que toca às articulações entre negritude e trans\*-, assim como em grande parte da teoria acerca de marcadores sociais da diferença, elas se dão de forma a ganhar expressão de modos muito particulares uns através de outros, sem contudo entender essa expressão como cumulação, substitutibilidade ou confluência. Ambas são afetadas pelo processo historicamente persistente, violento, de definição de vidas possíveis, vivíveis, reconhecíveis enquanto humanas, e ambas como forças de movimento apresentam modos – que em convergência rearranjam e transformam um ao outro – de problematizar esses processos, “uma modalidade de vida que se ‘sobreprresenta’ como vida enquanto tal através de imposição colonial” (ibid.: n.p.).

A descrição feita por Fernanda encontrava limite em minha transposição para a escrita porque o ajuste de minha atenção se dava a partir de um modelo binário de existência – ora centrando em um sistema de normas de gênero e raça que bane existências simbólica e materialmente, ora centrando em uma existência individual que ou é oprimida por ou vence tal sistema. A teoria paraontológica de negritude e trans\*- de Bey nos permite uma outra possibilidade de enfoque: a elaboração de Fernanda acerca de sua subjetividade que carregava consigo a potência de ocupar papéis de sujeito mas enfrentava a sua impensabilidade (em termos da significação de uma travesti negra exercendo tais papéis) e o veto a sua habitação segura precisava ter sido descrita textualmente de outro modo. Precisava ter sido descrita como a instância localizada de um movimento mais amplo de perturbação, um questionamento que se dava a partir do momento em que sua própria humanidade, identidade e direito de desempenhar posições consideradas legítimas era questionada. Tal movimento – aprender sobre o mundo e questioná-lo quando ele não nos acomoda – analisado por Bey tem inspiração na proposta contundente de Sara Ahmed (2016):

aprendemos sobre mundos quando eles não nos acomodam. Não ser acomodade pode ser pedagogia. Geramos ideias através dos conflitos que temos que habitar no mundo; chegamos a questionar mundos quando somos postes em questão. Quando uma questão se torna o lugar em que você reside, tudo pode ser colocado sob questão: explicações que você pode ter a mão que permitem dar sentido ou navegar seu caminho por cenários familiares e não familiares não mais funcionam. Ser colocade sob questão é ser colocade num mundo que pode ser hostil e surpreendente. (ibid.: 22)

Eu poderia ter descrito o enfoque de Fernanda que transitava do “eu fui a primeira” para “não havia referências de outras nem certeza de que eu sobreviveria” não a partir de um ajuste entre

polos opostos individualismo e opressão sistêmica, ou entre vulnerabilidade e alteridade. Poderia tê-lo descrito como a impossibilidade e a necessidade de questionar os moldes de existência em espaços hegemônicos (como a rua em plena luz do dia, estabelecimentos de ensino, maternidade, candidatura política), moldes que assumem formas histórica e socialmente situadas ao ser exercidos e refeitos por uma pessoa específica. Não se trata de apagar a relevância da voz de Fernanda, mas de reconhecê-la como parte de um conjunto de forças mais amplo no tempo e no espaço de questionamento das fronteiras do real, do humano, de posicioná-la em uma história e uma cartografia de desobediência dos requisitos para significação e autorização da existência.

Também não devia ter tentado fixar uma coerência em termos de estado emocional, ou de modo de ação, nem privilegiar uma faceta em detrimento de outra devido ao medo de construir uma figura contraditória. Isso se deu porque malgrado minha familiaridade com teoria antropológica que enfatiza nuances e tensionamentos, que prioriza a relacionalidade a categorias discretas, minha forma de organização de pensamento em grande parte moldada pela minha trajetória não considerava determinados horizontes de sentido como possíveis.

Por isso Marquis Bey é tão eloquente quanto a meu fracasso. Porque expõe a fragilidade do estabelecimento de fronteiras de definição e classificação, de posições estáveis que se opõem e se excluem mutuamente e de origens como pontos fixos, imutáveis, dados de real (a saber, a origem da história seria a sociedade transfóbica ou a identidade pronta de Fernanda?). Essa fragilidade saturou minha escrita porque tomei “trans” como uma constituição subjetiva – socialmente localizada, mas um estado de existência generificado, da mesma forma que marcador de raça como um sistema classificatório de subjetividades e corpos. Bey, ao nos convidar a abandonar essa fixidez como ponto de partida, insere em seu lugar a atenção ao movimento, a originariedade como “cena de possibilidade” (2020) e transitividade como uma força de fluidez aberta que precede, subjaz, se contrapõe a condições de classificação e regulação de identidades corporificadas (2017: 285). A tomar assim uma postura analítica que perturba modelos de organização de pensamento fundamentalmente pautados em brancocentrismo e cisnormatividade.

Enquanto alguém que tomou grande parte de lugares sociais que ocupava (a branquitude, a classe média, o gênero assignado) como evidentes, imutáveis, que ora experimentou conforto material em posições de privilégio, ora sequer imaginou que outras formas de existência eram possíveis (como, durante a adolescência e parte da vida adulta, a não binaridade de gênero e o desejo e envolvimento de uma pessoa assignada ao sexo feminino com mulheres), e que foi socializada em epistemologias hegemônicas, a busca por um ponto fixo (ou mais) orientou minha escuta e minha escrita. Bey e demais intelectuais que fazem parte de um corpo de trabalho interessado em apreender trans\*- como perspectiva de pensamento e categoria analítica designadora de movimento e

questionamento de fronteiras (entre imaginários, modos de subjetividade, categorias classificatórias, modelos de real) reorientaram meu olhar.

Não apenas sobre fenômenos sociais, sobre a vida de Fernanda; mas sobre o modo hegemônico de organização de ideias, sobre a lógica que subjaz regimes regulatórios de identidade e existência material (mais do que a existência de tais regimes), sobre formas generificadas de ser. Me fez repensar os horizontes de possível a meu senso generificado de si, perturbar tanto a estabilidade e imutabilidade de posições de sujeito quanto a imperatividade de uma única forma possível de trânsito e a imprescindibilidade de pontos fixos de chegada: transexualidade como de um gênero a outro, identidade como a conquista de uma constituição corporal e psíquica e de uma legibilidade social consistentes. O acesso a outros modos de perceber e de ser veio acompanhado do acesso a outros modos de encontrar e investigar a escrita.

Embora isso não tenha mudado minha elaboração da biografia de Fernanda – encontrar lugar para essa literatura em mim e no doutorado tem sido um processo longo –, reconfigurou inteiramente meu exame dos livros tratados nos capítulos anteriores. Aos poucos parei de me deter, como era o plano inicial ao entrar no doutorado, no modo como autôries produziam sentidos de sujeito mobilizando saberes como o médico e regimes discursivos como o midiático, e revelavam relações de poder. Tornou-se central, para mim, atentar para as práticas imaginativas e formas de saber e elaborar mundo e personitude que saturam as narrativas, tecidas por elus. A tese se tornou menos sobre detectar e analisar o que os textos revelavam e mais sobre apreender e mapear o que eles produziam.

\*\*\*

Meu último encontro com Fernanda aconteceu em abril de 2019, poucos dias antes de minha ida para o estágio nos Estados Unidos. Tínhamos passado 2018 sem nos encontrar, ainda que não sem trabalhar no livro: Silvana havia ido a João Pessoa e coletado material, e continuávamos envolvidos com a escrita entre as demais atividades profissionais. Havíamos sabido que em agosto de 2018 Fernanda tinha descoberto um tumor nos rins e sido submetida a cirurgia para retirá-lo; não tínhamos muitos detalhes mais. Nas poucas interações com ela via WhatsApp, havia impaciência e desconfiança quanto ao livro. Ela nos perguntava: “A quantas anda meu livro?” e “Esse livro não vai sair?”

Cheguei a sua casa nessa terceira viagem novamente marcada por certa apreensão e insegurança, como da primeira vez em que a havia encontrado na Paraíba. Sabia que ainda havia lacunas no livro, aspectos de sua vida pouco claros a nós que demandavam mais tempo de entrevista, mas também sabia que os anos passados e a doença haviam trazido um senso de urgência a Fernanda. Sentia-me de certo modo em falta com ela e com o projeto.

Bati em sua porta no início da tarde, e ela abriu o portão com uma expressão de surpresa. “Tinha esquecido que tu vinha”, ela disse enquanto me dava um breve abraço. Foi o primeiro sinal preocupante de que talvez ela não tivesse planejado me conceder muito de seu tempo. O outro foi o comentário feito enquanto passava o café para acompanhar a lida da última versão do texto, impresso já em formato de livro em uma gráfica (como sinal nosso a ela de que estávamos chegando perto do fim): “Tomara que não chova hoje, porque o espetáculo lá na lagoa que eu vou mais tarde vai ser babado.” A mensagem era evidente: a nossa conversa tem hora para acabar.

No início, olhava o documento impresso com desinteresse, meio que aleatoriamente. Escolhia trechos para ler sem seguir a ordem dos capítulos. Fazia comentários breves mas não estava engajada na revisão. Isso me preocupava – cogitava se ela não acreditava mais na concretização do livro ou se não se importava, depois de 3 anos. A dinâmica mudou quando, passados alguns minutos, perguntei-a como gostaria de encerrar o livro; ela olhou em meus olhos, subitamente grave e compenetrada, e retorquiu:

Uma coisa que eu gostaria de relatar um pouco assim, não sei se é um rodapé, o que que é, é um pouco da vitória dessa história de vencer o câncer. Eu acho que isso serve de exemplo e motivação pra muitas pessoas. Que passaram, que tão passando pelo processo de câncer e que muitas vezes não acreditam que a cura é possível. (Entrevista – 12 de abril de 2019)

A partir daí, realizamos uma entrevista de mais de 2 horas, quase inteiramente conduzida por sua narrativa e contando com breves observações e perguntas feitas por mim. Seu enfoque foi a descoberta do tumor nos rins em agosto de 2018 e os eventos que se desenrolaram então – a corrida por atendimento médico no sistema público de saúde, a decisão pela remoção do tumor, a debilidade que a doença e o período pós-operatório trouxeram que limitou sua participação na militância e na organização do carnaval de 2019. Uma mudança significativa em relação aos anos anteriores se dá: Fernanda atenta como nunca até então para o passado, para o incômodo que esse olhar traz e para as contradições entre as facetas de pessoa que assumiu e assume.

Um dos primeiros elementos de destaque é mencionado já nesse breve trecho: o uso de linguagem bélica para se referir a sua reação a e relação com o câncer. Junto a “vencer o câncer”, é notável o uso de formulações como “tem gente que se entrega mas eu tive coragem de enfrentar”, “isso foi uma prova, um teste de resistência; fui testada, enfrentei e venci” e “não pode baixar a cabeça, tem que lutar.” O desenvolvimento da doença é entendido como um ataque a seu organismo, e tanto a perspectiva que assume psiquicamente quanto o efeito de tratamentos médicos são entendidos como reações a uma batalha – em que se pode “baixar a guarda” (ser desatenta), “se

render” (permitir que a doença aja livremente sobre o corpo) ou “confrontar” (buscar mecanismos de controle, tratamento e cura).

Reflexões sobre metáforas usadas no desenho simbólico de doenças – por pacientes instituindo um léxico para a experiência de adoecimento; por profissionais de saúde engajados em dar inteligibilidade a fenômenos complexos e traumáticos; por líderes políticos e atores de políticas públicas pautando debates e reações coletivas a problemas de saúde pública – não são novidade<sup>190</sup>. Susan Sontag em “Doença como metáfora” (1990[1977]) já se tornou um clássico: ao comparar as imagens associadas a câncer e tuberculose, a escritora pretendia demonstrar o poder de fantasias na mitificação de doenças e na constituição de sua invencibilidade. Dentre o complexo de figurações do câncer, em especial, Sontag menciona as de guerra:

As metáforas controladoras na descrição do câncer são, na verdade, extraídas não da economia, mas da linguagem de guerra: todo médico e todo paciente atento tem familiaridade com (...) essa terminologia militar. Células de câncer não apenas se multiplicam; elas são “invasoras” (...). Raramente as “defesas” do corpo são vigorosas o suficiente para obliterar um tumor. (...) Tratamento também tem um gosto militar. Radioterapia usa as metáforas de guerra aérea; pacientes são “bombardeados” com raios tóxicos. E quimioterapia é guerra química, usando venenos. O tratamento objetiva “matar” células cancerosas. (...) É impossível evitar lesionar ou destruir células saudáveis (...), mas se pensa que qualquer dano ao corpo é justificado se salva a vida do paciente. Com frequência, é claro, isso não funciona. (ibid.: 64-65)

Penso que dentre as muitas distorções que essa retórica bélica produz está o poder de certa força de vontade individual que se aproxima a heroísmo na constituição narrativa de processos de subjetivação de pacientes: a luta contra algo que é outro ao corpo, um estrangeiro invasor que é inimigo à própria sobrevivência e portanto demanda toda a coragem e dedicação para ser “vencido” (ibid.: 69). E isso é notado na fala de Fernanda: a importância de não desistir, “não se entregar”, e “ter força para enfrentar” de modo agressivo e direto como um elemento central no tratamento e cura do câncer. Falar sobre o adoecimento é falar, eminentemente, sobre o temperamento e ações assumidas pelo sujeito doente em oposição à doença.

<sup>190</sup> Em 2020, com a eclosão da pandemia de COVID-19 e a instauração de uma crise sanitária de dimensão global, pesquisadoras em ciências sociais vêm acompanhando as metáforas usadas: na tentativa de dar sentido às ameaças da doença, ao sofrimento pela fragilização e pelas mortes que acarretou, e à solidão do confinamento (Carvalho et al, 2020); na modulação diferencial dessa percepção quando atravessada por experiências distintas de classe e raça (Franco, 2020); para reivindicar legitimidade de uso de força discricionária por governantes como modo de proteção contra um outro (produzido como) perigoso racialmente marcado (Araújo, 2020); etc. Mas como mencionei, o uso de metáforas para falar de doenças, e em especial o uso de metáforas de guerra não é algo recente: Susan Sontag (1990[1977]) aponta a mobilização de termos bélicos para se referir a enfermidades causadas por bactérias; Mark Harrison (1996) faz uma revisão bibliográfica dos campos que se dedicam tanto à análise da “militarização da medicina” quanto de “medicalização da guerra. Já Ariadne Domingues Almeida (2021) recentemente realizou um estudo comparado da mobilização de tais figuras em artigos de jornal tanto entre o cenário atual afetado pelo coronavírus quanto e a gripe espanhola que assolou o país em 1918.

Poderíamos inicialmente enquadrar essa operação narrativa em um modo de contar histórias já destacado e questionado em estudos feministas: o modelo heróico. Ursula Le Guin (1986) em um curto mas preciso ensaio apresenta o fundamento masculinista no relato de histórias que se centra em um herói individual que, sozinho (ou melhor, com suporte invisibilizado ou descrito em segundo plano como acessório), enfrenta conflitos na forma de uma trajetória linear, progressiva, que o conduz a sua triunfante conquista – simbolizada por um instrumento de batalha e de assassinio do adversário. Em oposição, ela defende a teoria da bolsa de ficção: a bolsa ou recipiente uma dinâmica sem fim de armazenamento de elementos que dão energia, que nutrem, como fazemos ao armazenar alimentos em uma cesta, cuidar de pessoas em uma casa. Nesse modelo, o central não é a missão de luta de um indivíduo e a sua vitória, mas o processo contínuo de relações entre os elementos dentro da bolsa, entre eles e quem se nutrirá com eles.

Bru Pereira (2020) se valeu da teoria bolseira de ficção de Le Guin para refletir, a partir de uma perspectiva transfeminista, quais histórias devemos contrapor a narrativas heroicas e repertório bélico que vêm sendo mobilizados principalmente por líderes políticos de extrema-direita como o presidente do Brasil Jair Bolsonaro nesse cenário atual de pandemia de coronavírus. Adensando as ideias de Le Guin, Pereira salienta o individualismo das histórias de heróis: o herói participa da destruição, mas sobrevive a ela – e aí reside sua superioridade. Ademais, “é um grande privatizador de histórias (...), afinal de contas o destino dele é o destino de todos” (ibid.: 8): ao envolver quem o circunda em sua missão individual, pouco se importa com as trajetórias de demais e não se responsabiliza pelos danos provocados no caminho até seu triunfo.

Já, argumenta, o que o cenário pandêmico tem revelado a ela, em especial ao olhar para comunidades trans, é a intrincada participação na vida umas de outras, a conectividade que traz risco mas permite constituir nossa personitude. Somos os vínculos que temos com outras a partir de relações de cuidado, afeto, convivialidade, e esse “viver com” pensado e vivido por transfeministas – ou, em seus termos, entre-viver – nos permite imaginar outras histórias. Histórias que centram o papel da narradora como testemunha das que não sobreviveram, como herdeira e participante de uma comunidade que torna possível sua vida pela rede que institui (citando abigail Campos Leal) modos coletivos de envivecer (ibid.: 14).

E é nesse ponto que Fernanda em sua narrativa produz nuances nessa lógica opositiva entre modelo heroico e modelo bolseiro/coletivo. Porque, como vimos, o “eu” tem centralidade e a linguagem individualizante e militarizada de reação à doença a aproxima do primeiro. Mas o segundo também se faz presente – vejamos o que mais ela disse na longa entrevista de 2019:

(...) [o período de adoecimento, cirurgia e recuperação] foi muito importante pra mim porque contei com o apoio de pessoas de fora da família. Da convivência. As meninas

[do movimento trans] me ajudavam no hospital, o Renan [parceiro da escola de samba] me acompanhou o tempo todo. Essa nova geração de família, que pra mim é uma família. Pessoas que me deram apoio psicológico e cuidaram de mim, me alimentaram, pra eu poder me recuperar. (...) fui muito bem rodeada aqui dentro de casa, com muito cuidado e carinho. (...) porque assim, por mais que as pessoas digam “você é guerreira, você é forte”, sou. Mas eu sou muito forte na hora de cuidar dos outros. Na hora de cuidar de mim eu sou a pessoa mais frágil do mundo. A pessoa mais boba que pode ter no mundo, que pode sofrer, sou eu! Às vezes as pessoas acham que você é uma pessoa lutadora, guerreira, forte, que você não tem sentimento e não desmorona. Nessas horas eu desmorenei. (Entrevista – 12 de abril de 2019)

A batalha da heroína, assim, não é feita de modo solitário; Fernanda nos diz que o papel é exercido com maior facilidade e propriedade em conflitos por outres, não por si mesma. Ao se ver diante de algo que ameaça a própria vida, sua fragilidade se evidenciou e a rede de apoio e solidariedade de amigos – elementos em relação – ocupou protagonismo no processo narrado de fazê-la viver. Não são apagades ou relegades a um papel secundário; o “eu” de Fernanda, corajoso e tenaz, apenas se dá em uma “mutualidade do ser” (citando Bru, que cita Sahlins) ambivalente.

Digo “ambivalente” porque se no segundo encontro que tivemos em 2017 o prestígio do pioneirismo era tingido pela insegurança e o medo provocados pela ausência de perspectivas de futuro para uma travesti que recusa o lugar de marginalidade atribuído, aqui o heroísmo só é possível pelo cuidado de amigos. O cuidado de amigos é tingido, por sua vez, pela ojeriza à própria dependência de tal cuidado; a ausência de familiares nessa rede de cuidado é tingida pelo orgulho em ser a provedora de cuidado e subsistência, não o contrário; e tal orgulho é tingido de ressentimento por não receber acolhimento e proteção desse grupo de pessoas.

(...) com 10 dias [de alta do hospital, após remoção do tumor] eu já tava fazendo coisa de carnaval. Ficar deitada, não poder andar, isso me incomodava. Eles ficavam “mas Fernanda”, mas eu tinha que fazer alguma coisa. Pra mim foi muito bom não ficar ociosa. Não fiquei só esperando melhorar. (...) não conseguir me levantar, ficar desmaiando, isso me deixou mais doente ainda. Eu não queria que ninguém fizesse nada por mim. Eu me sentia incapaz. (...) E tinha coisas que não dava pros meninos resolverem, eu que tinha que ir pra resolver. Tanto que várias coisas do carnaval só começaram a ser feitas depois que eu melhorei! (...)

[sobre a experiência de adoecimento e fragilidade] eu vou ficar triste? Choramando? Reclamando? Às vezes eu faço um biquinho. Me faço de vítima pras pessoas da minha família entenderem que eu também sou um ser humano, que eu também adoço. (...) Depois da cirurgia tem metade da família com quem não falo. Não veio me visitar, não veio porque não quis. Fiz tudo por todo mundo a vida toda, na hora que precisei ninguém veio? Pra quem eu tanto fiz. Não tem como esquecer. Você só sabe quem são as pessoas quando você precisa. Não faltou quem cuidasse de mim, mas quem deveria



estar próximo não estava. Quando querem dinheiro ou vir pra capital, vir pra praia, ninguém tem dificuldade de me procurar. As pessoas, família, só querem quando você está servindo. (Entrevista – 12 de abril de 2019)

O cuidado prestado por amigos é reconhecido e valorizado como definidor de sua reação à doença e recuperação – portanto definidor da possibilidade de exercício do papel de heroína, da conquista sobre a doença e do seu seguir vivendo. No entanto, tal reconhecimento e valorização estão atrelados à angústia que depender de outres acarreta, bem como à sensação de redução de capacidade. Em jogo estão duas noções de pessoa: a rede é o que lhe permite assumir personitude que se faz em socialidade, mas é o que ao mesmo tempo provoca a sensação de ser menos que um indivíduo “normal”. Da mesma forma, estão duas noções de relação com efeitos na imagem de si que desenha: ser uma figura de liderança e proeminência (política, financeira, etc.) que concentra decisões e provê coisas (administração e direção de atividades e execução de funções essenciais no caso da escola de samba; contribuição material com a doação de alimentos e dinheiro e cessão de espaço no caso de sua família<sup>191</sup>) alimenta uma relação assimétrica entre ela e esses dois grupos. Em uma posição superior hierarquicamente, o vetor de prestação de assistência é unilateral – de si, que possui mais e não precisa de nada, a quem possui menos e precisa de tanto.

Contudo, a exposição de sua vulnerabilidade com o adoecimento revela uma fissura na imagem de sujeito que construiu para si: e então não só receber, mas precisar receber assistência engendra a bilateralidade do vetor. Isso perturba sua superioridade, aproxima-a de uma dinâmica horizontal com relação a amigos – mas principalmente expõe a não contraprestação, a não realização do outro sentido de doação por familiares. Revela que quando o coeficiente de necessidades se redistribuiu, parentes não se engajaram no reajuste necessário para compensar os anos de unilateralidade e reequilibrar a dinâmica da relação. Para ela, o vínculo então se rompe.

Mas para fins do que tento reconstituir nesse capítulo, mais do que a relação dela com familiares o que chama a atenção é a trajetória de elaboração da própria vulnerabilidade, da própria possibilidade de afetação por outres e do modo como outres constituem quem é. Até então, a imagem de uma pessoa pronta, que apenas reivindicava um lugar para si no mundo vigorava. Mas neste terceiro encontro, um leve olhar de esguelha para o que os vínculos fazem se insinua. Assim como no relato da doença a narração da dependência e da expectativa de cuidado são

---

<sup>191</sup> A manutenção dos vínculos familiares levada a cabo por travestis a partir da superioridade econômica e da doação de bens materiais foi sinalizada por Nascimento (2011). De acordo com a antropóloga, a demonstração da ascensão social e a prestação de apoio material a familiares residentes na cidade de origem é uma forma recorrente de reatar vínculos, e de afastar o estigma, a violência e o abandono que no passado saturaram as relações familiares em virtude da não aceitação da feminilidade das interlocutoras. Elas, residentes de cidades de maior escala e com alta circulação por regiões e países, voltam apenas pontualmente para os pequenos municípios natais e “em grande estilo”: expressam sucesso através da exposição de prosperidade financeira – simbolizada por exemplo por carros, roupas, e modificações corporais – e do envio de dinheiro e presentes.

constantemente contrabalanceadas pela afirmação da própria autoridade e interrompidas pela minoração de sua importância, como se o ocorrido não a tivesse afetado verdadeiramente. Os olhares dirigidos a possíveis traumas do passado são acompanhados de expressões de dúvida e marcados pela brevidade, porém consideravelmente recorrentes ao longo da conversa:

[falando sobre os pais] o que tinha entre os dois foi um amor que não conseguiam dizer um pro outro. Eu amei a minha mãe a vida toda e a gente nunca conseguiu dizer uma pra outra que se amava. Entendeu? Às vezes quando a gente trocava carinho, outra dizia “quer o quê? Tá querendo o quê” [ri]. Tanto ela quanto eu, entendeu? Minha mãe nunca teve esse carinho de sentar, dialogar. Tudo era bater. Meu pai também era bater. A gente tinha tudo, porque pra eles a coisa era dar tudo que precisava. Mas falta algo? Sim, mas a gente não conseguia dizer.

(...) Eu sei que às vezes sou ignorante, mas minhas amigas estão do meu lado mesmo assim. Na hora da dificuldade nunca deixaram de estar. Quando começam a me abraçar e beijar, eu digo “pare de falsidade, não tenho dinheiro pra dar nem emprestar. Não venha querendo me ganhar com essas. Diga logo o que tu quer.” E ela diz “ixe mas é muito ignorante, a gente tá indo com carícia.” Quem gosta de mim tem que gostar como eu sou né. Nunca fui chegada a beijos e abraços e carinho. Não sei se é porque eu nunca recebi. Eu não sei se tenho trauma de infância. As pessoas falam disso. Mas eu acho que trauma de infância é frescura de gente fraca.

Eu sei que construí muita coisa em benefício das pessoas. Se as pessoas vão reconhecer isso ou não, é de cada pessoa. Eu não posso dizer às pessoas “você tem que me agradecer porque eu fiz isso.” Pelo contrário, inclusive sou tímida. Não gosto desse tipo de coisa. Tanto na festa de escola, caiu depois do meu aniversário. Eu dizia a todo mundo “não gosto de festa, não cante parabéns pra mim! Eu gosto de fazer pros outros, mas pra mim não quero, morro de vergonha.” Mas não adiantou! Fizeram [risos]. E aí fui me derreter né? Fizeram buquê de flores, cantaram parabéns, cheguei em casa tinha festa pra mim. É aquela coisa... eu não queria, mas talvez é porque eu nunca tive isso, talvez isso fosse uma das minhas frustrações da infância. Nunca tive. E aos 57 anos eu tive. Então isso ajuda você... mas enfim. [muda de assunto]

É possível notar a atenção hesitante a eventos do passado que possam não só tê-la marcado e afetado quem é, mas produzido um dano cujo efeito negativo a constitui, privando-a de algo – e gerando também questões não ditas sobre como seria caso essas experiências desencadeadoras de sofrimento (não receber demonstrações de amor em palavras e proximidade física, não ser celebrada) não tivessem se dado. No subtexto, no tom de voz, há o desejo de saber se a rejeição a certas formas de expressar afeto e a timidez que provocam comporiam sua subjetividade (ou o fariam de modo distinto) caso tais demonstrações não tivessem sido negadas a ela na infância. “Talvez” e “não sei se” ao se referir ao passado são chave aqui.

Novamente o modelo heroico se desestabiliza, embora não seja abandonado (vide “acho que trauma é frescura de gente fraca”). De repente há a sugestão de que a noção de pessoa tomada como autossuficiente e capaz de seguir a trajetória de conquista de lugares de sujeito é menos cristalizada, inteiriça e imperturbável do que inicialmente se imaginava. É fruto de relações organizadas por dinâmicas próprias de fluxo de emoções e pela ocultação de trajetória e ação de tais relações. Revelar essa trajetória ainda que breve e tentativamente abre uma outra porta: dinâmicas alternativas de fluxo de emoções fariam outras personitudes?

A operação narrativa da memória efetuada por Fernanda aqui se mostra interessante porque não apenas molda seu passado e sua subjetividade. Coloca em xeque a mesma operação realizada anos antes em nossos dois encontros anteriores, fragmenta a coerência de seu campo semântico e rearranja o que aconteceu e sua influência em quem ela se tornou. Cria também uma dimensão subjuntiva que sinaliza ao que poderia ter acontecido, a quem ela poderia ter se tornado. A brevidade e a dúvida que envolvem essa prática específica são chaves reveladoras do tanto que na oralitura da memória e de si há de territórios evitados, interditados, que podem contudo irromper no fracasso de contorná-los. “Tenho dificuldade de lidar/ com as pessoas que eu fui/ (e as que não fui)/ minha solução era esquecer”, lembremos, diz Diana Salu (2019: 10).

Saliento isso não como uma forma de apontar para uma verdade escondida por Fernanda, ou para “provar” que membros de grupos subalternizados também reproduzem modelos autoenaltecedores de trajetória e pessoa. Saliento isso porque tal operação é ao mesmo tempo um adensamento da história e da imagem de si que vinha construindo e um sinal do propósito que orienta o desvio de tais rememorações, bem como do que elas ensejam sobre a personitude que deseja construir narrativamente. Tal propósito envolve um projeto de recusa do modo convencional de tratamento e representação de travestis, mencionado já no capítulo 2: a saber, sua extrema vulnerabilidade e sujeição ao poder do outro. Poder de expulsar, ofender, violar e assim lesionar pessoas, poder de apagar, estigmatizar e reduzir retratos de sujeitos – em especial sujeitos racializados e em vulnerabilidade socioeconômica.

Como já mencionei repetidamente ao longo da tese, a violência contra pessoas trans é multifacetada – mas a dirigida a pessoas transfemininas negras é particularmente excepcional. Desde 2017, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) vem, em seus dossiês anuais, salientando a persistência da alta de casos de violência física e em especial homicídio nas regiões nordeste e sudeste, e um perfil de vítima massivamente jovem (índices entre 59% e 62% delas terem entre 15 e 29 anos), profissional do sexo (entre 80% e 90%), e preta ou parda (entre 78% e 82%). Da mesma forma, a trajetória de representação tem engendrado desigualdades, como

destaquei nos capítulos 1 e 2 – associando travestilidade a pessoas racializadas e de classes baixas, bem como a uma essência subjetiva que levaria a práticas consideradas imorais e criminosas.

Como implicação, o retrato de travestis na imprensa eminentemente tem se dado ao longo das décadas em cadernos policiais, em cenários de denúncia do envolvimento em crimes, de transmissão de infecções sexuais, de “invasão” de bairros “de família”, tornando-os “perigosos.” Também é recorrente, assinala o dossiê de violência e assassinatos de 2020 da ANTRA (2021), a não divulgação em veículos de mídia de condutas criminosas que vitimam pessoas transfemininas – e quando o tema chega a jornais, nota-se então uma outra forma de discriminação: seus nomes e gênero são desrespeitados, e elas referidas com termos no masculino.

Mesmo a maior recorrência em noticiar casos de violência transfóbica que afetam pessoas transfemininas negras se dá a partir de moldes que merecem atenção, com efeitos que merecem atenção. O aumento da transmissão de vídeos em que travestis negras são linchadas muitas vezes até a morte, ou de imagens de seus corpos brutalizados agonizando ou inertes, aliado a poucos detalhes sobre sua vida institui uma dinâmica representacional de espetacularização da violência e do sofrimento, despersonalizando corpos a partir de um olhar que reconstitui o evento e os sujeitos como exóticos, bestiais, fora do âmbito do civilizado (Feldman, 1994).

C. Riley Snorton e Jin Haritaworn (2013), considerando essa disseminação transnacional de tais imagens e notícias mesmo entre o ativismo LGBTQIA+ em geral e o trans em particular – como em eventos tais quais o Trans Day of Remembrance – apontam o modo como ela atua associando a transfeminilidade racializada a morte e brutalidade, com trajetórias e vozes que não recebem a mesma atenção da mídia e da militância. Da mesma forma, salientam, a circulação de reivindicações por políticas públicas, reformas legislativas e resposta judicial como reação e combate a tais formas de violência costumam ser feitas por sujeitos que não compartilham dos mesmos marcadores sociais (ou seja, por organizações militantes compostas principalmente por pessoas brancas e de classe média com passabilidade cis), repetidamente beneficiados por mecanismos de inclusão de Estado que não atingem pessoas tais como as violadas e assassinadas.

Snorton e Haritaworn nomeiam esse desenrolar de dinâmicas discursivas e representacionais de extração de valor de morte transfeminina racializada. Esses acontecimentos traumáticos servem de combustível para alimentar um projeto de cidadania que visibiliza, legibiliza e legitima vidas trans brancas, de classe média, enquadráveis em padrões de beleza e expressão de gênero cis. Travestis e mulheres transexuais racializadas apenas têm lugar como corpos destituídos de vida que a partir do trabalho de tecnologias biopolíticas e necropolíticas se tornam recurso à sobrevivência e à subjetividade política e social de grupos privilegiados.

É justamente a esse lugar ambivalente e manipulável de vítima, que negligencia a vitalidade e as formas de sobrevivência de pessoas transfemininas racializadas, que Fernanda se opõe ao refutar a vulnerabilidade e a possibilidade de ser atingida por experiências traumáticas: pertencer a esse lugar significa, de certa forma, alcançar inteligibilidade apenas enquanto ser sem voz e sem domínio sobre a própria existência. Essa, diz Fernanda, é “coisa de gente fraca” - posição que rejeita. A “fraqueza”, que pode ser entendida aqui como uma fragilidade que a torna suscetível à agressão e ao cuidado (bem como à negligência e à ausência) de quem a cerca, se torna apenas aceitável em sua natureza pontual no fluxo temporal da existência: abate-se sobre ela como um evento, e afeta a constituição de sua personitude (desfazendo possibilidades de ser, reparando danos e fragilidades). Logo, no entanto, Fernanda cristaliza dita personitude e restaura o modelo de pessoa autossuficiente, cristalizado, pronto com o qual navega a história de sua vida.

Se no capítulo 4 vimos Thomas Page McBee reivindicando um processo de subjetivação que desestabilizasse masculinidades hegemônicas pautadas na invulnerabilidade e desfizesse o padrão cisnormativo de ser “homem de verdade”, Fernanda ao organizar seu campo de atenção recusa outra imagem – a que se refere não a pertencimento a uma configuração social hegemônica, mas à alteridade por esta produzida. A posição de outre é reconhecível apenas a partir da destituição da sua vitalidade e a partir do momento em que se torna utilizável em prol de outros sujeitos, situados em posições sociais menos radicalmente precarizadas. Fernanda, ao mobilizar o modelo de narrativa heroica e de pessoa pronta, autônoma, não meramente reproduz um padrão conservador. Reivindica para si e para a própria história papeis e agência a ela denegados, e repudia a única modalidade de reconhecimento oferecida – marcada por instâncias de desprezo, pena, interdição ao estatuto de pessoa. Nega, ademais, a capacidade desta dinâmica de enquadramento e de relação subjetivação-assujeitamento<sup>192</sup> atingirem-na. Faz, da sua oralitura, autodefesa (Cavalcanti, Barbosa e Bicalho, 2018: 177)<sup>193</sup>.

\*\*\*

Dias após meu retorno de João Pessoa, rumei para os Estados Unidos – onde fiquei até meados de março de 2020. Enquanto me acomodava e organizava as atividades de pesquisa

<sup>192</sup> Tomo aqui como referência a elaboração mais ampla de C. Riley Snorton (2017) acerca das relações de coisificação que pautaram a história da articulação entre subjetividades trans e negritude: “Como gramática, o transitivo fornece insight crítico sobre a transubstanciação das coisas, e este estudo começa traçando a circulação de ‘negre’ e ‘trans’ conforme são trazidos para o mesmo enquadramento pelo vários modos com que tem sido constituídos como fungíveis, coisificados, intercambiáveis (...). Conforme Billy Brown argumentou, o processo pelo qual um objeto se torna uma coisa conta ‘uma história de como uma coisa nomeia menos um objeto do que uma *relação* particular sujeito-objeto.’” (ibid.: 6)

<sup>193</sup> Uso a potência da elaboração narrativa como autodefesa seguindo as palavras des autôries: “Enquanto seguimos vivenciando formas radicais de exclusão, esse texto pode inclusive ser lido como uma tentativa singela de autodefesa e como um convite a que possamos estar atentas aos registros que, somados, pouco a pouco naturalizam o absurdo” (ibid.)

referentes ao cenário literário estadunidense, transcrevi as entrevistas realizadas com Fernanda e procurei incorporar as informações no rascunho do livro, organizando o último capítulo em torno de sua experiência de adoecimento e recuperação. Eu e Silvana trocamos impressões sobre as entrevistas e o texto, escrevíamos e reescrevíamos trechos, porém eventualmente instituímos uma pausa: Fernanda nos havia comunicado que a história de sua vida seria tema do desfile da sua escola de samba, Unidos do Roger, em 2020. Ela havia, inclusive, pedido a última versão do livro para Silvana para reencaminhá-la aos que escreveriam o samba-enredo, de modo que nosso texto servisse de fonte. Diante disso, nós duas tomamos a decisão de aguardar até o carnaval, coletar entrevistas sobre a apresentação da escola e incluir essa homenagem tão significativa na obra.

Foi um choque quando, dia 2 de fevereiro, acessamos nossas redes sociais e vimos mensagens de luto em perfis de conhecidos e páginas de movimentos sociais como a ANTRA, lamentando o falecimento de Fernanda. Não sabíamos sequer que um novo tumor havia sido detectado em seu corpo, quanto mais a piora de seu quadro. Seu caráter imprevisto potencializou de forma aguda a dor da perda, vivenciada não a partir do processo estendido de partida de uma doença gradualmente debilitante – nos termos de Eugênia Motta (2020) – mas de evento crítico:

irrupção violenta, ou intervenção, em um mundo estabelecido. Essa irrupção, que tem a força de uma irrupção vulcânica, também é uma interrupção. Ela cancela o tempo da situação atual e marca uma nova fundação do tempo; o único nome que dá conta dela de modo apto é “revolução”. (...) Ela interrompe e funda, mas deixa traços, traços que permitem um *encontro* com elementos da situação, que passam por um processo de condenação, ou conversão. (Lecercle, 2002 apud Rosaldo: 101-102)

Dito traço que gera uma reorganização de atribuições a sujeitos envolvidos em sua vida também nos abateu: a sensação de tê-la decepcionado, não ter conseguido honrar enquanto estava viva o sonho tão ansiado de ver sua biografia lançada e existindo no mundo era incontornável. O seu falecimento e a súbita ausência de sua voz e vontade presentes no mundo revelaram o fracasso em cumprir um pacto não dito existente entre nós e ela. Ambes estávamos realizando pesquisa no exterior e não pudemos ir a João Pessoa acompanhar os ritos funerários; testemunhamos o velório e o enterro de longe, a partir de mensagens e de redes sociais de conhecidos, e de reportagens de TV. Posteriormente, com a eclosão da pandemia de COVID-19, o isolamento e a separação entre pessoas afetadas pela morte de Fernanda se manteve; eu e Silvana, até o momento em que escrevo este capítulo, não pudemos viajar com segurança à última cidade em que Fernanda residiu, não pudemos encontrar com segurança seus companheiros e parentes.

Em conversa por telefone com amigas de militância de Fernanda, Silvana avaliou ser mais acertado continuarmos o plano de publicação. Seguimos com o seguinte planejamento: no último capítulo, que já relatava seu adoecimento e recuperação, adicionaríamos uma seção final sobre a

reincidência da doença e seu falecimento; enquanto elaborássemos esse trecho, enviaríamos o material já pronto para avaliação de editoras quanto à viabilidade da publicação – o que ocorreu em março de 2020. Um mês depois, recebemos a manifestação de interesse da editora independente Patuá, disposta a publicar uma pequena tiragem. A partir de então, nos engajamos em escrever o fechamento do livro e revisá-lo para mandar sua versão final à editora.

A partir daí, a escrita da vida foi afetada pela ausência e pela morte. Evidentemente, a ausência já havia se dado ao longo dos anos, em diversos momentos da tradução da oralitura de Fernanda para a nossa escrita, minha e de Silvana; mas se tratava de uma distância espacial: ela em João Pessoa, nós em São Paulo – encurtada caso precisássemos acioná-la com uma ligação, uma mensagem enviada pelo telefone celular sempre a nosso alcance. Agora a distância se dava na régua do tempo: ela na memória – recente, mas memória mesmo assim. E nós, no presente do registro, separados dela por um caminho intransponível.

Como contar histórias sobre uma vida que se encerrou no processo de relatá-la? Como sustentar o comprometimento dialógico na ausência da interlocutora e co-autora? Como interromper bruscamente o modelo narrativo pensado a partir de um arco de heroísmo e invencibilidade para fazer caber no desfecho do relato, em uma curva inesperada no momento da linha de chegada, a enfermidade, a fragilização e o perecimento? Elaborar isso só foi possível com o auxílio de reflexões produzidas no seio do trabalho antropológico acerca da morte e do luto.

Renato Rosaldo (2014) e Jorge Villela (2015) salientaram a preponderância, ao longo das décadas, de investigações acerca do tema centradas especificamente em rituais – e assim como eles, gostaria de olhar para outra dimensão dessa experiência social. Tomo como pista a perseguir, de modo a ajudar a responder minhas perguntas, algo que o segundo toma como enquadramento analítico de sua própria investigação: o que as mortes fazem dos vivos? Ou, adaptando esta questão a meu campo: de que modo as histórias das mortes podem afetar os vivos? Para tanto, também gostaria de falar um pouco sobre luto e memória.

Embora reconheça a importância em se deter sobre a força das emoções envolvidas no processo de luto, tal como defendido por Rosaldo, aqui gostaria de atribuir foco a seu entendimento como “um processo ativo em vez de uma reação emocional automática à perda” (Hemer, 2020: 2). Práticas, portanto – que podem interseccionar o campo dos rituais, mas não se limitam a ele. Aqui, atento a práticas levadas a cabo por companheiros que se manifestaram publicamente à morte de Fernanda e expressaram mecanismos de enfrentamento de sua perda.

No programa de TV da afiliada paraibana da Rede Globo, “Bom Dia Paraíba”, de 2 de fevereiro, a reportagem de 6 minutos gasta pouco do tempo falando sobre seu adoecimento, últimos dias e morte; quase a inteireza da reportagem é dedicada a apontar os papéis ocupados por Fernanda



em diversas dimensões da vida (o repórter presente no velório salientando que era “técnica em enfermagem, era também militante do movimento LGBTQI+, (...) foi artista de circo, atriz”), e sua participação em empreendimentos coletivos (“foi fundadora e também presidente da Associação de Travestis da Paraíba, (...) em 2014 participou da fundação da Unidos do Roger, onde atuava como presidente”). O âncora destaca: “a história de Fernanda Benvenutty se mistura com as causas sociais e a alegria do carnaval. Fernanda deixa um legado de causas sociais.”

Na reportagem, que se dedica mais a rememorar a trajetória de Fernanda e apresentar registros de sua vida a partir de fotos pessoais e vídeos de aparições públicas e entrevistas do que em descrever as circunstâncias de seu falecimento (salientando brevemente ser decorrente de uma “luta contra o câncer”), colegas de escola de samba e do ativismo trans são entrevistados:

Fernanda vai deixar um legado incomparável, e através desse legado ela nos fez um pedido muito especial (...). Vamos colocar sim a Unidos do Roger na avenida, até porque o enredo é “Abram Alas que ela vai passar: Fernanda Benvenutty, um legado de luta e suor” (Jaciana Xavier, Diretora da escola de samba)

Se hoje em dia o movimento de travestis e transexuais tem seus direitos adquiridos na saúde, a questão do nome social, a questão da inserção no mercado de trabalho, sempre tem Fernanda Benvenutty. Cabe a nós que ficamos erguer e continuar a fábula que é Fernanda Benvenutty. (Andreina Gama)<sup>194</sup>.

No dia seguinte e no mesmo programa o repórter, ao acompanhar os preparativos para o enterro, faz duas perguntas a Micael, companheiro de organização da escola de samba que Fernanda considerava como um filho: “E Fernanda deixa uma lacuna, uma perda imensa pra esse movimento carnavalesco aqui de João Pessoa, não é não?” e “Qual principal lembrança que Fernanda deixa – como ser humano, como amiga e também parceira do carnaval e incentivadora do carnaval esse tempo todo?” A esta última Micael responde:

A força. A força de correr atrás das coisas, de batalhar, ajudando as pessoas, ajudando pessoa que ela nem sabia quem era mas ajudava, em tudo que ela fazia, era com força e humildade, e sempre pra conseguir ajudar ao máximo as pessoas que se aproximavam dela.<sup>195</sup>

Já no site do Parlamento PB, o sepultamento é noticiado com uma breve biografia e informação sobre a causa de seu falecimento; mas o destaque se refere ao fato de o enterro ter sido não só testemunhado pelos integrantes da escola de samba Unidos do Roger, como também embalado “ao som de samba”: “não deixe o samba morrer”, e o samba-enredo do desfile que se deu alguns dias depois, em homenagem a Fernanda. Na letra da canção, a referência a sua história de

<sup>194</sup> Ver em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/02/fernanda-benvenutty-morre-aos-57-anos-em-joao-pessoa.ghtml> (acesso em 14 de janeiro de 2022).

<sup>195</sup> Ver em: <https://globoplay.globo.com/v/8289156/> (acesso em 14 de janeiro de 2022).

vida com frases como “o seu legado é imortal”, “exemplo pra deixar em nós” e “ativista do riso, (...) foi mãe, parteira, (...) lutou contra o preconceito e a discriminação.”<sup>196</sup>

Quando seu falecimento foi tornado público, figuras da política partidária e da militância se manifestaram em notas de pesar. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais lançou a seguinte declaração:

É com imensa tristeza que a ANTRA informa que neste 2 de fevereiro, partiu desse plano a nossa querida Fernanda Benvenutty.

Ela que foi pioneira de muitas lutas e batalhas perdeu a vida vitimada pelo câncer. Nós estamos dilaceradas por perder tão importante personalidade, mas temos certeza que ela cumpriu o seu papel. E nos deixou um belo legado de luta e resistência. (...) Guardem as lembranças felizes que estiveram presentes onde Fernanda passou, e que ela siga em paz. Nós continuamos aqui na luta que ela tanto ajudou.

O luto que se segue à morte de Fernanda se dá através da rememoração de sua vida, de feitos que exerceu e de papéis que ocupou que imprimiram efeitos no mundo: “ela deixou um legado”, todes dizem. A fragilidade do adoecimento e a morte recebem pouca atenção. No máximo, mencionam sua “batalha contra o câncer”, e o que ela era capaz de fazer a despeito da doença. No blog “Observatório G”, da UOL, a notícia sobre seu falecimento é acompanhada do comentário de um companheiro de escola de samba: “Não tinha nada que fizéssemos, que não fosse passado para ela e precisava ter o seu aval. Queria saber de tudo, mesmo estando em casa. Sempre conversávamos, as ideias eram discutidas e tudo dependia do seu sim”<sup>197</sup>.

A ênfase em relembrar a vida em vez de reconstituir aspectos do falecimento se distancia das convenções de representação de travestis negras, em especial de suas mortes. Como já salientei, uma literatura crítica vem mostrando como a mídia é povoada principalmente por detalhes da violência empregada em homicídios que as vitimam, e por interesse maior em expor seus corpos brutalizados em vez de seus nomes e trajetórias em vida. Mas aí está uma das diferenças que distanciam Fernanda desses demais casos: sua morte foi ocasionada por uma doença não envolta por pânico moral (como infecções sexualmente transmissíveis), já em terceira idade, após uma vida repleta de conquistas socialmente legítimas – como filhas, trabalho formal no setor da saúde, engajamento político reconhecido por lideranças partidárias.

O contexto e a causa fazem com que a sua seja considerada uma boa morte – para usar os termos recuperados por Susan Hemer (2020) de um corpo de trabalho acerca dos conceitos contrastivos. Se a boa morte ocorre “após uma vida longa e bem sucedida, em casa, sem violência

<sup>196</sup> Ver em: <https://parlamentopb.com.br/corpo-de-fernanda-benvenutty-e-sepultado-ao-som-de-samba-assista/> (acesso em 14 de janeiro de 2022).

<sup>197</sup> Ver em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/morre-aos-57-anos-ativista-lgbt-fernanda-benvenutty>

ou dor, com a pessoa morrendo em paz com seu entorno e tendo pelo menos algum controle sobre os eventos” (Searle; van der Geest, 2004: 885 apud Hemer, 2020: 2), más mortes são traumáticas, súbitas, inesperadas, prematuras e envolvidas por violência, como os homicídios que saturam as estatísticas de morte de mulheres transexuais e principalmente travestis negras. A classificação negativa da morte afeta, afirma Hemer, a experiência de enlutamento e o que vem à atenção ao rememorar a pessoa falecida e conduzir ritos funerários: o silêncio que evita trazer aspectos perturbadores da morte à tona ou rumores que apenas especulam seus detalhes; a preponderância de manifestações de choque, negação, raiva e indignação; a inviabilização ou reorganização de ritos funerários; reajuste das dinâmicas em torno do que se lembra e do que se esquece sobre quem morreu. Nesse aspecto, a boa morte contrastivamente permite outro enfoque que não no evento do falecimento e na administração das perturbações que ele engendra.

O ato contínuo de lembrar dos feitos realizados por Fernanda durante sua vida e o impacto que teve em comunidades mais amplas não só se enquadra em uma lógica de enlutamento de classificações positivas da morte; ele faz parte de um movimento incipiente de ruptura com o citado padrão de representação de travestis negras, recusando o binário lugar de vítima-lugar de pessoa suspeita, ora sem agência e poder sobre a própria vida, ora dotada de intenção de perverter e destruir a socialidade tal qual é hegemonicamente ordenada. Sua imagem de lutadora, defensora de mais vulneráveis que conquistou vitórias contra a desigualdade e o preconceito é reiterada por enlutades, destacando assim a manifestação da vontade em agir visando à equidade. Essa vontade e sua eficácia também se manifestam na recorrência da expressão “deixar um legado”, e de afirmações tanto na nota da ANTRA quanto na declaração de Andreina de que é necessário “guardar essa lembrança” – ou seja, não basta que o legado exista. É necessário que ele nunca deixe de ser associado à trajetória e ao nome de Fernanda.

Esse imperativo foi rapidamente posto em ação nos meses que se seguiram. Em outubro de 2020, o edital na Paraíba referente à Lei Aldir Blanc, que previa auxílio financeiro ao setor cultural visando reduzir o impacto da interrupção de eventos por conta da eclosão do COVID-19, levou seu nome. Na página do edital, encontramos uma síntese biográfica, destacando seu envolvimento com atividades como artes circenses e sua dedicação ao carnaval<sup>198</sup>. Dois meses depois, a Parada LGBTQIAP+ de João Pessoa, transmitida virtualmente no YouTube, se realizou com o tema “Movimento social é força, garra e atitude: viva Fernanda Benvenutty! No ambiente em que a Parada foi gravada, é possível notar ao fundo um painel que à esquerda tem o logo de coletivos do estado e à direita tem um farol que emana um feixe de luz em arco-íris. Esse feixe se expande e

<sup>198</sup> Ver em: <https://sites.google.com/view/leialdirblancpb/credenciamentos/edital-fernanda-benvenutty> (acesso em 17 de janeiro de 2022).

banha a imagem de rosto e torso de Fernanda, sorridente e de peito aberto. Respectivamente, na abertura de sua realização, ouvimos Roberto Maia, coordenador do Centro de Cidadania LGBT de João Pessoa, e logo depois Andreina Vilarim como representante do movimento LGBT da cidade:

Foi Fernanda Benvenutty que levou essa política [falando sobre políticas públicas à população LGBTQIAP+] pro Ministério da Saúde e que a gente tem hoje várias políticas de inserção social dessa população. Então eu queria agradecer principalmente à memória de Fernanda e Luciano [Bezerra, um dos fundadores do Movimento do Espírito Lilás], que não estão aqui, mas que lutaram incansavelmente pra que a gente pudesse fazer política pública nesse país.

Enquanto as Fernandas da vida, os Lucianos Bezerra da vida e os João Balula da vida estiverem entre nós... porque eu não acredito numa morte. Eu acredito numa continuação. (...) Fernanda foi voar. Fernanda voou e galgou e buscou tantas lutas, conseguiu que a gente tivesse tantas conquistas, que hoje a gente consegue dialogar com o município, consegue dialogar com o estado (...). Não vamos desistir. Hoje toda a gratidão pela história e o legado dessas três pessoas. Fernanda Benvenutty, presente! (...)Esse ano eu vi uma pessoa que não tinha o direito de partir. Mas ela nos deixou no dia 2 de fevereiro. Nesse dia 2 de fevereiro começa um legado de uma associação que muitas vezes é uma letra que tava lá no final. A letra das travestis e transexuais. (...) É muito importante que a gente continue a ser resistência porque Fernandas, Lucianos e João Balulas lutaram pra que essas pessoas, principalmente mulheres travestis e transexuais saíssem da escuridão. Nós só tínhamos o gueto. Nós só éramos criaturas da noite. Hoje a gente consegue sim adentrar os espaços e saber que tem políticas que foram conquistadas pelo movimento social. (...) É uma honra muito doída substituir uma pessoa que não tem substituição. Independente de credo, essas pessoas continuarão vivas. (...) Fernanda Benvenutty vai continuar sempre viva (...).<sup>199</sup>

Em abril de 2021, a Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou por unanimidade o Projeto de Lei que atribui o nome de Fernanda ao Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais localizado em João Pessoa. Em declaração à imprensa, a deputada estadual Estela Bezerra, autora do Projeto de Lei, destacou que “Fernanda foi uma ativista importante, que debatia e lutava pela cidadania da população LGBTQIA+, especialmente das mulheres trans e travestis. Foi uma grande educadora política, e que promovia a cidadania de todas e todos”<sup>200</sup>.

Notemos que, de modo generalizado, tanto essa forma de lembrar logo em seguimento de sua morte quanto as memorializações a partir do batismo com seu nome de eventos e políticas públicas atuam em consonância com a travestilização do modelo heroico de narrar que havia

<sup>199</sup> Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=syeXJwiMLj4&t=1536s> (último acesso em 17 de janeiro de 2022)

<sup>200</sup> Ver em: <https://parlamentopb.com.br/alpb-aprova-homenagem-a-fernanda-benvenutty-em-ambulatorio-para-travestis-e-transexuais/> (último acesso em 17 de janeiro de 2022).

explorado anteriormente neste capítulo. A morte não faz com que ele seja abandonado; apenas leva à entoação por outros sujeitos que não Fernanda. Não interrompe o empreendimento político de reestruturação de histórias de vida travestis; apenas o desloca para que a instância da enunciação não seja o autobiográfico, mas a prática do luto. Esse modo de invocação do passado ao presente através tanto da reiteração de Fernanda e de seu caráter de “guerreira” quanto da permanência e ação de suas “conquistas” passadas no presente se condensam na fala de Andreina ao dizer que a morte não é ruptura – Fernanda continua viva seja nas marcas que imprimiu no mundo, seja em pessoas como ela.

Catarina Morawska, ao acompanhar as iniciativas de luto das Mães da Saudade e dos jovens do Grupo Comunidade em Peixinhos diante da morte de rapazes (2018), destaca como a prática de vivê-lo através da memória estabelece uma experiência coletiva que tem efeitos políticos de reorganização do enquadramento moral dos meninos que se foram e seus falecimentos. “Processo ao largo de qualquer intencionalidade” (ibid.: 339), ele não é menos potente em termos de reestabelecimento dos termos a partir dos quais boas e más mortes se dão com base em atributos de sujeitos – a saber, trabalhadore versus alma sebosa. A antropóloga nos mostra como a construção de “mapas mnemônicos de socialidade” (Marques, 2013) por essas mães permite reorganizar os falecimentos de seus filhos não como consequências inescapáveis de sua essência moral, mas como desenrolares de caminhos a eles negados e apresentados como possíveis devido a um contexto mais amplo marcado por desigualdade.

Lembrar seu trânsito por esses caminhos, saturar o presente com esses passados e com aparições desses rapazes leva a um encontro entre vives e mortes capaz de reivindicar a reconfiguração de políticas de enfrentamento à violência e a reorganização simbólica de responsabilização de mortes. O lamento pela perda como ato público de rememoração redireciona o foco a regimes sociais de reprodução de desigualdade social que precarizam vidas e as culpabilizam e estigmatizam, em uma retórica individualizante, por sua própria vulnerabilização.

Cito esta reflexão fundamental de Morawska porque há algo muito similar em curso no luto vivido em virtude da morte de Fernanda. A prática levada a cabo para lidar com sua ausência, tão similar entre diferentes sujeitos que receberam atenção da mídia e tão reiteradamente mantida ao longo dos meses que se seguiram – a saber, a rememoração de sua vida a partir de um repertório bélico e de um modelo heroico de enfrentamento individual e eficaz de desigualdades em prol de grupos vulneráveis, mesmos elementos por ela mobilizados em vida – não me parece ser algo combinado entre os envolvidos. No entanto, sua convergência não deixa provocar mudanças nos termos da política moral de representação de travestis negras: dando continuidade ao empreendimento da própria Fernanda, recusa-se o lugar de vítima e o enfoque na morte como

evento, no cadáver sem agência com sofrimento espetacularizado a olhos curiosos, atribuindo em vez disso foco a uma história de vida estruturada em um percurso linear e ascendente de disputa e triunfo da protagonista sobre obstáculos individual e coletivamente apresentados.

Também “ao largo de qualquer intencionalidade” eu e Silvana optamos por tratar do falecimento de Fernanda no livro seguindo esse empreendimento generalizado. Muito pouco dissemos sobre seus momentos finais – até porque muito pouco perguntamos a quem os testemunhou. A partir da análise de matérias jornalísticas e de entrevistas com pessoas próximas, elaboramos mais extensamente as homenagens a ela prestadas e os sinais de preservação da memória de sua trajetória. Encerramos o livro da seguinte forma:

Fernanda, de fato, permanece viva. Ela deixou fisicamente o mundo, mas não sem antes fazê-lo um lugar melhor, imprimindo tanto de si e dos seus projetos de comunidade digna, de igualdade. Deixou também uma história de vida impressionante para as travestis. Seus passos inspiram a não baixar a cabeça para o ódio e o preconceito, mesmo que o medo tome de assalto. Seus amores e alegrias revelam o quanto a existência pode ser mais bonita quando ousamos compartilhá-la com o mundo. Suas conquistas – na profissão, no carnaval, na família, na política, no movimento trans – ensinam que, quando lutamos pelo nosso direito de ser e viver, afetamos o futuro de nós mesmas e de outras que sonham seguir os mesmos caminhos, livres. (Benvenutty, Nascimento e Lima, no prelo)

Continuar a escrita também se tornou uma forma de luto: prática que permitiu que eu e Silvana enfrentássemos a ausência. Também se tornou prática levada a cabo pela memória: através do registro das lembranças de sujeitos sobre Fernanda e modos de manter seu nome e trajetória conhecidos e celebrados que se seguiu ao falecimento – suas memórias sobre a memorialização de Fernanda. Mas também, ao contrário do que havíamos imaginado, não se tratou de escrita sobre a morte, ou de escrita na ausência de Fernanda; inconscientemente inspirados por outres enlutados, mantivemos a estratégia narrativa heroica empregada em sua oralitura, e afastamos a fragilização. Da mesma forma, a falta também foi afastada – dizer que ela “permanece viva” não foi apenas um artifício retórico, mas uma reorientação das fronteiras entre vida e morte inicialmente percebidas, e contraditas pelo luto de companheiros de Fernanda.

Assim como Morawska argumentou (2018), trata-se de atentar para o modo como experiências coletivas de luto perturbam dualismos, e reconhecer a vida nas conectividades que se mantém a partir da coexistência do passado com o presente: aqui, em especial, a agudeza da memória de sua existência, e as consequências de seu engajamento na política, no carnaval, no sistema de saúde do estado – em outras palavras, o caráter sólido, patente de seu *legado*.

## A reinscrição de tanto

A trajetória de ouvir a história de vida de Fernanda e traduzi-la em livro escrito acompanhou a trajetória desta tese do início ao fim: como mencionei, meu envolvimento com o projeto se deu logo após definir o tema de pesquisa de doutorado, em 2016, e segue até os momentos finais da elaboração desse capítulo final, no início de 2022 – aguardamos a impressão do livro, seu lançamento e sua disponibilização para venda pela editora Patuá. Mas talvez, como a leitura das últimas páginas demonstram, “acompanhar” não seja o melhor termo para dar sentido ao modo como esse empreendimento afetou meu olhar, minha investigação e quem eu sou.

Se chamei a tessitura de vida em fala empreendida por Fernanda de oralitura, é porque se enquadra no que o conceito de Leda Maria Martins evoca – assim como seus atos e sua presença no mundo reconfiguraram espaços, papéis sociais e primordialmente enquadramentos de sentido, sua operação de reconstituição oral da própria trajetória ao longo dos anos foi questionando e desfazendo sistemas de pensamento. Foi imprimindo, em mim e em meu modo de abordar o gênero auto/biográfico, a imprescindibilidade de atentar a outros moldes de operações cognitivas, de elaborações discursivas, de produção de conhecimento. “Littera” e “litura”, rasurou e gravou (Martins, 2009: 21) elementos fundacionais em minha investigação e em meu jeito de investigar. Da mesma forma se deram minhas interlocuções frequentes com Silvana ao longo do processo de escrita do livro – ela desafiou pressupostos, convidou a outras dinâmicas de apreensão.

Essa experiência colaborativa de falar, ouvir e escrever entre três corpos redirecionou e redesenhou a tessitura desse texto, essa tese que apenas meu corpo escreve. Se as palavras e as mãos são minhas, não o é o que me trouxe até elas. Não o é o caminho do meu entender. Os efeitos da trajetória que empreendemos juntas para fazer “Fernanda Benvenutty: uma política travesti” saturam a trajetória do meu modo de entender e das ideias que expresso ao longo das centenas de páginas deste documento – as deste capítulo, mas as que o precedem também. E um presente tão tremendo quanto a longa, densa, próxima prática de riscar e inscrever imaginários não pode ser aproveitado sem o reconhecimento e a evidenciação des que o doaram.



# CONSIDERAÇÕES

## FINAIS

Mas aqui, agora, só há nós dues. E há páginas em branco para minha mãe e para mim. Quando olho essas fotos antigas, vejo minha família voltar à vida (...). É impressionante pensar sobre todas essas histórias que fizemos, ajudamos a contar, ajudamos a criar – nossos corpos são uma biblioteca, e nossas histórias estão escritas como braile na pele. Não trocaria isso por nada no mundo; amo o barulho, a vivacidade das vozes rindo, discutindo, cantando números de bingo, e contando histórias em uma casa muito cheia. Na verdade, eu diria, esse é meu mundo.

Joshua Whitehead – Jonny Appleseed

Não sei exatamente como terminar esta tese. Ela é produto de tantos anos e histórias cuja potência reside nas reverberações, na alimentação dos fluxos que engendraram, que se costuram, que parece sem sentido pensar em um fechamento.

Uma síntese talvez seja mais possível do que conclusões peremptórias?

Espero ter deixado evidente que essa tese não teve como objetivo dizer o que são subjetividades trans – como se fosse um atributo essencial, atemporal, capturável que substancializa sujeitos (Cantarino, 2011) – ou estabelecer uma régua de “crenças” de autôries, como se avaliasse de algum modo a precisão de suas significações e testasse a correspondência entre “verdade objetiva” e o escrito (ibid.), em que eu pressuporia conhecer o “real.” O principal argumento que tentei sustentar ao longo destas páginas se refere ao acompanhamento de seus processos elaborativos assumindo a potência inventiva da literatura: é o de que a trajetória do gênero auto/biográfico trans, no Brasil e nos Estados Unidos, configura territórios epistêmicos possíveis que, paralelamente e em diálogo (por vezes tenso, por vezes negociado, por vezes inspiracional) a outros saberes como o biomédico e o campo institucional dos estudos trans, propõe outros modos de enquadramento da subjetividade generificada. No processo de fazê-lo, no entanto, pressupostos fundamentais de entendimento e classificação da realidade social também são tensionados – como noções de real e fantasia, de corpo, de tempo, de identidade e comunidade, de representação, de verdade, de pessoa.

Tais obras, produto de certo tempo e certo espaço, reagiram a e negociaram com termos do debate público vigente, com autoridades discursivas instituídas, com dinâmicas políticas, acadêmicas, ativistas e morais que se apresentaram contingencialmente. No processo de reconstituição e expressão de trajetórias individuais, de atribuição de inteligibilidade a elas, propuseram em diferentes moldes e a partir de diferentes mecanismos uma reconfiguração imprevista de elementos constitutivos mais amplos de matrizes de inteligibilidade social.

A análise dos argumentos elaborados pelas obras, informada pela teoria antropológica, permitiu situar essas formas de produção de enquadramento de sentido em seus contextos socio-históricos e em redes de relações sociais de modo a tratá-las em seus próprios termos – interpretar sua significância, potências, limitações situadas. A investigação que se dá a partir da prática antropológica permite, assim, questionar suposições de senso comum (sobre o que auto/biografia é; sobre o que transexualidade, travestilidade, transgeneridade são; sobre quais são os modos de fazer conhecimento; sobre o que é o real e o tempo) de modo a, com minhes interlocutórias, expandir a percepção sobre possibilidades de existir, narrar, conhecer e significar. Seguindo a linha de uma antropologia semiótica tal qual apresentada por Claudia Fonseca (1999), trata-se de “entender ‘o

que está sendo dito”” reconhecendo que, mesmo diante do mesmo idioma, universos simbólicos podem se diferenciar consideravelmente conforme o tempo e marcadores sociais da diferença e que seu entendimento depende sobremaneira do contexto histórico e social em que se inserem.

Nesse aspecto, este trabalho pode ser uma contribuição a campos interdisciplinares tais quais estudos queer e trans, que embora estabeleçam diálogo direto com as ciências sociais, eminentemente se detêm em um objeto de exame – como, digamos, obras de literatura – sem dar a mesma centralidade à conjuntura em que surge, conjuntura esta que participa de sua moldagem e sobre a qual recaem efeitos de sua feitura. Isso significa reconhecer as redes de sentido, relações e dinâmicas econômicas, políticas, morais e temporalmente situadas que atuam configurando matrizes de inteligibilidade e padrões de ação e socialidade – afetando diretamente modos de percepção, cognição e classificação por autôries, seus processos de subjetivação, sua produção escrita e suas formas de atuação política. Significa atentar a que respondem, com o que negociam, a que se alinham e a que se opõem, e por quê, não atribuindo expectativas de etnocêntricas e anacrônicas sobre elus.

Mas a antropologia que me inspira reconhece que a prática antropológica de conhecer é indissociável da situacionalidade e da parcialidade da pessoa antropóloga (Nascimento, 2019a). Ela se institui como “prática de sentido em continuidade epistêmica com as práticas sobre as quais discorre” (Viveiros de Castro, 2002: 115), assumindo como pressuposto fundamental do que é investigado sua “significação propriamente filosófica, como potencialmente capazes de um uso filosófico (ibid. 125) e constituídas por problemas e ideias que a fazem um modo particular de pensamento – não crenças, ou “visões de mundo”, ou “representações”. É um campo de razão. Ao tomar essas ideias como de mesmo plano, trata-se não de fazer uma pesquisa *sobre* pessoas, mas sim, como diz Ingold (2019), *com* pessoas: acolher o que interlocutôries oferecem, aprender com elus, abrir-se a seus questionamentos quanto a nossas certezas e pressupostos, mobilizar o saber transmitido visando transformações<sup>201</sup> – de forma mais ampla, em aliança e comprometimento político com elus no processo de enfrentamento de desigualdades e violência, mas de modo muito particular, também no se permitir afetar e refazer.

A trajetória de pesquisa desse conjunto de auto/biografias, que me levou a muitas mais e a outros ramos da literatura, a outras epistemologias e a outras formas de atuação política. teve efeitos radicais sobre meu modo de pensar, imaginar, consumir arte, fazer política, e principalmente significar minha existência. Apesar de tantas palavras e organizações de mundo que me foram dadas

---

<sup>201</sup> Referência fundamental da antropologia que envolve aprendizado e responsabilidade ética e política, a qual aspiro, que almejo fazer, é a de Bruce Albert. Recuperei um pouco sua reflexão sobre a prática antropológica e o modo como ela saturou a escrita conjunta de “A queda do céu” (2015) no capítulo 5.

por essas obras, não consegui fazer com que essa tese sobre auto/biografias fosse autobiográfica. Mas deixo aqui, registrada ainda que muito brevemente, a revolução muito pessoal provocada por essas tessituras de mundo que o gênero auto/biográfico trans engendra. É uma forma de acenar para o tanto que acontece em silêncio, para o que não habita páginas, mas reescreve a vida.

De um modo mais amplo, no entanto, espero que tenha ficado claro o intuito de esta tese, informada diretamente por estudos queer e trans, contribuir para a disciplina antropológica em termos de evidenciação de pressupostos cisnormativos de pensamento que a orientam. Embora o campo de investigação, na antropologia brasileira, de relações de gênero e subjetividades trans, tenha uma história e uma consolidação incontestáveis, a existência generificada em trânsito ocupa, com certa recorrência, o estatuto de tema e de identidade – não de perspectiva. E essa perspectiva, de saberes que produzidos por outra posicionalidade se baseiam em diferentes linguagens e referências, permite que se revelem pressupostos de permanência, modos binários de organização de pensamento e políticas articulatórias fundadas em lugares fixos de enunciação.

Fazê-lo a partir de escritas de si e da vida não é uma forma de reivindicar a mera inserção de sujeitos trans no campo antropológico – ainda massivamente ocupado por pessoas cis. Isso significaria manter o debate em termos de uma identidade substantiva autoevidente, de relatos sobre si que se bastam pelo que são. Sigo Susan Stryker (2020[2006]) e Sofia Favero (2020a), mais interessadas no que estes relatos podem fazer, e no que sujeitos que trazem implicado o conhecimento experiencial e suas trajetórias de corporalidade generificada podem desafiar e engendrar na disciplina antropológica. As obras aqui analisadas, a partir da perspectiva dos estudos queer e trans, carregam consigo o empenho reflexivo de autôries em perturbar epistemes estáveis, sistemas classificatórios em categorias discretas, fronteiras rígidas entre posicionalidades. Também propõem, nesses modos de falar de si, diferentes trajetórias de percepção, cognição e classificação do mundo, do tempo e da existência que muito têm a ensinar a nossas convenções metodológicas e analíticas.

Digo “empenho em perturbar” e “propor” porque, retomemos Cael Keegan (2018), certas fenomenologia e epistemologia trans se fundam em um movimento de imaginar o que ainda não está presente e não é; não necessariamente se realiza, porque nem tem esse poder. Para que dita realização do que não está presente ocorra, é necessário que, na dinâmica interlocutória, essas forças e sensibilidades realizáveis alcancem sentido. Que esse sentido tenha um caráter compartilhado de concretude possível. As propostas de enquadramento das auto/biografias aqui analisadas atingiram níveis muito distintos de realização quando de sua publicação e ao longo dos anos que se seguiram, como espero ter demonstrado. De Jorgensen, cujas teorias receberam considerável atenção de parte da comunidade médica e depois passaram a ser lidas como assimilacionistas por intelectuais trans;

a Anderson Herzer que teve sua identidade masculina negada até pelas pessoas mais próximas; a Thomas Page McBee e Janet Mock que alcançaram uma audiência ampla e diversificada e a vêm instando a questionar pressupostos fundantes de cisgeneridade e transgeneridade; a Thammy Miranda, cuja atenção massiva que recebe enfoca menos no que ele diz e mais no que, em tese, reflete – todes carregaram em suas ideias inscritas uma demanda de reconsideração, de refeitura de entendimento. E todes encontram diferentes aberturas a seus imaginários de devir.

Da mesma forma, a minha tese também propõe leituras em potencial, chaves especulativas de análise. Não pretendo de modo algum reivindicar meus argumentos como “descobertas”, como dados do real que apenas encontrei. São desenhos iniciais, parciais, limitados, de movimentos em direção a uma prática antropológica impregnada, intimamente constituída por saberes trans. A ideia nunca foi constatar coisas, mas sugerir caminhos e alimentar conversas. Logo, essas considerações finais não tinham como ser fechamentos de nada, ou reiteraões peremptórias. Quero que sejam, em continuidade às páginas anteriores, um convite para o que poderia ter sido e para o que pode vir a existir.

Cada obra daria uma tese; Luciana Ulgheri, que se debruçou sobre “A Princesa” (2016), demonstra isso. Cada uma carrega em si um universo em termos de construção narrativa, temas mobilizados, referências acionadas, relações às quais se atribui centralidade e as que não recebem atenção. Da mesma forma, a análise de conjuntos de obras, historicamente, comparativamente a conjuntos publicados em outros países, ou em um curto período de tempo e região também poderia atentar a diferentes aspectos: modos de elaboração escrita da memória; articulações entre texto e imagem; estratégias de atração de público leitor a partir de elementos paratextuais como capa, orelhas, prefácio e etc; dinâmicas políticas, econômicas e estéticas de engajamento de editoras diferentes na publicação de diferentes obras; exame do perfil de e entrevistas com autôries sobre seus processos elaborativos, intenções, expectativas e interpretações acerca das reações de crítica e público leitor; e mapeamento de vendas e recepção, acompanhando repercussão midiática, em redes sociais, e em comunidades variadas (grupos literários, movimentos sociais, contextos educacionais, etc). Poderia ser interessante examinar relações entre tais obras, editoras convencionais e editoras queer e trans; também entre tais obras, livrarias convencionais e livrarias feministas, queer e trans. Inclusive seria consideravelmente enriquecedor investigar o campo da não publicação de livros – autôries que não receberam atenção de editoras, que optaram por outras formas expressivas (como música, vídeo, artes plásticas, performance) ou que publicaram livros de forma independente.

Como creio que resta evidente agora, não fiz nada disso.

Isso, mais do que uma prestação de contas, é um convite. Um convite para que mais pesquisadôries mergulhem na complexidade e nuance que tais materiais revelam, em relação a

conjunturas em que surgem e os efeitos que produzem. Porque tais conjunturas têm sido, de diferentes formas e considerando variadas dimensões, brutalmente precárias para existências trans: da patologização da transexualidade que gerava curiosidade e horror nos anos 1950 dos Estados Unidos e 1980 no Brasil; passando pela rejeição que pessoas trans enfrentavam do movimento homossexual nos anos 90 e 2000; à hipervisibilização dos anos 2010-2020 que vem levando, sim, a maior disseminação de arte e ativismo, mas também a índices alarmantes de violência transfóbica e de empreitadas tanto do feminismo radical quanto de instituições políticas aparelhadas pela extrema-direita visando a destituição de sua cidadania e humanidade.

Há índices recordes de séries e filmes produzidos, roteirizados, dirigidos e interpretados por pessoas trans. Há cantôries e músiques trans chegando a espaços hegemônicos da indústria fonográfica. Há parlamentares trans ocupando casas legislativas. Há intelectuais trans ocupando a graduação, a pós-graduação e a docência nas universidades. Há a disseminação e diversificação da literatura trans, com obras que variam da poesia à ficção científica a obras para crianças e adolescentes a quadrinhos.

Mas também, neste momento em que escrevo, o Brasil segue ocupando o primeiro lugar, há anos, dentre os países com maior número de assassinatos de pessoas trans – seus números são maiores do que o segundo (México) e terceiro lugar juntos (Estados Unidos)<sup>202</sup> e têm leves oscilações que raramente, nos últimos anos, são menores que 140 homicídios<sup>203</sup>. O país também conta com mais de 30 projetos de lei ao longo de assembleias legislativas municipais e estaduais que visam à proibição do uso de linguagem neutra<sup>204</sup>. Durante a pandemia, a população trans tem sido particularmente afetada: a taxa de desemprego aumentou para 20,47%, e a insegurança alimentar para 56,82%<sup>205</sup>. Nem no campo do entretenimento há um respiro: a segunda participante trans em 22 edições do reality show Big Brother Brasil (um dos programas de maior audiência de TV aberta), a cantora Linn da Quebrada, vem reiteradamente sendo tratada com pronomes e termos masculinos pelos demais integrantes sem respostas mais contundentes da produção do programa –

<sup>202</sup> Ver dados do relatório anual produzido pela organização Transgender Europe em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/> (último acesso em 10/03/2022)

<sup>203</sup> De acordo com o Dossiê publicado pela ANTRA, foram: 144 mortes em 2016; 179 em 2017; 163 em 2018; 124 em 2019; 175 em 2020; e 140 em 2022. Ver mais em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> (último acesso em 10/03/2022).

<sup>204</sup> De acordo com mapeamento da Agência Diadorim. Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/23/brasil-tem-34-projetos-de-lei-estadual-para-impedir-uso-da-linguagem-neutra> (último acesso em 10/03/2022)

<sup>205</sup> De acordo com o relatório “Diagnóstico LGBTQ+ na pandemia 2021”, elaborado pelo #VoteLGBT. Ver mais em: <https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2B%2B%2Bbox%2B%2B%2Bdiagn%C3%B3stico%2BLGBT%2B2021+b+%28%29.pdf> (último acesso em 10/03/2022).

o que acaba por trivializar e transformar em produto a ser consumido a dor infligida a ela ao ser lida a partir do paradigma cisnormativo<sup>206</sup>.

Digo isso porque, assim como Pedro Lopes, acredito que “na versão final da tese ainda resta muito de projeto. (...) O futuro não é só um país estrangeiro: ele é morada do desejo, tempo da política” (2020: 368). E se o trabalho do tempo destas obras e destas epistemologias me ensinaram algo, é que, sim, os projetos de abjeção, desumanização e morte conduzidos pela cisnorma se revitalizam e perduram. Sim, esses projetos se engajam na instituição de percepções de permanência, repetição e adensamento inescapáveis de um estado de coisas – poder temporal já aventado por Halberstam (2005) e Muñoz (2009). Contudo, a trajetória da arte, do ativismo, do conhecimento e da existência trans tem revelado que a postura criativa subjuntivista também tem sido uma constante – como um requisito necessário à sobrevivência, como enfrentamento e perturbação do apego cis à cristalização atemporal, como um convite à expansão dos campos de significação e de condução da vida. Resta conhecer essa postura como ela merece, aprender com ela, materializar esses sonhos de possível. Meu desejo mora aí: nesses horizontes que não sabemos onde levarão, mas estão sendo trilhados com habilidade, inventividade, nuance, contradição.

---

<sup>206</sup> Amara Moira publicou recentemente um ensaio buscando complexificar o debate, atentando para a perpetuidade do enquadramento cisnormativo que situações de erro de pronomes revelam. Ver em: <https://buzzfeed.com.br/post/o-que-significa-errarmos-o-genero-de-pessoas-trans> (último acesso em 10/03/2022).



## Fontes

- 19ª Parada LGBTQIA+ de João Pessoa: movimento social é força, garra e atitude. 2020. 1 vídeo (6h18min). Publicado pela página Parada LGBTQIAP+ da Paraíba. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=syeXJwiMLj4&t=1536s>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- ÁDREON, Lóris. **Meu corpo, minha prisão**: Autobiografia de um transexual. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.
- AGOSTINHO, Victor. Roberta Close dança com marinheiro suíço. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 19 fev. 1996. Carnaval, p. 3.
- ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de; JANNELLI, Maurizio. **A princesa**: a história do travesti brasileiro na Europa escrita por um dos líderes da Brigada Vermelha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- ALPB aprova homenagem a Fernanda Benvenutty que terá nome em ambulatório. In: **Parlamento PB**. 21 abr. 2021. Disponível em: <https://parlamentopb.com.br/alpb-aprova-homenagem-a-fernanda-benvenutty-em-ambulatorio-para-travestis-e-transexuais/v>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- ANTONELLI, Ronaldo. Sandra Mara, a menina que se tornou Bigode. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 9 set. 1982. Ilustrada, p. 31.
- \_\_\_\_\_. Sandra Mara, morte, livro e polêmica. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 17 out 1982. Ilustrada, p. 55.
- ARONSON, Harvey. After 15 Years, Headlines Become Autobiography. **Nassau New York Newsday**, 1967.
- ASSALTANTES OBRIGAM PM A FICAR NU NA RUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 jul. 1991. Cotidiano.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BENVENUTTY, Fernanda; NASCIMENTO, Silvana de Souza; LIMA, Luiza Ferreira. **Fernanda Benvenutty**: Uma política travesti. São Paulo: Editora Patuá. No prelo.
- BIANCARELLI, Aureliano. 36% dos presos têm visita íntima na Detenção. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jul. 1991. Cotidiano.
- BOLDRINI, Angela; PITOMBO, João Pedro. Candidatxs – Transexuais ganham visibilidade na eleição e disputam prefeituras. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 st. 2016. P. 6.
- BONO, Chaz. **Transition**: the story of how I became a man. New York: Dutton, 2011.
- BORNSTEIN, Kate. **Gender outlaw**: on men, women, and the rest of us. New York: Vintage Books, 1995.
- \_\_\_\_\_. Her son/daughter. **New York Times**, New York, 19 jan. 1997. Section 6, p. 70.
- BRANTLEY, Ben. Review/Theater; Exploring Sexes and Identities. **New York Times**, New York, 30 ago. 1993. Section C, p. 13.
- \_\_\_\_\_. The year in the arts: Theater/1993; The attack of the souped-up cipher musicals. **New York Times**, New York, 26 dez. 1993. Section 2, p. 5.
- \_\_\_\_\_. In performance: Theater. **New York Times**, New York, 22 jun. 1994. Section C, p. 17.
- BUCK, Jerry. Sex-Switch Saga. **The Journal News**. Nyack, NY, 11 mai. 1986. The TV Book.
- CAMBARÁ, Isa. Roberta tenta vencer os preconceitos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 nov. 1983. Ilustrada.
- CASSARA, Joseph. **The house of impossible beauties**. Ecco Books, 2018.

- CLOSE, Roberta; RITO, Lucia. **Muito prazer, Roberta Close**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1998.
- CORPO de Fernanda Benvenutty é sepultado ao som de samba; assista. In: **Parlamento PB**. 3 fev. 2020. Disponível em: <https://parlamentopb.com.br/corpo-de-fernanda-benvenutty-e-sepultado-ao-som-de-samba-assista/>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- COYLE, Sandra. Transsexual Details a Female-to-Male Life. **The Herald Statesman**, Yonkers, NY, 1980. Books.
- CRISTINA a través del espejo (Temporada 1, ep. 5). **Veneno** (minissérie). Direção: Javier Ambrossi; Javier Calvo. Produção: Ignacio Corrales. Madrid: Atresmídia Corporación, 2020. Streaming (64min.), son., color.
- DONIZETT, Wandick. Travestis irritam moradores da Cidade Jardim. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1991. Cotidiano.
- \_\_\_\_\_. Travestis ameaçam moradores no Butantã. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 set. 1991. Cotidiano.
- EXAME VETARÁ TENISTA TRANSEXUAL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 ago. 1976. Esportes. Último acesso em 03/02/2022.
- FERNANDA Benvenutty morre aos 57 anos, em João Pessoa. In: **Bom Dia Paraíba**. Exibição em 3 fev. 2020. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8289156/>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- FLEISCHMANN, T. **Time is the thing a body moves through**. Coffee House Press, 2019. Edição digital.
- FRANCIS, Paulo. Diário da corte. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 27 abr. 1985. Ilustrada, p. 44.
- GONÇALVES FILHO, Antônio. Transexuais, vítimas do desrespeito sexual. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2 abr. 1985. Ilustrada, p. 27.
- GREEN, Jamison. **Becoming a visible man**. Vanderbilt University Press, 2004.
- GRUMBACH, Doris. Nonfiction in Brief. **New York Times**, New York, 6 nov. 1977.
- GUIMARÃES, Amanda. **Meu nome é Amanda**. Rio de Janeiro: Fabrica 231, 2016.
- HERZER. **A queda para o alto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.
- JACOBS, Andrew. His debut as a woman. **New York Times**, New York, 13 set. 1998. Section 6, p. 48.
- JOHNSON, Ken. Street Hustlers, in All Their Glamour and Grit. **New York Times**, New York, 21 jun. 2012.
- JORGENSEN, Christine. **Christine Jorgensen: A Personal Autobiography**. New York: Bantam Books, 1967.
- KLEINER, Dick. He Took Chance on Christine. **The Leader Herald**, Johnstown, NY, 20 jun. 1970.
- KRIEGER, Nick. **Nina here nor there: my journey beyond gender**. Boston: Beacon Press, 2011.
- KUSANO, Kazumi. Sandra Mara, 'A queda para o alto': em livro póstumo, o depoimento de amor e desespero da jovem travesti, ex-interna da Febem. **O Globo**. Rio de Janeiro, 10 out. 1982. P. 1-3.
- LEAL, abigail Campos. **escuiresendo: ontografias poéticas**. Uberlândia (MG): O sexo da palavra, 2020.
- LINHARES, Carolina; TAVARES, Joelmir. 'Puxador e chapa completa são táticas em eleição para vereador sem coligação. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 23 ago. 2020. Poder, p. A9.
- MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, travesti: memórias de Luísa Marilac**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- MARKUN, Paulo. João, o homem que nasceu Joana. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2 abr. 1985. Ilustrada, p. 27.
- MARTINO, Mario. **Emergence: A Transsexual Autobiography**. New York: Crown Publishers, 1977.

- MCBEE, Thomas Page. **Man alive**: a true story of violence, forgiveness and becoming a man. San Francisco: City Lights Books, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Amateur**: A true story about what makes a man. New York: Scribner, 2018.
- MCBRIDE, Sarah. **Tomorrow Will Be Different**: love, loss and the fight for trans equality. New York: Crown Archetype, 2018.
- \_\_\_\_\_. Two L.G.B.T.Q. Memoirs Sow the Seeds of Progress. **The New York Times**, New York, 23 mar. 2019.
- MÉDICO QUE OPEROU TRANSEXUAL SERÁ JULGADO ESTE MÊS EM SP. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 out. 1977. O País. Último acesso em 20/11/2018.
- MÉDICOS ACHAM QUE JESUS AJUDARIA OS TRANSEXUAIS. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 out. 1977. O Mundo. Último acesso em 20/11/2018.
- MENEZES, Carlos. Livros. **O Globo**. Rio de Janeiro, 2 st. 1985. Segundo Caderno, p. 6.
- MIRANDA, Thammy; ZANELATTO, Márcia. **Thammy**: nadando contra a corrente. Rio de Janeiro: BestSeller, 2015.
- MOCK, Janet. **Redefining realness**: my path to womanhood, identity, love & so much more. New York: Atria, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Surpassing certainty**: what my twenties taught me. New York: Atria, 2017.
- MORAIS, Lewy. Purpurina, beijos e belisões no Gala Gay. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 21 fev. 1985. Geral, p. 1.
- MORRE aos 57 anos ativista LGBT Fernanda Benvenutty. In: **Observatório G**. 2 fev. 2020. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/morre-aos-57-anos-ativista-lgbt-fernanda-benvenutty>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- MORRE Fernanda Benvenutty: Corpo da militante será enterrado hoje à tarde no cemitério Santa Catarina. In: **Bom Dia Paraíba**. Exibição em 2 fev. 2020. 1 vídeo (6 min). Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/02/02/fernanda-benvenutty-morre-aos-57-anos-em-joao-pessoa.ghtmlv>. Acesso em: 14 jan. 2022.
- NASH, Eric P. Does fashion matter? **New York Times**, New York, 24 out. 1993. Section 6, p. 46.
- NATALE, Denise. Transexuais e travestis, o drama de quem está insatisfeito com o corpo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 mar. 1984. Geral – Educação – 2º caderno. Último acesso: 3 dez. 2018.
- NERY, João W. **Erro de pessoa**: Joana ou João? Rio de Janeiro: Record, 1984.
- NERY, João W. **Viagem solitária**: memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.
- ‘OPERAÇÃO BONECA’ DETÉM 63. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 fev. 1991. Cotidiano.
- PINHO, Ruddy. **Eu, Ruddy**. Rio de Janeiro: Editora Avenir, 1980
- \_\_\_\_\_. **Quando eu passo batom me embriago**. Rio de Janeiro: Edições Trote, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Liberdade ainda que profana**. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1998.
- PRADO, Carol. Thammy Miranda se filia a partido de Bolsonaro, que pode lançá-lo candidato. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 set. 2015.
- REMICK, Noah. Activists Say Police Abuse of Transgender People Persists Despite Reforms. **New York Times**, New York, 6 set. 2015.
- REVELAÇÃO. Direção: Sam Feder. Produção: Charlotte Cook; Laverne Cox; et al. Field of Vision, 2020. Streaming (100 min.), son. color.
- REVERSÃO SEXUAL LEVA MEDICO À CONDENAÇÃO. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 set. 1978. Local. Último acesso em 03/02/2022.
- REZENDE, Otto Lara. Vai-te embora, menina morta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 set. 1982. 2º Clichê, p. 6.
- RICHARDS, Renée. **Second Serve**: The Renée Richards Story. New York: Stein and Day, 1983.
- RODRIX, Zé. **Livrarias e editoras**. Folha de São Paulo. São Paulo, 30 jun 1985. Ilustrada, p. 81.
- ROONEY, David. Seeking Acceptance, and Family, in One’s Shifting Gender. **New York Times**, New York, 12 out. 2011.

SALU, Diana. **Cartas para ninguém**. Padê Editorial, 2019.

SEXO, CADA VEZ MAIS COMPLEXO: mudanças de gênero em 2015. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 dez. 2015. P. 29.

SIMÃO, José. Jardim Botânico inventa a periquita pirotécnica! **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 9 de janeiro de 1991. Ilustrada, p. 7.

\_\_\_\_\_. Faixa etária de Hebe cai uns 200 anos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 16 out. 1991. Ilustrada, p. 5.

SMITH, Dinitia. One false note in a musician's life: Billy Tipton is remembered with love, even by those who were deceived. **New York Times**, New York, 2 jun. 1998. Section E, p. 1.

SONTAG, Deborah. Once a Pariah, Now a Judge: The Early Transgender Journey of Phyllis Frye. **New York Times**, New York, 29 ago. 2015.

STEINMETZ, Katy. The Transgender Tipping Point. **Time Magazine**. 28 may 2014.

STELTER, Brian. Victory Eludes Chaz Bono, but Not Fame. **New York Times**, New York, 26 out. 2011.

STEVENS, Matt. Sarah McBride wins her State Senate race in Delaware, a landmark for transgender legislators. **New York Times**, New York, 3 nov. 2020.

STYCER, Mauricio; LOZANO, André. Travestis organizam sindicato em SP. **Folha de S. Paulo**, SP, 12 jul. 1992. Cotidiano.

SUPLICY, Marta. Nas prisões, o pouco que sabemos para compreender. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 21 nov. 1982. Mulher, p. 5

TALUSAN, Meredith. Why 'Tomorrow Will Be Different' for the Transgender Community. **New York Times**, New York, 20 mar. 2018.

TAVARES, Joelmir. GARCIA, Guilherme. Sem cotas, negros e LGBTs buscam espaço na política e celebram avanços. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 set. 2020. Poder. P. A9.

TAYLOR, Kate. A Transgender Candidate Is Hoping to Make History. **New York Times**, New York, 22 mar. 2012.

TREBAY, Guy. Giving Voice to the Once-Silent. **New York Times**, New York, 11 ago. 2010.

UN viaje em el tiempo (Temporada 1, ep. 2). **Veneno** (minissérie). Direção: Javier Ambrossi; Javier Calvo. Produção: Ignacio Corrales. Madrid: Atresmídia Corporación, 2020. Streaming (53 min.), son., color.

## Referências bibliográficas

- ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: LUTZ, Catherine; ABU-LUGHOD, Lila (eds.). **Language and the politics of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- AHMED, Sara. Orientations: Toward a Queer Phenomenology. In: **GLQ – A Journal of Gay and Lesbian Studies** 12:4, 2006. Pp. 543-574.
- \_\_\_\_\_. **Queer Phenomenology**: Orientations, objects, others. Durham and London: Duke University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. An Affinity of Hammers. In: **TSQ: Transgender Studies Quarterly**, Volume 3, Numbers 1-2, May 2016. 22-34.
- AIZURA, Aren Z. **Mobile Subjects**: Transnational Imaginaries of Gender Reassignment. Duke University Press Books, 2018.
- AIZURA, Aren Z. et al. Introduction. In: **TSQ: Transgender Studies Quarterly**. Volume 1, Nº 3. August 2014. Pp. 308-319.
- ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. Estamos sempre em guerra? Estudo cognitivo sócio-histórico de uma metáfora da gripe espanhola e da COVID-19. In: **Estudos Linguísticos E Literários**, (69), 366–395. 2021.
- ALMEIDA, Guilherme. Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades? In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.
- ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. In: **Ágora** (Rio de Janeiro), v. IX n. 1. Jan/jun 2006. Pp. 49-63.
- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. In: **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 19[1]: 15-41, 2009.
- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(4): 1141-1149, 2009.
- ARAÚJO, Marcella. Esboço de crítica do discurso de “guerra contra o coronavírus. In: **Horizontes ao Sul**, 24 de março de 2020. Acesso em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/03/15/esboco-de-critica-do-discurso-de-guerra-contra-o-coronavirus>
- ÁVILA, Simone Nunes. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem**: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo. 243p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- BACKES, Suelen. **Produção e consumo de vídeos on-line**: análise de práticas e técnicas para o desenvolvimento de influenciadores digitais profissionais a partir do YouTube. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.
- BAILEY, Marlon M. Gender/Racial Realness: Theorizing the Gender System in Ballroom Culture. In: **Feminist Studies**, Vol. 37, Nº 2, RACE AND TRANSGENDER STUDIES (Summer 2011), pp. 365-386.
- BARRY, Elizabeth. Celebrity, cultural production and public life. In: **International journal of cultural studies**. 2008. Volume 11 (3): 251-258.
- BEDERMAN, Gail. **Manliness and civilization**: a cultural history of gender and race in the United States, 1880-1917. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENJAMIN, Harry. Transsexualism and Transvestism as Psycho-Somatic and Somato-Psychic Syndromes (1954). In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds.). **The Transgender Studies Reader**. New York: Routledge, 2006.



- \_\_\_\_\_. **The Transsexual Phenomenon**. New York: The Julian Press Inc. Publishers, 1966.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BETTCHEER, Talia Mae. Trapped in the Wrong Theory: Rethinking Trans Oppression and Resistance. In: **Signs: Journal of Women and Culture in Society**. 2014, Vol. 39, Nº 2.
- BEY, Marquis. The Trans\*-ness of Blackness, the Blackness of Trans\*-ness. In: **TSQ: Transgender Studies Quarterly**, Volume 4, Number 2, May 2017. 275-295.
- \_\_\_\_\_. **The Problem of the Negro as a Problem for Gender**. University of Minnesota Press, 2020.
- BISPO, Raphael. **Rainhas do reboledo: Carreiras artísticas e sensibilidades femininas no mundo televisivo**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2015.
- \_\_\_\_\_. Por uma etnografia dos artistas populares: reflexões sobre personas midiáticas e biografias de celebridades. In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela (orgs.). **Vida & grafias: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia**. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2015.
- \_\_\_\_\_. “Deus dá uma segunda chance”: sofrer e refazer mundos em testemunhos religiosos. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 111-139, maio/ago 2019.
- BISPO, Raphael; COELHO, Maria Claudia. Emoções, Gênero e Sexualidade: apontamentos sobre conceitos e temáticas no campo da Antropologia das Emoções. In: **cadernos de campo**, vol. 28, n. 2, São Paulo, 2019.
- BOELLSTORFF, Tom. When Marriage Falls: Queer Coincidences in Straight Time. In: **GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies**. 13:2-3, pp. 227-248. 2007.
- BRONSKI, Michael. **A Queer History of the United States**. Boston: Beacon Press, 2011.
- BRUNER, Edward M. Experience and Its Expressions. In: TURNER, Victor W.; BRUNER, Edward M. (eds.) **Anthropology of Experience**. Urbana and Chicago; University of Illinois Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. The Narrative Construction of Reality. In: **Critical Inquiry**, 18 (1), 1991, pp. 1-21.
- BUTLER, Judith. The Force of Fantasy: Feminism, Mapplethorpe, and Discursive Excess. In: **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**. 2.2 (1990).
- \_\_\_\_\_. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del sexo**. 2ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- \_\_\_\_\_. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Caderno de leituras** n. 78 – Chão da feira. Junho de 2018. Pp. 1-16.
- CALAVIA, Oscar. Autobiografia e sujeito histórico indígena. In: **Novos Estudos CEBRAP** 76. 179-195, novembro de 2006.
- CALIFIA, Patrick. **Sex changes: the politics of transgenderism**. 2<sup>nd</sup> Edition. Cleis Press, 2003.
- CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**. N.14 – ago. 2013 – pp. 319-351.
- CARVALHO, Mario et al. Metáforas de um vírus: reflexões sobre a subjetivação pandêmica. In: **Psicologia e Sociedade**, n. 32, 1-15. 2020.
- CAVALCANTI, Céu; BARBOSA, Roberta Brasilino; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Os tentáculos da tarântula: abjeção e necropolítica em operações policiais a travestis no Brasil Pós-redemocratização. In: **Psicologia: Ciência e Profissão**. V. 38, núm. esp. 2, 2018. P. 175-191.

- CHAVES, Leocádia Aparecida. **A escrita autobiográfica trans como estratégia de resistência e organização**: vaga-lumes na escuridão de nosso tempo. 155p. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília, DF: 2021.
- CHEN, Jian Neo. **Trans Exploits**: Trans Of Color Cultures And Technologies in Movement. Duke University Press, 2019.
- COACCI, Thiago. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público**: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. 290f. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, MG: 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness And The Politics Of Empowerment. New York: Routledge, 2000.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. Etnografia e imaginação histórica. In: **Proa** – Revista de Antropologia e Arte [online]. Ano 02, Vol. 1, Nº 02, nov. 2010.
- COMUNIDADE CATRILEO+CARRIÓN. Utopias mapuche não binárias para um presente epupillan. In: **Caderno de Leituras** n. 124. Belo Horizonte: Edições Chão da Feira, março de 2021.
- COSTA, Caio Jade Puosso C. Gouveia Costa. Saídas de Emergência: autobiografias e espiritualidades trans. In: **Sacrilegens**, Juiz de Fora, V. 17, n. 1, p. 32-45, jan-jun/2020.
- \_\_\_\_\_. Nem isto nem aquilo: masculinidades diversas nas autobiografias A queda para o alto de Anderson Herzer e Erro de pessoa: Joana ou João? De João W. Nery. In: ALÓS, Anselmo Peres; FERREIRA, Cinara Antunes; REIS, Dennys Silva (orgs.). **Poéticas e políticas do feminino na literatura**. Porto Alegre: Class, 2021.
- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015. Pp.: 27-52.
- CSORDAS, Thomas J. **Corpo/significado/cura**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.
- DAS, Veena. **Life and words**: violence and the descent into the ordinary. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2007.
- DE DEUS, Amadeu Lima. **“Somos veteranas!”** – As experiências do tempo vivido a partir das narrativas e das memórias de mulheres travestis e transexuais. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.
- DE JESUS, Dánie Marcelo; CARBONIERI, Divanize; NIGRO, Cláudia Maria Ceneviva (orgs.). **Estudos sobre gênero**: identidades, discurso e educação – homenagem a João W. Nery. Pontes Editores, 2017.
- DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- \_\_\_\_\_. **The practice of love**: lesbian sexuality and perverse desire. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1994.
- DE SOUZA, Veronica Laveli. **DIGITAL INFLUENCERS**: um estudo sociológico sobre o empreendedorismo digital e a cultura da recomendação. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2019.
- DESPENTES, Virginie. Prólogo. In: PRECIADO, Paul. **Un apartamento en Urano**: Crónicas del Cruce. Barcelona: Editorial Anagrama, 2019.
- DIAS, Susana Oliveira. **Papelar o pedagógico...** escrita, tempo e vida por entre imprensas e ciências. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 2008.
- DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 51-78, maio/ago. 2019.
- DRAKE, Philip; MIAH, Andy. The cultural politics of celebrity. In: **Cultural Politics**. Volume 6, Issue 1. Pp. 49-64.



- DRISKILL, Qwo-Li. **Asegi stories**: Cherokee queer and two-spirit memory. Tucson: The University of Arizona Press, 2016.
- DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens**: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Gêneros incríveis**: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) *passar por* homem e/ou mulher. 2ª ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2019.
- EDELMAN, Lee. **No Future**: Queer Theory and The Death Drive. Durham: Duke University Press, 2004.
- ELLISON, Treva et al. We Got Issues: Toward a Black Trans\*/Studies. In: **TSQ: Transgender Studies Quarterly**. Volume 4, Nº 2. May 2017. Pp. 162-169.
- FACCHINI, Regina. **“Sopa de letrinhas”?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2002.
- FASSIN, Didier. **Humanitarian reason**: a moral history of the present. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2012.
- FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. In: **Equatorial**, Natal, v. 7, n. 12, jan/jun 2020a.
- \_\_\_\_\_. **Crianças trans**: infâncias possíveis. Editora Devires, 2020b.
- FELDMAN, Allen. On cultural anesthesia: from Desert Storm to Rodney King. In: **American Ethnologist** 21(2): 404-418. 1994.
- FERRIS, Herry O. Seeing and being seen: the moral order of celebrity sightings. In: **Journal of Contemporary Ethnography**, Vol. 33, No. 3, June 2004. 236-264.
- FISHER, Simon D.; PHILLIPS, Rasheedah; KATRI, Ido H. Guest Editors Introduction: Trans Temporalities. In: **Somatechnics** 7.1 (2017): 1-15.
- FLORENTINO, Cristina de Oliveira. **Bicha tu tens na barriga, eu sou mulher**: etnografia sobre travestis em Porto Alegre. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: 1998.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- \_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia, a história (1971). In: **Ditos & Escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- \_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. Entrevista com H. Becker, R. Fornet-Betancourt, A. Gomez-Müller, em 20 de janeiro de 1984. In: **Ditos & Escritos V**: Ética, sexualidade, política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **O que é a crítica?** Conferência proferida por Michel Foucault na Sociedade Francesa de Filosofia, em 27 de maio de 1978. Tradutores independentes. Rio de Janeiro: Lug Editora, 2019.
- FRANCO, Túlio Maia. COVID-19 e suas metáforas. In: **Ponto Urbe** n. 27, 2020.
- FREEMAN, Elizabeth. **Time Binds**: Queer Temporalities, Queer Histories. Durham: Duke University Press, 2010.
- FREIRE, Lucas. Em defesa da dignidade: moralidades e emoções nas demandas por direitos de pessoas transexuais. In: **Mana** vol. 26 no. 2, Rio de Janeiro, 2020.

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GLISSANT, Edouard. **Poetics of relation**. The University of Michigan Press, 1997.
- GLOVER, Julian Kevon. Redefining Realness?: On Janet Mock, Laverne Cox, TS Madison, and the Representation of Transgender Women of Color in Media. In: **Souls** Vol. 18 Nos. 2-4, April-December 2016, pp. 338-357.
- GOLDMAN, Marcio. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1996, v. 39 Nº1.
- GOPINATH, Gayatri. *Unruly visions: the aesthetic practices of queer diaspora*. Durham: Duke University Press, 2018.
- GYASI, Yaa. **O caminho de casa**. Rocco Digital, 2017.
- HALBERSTAM, Jack. **Female masculinity**. Durham and London: Duke University Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. **In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives**. New York: New York University Press, 2005.
- \_\_\_\_\_. Trans\* - Gender Transitivity and New Configurations of Body, History, Memory and Kinship. In: **Parallax**, 22:3, 366-375. 2016.
- \_\_\_\_\_. **A arte queer do fracasso**. Recife: CEPE, 2020.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: **cadernos pagu** (5) 1995: pp. 07-41
- \_\_\_\_\_. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. In: **cadernos pagu** (22) 2004: pp. 201-246.
- HARRISON, Mark. The Medicalization of War – The Militarization of Medicine. In: **The Society for the Social History of Medicine**. 267-276, 1996.
- HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. In: **Revista EcoPós – Dossiê Crise, Feminismo e Comunicação**. V. 23, n. 3, 2020. Pp. 12-33.
- HEANEY, Emma. **The new woman: literary modernism, queer theory, and the trans feminine allegory**. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2017.
- HENNING, Carlos Eduardo. Gerontologia LGBT: velhice, gênero, sexualidade e a constituição dos “idosos LGBT”. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 283-323, jan/abr. 2017.
- HERZFELD, Michael. The taming of revolution: intense paradoxes of the self. In: REED-DANAHAY, Deborah (ed.). **Auto/Ethnography: Rewriting the self and the social**. Oxford; New York: Berg, 1997.
- HERZOG, Amy; ROLLINS, Joe. Editors’ Note: House Style. In: **WSQ: Women’s Studies Quarterly**, Volume 41, Numbers 1 & 2, Spring/Summer 2013, pp.9-13.
- HOLMAN JONES, Stacy Linn; HARRIS, Anne M. **Queering autoethnography**. New York: Routledge, 2019.
- hooks, bell. **Ain’t I a woman? Black Women and Feminism**. London: Pluto Press, 1982.
- INGOLD, Tim. Modos de caminhada mental: leitura, escrita, pintura. In: **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Antropologia: para que serve**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- ISRAELI-NEVO, Atalia. Taking (My) Time: Temporality in Transition, Queer Delays and Being (in the) Present. In: **Somatechnics** 7.1 (2017). Pp. 34-49.
- JACQUES, Juliet. Forms of Resistance: Uses of Memoir, Theory, and Fiction in Trans Life Writing. In: **Life Writing**, 14:3, 357-370. 2017.
- JESUS, Jaqueline Gomes de et al. **Transfeminismo: teoria e práticas**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.
- KEEGAN, Cael M. **Lana and Lilly Wachowski**. Chicago: University of Illinois Press, 2018.
- KOFES, Suely. Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser? In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela (orgs.). **Vida & grafias: Narrativas antropológicas entre biografia e etnografia**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2015.

- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.
- LAMBLE, Sarah. Retelling Racialized Violence, Remaking White Innocence: The Politics of Interlocking Oppressions in Transgender Day of Remembrance. In: **Sexuality Research & Social Policy**, Vol. 5, No. 1, March 2008: pp. 24-42.
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- LE GUIN, Ursula. **The Carrier Bag Theory of Fiction**. 1986. Disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/ursula-k-le-guin-the-carrier-bag-theory-of-fiction>
- LEITE JR., Jorge Leite. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011.
- LIMA, Fátima. A invenção do dispositivo da transexualidade: produção de “verdade” e experiências trans. In: **EM PAUTA**, Rio de Janeiro (RJ), v. 9, n. 28, p. 117-130, Dez. 2011.
- LIMA, Luiza Ferreira. **A “verdade” produzida nos autos**: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- LOPES, Pedro. **Deficiência na Cabeça**: percursos entre diferença, Síndrome de Down e a perspectiva antropológica. 389f. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.
- LOVE, Heather K. **Feeling Backward**: Loss and the Politics of Queer History. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2007.
- LUGARINHO, Mário César; COSTA, Caio Jade Puosso Cardoso Gouveia. Sobre temporalidade nas autobiografias de Madame Satã e Jorge Laffond. In: **Revue Iberic@l**, Revue d’études ibériques et ibéro-américaines, Numéro 19, Printemps 2021.
- MACHADO, Bernardo Fonseca. **Atos da diferença**: trânsitos teatrais entre São Paulo e Nova York no início do século XXI. 259f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.
- MACHADO, Carmen Maria. **Na casa dos sonhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: **Série Antropologia** N° 290. Brasília, 2001.
- MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. In: **cadernos pagu** (24), janeiro-junho de 2020, pp. 249-281.
- MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. In: **Etnográfica**, Vol. X (1), 2006, pp. 121-158.
- MALUF, Sônia Weidner. Por uma antropologia do sujeito: da Pessoa aos modos de subjetivação. In: **Campos** 14 (1-2): 131-158, 2013.
- MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. Founders, ancestors and enemies. Memory, family, time and space in the Pernambuco Sertão. In: **JRAI** 19 (4), 2013, p. 716-733.
- MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: o Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.
- MAUÉS, Flamarion. Livros, editoras e oposição à ditadura. In: **Estudos Avançados** 28 (80), 2014.
- MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu” (1938). In: **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MCCLINTOCK, Anne. **Imperial Leather**: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Context. New York and London: Routledge, 1995.

- MEYEROWITZ, Joanne. **How sex changed**: a history of transsexuality. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2002.
- MILLER, Lucy J. Becoming one of the girls/guys: distancing transgender representations in popular film comedies. In: CAPUZZA, Jamie C.; SPENCER, Leland G. (eds.). **Transgender communication studies**: histories, trends, and trajectories. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2015.
- MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.
- MITCHELL, W.J.T. **Teoría de la imagen**: Ensayos sobre representación verbal y visual. Madrid: Akai, 2009.
- MOIRA, Amara. O cis pelo trans. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 422, janeiro-abril/2017.
- \_\_\_\_\_. Transgressões da primeira autora trans. In: **PERNAMBUCO** – Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado. 02 de fevereiro de 2018;
- \_\_\_\_\_. O que nos dizem as autobiografias trans? In: **PERNAMBUCO** – Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado. 01 de março de 2018.
- \_\_\_\_\_. “Monstruoso corpo de delito”: personagens transexuais na literatura brasileira. In: **PERNAMBUCO** – Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado. 10 de dezembro de 2018.
- \_\_\_\_\_. O primeiro relato autobiográfico trans do Brasil vai completar 40 anos. In: **BuzzFeed**. 2021a.
- \_\_\_\_\_. Homens trans e o direito de se dizer homem. In: **BuzzFeed**. 2021b.
- \_\_\_\_\_. A revolta da cisgeneridade com o primeiro filme nacional sobre um homem trans. In: **BuzzFeed**. 2021c.
- \_\_\_\_\_. Sobre masculinidades que prescindem de pênis. In: **BuzzFeed**. 2021d.
- \_\_\_\_\_. Ruddy Pinho, ou a beleza e a loucura de ser livre. In: **BuzzFeed**. 2021e.
- \_\_\_\_\_. É proibido proibir: um convite à desobediência de gênero. In: **BuzzFeed**. 2021f.
- MOMBAÇA, Jota. Pode um cu mestiço falar? In: **Medium**. 6 jan, 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>
- MORAWSKA, Catarina. Luto e memória das Mães da Saudade de Peixinhos. In: MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha; LEAL, Natacha Simei (org.). **Alquimias do parentesco**: casa, gentes, papeis, territórios. Rio de Janeiro: Gramma; São Paulo, Terceiro Nome, 2018.
- MOTZAFI-HALLER, Pnina. Writing Birthright: on native anthropologists and the politics of representation. In: REED-DANAHAY, Deborah (ed.). **Auto/Ethnography**: Rewriting the self and the social. Oxford; New York: Berg, 1997.
- MOUTINHO, Laura. **Razão, “cor” e desejo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- MUÑOZ, José Esteban. **Cruising utopia**: The then and there of queer futurity. New York, NY: New York University Press, 2009.
- NASCIMENTO, Letícia. Carolina. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- NASCIMENTO, Silvana. Uma política travesti: notas etnográficas sobre a campanha eleitoral de Fernanda Benvenutty na Paraíba. In: **Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs**, 24 a 28 de outubro de 2011. Caxambu, Minas Gerais.
- \_\_\_\_\_. Corpo-afeto, corpo-violência: experiências na prostituição de estrada na Paraíba. In: **Revista Ártemis**, Vol. XVIII, nº 1, jul-dez. 2014, pp. 69-86.
- \_\_\_\_\_. Variações do feminino: circuitos do universo trans na Paraíba. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2014, v. 57, Nº 2. Pp. 378-411.
- \_\_\_\_\_. O corpo da antropóloga e os desafios da experiência próxima. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP V. 62 n. 2: 459-484. 2019.
- \_\_\_\_\_. Fugas e contrapontos na fronteira: reflexões etnográficas sobre transatividades corporais e de gênero no Alto Solimões/AM. In: **Revista de @ntropologia da UFSCar** 11 (1), jan./jun. 2019: 524-551.

nascimento, tatiana. O cuíerlombo da palavra (y da palavra queerlombo...): poesia preta lgbtqi de denúncia da dor até direito ao devaneio. In: ARAÚJO, Adriana de Fátima Barbosa; SOUTO, Suzana (org.). **I Encontro Ler: literatura, estética e revolução**. Brasília: Universidade de Brasília, 2018a. p. 8-23.

nascimento, tatiana. Da palavra queerlombo ao cuíerlombo da palavra. In: **Palavra, preta!** Poesia di dendê. s/l, 12 mar. 2018b. Disponível em:

<https://palavrapreta.wordpress.com/2018/03/12/cuierlombismo/>

NYONG'O, Tavia. Unburdening Representation. In: **The Black Scholar**, 44:2, 70-80.

\_\_\_\_\_. **Afro-Fabulations: The Queer Drama of Black Life**. New York: New York University Press, 2019.

ORTIZ, Renato. As celebridades como emblema sociológico. In: **Sociologia e Antropologia** v.06.03: 669-69. Dezembro, 2016.

PATRIARCA, Letizia. **As corajosas**: etnografando experiências travestis na prostituição. 130p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2015.

PELLEGRINI, Chiara. Posttranssexual Temporalities: Negotiating Canonical Memoir Narratives in Kate Bornstein's *GenderOutlaw* and Juliet Jacques's *Trans*. In: **a/b: Auto/ Biography Studies**, 2019.

PELÚCIO, Larissa. **Nos nervos, na carne, na pele**: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS. 312p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP: 2007.

\_\_\_\_\_. Narrativas infieis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. In: **cadernos pagu** (44), janeiro-junho de 2015: 31-60.

\_\_\_\_\_. **Amor em tempos de aplicativos**: masculinidades heterossexuais e negociações de afetos na nova economia do desejo. Tese de livre-docência em gênero, sexualidade e teorias feministas. Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da UNESP. Bauru, 2017.

\_\_\_\_\_. Um match com os conservadorismos: masculinidades desafiadas nas relações heterossexuais por meios digitais. In: **Interfaces Científicas** V. 8, N.2. Março de 2020: 31-46.

PEREIRA, Bru. A comunidade das sobreviventes contra a sobrevivência dos heróis. In: **n-1 edições**, 2020.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. **De corpos e travessias**: uma antropologia de corpos e afetos. Coleção Queer. São Paulo: Annablume, 2014.

PIRES, Barbara Gomes. **A Gestão da Integridade**: corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2020.

POVINELLI, Elizabeth A. **To the Bureau of Cultural Affairs, Municipality of a City in the USA**: Giving, Taking and Hiding in Plain Site. 31 de maio de 2020. Disponível em: <https://13thwangjubiennale.org/minds-rising/povinelli/>

RAUN, Tobias. **Out Online**: Trans Self-Representation and Community Building on YouTube. Oxon, OX, U.K.: Routledge, 2016.

RODRIGUES, Carolina Cantarino. Produção de substâncias, revelação e outras armadilhas no combate ao racismo no Brasil contemporâneo. In: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 13, n.1, p. 125-136, jan/jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Entre corpos, tempos e sujeitos: ciências, políticas e artes improvisando identidades. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2011.

ROSALDO, Renato. **The day of Shelly's death**: the poetry and ethnography of grief. Duke University Press, 2014.



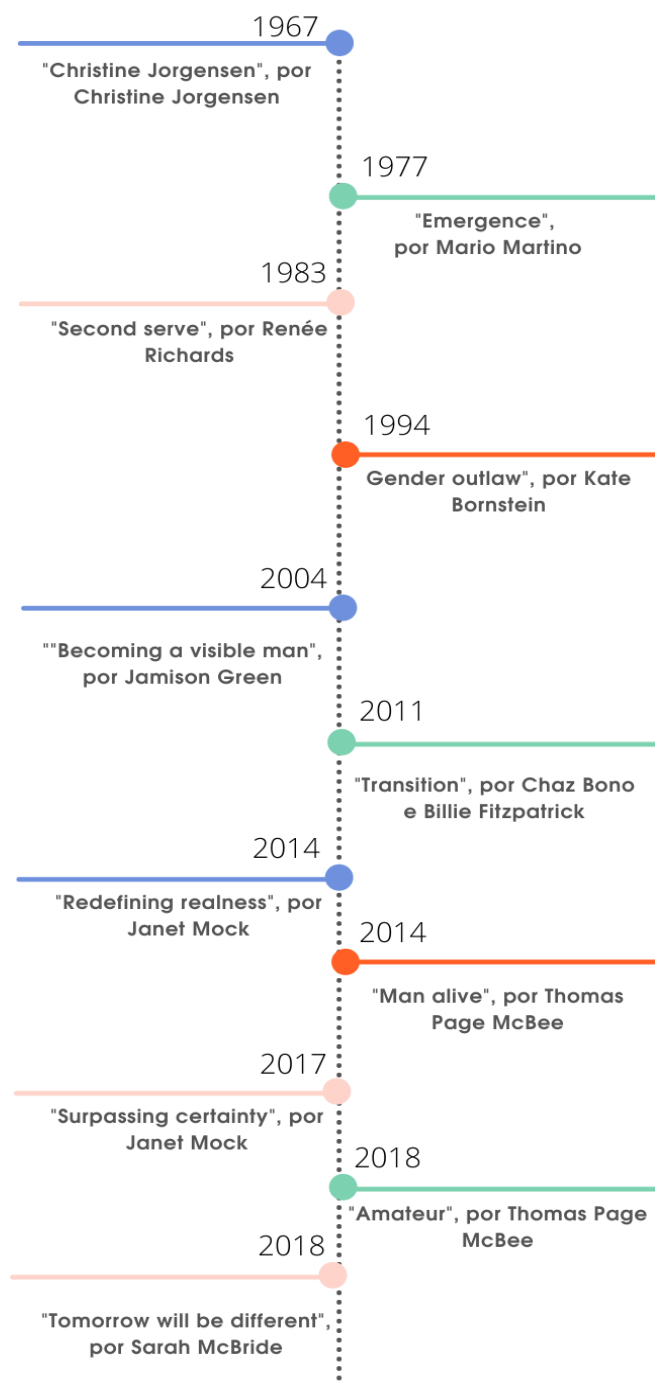
- RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade (1984). In: **Políticas do sexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- SABATINE, Thiago Teixeira. **Só as fortes sobrevivem!** Envelhecimento, experiências geracionais e relacionamento entre travestis mais velhas e mais jovens. 200f. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. In: **História Social**, n. 24, 1º semestre de 2013. Pp. 51-73.
- \_\_\_\_\_. Prefácio – Quando todos os caminhos levam de Belém a São Paulo e vice-versa. In: CANCELA, Cristina Donza; MOUTINHO, Laura; SIMÕES, Júlio Assis (orgs.). **Raça, etnicidade, sexualidade e gênero: em perspectiva comparada**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015.
- \_\_\_\_\_. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- \_\_\_\_\_. Lima Barreto e a escrita de si. In: **Estudos Avançados** 33 (96), 2019. Pp. 137-153.
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. In: **Proj. História**, São Paulo, (16), fev. 1998.
- SEEGER, Anthony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. In: **Boletim do Museu Nacional** N° 32. Rio de Janeiro, RJ, maio de 1979.
- SILVA, Helio. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ISER, 1993.
- SIQUEIRA, Mônica Soares. **Sou senhora: um estudo antropológico sobre travestis na velhice**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2004.
- SNORTON, C. Riley. **Black on Both Sides: A Racial History of Trans Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.
- SNORTON, C. Riley; HARITAWORN, Jin. Trans Necropolitics: A Transnation Reflection on Violence, Death, and the Trans of Color Afterlife. In: STRYKER, Susan; AIZURA, Aren Z. (eds.). **The Transgender Studies Reader 2**. New York: Routledge, 2013.
- SONTAG, Susan. **Illness as metaphor; and AIDS and its metaphors**. New York: Picador, 1990.
- STENGERS, Isabelle. Reativar o animismo. In: **Caderno de leituras** N. 62, maio de 2017. Pp. 1-15.
- STONE, Sandy. The empire strikes back: a posttranssexual manifesto. In: STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds.). **The transgender studies reader**. New York: Routledge, 2006.
- STRATHERN, Marilyn. Os limites da autoantropologia (1987) In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- \_\_\_\_\_. O conceito de sociedade está teoricamente obsoleto? (1990) In: **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- STRYKER, Susan. **Transgender History**. Berkeley: Seal Press, 2008.
- \_\_\_\_\_. Saberes (des)sujeitados: uma introdução aos estudos transgênero. In: **PontoUrbe** [Online], 28 | 2021, posto online no dia 27 julho 2021
- STRYKER, Susan; AIZURA, Aren Z. Introduction: Transgender Studies 2.0. In: **The Transgender Studies Reader 2**. 1<sup>st</sup> ed. New York: Routledge, 2013.
- TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Dispositivos de dor: saberes-poderes que conformam as transexualidades**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2013.
- ULGHERI, Luciana M. M. **Princesa: Natura, cultura, acaso e liberdade**. 255p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP: 2016.
- V., Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 254p. Dissertação (Mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia.

- VALENTINE, David. **Imagining Transgender: An Ethnography of a Category**. Duke University Press, 2007.
- VANCE, Carole S.; SNITOW, Ann Barr. Toward a Conversation about Sex in Feminism: A Modest Proposal. In: **Signs**, Vol. 10, N°1 (Autumn, 1984), pp. 126-135.
- VENTURA, Miriam. **A Transexualidade no Tribunal: saúde e cidadania**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- VERAS, Elias Ferreira. **Carne, tinta e papel: a emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/farmacopornográfico**. 228p. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC: 2015.
- VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, s.; CASTRO, M.G.; MOUTINHO, L (orgs.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.
- VERSIANI, Daniela Gianna Claudia Beccaccia. **Autoetnografias: conceitos alternativos em construção**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.
- VIANNA, Adriana. Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das. In: **Mana** 26 (3), 2020.
- VILLELA, Jorge Mattar. Os vivos, os mortos e a política no sertão de Pernambuco. In: **rev. hist** (São Paulo), N. 173, p. 329-358, jul-dez. 2015.
- VIPOND, Evan. Becoming Culturally (Un)Intelligible: Exploring the Terrain of Trans Life Writing. In: **a/b: Auto/Biography Studies**, 2018.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. In: **Mana** 8(1): 113-148, 2002.
- \_\_\_\_\_. A antropologia perspectivista e o método de equivocação controlada. In: **ACENO** – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 5 (10): 247-264, agosto a dezembro de 2018.
- WEISS, Jillian T. The Transgender Tipping Point: An Overview for the Advocate. In: **American Constitution Society for Law and Policy**. November 2014.
- ZAMBRANO, Elizabeth. **Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- \_\_\_\_\_. “Mudança de nome no registro civil: a questão transexual”. In: M. B. Ávila; A. P. Portella & V. Ferreira (orgs.). **Novas Legalidades e Democratização da Vida Social: família, sexualidade e aborto**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



# Auto/ bio grafias

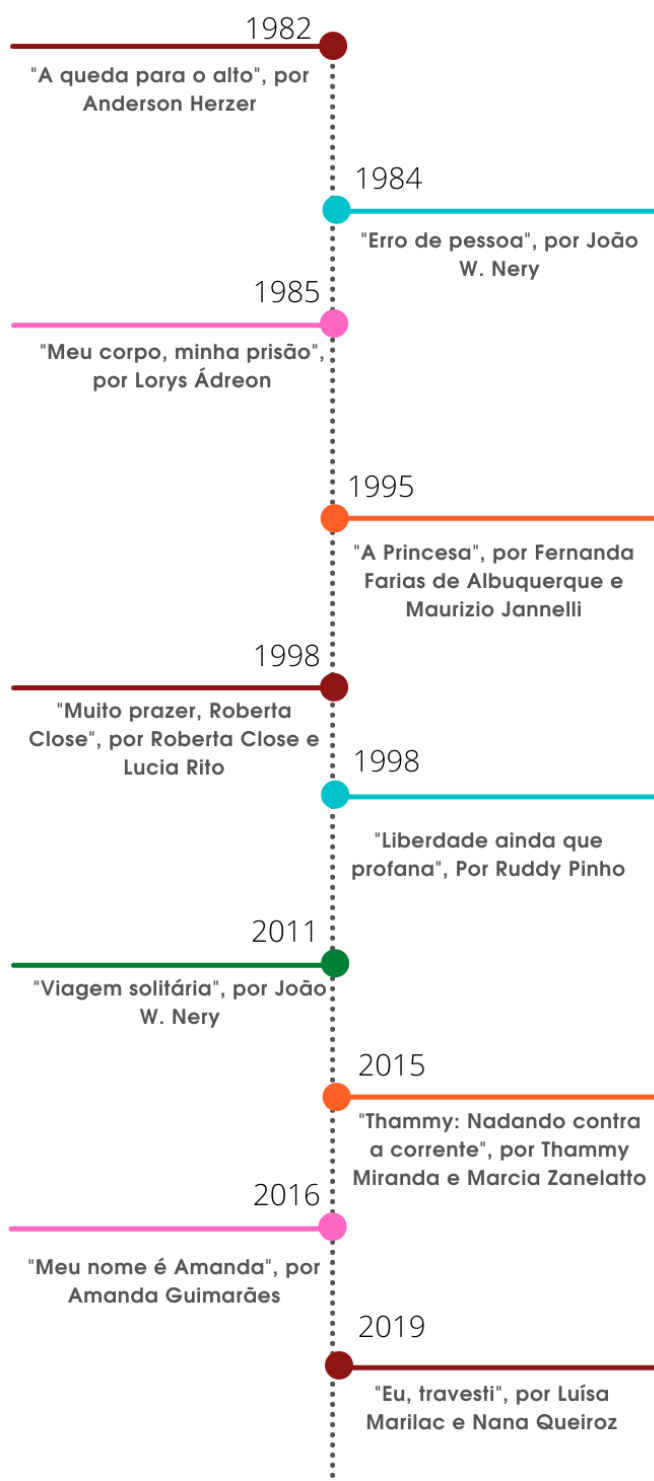
ESTADUNIDENSES



# Auto/ bio grafias

BRASILEIRAS

365



### 1. “*Christine Jorgensen: A personal autobiography*”

**Autore:** Christine Jorgensen.

**Lançamento:** 1967.

**Editora:** Bantam Book (NY).

**Edição adquirida:** Publicação em agosto de 1968 em papel jornal.

**Páginas:** 300.

**Capa:** Fundo bege. Acima, em fonte menor, preta e letras maiúsculas, “Christine answers all the questions in the most intimate and extraordinary bestseller ever written!”. Logo abaixo, o título em fonte maior, também preta e maiúscula, seguido do subtítulo em mesmo estilo. Então a foto da autora de rosto, colorida, de batom vermelho e o que parece um casaco de pele marrom ocupando quase a totalidade do espaço. Na parte inferior esquerda, uma foto em preto e branco antes da transição com o uniforme das forças armadas, principalmente de rosto. À direita da pequena foto, os dizeres em fonte também pequena e preta “Introduction by Harry Benjamin, M.D. Illustrated with 16 pages of photographs”.

**Capa traseira:** “Ex-G.I. Becomes blonde beauty” em fonte maior, preta e em letras maiúsculas no topo da página. Abaixo, apresentação breve da autora e do livro seguida de título e subtítulo com mesmo estilo da capa.

**Orelhas:** Não.

**Paratexto:** Breves elogios feitos por jornais e mediques; introdução de Harry Benjamin; acknowledgments a mediques e imprensa, principalmente.

**Dedicatória:** Aos pais – “(...) consistently stood beside me with their infinite love and support.”

**Epígrafe:** Don Marquis – “All religion, all live, all art, all expression comes down to this: to the effect of the human soul to break through its barrier of loneliness, of intolerable loneliness, and make some contacts with another seeking soul, or with what all souls seek, which is (by any name) God.”

**Observações adicionais:** Segmento de fotos em preto e branco da infância à vida adulta, antes e depois da transição, com página dupla com artigos de jornal e revista em que ela foi tema.

### 2. “*Emergence: A transsexual autobiography*”

**Autore:** Mario Martino e Harriett.

**Lançamento:** 1977.

**Editora:** Crown Publishers (NY)

**Edição adquirida:** 2ª impressão em agosto de 1977 em capa dura.

**Páginas:** 273.

**Capa:** Fundo cinza. Em letras brancas, acima – “the first complete female-to-male story” e em letras maiúsculas o título. Abaixo, o subtítulo com “transsexual” em amarelo. Ocupando mais de dois terços da capa, uma foto em preto e branco do autor de perfil traseiro, escrevendo enquanto fuma cachimbo. Não é possível ver seu rosto inteiro. Embaixo, no canto esquerdo e em fonte menor, seu nome e o de Harriett.

**Capa traseira:** Breves elogios de médicos e de sua esposa a ele e ao livro.

**Orelhas:** Síntese da obra e minibiografia de autôries. Harriett só é apresentada como autora e jornalista médica.

**Paratexto:** Apresentação de Harry Benjamin; acknowledgments ao que parecem ser pessoas do ramo editorial.

**Dedicatória:** A Harry Benjamin (“pioneer in the field of transsexualism, who gave respectability to the gender-disoriented. Through his caring and consistency, many of us have experienced rebirth”) e à esposa (“Without her support this book would have been more difficult to live and impossible to write.”).

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** Alguns capítulos sendo encerrados com fotos em preto e branco da infância à vida adulta, antes da transição.

### 3. “A queda para o alto”

**Autore:** Anderson Herzer.

**Lançamento:** 1982.

**Editora:** Vozes (RJ).

**Edição adquirida:** 25ª edição em capa maleável e papel sulfite.

**Páginas:** 187.

**Capa:** Fundo preto. No alto, o título em fonte grande e vermelha. Abaixo, à direita, em fonte menor e amarela, só o sobrenome “Herzer”. Ocupando a maior parte da capa, o rosto desenhado em branco. Abaixo, no centro e em fonte menor e branca, “25ª Edição.”

**Capa traseira:** Apresentação do livro no centro ocupando a maior parte do espaço, e o mesmo estilo de desenho da capa do seu rosto do lado esquerdo - apenas a metade esquerda.

**Orelhas:** Comentário sobre o livro, escrito por Leonardo Boff.

**Paratexto:** Prefácio à 25ª edição escrito por Eduardo Suplicy; prefácio original também escrito por ele; texto de sua autoria sobre a 24ª edição, publicado no Jornal do Brasil em dezembro de 2006 e republicado no livro; carta de Eduardo Suplicy ao diretor da FEBEM pedindo a liberação de Anderson Herzer para trabalhar com ele, enviada em março de 1980; solicitação de Eduardo Suplicy ao juiz de menores da capital de São Paulo de liberação de Anderson Herzer para trabalhar com ele, enviada em março de 1980; 1ª apresentação do livro por Lia Junqueira; 2ª apresentação por Herzer, com poesia de sua autoria; seleção de poemas de sua autoria como parte 2 do livro.

**Dedicatória:** A Eduardo Suplicy. Agradecimento a pessoas que aparentemente tornaram possível a publicação do livro.

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** Não.

#### 4. “*Second serve: The Renée Richards story*”

**Autore:** Renée Richards e John Ames.

**Lançamento:** 1983.

**Editora:** Stein and Day Publishers (NY).

**Edição adquirida:** 1ª edição de 1983 em capa dura.

**Páginas:** 373.

**Capa:** Fundo branco. No topo, em fonte preta e letras maiúsculas, “The Renée Richards Story” e abaixo o título em fonte maior e vermelha também em letras maiúsculas. Ocupando maior parte da capa, duas raquetes de tênis em sentidos opostos. A da esquerda tem uma foto de Renée antes da transição, de corpo inteiro e séria. A da direita tem uma foto dela após a transição, de busto, sentada, e sorrindo enquanto fala ao telefone. Ambas em preto e branco. No canto direito inferior, o nome des autôries.

**Capa traseira:** Documentos à esquerda e do lado direito sua descrição - carteira da reserva naval; e de membro da Women’s Tennis Association. Entre um e outro, o dito “some years before he became...”

**Orelhas:** Apresentação da obra e minibiografia des autôries.

**Paratexto:** Lista de agradecimentos ao Brain Trust, com nomes arrolados.

**Dedicatória:** M.H.V. e N.B.R.

**Epígrafe:** Karl A. Menninger - “When a trout rising to a fly gets hooked on a line and finds himself unable to swim about freely, he begins with a fight which results in struggles and splashes and sometimes an escape. Often, of course, the situation is too tough for him. In the

same way the human being struggles with his environment and with the hooks that catch him. Sometimes he masters his difficulties; sometimes they are too much for him. His struggles are all that the world sees and it naturally misunderstands them. It is hard for a free fish to understand what is happening to a hooked one.”

**Observações adicionais:** Segmento de fotos em preto e branco após dois terços de texto corrido. Fotos de pai e mãe e colegas, além de próprias da infância à vida adulta, antes e depois da transição. Diversas fotos mostrando-a jogando tênis antes e depois da transição.

5. *“Erro de pessoa: Joana ou João?”*

**Autore:** João W. Nery.

**Lançamento:** 1984.

**Editora:** Record (RJ).

**Edição adquirida:** Cópia digitalizada em preto e branco da 1ª edição.

**Páginas:** 250.

**Capa:** Cores inacessíveis devido à digitalização em preto e branco. Acima, no canto esquerdo, o nome do autor em fonte média e tom claro. Logo abaixo, centralizado, em fonte maior o título em letra escura. Abaixo, ocupando o centro e a maior parte da capa, o símbolo de masculino e feminino combinados (espelho de vênus e seta de marte). No centro do símbolo, o subtítulo. Abaixo do símbolo, o dizer “o depoimento de um transexual brasileiro que, nascido mulher, finalmente se realizou como homem.”

**Capa traseira:** Não digitalizada.

**Orelhas:** Comentário ao livro por Antônio Houaiss.

**Paratexto:** Nota do autor sobre a escrita e o contexto sociopolítico da obra.

**Dedicatória:** “Este livro é um grito e dedico a todos os injustiçados (que por motivos sociais, jurídicos, econômicos, políticos, físicos, emocionais, etc.), que lutaram ou ainda lutam por seus direitos, ‘se endurecendo, mas não perdendo a ternura jamais’.”

**Epígrafe:** Cada capítulo tem uma.

**Observações adicionais:** Não.

6. *“Meu corpo, minha prisão: Autobiografia de um transexual”*

**Autore:** Lorys Ádreon.

**Lançamento:** 1985.

**Editora:** Marco Zero (RJ).

**Edição adquirida:** 1ª edição em capa maleável e papel sulfite.

**Páginas:** 139.

**Capa:** Fundo branco. Do canto superior direito, em direção ao centro, o título – “meu” e “minha” em letras escuras e fonte menor. “Corpo” e “prisão” em fonte maior, clara com borda vermelha – ambos com letras maiúsculas. Subtítulo abaixo, à direita, em letras maiúsculas e nome da autora logo depois, em fonte ainda menor e cor preta e letras maiúsculas. Descendo do canto esquerdo superior e aumentando de tamanho pela diagonal, algemas, misturando sinais de masculino e feminino.

**Capa traseira:** De cima para baixo, o subtítulo, o título e o nome da autora. Logo abaixo, ocupando a maior parte do espaço, a apresentação de livro e o destaque a apresentações e comentários de figuras conhecidas.

**Orelhas:** Não.

**Paratexto:** Apresentação de Rose Marie Muraro; nota explicativa da autora; comentários ao livro no fim escritos por Bernadette Lyra, Fabio Lacombe e Herbert Daniel.

**Dedicatória:** Não.

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** O livro inscreve seu nome na capa e capa traseira como “Loris”. Já a autora o registra como “Lorys” ao longo da escrita inteira.

## 7. *Gender outlaw: On men, women and the rest of us*”

**Autore:** Kate Bornstein..

**Lançamento:** 1994.

**Editora:** Routledge (NY) originalmente.

**Edição adquirida:** 1ª edição pela Vintage Books (1995) em capa maleável e papel sulfite.

**Páginas:** 253

**Capa:** Fundo branco. Ocupando sua totalidade, foto de Kate Bornstein em preto e branco, vestida de cor escura, expressão desafiadora e mãos cruzadas no peito. No topo, centralizado, comentário atribuído ao New York Times: “In an age of often hostilely expressed gender politics, Kate Bornstein... is sweet, sincere, lucid, and sometimes as corny as Kansas in August.” No centro, o título em vermelho e letras maiúsculas, e embaixo em fonte menor mas também letras maiúsculas e cor branca, o subtítulo. No pé da capa, o nome da autora.

**Capa traseira:** Fundo branco. No canto superior esquerdo, lê-se “gender studies/memoir.” Logo abaixo, um trecho do livro em vermelho. Ocupando quase a totalidade do espaço, uma apresentação do livro e logo abaixo um elogio à autora feita pela artista Holly Hughes.

**Orelhas:** Não.



**Paratexto:** Primeira página com citações elogiosas de artistas e jornais independentes; minibiografia breve da autora na contracapa; posfácio à edição publicada pela Vintage; longo acknowledgments; e bibliografia.

**Dedicatória:** “To my friend and teacher, John Emigh, (...) who showed me it was ok to break some rules, (...) who responded to my gender change with both respect and a good sense of humor (...).” Também “in loving memory of” e uma série de nomes – dentre eles, Lou Sullivan, Christine Jorgensen e Billy Tipton.

**Epígrafe:** Cada capítulo costuma ter uma.

**Observações adicionais:** Algumas fotos em preto e branco ao longo do livro. Não segue condução usual de prosa, contendo entrevistas, citações de outros livros, e a transcrição de uma de suas peças de teatro.

8. “*A Princesa: Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas*”

**Autore:** Fernanda Farias de Albuquerque e Maurizio Jannelli.

**Lançamento:** 1995.

**Editora:** Nova Fronteira (RJ).

**Edição adquirida:** 1ª edição em papel pólen bold e capa em papel cartão supremo.

**Páginas:** 160.

**Capa:** Fundo vermelho. No topo, centralizados, os nomes de autôres em fonte pequena e branca. Abaixo, em fonte maior prateada em relevo, o título. Na parte inferior, centralizado, o subtítulo em fonte preta.

**Capa traseira:** Breve apresentação do livro em fonte preta pequena.

**Orelhas:** Apresentação do livro.

**Paratexto:** Prefácio não assinado, atribuído à tradutora Elisa Byington; “breves anotações sobre o contexto” por Maurizio Jannelli; entrevista de Maurizio Jannelli com Fernanda Farias de Albuquerque ao fim do livro.

**Dedicatória:** Não.

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** Feitura do livro contou com a participação de Giovanni Tamponi, que curiosamente não conta como autor. Embora escrito a várias mãos, a narrativa é em primeira pessoa. Originalmente publicado em italiano, em janeiro de 1994.

9. *“Muito prazer, Roberta Close”*

**Autore:** Roberta Close e Lucia Rito.

**Lançamento:** 1998.

**Editora:** Rosa dos Tempos.

**Edição adquirida:** 1ª edição em papel couchê.

**Páginas:** 239.

**Capa:** Imagem de rosto e um pedaço do colo de Roberta Close, sorridente, ocupam a inteireza. No canto inferior esquerdo, “muito prazer” em branco e fonte menor. De uma ponta a outra logo abaixo, “Roberta Close” em vermelho e fonte maior. No pé da capa, “por Lucia Rito” em branco e fonte menor.

**Capa traseira:** Fundo preto. Do lado esquerdo, de cima a baixo, texto de Rose Marie Muraro sobre Roberta Close e de onde surgiu o interesse de publicar sua história. Do lado direito, no meio, pequena foto colorida de rosto de Roberta Close com Lucia Rito.

**Orelhas:** Apresentação do livro pelo colunista Artur Xexéo.

**Paratexto:** Agradecimentos a médicos e advogados, a pessoas envolvidas na publicação do livro e a fotógrafes; prefácio por Lúcia Rito; duas cenas de abertura – uma em 1977, já adulta em um aeroporto, e outra como criança; posfácio por Roberta Close.

**Dedicatória:** “A todos os que lutam para conquistar os seus desejos.”

**Epígrafe:** Platão - “(...) outrora nossa natureza era diferente do que é hoje. Havia três sexos humanos e não apenas, como hoje, dois: o masculino, o feminino e mais um, composto ao mesmo tempo dos dois primeiros. (...) O masculino era descendente de Hélios (Sol), o feminino, de Géia (Terra) e o que participa dos dois, de Selene (Lua) a qual, como se sabe, participa tanto de um como de outro.”

**Observações adicionais:** Embora possua um segmento de fotos coloridas e em preto e branco, com imagens com celebridades e de capas de jornal e revista, há fotografias ao longo do livro inteiro. Também, pela organização textual, parece atribuir autoria apenas a Lucia Rito. Falas específicas de Roberta Close são destacadas com recuo do texto e aspas.

10. *“Liberdade ainda que profana”*

**Autore:** Ruddy Pinho.

**Lançamento:** 1998.

**Editora:** Razão Cultural (RJ).

**Edição adquirida:** 1ª edição, aparentemente em papel couchê.

**Páginas:** 226.

**Capa:** Foto desfocada com cores em realce de Ruddy ao que parece segurando os seios, cabelo loiro e longo caído nas costas e expressão sensual. No topo direito, o título com “liberdade” em letras maiúsculas e cor branca. Na parte inferior direita, “Ruddy a maravilhosa” escrito em preto como se fosse uma assinatura.

**Capa traseira:** Fundo preto. A mesma foto da capa repetida em miniatura de cima a baixo do lado esquerdo. No meio, um trecho do primeiro capítulo do livro.

**Orelhas:** Apresentação do livro por Neville d’Almeida.

**Paratexto:** Introdução por Ruddy; agradecimentos a pessoas envolvidas na publicação e “que marcaram minha vida”; créditos das fotografias inseridas na obra; lista de pessoas que escreveram comentários sobre ela para cada capítulo; índice onomástico; lista de outros livros da autora.

**Dedicatória:** Não.

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** Na primeira página se lê “Este livro não é uma biografia tradicional. São relatos de vida, contados sem ordem cronológica obrigatória.” Ao longo do livro há muitas fotos em preto e branco, principalmente posadas e com celebridades; algumas são de artigos de jornal e revistas. Os capítulos são abertos com a citação de alguma pessoa famosa sobre ela.

## 11. “*Becoming a visible man*”

**Autore:** Jamison Green.

**Lançamento:** 2004.

**Editora:** Vanderbilt University Press (Nashville).

**Edição adquirida:** 2ª impressão em 2004, com capa maleável e papel sulfite.

**Páginas:** 231.

**Capa:** Inteiramente ocupada por uma foto em sépia do autor na rua, encostado em um cartaz – vestido em cores escuras, posição relaxada e sorriso no rosto. No cartaz, a imagem de um torso e pescoço de homem. Sobre o cartaz, lê-se o título do livro em fonte branca. No pé da capa, centralizado, o nome do autor em fonte preta.

**Capa traseira:** Fundo branco. No topo esquerdo, lê-se “gender studies/sexuality/social movements”. Abaixo, uma imagem pequena do autor, em preto e branco, em um café. Abaixo, em uma coluna esquerda, apresentação do livro e do autor. Em uma coluna direita, de cima a baixo, elogios ao livro de dues intelectuais trans, de uma intelectual cis que estudou transexualidade e da diretora executiva do Human Rights Campaign.

**Orelhas:** Não.

**Paratexto:** Prefácio por Aaron Devor, professor de sociologia; acknowledgments citando muitos homens trans, e pessoas trans em geral; index e bibliografia.

**Dedicatória:** A Francis Michael Thomas; em memória de pai e mãe adotivos; e para a esposa e filhos – “may the lives of all children be safe and rewarding; and may they have the opportunity to know and be who they are.”

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** Não.

12. *“Transition: The story of how I became a man”*

**Autore:** Chaz Bono com Billie Fitzpatrick.

**Lançamento:** 2011.

**Editora:** Dutton (NY).

**Edição adquirida:** 1ª edição de capa dura e papel de alta qualidade.

**Páginas:** 245.

**Capa:** Fundo cinza. Do lado esquerdo, de cima a baixo, a imagem de Chaz da cabeça às pernas. Rosto com um sorriso sutil, e camisa azul escura de botão. Do lado superior direito, seu nome em azul e o da co-autora em fonte menor. No centro da capa, o título em letras maiúsculas – “trans” em cinza e “ition” em azul escuro. Embaixo, o subtítulo em branco.

**Capa traseira:** Fundo cinza. Citação de trecho do livro em branco, no qual menciona os pais.

**Orelhas:** Primeira orelha comentando sobre a trajetória do autor e apresentando o livro. Segunda orelha com breves comentários de Jennifer Finney Boylan e Jamison Green, bem como uma minibiografia des autôries.

**Paratexto:** Prólogo e posfácio pelo autor; acknowledgments; e lista de fontes de informação sobre transexualidade (livros, filmes, websites).

**Dedicatória:** “To all the kids and teens of Transforming Family.”

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** Segmento de fotos em papel especial. Fotos coloridas da infância à vida adulta, muitas com pai e mãe.

13. *“Viagem solitária: memórias de um transexual trinta anos depois”*

**Autore:** João W. Nery.

**Lançamento:** 2011.

**Editora:** Leya.

**Edição adquirida:** 3ª reimpressão em capa maleável e papel creme.

**Páginas:** 334.

**Capa:** Fundo cor de creme. Duas fotos 3x4 em direções opostas – para cima, João de terno, após a transição. De cabeça para baixo, imagem sua pré-transição. No meio entre as duas fotos, o título em vermelho e abaixo, em fonte menor, o subtítulo em preto e letras maiúsculas. Abaixo do subtítulo, o nome do autor em fonte também preta de letras maiúsculas.

**Capa traseira:** Fundo cor de creme. No topo, citação de um trecho do livro em fonte vermelha e letras maiúsculas. Logo abaixo, comentário sobre obra e autor feito pelo antropólogo Hélio Silva também em fonte vermelha e letras maiúsculas. E abaixo deste, uma apresentação do livro ocupa maior espaço, em fonte preta.

**Orelhas:** Na primeira orelha, comentários à obra feitos por Milos Kaiser, Simone Ávila e Antônio Houaiss. Na segunda, uma foto pequena do autor em uma paisagem rural, com um binóculo na mão e olhando para frente. Abaixo, sua minibiografia.

**Paratexto:** Lista de agradecimentos, constando nomes como o do médico Roberto Farina; nota do autor; introdução por Milos Kaiser; prefácio de “Erro de pessoa”, escrito por Antônio Houaiss; prólogo escrito pelo autor; “Sobre o autor”, por Simone Ávila.

**Dedicatória:** “Para meu filho, por me fazer um pai feliz. Para todas as transidentidades que se reinventam para achar seu lugar no mundo.”

**Epígrafe:** Cada capítulo tem uma epígrafe.

**Observações adicionais:** Segmento de fotos em papel especial após dois terços de texto corrido. Imagens tanto em preto e branco quanto coloridas, da infância à vida adulta, antes e depois da transição. Além de fotos sozinho, fotos com amigos e o filho.

#### 14. *“Redefining realness: my path to womanhood, identity, love & so much more*

**Autore:** Janet Mock.

**Lançamento:** 2014.

**Editora:** Atria (NY).

**Edição adquirida:** 1ª edição em papel jornal.

**Páginas:** 263.

**Capa:** Foto de um ambiente claro e desfocado; em primeiro plano, do lado direito, Janet Mock quase de corpo inteiro com olhar sério para a câmera em um vestido rosa. No topo, seu nome em letras vermelhas. Logo abaixo, à esquerda, uma citação de Melissa Harris-Perry – “You will be changed by this book.” Na parte inferior, em branco, primeiro a frase “New York Times Bestseller”, depois título em fonte maior seguido de subtítulo em fonte menor e em itálico.

**Capa traseira:** De fundo, o mesmo ambiente desfocado. Em fonte preta, no topo, uma breve apresentação do livro. Abaixo, comentários de veículos de mídia e jornais sobre o livro. E então, uma minibiografia da autora em fonte preta, com apenas seu nome em vermelho.

**Orelhas:** Não.

**Paratexto:** 4 páginas de citações elogiosas de veículos de mídia e canais de literatura, e de bell hooks, Barbara Smith, Laverne Cox, Jennifer Finney Boylan e Susan Stryker. Nota da autora e introdução escritas por ela; e acknowledgments no fim do livro.

**Dedicatória:** “For Aaron, who loved me because of myself, held me accountable to my truth, and became home.”

**Epígrafe:** Audre Lorde – “You become strong by doing the things you need to be strong for. This is the way genuine learning takes place. That’s a very difficult way to live, but it also has served me. It’s been an asset as well as a liability.”

**Observações adicionais:** Não.

15. *“Man alive: a true story of violence, forgiveness and becoming a man”*

**Autore:** Thomas Page McBee.

**Lançamento:** 2014.

**Editora:** City Lights Books (SF).

**Edição adquirida:** 1ª edição em capa maleável e papel de boa qualidade.

**Páginas:** 172.

**Capa:** Fundo branco, com partes de um corpo masculino em cor preta como braços, pernas, joelhos, etc. em volta de um tronco e cabeça. Abaixo, uma faixa azul escura dentro da qual se lê o título e o subtítulo em branco. No pé da capa, o nome do autor em fonte azul escura.

**Capa traseira:** Fundo cinza. Uma breve apresentação do livro e abaixo, comentários de intelectuais como Roxane Gay, Maggie Nelson e Jack Halberstam sobre o livro.

**Orelhas:** Não.

**Paratexto:** Duas páginas de elogios ao livro de intelectuais e revista; acknowledgments ao fim.

**Dedicatória:** “For you, whoever you are.”

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** Não.

16. *Thammy: nadando contra a corrente*

**Autore:** Thammy Miranda e Marcia Zanelatto.

**Lançamento:** 2015.

**Editora:** Best Seller (RJ).

**Edição adquirida:** 1ª edição em capa maleável e papel off-white.

**Páginas:** 206.

**Capa:** Foto em preto e branco tomando toda a dimensão da capa. Nela, Thammy ri de braços cruzados olhando para cima à esquerda. Mais abaixo, à esquerda, lê-se o nome da coautora em cinza e o título do livro em fonte maior, azul turquesa, de uma ponta a outra. Abaixo, o subtítulo em branco em fonte menor.

**Capa traseira:** Foto em preto e branco dominando quase a inteireza do espaço. Nela, Thammy olha para frente enquanto morde uma corrente. Acima, sobre um fundo azul turquesa, lê-se em branco: “um livro impactante que rompe com os tabus da transexualidade.”

**Orelhas:** Comentário sobre Thammy escrito por Glória Perez. Abaixo, na segunda orelha, uma pequena foto de Marcia Zanelatto e uma breve minibiografia dela.

**Paratexto:** Apresentação por Marcia Zanelatto; entrevista de Marcia Zanelatto com Thammy; agradecimentos de ambes nas páginas finais.

**Dedicatória:** “Dedicamos este livro a todas as famílias que estão dispostas a amar e aceitar seus filhos LGBT. Também ao movimento LGBT e a toda sociedade civil envolvida com a erradicação dos crimes de homofobia.”

**Epígrafe:** Roberto Frejat e Cazuza - “Nadando contra a corrente/só pra exercitar/todo o músculo que sente”; Friedrich Nietzsche – “A gente se torna aquilo que sempre foi.”

**Observações adicionais:** Segmento de fotos com papel especial no meio do livro. Fotos coloridas desde o nascimento, com pai e mãe, até a infância; e então, fotos da vida adulta apenas após a transição.

17. *“Meu nome é Amanda”*

**Autore:** Amanda Guimarães e Lielson Zeni.

**Lançamento:** 2016.

**Editora:** Fábrica 321/Rocco (RJ).

**Edição adquirida:** 1ª edição em capa maleável e papel sulfite bege.

**Páginas:** 132.

**Capa:** Imagem de busto tomando toda a dimensão da capa. Ela olha diretamente para frente, com cabelo e batom em tons de rosa e expressão levemente surpresa. Seu nome em fonte branca



e pequena e letras maiúsculas ocupa o centro da capa. Logo abaixo, o título do livro em fonte maior e também letras maiúsculas – “Meu nome é” em rosa e “Amanda” em azul. No pé da página, 3 hashtags: #trans, #mandycandy e #youtube.

**Capa traseira:** Fundo cor de salmão. Em fonte branca, ocupando todo o espaço, uma apresentação da autora e do livro.

**Orelhas:** Na primeira orelha, citação de um trecho do livro. Na segunda, uma pequena foto colorida da autora olhando para trás dos ombros e sorrindo, e abaixo sua minibiografia e página em redes sociais.

**Paratexto:** Apresentação pela autora; “Para minha irmã Amanda”, texto/carta escrito por Melissa Borges; e agradecimentos.

**Dedicatória:** Não.

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** Há muitas fotos da infância à vida adulta, antes e depois da transição ao longo do livro – em mesmo papel, e em preto e branco. Muitas são selfies ou prints de seus vídeos no YouTube. Também intercalando espaço com texto há quadros com listas de animes, jogos de videogame e computador, artistas da música favoritos, e muito uso de emojis.

#### 18. “*Surpassing certainty: what my twenties taught me*”

**Autore:** Janet Mock.

**Lançamento:** 2017.

**Editora:** Atria (NY).

**Edição adquirida:** 1ª edição em capa dura e papel de alta qualidade.

**Páginas:** 224.

**Capa:** Fundo escuro. Ocupando a quase totalidade da capa, uma foto de busto de Janet Mock com uma blusa azul escura, olhar penetrante para a frente e um sorriso sutil. No topo, seu nome em letras douradas. Logo abaixo, em fonte menor branca, “New York Times Bestselling Author of Redefining Realness.” Na linha de seu colo, o subtítulo em branco e fonte menor, e abaixo em fonte maior e letra dourada, o título.

**Capa traseira:** Fundo cinza escuro. Reimpressão de comentários a seu primeiro livro – de Laverne Cox, Melissa Harris-Perry e Lena Dunham.

**Orelhas:** Na primeira orelha, um breve trecho do livro em dourado seguido de uma apresentação longa do livro em fonte preta. Na segunda orelha, a minibiografia da autora.

**Paratexto:** Introdução escrita por ela; acknowledgments; e um “about the author” mais longo.

**Dedicatória:** “For the girls struggling, striving, and slaying in the shadows. Witch such little light, you sparkle. I am in awe of your brilliance.”

**Epígrafe:** Audre Lorde – “And the speaking will get easier and easier. And you will find you have fallen in love with your own vision, which you may never have realized you had. And you will lose some friends and lovers, and realize you don’t miss them. And new ones will find you and cherish you. And you will still flirt and paint your nails, dress up and party... And at last you’ll know with surpassing certainty that only one thing is more frightening than speaking your truth. And that is not speaking.”

**Observações adicionais:** Conta especificamente sobre sua trajetória após a transição.

19. “*Amateur: a true story about what makes a man*”

**Autore:** Thomas Page McBee.

**Lançamento:** 2018.

**Editora:** Scribner (NY).

**Edição adquirida:** 1ª edição em capa dura.

**Páginas:** 204.

**Capa:** Fundo róseo. Em fonte vermelha e letras maiúsculas, no topo, vê-se o título. Abaixo, ocupando a quase totalidade da capa, um busto masculino azul escuro. Inscrito nele em tom mais claro, como tatuagem, cenas de homens lutando, carregando peso, flexionando braços, com uniforme de forças armadas e jogando futebol americano. Na base do busto, o subtítulo em branco e letras maiúsculas. No pé da capa, o nome do autor em cinza escuro.

**Capa traseira:** Fundo róseo. Em cada um dos quatro cantos da página, uma imagem masculina – flexionando braços, lutando, levantando peso e jogando futebol americano. Abaixo, comentários ao livro e a McBee de autôries como Michelle Tea, Jennifer Finney Boylan e Myriam Gurba, e de escritôries de mídia, como Ann Friedman e Isaac Fitzgerald.

**Orelhas:** Na primeira orelha, apresentação do livro. Na segunda, pequena imagem de rosto em preto e branco do autor, e sua minibiografia.

**Paratexto:** Cena inaugural do livro; introdução escrita por ele; acknowledgments; misto de bibliografia e dicas de leitura.

**Dedicatória:** “For my mom, (...) who taught me how to fight.”

**Epígrafe:** Shunryu Suzuki – “In the beginner’s mind there are many possibilities, but in the expert’s there are a few.” Conversa entre ele e seu irmão: “ – I wish you could experience how differently people react to me now that I’m a man. – I can’t imagine, but I can imagine.”

**Observações adicionais:** Conta especificamente sobre sua trajetória após a transição, em uma articulação entre escrita de si e reflexão social.

20. *“Tomorrow will be different: love, loss, and the fight for trans equality”*

**Autore:** Sarah McBride.

**Lançamento:** 2018.

**Editora:** Crown Archetype (NY).

**Edição adquirida:** 1ª edição em capa dura e papel de alta qualidade.

**Páginas:** 273.

**Capa:** Fundo branco com duas formas ovais, uma azul e uma rosa; entre elas, interseccionando-as, um coração em amarelo. Tomando dois terços do espaço, o título como em letras de um cartaz, em preto. Abaixo, o subtítulo em mesma fonte, mas menor. Na parte inferior, o nome da autora e no pé da capa “Foreword by JOE BIDEN”.

**Capa traseira:** Fundo branco. Elogios ao livro e à autora por Kamala Harris (atual vice-presidente dos Estados Unidos), Jennifer Finney Boylan, Cecile Richards (presidente do Planned Parenthood), e Chad Griffin (presidente do Human Rights Campaign).

**Orelhas:** Primeira orelha apresentando a autora e o livro; segunda orelha com uma foto colorida de busto da autora, sorridente, e sua minibiografia.

**Paratexto:** Prefácio por Joe Biden (atual presidente dos EUA); introdução escrita pela autora; fontes mobilizadas e citadas por capítulo; e acknowledgments.

**Dedicatória:** A Andy (seu marido falecido).

**Epígrafe:** Não.

**Observações adicionais:** Poucas fotos em preto e branco entre o texto. Uma da infância, e as demais após transição – com pai e mãe, marido e em contextos de atuação política.

21. *“Eu, travesti: Memórias de Luísa Marilac”*

**Autore:** Luísa Marilac e Nana Queiroz.

**Lançamento:** 2019.

**Editora:** Record (RJ).

**Edição adquirida:** 3ª edição em capa maleável e papel off-white.

**Páginas:** 194.

**Capa:** Fundo vermelho. Imagem de capa inteira de Luísa Marilac sentada em um banco vermelho com um vestido vermelho e um blazer vermelho. Seus olhos estão fechados e a expressão é de serenidade. Na vertical, no canto superior direito, lê-se o subtítulo em branco. Na

metade inferior da capa, o título em fonte grande, também branca. No canto inferior direito, os nomes das autoras.

**Capa traseira:** Fundo vermelho. Em fonte branca, uma citação de trecho do livro.

**Orelhas:** Na primeira orelha, comentário sobre Luísa Marilac e o livro feito pela cantora Liniker.

Na segunda orelha, no topo, uma foto das autoras juntas sorrindo e suas minibiografias.

**Paratexto:** Todos ao fim do livro. Uma nota de leitura, “Ser a voz da outra”, por Nana Queiroz; agradecimentos das autoras; e miniglossário do pajubá.

**Dedicatória:** “A todas as travestis que nunca viveram para contar suas histórias: este grito também lhes pertence.”

**Epígrafe:** Clarice Lispector – “O que queria dizer que apesar de tudo ela pertencia a uma resistente raça anã teimosa que um dia vai talvez reivindicar o direito ao grito.”

**Observações adicionais:** Não.